

COLECCÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

José da Silva Lisboa

ESCRITOS
ECONÓMICOS
ESCOLHIDOS

1804-1820

Tomo II

BANCO DE PORTUGAL

Colectivo de Obras Completas de
Dr. Francisco José de Sousa Barbosa

JOSE DA SILVA LINSSEN

ESCRITOS ECONÓMICOS
ESCOLHIDOS (1894-1929)

ESCRITOS ECONÓMICOS ESCOLHIDOS

Introdução e Direcção de Edição
Américo Almeida

Lisboa - Imprensa Nacional - 1964

Colecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

5

JOSÉ DA SILVA LISBOA

**ESCRITOS ECONÓMICOS
ESCOLHIDOS (1804-1820)**

Tomo II

Introdução e Direcção de Edição
António Almodovar

Lisboa • Banco de Portugal • 1993

Collecção de Obras Clássicas
do Instituto Económico Português

2

JOSE DA SILVA LISBOA

ESCRITOS ECONÓMICOS
ESCOLHIDOS (1804-1820)

Tom II

© copyright Banco de Portugal, Lisboa, 1992
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Capa e orientação gráfica de A. Pedro
Fotocomposição, impressão e acabamento de Mirandela — Artes Gráficas S.A.
Tiragem: 2000 exemplares
ISBN: 972-9479-04-6
Depósito Legal n.º 63918/93

COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Concepção e realização: **CISEP** (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: **José Luís Cardoso.**

Consultor Principal: **Manuel Jacinto Nunes.**

Patrocínio Financeiro: **Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.**

1. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas.* Tomos I a V (1789-1815).

Direcção de Edição: José Luís Cardoso.

2. Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal* (1803-1805).

Direcção de Edição: José Esteves Pereira.

3. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* (1794).

Direcção de Edição: Jorge Miguel Pedreira

4. M.J.R., *Economia Política* (1795).

Direcção de Edição: Armando Castro.

5. José da Silva Lisboa, *Escritos Económicos Escolhidos* (1804-1820). Tomos I e II.

Direcção de Edição: António Almodovar.

Próxima obra a editar:

6. Manuel de Almeida, *Compêndio de Economia Política* (1821).

Direcção de Edição: Maria de Fátima Brandão.

ÍNDICE

ESTUDOS DO BEM-COMUM E ECONOMIA POLÍTICA

Prefácio	3
----------------	---

PARTE I

CONHECIMENTOS PRELIMINARES

Cap. I Necessidade e importância dos estudos do bem-comum	13
Cap. II Origem da ciência da economia política	19
Cap. III Dos escritores de economia política em Portugal	21
Cap. IV Dos escritores economistas portugueses no presente século	50
Cap. V Dos escritores de economia política de Inglaterra	51
Cap. VI Dos escritores de economia política da Itália	64
Cap. VII Dos escritores de economia política da França	65
Cap. VIII Dos escritores de economia política de Espanha ...	77
Cap. IX Dos escritores de economia política da Suíça	78
Cap. X Dos escritores de economia política da Alemanha..	79
Cap. XI Da possibilidade de melhoramento no governo económico	81
Cap. XII Exame das objecções contra os estudos de economia política	83

PARTE II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA POLÍTICA,
E COOPERAÇÃO SOCIAL

Advertência	93
Cap. I Dos objectos de economia política	94
Cap. II Da existência das leis fundamentais do sistema social, ou ordem civil	101
Cap. III Da fundamental lei económica	102
Cap. IV Da lei do trabalho	105
Cap. V Das fontes da riqueza das nações	107
Cap. VI Das causas da riqueza das nações	108
Cap. VII Das opiniões sobre a causa principal da riqueza das nações	109
Cap. VIII Da natureza da riqueza das nações	111
Cap. IX Da riqueza essencial das nações	113
Cap. X Da distinção entre a riqueza nacional, riqueza do Estado, e riqueza pública	115
Cap. XI Das partes componentes da riqueza nacional	116
Cap. XII Exame das opiniões sobre a natureza da riqueza das nações	118
Cap. XIII Princípios económicos de Mr. Quesnay	121
Cap. XIV Dos princípios económicos de Franklin	126
Cap. XV Observações sobre os princípios antecedentes	133
Cap. XVI Discussão das doutrinas dos economistas deste século, sobre a diferença entre a riqueza nacional e individual, e entre riqueza e valor das coisas	136
Cap. XVII Da produção e economia: dos produtores e consumidores	141
Cap. XVIII Da cooperação social	143
Cap. XIX Da ordem natural da cooperação dos homens na origem e progresso da sociedade	145
Cap. XX Observações sobre a primeira causa da riqueza das nações	147
Cap. XXI Das provisões da natureza, e instituições da sociedade, para os trabalhos necessários dos homens, e energia da operação social	149
Cap. XXII Da diferença entre os produtos do trabalho do corpo, do trabalho de espírito, e do trabalho da natureza	152
Cap. XXIII Exame da opinião dos que atribuem à mão do homem a riqueza da sociedade, e a diferença da sua indústria sobre a dos animais	156

PARTE III

TEORIA DA GERAL INDÚSTRIA; E DO VALOR; CAPITAL;
RÉDITO; INTERESSE, E EQUILÍBRIO DOS EMPREGOS

SECÇÃO I

Satisfação	161
Cap. I Das opiniões sobre a indústria	164
Cap. II Ideia clara da indústria	166
Cap. III Doutrina de Mr. Sismonde, e Say, sobre a indústria	168
Cap. IV Ideias de Mr. Chaptal sobre a indústria	171
Cap. V Dos principais estímulos da geral indústria	172
Cap. VI Doutrina de Smith no assunto antecedente	177
Cap. VII Da divisão do trabalho, ou da distribuição dos empregos na sociedade	180
Cap. VIII Do princípio que ocasiona a divisão do trabalho, e a constitui benéfica a toda a sociedade	186
Cap. IX Do princípio que amplifica ou limita a divisão do trabalho	189
Cap. X Dos requisitos à extensa divisão do trabalho	190
Cap. XI Doutrina de Smith sobre os efeitos da divisão do trabalho	194
Cap. XII Do abuso da divisão do trabalho	199
Cap. XIII Da divisão do trabalho no governo dos Estados	202
Cap. XIV Observações do professor Malthus sobre a indústria	205
Cap. XV Da ordem natural da indústria e das causas que regulam em diversas nações as proporções de sua direcção a objectos de luxo	207
Cap. XVI Observações de Lord Lauderdale no assunto	209
Cap. XVII Do interesse do Estado em excitar no povo o desejo de melhora de condição, e amor dos cômodos da vida, e honestos gozos	211
Cap. XVIII Da demanda do trabalho	212
Cap. XIX Da circumspecção da indústria	213
Cap. XX Da indústria comparativa das nações	214
Cap. XXI Da má indústria	216
Cap. XXII Observações sobre um provérbio vulgar relativo à indústria	217
Cap. XXIII Da segurança, e preferênciã de certos ramos de indústria	221

SECÇÃO II

Aos Leitores	225
Cap. I Progresso da indústria no Brasil	228
Cap. II Do progresso da indústria literária nos estudos de bem-comum	229
Cap. III Das causas da indústria activa, e regular	232
Cap. IV Das causas do adiantamento da indústria	235
Cap. V Análise das causas antecedentes	236
Cap. VI A Continuação da análise	241
Cap. VI B Doutrina de Smith sobre as causas da prosperidade das colónias	243
Cap. VII Continuação da doutrina de Smith sobre a influência da América no aumento da indústria da Europa	245
Cap. VIII Doutrina de Smith sobre o Brasil, e mais colónias da Europa na América	247
Cap. IX Nova doutrina de Mr. Sismonde sobre a indústria das nações	249
Cap. X Erros acreditados, e prejudiciais	251
Cap. XI Doutrina de Mr. Storch sobre as necessidades naturais, e factícias	253
Cap. XII Doutrina do mesmo autor sobre a origem da indústria agrícola, e manufactureira	255
Cap. XIII Da potência da natureza	256
Cap. XIV Da fertilidade da terra	257
Cap. XV Doutrina de Mr. Bentham	258
Cap. XVI Observações sobre as doutrinas antecedentes	259
Cap. XVII Opinião de Mr. Malthus no assunto	261
Cap. XVIII Do influxo da cobiça e vaidade na activa indústria	263
Cap. XIX Opinião de Mr. Canard sobre a causa da energia do trabalho	264
Cap. XX Exame da opinião de Mr. Malthus e Humboldt sobre a influência da fertilidade das terras, e benignidade dos climas, na indústria dos seus naturais	266
Cap. XXI Discussão	269
Cap. XXII Doutrinas de Mr. Malthus sobre a importância da fertilidade das terras	272
Cap. XXIII Continuação da discussão das opiniões antecedentes	276
Cap. XXIV Observações sobre as vagas declamações contra o ócio	284

Cap. XXV Do influxo da fertilidade das terras na subordinação do povo, e tranquilidade do Estado	286
Cap. XXVI Do influxo da benignidade dos climas na indústria dos povos; e do saudável clima do Brasil	287
Cap. XXVII Observações do príncipe Maximiliano na sua Viagem ao Brasil	291
Cap. XXVIII Observações de outros viajantes	295
Conclusão	298
Lista dos subscritores dos <i>Estudos do Bem-Comum</i>	300
Índice Onomástico	303
Índice Temático	309

ESTUDOS
DO BEM-COMMUM
E
ECONOMIA POLITICA,
O U
SCIENCIA DAS LEIS
NATURAES E CIVIS
DE ANIMAR E DIRIGIR
A GERAL INDUSTRIA,
E PROMOVER
A RIQUEZA NACIONAL,
E
PROSPERIDADE DO ESTADO.

P O R

JOSÉ DA SILVA LISBOA

*Do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real
Junta do Commercio, Desembargador da Casa
da Supplicação do Reino do Brazil.*

Animi imperio, corporis servitio, magis utimur.

Sallust.



RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA. 1819.

Com Licença de Sua Magestade.

**ESTUDOS DO BEM-COMUM E ECONOMIA POLÍTICA,
OU CIÊNCIA DAS LEIS NATURAIS E CIVIS
DE ANIMAR E DIRIGIR A GERAL INDÚSTRIA,
E PROMOVER A RIQUEZA NACIONAL,
E PROSPERIDADE DO ESTADO**

AO IL.^{MO} E EX.^{MO} SENHOR
D. MARCOS DE NORONHA E BRITO

Conde dos Arcos
do Conselho de Sua Majestade,
*Ministro e Secretário de Estado dos Negócios
da Marinha e Domínios Ultramarinos etc.*

Os notórios melhoramentos económicos, com que V. Ex.^a illustrou o seu governo da Baía, minha pátria, e com especialidade a fundação da Livraria Pública, e a exemplar solicitude da instrução da mocidade; excitaram-me o desejo de dedicar a V. Ex.^a estes Estudos, destinados a promover a prosperidade nacional em alguns dos objectos que ora são de seu alto ministério. Se o britânico escritor da recente História do Brasil aí dá a V. Ex.^a seus agradecimentos, pela generosidade, com que espontaneamente lhe enviou para ela socorros literários, dizendo, que, entre os melhores dias de sua vida, contava o em que recebera essa honra; de razão é que eu também, tendo particulares motivos de gratidão, preste algum testemunho de respeito ao espírito político, e carácter benfeitor de V. Ex.^a, que tem manifesto não menos o seu zelo do bem-comum, que memorável affecto à sã literatura, como uma das causas da opulência, e consideração dos Estados.

José da Silva Lisboa

*Animi imperio, corporis servitio, magis ultimur*²

Sallustio

PREFÁCIO

A *ciência económica*, a que modernamente tem dado o título de *economia política*, ou economia pública, que tem por objecto a *economia do Estado*, ou administração civil relativamente à sua indústria e riqueza, para se distinguir da *ciência política*, propriamente dita, e da economia doméstica, rural, fabril, e mercantil; se acha classificada na enciclopédia como um ramo de jurisprudência; e compreende aquela parte do direito, que estabelece os fundamentos do sistema social, ou boa ordem civil, que assegura a propriedade ou domínio das coisas, e facilita o troco dos trabalhos, territórios, e seus produtos.

O transcendente destino desta ciência é o firmar e estender o reino da justiça universal, exterminando a violência e indigência da sociedade, substituindo fiel convenção à força; e promover a correspondência da humanidade em todos os países, para os homens reciprocarem, em franco ajuste, seus bens e conhecimentos; a fim de poder cada indivíduo ter o mais convinável emprego, e a maior possível abundância do necessário, cómodo, e grato à vida, que as suas circunstâncias admitam. Para esse efeito cumpre inquirir as leis naturais, que regulam a produção, acumulação, e distribuição dos frutos da terra e indústria dos estados, e a sua população.

Os estudos desta ciência (que justamente se podem dizer *estudos do bem-comum*) ainda não entraram em plano de geral educação, sendo

² Usamos mais o poder de espirito e a escravidão do corpo.

AO IL.^{MO} E EX.^{MO} SENHOR
D. MARCOS DE NORONHA E BRITO

Conde dos Arcos
do Conselho de Sua Majestade,
*Ministro e Secretário de Estado dos Negócios
da Marinha e Domínios Ultramarinos etc.*

Os notórios melhoramentos económicos, com que V. Ex.^a illustrou o seu governo da Baía, minha pátria, e com especialidade a fundação da Livraria Pública, e a exemplar solicitude da instrução da mocidade; excitaram-me o desejo de dedicar a V. Ex.^a estes Estudos, destinados a promover a prosperidade nacional em alguns dos objectos que ora são de seu alto ministério. Se o britânico escritor da recente História do Brasil aí dá a V. Ex.^a seus agradecimentos, pela generosidade, com que espontaneamente lhe enviou para ela socorros literários, dizendo, que, entre os melhores dias de sua vida, contava o em que recebera essa honra; de razão é que eu também, tendo particulares motivos de gratidão, preste algum testemunho de respeito ao espírito político, e carácter benfeitor de V. Ex.^a, que tem manifesto não menos o seu zelo do bem-comum, que memorável affecto à sã literatura, como uma das causas da opulência, e consideração dos Estados.

José da Silva Lisboa

Animi imperio, corporis servitio, magis ultimur^a

Sallustio

PREFÁCIO

A *ciência económica*, a que modernamente tem dado o título de *economia política*, ou economia pública, que tem por objecto a *economia do Estado*, ou administração civil relativamente à sua indústria e riqueza, para se distinguir da *ciência política*, propriamente dita, e da economia doméstica, rural, fabril, e mercantil; se acha classificada na enciclopédia como um ramo de jurisprudência; e comprehende aquella parte do direito, que estabelece os fundamentos do sistema social, ou boa ordem civil, que assegura a propriedade ou domínio das coisas, e facilita o troco dos trabalhos, territórios, e seus produtos.

O transcendente destino desta ciência é o firmar e estender o reino da justiça universal, exterminando a violência e indigência da sociedade, substituindo fiel convenção à força; e promover a correspondência da humanidade em todos os países, para os homens reciprocarem, em franco ajuste, seus bens e conhecimentos; a fim de poder cada indivíduo ter o mais convinável emprego, e a maior possível abundância do necessário, cómodo, e grato à vida, que as suas circunstâncias admitam. Para esse efeito cumpre inquirir as leis naturais, que regulam a produção, acumulação, e distribuição dos frutos da terra e indústria dos estados, e a sua população.

Os estudos desta ciência (que justamente se podem dizer *estudos do bem-comum*) ainda não entraram em plano de geral educação, sendo

^a Usamos mais o poder de espírito e a escravidão do corpo.

aliás indispensáveis aos que se empregam em alguma repartição de administração económica, judicial, mercantil, e financeira.

A Ordenação do Reino liv. I, tit. 66, § 28 supõe instrução neste assunto aos que intitula *bomens bons da terra*, que a lei chama para a governança municipal dos conselhos das cidades e vilas, a quem recomenda considerar *todas as coisas que a bem-comum cumprirem*.

O senhor rei D. José, de gloriosa memória, que projectou a reforma do governo económico da monarquia, começou pela dos estudos públicos, e extermínio de abusos nas aulas, e praças.

Na capital do reino de Portugal se havia introduzido uma corporação sem autoridade soberana, intitulada - *Mesa dos Homens de Negócio que conferem o Bem-Comum do Comércio*, a qual, em vez de promover o bem público, ou geral interesse (que são sinónimos de bem-comum) só procurava as suas particulares conveniências, a ele contrárias, promovendo o espírito de corpo, e de monopólio, que afectavam por patriotismo, e zelo do serviço da nação; o que motivou a sua abolição pelo decreto de 30 de Setembro de 1755.

A falta de justas ideias do que é *bem-comum*, e dos verdadeiros interesses do comércio nacional, inspirou ao mesmo soberano o criar uma *aula de comércio*, e uma *junta de comércio*; aquela, para instrução da mocidade destinada à profissão da mercância; e esta, para a boa direcção dos negócios mercantis conforme aos bem entendidos interesses do Estado; e, para generalizar e consolidar o espírito de honra, fazendo entrar o corpo do comércio para o *Grémio do Crédito Nacional*, ordenou a matrícula dos negociantes de grosso trato, e dos mercadores de retalho, pela lei de 30 de Agosto de 1770, em cujo preâmbulo estranha o absurdo (que atribui aos erros e males dos calamitosos tempos da decadência da indústria, riqueza, e prosperidade da nação) de qualquer indivíduo denominar-se *homem de negócio*, sem ter aprendido os princípios da probidade, boa fé, e cálculo mercantil, com ignomínia e prejuízo de tão *proveitosa, necessária, e nobre profissão*. Também na reforma da universidade de Coimbra ordenou que, no curso jurídico, na cadeira do direito natural se dessem lições da *económica*. Porém, não obstante essas e outras providências de óptima intenção do legislador, houve pouco adiantamento nos estudos do bem-comum, e pouca utilidade prática nos institutos e estabelecimentos económicos; porque eram, a esse tempo, em toda a Europa mui diminutos, ou erróneos, os princípios de economia política, que verdadeiramente só começaram a aparecer depois da imortal obra de Adam Smith, que veio à luz em Inglaterra em 1776, já quando Deus havia levado a si o grande monarca, que projectou o restabelecimento da nação.

Todavia na legislação nacional se acham as bases do sistema social, próprias a exaltar a monarquia lusitana, para figurar competentemente no teatro político; e ora principalmente depois das, para sempre memoráveis, leis de 16 de Dezembro de 1815, e de 13 de Maio de 1816, em

que se uniram em um só corpo político e incorporaram sem um só escudo, as terras e armas dos reinos de Portugal, Brasil, e Algarves.

Havendo tido aceite e favor os *Princípios de Direito Mercantil*, que desde 1798 fui publicando em oito tratados elementares, que ofereci à mocidade destinada ao comércio; tendo diligenciado adquirir instrução no direito económico, que é ainda de mais universal interesse, por compreender o de todos os estados e indivíduos, que não podem existir sem os meios necessários à vida presente; ora comunico à mesma mocidade o resultado dos meus estudos nesta importante literatura, que também envolve (como diz o dito mestre da *Riqueza das Nações* no liv. 5, cap. 1, art. 3) a instrução religiosa, cujo objecto não é tanto formar um povo de bons cidadãos neste mundo, como o prepará-los para outro e melhor mundo na vida futura.

O presente trabalho vem a ser um comentário das declarações da seguinte legislação pátria; com as modificações que me pareceram necessárias a rectificar alguma das suas regras, conforme às mais ilustradas opiniões do século.

A Ordenação do Reino liv. 1, tit. 66 citada (que é um dos fundamentais regimentos económicos) recomenda aos que entram nos conselhos das cidades e vilas - *saber, e entender*, porque a terra, e os moradores dela, possam *bem viver*, e nisto hão-de trabalhar.

O alv. de 13 de Novembro de 1756 declara no preâmbulo: «o meu régio e paternal desejo é o aliviar e restabelecer os povos que Deus me confiou, de sorte que, mediante a divina assistência, os possa restituir ao estado de viverem à sombra do trono em paz e abundância; contribuindo todos reciprocamente para o bem-comum».

O *Directório dos Índios*, que se mandou observar no Brasil pelo dito soberano em o alvará de 17 de Agosto de 1758, sendo um compêndio da ciência económica, adaptado à inteligência de povos rudes, contém os seguintes transcendentos teoremas no § 36 e 37. «Entre os meios, que podem conduzir qualquer república a uma completa felicidade, nenhum é mais eficaz, que a introdução do comércio; porque ele enriquece os povos, civiliza as nações, e consequentemente constitui poderosas as monarquias. Consiste essencialmente o comércio na venda, ou *comutação dos géneros*, e na *comunicação com as gentes*. É certo indisputavelmente, que *na liberdade consiste a alma do comércio*. Esta é a primeira, e mais substancial máxima da política».

A lei de 18 de Agosto de 1769 § 9, em que o reformador do governo económico destinou libertar a nação do jugo do direito romano, e *leis imperiais*, e dirigir os aspirantes às magistraturas para o estudo das leis políticas e económicas das monarquias cristãs declarando, que os jurisconsultos antigos não tiveram clara ideia das leis naturais da sociedade civil, havendo o império de Roma procurado a grandeza, e riqueza pela conquista e dominação dos povos, e não pela indústria pacífica, e correspondência mercantil; reconhece a superiori-

dade da política moderna, pela qual, a *agricultura, fábricas, comércio, navegação, aritmética política, e economia do Estado, constituem boje importantes objectos dos governos supremos.*

A Carta Régia de 7 de Março de 1811, dirigida ao clero, nobreza, e povo de Portugal, dando em suma as razões de se ter alterado a economia do Estado pela nova legislação do bem-comum, começada pela outra Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808, pela qual se abriram os portos deste principado, ora reino, do Brasil, ao comércio estrangeiro, declarou ser essa resolução soberana fundada em - *Grande e Liberal Sistema de Economia Política.*

Os princípios deste sistema, de que el-rei nosso senhor D. João VI deu magnífico exemplo, e grande lição, aos estados cultos, e que verosimilmente, em mais próxima ou distante época, serão adoptados pelas potências que têm colónias na América, ainda não são, segundo cumpria, bem e geralmente entendidos, por todas as classes da nação, e mui pouco estudados pelo corpo do comércio, aliás um dos mais próprios a promover a prosperidade do Estado. É notória a discórdia de opiniões, com que, até em diatribes impressas fora do país, se tem porfiado em desluzir a nova legislação, ainda depois da paz geral, e dita lei de 16 de Dezembro de 1815, que declarou a união dos três reinos de Portugal, Brasil, e Algarves, pondo em consequência fim ao sistema colonial, e monopólio da metrópole.

A principal causa de falta de unanimidade de sentimentos em objecto de tão vital interesse da monarquia, é o não ter entrado no plano dos estudos da aula do comércio¹ senão os regulamentos das nações comerciantes relativos aos contratos do comércio terrestre e marítimo, operações de câmbios, escriturações de livros mercantis; e não o ensino dos princípios fundamentais da ciência económica.

Esta mesma falta se nota ainda nos países mais afamados pela vastidão de seu comércio. Isto é bem observado pelo dito Adam Smith, o maior economista da Europa, o qual no liv. 4, cap. 2 da sua grande obra da *Riqueza das Nações* diz - os comerciantes sabem perfeitamente em que maneira eles se enriquecem; é seu negócio sabê-lo; mas o saber em que maneira a nação se enriqueça, não faz parte do seu negócio. Por isso têm sempre requerido e sugerido aos governos regulamentos restritivos da competência no mercado, não só contra os estrangeiros, mas ainda contra os naturais, em estreitas vistas do interesse particular, sem comprehensiva policia do bem geral. Não é pois de admirar a pertinácia, com que, ainda agora, d'aquém e d'além mar, não se vê no liberal sistema estabelecido a adorável dispensação da divina providência, pela qual, segundo bem reflecte o celebrado autor do *Espírito das Leis* no liv. 21, cap. 4, *o mundo, de tempo em tempo, se põe em situação, que muda o comércio.*

¹ Estatutos de 19 de Abril de 1759.

Para se animar o verdadeiro espírito comercial já em 1804 dei à luz em Lisboa um compêndio de *Princípios de Economia Política*, como parte dos *Princípios do Direito Mercantil*, conforme ao prometido; aí anunciando tenção de oferecer obra mais ampla, se o público desse aceite e favor a esse esboço dos sistemas económicos dos escritores que até então eram reputados os coriféus de tão interessante literatura. Como esta porém daí em diante teve grandes avanços, pelos numerosos escritos dados à luz em Inglaterra e França, que são os estados havidos pelos mais rivais da Europa, e que ostentam honorífica emulação nos estudos do bem-comum; e também pelos memoráveis diplomas dos gabinetes e senados de nações marítimas, que têm convertido a atenção dos sábios e estadistas para este ramo dos conhecimentos humanos, de cujos progressos racionalmente se espera o estabelecimento do melhor *sistema social*, e a civilização geral; submeto à indulgência da nação a compilação que fiz do que achei de mais instrutivo, e menos problemático, no que até agora se tem oferecido à discussão da República das Letras; na esperança de servir de subsídio aos que não tiverem a oportunidade de consultar as obras originais, que indicarei para os que se resolverem a aprofundar a ciência. Recomendando porém com preferênciam os escritores ingleses nesta matéria; não só porque nesta nação há mais imparcial tribunal da opinião pública, sendo livre dizer-se o *pró* e *contra*, e, no conflito das animosidades políticas e literárias dos outros países, a verdade pode surgir mais acrisolada, e prevalecer; senão também porque até esta preferênciam é hoje quase geralmente reconhecida, por ser o país de mais extensão de estudos do bem-comum.

Vali-me com preferênciam das doutrinas de Smith, Malthus, Ricardo, que sobressaem, como escritores originais, profundos, e didácticos, e que se podem intitular os *trúnaviros da economia política*; por terem elevado à dignidade de ciência esta literatura, e contribuído para o seu progresso com rapidez, e maior número de princípios exactos, mostrando os erros das antecedentes opiniões comuns. Smith a caracterizou como um *ramo da ciência do legislador e homem de Estado*. Malthus afirma ser a única ciência de que talvez se possa dizer, que a ignorância dos seus capitais aforismos não é só privação de bem, mas grande positivo mal. Ricardo se propôs resolver o que chama *principal problema* da importante ciência da economia política, o determinar as leis, que, nos diferentes estados da sociedade, progressivo, estacionário, ou retrógrado, regulam a distribuição dos produtos da terra, segundo as proporções que competem às suas diferentes classes, a título de salário, proveito, e renda. Todos estes insígnies mestres fazem ver, que, na ordem social, nada é vago e arbitrário, e tudo depende de leis constituídas pela inteligência infinita, que ligou o físico ao moral, e segurou a observância das mesmas leis por imutáveis sanções de miséria ou felicidade, vida ou morte, dos indivíduos ou estados.

Ainda que procurei a *boa razão* em quaisquer obras das nações letradas, contudo ingenuamente confesso a minha predilecção (bem que autorizada), às dos escritores da nação amiga e aliada da coroa portuguesa, na matéria presente. Para satisfazer aos cordatos, direi em apologia, que tenho por excusa (se é necessária) o imparcial juízo da célebre Stael, admirada escritora da Europa neste século, que, fazendo justiça aos famosos autores da espirituosa nação francesa, apregou a preeminência dos da judiciosa nação inglesa, nas doutrinas que mais interessam a sociedade civil; assim dizendo na sua obra de 1812 *Da Literatura Considerada nas suas Relações com as Instituições Sociais*: «os ingleses se têm adiantado nas ciências filosóficas, como na indústria comercial, com ajuda da paciência e do tempo: o espírito de cálculo que regulariza na sua aplicação as combinações abstractas; a moralidade, que é a mais experimental de todas as ideias humanas; o interesse do comércio; o amor da liberdade ordenada; têm sempre dirigido os ingleses a *resultados práticos*. Que obras têm empreendido para servir utilmente aos homens; para a educação dos meninos; para alívio dos necessitados; *para a economia política*, legislação criminal, e ciências morais! Que filosofia nas especulações! Que respeito à experiência na escolha dos meios! Raras vezes há na França quem se lisonjeie de influir por bons escritos sobre as instituições de seu país: somente se cuida em ostentar engenho, até nas discussões mais sérias. Ainda um sistema verdadeiro é exagerado em paradoxo, etc.».

Nestes *Estudos* fiz particular empenho de examinar um dos mais importantes problemas de economia política, indicado por Smith logo na introdução da sua obra, mas não desenvolvido por ele, nem, até o presente, pelos seguintes economistas, sendo aliás de uma consequência que vai além de todo o cálculo: a saber: «se para a riqueza e prosperidade das nações mais contribui, e em que proporções, a *quantidade do trabalho*, ou a *quantidade da inteligência* na animação e direcção da geral indústria!» Isto é ainda um *desideratum* na República das letras.

Intento mostrar, que o officio do economista deve ser, não o carregar a sociedade de trabalhos mecânicos, braçais, e penosos; mas inquirir os eficazes meios de os aliviar indefinidamente, pelo estudo das leis e obras do criador, substituindo o *trabalho da natureza* ao trabalho da humanidade; a fim de que a natureza seja a *principal obreira* nos estados cultos, cooperando cada individuo, com o seu especial talento e exercício das faculdades do espírito e corpo, em conhecer e aplicar as potências e vias com que ela opera na produção, forma, e transferência das coisas visíveis, valendo-se delas em seu benefício, para assegurar a necessária e conveniente cópia dos bens da vida: a fim de *terem os homens a maior riqueza possível, com o menor trabalho possível*.

Este problema é digno de se meditar, e se fazer diligência de se resolver, para se estabelecer o *princípio transcendente* da economia política. Ele não é de simples curiosidade especulativa, mas de suma importância prática. Se todos os governos se convencessem, que a inteligência nas operações da sociedade é quase tudo para o acerto, e influxo na boa ordem dos povos, e na riqueza e potência dos estados, seriam incessantemente desvelados na educação nacional, para propagar as luzes das artes e ciências, que habilitam a todas as classes à útil cooperação social, tendo cada vez mais, em ajuda de suas tarefas, o auxílio da natureza, para subministrar-lhes os mais poderosos e perfeitos agentes e instrumentos do trabalho necessário. Assim se reconhecerá, que a economia política é verdadeiramente *física social*, e *dinâmica civil*, fundando-se a relativa civilização, e opulência dos países, no seu comparativo cálculo de emprego das forças do espírito e corpo na indústria nacional.

Esta teoria é com especialidade interessante nesta parte do mundo novo; pois, ainda que a natureza seja benigna aos habitantes dos trópicos, ajudando muito ao trabalhador com a fertilidade da terra, e frescura das virações; contudo, estando na região do sol, não lhes dá a robustez corporal dos países frios, em que os homens melhor suportam os trabalhos duros. Cumpre-lhes pois adquirir superiores forças intelectuais, para usarem mais do *império do ânimo* que do *serviço do corpo*, tendo sempre por si a natural obreira, para os suprimentos e gozos da vida. Além disto têm poucos braços para o imenso território: convém valerem-se dos engenhos, não olhando, como até agora, para África, mas constantemente para Europa, a mãe dos grandes varões, que fundaram as colônias da América, e que têm pela providência indissolúveis laços de união política e mercantil, para mútua dependência de suas produções, na admirável distribuição com que o Criador variou os climas e dons de sua inefável bondade, a fim do bem-comum de todas as partes da terra.

O sobredito Smith, mui principal mestre na economia política, e que primeiro mostrou com evidência, que a produção dos bens da vida se proporciona à *extensão do mercado*, e que, por este meio, a *mão invisível* do Criador, do conflito dos interesses particulares, extraía, pelo comércio franco legítimo, o bem geral, aconselhando aos administradores públicos o consultarem sempre a *sabedoria da natureza* na ordem civil, e não a presunçosa arrogância do juízo humano, assim anima aos que intentam escrever sobre as doutrinas económicas na sua *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Para se avivar o espírito público de uma nação não há expediente mais adequado, do que fazer tomar o povo no coração os interesses de seu país; e, para esse efeito, convém mostrar-lhe, como nos estados de melhor economia pública se tem mais abundância de sustento, vestido, e cómodos da vida. As teorias sobre estes objectos, sendo razoadas, e

praticáveis, são de todas as obras especulativas as mais úteis; ainda as mais fracas, não são destituídas de proveito; pelo menos, servem de animar os homens para o estudo dos meios da felicidade social.

Não se espere que fatigue o público sugerindo planos de visionária prosperidade, que o sistema do mundo visível não admite, e ainda menos à vista do evidentemente decaído estado da constituição da humanidade; nem que iluda aos aspirantes a fortunas com esperanças de opulência sem indústria honesta, activa, e bem dirigida, e ainda menos com generalidade e igualdade nos objectos de gozo não essenciais à vida natural e civil. A economia política só se propõe o promover a *riqueza das nações*, e não a dos indivíduos, que depende de casualidades e circunstâncias; antes não é do interesse social que se acumule desmedidamente em poucos indivíduos e países, mas se distribua, com aproximativa regularidade, por todas as classes e nações.

Reconheço a minha insuficiência para desempenhar o propósito desta obra; mas, estando no último quartel da vida, e carregado de obrigações de officio, vendo a impossibilidade de ulterior correcção, deixo essa tarefa a mãos mais hábeis; sujeitando-me em tudo ao juízo dos que o nosso épico intitula *experimentados no real conselho*, que... sabem o como, o quando, e onde as coisas cabem.

PLANO DA OBRA

- Parte I - Conhecimentos preliminares
- Parte II - Princípios fundamentais de economia política, e cooperação social.
- Parte III - Teoria da geral indústria; e do valor; capital; rédito; interesse; e equilíbrio dos empregos económicos.
- Parte IV - Análise dos ramos principais do trabalho particular, e dos seus produtos.
- Parte V - Dos instrumentos do trabalho, e máquinas de abreviar e aperfeiçoar as suas obras.
- Parte VI - Da crusocracia, ou potência do dinheiro, ou meio circulante em metal, ou papel de crédito.
- Parte VII - Dos bancos de circulação, e depósito.
- Parte VIII - Polícia do tirocínio das artes.
- Parte IX - Expedientes da abundância pública dos géneros necessários
- Parte X - Exame dos sistemas de animar a indústria, promover a riqueza nacional, estender e melhorar a população.
- Parte XI - Análise da causa principal da riqueza, prosperidade, e potência dos estados.
- Parte XII - Teoria do serviço, rédito e crédito público.
Cronologia dos melhoramentos do governo económico.

PARTE I

CONHECIMENTOS PRELIMINARES

CAPÍTULO I

Necessidade e importância dos estudos do bem-comum

Viver, e viver bem, é o voto de todos os povos. Vivendo os habitantes de qualquer país independente, de uma porção dos produtos de geral indústria, que constituem a riqueza nacional; devendo a renda do Estado ser mui considerável parte dessa riqueza, posta à disposição do governo para os serviços públicos, sem obstar, antes mais abrir, as fontes da mesma riqueza; proporcionando-se a prosperidade das nações à abundância do necessário e cómodo à vida, à segurança das pessoas e propriedades, e à certeza de útil emprego dos indivíduos, que tal riqueza e renda podem dar; é manifesto o interesse dos estudos do bem-comum, e do melhor sistema de economia política, que se propõe inquirir as originaes causas, e eficazes meios, conforme às leis fundamentais da ordem civil, ou sistema social estabelecido pelo regedor do universo, de animar a indústria produtiva de todas as classes da sociedade, com o destino de *enriquecer o povo, e o soberano*, como diz Smith.

A história, e a experiência mostram, que onde a geral indústria é dirigida com maior inteligência e observância destas leis, e, em consequência, a riqueza nacional é mais rectamente adquirida, e melhor

aplicada, não só o Estado tem mais sólidos estabelecimentos religiosos, políticos, militares, náuticos, literários, e comerciais, com progressivas benfeitorias públicas, que dão respeito, crédito, e esplendor à nação; mas também neles predominam as virtudes morais, principalmente da beneficência e caridade, cuja matéria e exercício supõe no país a preexistente cópia dos suprimentos indispensáveis à existência dos homens. A comparação dos impérios antigos e modernos, em que, mais ou menos, prevaleceram a inteligência e observância das ditas leis, manifesta proporcionais resultados de sua relativa civilização, riqueza, potência, e estabilidade.

A incúria dos estudos desta ciência tem sido causa de grandes males, ainda em as nações cultas; podendo-se em verdade dizer, que, na maior parte, estes se resolvem, por última análise, em erros económicos; pois, não só nos conceitos do vulgo, mas também nos regulamentos municipais, não obstante a boa intenção, parece ter-se antes organizado em sistema a pobreza do que a riqueza dos povos; desanimando-se o geral trabalho, e o interesse da honesta acumulação de fundos, que dão o alimento da indústria produtiva.

Felizmente, comparando-se o estado actual dos conhecimentos da economia dos estados, e dos regulamentos dos governos das nações mais cultas, não obstante se poder ingenuamente dizer, que a ciência da economia política apenas se acha no estado de infância; com tudo vê-se, que a prática actual já está em imensa distância ainda do tempo dos melhores dias do império grego e romano, quase com a mesma diferença que a canoa e a indústria dos selvagens a respeito das naus de três pontes, e das artes das nações que ora mais se distinguem no teatro político.

Em economia política não há quem não se arrogue o direito de dar decisões arbitrárias sobre as suas mais importantes questões, aliás não tendo o menor estudo da ciência, a qual tem ainda pior sorte que a medicina, em que até as ínfimas classes dão suas receitas, e inculcam panaceias: digo pior sorte; porque nestas, arriscam-se as vidas dos particulares; mas naquelas, perpetua-se a fraqueza, e periga a existência dos estados.

Não há quem não apregoe vagamente, que a agricultura, comércio, fábricas, e navegação, são as fontes da riqueza dos estados; mas poucos estudam o como estas fontes sejam puras, desobstruídas, e perenes, para fazerem frutificar a geral indústria. Todos reconhecem a necessidade da observância do direito da propriedade, e liberdade civil; porém muitos procuram manter monopólios antigos, e adquirir novos, sem atenderem à propriedade e liberdade do público, e aos forais da nação.

Rara é a conversação e transacção mercantil, ou provimento da economia doméstica, em que não se suponha, e controverta algum ponto de economia política, sobre alta ou baixa de preços, carestia de víveres, falta de dinheiro, travessia de abarcadores, artes de monopolistas, ini-

quidade de usurários, mercadorias proibidas, anos de esterilidade, receio de fomes, ruína da indústria, estagnação de comércio, contrabandos, impostos, descaminhos, perda de crédito particular e público, bancos, tratados comerciais da nação. Todos pretendem segurança, franqueza, e imunidade no seu; porém grande parte do vulgo quer restrição, violência, e taxa no alheio; e até os mais afoitos importunam o governo com planos e arbítrios sobre as mais difíceis matérias da administração civil, sem ter visto ainda livro elementar de tão complicada ciência, que se pode dizer a *arte das artes*, de bem manter e felicitar as nações.

Além disto em todos os povos se tem perpetuado, como aforismos certos, terríveis prejuízos sobre os meios da geral indústria, abundância pública, e riqueza do estado, que antes ocasionam penúria do maior número de indivíduos, e pobreza nacional, posto que enriqueçam a alguns mimosos da fortuna, com extrema desigualdade das condições dos que carregam com os maiores trabalhos da sociedade.

Observam-se vastos países, antigamente celebrados pela sua fertilidade, população, e riqueza, como, por exemplo, a Síria e o Egipto, ora despovoados, pobres, e sem poder político; entretanto que a Inglaterra e a Rússia, de áspero clima, e antigamente de povos bárbaros quando floresciam aqueles estados, actualmente sobressaírem no teatro da civilização, brilhando em riqueza e potência. Sem dúvida as causas físicas não influem na desmarcada diferença; pois o sol, e as chuvas não deixam de produzir seus efeitos na vegetação dos primeiros países, nem seus portos e rios se mudaram; só pois causas morais, e as infalíveis consequências da sabedoria de seus governos, e de melhor sistema económico, têm produzido o contraste nos segundos.

Ainda que antigamente se considerasse esta ciência como privativa dos legisladores, e estadistas, contudo presentemente nos mais lustrados governos estão reconhecidas a utilidade e necessidade de seus estudos, especialmente na classe dos empregados públicos em alguma estação do governo económico; não só para fiel execução das leis respectivas, mas também para terem os conhecimentos necessários a dar as informações, e fazerem as representações convenientes, às autoridades superiores, sobre as dificuldades práticas das regulações estabelecidas, e os praticáveis melhoramentos na economia do estado. Além de que é bem notado por um¹ dos mais acreditados mestres da ciência que, «para uma nação gozar das vantagens de um bom governo económico, não basta que os seus chefes estejam no estado de adoptar os melhores planos em todo o género; é preciso de mais que a nação esteja em estado de os receber».

Por isso, a fim de se estender a instrução pública sobre tal objecto, estão presentemente estabelecidas cadeiras de economia política na Inglaterra, França, Itália, e Alemanha.

¹ Say, *Traité d'Économie Politique*, Discours préliminaire, pag. 41, 2ª ed.

Até na Polónia em 1806 a universidade de Vilna (ora incorporada no vasto império da Rússia) propôs à República das Letras o programa de uma memória em qualquer língua, para ser premiada, em que exactamente se delineassem as diferenças e conformidades dos três sistemas, *agrícola, mercantil, e liberal*, dos mais acreditados coriféus dessa literatura.

Já em 1799, por aviso régio da Secretaria de Estado de 27 de Abril, se aprovou e autorizou o plano, incorporado na colecção das leis, de uma estatística, proposto por um engenheiro nacional, para se conhecer o estado da riqueza, indústria, população, e economia pública; determinando-se, para o seu bom êxito, o auxílio das luzes e diligências, não só das câmaras das cidades, e vilas, mas também das corporações eclesiásticas. Porém estes trabalhos estatísticos, sendo mui importantes pela *colecção de factos*, só podem ser úteis sendo mais comuns os estudos de princípios económicos, combinando-se a prática com a teoria, para a segurança da verdade, e manutenção do bem público.

O terrível choque que a Europa e América sofreram no fim do século passado, e que abalou os fundamentos da esperança da *perfectibilidade social*, atrasando os estudos úteis para esse destino, e até sugerindo indiferença e desconfiança ao adiantamento da inteligência humana, ainda nos objectos de imediato interesse à vida, e paz geral, impossibilitou dirigir-se a atenção dos estudiosos para inquirição dos eficazes meios da prosperidade pública, fundados nas leis do sistema cosmológico, de cujo conhecimento deve resultar o maior bem possível da humanidade, e de qualquer nação.

Agora convém que nesta parte do Novo Mundo não se estime somente a *Georgia do território*, mas também a *Georgia do espírito*, conforme a frase e lição de Bacon, que, com o seu *Novo Orgão das Ciências*, deu o mais espiritual sopro aos estudos úteis das nações modernas, ensinando o seu método analítico de achar a verdade, por observações e experiências de factos que estão aos olhos do mundo, para deles se deduzirem os sólidos princípios e sistemas que regulem a sociedade.

Posto que já seja bem reconhecido o absurdo dos antigos escritores, que exageravam, por via de regra, como de superior importância, a parte da literatura que era objecto de sua obra, quando aliás é inquestionável a mútua dependência com que se ligam todos os ramos das ciências; contudo é não menos certo, que alguns são de tão fundamental interesse, que, sem os seus estudos, nenhum dos outros pode prosperar, e nem ainda consideravelmente existir. Este carácter, depois dos estudos da religião cristã, com justiça pertence aos de economia política.

Bem notou o economista sagrado² - A sabedoria vem no tempo do descanso. Não se podem os homens aplicar ao estudo das ciências, enquanto são forçados aos trabalhos mecânicos da vida, e não houve-

² Eclesiastes, cap. 38, vers. 25.

rem no país acumulados fundos de riqueza nacional, com que, em salário particular ou público, sejam mantidos, durante que se aplicam aos estudos das leis e obras do Criador, e dos actos da sociedade, para com seus escritos, ou empregos do Estado, ser úteis a seu país, e ao género humano, com digno trabalho intelectual. Consequentemente não é possível haver grande sabedoria, onde não preexiste grande riqueza nacional. Por isso com razão disse um dos nossos mais insígnos escritores, e dos primeiros donatários do Brasil, que também projectou (ainda que não empreendeu) um tratado da economia e política, citando o célebre dito do mestre de Alexandre Magno - *primeiro é enriquecer, e depois filosofar* -, e dando a razão, porque - *o engenbo se acanha na ocupação do necessário*³.

Não posso além disto deixar de ponderar mais uma razão em abono dos estudos que desejava generalizar. O celebrado autor do *Espírito das Leis* no liv. 19, cap. 18 diz - *A religião cristã, pelo estabelecimento da caridade, culto público, participação dos mesmos sacramentos, parece demandar que tudo se una*. A economia política, supondo o estabelecimento desta religião (a que a coroa portuguesa se gloria de ser fidelíssima) caminha, ainda que de longe, em seus vestígios, procurando, pelo comércio universal, a geral benevolência, e a pacífica união de todas as regiões da terra, comunicando-se reciprocamente os homens seus bens e conhecimentos. Daí deve resultar: 1º cumprir-se a primordial lei pragmática do regedor da sociedade. - *Comerás de trabalhos, cresci, multiplicaí, e enchei a terra*⁴; 2º propagar-se a lei evangélica de luz e revelação às gentes, para glória de Deus, e paz aos homens benévols; visto que um dos veículos da execução destas leis é *o comércio franco legítimo*, que tende a animar, bem dirigir, e generalizar os trabalhos úteis da cooperação social, e dar o maior recíproco valor aos frutos da terra e indústria de todos os países; mostrando em todá a parte, qualquer que seja a forma de governo, ou diferença de seitas, que em todos os países se reconhece a necessidade de trabalho honesto, direito da propriedade, boa fé nos ajustes, ódio à violência, hospitalidade a estrangeiros (como por assim dizer), artigos de comum símbolo, pela irresistível evidência de seu geral interesse.

Isto é felizmente indicado por um insígne escritor moralista de Inglaterra, Thomas Gisborne na sua obra da *Inquirição dos Deveres do Homem*, cap. 13. «O transcendente propósito do comércio, e consequentemente toda a ocupação e profissão que existe pelo seu subsídio, parece destinado pela vontade da providência a promover a cultura da terra; extrair para os usos da vida os seus ocultos tesouros; excitar, e aguçar a inventiva indústria do homem; unir toda a espécie humana em laços de fraternal conexão; aliviar as suas necessidades, e aumentar os

³ Barros, *Apologia*.

⁴ Génesis, cap. 1, vers. 28.

seus confortos, pelo troco das mercadorias supérfluas aos respectivos originais possuidores; abrir caminho ao progresso da civilização, à correnteza da literatura, extensão da ciência, recepção do cristianismo; e assim avançar ao último fim, a que todos os desígnios e dispensações de Deus, bem como raios de luz convergentes a um ponto central, parecem evidentemente dirigidos, *ao aumento da soma da geral felicidade*.

«As nações e os indivíduos, planificando ou executando empresas comerciais, raras vezes alargam as suas vistas além da esfera da sua própria imediata vantagem. O imediato objecto, ainda dos bons governos, quando animam o comércio, é meramente para o fim de se encherem os cofres públicos, fortificar-se a marinha nacional, e assim fazer-se o estado formidável às potências rivais. O alvo dos indivíduos em dar actividade a seus tráficos, communmente se limita a adquirirem subsistência, riqueza e consideração para si e sua família. Contudo, quando o governo é atento ao interesse nacional, e o indivíduo ao seu único proveito, ambos em muito casos, manifestamente promovem, ainda que sem directa intenção, o divino plano do universal bem». Contra este plano benéfico a ignorância, ingratição, e malícia, se têm conspirado em todos os séculos e países, para seu próprio mal físico, e moral. Barbarismo, tirania, monopólio, pirataria, têm destruído e embaraçado o comércio do mundo, e produzido a pobreza e miséria das nações, sendo isso uma das principais causas de, segundo a lamentação do cantor do comércio do oriente, haver

*Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade aborrecida*

Mas, pela adorável economia da divina providência, o prelo, astro-lábio, câmbio, telégrafo, estão hoje em confederação contra a dita liga inimiga; e de sua constante aliança é de esperar o estabelecimento de perfeito sistema social.

É pois o economista o auxiliar do moralista: este com o catecismo religioso procura sempre atrair todos os homens à prática das virtudes, que asseguram a felicidade da vida futura, corrigindo os egoísticos interesses desordenados, e as extremas desigualdades das fortunas, com preceitos e exemplos da lei evangélica, que manda tesaurizar os tesouros no céu, suprimindo os necessitados com as superfluidades dos nossos haveres, para (conforme se explica o apóstolo das gentes⁵) *guardar-se a igualdade*, certos de que, no Juízo Final, nos será levada em conta a caridade com que se deu alimento ao que teve fome; vestido ao nú; curativo ao enfermo; agasalho ao hóspede, etc. O economista, inquirindo os eficazes meios de haver na sociedade sempre abundante cópia do necessário e cómodo á vida, boa distribuição, e recto uso dos bens no presente estado de peregrinação, disciplina, e prova, contribui para a generalização das virtudes sociais.

⁵ S. Paulo, *Epístola aos Coríntios*, VIII v. 14.

CAPÍTULO II

Origem da ciência da economia política

Ainda que em todos os séculos e países de algum grau de civilização, os respectivos governos estabelecessem por instituições e leis a sua particular economia do Estado, para se firmar nos povos a ordem civil, segurança pública, e administração da justiça, e com elas a subsistência, indústria, e riqueza da *tribo* ou nação; contudo esta matéria não pareceu objecto de ciência. Parece que em toda a parte se considerou suficiente o poder do soberano, e o interesse dos indivíduos, para se fazer o trabalho indispensável a se produzirem, accumularem, e distribuírem as coisas, que dão o necessário, cómodo, e agradável à vida.

Porém a história mostra, que, logo depois que se reconheceu o direito da apropriação de terras, e dos fundos colhidos pela indústria dos homens, e em consequência se originaram e distinguiram as três constituintes classes da sociedade civilizada, e que formam o corpo das nações, a saber, de *proprietários, capitalistas, e salarizados*, também logo se complicou o sistema social, cessando a comunidade de bens primitiva, e o produto da terra e indústria veio a pertencer, em diversas proporções, aos indivíduos das ditas classes; resultando daí desigualdade de condições e fortunas, e até conflito de interesses e direitos.

Daí em diante a produção e distribuição dos bens da vida, ficou dependente das leis necessárias ao estado da sociedade já diverso da sua origem, e o governo económico não se pôde só reger pelo antigo estado patriarcal dos cabeças, ou chefes de família, ou *tribos*, que prescreviam e dirigiam os trabalhos necessários à comum subsistência, e onde a obediência filial e a autoridade paterna eram suficientes para a subordinação e administração doméstica durante esse regime. Mas, ramificando-se as famílias, e multiplicando-se os indivíduos com variados génios e caracteres, sendo uns dóceis e industriosos, e outros violentos e inertes, recusando o trabalho regular, e querendo viver só de actos de força, ou à custa do suor alheio, foi impreterível o estabelecimento do governo político, para obrigar a todos a desistir da violência, e prestarem-se mútuo respeito e auxílio, a fim de se fazer o trabalho indispensável à colheita dos bens da vida, e reunir o valor de todos os braços, para resistir-se aos agressores que tentassem turbar a paz e a indústria da comunidade.

Porém desde a mais alta Antiguidade viu-se muitas vezes prevalecer a prepotência de violentos, que, sem inteligência, nem indústria própria para obterem os objectos de seus desejos, consideraram ser mais fácil e seguro subjugar os mais fracos, para os compellir ao trabalho, e desfrutarem os seus produtos; ou por guerra e conquista apoderarem-se das riquezas alheias, penosa e diuturnamente adquiridas com pacífica indústria, decente economia, e previdência do futuro.

Daí se originou e estabeleceu o intitulado *Direito das Gentes*, que autorizou o reduzir à escravatura os prisioneiros de guerra, sem distinção de ser esta justa, ou injusta. Os vencedores se intitularam *senhores*, e os vencidos ficaram *cativos* perpetuamente, transmitida a sua condição aos filhos.

Os antigos estados fizeram a distinção civil dos povos entre livres, escravos, e libertos, que se emancipavam do cativo por mercê dos senhores. Os escravos eram forçados aos trabalhos das terras e minas, artes fabris, e serviços domésticos; e os livres se destinaram ao serviço do Estado na milícia, e nos empregos civis. Por este simples expediente se firmou a geral subordinação, e se assegurou a subsistência, defesa, e riqueza das nações. Porém ao mesmo tempo se organizou a extrema desigualdade das condições, e a inextinguível indigência e miséria dos povos; sendo os respectivos governos mais ou menos regulares, ou despóticos, conforme os graus de civilização, que a religião, o comércio, e o estudo das letras, foram lenta e gradualmente introduzindo. O progresso da sociedade a este respeito se verá na parte desta obra da *Cronologia dos Melhoramentos do Governo Económico*.

Os antigos escritores quase nada escreveram sobre a economia política, e mesmo pouco sobre a economia rural, e doméstica. Alguns importantes aforismos se acham nos provérbios de Salomão; no autor do *Eclesiástico*; e nos poemas de Hesíodo, e Sólon: porém apenas contém vagas recomendações do trabalho, indústria, e economia.

Nos tempos mais polidos da Grécia Xenofonte escreveu os seus *Económicos*, em que principalmente dá regras para a administração das minas da Ática.

Aristóteles, celebrado mestre de Alexandre Magno, no seu livro da *Política*, também deu algumas regras sobre a economia pública, para segurança da subsistência dos povos. Mas dele nada se aprende de essencial a promover a recta indústria, e riqueza das nações. Reconheceu sim que o trabalho voluntário é mais produtivo que o obrigado; porém diz que, se os homens não fizerem o trabalho livremente, devem a isso ser constringidos com força pública. Ele nega ao dinheiro, e aos metais preciosos, a qualidade de *riqueza*, pela razão de que se pode morrer à fome estando-se cercado de ouro, prata, e tesouros. Proíbe, por considerar injusto, o *empréstimo a interesse*, porque o dinheiro é fundo estéril, que nada produz. Não dá valor ao comércio, antes o desluz, como de tráfico de engano. O crédito daquele insigne mestre, que predominou mais de dois mil anos no mundo literário, fez adoptar aquelas opiniões como aforismos políticos de eterna verdade, nem cálculo das consequências; o que muito retardou o curso natural das coisas, e a activa cooperação e correspondência social; como se manifestará nos lugares competentes desta obra.

Ainda que séculos se passaram vivendo os povos sem escritores e livros de medicina, porque as leis dos corpos orgânicos lhes têm comunicado invisíveis forças de vida, e a que se diz *virtude medicatriz da natureza*, que, a não serem contínuas e extremas as desordens da dieta, e dos maus actos dos indivíduos, resiste eficazmente aos internos e externos princípios da dissolução da máquina, isso todavia não faz desmerecer os estudos da que justamente se intitula *divina arte do curativo*, que, depois de muitas observações e experiências, se elevou a ciência regular e progressiva. O mesmo se pode dizer da *retórica*, *lógica*, e mais artes e ciências humanas, que devem o seu princípio às faculdades dos homens, e ao próprio ensino da natureza. Não é pois de admirar, que tenham existido, florescido, e extinto nações, sem que o governo dos povos fosse erigido por sábios em regular *ciência política*, e *ciência económica*, ambas conspirantes a bem organizar vastos corpos de estados, para a sua vigorosa duração. As leis do fundador e regedor da sociedade civil, sustentando nos homens os activos princípios da existência, que são anexos à sua constituição física e moral, sempre os impeliram a melhorar de condição, e a emendar os erros do seu regime, que o tempo lhes foi mostrando.

A economia política só começou a tomar forma de ciência do meado do século passado em diante, se bem que há mais de dois séculos se fizessem as primeiras tentativas de a introduzir para o ciclo da literatura. O desejo da riqueza nos soberanos e povos, ocasionando dar-se maior atenção ao comércio, foi o primeiro motor das descobertas das antes incógnitas partes do mundo, e dos exames dos sábios sobre a melhor economia dos estados, e do *sistema social*, aparecendo novas variadas terras, indústrias, e polícias das nações: ele pelo comércio marítimo levou aos pólos os bens da natureza e arte produzidos no Oriente e Ocidente, estendendo o mútuo câmbio dos produtos da terra e indústria do orbe habitável.

CAPÍTULO III

Dos escritores de economia política em Portugal

No século décimo quinto sobressaíu na Europa a literatura portuguesa, depois que se exaltou a indústria e riqueza nacional com as descobertas da Índia, e do Brasil, com que se deu hercúleo golpe ao monopólio dos venezianos, que antes eram os senhores do comércio do oriente.

O nosso João de Barros, feitor da Casa da Índia, historiador desses grandes sucessos, que deram nova face ao mundo, e prepararam a universal comunicação das nações em todas as partes da terra, na

Década 1, Liv. 9, Cap. 2 comparando o reino de Portugal no original património da monarquia ao *grão da mostarda* da parábola do Reino dos Céus no Evangelho, foi o primeiro literato que intentou fazer uma obra sobre a ciência do bem-comum, à semelhança (como diz) da composta por um filósofo asiático sobre a *Arte do Governo*; mas não efectuou o desígnio, pela razão que indica na *Década 1*, Liv. 1, Cap.1, e *Década 2*, Liv. 4, Cap. 4. nos seguintes termos, que, pela singularidade e importância, aqui se transcrevem:

«O comércio geralmente andava por todas as gentes sem lei, nem regras de prudência; somente se governava, e regia pelo ímpeto de cobiça, que cada um tinha; nós o reduzimos, e pusemos em arte, com regras gerais e particulares, como têm toda as artes, para boa polícia.

«Por artifício de tábuas reduzi toda a *Ética* de Aristóteles, em que entravam todas as virtudes e vícios, por excesso e defeito. O qual tratado dirigi à infanta D. Maria, que depois foi princesa de Castela, filha de El-Rei D. João III, nosso Senhor, com o qual ela jogava. E tendo eu propósito de pôr a *economia* também em jogo de cartas, e a *política* neste xadrez, por estes três serem os mais comuns jogos, ao menos para aprenderem os homens o nome de virtude, e como se devem haver no uso dela, já que não há aí modo para deixarem de jogar, vi eu tão pouco devotos do primeiro, que não quis trabalhar nos segundos.

Sem dúvida no seu tempo poucas luzes, em geral, haviam em toda a Europa sobre a economia política, e apenas se tinham ideias vagas e confusas sobre as vantagens do comércio interior e exterior; o que se mostra das muitas impertinentes e desnecessárias restrições, com que, em toda a parte, era agrilhado, ou monopolizado. Todavia o dito historiador manifestou na sua história ter algumas ideias sãs e liberais sobre a correspondência mercantil, e expôs nela princípios, exemplos, factos, e apologias, que abonam a solidez do seu juízo, patriotismo, e zelo do bem-comum, e até a bondade do seu carácter religioso e civil, com que reconhece a existência da Ordem estabelecida pelo Criador para o regimento da sociedade; e não louva, antes censura, a polícia irregular, que se introduziu, e muito desfez o primordial propósito das gloriosas descobertas. Espero, que não seja ingrato aos leitores apresentar aqui um extracto das suas *Décadas*, que contém doutrinas e lições de economia política desse pregoeiro das façanhas portuguesas, e um dos primeiros que empreendeu grande expedição de comércio para o Maranhão, mandando a seu filho com gente para estabelecer colónia; o que infelizmente se malogrou por naufrágio, que menciona na *Década 1*, Liv. 6, Cap.1. É justo dar algum tributo de reconhecimento à sua memória⁶.

⁶ Como Barros é um dos clássicos da nação, e as suas *Décadas* estão em mão de todos de liberal educação, seria supérfluo fazer citação do lugar de cada sua passagem.

Da justiça, e ordem natural das coisas

Todos os que obram mal, devem saber, que, como Deus faz nascer o sol sobre os bons e os maus, assim é a todos igual a sua justiça em não dissimular culpas notáveis sem castigo. As coisas que Ele ordena, não se podem contrariar pelos homens, ainda que de alguma maneira pareça que as impedem; nem lhe apraz, e logo castiga, a crueldade, e as coisas que a humanidade não sofre.

Todo o acto, para continuar por muito tempo, requer princípio natural: assim as acções, para serem justas, dependem de um princípio de precedente justiça, que no direito comum é um centro universal, a que hão-de concorrer todos os actos dos homens que viverem seguindo a lei de Deus.

Da paz e concórdia

Da paz e verdade dependem todos os bens da vida.

Gente perturbadora de paz e concórdia não merece que alguém a tenha com ela.

Onde se acha paz, fé, verdade, e outras virtudes, se ganha o ânimo dos homens, ainda que sejam diferentes em lei.

Onde os homens acham paz, verdade, e agasalho, aí repousam, e fazem natureza, posto que estrangeiros sejam.

A paz dá rendimento, e a guerra o tira; e uma coisa se conserva com a moderação na outra. A guerra injusta sempre fica sobre a cabeça de seu autor.

A hospitalidade é direito comum de todas as nações, por feras e bárbaras que sejam.

O Infante D. Henrique encomendava muito aos capitães, que não rompessem guerra com os moradores da terra que descobrissem, senão muito forçados; e isto depois de lhe fazer suas admoestações e requerimentos de fé, paz, e amizade. E nos primeiros descobrimentos da gente bárbara deu aos capitães dos navios em regimento, que trabalhassem por convertê-la à fé de Cristo: mas quando não recebessem o baptismo, sempre assentassem com ela paz, e trato.

El-Rei D. Manuel, quando expediu a Vasco da Gama para a descoberta da Índia, em acto de corte, e audiência pública com toda a solenidade, entre outras instruções que lhe deu, e coisas que disse, acrescentou o seguinte: «Se da costa da Etiópia, que quase de caminho é descoberta, este meu reino tem adquirido novos títulos, novos proveitos, e renda, que se pode esperar indo mais adiante este descobrimento, e podermos conseguir aquelas orientais riquezas, tão celebradas dos antigos escritores, *parte das quais por comércio se têm*

feito tamanbas potências, como são Veneza, Génova, Florença, e outras muito grandes comunidades de Flandres! Assim que, consideradas todas estas coisas de que temos experiência; e também como era ingratitude a Deus rejeitar o que nos tão favoravelmente oferece, e injúria àqueles príncipes de honrada memória de quem eu herdei este descobrimento, e *ofensa a vós* outros que nisto fostes, descuidar-me eu deles por muito tempo... Eu Vasco da Gama vo-los encomendo, e a eles, e a vós, e juntamente a todos, a *paz* e concórdia; a qual é tão poderosa, que vence e passa todos os perigos e trabalhos, e os maiores da vida faz leves de sofrer.

A muita inquietação de D. Jorge em maluco, que não procurava paz e sossego para si, nem para os seus, por as ofensas que a todos os vizinhos fazia, era causa de estarem os portugueses muito pobres, *como homens que não tinham comércio*.

Da liberdade civil

O ânimo humano sofre mal sujeição; e, por causa da liberdade, não há parte do mundo onde se não ache mão armada para defendê-la.

Nenhum império violento é muito durável; e a longa paciência dos males, muitas vezes ofendida, torna-se em furor.

Quando os que governam não procuram dominar e oprimir, mas, sendo humanos e clementes, desagravam, e apaziguam, com este bom tratamento se ganham as vontades, e se tem a terra pacífica, e quieta.

Fingir alguém querer antes estar em cativo entre estranhos, que na liberdade da própria terra, é grande falsidade, e mostra de mau intento.

Na conquista que Tristão da Cunha fez em Socotorá, foi achado um cego metido em um poço; o qual levado ante ele, e perguntado como tivera vista para se meter naquele lugar para que os homens hão mister quatro olhos, respondeu, que nenhuma coisa os cegos viam melhor que o caminho por que podiam ter liberdade e vida: com a qual graça lhe deram liberdade.

Os officiais d'El-Rei são obrigados a olhar o bem e segurança da terra, e evitar forças e agravos, nas pessoas, honras, e fazendas.

Do direito da propriedade

Título é um sinal e denotação do direito e justiça que cada um tem no que possui; ora seja por razão de dignidade, ora por causa de propriedade. Ele denota senhorio, como cada um o tem sobre as propriedades de sua fazenda, as quais pode dar, vender, etc.

Na Pérsia reinou um príncipe gentio chamado Nixirauhon⁷ de alcunha por pársio antigo Quissera, e por arábico Hádel, que quer dizer justo; por ser homem nesta parte de justiça tão inteiro, que quando acerca dos pársios querem louvar um homem desta virtude, dizem = *é um Nixirauhon* =. E entre muitas coisas que se dele escrevem, é que, querendo fundar uns paços em uma aldeia, por ser lugar gracioso de muitas águas, e boa comarca, foi necessário comprar muitas propriedades dos vizinhos do lugar: entre as quais havia a casa de uma velha, que por nenhum preço a quis vender; e dava por resposta a quantos partidos lhe El-Rei mandava cometer, que ele rei e senhor era da terra, e que bem lhe podia tomar sua casa, mas que por sua vontade nunca a deixaria; porque, como ela era o berço em que se criara, ela havia de ser o ataúde de sua sepultura, porquanto nela mandava que a enterrassem. Vendo-se El-Rei tão contrariado neste seu apetite daquele edificio, porque, segundo a disposição do sítio e da traça, a casa desta velha lhe ficava por embigo das suas, e convinha danar muitas por salvar a esta; todavia mandou fazer os paços, e que a casa da velha ficasse salva com sua serventia para fora, de maneira que lhe não fizessem nojo. Os quais paços, depois que foram acabados, como eram uma das magníficas, e sumptuosas obras daquele tempo, tinham tanta fama, que qualquer pessoa que vinha à corte d'El-Rei, os havia de ir ver, por estarem perto da cidade onde ele mais residia. E acertando dois embaixadores que eram vindos a ele de outro rei seu vizinho, de irem ver esta obra, quando tornavam a El-Rei Nixirauhon, louvaram-lhe muito a majestade e instrutura da obra: e um deles que era filósofo, por fim de todos os louvores, disse, que lhe parecia aquela obra uma pedra preciosa, em que a natureza quis mostrar quão perfeita era, e que o caso invejoso e inimigo de toda perfeição, por macular tão perfeitíssima coisa, buscara-a mais vil que achou, e a pôs no meio dela, e esta fora a casa daquela velha: que se espantava muito dele, por satisfazer a contumácia dela, poder sofrer aquele grande defeito em tão perfeita coisa. Ao que El-Rei respondeu, que *mais se espantava dele, sendo homem filósofo, não entender que a casa daquela velha era a melhor peça que os paços tinham*, e que lhe davam mais lustro e decoro, que quanto ouro nele estava: porque *naquela pobre casa se via ser ele justo às partes*, e na sumptuosidade da obra ficava infamado de vão e pródigo em coisas materiais, como era a instrutura deles. Porém por lhe não parecer que consentia na vontade da velha por glória de ser ávido por justo, lhe queria dizer a

⁷ William Jones nas suas obras das *Indagações Asiáticas* no tom. 1. pag. 170 faz menção deste rei, muito louvado pelos poetas persanos, Sadi, Hafez, Sami, e outros. Ele viveu no sexto século, e teve guerra feliz contra o imperador Justiniano, que Gibbon descreve: o dito Jones traz em seu louvor estes versos:

*For ages mingled with his parent dust,
Fame will records Nusbironn the just.*

causa que o movera a não escandalizá-la; em que veria proceder mais de vício que de virtude, por ter seu fundamento em temor de pena: então começou a contar, que, sendo ele mancebo, indo por uma rua, vira ir diante de si um mancebo travesso que travava pelo caminho com todos, o qual vendo estar um cão a uma porta sem lhe ladrar, nem fazer coisa alguma, atirou-lhe com uma pedra, e fez-lhe um arremesso, que foi assim certo, e de força, que lhe quebrou uma perna; e passou adiante, saltando e gloriando-se de o cão ficar esganiçando-se com a dor. E indo ele assim neste prazer, foi dar com um homem que ia a cavalo: e parece que o cavalo era malicioso, porque, sentindo o outro detrás que vinha naqueles saltos de prazer, atirou um coíçe, com que lhe quebrou uma perna, e ele ficou doendo-se da sua dor da maneira que fez o cão. O senhor do cavalo fazendo pouca conta de o mancebo ficar assim, foi seu caminho; e acertou de estar no meio da rua um buraco de uma cova arrunhada, da qual não se esguardando, meteu o cavalo o pé com que dera o coíçe: e o senhor, por se tirar do perigo, deu-lhe rijo das esporas; com que o cavalo por sair, caíu por uma ilharga, ficando a perna quebrada pela cana. As quais coisas nele rei fizeram grande espanto: donde tirou, que *os juízos de Deus eram mais profundos do que os homens queriam entender*: e que pois eram tão particulares, que desciam aos brutos animais, que fariam acerca dos homens, que têm plantada no ânimo esta lei comum, que *não devem fazer o que não queriam que lhe fosse feito*? Donde, quando a velha lhe negou aquela sua casa, pelo que ele lha pudera tomar, *temeu muito o juízo de Deus, que alguém podia tomar a sua a ele, ou a seus filhos*; do qual feito ele filósofo podia crer, que aquela justiça que ele rei obrara com a velha, fora mais temor de pena, que amor de virtude. E como com esta e outras obras de tanta justiça que este rei fazia, em seu tempo tinha grande fama por toda a Ásia, e, sobre a virtude natural, tinha outra parte adquirida, que era doutrina de letras, por razão das quais amava os doutos nelas, concorriam a ele muitos filósofos.

Do trabalho

É coisa muito racional, que os grandes edificios, para serem perpétuos e firmes, se fundem sobre profundos alicerces de *trabalho*.

A nação portuguesa, onde não põe *trabalho*, não lhe parece que tem honra: e desta sua *honrada opinião* vem não estimar as coisas que custaram pouco trabalho.

Sem suor e sem sangue querer ganhar honra, não está em razão; porque a honra é filha do trabalho, e a preguiça madre da baixeza.

Da invenção e maquinismo para a brevidade, e perfeição do trabalho

A necessidade é a mãe de todas as invenções.

A gente da China, por ganhar de comer, não há coisa que não invente, até carretas à vela nos lugares de campina, as quais governam, como podem fazer a um barco pelo rio, onde a gente caminha ao modo dos carros de Flandres e Itália.

Na Etiópia é tão estranha coisa entre eles algum artifício, do pouco uso que têm da polícia, que até um ferreiro que lavra o ferro para as suas necessidades, têm por coisa que se faz por arte diabólica. É nação tão bruta de engenho, que acertando um arménio, que se achou naquelas partes, de fazer a El-Rei um moinho de água para lhe moer o trigo e todo o género de pão, e a farinha da qual eles fazem entre umas pedras à mão, mais remoendo que moendo, e isto com muito trabalho; acabando El-Rei de ver a obra que fazia, mandou logo desfazer dizendo, que aquilo não servia em sua terra⁸; porque ele andava sempre no campo em todo o reino, e não havia de levar consigo aqueles engenhos, que sempre estavam em um lugar: como se aquele artifício não convinha a mais que onde ele fosse presente, e não ao povo de todo o seu reino; o qual povo tudo merece: cá habitando tão grossas terras, onde há grandes criações, para se aproveitarem de lãs, regadios para linhos, e sítios para todo o algodão, que quiserem semear, de bruteza e preguiça são tais, que nem para vestir, tomar um peixe, uma ave, uma fera, por modo de artifício, têm para isso engenho.

As ilhas Canárias, no tempo de seu descobrimento por Mr. João de Betencourt era habitada por gentildade bárbara, mas que todos se acordavam em conhecimento de um criador de todas as coisas, o que dava galardão aos bons, e pena aos maus. Entre eles não havia ferro; e à mingu dele rapavam as barbas com pedras agudas; se haviam algum à mão, era muito estimado, e faziam anzolos dele. Ouro, prata, e outro metal não queriam; antes haviam que era sândice desejar alguém o que lhe não servia de instrumento mecânico para as suas necessidades. Trigo e cevada tinham em grande cópia; mas desfalecia-lhes o engenho para o amassar em pão; somente comiam a farinha cozida com carne e manteiga.

Da agricultura

Quando o Infante D. Henrique procedia com muito fervor no descobrimento de Guiné, o povo mostrava descontentamento de se ir a este serviço, dizendo: que terras e maninhos havia no reino para rom-

⁸ Que diria Barros, se visse até ao autor do *Espírito das Leis* desaprovando o uso de moinhos de água, como nocivos à agricultura, segundo adiante se verá?

per e aproveitar sem perigo de mar, nem despesas desordenadas: que os reis passados sempre dos reinos alheios para o seu trouxeram gente a este reino a fazer novas povoações, e ele quer levar os naturais portugueses a povoar terras ermas por tantos perigos de mar, de fome, e de sede; certo não sabemos outro proveito disso, se não virem eles encarentar o mantimento da terra, e comerem os nossos trabalhos, e por cobrarmos um comedor destes, perdermos os amigos e parentes⁹.

Depois do feliz descobrimento trocaram as murmurações, e juízos que lançaram sobre este negócio. E já não diziam por ele que mandara descobrir terras ermas e desertas com perdição dos naturais do Reino, mas louvavam seus feitos: dizendo, que ele fora o primeiro que abria novos caminhos aos portugueses de ganhar muita honra e tesouros, que nunca foram descobertos depois da criação do mundo, e que *por isto merecia terem-lhe as gentes mais amor que a nenhum dos príncipes passados*; pois com tanta de sua despesa, *sem opressão dos naturais*, lhes buscara modo de vida.

O príncipe que chamamos Benemotapa, ou Monomotapa, é como entre nós o imperador. Das insígnias do seu estado real uma é enxada muito pequena com cabo de marfim, que traz sempre na cinta, para a qual denota paz, e que todos cavem e aproveitem a terra; e outra insígnia é uma ou duas azagaias, porque denota justiça, e defesa do seu povo. Quando vem o tempo das sementeiras e recolher as novidades, a rainha vai ao campo com as mulheres, filhas dos senhores principais, a aproveitar sua fazenda, e tem isto por grande honra. As mulheres são tão queridas e veneradas, que qualquer que for por um caminho, se com ela topar o filho do rei, há-lhe de dar lugar por onde passe, e ele estar quedo.

No reino de Sião a gente se dá mais à agricultura que a outro exercício; e *por esta causa este reino é pouco frequentado por via de comércio*. Cá onde não há mecânica, não há obras que os povos estranhos lhe vão comprar. E algumas mercadorias que têm, as quais procedem do reino Chiamay, assim como prata, pedraria, almíscar, todas elas vazam por este reino marítimo, e por Martabam, por a grande navegação que tem com a Índia, que lhe fica mais vizinha por o mar de Bengala. Há neste reino ouro, prata, e outros metais, e dele se leva para outras partes. *Cá ninguém tem um palmo de terra que seja própria*; toda é dele, ao modo que neste reino de Portugal são os reguengos, que são as melhores empolas e comarcas da terra, que os primeiros reis tomaram para si em lugar de património, e quem lavra na tal terra, paga a El-Rei o quarto. E para que os vassallos se animem a servir seu rei, principalmente na guerra, são seus serviços escritos em

⁹ Os povos dados principalmente à agricultura são de espírito estreito, e não se aventuram às empresas marítimas, donde lhes pode vir maior riqueza e potência. Se o Infante desse ouvidos às murmurações, a monarquia não teria a glória de abrir o comércio do mundo.

livro; e em modo de crónica, estes actos dos homens, são lidos ante El-Rei, assim para com a lembrança haverem igual prémio de seu serviço, como para glória de seu nome aos que dele descenderem.

A ilha de Ceilão é de muito excelentes e puros ares, e pela maior parte fértil, e viçosa. Nela a natureza produziu a melhor canela. Se os reis dela se não fizerem herdeiros dos povos, tomando-lhes a fazenda que acham à hora da morte, que dão aos filhos alguma coisa, se que-rem, fora muito mais frutífera, e abastada: mas, com este temor, não querem agricultural coisa alguma.

Do comércio

El-Rei D. Manuel em seus regimentos ordenava aos capitães de suas armadas, que, nos países onde aportassem, procurassem assentar *paz, comércio, e amizade*; -por ser o comércio o fundamento de toda a humana polícia, e o meio por que se concilia e trata a paz e amor entre todos os homens.

O comércio requer duas vontades contraentes em uma coisa; o qual acto pressupõe paz e amizade. É um uso que procede das necessidades dos homens, e fica em vínculo de amizade para se comunicarem uns com os outros: dele resulta amor, quando se acha acolhimento, fé, e verdade.

A mais principal coisa, que faz um reino rico e político, é o acto do comércio, ora seja por mercadorias, que a terra produz, ora por artificio de mecânica. Sem ele, ainda que seja poderoso em grandeza de terra, e número de gente, é pobre de dinheiro, nem tem tanta cópia de mercadorias, como os vizinhos comerciantes.

Na terra que não é frequentada de mercadores, valem as suas próprias coisas pouco, e as de fora muito.

A defesa do comércio de mantimentos que se trazem à terra, é muito prejudicial; porque do comer geralmente pende a maior parte do contentamento dos homens, os quais têm prosperidade e alegria, quando vêem abastança.

Verdade se deve aos estrangeiros que trazem bem e proveito ao reino.

O Soldão do Cairo escreveu uma carta ao Sumo Pontífice, queixando-se de El-Rei D. Manuel, dizendo, que não contente de mandar suas armadas à Índia para conquistar a terra dos gentios, mas ainda tolhia a navegação e o comércio dela, que os mouros tinham adquirido por tantos anos: sendo o *comércio um uso comum das gentes, que conciliava amor sem ser defendido*, o qual comércio ele Soldão permitia em todo o seu estado, conforme aos costumes da terra, sem respeito à lei ou seita que se tivesse.

A cidade de Ormuz está situada em uma pequena ilha, chamada *Gerum*, toda muito estéril: mas é magnífica em edifícios, e grossa em trato; por ser uma escala, onde concorrem todas as mercadorias orientais, e ocidentais a ela; de maneira, que, não tendo a ilha em si coisa própria, por carreto tem todas as coisas estimadas do mundo.

Quando Afonso de Albuquerque tomou Malaca; entre as coisas que fez para sossegar a terra, e pôr ordem nas coisas, foi dar *segurança ao comércio*; de sorte que o povo, *com o ganho que achavam, e bom tratamento que recebiam, guardando-se-lhe verdade e justiça*, a qual não achavam ao rei do país, que era havido por tirano, assim correu a nova por toda a terra, que, antes que Afonso de Albuquerque se partisse de Malaca, entraram nele mais de quarenta juncos carregados de mantimentos, e outras mercadorias da terra, e assim partiram outros dos mercadores naturais a ir fazer suas fazendas aos portos costumados, com que a cidade começou de enobrecer.

Todas as nações dos gentios e mouros no termo de suas monções concorriam àquela riquíssima Malaca, como a um empório, e feira universal do Oriente, onde os moradores de estouras partes a ela ocidentais, que se contêm até ao estreito do Mar Roxo, as iam buscar a troco das que levavam, fazendo comutações de umas por outras, sem entre eles haver uso de moeda. Porque ainda que ali houvesse muita cópia de ouro de Camatra, e do Líquio, em que na Índia se ganhava mais que a quarta parte; era tanto maior o ganho das outras, que *ficava o ouro em tão vil estimação, que ninguém o queria levar*. E como Malaca era um centro onde concorriam todos os navegantes que andavam nesta permutação, assim os da cidade de Calecut situada na enseada que tomou o nome dela, e os da cidade de Ormuz, posta na ilha Gerum dentro na garganta do Mar Pérsio, com os da cidade Adém, edificada de fora das portas do Mar Roxo: todos com a riqueza deste comércio tinham feito a estas cidades muito ilustres e celebradas feiras. Porque não somente traziam a elas o que navegavam de Malaca, mas ainda os rubís e lacre do Pegu, a roupa de Bengala, aljofar de Caacaré, diamantes de Narsinga, canela e rubís de Ceilão, pimenta, gengibre, e outros mil géneros de espécies aromáticas, assim da costa de Malabar, como de outras partes onde a natureza depositou seus tesouros.

A gente malaia, acerca da mercadoria é muito esperta e artificiosa para seu proveito. Tratam com muitas nações, o que os tem feito muito sagazes, por ali residirem em Malaca, e a cidade ser muito populosa com as naus que concorrem a ela, trazendo todas tanta riqueza oriental e ocidental, que parecia um centro a que concorria todo o natural, que a terra criava, e artificial da mecânica dos homens; de maneira, que, sendo a terra por si estéril; por a comutação que se ali fazia, era mais abastada, que as próprias regiões donde elas vinham. E posto ali havia grande cópia de todos os metais, assim como o *ouro de Camatra* sua

vizinha, estanho da mesma terra, prata de Sião, cobre da China, e ferro de muitas partes de redor dela, por tudo ali se ajuntar em modo de mercadoria, e muitos em levar qualquer coisa destas, por a não haver em sua terra, ganhavam regularmente trinta a quarenta por cento; antes faziam seu emprego em especiaria, drogaria, aromática, cheiros, seda, e mil géneros de polícia, por ganharem dobrado.

Da geral indústria, e polícia

A gente popular de Guzarate é muito dada ao trabalho, assim da agricultura, como da mecânica. E nesta parte é tão subtil e industriosa, que têm com o trato das obras que fazem enriquecido o reino. E daqui vem ser abastado de todas as coisas necessárias; porque as que naturalmente ou artificialmente não têm, lhas trazem os que vêm buscar as que eles têm, que são muitas... E é a gente mais delgada e engenhosa em o negócio de comércio, que quantas temos descoberto, tirando os chiis, que, nisso, e na mecânica, levam vantagem a todas as nações do mundo.

Os chiis dizem, que eles têm dois olhos de entendimento acerca de todas as coisas, e nós os da Europa, depois que nos comunicaram, temos um olho; e todas as outras nações são cegas. E verdadeiramente quem vir o modo de sua religião, os templos desta sua santidade, os religiosos que residem em conventos, o modo de rezar de dia e de noite, seu jejum, seus sacrificios, os estudos gerais, onde se aprende toda a ciência, natural, moral, a maneira de dar os graus de cada uma ciência destas, e as cautelas que têm para não haver subordinações, e terem impressão de letra muito mais antiga que nós; e sobre isso o governo de sua república, a mecânica de toda a obra de metal, de barro, de pau, de pano, de seda; haverá que neste gentio estão todas as coisas, de que são louvados os gregos, e latinos. A gente estrangeira que ali vem ter das outras províncias, e de fora da China, pousa em um arrabalde, que a cidade tem: porém não há-de haver homem que se não saiba de onde é, a que vem; se é vadio, logo é preso. Finalmente é o governo e prudência desta terra tal, que as mulheres solteiras vivem fora dos muros, por não corromper a honestidade dos cidadãos; e não há homem do povo, que não tenha officio: donde vem que não há pobre que peça esmola; porque todos, ou com os pés, ou com as mãos, ou com a vista, hão-de servir para ganhar de comer; e de cegos haverá dentro na cidade passante de quatro mil, e estes servem de moer nas atafonas em mós de braço, assim trigo, como arroz.

Na China é tanto o povo, que por se manter fazem obras de todo o género, tão primas, e subtis, que não parecem feitas com os dedos,

mas que as lavrou a Natureza. Parece-me que têm maior rendimento que todos os reinos e potências da Europa. Geralmente são homens delgados em todo o negócio, principalmente em o da mercadoria, e artificios de fogo para guerra naval, não têm inveja aos da Europa: e quando lá fomos já tinham artilharia, e são excelentes fundidores, e lavram o ferro em vasos do serviço de casa, como vemos o latão de Nuremberga.

Da navegação

Por direito comum os mares são comuns e patentes aos navegantes. Esta lei há lugar em toda a Europa acerca do povo cristão, que no governo de sua polícia se rege pelo direito romano, cujas leis aceitam, enquanto são justas, e conformes à razão, que é madre do direito.

É regra certa, que quem é senhor do mar, o é também da terra.

A arte do astrolábio, que tanto fruto tem dado ao navegar, começou muito rusticamente; sendo ao princípio de pau de três palmos de diâmetro, o qual armavam com três paus à maneira de cábreia, por melhor segurar a linha selar, e mais verificada e distintamente poderem saber a verdadeira altura daquele lugar, posto que tivessem outros de latão mais pequenos. No tempo que o Infante D. Henrique começou o descobrimento de Guiné, toda a navegação dos mareantes era ao longo da costa, levando-a sempre por rumos da qual tinham suas notícias, por sinais de que faziam roteiros, como ainda ao presente usam em alguma maneira; e para aquele modo de descobrir isto bastava. Mas depois que eles quiseram navegar a descoberto, perdendo a vista da costa, e engolfando-se no pego do mar; conheceram quantos enganos recebiam na estimativa e juízo das sangraduras, que segundo seu modo em vinte e quatro horas davam de caminho ao navio, assim por razão das correntes, como de outros segredos que o mar tem, da qual verdade de caminho a altura é muito certo mostrador. Mas como *a necessidade é mestra de todas as artes*, em tempo de El-Rei D. João II foi por ele encomendado este negócio a Mestre Rodrigo, e a Mestre Jusepe Judeu, ambos seus médicos, e a um Martim de Boémia, o qual se gloriava de ser discípulo de Joane de Monte Régio, afamado astrónomo entre os professores desta ciência. Os quais acharam esta maneira de navegar por altura do sol, de que fizeram suas tabuadas para declinação dele, como ora se usa entre os navegantes, já mais apuradamente do que começou.

Ainda que a experiência tinha mostrado quão grandes trabalhos eram os do caminho da Ásia, pois de treze naus da armada de Pedro Álvares, as quatro levaram carga de homens para mantimento dos pei-

xes daqueles mares incógnitos que navegaram, as quais em um instante foram metidas no profundo do mar; *isto fúria foi dos elementos, que têm seus ímpetos a tempo; e como são efeitos da natureza, que é regulada, levemente se evitam os tais perigos, quando os homens têm prudência para saber eleger o curso dos temporais.*

Os italianos mais curiosos que nós, fizeram um sumário, que está incorporado em um volume latino intitulado *Novus Orbis*, onde andam algumas das nossas navegações escritas, não como elas merecem, e o caso passou.

Diogo Botelho, natural de Índia, cavaleiro e filho bastardo de António Real, capitão de Cochim, foi muito curioso na Geografia, e sabia fazer cartas de marear, e chegou a completar uma em que descreveu tudo que do mundo era descoberto, e apresentou a El-Rei D. João III; para mostrar a sua lealdade contra a calúnia de invejosos, e maldizentes, que a todos os bons espíritos, e úteis à república, procuram acanhar, e estorvar-lhe o melhoramento, aos quais parece doer mais o bem alheio que o mal próprio; veio da Índia ao Tejo em uma barca, que construiu em Cochim, tendo só vinte e dois palmos de comprimento, doze de largo, e seis de pontal, que El-Rei mandou queimar, para se não saber no mundo, que da Índia se podia vir tão facilmente à Europa.

A ilha Anchediva, em que El-Rei D. Manuel mandou fazer uma fortaleza, é boa aos mareantes pelas suas aguadas, e muito abrigada de todos os ventos, para nela poderem invernar, e estar no meio de toda a costa da Índia. Na qual ilha parece que algum príncipe magnífico, ou zeloso do bem-comum, a fim do proveito dos navegantes, no alto dela mandou fazer um grande tanque de cantaria em lugar de água potável: do qual por um correjo abaixo corre uma quantidade de água que vem dar na praia, para que as naus que ali forem teñ, façam sua aguada. Defronte do qual correjo, que é na face da ilha contra a terra firme, fica o abrigo para as naus, e da banda de fora em torno delas estão quatro ilhéus, que também ajudam a abrigar aquele porto, porque quebra a fúria do mar neles.

A liberal navegação dos mares da Índia foi por nós impedida aos mouros, que daí em diante navegavam a temor, e faziam o caminho a pedaços. Eles tomavam o famoso porto de Adem, no estreito do Mar Roxo, cidade muito rica e célebre antes da nossa entrada na Índia, e segundo a nova, assim faziam seu caminho, e muitas vezes não passavam, mas, faziam comutação e comércio com as coisas que ali achavam, vindas das naus do Malabar também furtadas das nossas armadas. Com a qual comutação e comércio se fez nobre e rica, e com o nosso temor muito forte e defensável com um baluarte que defendia a entrada da ribeira, onde tinham assestado muita artilharia: e era assim alcantilado o lugar dele, que as naus tinham ali seu proiz. A cidade do sítio, a parecer de fora, é coisa muito formosa. Toda aquela chapa de

serra que jaz na vista do mar até ao seu cume, *é uma pintura dela, obra da natureza, e o mais da indústria dos homens.*

D. João de Castro filho de D. Álvaro de Castro, governador da Casa do Cível, que foi em Lisboa, antes que fosse à Índia por Governador e vice-rei dela, andando lá no tempo em que D. Estevão da Gama, filho do Conde da Vidigueira D. Vasco da Gama, era governador dela, foi ao estreito do Mar Roxo até chegar a Suez: trabalhou muito por saber as causas deste nome roxo com muita prática que teve com mouros pilotos, e alguns homens letrados: da qual viagem fez um roteiro, em que notou portos, mares, alturas do pólo, com todas as outras coisas que pertencem à navegação, tudo muito particularmente, como quem nesta arte da navegação era douto e muito inteligente.

As coisas do mar são as mais incertas que os homens podem esperar nesta vida, por não estarem na sua mão; e de alguns confiarem nele mais do que deviam, chegaram a estado de muita pobreza.

Do preço

Chegando o Almirante Vasco da Gama a Calecut, na embaixada e fala que teve com Camory, disse-lhe, que porque El-Rei D. Manuel tinha descoberto para seus capitães caminho para entre eles haver amor, prestança, e comércio, com que o reino dele Camory fosse mais rico, por causa do muito ouro, prata, sedas, e outra muita sorte de preciosas mercadorias de que o seu reino de Portugal era tão abastado, como o de Calecut de pimenta; ele Senhor Rei o enviava com aqueles três navios a lhe notificar esta sua tenção: e sendo-lhe aceite, armaria muito grossas naus carregadas desta fazenda: e a *ordem, e modo do comércio, e preço das coisas, seria aquele que fosse em proveito de ambos.*

Quando depois Pedro Álvares Cabral foi a Calecut, protestou logo ao Camory, que El-Rei D. Manuel o tinha mandado àquele seu porto, a fim de ter amizade, e comércio com ele: que, *quanto ao preço das mercadorias, ele não queria novidade; somente dar e receber segundo o estado da terra.*

Do comércio na Índia temos uso por três modos. O primeiro modo é, quando se faz nas terras e senhorios acima mencionados, que houvemos por conquista, contratamos com os povos da terra, como vassallos com vassallo de um senhor, cujos direitos das entradas e saídas são da coroa deste reino. O segundo é termos contratos perpétuos com os reis e senhores da terra, de, a certo preço, nos darem suas mercadorias, e receberem as nossas. E porém este modo de con-

tratar é somente acerca das especiarias, que eles dão aos oficiais de El-Rei que ali residem em suas feitorias para carga das naus que vêm a este reino: e todas as outras coisas são livres e comuns para todo o português e natural da terra poder tratar, *o preço dos quais está na vontade dos contraentes, sem ser atado nem taxado a uma justa valia.* O terceiro modo é navegarem nossas naus e navios por todas aquelas partes; e conformando-nos com o uso da terra, contraímos com os naturais dela por comutação de uma coisa por outra, *ao seu prazer e ao nosso.*

O Almirante Vasco da Gama, indo ao reino de Cananor assentar o preço das especiarias, recebeu com honra e agasalho os principais da terra que vieram fazer o trato: e começando de praticar com eles o preço das mercadorias, disseram, que *o rei não tinba assim das que se davam das especiarias na terra, como das que vinham de fora, senão os direitos delas; tudo o mais era dos mercadores que nisso tratavam: que ele não podia pôr preço à fazenda albeia.* E posto o dito Almirante replicasse, repetindo sempre, que pelos preços por que as davam aos mouros de Meca, a ele lhe haviam de ser dadas, o mesmo Almirante não houve por estranho o não convirem, parecendo-lhe *serem modos de tratar a seu prazer.* Porém insistindo ele, *o rei respondeu, que, como o negócio dependia mais da vontade daqueles que andavam no trato que da sua, e, em coisa de proveito de homens, eram maus de concordar, geralmente as coisas de tanta importância mais se acabavam com amor que com indignação.*

Tanto que algum presente é levado ante El-Rei de Bengala, segundo o costume muito antigo, ele *o manda avaliar pelos preços da terra, e por os mesmos preços se paga às partes; de maneira, que qualquer presente é uma comutação de uma coisa por outra:* e mais se contenta El-Rei de lhe ser apresentado por este modo o melhor que cada um leva, que ser-lhe dado de graça, por as partes não esconderem o bom para o vender a outrém. E *por terem por certo que lho há-de El-Rei de pagar, não têm receio de o apresentarem.*

Do monopólio de autoridade pública, e de suas más consequências

O monopólio do comércio do cravo ordenado por El-Rei D. Manuel foi causa de grandes distúrbios em Ternate, dizendo os nossos, que com a excepção da pragmática ficariam perdidos, pobres, e destruídos; e ocasionou tumulto e facção que cometeram vários portugueses, por os mais deles serem homens plebeus, que a aquelas partes tão remotas leva o interesse de trazerem delas aquele ganho

do cravo, que se lhes tirava com o haverem de comprar aos oficiais de El-Rei, e por o preço que eles queriam. *A estes desconcertos, e outros semelhantes, dão causa os ministros dos reis, mais zelosos de sua fazenda, que de sua honra: não entendendo, quanto mais ganham os príncipes, quando a seus súbditos alargam, e quitam os tributos, que quando lhos impõem; e de quantos trabalhos, e rebeliões foi causa não lançarem conta, qual importa se a receita dos dinheiros, ou a perda dos corações, e das vontades dos vassallos.* A dita pragmática causou grande escândalo nos portugueses, e nos mouros: nestes, por se lhes tirar a liberdade de venderem suas novidades, como, e a quem quisessem: e nos portugueses, por lhes defenderem comprar aos mouros, e ficarem necessitados, comprarem da mão dos oficiais de El-Rei por certo preço, sem lhes ficar o ganho que antes tinham. Pelo que indignados com estes rigores, e instigados de seu interesse, e ganho, por tantos perigos, e tão longa peregrinação foram buscar, não somente desamavam ao capitão, e lhe desejavam a morte, mas lha procuraram.

Tristão de Ataíde, como viu que tinha a El-Rei Cachil Aeiro como seu cativo, e ao regedor de Ternate por tão familiar, determinou de haver para si todo o cravo que houvesse na terra por o preço da feitoria, que era a mil reais o bahar, que é um peso de quatro quintais. Para o que o Samarão mandou apregoar por todo o reino de Ternate sob graves penas, que nenhum mouro ou gentio vendesse cravo, senão a Tristão de Ataíde, ou a quem ele ordenasse. Com este pregão cresceu o preço do cravo a tanto, que chegou a valer um bahar cinquenta, e sessenta cruzados. Porque como os portugueses tinham muita fazenda para empregar, e viam o Maluco em risco de se perder por as desordens dos capitães, todos compravam cravo; e *como os mouros de Ternate se aventuravam a grandes penas, se Tristão de Ataíde o soubesse, vendiam o risco que nisso corriam por grande preço.* Por rogos de Tristão de Ataíde mandaram pregoar a mesma defesa em suas terras os reis de Tidore, e de Geilolo. O que El-Rei de Bachá, sendo requerido por ele, não quis fazer, posto que era muito leal servidor de El-Rei de Portugal, e amigo antigo de portugueses, e que para acudir a suas necessidades nunca aguardou ser rogado; porém parecia-lhe injusta a postura do cravo, e muito mais a prisão de El-Rei Tabarija; e por estas, e outras desordens havia dias que não ia à fortaleza de Ternate como antes fazia. Mas Tristão de Ataíde, escandalizado de lhe não fazer a vontade no negócio do cravo, tentou fazer-lhe guerra, e mandou uma armada contra ele, a cujos capitães El-Rei fez muitos requerimentos, *que lhe não fizessem guerra, pois sempre fora, e era, leal servidor de El-Rei de Portugal, e não cometera coisa por que lha fizessem. Porém não querendo eles se não insistir, o que nisso ganharam, foi morrerem alguns portugueses, e os outros tornarem com pouca honra.* E posto o rei fizesse paz, ficou em seu ânimo em viva guerra, e muito escandalizado

da má paga que houve por a grande lealdade que sempre teve a El-Rei de Portugal, e pelos benefícios que fizera aos portugueses a que tão afeiçoado era.

Depois de conquistada Malaca, o senhor da povoação de Vpis, chamado Jáo Vtimuritaja, tinha inimigos, por ser muito malquisto; e a causa era, por ele, com o favor do officio, fazer algumas tiranias aos mouros e mercadores da sua jurisdição, a uns *tomando-lhes as mercadorias pelos preços que queria, e a outros naturais de Malaca os duções e propriedades*, e sobretudo todos os escravos que podia haver à mão, como entravam na sua povoação, nunca dali saíam, os quais logo mandava meter no serviço da obra que fazia, que era fortalecer-se. Além disto por mais descobrir a maldade do seu peito, *mandou atravessar quanto arroz havia na terra, com que o povo clamava por não se achar a vender, senão o seu a peso de ouro*: e com isto mandava na sua povoação que não corresse a nossa moeda novamente feita, mas a do Rei Mahamed, sendo ele tão grande seu inimigo, somente a fim que, com esta necessidade de não haver esta moeda na terra, venderia melhor o seu; e ao tempo que Afonso de Albuquerque mandou pregoar aquela nova moeda, ele nem coisa sua foram presentes. Finalmente chegou a ousadia deste Jáo a tanto, que indo um naire já feito cristão dos da terra malabar à sua povoação, ele o mandou prender; e porque o meirinho da cidade foi a ele que lhe mandasse entregar aquele homem, não lho quis dar, e sobre isso disse ainda más palavras ao meirinho, chamado Francisco de Figueiredo; e assim *injuriou um mercador gentio*, o mais honrado dos queliis, por nome Midele Alraja indo à sua povoação Vpi a lhe requerer pagamento de certa fazenda que lhe tomara, e quase escapou de o matarem os seus escravos, que o apedrejaram com pães de estanho, que estavam em uma casa, que era seu armazém, por não haver pedras na terra, o qual mercador se veio logo queixar a Afonso de Albuquerque: sobre as quais coisas praticando ele com Rui de Araújo, que servia de feitor, e outros officiaes que ali haviam de ficar, assentaram, visto como este Jáo diante de seus olhos todos os dias *fazia mil forças*, e os sinais de suas obras eram que, como viesse tempo, os havia de meter em revolta, seu voto era que, ante de proceder mais em outras maldades, que não tivessem remédio, devia de morrer. E a primeira execução que fez sobre suas culpas foi *mandar-lhe restituir o roubado*, e por derradeiro se lhe deu sentença de morte: da qual tendo notícia sua mulher, mandou pedir a Afonso de Albuquerque, houvesse por satisfação do caso, irem com toda sua família viver a Jaoa, oferecendo por sua vida grande soma de dinheiro; ao que Afonso de Albuquerque respondeu, que *ele era Ministro da Justiça de El-Rei de Portugal* seu senhor, o qual *não costumava vender justiça por dinheiro, por ser a mais preciosa coisa do mundo*: e por isso se consolasse, porque seu marido padecia conforme a vida que teve. A qual justiça foi a primeira que por nossas

leis, e ordenações, e processada segundo forma de direito, se fez naquela cidade. Com o qual feito o povo de Malaca ficou muito desasombrado daquele tirano; e houveram sermos gente de muita justiça, e que a não vendíamos por tão pouco preço como se naquelas partes entre eles usa.

Do dinheiro

A substância da guerra é o dinheiro, e este ajunta naus, artilharia, homens, e toda a outra munição dela. É o nervo que sustém os estados no tempo de sua necessidade.

A gente segue a quem tem posses: e quem tem dinheiro, é senhor das armas com que se faz a guerra, e facilmente leva os ânimos atrás de si. Ele é o executor de todas as más sentenças, e o subornador dos que têm cargos. Nele está a entrada e a saída com que se acabam os negócios em toda a parte.

O desejo de crescer em nome é tão natural aos homens de claro entendimento, que até adquirir e ajuntar dinheiro, o fim dele é para estes crescerem em nome; posto que às vezes o fazem diminuir, e de todo perder, *porque poucas vezes se ajunta o muito sem infâmia*. Porém como de coisa suspeitosa fazem os homens esta diferença de dinheiro; na vida é muito aceite, porque sabem que a ele obedecem todas as coisas, e que não há monte por alto que seja, a que um asno carregado de dinheiro não suba, como dizia Filipe pai de Alexandre; mas na morte, onde o dinheiro já não serve, só querem bom nome de honra, se o tiveram na vida.

O ouro tem tal qualidade, que como é posto sobre a terra, ele se vai denunciando de uns em outros, até que o vêm buscar ao lugar de seu nascimento.

Do interesse

O interesse é tão próprio a si mesmo, que, como faz assento no ânimo de alguém, poucas vezes dá lugar a outras razões, por muito conjuntas e obrigatórias que sejam. Pela experiência se mostra, que todas as razões ficam súbditas ao bem do proveito, que sempre prevaleceu em todo o conselho.

Até os homens prudentes, se deixam seu particular interesse, é pela conjunção do tempo. A cobiça não tem limites certos, ainda que os homens tenham leis divinas e humanas até onde se estenda o que podem ter.

Tanto pode o interesse particular, que muitas vezes a vida, e o estado de um príncipe, pende de um mau conselho. A cobiça dos homens tem inventado leis conformes a ela.

Da distribuição com que o Autor da natureza reparte seus dons, para facilitar o comércio

A natureza pródiga em todas as coisas, não desampara alguma parte da terra em tanta maneira, que nela não haja algum fruto estimado na opinião dos homens. Até na costa de Zanguebar, áspera e estéril terra para habitação de gente política, e logo lhe deu povo paciente daquela aspereza, e dado à busca dele; e a nós cobiça para por tantos perigos de mar e da terra os irmos convidar com nossas obras mecânicas, para suprirem suas necessidades a troco deste ouro tão conquistado.

No reino de Cofala há muito ouro e grosso, que se acha nos rios, e veias de pedras, e outro já depurado dos enxurros do inverno. Se a gente fosse cobiçosa, haver-se-ia grande quantidade: mas é preguiçosa, e para o haver dele, os mouros que andam neste trato, ainda têm artifício de os fazer cobiçosos; porque cobrem a eles e a suas mulheres de panos, contas, e brincos, com que eles folgam, e depois que os têm contentes, fiam-lhes tudo, dizendo que vão cavar o ouro, e quando vierem para tal tempo, que lhes pagarão aquelas peças: de maneira que por este modo de lhes dar fiado, os obrigam a cavar; e são tão verdadeiros, que cumprem com sua palavra.

Nas ilhas denominadas *Maluco* assim dispôs a natureza suas sementes, que em umas terras não têm especiarias, e tudo o que têm é mantimentos. E veio a particularizar tanto a disposição de sua específica virtude, que até barro para loiça deu somente a uma ilha, chamada *Pullo Caballe*, que quer dizer *ilha de panelas*. E não somente nas coisas naturais, mas ainda nas artificiais, assim estão repartidas na inclinação e uso dos homens, para uns, pela necessidade delas, se comunicarem com os outros, que na ilha *Batuchina* se fazem os sacos em que se enfiada todo o cravo, que dão todas as cinco ilhas para se carregar para fora. O cravo que por todo o mundo corre, nasce nestas cinco ilhas, e não se acha notavelmente em outras; e as árvores que o dão, como coisa de menos uso das gentes, veio *Deus, Universal Distribuidor do criado*, encerrar nestas cinco ilhotas, e a massa e a noz em outra chamada *Banda*. Estas ilhas, segundo dizem os nossos, são um viveiro de todo mal, e não tem outro bem senão o cravo: por ser coisa que *Deus* criou, lhe podemos chamar boa; mas, quanto a ser matéria do que os nossos por ele têm passado, é um pomo de toda a discórdia.

Da fé pública, e particular

Nas descobertas das ilhas Canárias, tornados os nossos à ilha Gomeira, João de Castilha, porque não vinha contente da pequena prea que lhe vinha em repartição, fez com que na mesma ilha fizessem alguma presa. E *posto que a todos pareceu maldade cativar aqueles de quem receberam amizade, pôde mais nele a cobiça que esta lembrança*; e como que por esta maneira ficavam menos culpados, passaram-se deste porto a outro da mesma ilha, onde prearam vinte e uma almas, com que se fizeram à vela a caminho deste reino. O qual engano sabido pelo Infante D. Henrique, ficou muito indignado contra os capitães, e, vestidos à sua custa, depois fez tornar todos os cativos onde os tomaram; porque, como o Infante por esta gente das Canárias tinha feito grandes coisas, sentia muito qualquer ofensa que lhe faziam.

Diogo da Silveira deu com uma nau, que amainando o capitão dele, se foi no batel ao galeão, e lhe representou com muita confiança uma carta de um português que estava cativo em Judá, o qual trazia o mouro por *salvo conduto*. Diogo da Silveira a abriu, e leu nela estas palavras. = Peço aos senhores capitães de El-Rei, que encontrem esta nau, que a tomem de presa; porque é de um muito ruim mouro. = Vendo o capitão-mor a confiança com que o mouro trazia aquela carta de sua perdição, e considerando a ruindade do português, *por conservar o nosso crédito, aprovou-lhe o falso seguro*; e rompendo-lho, para que não conhecesse o engano, nem lhe fizessem mal encontrando-o com ele algum capitão cobiçoso, passou-lhe outro em forma, com que o mouro se foi muito contente. E *Diogo da Silveira quis antes perder uma nau carregada de ouro, que quebrar a fé enganosa de um português, em que o mouro vinha tão confiado*.

Nos regimentos dos governadores da Índia, nenhuma coisa mais se encomendava do que verdade, e fé no prometido, e lealdade na comunicação que tivessem com todo o género de homens, do mais pequeno mercador até o mais alto príncipe: que trabalhassem por todo o modo e arte de assentar paz, e nunca dar causa de se quebrar. Porque isto era o que convinha ao rei que tivesse alma e honra; e nunca cometessem coisa contra alguém por modo de traição, e os seus amigos aliados ajudassem.

Quando António Correia chegou ao reino de Pegú, e assentou tratado de paz e comércio com o rei; posto que conhecesse que este tinha dado juramento simulado, contudo teve para si que era obrigado a cumpri-lo: porque Deus não é testemunha de engano, ainda que sejam os tais actos feitos entre pessoas diferentes em fé, quando ambas as partes contratam em paz e concórdia em bem comum.

Nos homens demasiadamente cautelosos, está em seu peito maior malícia que a fé de suas palavras. Do fervor e constâncias das mesmas

palavras se conjectura a verdade delas. Coisa natural é a todos buscarem cautelas e modos de sua abonação para seu proveito. Porém é maior injúria sofrer uma mentira, que dissimular um dano.

Faltar a fé aos estrangeiros que trazem bem e proveito ao reino, é contra toda a lei, e verdade. Contra essa lei praticou em nosso dano Camory Rei de Calecut; pois, estando os nossos fazendo carga de especiarias de modo muito pacífico, correu por toda a costa de Malabar, que ele usara de traição em mandar matar homens, que, debaixo da fé dele, estavam em terra tratando em coisa do comércio, e não de guerra: dizendo todos, que mandar fazer tal insulto, mais por roubar a fazenda, que por outra alguma culpa.

Um mouro em Goa entregou grande soma de dinheiro a um português, em cuja mão parecia que o tinha seguro: e porque depois, quando o pediu, lhe foi negado endoideceu. O qual depósito, ainda que foi secreto, o mouro o publicava, andando por muito tempo pelas ruas de Goa com esta mania: e cá neste reino menos o logrou a pessoa de quem se ele queixava. Porque a justiça de Deus, se tarda em tempo, não dissimula os exemplos de seu castigo; para que vejamos que tem conta com todos; e que, se lhe desapraz a maldade do infiel, por mais ofendido se há daqueles que professam sua lei: porque, quanto por ele são mais chegados à verdade, e caridade proximal, tanto são mais obrigados de aguardar a todo o género de pessoa, *principalmente em casos de confiança*. Finalmente cada um colhe o fruto da semente que semeou.

Da defesa do estado

Em nenhuma coisa com razão se pode melhor notar a potência e ser de um príncipe, que nos aparatos, e ordem das coisas do exercício militar.

A seguridade dos estados está em se confiar a sua defesa aos naturais. A natureza do leal e verdadeiro português, é que primeiro deixarão a vida do que uma ameia de sua pátria, ou propriedade ganha. Quando se fia a defesa do país de forasteiros, e gente alugada, como no tempo da afronta não defendem casas próprias, mulher, filhos, fé, ou honra, no primeiro ímpeto logo viram as costas, e despejam o lugar que defendem: e quem dá costas, dá ânimo a seu inimigo.

Quando se trata de defender do cativo mulheres e filhos, e toda a substância da vida, sendo este um mal comum, afronta-se todo o perigo com valentia, e desesperação. É a sujeição igual à morte. Cobaradia, e malícia, são coisas que sempre se acham juntas, não somente em natureza dos homens, mas ainda na dos brutos. Donde se verifica, que todo o fraco de ânimo é malicioso em cautelas.

Pode-se ter quase por regra geral, todo o príncipe, que mete em seu reino ajuda de outro mais poderoso, em lugar de se defender contra quem pede o favor, vem ser vencido do que chamou para socorro.

Dos conselhos sobre o bem público

Não merece menos quem bem e fielmente aconselha, que quem animosamente peleja.

Afonso de Albuquerque, deliberando sobre os negócios da Índia entre as principais pessoas daquele estado, receando que não fossem livres no conselho por temor de o enojarem, falou assim = Um dos maiores pecados que os homens podiam cometer ante Deus, e ante seu rei, era em casos de conselho, votarem o contrário do que entendiam para bem do caso a que eram chamados: porque acerca de Deus, negavam o entendimento que nele pôs, que era pecado contra o Espírito Santo; e contra seu rei cometiam uma espécie de traição. E que como o entendimento humano mais vezes pecava por malícia, que por ignorância, geralmente todos os conselhos que iam puros segundo os Deus inspirava, eram mais firmes e certos nas obras, que os movidos por alguma destas paixões, ódio, amor, temor, ou esperança, por serem partes muito prejudiciais em qualquer juízo. Donde vinha que, por este officio de aconselhar ser tão excelente, os príncipes que bem querem reger e governar, para ele de muitos homens escolhiam poucos, e para pelejar não enjeitavam algum: e aqueles a quem Deus fizera tanto bem, que podiam servir em conselho e com armas, não menos galardão mereciam em uma coisa que em outra: que o puro conselho mais procedia da alma que do sangue; e por isso, não os que muito valem e podem, mas aqueles onde o espírito de Deus expira, eram os que sabiam eleger a melhor parte que os negócios tinham para virem a bom efeito.

Jorge de Brito, copeiro-mor d'El-Rei D. Manuel, ao qual ele fez mercê da Capitania de Malaca, com a sua vinda acabou de desbaratar tudo, achando todo o povo da terra descontente, e não muito seguro em sua vivenda ali. Por conselho de alguns dos nossos, que tiveram mais respeito a seus interesses, que ao bem da cidade, começou logo de pôr mãos à obra; que era tomar todos os criados que foram de El-Rei de Malaca, a que eles chamam *ambarages*, e assim as quintas, chamadas *duções*, que eram dos malaios naturais da terra, e *repartia esta gente e propriedades por os moradores portugueses que ali viviam*: e para se melhor saber o dano que se daqui seguiu, repetiremos este caso de seu princípio. Quando Afonso de Albuquerque tomou Malaca, *o povo dela vendo como muitos homens livres eram cativos, e perdiam suas propriedades, com temor começaram a despejar a cidade, uns por*

mar, e outros por terra, o mais secretamente que podiam por não serem retidos; e assim os malaios despovoaram a cidade; que quando Jorge de Brito o quis remediar, mandando lançar pregões que todos se tornassem com grandes seguros e liberdades que prometia, aproveitou pouco... O nosso mau governo causou tanto escândalo, que quase todas as nações estavam indignadas contra nós, sem quererem acudir com os mantimentos que ordinariamente soíam trazer à cidade.

Do governo liberal

No reino não se pode saber dos excessos de Tristão de Ataíde na Índia, nem do bom serviço que nisso fizera António Galvão, *como acontece onde os reis não são presentes, e a coisa fica em oficiais e ministros.*

António Galvão, como era homem tão inteiro em suas coisas, e tinha fama de virtuoso, foram tão avantajadas as pazes que fez com os reis de Geilolo, e Bacham, que não somente estes se fizeram seus amigos, mas lhe mandaram os portugueses que tinham cativos, e as armas, e artilharia que aos nossos tinham tomado. Sendo-lhe cometido partido de se lhe dar um reino, não quis aceitar, como homem zeloso de serviço de El-Rei, e pouco ambicioso. A bondade que António Galvão nisto mostrou, e a pouca cobiça que os mouros nele viam, ganhou grande fama entre eles, vendo que enjeitava a governança de um reino, de que tanta honra, e proveito lhe pudera vir, e não acabavam de o louvar. E assim tanto pôde com eles a virtude de António Galvão, e o favor que El-Rei de Tidore, e Cachil Rade seu irmão nisso deram, que os sangages, e mandarins do reino, reconheceram por seu rei a Cachil Aeiro, e ao Samorao por regedor, e os obedeceram como tais.

Com este assento de concórdia que António Galvão fez, todos aqueles ternates que por as sedições, e trabalhos passados do tempo de Tristão de Ataíde, e de seus antecessores na capitania, andavam espalhados por outras ilhas, por agravos, ou medo, se tornaram a recolher, e povoar a terra, e gozar dos bens que a paz traz consigo. Pelo que uns e outras confessavam ter grande obrigação a António Galvão, e punham suas coisas no Céu, quando comparavam o bom tratamento, que nele achavam, com o mau que receberam dos que o precederam no cargo.

Havida esta vitória Fernão Vinagre pacificou a terra, e fez muitos cristãos. António Galvão vendo tão bom sucesso, o tornou lá mandar, para ganhar a vontade daquelas gentes, e os persuadir se convertessem à fé de Cristo; o qual com sua pregação, e persuasões, fez muitos mais cristãos, cujos filhos trouxe consigo a Ternate, para se aí criarem entre os portugueses. Os quais António Galvão mandava doutrinar nas coisas

da fé, e ensiná-los a ler, e escrever. E para os nossos serem mais seguros com os filhos daqueles homens nobres, que tinha como reféns de sua cristandade, e amizade, aos pais quando os vinham ver, dava peças e dádivas. Pelo que *era António Galvão tão acreditado com aquelas gentes, por a justiça, e equidade, com que procedia com os bomens, que entendiam, que o Deus que ele adorava era o que se havia de crer, e a religião que ele professava, se havia seguir. Tanta eficácia tem a virtude, e o bom exemplo, do que quer incitar, ou converter a outros a bem viver!*

A todos António Galvão recebia, amparava, e honrava, com tanto amor, e liberalidade, que pouco mais que durar o tempo da sua capitania, ou se lhe perpetuar (como pediam a El-Rei D. João os reis, e povos de todas aquelas ilhas) sem dúvida todas elas, além dos grandes interesses da coroa deste reino, receberam nossa santa lei. Mas nem nós, nem eles merecemos uma tão grande mercê de Deus.

Vendo-se António Galvão assossegado, e em paz com os ternates, e com os reis seus vizinhos, converteu o ânimo a fazer aos ternates tantos benefícios, com que se compensassem as aflições e danos, que da aspereza dos capitães passados tinham recebido. E primeiro que tudo parecendo-lhe grande ingratição a que se usara com El-Rei Boleife em lhe prenderem todos seus filhos, e os terem como cativos; sendo aquele rei o que agasalhou aos portugueses, e os aceitou por hóspedes e amigos, e lhes deu lugar em sua terra para fazerem a fortaleza, soltou da prisão a El-Rei Cachil Aeiro, e o deixou ir livremente para a cidade, e lhe entregou livremente a administração do seu reino, e lhe deu licença que casasse; o que aos reis de antes se não permitiu, depois que a fortaleza se fez. Por esta liberdade que António Galvão deu a El-Rei, lhe ficou ele tão obrigado, e o povo todo, *que o nome que entre todos tinha, era de pai, e como tal o amavam, e obedeciam.* Nem El-Rei e seus mandarins faziam coisa alguma sem seu conselho. E para as coisas de António Galvão ficarem entre eles em perpétua lembrança, faziam os ternates cantares em seu louvor, que ao seu modo são as crônicas, porque se sabe nos tempos vindouros o que fizeram seus passados, e quem foram. Da mesma maneira era António Galvão bem quisto dos portugueses, e a todos obrigou com muitos benefícios que lhes fez; porque, devendo-lhes os mouros muitas dívidas de seus contratos, e distratos que faziam entre si, que os capitães passados nunca foram poderosos para lhas cobrar, ele fez com que de boa vontade, e sem contendas, lhes pagassem. E devendo El-Rei de Portugal muitos soldos, e mantimentos aos portugueses que estavam em Ternate, não tendo seus feitores dinheiro, ele o emprestava com grande perda sua; e da mesma maneira gastava do seu com os doentes que curava à sua custa, e em outras obras pias que fazia aos que caíam em necessidade. *E como um dos frutos da paz é o ornamento, e concerto das coisas públicas,* naquele tempo em que se viu quieto, reedificou a fortaleza de edificios, e oficinas necessárias de pedra, e cal, que antes, ao costume

da terra, eram de canas, e materiais fracos, e tudo cercou de muro. Aos portugueses fez edificar suas casa de pedra, e cal, com chaminés ao nosso modo, com que aquela povoação ficava parecendo de Portugal. E por a entrada do porto ser dificultosa, por um penedo, que estava no meio da barra, mandou quebrar este penedo, e levantar tanto o arrefice, que ficou feito um molhe, com que o porto ficou fácil, e seguro. E porque o que aquela fortaleza mais cumpria era ter gente arriegada, que por qualquer coisa se lhe não fosse, como muitas vezes se fazia, ficando a fortaleza só, sem ter que a defendesse, formou uma nova colônia, fazendo com El-Rei Cachil Aeiro que desse terras aos portugueses que lavrassem, e plantassem; com que fizeram quintas, em que traziam muito gênero de gado, e aves. E para ornamento da cidade trouxe água de três lagoas por canos, de que a gente, e os gados bebiam, e se regavam as hortas e pomares. E assim incitou com seu exemplo aos mouros, que ocupados em lavar, e semear as terras, e criar gados, se esqueciam das guerras em que de contínuo andavam, e de soldados se tornavam lavradores. El-Rei de Ternate, vendo o ornato de nossa cidade, cobiçou fazer outro à sua, e com ordem de António Galvão a enobreceu de edificios, e outras coisas. Muitas outras fez António Galvão, porque com razão lhe puderam os ternates chamar *pai da pátria*.

Nuno da Cunha, governador que foi da India, foi muito suave e gracioso na conversação, tendo muita majestade em mandar, e no governo de coisas de substância, era muito humano, e paciente nas paixões que os homens tinham, e muito fácil em recolher em sua amizade aqueles que ele sabia se agravavam, e murmuravam dele. Foi muito zeloso de *fazer bem aos homens*, e com os que lhe eram ingratos dissimulava, e trabalhava por os não perder de amigos. Na justiça era muito inteiro, sem alguma paixão, e muito limpo em seu officio, sem se enxergar nele modo algum de cobiça. Tinha no reino muitos émulos, mais por inveja de o terem por muito rico, que por ele fazer coisas para o ser. Os quais lhe fizeram muito dano ante El-Rei, por a muita autoridade que tinham ante ele. Mas o galardão com que houvera de ser recebido, não quis Deus que o ele visse, e vingou suas injúrias com sua morte, por não dar glória aos que faziam a El-Rei crer mal dele. E ainda permitiu, que depois de sua vida, viessem as coisas da Índia a tal estado, que os dez anos que ele governou, fossem sempre lembrados, e seus próprios inimigos que teve na vida louvassem sua pessoa, e obras depois da morte. Na carta derradeira que escreveu de Cochii ao Viso-rei, voltando para o reino em cuja viagem faleceu, assim conclui. Não levo para Portugal para me receberem bem senão dez anos de muitos serviços que nesta terra tenho feito a Sua Alteza, e tão bons, que tarde virá a ela governador que me ponha o pé diante; e *vos entreguei a Índia tão abastecida de navios e munições, que achastes cento e setenta velas e munições, para elas*.

*Observações sobre a obra económica portuguesa
mais distinta do século décimo sétimo*

Havendo decaído a literatura nacional com a decadência da riqueza da monarquia, em consequência de se ter perdido o *espírito de comércio*, e trocado *pelo espírito de conquista*, que por fim causou a fatal empresa de El-Rei D. Sebastião, donde se originaram todas as desgraças da nação; depois da restauração do Estado pela augusta Casa de Bragança, entre os sábios que concorreram ao seu restabelecimento, não só por seus serviços diplomáticos, mas também por seus escritos literários, se distinguiu o doutor Duarte Ribeiro de Macedo.

Sendo ministro enviado na corte de França, em 1673 e 1675 compôs dois *Discursos*, destinados ao progresso da riqueza nacional, propondo, como os mais eficazes meios, a *Introdução das Artes em Portugal, e a Transplantação das Especiarias da Índia ao Brasil*.

Ainda que estes projectos económicos fossem mui úteis, contudo o do 1º discurso teve mais influência na economia do Estado do que o do 2º, sendo aliás este mais fácil, e de vantagem certa. Parece haver a Divina Providência reservado a glória de executá-lo ao nosso augusto soberano El-Rei nosso senhor D. João VI; que tem elementarmente realizado a transplantação das mais preciosas especiarias da Ásia, até incluída a planta do chá, de que já se tem feito feliz cultura na sua real quinta.

Nunca podia entrar em dúvida o interesse do Estado a este respeito, vendo-se hoje, que o algodão forma um dos mais importantes ramos do comércio deste reino, e tem adquirido mais crédito, e valor nos mercados da Europa, do que o da Índia; bem se podendo dele dizer o que o nosso Camões disse do pêssego, vindo da Pérsia a Portugal, *melhor tornado no terreno albeio*. Contudo é notável no dito 2º discurso a carta a que o autor se refere, do Padre António Vieira, datada de Roma, em que este afirma, que El-Rei D. Manuel mandara, por decreto com pena de morte, arrancar todas as especiarias da Índia, que se tinham transplantado ao Brasil, para não prejudicar ao seu comércio do oriente, mal escapando o *gengibre*, por (como diz) *se meter pela terra dentro*.

Quanto porém ao dito 1º discurso, bem que útil no objecto, é estranho no motivo; pois que todo se dirige a convencer, que a decadência da riqueza nacional então existente procedia da saída dos metais preciosos do Reino, e considerou que a *introdução das artes* era o único remédio deste mal. Sem dúvida tinha em vista as artes superiores, pois que reconhece que em Portugal havia grande número de artistas dos officios ordinários, que passavam a Castela. Admira que tão perspicaz estadista não advertisse nas principais causas óbvias de decadência da riqueza nacional; 1ª na sujeição por mais de meio século à Espanha: 2ª estrago de capitais produtivos pela tão longa guerra da Restauração.

O merecido crédito do nosso economista, cujo dito *Discurso*, pela sua raridade, foi em partes, transcrito em um periódico desta corte sem comentário em 1813, necessita a reprodução de alguns extractos nesta obra, por duas razões: a primeira; porque, tendo sido composto no espírito do *sistema mercantil*, corrente no seu tempo, em que se considerava às cegas o ouro e a prata, como a *riqueza essencial das nações*, contém princípios incompatíveis com o liberal sistema, ora felizmente adoptado neste Reino; não se podendo estabelecer bom e firme edificio da prosperidade do Estado sendo devassas no público ideias errôneas, e constantes ilusões, que tanto têm atrasado a verdadeira riqueza das nações: segunda; porque no mesmo *Discurso* se manifesta, e discute, o modo de pensar do tempo, sobre os interesses nacionais, não só dos estadistas, mas também dos soberanos, com lição instrutiva, que melhor se não acha nos escritores estrangeiros desse século.

Nos ditos *Discursos* se ensinam os seguintes princípios, não menos económicos que religiosos, de que jamais se deve perder vista na legislação, e policia de qualquer país. Infelizmente o nosso economista foi a eles inconsequente, quanto ao 1º *Discurso*, bem que faz honra ao seu juízo, e carácter, não ter adoptado o rigor extremo, com que nos outros países se adoptou (e ainda muito se observa, e louva) a odiosa economia com que em diversos estados se tem feito manifesta opposição ao *sistema social*, com recíprocas, e sanguinárias leis restritivas de seu legítimo comércio; pelo temor pânico que os empíricos das praças têm do esgoto dos metais preciosos, ainda com maior horror ao *vácuo de dinheiro*, do que os peripatéticos ao *vácuo físico*, que nas escolas durou por mais de dois mil anos, ainda até depois do tempo de Newton.

—A Providência Divina, cuidadosa da mútua correspondência dos homens, e da sociedade civil das nações, não deu a todos os bens da natureza. A todas as nações repartiu a produção pela diversidade dos climas; para que a necessidade que uns têm do que as outras produzem, facilite o comércio, e o trato entre os homens, levando uns, e trazendo outros, o de que necessitam todos.

Daqui se segue, que não há nenhuma província tão abundante, que não tenha necessidade dos frutos alheios, e nenhuma tão pobre, e tão estéril, que não tenha que mandar às abundantes; mas a *indústria* e o *entendimento* repartiu igualmente com todas as nações, fazendo-as todas capazes das operações da arte; e, se faltam algumas, é por falta do uso, e da política, e não da capacidade. Temos exemplos em Alemanha, aonde hoje florescem as artes, e que era no tempo em que escreveu Tácito, tão inculta e bárbara, como sabemos que é hoje a América, e a Etiópia.

Daqui se segue, que será castigo, e não disposição da providência de Deus, a menos aplicação que umas nações têm, mais que outras, ao exercício das artes mecânicas: mas, deixando as moralidades a que

dava ocasião este reparo, digo que aquela repartição da Providência segura entre os homens a saca de todos os frutos de que têm abundância, pela comutação dos frutos de que têm falta; e que as artes, ainda que sejam comuns a todas as nações, não podem ser danosas, nem impedir o comércio. Esta é a razão por que todas as nações bem governadas procuram ter abundância de artes, sem que nenhuma se receie do dano de que as artes serão contrárias ao comércio.

•Em conclusão do seu *Discurso*, para recomendar as artes superiores se apoia com a autoridade da Sagrada Escritura, em que o mais sábio dos antigos reis, Salomão, propõe várias regras económicas, fazendo no capítulo XXXI dos seus Provérbios o retrato da *mulher forte*, que "buscou lã e linho, e fez fábrica de uma e outra matéria, e fez a sua casa uma nau de mercadorias, que traz o sustento e riqueza de partes remotas: achou gosto, e proveito no seu trabalho: fez roupas, que vendeu depois de dar a todos os seus domésticos dois vestidos, etc.

•Um reino é uma grande família: se nele se obrar o que fez a matrona em sua casa, seguir-se-á infalivelmente, que as riquezas que famos por tantos perigos buscar a tão diversos climas, serão património do mesmo reino; seremos muitos em número, *única felicidade das monarquias*: cultivaremos uma terra fertilíssima, que há-de pagar os benefícios que lhe fizermos com abundantes frutos. Teremos gente para a guerra, para as colónias, e para as armadas; e desterraremos da república a ociosidade, mortal inimiga da sociedade civil. Faremos Lisboa o mais rico empório do mundo, depósito, e escala de todo o comércio dele. Crescerá o património real com maior aumento e riqueza dos vassallos.

No 2º *Discurso* tendo mui eruditamente demonstrado as vantagens da transplantação das especiarias da Índia ao Brasil, diz com toda a razão - Não há príncipe nenhum do mundo que tenha as comodidades que Sua Alteza tem para mandar fazer essas experiências. No capítulo 7º dá resposta às dificuldades.

•Três coisas, a meu ver, poderão dizer os que se não contentarem das proposições deste papel: 1º Que Deus deu qualidades a uma terra, e a um clima, diferentes do outro, para incitar, e facilitar o comércio das nações, e que parece quimera e ficção querer que todas as terras sejam capazes de todas as produções; donde se seguirá que as despesas e trabalhos que hão-de custar estas experiências serão inúteis: 2º Que se perderá o comércio da Índia, e não tendo os portugueses que lá ir buscar, se perderão as colónias que se conservam, e a pregação do Evangelho, que por ele se introduz: 3º Que em caso que prosperem aquelas experiências, as riquezas do Brasil convidarão as nações do norte a ir ocupá-lo, e semearemos naquelas terras para outrém colher os frutos, e nos lançarão foram dela.

•Quanto à 1ª razão respondo, que, por via de regra, assim é, que a Providência Divina diversificou pelas nações as produções da natureza,

para que a necessidade que uns têm de outros unisse pelo comércio as distâncias, e fizesse sociáveis os homens; mas também lhes deu indústria para suprirem em muita parte os *defeitos da mesma natureza*¹⁰. Aonde mais experimentei aquela ordem da Providência é na diferença dos climas e não nos mesmos climas; é na distância que há do Oriente ao Ocidente, aonde a causa eficiente da produção das plantas tem as mesmas influências, e a mesma forma. Se D. Francisco Mascarenhas mandara de Goa a Inglaterra a laranjeira que trouxe a Lisboa, no mesmo ano se perdera.

O mesmo escritor bem refuta as mais objecções, tanto pelo reconhecido carácter, patriotismo, e valor nacional, como pelo senso comum, que dita a necessidade de se obterem pelos justos meios as riquezas, tão necessárias à independência e força das monarquias.

Só tenho a observar sobre esta doutrina, que ela é exacta sendo as transplantações nos justos limites assignados pela Providência para a vigorosa vegetação e frutificação das plantas exóticas, quando por tentativas prudentes se podem naturalizar em outros países, e, como hoje se diz, *aclimatar*, mas não quando se intenta fazer *força à natureza*, e pelo princípio avaro de abarcamento, e independência mercantil das mais nações. Tem-se por indústria feito *estufas*, para nas zonas temperadas e frias se cultivarem *frutos dos trópicos*, mas nunca podem ser artigos regulares de suprimento do povo, e menos de comércio de exportação. Há produções tão naturais, e até de espontânea frutificação em certas terras, que é vão quererem outros países com elas competir.

O nosso economista assim bem conclui o seu *Discurso*.

«S.A.R., que Deus guarde, parece que é obrigado a procurar a abundância e felicidade dos povos que governa, e segurá-los para que os logrem em repouso; e sem comércio, e sem riquezas, nada disto pode fazer: tudo fará se o Brasil der os meios; e deixará felicíssimo o Reino a seus sucessores, por cuja conta correrá usar das riquezas no exercício das virtudes, em que unicamente consiste a conservação dos reinos».

O autor de puro patriotismo seguiu as opiniões estabelecidas, e pretendeu enriquecer a nação desejando concentrar no Reino os metais preciosos, e todas as artes e fábricas, para que o ouro e a prata não saiam do Estado, nem vão vivificar as indústrias das mais nações. É impossível tão sinistro abarcamento; pois que nenhuma nação pode ter braços, e capitais para toda a espécie de manufacturas, tendo aliás alguns países melhores proporções que outros para certos ramos de indústria manufactureira, pela mesma adorável distribuição económica do Ente Supremo, bem como vários possuindo maiores facilidades para a agricultura, pela vastidão e fertilidade das terras, ou para a indústria mercantil e náutica, pela sua situação marítima; o que com especialidade se aplica à nação

¹⁰ Expressão imprópria, que procede da nossa ignorância das leis da natureza, e das revoluções que têm havido na terra.

portuguesa, que por isso teve a glória de tanto se avantajarem em a navegação, e na abertura do comércio das três (antes incógnitas) partes do Mundo. É além disto contra a razão e experiência ser o comércio do Mundo só feito de comutação dos produtos rudes da terra: ele seria além disto muito minguido entre nações vizinhas que, tendo quase o mesmo clima, também têm quase iguais produtos naturais.

Contudo o dito autor bem mostrou ter ideias liberais, considerando inúteis para o estabelecimento das fábricas, a retenção do ouro e prata no Reino, as leis contra a saca da moeda, as pragmáticas sumptuárias contra o luxo em artigos de indústria estrangeira, e os regulamentos proibitivos de sua importação; contentando-se somente com a proibição da saída das lãs, e de outras matérias de obras, que se possam manufacturar no Reino. Não admira que assim pensasse, sendo ainda mais rigorosa a comum opinião do seu tempo, e até do presente nas mais cultas nações, em que as luzes de economia política ainda têm mui pouco penetrado. Então se desconhecia a eficácia dos bancos do comércio para o bem regulado uso do *papel de crédito*, que é tão bom, ou melhor substituto do dinheiro metálico. Reservo para a parte VI desta obra fazer análise do sobredito *Discurso*, depois de estabelecer os princípios sobre o influxo dos metais preciosos para facilitar a circulação. Bastará aqui citar a seguinte passagem do celebrado historiador de Inglaterra, David Hume, que foi o primeiro escritor daquele país, que, nos seus *Ensaios Económicos* do meio do século passado, começou a abrir os olhos da Europa no presente assunto, assim dizendo no Ensaio V da *Balança do Comércio*.

«Destes princípios aprendemos, que juízo se deva fazer dos inumeráveis grilhões, e obstáculos, que todas as nações da Europa (e nenhuma mais que Inglaterra), têm posto ao comércio, pelo exorbitante desejo de amontoar moeda, que aliás nunca se reterá além do nível do tráfico de cada país; ou pelo mal fundado receio de perder a quantidade que lhe é necessária, e que não pode descer abaixo do mesmo nível. Se alguma coisa pode dissipar as nossas riquezas pecuniárias, é o uso de tais impolíticos expedientes. O seu geral mau efeito é privar as nações vizinhas da livre comunicação, e comutação, que o Autor do Mundo destinou, dando-lhes terrenos, climas, e génios tão diferentes uns dos outros.»

CAPÍTULO IV

Dos escritores economistas portugueses no presente século

Ainda que a Real Academia das Ciências de Lisboa tenha incorporado nas suas colecções literárias muitas úteis *Memórias Económicas*, contudo, bem que nestas às vezes incidentemente se toquem questões

de economia política, ou se recorra aos seus princípios mais gerais, o seu principal objecto é a *economia rural*, para o melhoramento da agricultura. Seria a desejar que naquela corporação científica se apurassem os sistemas económicos, discutindo-se com imparcialidade os pontos controversos, firmando-se os mais transcendentos teoremas da economia política, sendo de não menor importância que os das intituladas *ciências exactas*, merecendo a economia política o título de *ciência da vida*, visto que da rectidão e execução de seus *princípios* depende o *bem viver* dos povos; e o estudo da agronomia, foronomia, astronomia e mais ciências físicas, e matemáticas, só valem enquanto conspiram ao bem-comum da humanidade.

No princípio deste século abriu vasta carreira aos estudos de economia política o erudito Dr. Brito, professor de Direito da Universidade de Coimbra, com a sua obra que intitulou *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza da Nações*.

Depois da paz geral apareceu a obra do senhor José Acúrsio das Neves, deputado secretário da Real Junta do Comércio de Lisboa, a que deu o título de *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio, e Manufacturas, Consideradas Segundo os Princípios de Economia Política*. Esta obra é de grande importância pela liberalidade de suas opiniões económicas; recomendação da que justamente chama *imortal obra* de Smith; abundância de factos interessantes, que demonstram as causas da proeminência da indústria e riqueza de Inglaterra pelo seu sistema, de uso das máquinas; e sobretudo por desassombrar a nação do terror pânico de perder os estabelecimentos de fábricas para que Portugal tem naturais proporções. Os documentos autênticos que estavam no seu alcance oficial, dão grande lustre a estes judiciosos escritos; em que se acha muita instrução. Como porém o autor na 2ª Parte, pag. 32, declarou não entrar no seu plano o fazer uma *obra sistemática* das doutrinas de economia política, espero vênia por oferecer este meu trabalho. Passo a indicar as fontes donde extraí as doutrinas, que me pareceram mais exactas, nomeando somente os principais escritores daquela ciência.

CAPÍTULO V

Dos escritores de economia política de Inglaterra

A Inglaterra se arroga a prerrogativa de ser a *pátria da economia política*, ainda que lhe disputa a honra a Itália e a França, por terem, desde antiga época, escritores que fizeram obras e dissertações sobre matérias de comércio, e finanças, e especialmente sobre os abusos nas alterações da moeda.

Depois da queda do Império Romano, e da ressuscitação das letras na Europa, e por ocasião de se terem alguns literatos refugiado na Itália, vindos da Grécia, caída no bárbaro poder otomano, revivendo os estudos, com especialidade da jurisprudência, infelizmente se adoptaram na economia do Estado os erros do direito romano, cujas *pandectas* (que foram casualmente achadas) contendo o corpo das leis do dito império se constituíram o firme código geral das potências da Cristandade. Até então nem bem se conhecia o valor da ciência económica, nem se previu o terrível mal do sistema de monopólios (de muitos títulos e pretextos) que o governo feudal, combinado com o espírito militar, inspirou, insensível e profundamente, nos gabinetes dos soberanos, e nos corpos das praças, ainda depois de se reconhecer a importância do comércio para a riqueza e potência das nações.

No princípio do século XVI, no reinado da celebrada rainha de Inglaterra Isabel, nasceu o depois ainda mais celebrado, Francisco Bacon, chanceler no reinado de seu filho James I. Foi este o primeiro escritor que fez *ensaios económicos e políticos*, ainda que muito elementares, e sem a profundidade que caracteriza os seus ensaios físicos e jurídicos, principalmente os que intitulou *Novo Órgão das Ciências, Dos Aumentos das Ciências, Máximas de Lei*. Também foi o primeiro que classificou a ciência económica como um ramo de jurisprudência, incorporando-a no mapa dos conhecimentos humanos; o que, no meado do século XVIII, se adoptou no prospecto da *Enciclopédia* pelo grande matemático D'Alembert. Mas ainda assim pode-se dizer, que não deu o inteiro valor à ciência, por ser o direito económico antes a raiz ou o tronco da árvore da vida social; porque, na ordem natural da precedência dos actos humanos, primeiro é viver (o que supõe certos os meios de subsistência) do que regular a conduta dos homens pelo direito civil para a melhor ordem política; e portanto, talvez com mais razão conviria classificar a jurisprudência como um ramo da economia política.

O celebrado orador e cônsul de Roma, Marco Túlio Cícero, na sua obra das *Leis*, em que incidentalmente tocou matérias económicas, bem notou, que o regímen da sociedade só podia ser justo e conveniente, sendo conforme, e não contrário, à universal lei da natureza; e consequentemente, que todas as leis de qualquer estado deviam ter por base essa *lei fundamental*, cujos princípios ele tentou investigar. Parece que Bacon teve em vista o pensamento desse grande homem do Império romano, quando nos seus *Elementos das Leis de Inglaterra* projectou um *compêndio de princípios*, que intitulou *Legum Leges* (Leis das leis) como os alicerces da jurisprudência universal, expurgada das que ele chama *leis vulgares*.

As suas profundas e compreensivas vistas se manifestam de várias passagens de seus referidos *Ensaio*s, com especialidade sobre a *Riqueza. Verdadeira Grandeza dos Reinos e Estados*, e do que expõe nas *Fontes do Direito*, Afor. 6.

«O último objecto que os legisladores devem ter em vista, e ao que todas as suas regulações e sanções convém se destinem, é que os *vasallos possam viver felizmente*. Para este fim, é necessário que eles recebam educação religiosa e pia; que se habituem à prática da boa moral; que estejam seguros de inimigos estrangeiros por competentes estabelecimentos militares; que sejam defendidos por uma policia efectiva contra sedições e injúrias particulares; que sejam leais ao governo, e obedientes aos magistrados; e finalmente, que abundem em riqueza, e em outros recursos nacionais. A ciência de tais matérias certamente pertence mais particularmente à província dos homens, que, por hábitos de negócios públicos, tomam comprehensiva vista da ordem social; dos grandes interesses do Estado; das regras da natural equidade; dos usos das nações; das diferentes formas de governo; e que por isso estão preparados a raciocinar sobre a sabedoria das leis, tanto por considerações de justiça, como da política. Consequentemente, o grande *desideratum* é, investigando os princípios da *justiça natural*, e os da conveniência política, apresentar um modelo teórico de legislação, que sirva como padrão para avaliar a comparativa excelência dos códigos municipais, e oferecer ideias para seu correctivo e melhoramento aos que têm no coração promover o bem do género humano».

Entre os muito grandes, originaes, e rectos princípios económico-políticos de Bacon, se acha o seguinte. «Os estados que são liberais para naturalizar estrangeiros, são próprios para império. Nisso se distinguiram os romanos, e em consequência o seu estado se elevou à maior monarquia do mundo civilizado. Concedendo a naturalização, outorgavam não só o direito de comércio; direito de casamento; direito de herança; mas até os direitos políticos *jus suffragii, jus honorum*, não só a individuos e às famílias, mas a nações inteiras etc».

Pode-se contudo dizer, que este grande filósofo, a quem o célebre astrónomo Galileu chamou homem de engenho divino, e que, na verdade, parece ter sido dotado de quase sobrenaturais talentos, que fez com seus escritos uma das mais importantes eras nos anais das ciências, merecendo o título de *pai da filosofia experimental*, estabeleceu o cardeal *princípio*, que *conhecimento é poder*, princípio, que, (segundo bem diz um dos sábios da primeira ordem de Inglaterra) *se applica ao homem, não menos na sua individual, que social, capacidade; e de que se pode seguramente confiar, como o mais sólido de todos os fundamentos para os nossos raciocínios concernentes à futura história do mundo*¹¹.

Este mesmo escritor observa, que, no século de Bacon muito imperfeitas e erróneas ideias se formavam sobre o bom governo económico; e para traçar os lentos progressos da razão e liberdade, cita os desmerecidos elogios que o mesmo Bacon faz da legislação de Henrique VII,

¹¹ Dugald Stewart, 1. *Dissert. à Enciclopédia de Edimburgo* pag. 72.

que proibiu a exportação de cavalos, como se esta não animasse a criação, e fizesse esses animais mais abundantes no reino: e pôs fixa taxa aos lanifícios, chapéus, salários dos trabalhadores, sendo aliás evidente, que a concorrência põe a tudo o mais natural e baixo preço. O atraso dos conhecimentos da ciência económica nesses tempos se manifesta dos seguintes factos, que o famoso historiador de Inglaterra David Hume, refere sobre o espírito de monopólio, então predominante nesse país, bem que, desde o seu rei João I, que concedeu à nação a Magna Carta, presumia de ter *constituição livre*.

A sobredita rainha Isabel não só estabeleceu ou conservou grandes monopólios ao comércio estrangeiro, conduzido este por companhias de privilégio exclusivo para a Rússia e Espanha, mas também com incrível facilidade, dava monopólios no comércio interno a vários indivíduos, sem prever as consequências, em que não menos interessava a justiça que a indústria dos povos. Até prodigalizou ao seu ministro valido, Duque de Essex, o monopólio dos vinhos doces.

Tendo os ingleses descoberto a navegação do Báltico até ao Arcangel alguns anos antes, e obtido do Imperador da Rússia o monopólio do comércio do império, a mesma soberana importunou ao sucessor para continuação de tal monopólio, reclamando-o, como tendo direito a perpétuo privilégio exclusivo da navegação e comércio do país, a título de descobrimento; cuja exorbitante pretensão foi repelida por aquele novo Imperador; o qual deu a resposta categórica, que, suposto fosse por gratidão afeiçoado à nação britânica, por ter primeiro aberto o tráfico marítimo de seus estados, contudo já esta havia desfrutado por muitos anos grandes vantagens privativas, que não deviam continuar, porque *o comércio era de direito das gentes, e para todos os povos*. Sobre o que o referido historiador diz: «eis um dinasta bárbaro da Cítia dando lições de sabedoria à que se reputava a primeira cabeça política da Europa!».

O mesmo Hume conta o acto do Parlamento no dito reinado, em que o ministro propôs uma lista de tantos monopólios dos géneros de comércio interno, que um dos membros da Casa dos Comuns bradou «*Não está aí o pão?*» ao que o ministro replicou *Como o pão?* respondeu o membro = Se as coisas vão neste andar, teremos também a subsistência em monopólio¹². Em consequência do que o historiador conclui, que, se depois não crescessem as luzes económicas, e os seguintes parlamentos não destruíssem os mais gravosos monopólios estabelecidos «a Grã-Bretanha, presentemente tão distinta e admirada por sua indústria e riqueza, seria pobre, miserável, e pouco diferente da Barbéria».

¹² A facilidade de dar monopólios era tão comum, que até na guerra da Restauração de Portugal a Junta do Comércio que então se estabeleceu, e foi depois abolida, obteve *estanco de certos géneros comestíveis*, como refere o nosso D. António na *Hist. Gen. da Casa Real* Tom. VII. pag. 201.

Davenant é o escritor inglês de maior consideração, que no século décimo sétimo escreveu sobre matérias de comércio e finanças, sustentando o *sistema mercantil*, que então era conforme às ideias ordinárias das praças, e dos gabinetes. No seu tempo era geral *credo político*, que o dinheiro é o sangue do coração do Estado, e o Nume tutelar das nações e potências; que, em consequência, os metais preciosos ouro e prata, não só são estimáveis como boa matéria da moeda, e o melhor instrumento para a circulação do comércio, mas também constituíam a riqueza essencial das nações; que por isso os estados eram mais ou menos ricos em proporção que tinham mais ou menos cópia destes metais; que o comércio estrangeiro só era útil enquanto dava extracção aos produtos da terra e indústria do país, e atraía o ouro e a prata das outras nações; que portanto a riqueza nacional só podia ser progressiva pela *balança do comércio*, exportando-se muito do próprio país, excepto os ditos metais, para se receber dos estados com quem mais se commercia, um saldo de conta anual em dinheiro ou ditos metais, como excedente das exportações sobre as importações. Nestas bases se firmou a máxima de administração, que se devia com todo o rigor proibir a saída do ouro do Estado.

Estes falsos princípios constituíram a lei fundamental da economia dos estados, que, absurda e vãmente lutaram na porfia de se enriquecerem uns à custa de outros, pretendendo todas as nações vender muito, e comprar pouco; a fim de cada uma ter a seu favor a maior dita *balança*; sem nenhuma ver a irresistível força da lei da natureza, que, até por impulso do interesse particular, dá movimento centrífugo, clandestino, invisível, e inedável, aos metais preciosos superabundantes num país, para se traspassarem a outros que deles carecem, e que podem com os géneros de sua terra e indústria melhor pagar o respectivo valor, decaído no lugar da exportação. Por tão crasso e fatal erro, os estatutos de comércio foram labirintos de restrições do comércio estrangeiro, que não só destruíram e impossibilitaram a possível extensão e reprodução de imensa riqueza recíproca das nações, mas também ocasionaram rancorosas animosidades políticas, e as mais mortíferas guerras.

Locke, tão justamente célebre pelo profundo tratado do *Entendimento Humano*, se pode contar entre os escritores economistas de crédito do fim do século décimo sétimo, por ter tratado do comércio como objecto de estudo liberal, na sua obra das *Considerações sobre os Meios de abaixar o Interesse dos Capitais, e levantar o Valor da Moeda*. Ainda que esta obra é cheia de erros económicos, contudo nela mostra o vigor e a originalidade do seu génio. Quando um espírito de tanta penetração aí manifesta a sua conformidade às ideias do vulgo, não pode haver maior monumento da escuridão dos tempos do que os seus próprios escritos sobre tais matérias.

Newton, que parecia só ter o entendimento no sistema planetário, também se aplicou aos estudos da ciência económica. O governo de seu país, pelo crédito de tão grande homem, lhe incumbiu de propor um plano de melhoramento da Casa da Moeda de Londres: o que ele desempenhou com insigne efeito, obtendo a aprovação do Ministro do Tesouro, que o fez pôr em execução; só constituindo-se mais perfeito pelo acto do Parlamento de 1818, que estabeleceu um *sistema monetário* mais conforme às luzes correntes. Esse raro monumento assinado em 21 de Setembro de 1717 se acha por 1.^o Apêndice no Volume 4 de notas de David Buchanan, na sua edição da obra de Smith de 1814.

David Hume, já acima mencionado célebre historiador de Inglaterra, sobressaiu a todos os predecessores economistas de seu país pelo meado do século décimo oitavo com a segunda parte dos seus *Ensaios Económicos* sobre o comércio, artes, moeda, crédito público, população, e outras matérias concernentes à economia dos estados. Foi o primeiro que demonstrou o quanto era illusória a intitulada *balança do comércio*, ou saldo em dinheiro ou metais preciosos da conta anual de cada nação comerciante, como critério da sua progressiva riqueza e recta indústria. Sem dúvida também foi o melhor precursor de Smith, e que lhe subministrou os mais sólidos fundamentos do liberal sistema que depois tanto afamou a este escritor.

Mas, não obstante a sólida instrução que se acha nesse autor, contudo pelo seu espírito céptico (de que tem sido taxado) pôs em questão, se não há opposição entre a grandeza do Estado e a felicidade do vassalo? Diz que um Estado não é maior senão quando as mãos supérfluas dos seus habitantes se empregam no serviço do público, para exércitos e esquadras, a fim do aumento dos seus domínios, e extensão de fama sobre distantes nações; entretanto que os cómodos e gozos dos indivíduos requerem, que as mãos supérfluas se empreguem no serviço particular, para as variadas produções das refinadas artes da paz; o que diz provar-se pela história e experiência dos estados da Grécia e Roma, ainda que pouco populosos, e que puderam manter grandes exércitos, por isso que não tinham comércio, e luxo: e que também se exemplifica com outros antigos estados, que tinham mais soldados que comerciantes, manufactureiros, músicos, e pintores, que nada acrescentam aos necessários da vida.

Porém enfim, perguntando, se os soberanos devem tornar às máximas da antiga política, e consultar ao seu próprio interesse, mais do que à felicidade de seus vassalos, responde, que lhe parece ser quase impossível; e porque a antiga política era violenta, e contrária ao mais natural e ordinário curso das coisas, e dos negócios humanos. Os prudentes soberanos devem reger os seus estados conforme às presentes ideias da humanidade, e não pretender introduzir violenta mudança nos princípios e modos de pensar do século; visto que presentemente a

indústria, artes, e comércio, aumentam não menos o poder do soberano que a felicidade dos vassalos.

Em 1767 James Stewart publicou uma grande obra, a mais volumosa e completa até o seu tempo, sobre todos os ramos da ciência económica, que intitulou *Inquirição dos Princípios de Economia Política*. Este autor declara ter evitado nas indagações dos complicados interesses da sociedade o grande perigo de cair nos erros dos que os escritores franceses chamam *sistemas*, que, diz, não são mais do que uma cadeia de consequências contingentes, tiradas de poucas máximas fundamentais, adoptadas talvez temerariamente; sendo por isso tais sistemas meros conceitos fantásticos, que desorientam o entendimento, e escurecem a estrada da verdade.

Sobre esta base o autor fundou a sua obra, em que é difícil achar os princípios da ciência que ele professou investigar.

O universo criado é um sistema, harmoniado pelo seu omníscio architector, composto de vários sistemas parciais do mundo físico e moral: a sociedade civil é um sistema: cada nação é um sistema parcial do total sistema da sociedade civil: tudo neles é ligado por constantes leis, ou relações naturais, de que depende a sua ordem, conservação, ou destruição. Inquirir e achar essas leis e relações é o objecto de todas as ciências humanas: a certeza da verdade dos nossos conhecimentos a esse respeito é a que estabelece os princípios e sistemas, que são o fundamento da recta legislação e administração dos estados, e prosperidade dos indivíduos.

Ainda que nem todos os denominados *princípios e sistemas* de qualquer ciência sejam verdadeiros e exactos, principalmente os que só provêm de entusiasmos de especuladores, que não consultam a natureza visível; é absurdo não admitir princípios e sistemas que se fundam em factos e experiências que estão aos olhos de todos os observadores. Não se fazendo esta discriminação, haverá no governo económico das nações perpétuo caos, e contínua dúvida sobre o que constitui o *verdadeiro bem-comum*.

O autor que condena *in globo* os sistemas, é contudo o acérrimo defensor do *sistema mercantil* das restrições de comércio e indústria na economia dos estados, para o fim de ter cada nação a melhor *balança de comércio*, pela atracção de dinheiro e metais preciosos das outras nações; considerando a cada uma, como a nau mais veleira, e de melhor piloto, que sabe por destras manobras avançar sobre as outras na mesma viagem, e chegar felizmente a porto de melhor mercado.

Este escritor é o advogado das práticas dos governos contra as teorias dos economistas. Para se promover a indústria e riqueza nacional, faz tudo depender principalmente do directório do ministério, e não do interesse dos indivíduos; e portanto requer regulamentos sobre regulamentos. Por isso a sua obra ainda presentemente tem a reputação de

ser o *livro clássico dos homens* de Estado. Ainda que sem dúvida cada país tem suas particulares razões para preferir a sua especial polícia interna; contudo é não menos incontestável, que, em algumas, tal polícia é, em vários pontos, errônea e abusiva; e que em todas o progresso das luzes económicas, e tempos favoráveis, tem, pelos respectivos governos, e ainda por força irresistível das coisas, introduzido reformas e melhoras das práticas, antes consagradas pelas leis municipais, e prescrição dos séculos; abolidos ou caídos em descrédito regulamentos e usos, que afinal se mostraram prejudiciais ao adiantamento da indústria e riqueza nacional.

Não obstante estas observações, a obra de Stewart é recomendável, pela abundância das questões económicas que discute; e especialmente por ser o que num discurso profundo mostrou o poderoso influxo das máquinas para o progresso da riqueza, contra os prejuízos do vulgo, e ainda de estadistas, como se vê no Liv. 1º Cap. 19. Não se pode deixar de reconhecer que tão rico armazém contribuisse muito para a seguinte obra, a qual dá a dez anos, veio dar luz ao mundo sobre objectos do imediato interesse da vida social.

Adam Smith fez época, não menos nos anais da civilização, que na república das letras, com a sua grande obra publicada em 1776 *Inquirição sobre a Natureza e Causas da Riqueza da Nações*, que adquiriu a maior celebridade na Grã-Bretanha. Não obstante a oposição, que sofreu do espírito de monopólio, que muito ainda prevalecia no país, excitou a admiração até de grandes estadistas da Europa. Os seus profusos elogios se acham na obra do ministro de Estado da Prússia, o Conde de Hertzberg *Discurso sobre a Riqueza Pública*, e na do conselheiro prussiano Gentz muito acreditada sobre a *Opulência da Grã-Bretanha*, que foi traduzida em Portugal.

Até o famoso Primeiro Ministro de Inglaterra Pitt, na sua fala, das mais celebradas no Parlamento, em 1792, da *Proposta sobre o Fundo de Amortização da Dívida Pública*, lamentando o falecimento de Smith, então sucedido, referindo-se àquela sua obra, diz, que *continha extenso conbecimento de factos particulares, e profunda indagação filosófica, fornecendo a melhor solução a toda a questão conexas com a história do comércio, ou com o sistema de economia política*. Os dois melhores juizes Bentham, e Gibbon, um jurisconsulto, e o outro historiador, da primeira ordem da Europa, compendiarão o seu elogio, dizendo, aquele, que propusera um *sistema fundado na rocha da universal benevolência*, e este que *forte raio de luz saíra da Escócia*.

É indisputável que Smith se pode intitular o *proto-economista da Europa*, por ser o primeiro que elevou a economia política a *ciência regular*, fundando a sua teoria em *princípios*, estabelecendo *teoremas*, e deduzindo *corolários*, quase com o rigor matemático, e método analítico; com muitas ideias originais, judiciosa observação de factos

experimentais das nações civilizadas, e perspicaz critério dos sistemas estabelecidos; propondo, depois da discussão deles, o seu que diz *óbvio e simples sistema da liberdade natural*, em que cada indivíduo, enquanto não viola as leis da justiça, possa ter a faculdade de pôr a sua indústria e capital em competência com qualquer outra pessoa e ordem de pessoas, prestando o soberano igual e imparcial protecção a todo o ramo de trabalho útil.

Mas não obstante se dever reconhecer a sua preeminência a quantos economistas lhe precederam, e posto que também muito se valesse de suas doutrinas; não se pode contudo deixar de reconhecer, que, entre as suas muitas excelências se acham imperfeições e erros, e até notáveis incoerências, difíceis de se conciliarem; e que deixara ainda muito por descobrir em tão incógnitas e profundas minas, ainda não bem trabalhadas pela mão da ciência.

No fim do século décimo oitavo a Inglaterra produziu várias obras sobre matérias de economia política, em que muito se discutiram com aprovação e contradição, os princípios de Smith. O mais distinto foi o seu biógrafo Dugald Stewart, celebrado professor de filosofia moral na Universidade de Edimburgo; o qual, na vida que escreveu daquele seu amigo, substanciou a sua liberal teoria.

Merece ser enumerado entre os autores clássicos da ciência económica o famoso parlamentar Edmund Burke, que, entre as suas obras, mostrou grandes conhecimentos práticos de economia dos estados, especialmente na sua proposta ao governo para *reforma económica*; e nos seus escritos contra os funestos princípios da Revolução da França, com que livrou a seu país de ser precipitado no caos das desordens e misérias da anarquia e tirania. A originalidade das ideias deste autor se manifesta nos seus *Pensamentos sobre a Escassez*, que deu à luz em 1795, para aliviar o mal público de enorme carestia dos géneros necessários à vida, com que foi aflita Inglaterra. Ele se comprazia da instrução adquirida sobre esta matéria. Estando nos seus últimos dias, foi atacado por um grande senhor do país, o Duque de Bedford, que lhe fez pública censura sobre o aceite da pensão de três mil libras esterlinas, que o soberano lhe concedera em remuneração de serviços, com sobrevivência ao filho, e que a coroa dá aos eminentes servidores do Estado. Ele fez a sua vitoriosa apologia dizendo: «Quando, desde a mocidade fiz a economia política objecto dos meus humildes estudos, esperei sempre que os meus serviços que fiz ao Rei e à nação, seriam de algum valor. Desde que propus a reforma económica, esforcei-me em converter a minha vida pública em permanente vantagem da nação. Não reservei para mim senão a íntima consciência da boa intenção; e não omiti trabalho algum em animar, disciplinar, e dirigir as habilidades do país para o serviço público, e pô-las na melhor via de desenvolverem e ornarem os seus talentos».

Em 1798 se publicou em Londres o *Ensaio sobre o Princípio da População* de T. R. Malthus, depois celebrado professor de história e economia política no Colégio da Companhia da Índia Oriental, que fez revolução nas ideias ordinárias sobre as causas da pobreza do corpo principal de todos os países; propondo, como sua descoberta, uma lei da natureza, até então desconhecida, pela qual (diz) a força da geração nos homens e animais é muito superior e desproporcionada à força da vegetação da terra na produção das plantas alimentares; sendo aquela crescente na *progressão geométrica* 1: 2: 4: 8: 16: 32; etc. e esta, na *progressão aritmética* 1: 2: 3: 4: 5: 6: Daí resulta (diz ele) que, dando os homens livre carreira ao princípio da geração, ou por apetite vicioso, ou ainda por casamento intempestivo, e imprudente, sem probabilidade de ganharem os consortes por seu trabalho os necessários cômodos gerais, nem tendo economia e providência do futuro, nascem filhos numerosos, só para serem vítimas da indigência, miséria, e morte prematura, por falta de bons e suficientes alimentos, e dos que os ingleses chamam *confortos da vida*; e que, ainda os que sobrevivem por força da sua compleição não obstante a inópia e dureza da criação, depois, por falta de educação, obra, e subsistência, se precipitam a crimes, ou contraem servis e maus hábitos, prontos à sedução dos amotinadores, ou conquistadores, para turbarem o Estado, e serem satélites dos tiranos de qualquer país. Em consequência afirma, que o excesso da população (a que todos os países tendem por força irresistível da dita lei) é o maior mal da sociedade, e a causa da extrema pobreza das classes ínfimas, com a qual comparada, todas as outras causas das misérias sociais (como mau governo, ou erros da administração) são inconsidéráveis. O único remédio que indica é a *restrição moral*, como expediente preventivo do excesso de população, e que reduz aos seguintes meios: virtude da castidade; casamento em idade provecta; reserva de fundo competente para cada um manter a sua prole no grau de decência proporcionada à sua classe; hábitos de activa indústria, e independência de mercê alheia. Do contrário, a natureza inexorável castiga o transgressor de suas leis com pena de miséria, e morte, tendo por terríveis correctivos da excessiva população a fome, peste, e guerra.

Enfim sustentou, que todos os planos, ainda os mais plausíveis e bem intencionados, de melhorar a sorte dos povos, eram illusórios e absurdos nos governos que promoviam o progresso da população, em país cheio de gente sem meios de subsistência. Com esta teoria, pela qual foi conceituado, até por alguns homens de Estado de Inglaterra, como o Newton *da economia política*, propôs o seu plano de gradual abolição do intitulado *estatuto dos pobres*, que teve origem no reinado da rainha Isabel; pretendendo mostrar, que ele ainda mais agrava e perpetua, com inextermível e progressiva miséria, imensa parte do corpo do povo; dizendo mais, que este oneroso imposto de *caridade*

compulsória só produzia inércia, ingratidão, e imoralidade. Presentemente agita-se no Parlamento esta causa da humanidade, para reforma daquele estatuto.

Muitos escritores atacaram este sistema como paradoxal, desumano, e até ímpio, por atribuir ao Autor da natureza os maiores males da sociedade, que aliás evidentemente são o efeito da ignorância e malícia dos homens, por falta de inquirição e observância das leis do mundo físico e moral; e com especialidade das bárbaras e odiosas leis civis contra a emigração, e comunicação leal dos povos de todas as regiões da terra, as quais obstam a sustentarem com os seus trabalhos e esforços das faculdades do corpo e espírito a grande tarefa social, para troco e desfruto dos bens e conhecimentos de todos os climas.

Quatro opositores sobressaíram: Godwin, Wиейland, Graham, Ensor: mas as respostas de Malthus a seus censores têm aumentado a própria reputação. O sobredito ensaio já foi traduzido na França, onde também achou panegiristas, e críticos. Só se poderá fazer juízo certo da verdade do seu sistema no Estudo IV sobre a população. Também escreveu com originalidade sobre a *renda da terra* em nova teoria, que se discutirá em lugar próprio.

Em Inglaterra no corrente século, ainda que não se descontinuassem os estudos de economia política, contudo não se publicaram senão obras sobre algumas partes desta ciência, de mais ou menos mérito, sem algum descobrimento importante, ou considerável avanço na prática da administração. Perpetuou-se quase uma veneração religiosa à sobredita obra de Smith, que, não perdendo de celebridade, foi repetidas vezes reimpressa. São necessárias para os estudiosos, que desejarem aprofundar as matérias, as edições de Playfayr, e Buchanan de 1805, e 1815; e deste, pelo quarto *volume de notas*, com que se ilustraram ou rectificaram as doutrinas do grande mestre; bem que as ampliações ou críticas que lhe fizeram, não são em tudo exactas, ou fundadas.

Em 1802 se publicou em Londres a instrutiva obra de Henrique Thornton, *Inquirição da Natureza e Efeitos do Papel de Crédito da Grã-Bretanha*. É bom comentário da teoria de Smith, sobre os bancos de circulação. Os seguintes escritores de tratados parciais mais distintos na elucidação dos elementares princípios da ciência, são:

O Conde Lauderdale na obra que intitulou *Inquirição da Natureza e Origem da Riqueza Pública, e dos Meios e Causas do seu Aumento*.

O Conde de Liverpool *Sobre as moedas*.

Playfayr *Inquirição das Permanentes Causas da Declinação e Queda das Nações Poderosas e Opulentas*; que tem ideias originais, ainda que também abstrusas e excêntricas, principalmente no Liv. 2º, que trata das causas interiores da decadência, originada da acumulação da riqueza: foi publicada em Londres em 1805.

Colquhoun, intendente da Polícia de Londres *Tratado sobre a Indigência, Melhora da Condição dos Pobres, e Prevenção dos Crimes*: foi publicada em 1806. É também digno de lição o seu tratado da *Polícia da Metrópole, e a Estatística da Grã-Bretanha*.

João Weathley *Ensaio sobre a Teoria da Moeda, e dos Princípios do Comércio*: foi publicado em 1807.

É digna de atenção a obra de João Craig de 1815 *Elementos da Ciência Política*, que no vol. 2º e 3º resumiu com clareza a teoria da indústria, riqueza, e renda pública.

Entre os escritores economistas ingleses deste século devo mencionar o já acima citado juriconsulto Bentham, no seu *Ensaio contra as Leis da Usura*, publicado em 1816, que no presente ano de 1819 ocasionou a proposta no Parlamento para a revisão e emenda de tais leis, que a experiência dos séculos tem mostrado serem inúteis, evadidas, e contrárias ao progresso da riqueza nacional, tendo até agora só produzido tratos simulados, exorbitantes interesses dos capitalistas iníquos, e hábitos de entesaurização de ricos avarentos, com incalculável perda da indústria honesta, e activa circulação. Pende a grande lide no Senado britânico.

Em 1817 se publicou em Londres a insigne obra dos *Princípios da Economia Política*, e de *Imposição pública*, de David Ricardo; na qual, fazendo-se justiça a Smith, contudo com a maior delicadeza literária se criticam algumas doutrinas deste autor, e de outros hábeis escritores de Inglaterra e França.

Já acima se fez menção das obras de Malthus. Na edição de 1818 defendeu, e amplificou o seu *Ensaio sobre o Princípio da População, e da Renda da terra*; e no corrente ano de 1819 publicou os seus *Princípios de Economia Política*, que admitem prática aplicação, sem os inconvenientes das teorias exageradas dos economistas.

Este escritor, quando sobrevieram na Grã-Bretanha pela hórrida guerra as insuperáveis dificuldades de pagar o Banco de Londres as suas notas em dinheiro, se distinguiu pelo profundo escrito em que propôs engenhoso plano de se facilitar a circulação do comércio interior por novo sistema de moeda mercantil em circulação de barras; o seu plano se acha em discussão no Parlamento. Pode-se dizer que este escritor, depois de Smith e de Malthus, é o que tem mais adiantado a ciência da economia política, de que diz ter posto os princípios, deixando ser de superior capacidade o *traçá-los nas suas importantes conseqüências*¹³.

No mesmo ano se publicou em Londres outra excelente composição, com o título de *Conversações sobre a Economia Política, em que os Elementos desta Ciência se explanam Familiarmente*: são em forma de

¹³ Neste ano saiu à luz em Paris uma tradução em francês desta obra, feita pelo nosso português Constâncio, tendo notas originaes de Mr. Say.

diálogo de uma mestra à sua educanda. O fim do escritor é mostrar, que os mais interessantes princípios desta ciência se podem pôr ao alcance de todos os entendimentos, ainda das pessoas do sexo feminino: fazendo estes estudos parte da educação liberal das destinadas a serem boas mães de família, que tanto com seu exemplo e preceito podem influir na recta economia doméstica, e pública, tendo sãs ideias das coisas e meios eficazes da indústria e riqueza nacional. Ainda que o autor não se intrometa na decisão das mais difíceis questões da ciência, contudo estabelece e discute os seus bons princípios com uma espécie de método socrático. Com especialidade ensina a óptima doutrina sobre a necessidade de se conformarem as leis humanas à ordem social estabelecida pelo Criador; fazendo observar à sua pupila o como são punidas por sanções naturais e inevitáveis as infracções desta ordem. Ele diz: «Quanto mais se estuda a economia política, tanto superiormente se descobrem os arranjos da ordem social, para se admirar a economia do seu admirável autor».

Não posso deixar de recomendar, como uma das obras que mais tem contribuído em Inglaterra a estender os estudos de economia política, o periódico publicado na Universidade de Edimburgo com o título de *Edinburgh Review*; por ser um jornal crítico publicado desde o princípio deste século, em que se analisam e discutem as doutrinas dos escritores de nota, que desde então têm escrito sobre a ciência económica. Advirto porém, que se devem dar descontos às suas opiniões, muitas vezes acres e desarrazoadas sobre a administração de seu país, e de outros estados, transluzindo do veio do patriotismo o espírito de partido. É não menos instrutiva a nova *Enciclopédia* publicada na mesma universidade, que, posto esteja ainda incompleta, já apresenta óptimos artigos da dita ciência.

Enfim aos que se quiserem amestrar na economia política, convém que consultem a obra das *Discussões Parlamentárias* do Senado de Inglaterra sobre os mais importantes pontos e expedientes de promover a indústria, riqueza, e prosperidade das nações, que até 1818 aí se tem publicado em selecta compilação por T. C. Hansard.

Convém fazer menção honorífica da obra do Dr. Boileau *Introdução ao Estudo da Economia Política* publicada em Londres em 1811. Suposto este escritor seja francês, dos emigrados da França que, daí foragidos e expatriados pelas desordens revolucionárias, acharam asilo em Inglaterra, contudo o devo pôr na lista dos autores ingleses; porque escreveu essa obra em língua inglesa, e no prólogo declara viver naquele país, que diz ter recebido como sua *pátria adoptiva*. É bem que se incline às doutrinas económicas de sua nação, contudo mostra ter-se instruído nos melhores escritos dos economistas britânicos, e modestamente conclui no seu, que a sua ambição literária se limita a se julgar a sua compilação como *útil introdução ao tratado padrão de Adam Smith*.

CAPÍTULO VI

Dos escritores de economia política da Itália

A Itália, depois do restabelecimento das letras, mereceu o título de *mestra das artes e ciências*; e na famosa era da elevação da casa comercial de *Medicis* a um dos mais ilustres principados de seu país, contou entre os seus escritores da primeira ordem a Nicolau Maquiavel, nascido depois do meado do século décimo quinto, que se celebrizou pela obra a que deu o título de *Príncipe*. Aí deu lições de governo político, mais próprias para sustentar a tirania de usurpadores, do que o regímen justo de um monarca legítimo. Nada porém escreveu sobre o governo económico. Este autor com essa obra, e com os seus comentários da história romana de Tito Lívio, tem sido considerado o mestre dos estadistas modernos; e os seus péssimos ditames infelizmente constituíram a *ciência do arcano* dos estados, em que a natural bondade dos soberanos não modifica várias recebidas máximas de administração. O seu nome se constituiu tão célebre e proverbial, que ainda presentemente *maquiavelismo* e *despotismo* são sinónimos. Alguns têm dito que ele só fizera disfarçada sátira aos governos tirânicos, para os fazer odiosos pelo horror de suas máximas secretas, que coonestam com o título de *razões de estado*. Os males que tal escritor tem feito ao mundo, são bem notórios.

Suposto no fim do século décimo sexto se publicassem em Florença, e Nápoles, os escritos de Davanzati e Turbolo, que mostraram as desordens do *sistema monetário* de vários estados de Itália, pelas arbitrarias alterações da moeda, contudo não é à antiga senhora do mundo que se deve a ilustração da sociedade em economia política, bem que os primeiros estabelecimentos de ensino público de economia política foram as cadeiras de Milão e Nápoles, criadas pelos respectivos soberanos, e de que foram mestres os celebrados Beccaria e Genovesi.

Depois do meado do século passado apareceram escritores italianos de mérito sobre o assunto; porém as suas obras são mais demonstrações da irregular economia predominante nas respectivas pátrias, do que fontes de instrução sólida a quem deseja saber a verdade. Tais são Galiani, Gorani, Verri, Neri, Algaroti, Filangieri, e os ditos professores catedráticos. Galiani se distinguiu pelos *Diálogos sobre o Comércio dos Grãos*, bem mostrando, que a franqueza da exportação promove maior extensão da cultura destes géneros, e segura a abundância deles no país, com animação do lavrador, e racionável mais regular preço ao povo. Smith dele muito se valeu, e o cita com a devida honra. A estima que se faz na Itália aos estudos de economia política, se manifesta da compilação que apareceu em Milão das obras dos mais acreditados escritores do país nesse assunto, com o título de *Scrittori Classici Italiani di Economia Política*.

CAPÍTULO VII

Dos escritores de economia política da França

A nação francesa tem a honra de contar como o primeiro autor de merecimento em matérias políticas e económicas a João Bodin. Este jurisconsulto adquiriu celebridade pela obra, que publicou em 1576, intitulada *Da República*, que se traduziu em latim, para (como disse) acomodação dos estudantes de Inglaterra, onde foi muito estimada, chegando até a dar por ela lições na Universidade de Cambridge em 1580, vindo a Londres na comitiva do Duque d'Alençon.

No liv. VI, cap. 2 e 3 daquela obra tratou *Das finanças, e dos meios de impedir que as moedas se alterem de preço, ou se falsifiquem*. Suposto não tivesse ideias exactas, contudo é digno de se nomear como o coriféu da ciência económica e política na França. Bacon expressamente o cita nos seus aforismos sobre as reformas dos estados, aprovando a sua seguinte regra fundamental, que deve estar sempre em memória dos legisladores e estadistas.

«Devemos, no governo de um estado bem ordenado, imitar e seguir ao omnipotente Deus da natureza, que em todas as coisas procede facilmente, e pouco a pouco; que de pequena semente faz crescer uma árvore à sua altura e grandeza, com admirável direitura, e em tudo operando de modo tão gradual, que ninguém o sente; e por tranquilos meios unindo as extremidades da natureza, fazendo intermediar a Primavera entre o Inverno e o Verão, e o Outono entre estas estações opostas, moderando o rigor de ambas; usando da mesma sabedoria em todas as outras coisas, de sorte, que, no curso ordinário, não aparece operação violenta».

A França, ainda que começasse o seu renome literário no reinado de Francisco I, contudo só se avantajou em consideração política depois dos projectos económico-políticos de Henrique IV, e Luis XIV, e com ser entregue a administração do Estado aos dois celebrados ministros Sully, e Colbert. Mas estes grandes estadistas, pela falta de justas ideias do sistema social (que só viram em parte, e não no todo) adoptaram, nos respectivos ministérios, opostos sistemas de administração para promoverem a indústria, riqueza, e prosperidade nacional.

Sully preferiu o sistema de agricultura, e foi muito liberal em promover a circulação, e exportação dos grãos, pela franqueza de seu comércio, interior e exterior. O seu favorito *mote* era, que o corpo de Estado se alimentava pelos dois ubres de terra, plantação, e criação. Falecendo em 1641, deixou *memórias* compostas em seu retiro depois de desgraça, e que intitulou *Económicos Reais*: mas elas contêm poucas doutrinas da ciência, e miúdas particularidades da história da corte.

Colbert preferiu o sistema das manufacturas e comércio, à custa da agricultura, taxando o preço de seus produtos, proibindo a sua saída, a

fim de baratarem no mercado interior os géneros da subsistência, e os materiais das fábricas; no designio de dar vantagens às obras da indústria manufactureira no mercado estrangeiro, e atrair o ouro e prata das mais nações à França. Aquele infatigável administrador encadeou essa mesma indústria com excessivos *estatutos regulamentários*: porém ilustrou o seu ministério promovendo a marinha da nação; e, sob os seus auspícios, fez organizar o corpo de direito marítimo, intitulado *Ordenanças de Marinha*, que depois serviram de base às modernas regulações dos estados da Europa sobre contratos e negócios relativos à navegação. Nada porém deixou escrito sobre a economia dos estados, mas só *Memórias das Negociações Diplomáticas*, desde o tratado de *Ryswick* até o de *Utrecht*, em que se estabeleceu, como direito público da Europa, o *sistema colonial*, pelo qual as potências se acordaram em reservarem para as respectivas metrópoles o monopólio do comércio de suas colónias na América, com *forçada divisão de trabalho* restringindo a indústria dos colonos à cultura das terras, e às artes ordinárias, proibindo-lhes estabelecer fábricas de mão-de-obra superior. Os resultados deste sistema se manifestaram a seu tempo. O crédito, a muitos respeito merecido, deste grande homem de Estado, ocasionou também no reinado do senhor D. José de gloriosa memória a *polícia regulamentária* do seu incansável Ministro Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, quando tentou ressuscitar e promover as fábricas nacionais¹⁴.

Fenélon, arcebispo de Cambrai, quase no fim do século décimo sétimo, destinando indirectamente atacar o erróneo sistema militar e mercantil predominante na França, e igualmente a extremosa preferência que o governo dava à indústria francesa de modas frívolas à custa de mais sólidos interesses nacionais; compôs a celebrada obra, intitulada *Aventuras de Telemacho*, que é conceituada por um compêndio da ciência económica e política¹⁵. Foi este romance uma sorte de prodígio no tempo e país em que se deu à luz, pelas muitas verdades que aí se propagaram as mais essenciais à prosperidade dos estados; e, sobretudo, por se convencer o erro de se obstar aos visíveis arranjos da providência por odiosas restrições do comércio legítimo, e por apregoar o *dever dos legisladores* de estudarem as leis do mundo moral, como fundamento e padrão do código civil. Então não se tolerava a doce voz da verdade, ainda com a melodia de cantos poéticos. A cabala perseguiu o autor: deu-se sinistra interpretação às mais nobres e inocentes passagens da sua obra: não se viu nesse poema prosaico senão sátira do desgoverno da administração. A descrição de Sesostris

¹⁴ O actual secretário da Real Junta do Comércio de Lisboa, o senhor José Acúrsio das Neves, na sua obra das *Variadas*..., tom. I, pag. 101, refere, que este ministro enviara ao tribunal quatro tomos da colecção dos Regulamentos das Manufacturas de Colbert, impressa em Paris em 1730, para servir de directório dos nossos estabelecimentos.

¹⁵ Assim o dizem Playfair, e Stewart.

arguiu-se de alusiva ao carácter de Luis XIV; de Protesiláo, ao do Ministro Louvois; de Calypso, ao de Madame de Montespan; de Eucharis, ao de mademoiselle de Fantanges; de Antipe, ao da Duquesa de Borgonha. Assim se caluniam os melhores servidores do Estado, de exemplar vida, e eminentes talentos, que o Céu às vezes envia para serem os benfeitores da humanidade!

Fenélon sustentou o sistema de preferência da agricultura a todas as mais indústrias, que aliás são *divisões de trabalho*, não menos necessárias para o universal e útil emprego dos povos, correspondência e paz das nações, e ainda para a progressiva extensão e melhora da mesma agricultura, a fim da maior abundância e valor possível dos produtos da natureza e arte.

Depois de bem demonstrar as vantagens do comércio franco estrangeiro, faz indistinta declamação contra o luxo, sendo aliás os artigos de luxo um grande fundo do mesmo comércio, e os equivalentes do troco de mercadorias nacionais. Na ordem natural das coisas, tais artigos, em última análise, vêm a ser, ou *dons do Céu* nos três reinos da natureza, colhidos pela indústria grata, e admiradora das obras do Criador; ou *artefactos de imitação* dessas maravilhas pelas forças do *engenho e braço humano*; reduzindo-se em consequência a questão tão somente sobre o bom uso, e o relativo título dos indivíduos, e as suas faculdades de pagar os objectos mais raros e preciosos; visto que todas as pessoas não são os naturais e dignos consumidores de tais objectos.

O autor, havendo bem pintado o quadro da navegação e opulência de Tiro, insinuando que todos os estados marítimos podiam adoptar a mesma liberal pólicia, assim disserta:

«Mas como (diz Telémaco a Narbal) se pode estabelecer em Itaca (reino do seu pai Ulisses) um comércio semelhante ao de Tiro? (Respondeu Narbal) pelos mesmos meios que ali se estabeleceu. Recebei todos os estrangeiros com hospitalidade, e cortesia: achem eles franqueza e comodidade em vossos portos; sêde muito cuidadoso de não jamais desgostá-los por avareza, ou arrogância: sobretudo, não restrinjais nunca a liberdade do comércio, fazendo-o servir ao vosso próprio immediato ganho. Deixai as vantagens pecuniárias do comércio totalmente àqueles por cujo trabalho o mesmo comércio subsiste, a fim de que não cesse por falta de sufficiente interesse. Há muito exuberantes vantagens de outros géneros para engrandecer os cofres do Príncipe, que necessariamente resultam do progresso da riqueza, que o livre comércio traz ao seu estado; e o comércio é um género de fonte que se perde e seca, quando se desvia de seu canal natural.»

Em outro lugar porém com inconsequência lamenta o esplendor das grandes cidades, que aliás necessariamente se formam nos grandes portos marítimos, e ainda em lugares centrais, para onde naturalmente confluem e concorrem os produtos da terra, e as obras da indústria, cultivadas, feitas, e trazidas de vasto círculo de territórios circunvizini-

nhos, especialmente se há facilidades de circulação por estradas, rios, e canais, como é do dever dos governos. Contraditoriamente às leis fundamentais da sociedade civil (a qual é progressiva em gente, riqueza, comércio, e navegação, quando os governos não turbam o *curso natural das coisas*, gradualmente removendo-se os povos do primordial estado, em que os homens, só vivendo dos frutos espontâneos da natureza, pouco se multiplicam, e ainda menos desenvolvem as suas faculdades do espírito e corpo) Fenélon pareceu querer dar movimento retrógrado à nação, e reproduzir na real cena da vida, em as *nações formadas*, as ficções poéticas da *idade de ouro*, que serviram de pretexto a sofistas e sicofantas de vários séculos, e países, para seduzirem os povos com planos de perfeição ideal de formas de governo estabelecido, e encherem seus sinistros desígnios, apregoando a comodidade de bens, universal igualdade, e irrestrita liberdade.

Pode-se fazer conceito do sistema económico do autor pela seguinte passagem descrevendo os habitantes da Bética antiga, uma das províncias de Espanha.

«Eles vivem em comum sem alguma repartição de terras; o cabeça de cada família é o seu rei. Eles não têm necessidade de juizes; porque cada pessoa submete-se à jurisdição da consciência. Possuem todas as coisas em comum; porque o gado produz leite, e os campos e pomares produzem grãos, e frutos de toda a espécie em tal abundância, que um povo tão frugal e moderado não precisa de ter propriedade. Não têm lugar fixo de habitação; mas, quando têm consumido os frutos, e exaurido o pasto de uma parte do paraíso que habitam, removem as suas tendas para outra: por tanto *não têm opposição de interesses*, mas são enlaçados por affecto fraternal, sem que haja causa interrompê-lo. Por este modo rejeitando *riqueza supérflua*, e prazer enganador, conservam paz, união, e liberdade: por isso *todos são livres, todos são iguais*.

«A superior sabedoria, que é o resultado de longa experiência, e de talentos extraordinários, é entre eles a única marca de distinção; a sofistaria da fraude, o grito da violência, a contenda das demandas, o tumulto das batalhas, nunca se ouviram nesta sagrada região, que os deuses têm tomado na sua immediata protecção. Esta terra não tem sido manchada com o sangue humano; e ainda o do cordeiro raras vezes se derrama sobre ela. Quando pela primeira vez abrimos comércio com estes povos, achámos usarem de ouro e prata para seus arados, e empregá-los de mistura com ferro. *Como não tinham comércio estrangeiro, não precisavam de moeda*; quase todos eram pastores, ou lavradores; pois não sofriam que se exercitassem senão as artes que tendiam immediatamente a satisfazer as necessidades da vida, e por isso era pequeno o número dos artistas; e além disto ainda aqueles na maior parte eram hábeis no exercício das artes necessárias às maneiras de um povo tão simples.

Em outro lugar referindo a volta de Telémaco a Salento, e o pasmo deste falando com Mentor sobre a mudança que achou, depois da sua primeira visita a essa corte de Idomeneo, diz:

«Sobreveio algum infortúnio a Salento na minha ausência? Desapareceu a magnificência em que deixei. Não vejo nessa capital nem prata, nem ouro, nem jóias; os vestidos do povo são singelos; os edifícios são mais pequenos, e mais simples; as artes desfalecem, e a cidade está como um deserto - respondeu Mentor com sorriso - Observaste o estado de campo circunvizinho? Sim, diz Telémaco. Vejo que a agricultura tem vindo a ser uma profissão honorífica, e que aí não há terreno inculto. Interrompeu Mentor: Que melhor é; uma soberba cidade, brilhando com abundância de mármore, ouro e prata, com os campos do reino incultos e abandonados; ou as terras do país em estado de perfeita cultura, semelhantes às de um jardim frutífero, com uma cidade em que a decência tomou o lugar da pompa? Uma grande cidade cheia de artistas, que se empregam somente para afeminar os costumes, fornecendo as superfluidades do luxo, cercados de campos cheios de pobreza, e faltos de cultura, assemelha-se a um monstro com cabeça de enorme tamanho, unida a um corpo fraco e mirrado, sem beleza, e vigor, nem proporção. A genuína força, e a verdadeira grandeza de um reino, consistem na sua numerosa população, e na abundância de provisões; e ora inumerável povo cobre todo o território de Idomeneo, que é cultivado com incansável diligência e assiduidade. O seu reino se pode considerar como uma única cidade, de que Salento é o centro; porque o povo, que antes era supérfluo na cidade, e faltava aos campos, nós o tínhamos removido da cidade para os campos.»

Como esta obra que foi admirada e traduzida em toda a Europa, também teve diversas traduções em Portugal, e a mocidade facilmente crê com fé implícita o que se acha em escritos populares, transcrevi estas passagens, a fim de mostrar a inexactidão e incoerência do dito autor, aliás estimável, mas que não conheceu bem o sistema social, e a dependência de que todas as indústrias têm entre si para a geral prosperidade, sem que se possa, e menos deva, constituir a sociedade civil em condição estacionária dos povos rudes, quais ele descreve e louva.

Montesquieu, antes do meado do século dezoito surgiu como lumina da França, e ainda do orbe literário, com duas insignes obras 1ª *Considerações sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos* publicada em 1734 2ª *Espírito das Leis* publicada em 1748, depois de ter viajado pelos principais estados da Europa, demorando-se dois anos em Inglaterra. É notável, que os sábios deste país, com a notícia do óbito de tão ilustre escritor em 1755, levantaram um monumento à sua glória. D'Alembert, fazendo o elogio do mesmo na Real Academia das Ciências de Paris, mencionando a circunstância da viagem à Inglaterra, assemelhou esta ilha à de Creta, onde Licurgo, depois de viajar

pela Grécia, foi estudar o melhor sistema de leis, para vir a ser o legislador na sua pátria.

Não se pode todavia deixar de dizer, que esse grande homem, mostrando-se ali mestre na ciência política, não se mostrou provecto na ciência económica. Na 2ª obra, dando, quase em tudo, preferência aos antigos governos da Grécia, e Roma, observa, entre uns dos seus epigramas, que ali só se falava em *virtude*, e *patriotismo*, e que hoje só se trata de *comércio*, *riqueza*, e *ainda de luxo*.

Todavia no liv. 19, Cap. 8 e 9 diz que «As modas são um objecto importante: à força de se fazer o espírito frívolo; aumentam-se sem cesar os ramos de comércio. A vaidade é tão boa mola para um governo, como o orgulho lhe é perigoso. Bens sem número resultam da vaidade: dela vem o luxo, a indústria, as artes, as modas, o polimento, e o gosto; do orgulho porém de certas nações nascem males infinitos; a preguiça, a pobreza, o abandono de tudo, a destruição das nações, que as casualidades fizeram cair nas suas mãos, e até a destruição de si mesma. A preguiça é o efeito do orgulho; o trabalho é uma consequência da vaidade etc. «Os espanhóis põem a sua vaidade em não trabalhar; e os franceses a põem em trabalhar melhor que as mais nações.

No liv. 14 a 17 é acérrimo defensor do influxo dos climas nos hábitos de indústria, e na condição dos povos, dizendo que, a *preguiça* e *escravidão* são tão naturais nos países cálidos, como a *indústria* e *liberdade* nos países frios. A autoridade deste político tem feito dizer a muitos, que onde a natureza faz tudo para o homem, o homem pouco ou nada faz para si, e ainda menos para os seus semelhantes. Mas grandes factos históricos, que estão aos olhos do mundo, provam o contrário.

A regularidade do trabalho e a liberdade civil começaram nos climas temperados, e países marítimos do meio-dia, isto é, nas terras em que a natureza, por sua fertilidade, naturais riquezas, e doçura de atmosfera, excita o desejo do gozo, e ajuda melhor o braço do homem, sustentando sem angústia a vida, e a indústria, pela sua situação e principalmente onde lhes facilita a *comunicação com as gentes*, e a *comutação dos géneros*.

Daí gradualmente a civilização se introduziu em o norte por via da conquista, ou pela insensível influência do comércio. Os impérios da Síria, Grécia, Egipto, e Itália, foram berços dos civilizadores e soberanos da Europa setentrional. Quando se descobriu a América, achou-se em intenso grau a liberdade nos povos indígenas. Nos climas mais frios do norte e sul, só se acharam (e ainda continuam a existir) horrídeos selvagens; entretanto que, nos mais doces climas, entre os trópicos, cercados mar Atlântico, e Pacífico, se descobriram os dois vastos impérios do México e Perú, com subordinação civil, culto público em templos do sol, cheios de culturas, artes, e riquezas, ainda que em imensa inferioridade aos reinos da Cristandade, onde a luz do Evangelho, e das

ciências, davam aos povos irresistível supremacia, e força de armas, para fácil subjugação de gente comparativamente rude.

A Índia, que é tão cálida, fértil, e cheia de privativos dons da providência, contém imenso povo industrioso e livre, não obstante as desordens de seus governos; e não é mais adiantada em civilização, porque, por imemorial erro económico da legislação, os povos não têm direito de propriedade nas terras, por pertencer o senhorio delas aos soberanos, segundo adverte o mesmo autor no liv. 14, cap. 6 bem dizendo: «As leis das Índias que dão terras aos príncipes, e tiram aos particulares o espírito de propriedade, aumentam os maus efeitos do clima, isto é, a preguiça natural»¹⁶.

O mesmo autor¹⁷, ainda que de espírito liberal, não conheceu a essencial importância do natural instinto, com que, em todos os graus de civilização, se desenvolvem as forças do engenho humano, para diminuir o trabalho braçal, e penoso com instrumentos, e máquinas, que abreviam e aperfeiçoam a obra; pois no liv. 23, cap. 5, afirma, que nem sempre são úteis, como por exemplo, os moinhos; dizendo, que assim se diminui o número dos braços dos trabalhadores, impossibilita-se o seu emprego e sustento, e se tira a fecundidade das terras. Porém no liv. 15, cap. 8, reconhece a utilidade das máquinas nas minas, não só para alívio do trabalho dos homens, mas também para a superioridade dos produtos; o que mostra na comparação dos réditos das minas da Hungria, trabalhadas com braços livres, e ajuda de máquinas, como as da Turquia, aliás vizinhas e mais ricas, em que só há trabalho de escravos, e sem tal auxílio.

Suposto no liv. 7, cap. 21 até 23 insinuasse algumas máximas sensatas sobre o luxo, comércio, e população, contudo tem outras inexactas, ou erróneas, que não o constituem guia seguro na instrução sobre estas matérias. Basta atender-se ao liv. 20, cap. 12, *Da liberdade do comércio*. Sem mostrar os justos limites desta liberdade, parece, com idolatria ao governo de Inglaterra, considera por modelo da verdadeira liberdade do comércio a forte cadeia com que as leis aí agrilhoam o comércio

¹⁶ Vide supra pag. 25 o mesmo erro que o nosso Barros notou na ilha de Ceilão.

¹⁷ Sem dúvida este insigne filantropo, se hoje vivesse, teria retractado muitas das suas doutrinas sobre os objectos indicados, tendo melhor informação em ponto de factos, por escritores beneméritos do seu mesmo país. Mr. Thiery de Menonville na sua viagem ao México, que fez em disfarce a fim de transplantar a cochenilha para as colónias da França, diz, que *aos naturais do país não falta indústria; mas não têm liberdade, nem as faculdades necessárias para a exercer*, por causa da dominação dos espanhóis; e que eles são dóceis, fiéis, e laboriosos, até carregando *enormes fardos* por muitas léguas; sendo porém o geral carácter terem *legal submissão*, mas não *baixeza*. Mr. La Peyrouse na descrição que se achou de suas viagens, falando dos indios do Chile, talvez o país mais fértil e ameno do mundo, compara os seus habitantes indígenas aos árabes, depois que da Europa receberam cavalos, que ali prodigiosamente se multiplicaram; e não duvida afirmar, que é fácil de prever o quanto eles serão formidáveis aos espanhóis. Veja-se a obra da história do Chile por J. Inácio Molina.

estrangeiro. Ele assim diz: «A liberdade do comércio não é uma faculdade concedida aos negociantes de fazerem o que querem; isso seria mais antes a sua escravidão: o que manietta o comerciante, não agrilhoa o comércio. No país da liberdade é que o negociante acha contradições sem número: ele não é jamais menos atravessado pelas leis do que nos países de escravidão. A Inglaterra proibe a exportação de suas lãs: quer que o carvão seja transportado por mar à capital; não permite saída de seus cavalos sem serem castrados; os navios de suas colônias que comerciam para a Europa, devem primeiro aportar à Inglaterra. Ela grava ao negociante; mas é em favor do comércio».

No liv. 4, cap. 3 diz «No tempo dos romanos os povos do Norte viviam sem artes; e contudo, pelo seu bom senso arreigado às grosseiras fibras destes climas, se mantiveram com uma sabedoria admirável contra a potência romana até o momento em que saíram das suas grehas para o destruírem».

Montesquieu teve em vista a obra de Tácito dos *Costumes dos Germanos*: mas este político bem logo notou a imundícia, preguiça, e falta de civilização desses povos¹⁸, por não terem então comércio, mas um clima triste, quando estavam nas brenhas: hoje não é assim; mas, com a sua actual indústria e riqueza, a Alemanha é quase senhora de Itália.

Das precedentes passagens se patenteia não conhecer o autor o verdadeiro espírito, não só do comércio, mas também da civilização, que se comensura proporcionalmente à distância em que os povos se põem dos matos e desertos, e da aproximação com que se avizinham, e facilitam a mais liberal correspondência com as nações inteligentes, pelo troco das produções da natureza e arte, compativelmente com a segurança, e renda do Estado.

O bom senso do autor contudo se vê em várias outras passagens, de que só indicarei as seguintes: Liv. 21, cap. 6: «o comércio, ora destruído pelos conquistadores, ora encadeado pelos monarcas, corre a terra; foge donde é oprimido, e repousa onde se deixa respirar; hoje reina onde não se viam senão gelos, mares, e rochedos; e já não existe onde antes reinava dominando a todas as nações. *A história do comércio é a história da comunicação dos homens.*

«É da natureza do comércio fazer das coisas supérfluas, úteis, e das úteis, necessárias.

«O efeito do comércio são as riquezas; a consequência das riquezas é o luxo, e a do luxo, a perfeição das artes.

«Os antigos povos que faziam o comércio tinham todas as vantagens, que as *nações inteligentes* conseguem sobre povos ignorantes».

¹⁸ *Sordes omnium et torpor, nullus per commercia cultus; triste coelum nisi patris* [Nem a baixaza nem o entorpecimento de todos, nenhum deles seria cultivado através do comércio, se o céu não fosse funesto para a pátria].

No liv. 7, cap. 4, diz: «O luxo é necessário nos estados monárquicos: as repúblicas acabam pelo luxo; e as monarquias pela pobreza».

Enfim: não menos a perspicácia, que a humanidade, do autor se vê no seu princípio fundamental da riqueza e prosperidade das nações, que estabelece no *trabalho voluntário*, dizendo, que *nada fazemos bem senão o que fazemos de bom grado conforme a natural inclinação*, concluindo no liv.15, cap 8. «Não sei se é o espírito, ou o coração, que me dita, que o trabalho de todas as nações se pode fazer com *braços livres*».

Quesnay, sendo de profissão da medicina, e médico da câmara de El-Rei de França Luís XV, aplicando-se aos estatutos da ciência económica, se constituiu no meado do século décimo oitavo o cabeça da intitulada *Seita dos economistas* desse país. Esta se distinguiu em discussões veementes, tanto nos periódicos públicos, como em escritos regulares, em que seus autores, quase que juraram nas palavras daquele mestre, o qual apregoou, em imitação dos aforismos de Bacon, as suas *máximas*¹⁹, em que estabeleceu a que intitulou *fisiocracia* ou *governo da natureza*, que só em nome difere do *sistema agrícola* de Sully, e Fenélon.

Ele tem o grande mérito de reconhecer as necessidades de serem as leis económicas conformes às leis fundamentais da ordem social estabelecidas pelo Ente Supremo. Mas não demonstrou quais fossem essas leis, e pôs por base da sua teoria o que os seus discípulos denominaram *despotismo legal*.

Os mais distintos discípulos da escola de Mr. Quesnay foram o Ministro de Estado Turgot, de génio original; e Mirabeau, autor da obra *Amigo dos homens*, cujos princípios em pontos capitais depois retractou na outra obra da *Filosofia Rural*, em que explanou mais amplamente a dita *fisiocracia*.

Uma observação interessante é digna de notar-se nas obras de Turgot, que foi ministro de Estado de Luís XVI. Ele diz «Uma boa monarquia é mais capaz de produzir a felicidade das nações, do que toda outra espécie de governo; porque (além de várias razões) o ilustrado monarca pode providenciar ao bem-comum de seus povos, conformando-se à opinião dos sábios, sem esperar que se converta em geral opinião do vulgo». Esta máxima todavia não deve ser adoptada na última parte por estadistas prudentes que bem advertiram nos dois grandes exemplos modernos, e recentes, da Alemanha, e França, onde o Imperador José II, e El-Rei Luís XVI, erraram, não obstante as boas intenções desses monarcas, nas tentativas de súbitas e simultâneas reformas na economia do Estado, achando-se o corpo do povo sem as luzes mais gerais em pontos melindrosos, e ainda nos sábios discórdia de opiniões nos expedientes do bem-comum, que podem ser adequa-

¹⁹ Eu as transcrevi no meu compêndio dos *Princípios de Economia Política*, publicado em 1804: por isso as não reproduzo aqui.

dos, mas não oportunos, nas circunstâncias de cada Estado e país. O mesmo Turgot, que em 1776 aconselhou a El-Rei Luís XVI abolir as *corporações das mestranças dos ofícios*, sem prudenciais preparações, e fez publicar o édito de sua abolição²⁰, viu excitar-se geral clamor dos interessados, que o fez decair do ministério, sendo o soberano obrigado a derogar tal édito.

Muitos escritores, depois daquela época, apareceram na França com obras apologéticas, ou polémicas, defendendo, ou combatendo a *teoria fisiocrática*, sem acrescentarem verdade essencial à ciência económica.

Mr. Canard em 1801 deu à luz em Paris um compêndio de *Princípios de Economia Política*, em que explana a sua *Memória*, que foi coroadada no *Instituto Nacional*. Faz honra a este escritor, e ao corpo acadêmico, que justamente apreciou o seu trabalho literário, o ter ânimo de sustentar o liberal sistema de Smith (único autor que ali se nomeia) sobre a franqueza do comércio, não obstante o furor do governo usurpador, e vão entusiasmo do povo francês (em rivalidade do povo inglês contra a importação de mercadorias de Inglaterra); alucinado com a declamatória rapsódia de Mr. Hauteville, que no primeiro ano do presente século na sua obra do *Estado da Europa*, fez a tentativa absurda de provocar uma cruzada hostil de todas as nações civilizadas contra a nação, que mais tem promovido, pelo comércio, a comunicação com as gentes, e a comutação das produções de todos os países, bem que em não perfeita liberal polícia, pelo seu *acto da navegação*, que o governo britânico entende ser necessário à segurança nacional de um estado inteiramente marítimo.

Este escritor de agudo engenho, sendo professor de matemática, tendo sem dúvida em vista a profunda teoria de Smith no liv. I., cap. 10 da *Inquirição da Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, deu novidade à exposição da mesma teoria, assemelhando-a à da *estática*, que expõe o *equilíbrio das forças mecânicas*, dizendo no cap. I, em fim do 6 «o equilíbrio das três fontes de renda da sociedade civil (*terra, trabalho, e capital*), é a base da economia política: a este princípio se reduzem todas as questões desta ciência importante».

Não obstante a liberalidade das doutrinas deste economista, a sua obra tem sido exposta a severa crítica, tanto na França, como em Inglaterra; não só por ter implicado aquela ciência com o aparato de cálculos algébricos, que as ciências morais não admitem; como pelas *forçadas deduções*, que tirou do dito estabelecido princípio.

Ele não vê na regra dos preços, e lei do mercado, senão *luta de forças* entre compradores e vendedores, pretendendo alternativamente

²⁰ O senhor José Acúrsio o transcreve no tom. I. pag. 120 das suas *Variiedades*; assim como na pag. 146 o decreto do nosso Governo de 27 de Março de 1810 que se não publicou, e que tem muitas prudentes cláusulas, reconhecendo-se pela experiência, que da repentina abolição de incôngruos estabelecimentos resultam ainda maiores danos.

suplantarem-se uns aos outros (o que não é exacto); e igualmente não vê na sociedade civil senão a teoria de Hobbes de *guerra de todos contra todos*; até dizendo; que a guerra é a oficina dos grandes trabalhos sociais, e que, suposto a natureza não desse directamente aos homens a inclinação de se combaterem, mas só a de crescerem, e de se estenderem, contudo é uma consequência necessária desta inclinação o guerrearem, destruindo os obstáculos que a isso se opõem. Mas esta doutrina antifilantropica, e incompatível com a sua mesma adoptada teoria da franqueza do comércio, que tende a aniquilar as causas das guerras.

Mr. Migneret em 1802 publicou em 3 vol. a sua obra das *Considerações sobre a Organização Social*, em que trata dos mais importantes objectos de economia política. É digno de ser consultado, por ser o primeiro economista da França, que logo no cap. 4 do 1º volume estabelece a *religião* como a base da prosperidade das nações, depois de organizado o governo, e estabelecida a legislação que dê segurança às pessoas e propriedades. Ele juntamente louva a este respeito o dito de Platão *é mais fácil edificar uma cidade no ar do que um estado sem religião*.

Este escritor, tendo em vista os horrídeos estragos que a ímpia seita dos anarquistas e ateus haviam causado à França, com a infernal tentativa de abolir a religião cristã em um reino que sempre se honrou com o título de *cristianíssimo*, aviva nos seus compatriotas a nobre doutrina do seu grande político Montesquieu:

«Os princípios do Cristianismo, bem gravados no coração, são infinitamente mais fortes, que a falsa honra das monarquias, as virtudes humanas das repúblicas, e o temor servil dos estados despóticos. - Dizer que a religião não é um motivo reprimente, porque não reprime sempre, é dizer que as leis civis também não são um motivo reprimente. É mal raciocinar contra a religião acumular um catálogo de males que os seus inimigos dizem ter ela ocasionado, se ao mesmo tempo não se faz a enumeração dos bens que ela tem produzido. A religião foi o pretexto desses males, e jamais a sua causa. Coisa admirável! A religião cristã, que parece não ter outro objecto mais do que a felicidade da vida futura, faz também a nossa felicidade na vida presente (*Esprit des Lois*, liv. 24, cap. 2 e 6.).

O mesmo escritor acrescenta o seguinte. «Os nossos *belos espíritos*, e gracejadores, provavelmente acharam inútil este capítulo; mas os verdadeiros estadistas conhecem toda a gravidade das instituições religiosas; e todos os sábios são animados do sentimento, de que a religião é a cúpula da abóboda do edificio da prosperidade pública, e igualmente o melhor fundo da felicidade particular. Até Voltaire, não obstante o seu espírito frívolo, disse «Em toda a parte onde houver sociedade estabelecida, será necessária a religião: as leis civis vigiam sobre os crimes públicos; e a religião sobre os crimes secretos».

Sem dúvida, enquanto todos os homens não forem intimamente convencidos disso, e habitualmente obrarem pelo influxo da ideia, de que há uma ordem moral imutável, estabelecida pelo Ente Supremo para o bem da espécie humana, e que ninguém a pode impunemente violar; não é possível realizar-se a justiça, abundância, e paz universal, que a economia política, com a luz da religião cristã se propõe segurar a todo o orbe habitável, pela franqueza da honesta indústria, e correspondência das nações, reciprocando seus bens e conhecimentos, de que deve resultar a propagação do evangelho, e a adoração de Deus em espírito e verdade se estender de mar a mar, desde os rios até os confins da terra²¹.

Mr. João Baptista Say é o escritor da França neste século, que aí fez a mais regular obra económica, da qual intitulou *Tratado de Economia Política*; publicada em 1804, de que deu 2ª edição em 1814. Depois para estender os estudos desta ciência, deu à luz um compêndio da mesma obra com o título de *Catecismo de Economia Política* em diálogos do mestre a seu discípulo. Sendo reconhecido o mérito deste escritor, contudo não se pode considerar a sua obra como segura nas doutrinas sobre o *valor*, e a *produtividade do trabalho*. Até parece não ter consultado ao próprio crédito, quando sustenta contra Turgot, Stewart, e Smith, o mais extraordinário paradoxo, que o *trabalho do escravo é mais produtivo que o do homem livre*, tendo em vista as colónias da França. Reservando-se esta questão para lugar próprio, bastará aqui contracitar-lhe a autoridade do autor do *Espírito das Leis*, o qual diz «Os países não são cultivados em razão de sua fertilidade, mas em razão de sua liberdade» e no liv. XIII, cap. 12, diz «Regra geral: podem-se colectar impostos mais fortes em proporção da liberdade dos vassallos; e é forçoso moderá-los à medida que a escravidão aumenta».

Mr. Ganilh, advogado em Paris, tendo em 1809 publicado a sua obra dos *Sistemas de Economia Política*, sendo já antes vantajosamente conhecido pela *história da finanças*, ou *rédito público*, havendo ali feito os mais profusos elogios a Smith, e mostrado o erro dos economistas de seu país contra o comércio estrangeiro; em 1815 deu à luz outra obra com o título de *Economia Política, fundada sobre os Factos resultantes das Estatísticas da França e Inglaterra*, em que se retrata e desdiz, com súbita metamorfose passando de panegirista a antagonista do sábio inglês, dizendo, que ele na obra da *Riqueza das Nações* só fizera uma *teoria atrevida*, sem fundamento na experiência.

Reconhecendo a insuficiência e falibilidade das estatísticas, contudo afecta originalidade, em pôr a estatística da sua nação por base da sua *nova obra*. Admitindo uma ilimitada liberdade no comércio interno, a impugna no comércio estrangeiro, quanto à importação de manufactu-

²¹ Psalmos, LXXI. 8 seg. XXII: 27 seg. Cl.19 e 23. - Isaías vers. 4 e 5. - Zacharias I. vers. 11.

ras, e *produções idênticas* do país, sustentando o rigor do sistema mercantil, e colonial, quando aliás, ainda que exageradamente, inculca o comércio estrangeiro como a principal causa da riqueza das nações.

Ainda que este escritor veio muito tarde para tirar o crédito a Smith, que aliás intitula o *legislador em economia política*, contudo, sendo engenhoso e dialético, merece ser lido, e estudado. Em lugar próprio se discutirá até que ponto as suas doutrinas são racionáveis, ou paradoxais.

CAPÍTULO VIII

Dos escritores de economia política de Espanha

A Espanha, depois do estabelecimento da *sociedade económica*, tem cultivado os estudos de economia política: mas, prevalecendo na sua legislação as instituições do governo feudal, e os rigores do sistema mercantil, e colonial, os estudiosos daquela ciência não podem exprimir seus sentimentos com ingenuidade literária, e desinteressado zelo do bem comum. Todavia já a literatura nacional se acha enriquecida com a tradução que D. Ortiz fez da obra de Smith.

Neste século também apareceu a obra de D. Gaspar Melchior Jovellanos, que foi ministro de Graça e Justiça, e membro do Conselho de Estado de S. M. Católica, com o título de *Identidade do Interesse Geral com o Interesse Individual*; ou a *Livre Acção do Interesse Individual é a Verdadeira Fonte da Riqueza das Nações*, princípio exposto em um relatório sobre um projecto de lei agrária, dirigido ao Conselho Supremo de Castela em nome da Sociedade Económica de Madrid. É extraordinário ter sido essa obra impressa em Petersburgo.

Porém, ainda que seja interessante esta obra, contudo está escrita no espírito da fisiocracia dos economistas da França, sendo desfavorável ao comércio, cujos elogios o autor atribui ao que ele apelida *mania das florentes repúblicas da Itália, e Alemanha da Idade Média*.

O seu principal objecto é promover a agricultura da Espanha, indicando as causas do seu atraso. Não pretende para esse destino favores positivos do governo, mas só reforma da legislação económica e financeira do país, que remova os que denomina *obstáculos políticos, morais, e físicos*, e faça cessar o *sistema destruidor*, que tolhe o interesse do bem cultivar as terras. Entre os principais obstáculos ele enumera: 1º *Estagnação* das herdades em poucas mãos: 2º *Taxa* dos preços dos seus produtos, que ataca o direito da propriedade, e impossibilita aos lavradores obter o devido fruto do seu trabalho; o que também vem a ser contra o interesse dos mesmos proprietários, porque o produto da terra naturalmente se reparte entre o dono e o rendeiro: 3º *Alcavala*,

que exige um exército de fiscais e cobradores, dando ténue líquida colecta ao Estado, e fazendo enorme opressão ao povo; visto que tal imposto surpreende os frutos desde seu nascimento, e os persegue e desfalca na sua circulação, sem jamais perder de vista nem largar a presa até o último instante da sua existência: 4º *Baldios* das câmaras, que impossibilitam a cultura activa de muitos terrenos: 5º *Economia rural* defeituosa, pela summa ignorância e rusticidade dos colonos; para cuja melhora propõe o ensino da gente do campo, ao menos nas *primeiras letras*; lamentando o autor o que ele diz *deplorável estado da instrução pública do país, em que as ciências não são meios de inquirir a verdade, mas só recursos de viver etc.*

CAPÍTULO IX

Dos escritores de economia política da Suíça

A Suíça muito se distinguiu na história política, depois que Necker, banqueiro, natural do país, veio a ser ministro da França, e tanto figurou pela sua obra económica da *Administração das Finanças*, escrita na língua francesa.

Em 1786 Mr. Herrenschwand, médico do mesmo país, fez publicar em Londres naquela língua uma obra que intitulou *Economia Política Moderna - Discurso Fundamental sobre a população*²². A teoria desta obra é verdadeiramente um labirinto inextricável de sistemas anómalos, com títulos complicados, em que o autor ora reconhece o mérito do sistema de Smith, ora o desluz, desacreditando o comércio estrangeiro. Ele assim diz:

·Infelizmente para as nações da Europa, o sistema político que reina nesta parte do mundo, não permite a estas nações o contentarem-se com a riqueza real que as suas terras, e os seus homens, são capazes de produzir; nada circula jamais no seu estado natural etc.

Este mesmo escritor em 1796 publicou em Londres também na língua francesa outra obra intitulada *Economia Política e Moral da Espécie Humana*, que, no fundo, é a sustentação da antecedente, tendo de mais no fim um abstruso *plano de crédito público*, que é não menos impraticável. Em fim em 1803 publicou em Paris outra obra que intitulou *Verdadeiro Governo da Espécie Humana*, dada à luz em Paris: Este pomposo título assaz manifesta a imprudência e arrogância do autor; e não menos aparece a adulação à nação francesa, e ao seu (então existente) governo consular, que principalmente se vê na pag. 215.

²² Foi traduzida em português nesta Corte do Rio de Janeiro em 1813.

Mr. Ivernois, natural da Suíça, refugiado em Londres pela revolução de seu país, entre várias obras (que se traduziram em Lisboa) publicou em 1810 uma excelente dissertação económica sobre as vantagens de todas as nações pela sua correspondência mercantil com Inglaterra, em razão da barateza relativa das suas mercadorias. Esta obra contém doutrinas sólidas contra os prejuízos predominantes na Europa. Dela já dei uns extractos em 1811, com o título de *Refutação das Declamações contra o Comércio Inglês*.

Simonde, membro do Conselho do Comércio do Lemán, publicou em Genebra no ano de 1803 a sua obra da *Riqueza Comercial*, ou *Princípios de Economia Política applicados à Legislação do Comércio*. É o mais distincto escritor da Suíça, que mereceu ser citado a par de Turgot, Smith, Say, no prólogo do profundo compêndio daquela ciência de Mr. Ricardo.

CAPÍTULO X

Dos escritores de economia política da Alemanha

A Alemanha, bem depois que *Leibnitz* muito se elevasse nas artes e ciências, contudo, pela sua situação, não se tem podido distinguir no comércio marítimo, e nem ainda no comércio terrestre, não obstante ser o seu vasto território cortado de grandes rios; por causa dos impedimentos políticos, que o antigo governo feudal, e a variedade de estados independentes, têm oposto à livre comunicação mercantil dos povos. Felizmente, pelo estabelecimento de feiras em algumas partes, sendo elas grandes pontos de reunião de mercadores e mercadorias, sob a protecção das maiores potências do país, facilitando-se as relações comerciais com os empórios marítimos da Europa, os alemães têm já recebido o impulso que as obras de economia política têm dado a todas as nações civilizadas. É porém digna de mencionar-se aqui a celebrada *liga hanseática dos portos e cidades livres* dos países limítrofes, adjacentes aos mares do Norte, e do Báltico (de que ainda hoje algumas existem), que em escuros séculos promoveram a civilização por activo comércio.

Frederico II, rei da Prússia, não menos célebre nas armas que nas letras, foi o soberano da Alemanha que mais converteu a sua atenção ao melhoramento da policia interna de seus estados, depois de consolidados pelo reconhecimento das potências da Europa. Ele se pode contar entre os escritores da ciência económica, pelas doutrinas que escreveu no tomo V das suas obras póstumas sobre as *finanças*, destinando curar as feridas que fizera no corpo político pelas suas guerras: aí diz como em apologia: «Os príncipes se devem mostrar como a

lança de Aquiles²³, que fazia o mal, e o curava: se eles causam males aos povos, seu dever é repará-los.

Porém, seguindo o sistema mercantil predominante na Europa, estabeleceu tão forte economia restritiva da importação de manufacturas estrangeiras, que fez contraste com a policia mais liberal do vizinho estado da Saxónia, que aliás mais floresceu em indústria e riqueza, comparativamente ao menor território, segundo amplamente expõe o famoso escritor da *História da Monarquia Prussiana*.

As obras sobre a economia política da Alemanha são menos conhecidas nos outros países. As que têm adquirido celebridade neste século são as do conselheiro prussiano Gentz, que apregooou a excelência da teoria da *Riqueza das Nações* de Adam Smith. Uma é *Sobre as Finanças da Grã-Bretanha*, de que se fez uma tradução em Lisboa; e a outra é uma refutação da obra francesa intitulada *Estado da Europa* em que Mr. Hauteville em 1800 tentou preparar os espíritos para admitirem o já então meditado *sistema do continente*, com o pretexto de libertar a Europa de ser tributária à indústria manufactureira e comercial de Inglaterra²⁴.

Na *Enciclopédia Manual*, publicada em *Leipsig* com privilégio do rei de Wurtemberg, no artigo *Economia Nacional* se mencionam vários escritores alemães, que escreveram sobre as matérias de economia política, depois que a obra de Smith foi traduzida em Berlim por Garre e Dorrie em 1794. Ali se diz que desde então começara na Alemanha uma nova época na literatura nacional. Como os governos exigiam impostos, percebeu-se que estes só podiam ser mais fácil e seguramente colectados, em proporção que os povos fossem mais ricos e de condição próspera. Fixou-se por isso a atenção dos estudiosos da prosperidade pública sobre os rectos meios de se enriquecerem os estados. Então os escritores e estadistas deram conselhos sobre os expedientes de aumentarem os estados as próprias forças, favorecendo-se certas indústrias, e limitando-se outras.

O redactor do dito artigo opina que tudo que antes de Smith se dissera, fora mais um *caos rapsódico*, do que desenvolvimento de princípios, ou solução científica dos elementos e causas da riqueza das nações. Reconhece que o sábio inglês abriu o alicerce para se fundar o edificio de uma ciência nova; porém diz, que não fizera um sistema assaz comprehensivo, e puro. Enumerando vários escritores da Alemanha no assunto como Busch, Schmalr, Krans, Luder, Murhard, Sartorins, Centian von Schlosser, e Voss, ajuiza como preeminentes o dito Luder, e o professor na Universidade de Halla Jacob; e sobre todos o Conde

²³ É aqui de notar, que sendo de tradição fabulosa a cura que a lança de Aquiles fazia, também a uniforme experiência mostra, que onde os soberanos amam a guerra, o estado nunca fecha as cicatrizes de suas chagas, que se convertem em úlceras cancerosas, que, mais tarde ou cedo, occasionam a atrofia, e gangrena no corpo político.

²⁴ Desta obra já publiquei uns extractos em 1811.

de Soden, que em 1806 publicou uma obra em 6 vol. com o título de *Economia Nacional*, ou *Ensaio Filosófico sobre as Fontes da Riqueza do Estado, e sobre os Meios de a fazer crescer*. Este autor funda a sua teoria sobre *princípios éticos = princípios jurídicos = princípios físicos*²⁵.

Cita a outros escritores que têm feito consideráveis adiantamentos a este ramo de estudos, como *Hufeland, Lotz, e Adam Muller*, e conclui dizendo: «É agradável ver o grande zelo, e os grandes sucessos, com que se cultivam em os nossos dias na Alemanha os mais importantes ramos da economia nacional, e o quanto se aumenta cada vez mais o número dos que honram esta ciência. Mas o campo é extenso, e até imensurável: ainda há muito a fazer para se organizar um sistema inteiramente satisfatório. A causa principal deste aflitivo fenómeno, e que produz a infelicidade de fazer infrutíferas as mais belas descobertas da nova teoria económica, é a indiferença com que a consideram os que a providência deu à vocação importante de zelar e promover a prosperidade das nações, prevalecendo miserável rotina à *verdade demonstrada*.

CAPÍTULO XI

Da possibilidade de melhoramento no governo económico

Foi preceito político do governo teocrático do povo eleito «não haverá entre vós totalmente indigente e mendigo, para que Deus vos abençoe na terra da promessa»²⁶.

Este preceito se constitui um dever a todos os *soberanos* que aspiram ao título de *segunda providência*: mas a experiência mostra que o não podem desempenhar, sem que promovam devidamente a geral indústria e riqueza nacional; pois que, sem abundante acumulação de bens da vida, não pode haver a competente e constante cópia dos fundos necessários ao emprego dos homens capazes de trabalho, e que devem viver do suor do seu rosto, e formar o corpo principal das nações.

Ainda que seja inextermínável a *pobreza* da sociedade civil, isto é, o estado das classes inferiores, que não têm terras e capitais para se manterem dos seus réditos, e que portanto são obrigados a submeter-se à *lei do trabalho*, contudo é possível que não exista a *indigência* e mendicidade, havendo leis favoráveis à indústria e exterminadoras de

²⁵ Não entendendo eu o original alemão, nem ainda se achando traduzida em francês ou inglês a obra deste Conde, espero dar à luz um extracto que me foi prometido por um literário da Alemanha residente nesta Corte.

²⁶ Deuterónimo XV. 4.

monopólios odiosos: porque então haverá o natural e indefinido progresso da opulência, que, sob o influxo e directório da religião, dará espontaneamente com o supérfluo dos ricos o justo suprimento aos que não podem trabalhar, ou não acham emprego. Ver-se-á no decurso desta obra, que a *demandada do trabalho*, e o seu liberal salário, é *em proporção dos capitais acumulados*. E posto se diga que, no estado retrógrado das nações, é irremediável a miséria do corpo do povo, contudo, a sabedoria dos governos pode obstar a que a nação decaia a tal estado, que só pode existir por excesso de população, calamidade de guerras, ou má administração.

Nas *instruções* que é constante haver El-Rei da França Luís XIV escrito para o governo do Príncipe real herdeiro da Coroa, se acha o seguinte, verdadeiramente soberano, pensamento, e filantrópico voto: -Se Deus me faz a graça de executar tudo o que tenho no espírito, esforçar-me-ei em elevar a felicidade do meu povo até o ponto, não na verdade para que não haja mais pobre, nem rico, (porque o talento, a indústria, e a fortuna estabelecerão perpetuamente esta distinção entre os homens) mas para que, ao menos, não se veja em todo o reino indigência e mendicidade, isto é, não haja pessoa, que não seja segura de sua subsistência por um socorro ordinário e regulado. Infelizmente não se realizou o destinado benefício pelo sistema militar, que sempre dominou na França, e pelo extermínio da indústria ocasionado pelo espírito intolerante que ditou a famosa revogação do édito de Nantes, o qual ocasionou a emigração de centenas de milhares de artistas e industriosos, que acharam asilo e emprego em Inglaterra e em outros estados de governos inteligentes dos interesses nacionais.

Ainda que a Terra seja um vale de peregrinação, contudo o Divino Legislador nos livros sagrados promete a riqueza e prosperidade aos povos observantes de suas leis, assim como faz a seguinte terrível cominatória de miséria aos transgressores dela: *Eu vos lançarei na indigência, e sereis malditos com a penúria*²⁷. O profeta Rei, lamentando a ignomínia e assolação do seu Reino pela guerra de ímpios inimigos, supplica à divina misericórdia remédio ao mal, falando por si e seu povo *porque estamos muito pobres*. Ele nos assegura que serão poderosos e abençoados os povos rectos, e que a *glória e as riquezas estarão na casa dos que temem a Deus*²⁸.

A história e a experiência mostram, que os povos, pela extrema pobreza, continuam no estado selvagem; e por falta de alimentos, e confortos da vida são antropófagos, imorais, invasores dos países alheios, de costumes desumanos e desordenados, tumultuários, e revoltosos; sendo já aforismo do vulgo, que *a necessidade não tem*

²⁷ Malachias, II, 2, III, 9.

²⁸ Psalmos, LXXVII, 8, CXI, 2-3.

lei²⁹; e, ao contrário, que as nações são populosas, civilizadas, florescentes, amantes de seu governo e país, e cheias de espírito público, e ilustrado patriotismo em proporção que há maior e progressiva riqueza nacional, melhor dirigida, e mais justamente distribuída. Onde prevalece a indigência, debalde se apregoa a tranquilidade e virtude, e ainda a paciência às nações.

É pois necessário inquirir analiticamente os eficazes meios da progressiva indústria e riqueza nacional: ela, onde se adquire, não por conquista mas por indústria do povo, assemelha-se à luz do sol, que se espalha por imensa circunferência, dando calor e vida aos vegetais e animais, se algum planeta não se interpõe a obstruir os seus resplendores.

Presentemente todos os soberanos se desvelam em melhorar a sorte de seus povos, com especialidade das classes inferiores, por cujas mãos se forma o fundo da riqueza das nações pelo seu trabalho produtivo: porém é essencial saber até onde a vontade dos soberanos pode ser eficaz para se guardar a ordem da providência, e não obstar a ela com impróprios regulamentos, que turvam o *curso natural das coisas*.

Cumpra ter sempre em vista a seguinte observação de Buchanan, comentador de Smith «O grande mal da condição do trabalhador, é a pobreza, quando resulta da *falta de sustento*, ou de *falta de emprego*. Em todos os países se têm feito leis sem número para o alívio deste mal; porém há misérias no estado social, que a legislação não pode remediar: é portanto útil conhecer os seus limites, a fim de que, não se pondo o alvo no que é impraticável, se haja de alcançar o bem que realmente está em nosso poder».

CAPÍTULO XII

Exame das objecções contra os estudos de economia política

Ainda que presentemente nos estados mais cultos não entre em dúvida a utilidade e a necessidade dos estudos de economia política; e os governos iluminados se desvelem em conhecer e empregar os eficazes expedientes de promover a felicidade temporal de seus povos, cuidando não menos com paternal solicitude, por educação religiosa, em prepará-los para a felicidade eterna; tendo mostrado a história e a experiência, que tais objectos se não podem conseguir sem o progresso da indústria e riqueza da nação, e que também sem ele os estados não

²⁹ O político Tácito bem disse = *Egestate ac licentia corrupti populi, primum ad discordias et seditiones, demum ad bella civilia allicuntur* [Os povos corruptos são atraídos pela pobreza e pela liberdade, primeiro para as discórdias e revoltas e, aí, para as guerras civis].

podem ter a conveniente população, independência, dignidade, e força, que as suas circunstâncias possibilitam; contudo espero não pareça importuno discutir brevemente algumas objecções que se têm oposto contra os estudos da dita ciência.

Prescindirei da impugnação das doutrinas absurdas e desacreditadas dos pregoeiros da *pobreza das nações*³⁰, que dizem ser a garantia da virtude pública. Estes sofistas, affectando atacar a *fisiocracia* dos economistas, conceberam a tentativa de introduzir a *isocracia* dos anarquistas, seduzindo os povos com vãs expectativas de comunidade de bens, e igualdade de condições e fortunas; tendo com isso muito influído na mania revolucionária, em que os furiosos demagogos fizeram a proclamação de *guerra aos palácios paz às cabanas*, para desorganizarem o sistema social. Restringir-me-ei ao exame das objecções dos que menosprezam os estudos económicos, por os considerarem indiferentes à prosperidade dos estados.

Tem-se dito, que: 1º a economia política não tem princípios certos, ou são de difícil, ou variável aplicação conforme as circunstâncias dos tempos e lugares: 2º A moral, e não a riqueza, deve ser o objecto dos estudos públicos; tanto mais que o amor da riqueza exalta o egoísmo, e tudo faz operar pelo comércio, que constitui tudo venal; daí resultando o luxo destruidor dos costumes, e dos estados; o que a religião condena: 3º Há discórdia dos economistas sobre os princípios e sistemas de promover a indústria e riqueza nacional: 4º A prática dos governos é contrária à teoria inculcada por mais liberal e benéfica a cada nação e sociedade.

RESPOSTA À 1ª OBJECÇÃO

É incontestável a certeza dos *princípios fundamentais da economia política geral*: a menor evidência está nos seus mais remotos *corolários*, e na justa aplicação deles às circunstâncias de cada estado, que sem dúvida modificam as regras da ciência. Na presente obra somente se expõem os ditos princípios, e o que parece mais racional sistema do bem comum: e não se examinam as particularidades de cada país, que necessitem a sua economia política especial.

Todas as ciências morais ainda actualmente são sujeitas a dúvidas e dificuldades na aplicação dos princípios aos casos occorrentes. Que contravérsias ainda ora não há na teologia, política, jurisprudência? Ainda nas ciências físicas as mais palpáveis não é exigível em muitos pontos o rigor das demonstrações matemáticas. Negar-se-á a utilidade e a dignidade da medicina, porque o professor deve consultar ao clima, e ao carácter do enfermo, usando do *senso e pulso médico*, para o oportuno tratamento? Pela mesma razão é necessária muita sabedoria e prudência

³⁰ Os corifeus desta seita foram Rousseau, e Mably.

nos legisladores e administradores para estabelecerem a mais adequada economia política, que o respectivo Estado admita, compativelmente com a sua segurança, e salvação do povo, que é, e sempre deve ser, a *suprema lei*.

Convém ter-se em memória a satisfação que Sólon deu à Grécia, e à posteridade, dizendo, que «não havia dado aos atenienses as melhores leis, mas sim as que o povo podia suportar». Cada Estado pode ter justa excusa pelo mesmo motivo. Os governos iluminados vêem muitas coisas dignas de reforma; mas que os hábitos e juízos do povo não podem tolerar. É portanto da epiqueia política ceder e contemporizar. Concluirei com a protestaçoão que fez no prólogo da sua obra o autor do *Espírito das Leis* «não escrevo para censurar coisa alguma estabelecida em qualquer país: cada Estado terá suas razões com que justifique as suas máximas de administração».

RESPOSTA À 2ª OBJECÇÃO

A economia política só tem por objecto a *riqueza das nações*, e não a riqueza dos indivíduos: aquela é sempre útil, quando é o fruto da geral, honesta e pacífica indústria dos povos; mas esta pode ser adquirida sem justo título, ou mal usada. A mesma riqueza das nações pode ser convertida a iníquos propósitos pelos seus regedores ou administradores, para guerras, obras, e despesas infrutíferas, ou prejudiciais ao Estado e à humanidade: mas a sua recta produção, e acumulação vem a ser o necessário efeito de grande *inteligência, trabalho, economia, justiça, e correspondência* do corpo dos povos, que respeitam as pessoas e propriedades, e a ordem civil, e que são as fiadoras da virtude nacional, a qual se comensura e consolida em proporção da quantidade e constância da activa cooperação de todas as ordens do Estado no exercício daquelas causas produtivas dos bens da vida. É impossível grande riqueza nacional, emanada de tais fontes, sem grande virtude particular e pública.

As declamações que se acham nos escritores antigos e modernos contra a riqueza, provêm de se não ter feito aquela essencial distinção entre a opulência pública e privada; e também porque tiveram em vista as riquezas adquiridas por injustas guerras de atrozes conquistadores, cujas empresas só têm sido destrutivas, e não produtivas, da prosperidade das nações. A sua riqueza era o fruto da rapina; e principalmente da execrável e insaciável fome de ouro, com que arrancavam dos países conquistados os seus metais preciosos, e as obras primas das artes dos adiantados na civilização, até forçando, como os romanos, a dar, sem equivalente, os produtos da sua agricultura, em forma de tributo, para sustento do povo conquistador, que aliás sempre continuava a viver pobre, e miserável, com precária subsistência carecendo da repartição do alimento diário. Bem lhes lançou em rosto o satírico Juvenal o terem

mendigado o pão depois de vencida Cartago³¹. Sendo as riquezas assim adquiridas, não podiam ter os bons efeitos, nem o conveniente emprego e uso, como as produzidas pela indústria inteligente, e leal correspondência das nações. Daí resultava a extremosa desigualdade das fortunas e condições, e com elas os males do luxo fátuo, e da corrupção dos costumes. Ainda ora está por se resolver o *grande problema* de uma legislação, que, bem animando e dirigindo a geral indústria, enriqueça o povo e o soberano, com a menor possível desigualdade das condições.

A economia política inquirindo os regulares meios do inocente e natural progresso da opulência; demonstrando as péssimas consequências dos odiosos monopólios; convencendo o fatal erro de se ter o ouro e prata como a riqueza essencial das nações; e expondo os meios de todos os povos se enriquecerem e prosperarem pelo comércio legítimo, sem que o benefício de uns se converta em malefícios dos outros; contribui a exterminar a excessiva desigualdade dos individuos, e as causas das guerras, e a dar a todas as classes e nações harmonia e prosperidade.

O que se tem dito contra o comércio, quando era desprezado e apenas exercido por judeus, escravos, e traficantes, não se pode aplicar às nações iluminadas, que, no progresso do comércio, têm visto criar-se a moderna *ciência do crédito público*, desconhecida dos antigos. Hoje a experiência mostra os prodígios da confiança estabelecida pelo comércio entre os mais remotos povos, diferentes em língua, constituições, e seitas; confiando-se imensos cabedais a pessoas desconhecidas, e só acreditadas pela sua probidade, riqueza, e perícia mercantil. Isto seria impossível, se não prevalecesse nos estados mais cultos a importantíssima virtude da *boa fé*. Nos países de mais vasto comércio é que se vê a *caridade, e generosidade em grande*, nos frequentíssimos exemplos de quantiosas abonações gratuitas de negociantes a pessoas desvalidas de sua ordem, ou de fora dela, e até (segundo a linguagem das praças) de *ressurreição civil* de arruinados em seus negócios. No estado que mais sobressai em riqueza pela indústria e comércio, como Inglaterra, é que se acham os maiores estabelecimentos caritativos, religiosos, literários, e de bem comum; e, ao mesmo tempo, um assombroso espírito público, amor da pátria, e respeito ao governo. As nações bárbaras e pobres são as que têm feito os maiores males, e devastações da terra. Hoje a riqueza nacional é a maior barreira das conquistas³². A natureza é a que assoalha a magnificência de suas riquezas. Quem não se extasia à vista de um campo bem cultivado; de um vasto laboratório de superiores artes e manufacturas úteis; de um espaçoso porto cheio de navios e embarcações, em que tremulam suas bandeiras cosmopolitas, anunci-

³¹ Et mendicatus, victa cartagine, panis [E o pão mendigado, depois de Cartago ter sido vencida].

³² Esta matéria será mais satisfatoriamente tratada na Parte X, quando se tratar do *luxo, e das leis sumptuárias*.

ando a força e a actividade do espírito social, e os carregamentos de mil bens da vida, frutos da indústria, justiça, e abundância do país?

A economia política pressupõe sempre o influxo da verdadeira religião em todas as operações dos estados, a fim de terem o competente desenvolvimento, e o devido efeito, as *qualidades sociais* dos homens, para a recta produção, acumulação, e distribuição das riquezas: mas a mesma religião não condena indistintamente a estas; pois que são obras e doações do Criador, ou resultado de invenções do engenho do homem, e da perfeição do trabalho dos industriosos de todos os países, bem que se podem adquirir ou desfrutar com abuso, pela ignorância e malícia, como em todas as coisas criadas, aliás em si boas.

A caridade, rainha das virtudes, não se pode exercer nos objectos principais dos suprimentos indispensáveis à vida sem preexistente riqueza: o estreito necessário não se pode repartir: *dois pobres a uma porta* nada podem fazer em mútuo auxílio: com a abundância do rico é que se pode socorrer ao indigente, e desamparado. O principal fundo de riqueza das nações consiste na soma dos necessários confortos da vida. Sem riqueza nacional não há templos, hospitais, estradas, aquedutos, e tudo o mais que forma a prosperidade, defesa, e potência dos estados.

A religião só condena ter-se o coração nos tesouros, e a alma venal dos aferrados aos objectos sensuais, e bens da vida mortal, sem terem o olho em o nosso último e principal destino; e que por isso ostentam, ou sórdida avareza, e vil insensibilidade aos males alheios, ou se precipitam e abandonam a dissipações e extravagâncias. Abraão, o pai dos crentes, foi muito rico em ouro, prata, e outros bens³³. Em tudo porém se deve evitar excesso, e ter-se justo modo.

O nosso Salvador no Evangelho recomenda o *trabalho*, e a *economia* na parábola do senhor da vinha, que até manda aproveitar as *espigas dispersas no campo*. Nas parábolas do Samaritano, e do filho pródigo, mostrou o bom uso da riqueza, e ser a pobreza e miséria a consequência da inércia, prodigalidade, e vida viciosa: tratou com os ricos, e pobres, para o bem de todos: honrou o festim das bodas de Canã; reprovou a hipocrisia do discípulo traidor que invejou o recto uso do bálsamo precioso etc. O apóstolo das gentes deu aos ricos a regra de viver, para não se ensoberbecerem, nem confiarem no incerto das riquezas mas usarem de temperança e beneficência; ditando a todos a gratidão ao dador de tudo, positivamente dizendo, que, procedendo os homens conforme a lei da graça, *Deus nos dá tudo abundantemente para se gozar*³⁴.

No Brasil que o Autor da natureza dotou com tantas naturais riquezas, e até com diamantes, e muitas espécies de gemas e pedras

³³ Gênesis, XIII, 2.

³⁴ Epístola de S. Paulo a Timóteo, cap. VI, 17.

preciosas, seria absurdo, e contrário à evidente causa final de sua criação, que se deixassem ocultos os seus tesouros, e perdidos os dons do Altíssimo, como os bálsamos nos desertos. Os seus principais géneros de exportação são açúcar, café, cacau, algodão, tabaco, verdadeiramente artigos de *luxo*, por desnecessários à vida no rigor do termo, ainda que aliás contribuam a fazê-la doce, e aprazível. Eles são os invedáveis correlativos e equivalentes dos bens da natureza e arte dos outros países mais adiantados em civilização, que em consequência convém entrar para o círculo dos nossos suprimentos e gozos, próprios das nações cultas. Quando um Estado é mais novo, rude, e de povos indígenas desacostumados a trabalho regular, tanto mais convém serem estes atraídos para activa indústria pelo irresistível íman dos artigos de ornato e luxo, para se não contentarem com o estreito necessário, e inerte descanso. É bem observado pelo economista inglês James Stewart, que a mais efectiva arte dos europeus de obrigarem, sem força nem injúria, aos selvagens da baía de Hudson, ao intenso e perigoso trabalho da caça de animais bravios e ferozes, é dar-lhes, em troca das peleterias, as lindas amostras de quinquilharia, e as belas artes da Europa. É impossível o progresso da civilização sem se dar aos povos *necessidades factícias*. Dizem que a importação de artigos de luxo faz sair todo o nosso ouro. Isso não é assim: mas faz cultivar mais terras, e dar saída a mais dos seus frutos, não menos preciosos que o ouro, o qual também é um dos produtos da nossa indústria, que *não se dará de graça*.

RESPOSTA À 3ª OBJECÇÃO

Toda a ciência é progressiva: as que hoje são mais exaltadas, começaram de rudes elementos. A economia política ainda jaz na infância, e grande atraso, por implicar com inveterados usos e estatutos de escuros tempos, e com os interesses de poderosos do mundo, que têm preocupado as fontes da riqueza, e obtido irracionais privilégios. Só a providência, e a lenta acção do melhor dos reformadores, o tempo, podem trazer os adiantamentos necessários. A natureza que deu aos homens o olhar sublime, e o andar direito, não lhes segura a firmeza do passo para entrarem na carreira da vida, senão depois de muitas quedas, e contínuas experiências do bom e nocivo. Assim na sociedade aprende-se a verdade pelos erros dos outros. Provavelmente serão rápidos os progressos da nova ciência, quando se lhe der a competente sede nas Academias das Ciências, e ainda mais nas livres sociedades literárias só sustentadas pelo seu crédito público na república das letras. Sou da opinião do celebrado astrónomo La Place na sua grande obra do sistema do Mundo: ele assim diz:

«A principal vantagem das sociedades literárias é o espirito filosófico, a que se deve esperar que elas darão nascimento, e que não pode deixar de se difundir sobre os vários estudos das nações entre que

forem estabelecidas. O estudioso solitário pode sem receio abandonar-se ao espírito de sistema: ele só de longe ouve a voz da contradição: mas em uma sociedade de sábios, a colisão das opiniões sistemáticas logo finda em sua mútua destruição; ao mesmo tempo que a reciproca evidência cria entre os membros um pacto tácito de não se admitir coisa alguma que não seja o *resultado da observação*, ou as *conclusões de raciocínio matemático*. A experiência tem mostrado o quanto estes estabelecimentos têm, desde a sua origem, contribuído a espalhar a verdadeira filosofia. Dando exemplo de submeter tudo ao exame de severa lógica, tem dissipado os prejuízos, que por muito tempo reinaram nas ciências, e à que os mais fortes espíritos dos séculos anteriores não puderam resistir. Eles têm com varonil constância oposto ao empirismo uma *força de conhecimentos*, contra o qual em vão dissipam a sua impetuosidade os erros e entusiasmos do vulgo, que nos antigos tempos perpetuaram sem disputa o seu império. Em uma palavra, no seio de tais sociedades é que se conceberam as grandes teorias, que, não podendo, pela sua elevação e generalidade, estar ao alcance dos entendimentos do povo, são por isso mesmo dignas de serem animadas, pelas suas inumeráveis aplicações aos fenómenos da natureza, e às artes da sociedade.

RESPOSTA À 4ª OBJECÇÃO

A prática dos governos nada prova contra a verdade da liberal teoria proposta para a maior riqueza e prosperidade das nações, pelas razões já antecipadas na resposta à 1ª objecção. Não se pode, nem deve, reformar tudo, de repente, e simultaneamente, precipitando-se as épocas dos melhoramentos públicos, que requerem gradual mudança de opiniões, e circunstâncias favoráveis. O que é justo e adequado, nem sempre é oportuno, e exequível.

Os empíricos e rotineiros de todos os países sempre alegaram contra a evidência das verdades novas suas práticas e experiências. Com o fútil argumento da prática se defendeu a barbaridade, a idolatria, a escravidão dos prisioneiros de guerra, e a terrível série de acumulados erros e horrores dos escuros séculos, de que ainda ora a humanidade estremece, e vê em muitas partes cruéis usos e estatutos. Se fossem ouvidos tais dialéticos, os homens ainda presentemente só habitariam nos matos e desertos.

Todas as reformas saudáveis, e revogações de leis por ínclitos soberanos, que se elevaram sobre os conceitos do vulgo, e ideias do seu século, foram introdução de novas teorias contra imemoriais práticas estabelecidas. Só do meado do século passado em diante, tão fecundo em factos estupendos, não cogitados pelos nossos antepassados, que inovações e mudanças não se têm feito na sociedade civil, especialmente nos mais cultos estados, em objectos de economia nacional?

Hoje há quase geral prospecto, ou voto, de universal *comunicação com as gentes, e comutação dos frutos da respectiva terra e indústria.*

Quando Franklin descobriu a *lei da electricidade*, e mostrou o expediente de extrair os raios das nuvens, até não se admitiu a sua *memória literária* (sequer para exame) na sociedade das *Transacções Filosóficas de Londres*; aí parecendo ridículo ver realizada na América a fábula do Prometeu (que segundo a mitologia) teve a arte de tirar o fogo do céu, a furto e com ódio de Jové³⁵. A prática e observação dos físicos foi oposta à prodigiosa descoberta, e a experiências. Esta foi sempre a sorte de todo o novo descobrimento. Mas a verdade, a despeito de seus lentos, e embargados passos, afinal prevalece.

Aquele mesmo grande homem, que também escreveu ensaios económicos, em 1769 apresentou, para ser examinado pelo seu governo dos Estados Unidos, um plano de economia política, em forma de aforismos, à semelhança dos de Bacon no seu *Novo Órgão das Ciências*. Tendo influído na constituição de seu país, cuja independência da Grã-Bretanha foi depois reconhecida pelas potências da Cristandade, nela, como lei fundamental, se estabeleceu a liberal teoria da franqueza da indústria e comércio, que tem tão notoriamente contribuído ao espantoso fenómeno moral de um povo (por assim dizer) de dois dias, ostentando em tão pouco tempo a mais extraordinária população e riqueza sem exemplo nos anais da história. Todavia contra a evidência do facto, que está aos olhos do mundo, ainda nos estados mais cultos se opõe a prática europeia à teoria americana.

Felizmente outro novo e grande facto já se vê admirado na Europa pela emancipação do Brasil, libertado do jugo do sistema colonial pelo seu soberano, que primeiro nesta parte adoptou a liberal teoria de Smith: e, não obstante os conceitos e interesses dos abalizados de *práticos*, e os males da guerra, todos os inconvenientes da inovação foram efêmeros e transitórios, e são já visíveis e inegáveis os benefícios do final resultado da obra da providência. Por isso sente-se em toda a parte o enérgico impulso da geral indústria, e que constitui o Brasil como um gigante que exulta preparando-se a correr a estrada da opulência, e consideração política.

Nunca se contestou a necessidade e prudência de se reunir a *teoria à prática*, maiormente nos administradores públicos, que têm de animar e dirigir por justos expedientes a geral indústria nos complicados negócios da sociedade; mas, em tudo, a prática sem teoria é obra sem luz, que só ocasiona erros, precipícios, e danos irreparáveis.

A verdadeira *teoria* supõe a colecção de princípios, deduzidos de factos gerais, longamente experimentados por sábios indagadores; e a nua *prática* frequentemente é deduzida de *factos particulares*, mal vis-

³⁵ Isto se refere na edição recente dada em Londres das obras de Franklin por seu filho.

tos em *limitada experiência* de empíricos e interesseiros. Sobre isto convém aqui apresentar a doutrina de um dos sábios da primeira ordem da Europa, Dugald Stewart, celebrado professor na Universidade de Edimburgo, que na sua eminente obra da *Filosofia do Espírito Humano*, tom. II, cap. IV, secc. V, pag. 771 assim diz:

«Os que têm dirigido a sua atenção às inquirições conexas com a riqueza nacional, dividem-se em duas classes: uns se podem intitular *aritméticos políticos*, ou *colectores estatísticos*, e os outros economistas políticos, ou filósofos políticos. Os primeiros reclamam a seu favor a *experiência*, e tratam aos segundos como pouco menos de visionários, que só têm por si *teoria*, e que por isso não têm direito a crédito algum. Mas os factos acumulados por tais colectores estatísticos são meramente *particulares resultados locais*, que se não podem bem averiguar e verificar por todos; e os factos que o economista político professa investigar, são expostos ao exame do género humano, e têm em consequência o fundamento dos factos geralmente experimentados, e que são da mesma natureza dos que constituem a lei geral da fisica. Por exemplo os colonos da América afirmam pela sua limitada experiência, que o *trabalho do escravo é mais produtivo que o do homem livre*. Contudo os economistas políticos o negam, reconhecendo o *facto geral*, que o desejo de todo o homem de melhorar a própria condição é a mola real da indústria humana; e, em prova, apelam para a unida voz de todas as nações, e idades».

Felizmente já soberanos iluminados ora prescindem desta renhida disputa; e em públicos diplomas têm reconhecido a importância, e recomendado os conhecimentos da ciência que tanto influi na geral prosperidade.

Sua Majestade o imperador Alexandre, autocrator da Rússia no famoso *Ukase* no 1º de Janeiro de 1807, em que destinou promover e honrar o comércio do seu vasto império, fez no Art. II explícito reconhecimento dos *importantes objectos de economia política*.

Sua Majestade El-Rei da França Luís XVIII, depois do restabelecimento da sua monarquia, desejando melhorar os estabelecimentos consulares, pelo regulamento de 11 de Junho de 1816, ordenou aos cônsules, que não só instruem aos seus alunos nas matérias de legislação mercantil e marítima, mas também que lhes façam *estudar e analisar as mais recomendáveis obras de economia política*.

Do real apreço desta literatura tem resultado posteriormente publicarem-se algumas obras úteis na língua francesa sobre assuntos respectivos. Distingue-se em especialidade a obra de 1818 do *Espírito das Associações* do Conde Alexandre Delaborde, que deu um aspecto religioso à ciência económica, fundando as doutrinas que expende em sentenças das sagradas escrituras. Ainda que em alguns pontos talvez seja digno de censura, contudo o menciono pela menção honorífica que fez do estabelecimento de indústria da *Marinha Grande* de Lisboa,

onde (diz) se reúne grande número de artistas, para os quais o proprietário Stephens erigiu um teatro, a fim de lícito divertimento dos mesmos, com a bela divisa *descansai, porque tarbalbastes*.

Concluirei pois com as seguintes observações de dois modernos escritores sobre assuntos de economia política.

Mr. de Hogendorp, holandês, em 1817 publicou uma obra com o título de *Sistema Colonial da França*, em que, adoptando a teoria da liberdade do comércio contra a prática de todos os governos no estabelecimento das *companhias exclusivas*, e aplaudindo o decreto do actual soberano da Holanda na abolição de sua *Companhia do Oriente*, que se mostrou falida em mais de cento e cinquenta milhões de florins, louva a magnânima resolução de El-Rei nosso senhor, na abertura dos portos do Brasil.

Mr. Chaptal, que foi ministro de Estado na França, no princípio do corrente ano de 1819, deu à luz uma interessante obra *Da Indústria Francesa* e logo no tomo 1, cap. 2 diz:

«A trasladação da sede do Governo português ao Rio de Janeiro tem deslocado os interesses comerciais da Europa com Portugal; hoje convém dirigi-los para os ricos países do Brasil. Este país se há-de elevar a alto grau de prosperidade, *contanto que o comércio permaneça livre*.

É de complacência dos habitantes deste país ver a confirmação de tão liberal sistema (que obsta promover-se o comércio nacional com extraordinários favores de uma parte do Estado à custa de outras partes, e restabelece a justa concorrência do corpo mercantil) pela recente providência do decreto de 26 de Agosto do corrente ano (1819) expedido pelo Ministério da Marinha, abolindo o privilégio, que antes *parecera favorável* ao comércio de Macau, e que depois se manifestou ser de *perniciosas consequências*.

Isto mostra a verdade da observação de Hume nos seus *Ensaíos Económicos*. «As mais simples ideias da ordem e equidade são suficientes a guiar o legislador em tudo que respeita à administração da justiça: porém os princípios de comércio são muito mais complicados, e requerem longa experiência, e profunda reflexão, para bem se entenderem em qualquer estado. A *real consequência* deles é muitas vezes contrária *às primeiras aparências*».

PARTE II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA POLÍTICA, E COOPERAÇÃO SOCIAL

ADVERTÊNCIA

A *língua da economia política* ainda não está fixa, como bem notou Mr. Simonde na sua obra da *Riqueza Comercial* de 1803; e por isso no fim do Vol. I, pag. 342 fez um *Postcripto* com *Definições das palavras científicas*, de que usou, dizendo ter estudado restringir o número dos termos desusados, que foi forçado empregar. Desde então não cessaram os progressos daquela ciência, que, em proporção das ideias novas, também necessitaram expressões novas.

Não deve portanto ser estranho, que nestes *Estudos* tenha usado de igual franqueza literária. Tanto mais que a literatura moderna se acha enriquecida de palavras e frases extraídas especialmente das línguas grega, e latina, que são as fontes da erudição superior; tendo além disto cada ramo científico sua particular *nomenclatura* de termos, que se dizem *facultativos*, ou *técnicos*, isto é, próprios da respectiva ciência ou arte. Mas, em atenção a facilitar o estudo da mocidade, a que se dirige o presente trabalho, a exemplo do referido escritor, que na Parte I, Cap. 9, pag. 104 enumerei entre os economistas de crédito, destino oferecer uma tabela semelhante em ordem alfabética, como suplemento dos termos que não forem definidos na obra; o que todavia só

comodamente se pode executar no fim dela, dando o público favor à edição².

Devo uma apologia aos cordatos. Quando em 1804 publiquei em Lisboa uns *Princípios de Economia Política*, aí, ainda que elementarmente, propus a doutrina de Adam Smith, nos pontos capitais, como a mais sólida para se promover a indústria e riqueza das nações. Porém, tendo-se de dia a dia rectificado as teorias económicas, espero que se não atribua à contradição e arrogância, que, em alguns artigos, ora discorde dos teoremas daquele grande homem, que até o Conde de Soden na Alemanha, na sua obra de 1806, diz, que todos os sábios a uma voz aclamam pelo maior mestre daquela literatura. Seja-me pois lícito valer da protestação que o eminente economista inglês David Ricardo também fez no prefácio da sua obra de 1817, dizendo, que «posto achasse necessário advertir mais particularmente nas passagens dos escritos de Smith, em que vê razão de diferir, esperava todavia, que não fosse por isso suspeito de não, em comum com todos que reconhecem a importância da ciência da economia política, participar da admiração, que a profunda obra daquele tão celebrado autor tão justamente excita».

CAPÍTULO I

Dos objectos de economia política

Economia significa a *lei da casa*: *economia política*¹ significa a *lei da cidade*, entendendo-se por cidade, em geral, a sociedade civil, e qualquer sociedade particular, que se diz *Nação*, ou *Estado*.

Importa saber qual seja a *lei da casa da grande família do género humano*, decretada pelo Autor da Natureza, para a subsistência, multiplicação, e desenvolvimento das qualidades sociais dos homens, e das suas faculdades racionais, a fim de obterem o maior bem físico e moral, de que é capaz a sua natureza, no actual decaído estado de sua primitiva constituição; e consequentemente a possível riqueza e felicidade temporal na vida presente.

Sendo a constituição humana homogênea em todos os países, a mesma lei deve reger em todas as nações, ou Estados, que se podem considerar outras tantas casas particulares, ou ramificações de famílias,

¹ A sua etimologia se deriva dos termos gregos *oikos*, que quer dizer *casa*; *nomos*, que quer dizer *lei*; *polis*, que quer dizer *cidade*; *política*, que quer dizer pertencente a alguma *associação civil*.

² Acabou por o não fazer, dado que a publicação dos *Estudos* foi interrompida.

oriundas dos mesmos pais. Circunstâncias do lugar e tempo podem necessitar algumas acidentais, mas não substanciais, modificações daquela lei.

Smith diz, que a economia política se propõe dois distintos objectos: o 1º é prover o governo à abundante renda, ou subsistência para o povo, ou, para melhor dizer, a habilitá-lo a promover a mesma renda ou subsistência pela própria indústria: o 2º é o prover os réditos necessários ao serviço público.

Por isso a economia política se costuma dividir em duas partes; a 1ª compreende a teoria da geral indústria do povo, e da influência do governo na sua promoção; a 2ª a teoria do serviço e rédito público, de que o mesmo governo é o director, colector, e dispenseiro.

Alguns economistas têm acrescentado uma 3ª parte, que se denomina estatística, ou *aritmética política*, que é arte de bem inquirir, e calcular, a actual população, e o adiantamento dos ramos da riqueza do Estado; visto que é necessário o seu conhecimento, para se saber o progresso da gente e indústria do país, e bem se proporcionarem os impostos, sem se obstruírem as fontes da riqueza nacional.

Como um dos deveres dos governos é o animar e bem dirigir a indústria do povo, e segundo nota o dito Smith no Liv. IV, Cap. II, há regulamentos, aliás bem intencionados, dos legisladores, que, na verdade, animam certos ramos de indústria, mas que parecem não dar a melhor direcção à geral indústria da nação, antes desviam capitais e braços dos empregos mais vantajosos para os menos proveitosos; convém que, no critério de qualquer legislação, ou empresa económica, se considerem simultaneamente os dois essenciais requisitos, que fazem superiormente produtiva toda a sorte de trabalho, isto é, que não só *se anime* (e jamais se desanime), mas também *se dê a melhor direcção* à geral indústria; a fim de que daí resulte a maior possível produção, e renda ao povo.

Por esta causa defino a economia política a *ciência da natureza e causas da riqueza das nações*, em que se inquirem os rectos e eficazes meios de bem se animar e dirigir a indústria geral dos povos, conforme às leis da natureza, para se aumentarem os produtos da terra além dos que a natureza espontaneamente oferece, a fim da progressiva opulência e prosperidade das nações.

Os povos civilizados se distinguem dos selvagens, em que estes se contentam com os frutos espontâneos e óbvios do país, em que habitam ou correm; e aqueles alargam a esfera de seus suprimentos, multiplicando, pela sua inteligência, indústria, e trabalho, os fundos do que precisam e desejam, e que a natureza dá com escassa mão, ou oculta no seio da terra.

Alguns estadistas têm dito, que o mais próprio objecto da economia política deve ser o promover o governo a população do país; porque, tendo-se esta, tem-se todo o resto; visto que ela constitue a força dos

Estados, e dela depende a multiplicação dos ramos de indústria, de que emana a riqueza nacional, e toda a espécie de obra e benfeitoria pública. Porém isto não é exacto, antes vem a ser contra a ordem e o curso natural das coisas. A população não é a causa, mas antes o efeito, da riqueza nacional, especialmente daquela parte da mesma riqueza que dá o necessário e cómodo à vida. Onde existe abundante cópia dela, cresce proporcionalmente a população, pela lei da natureza que regula a sua multiplicação e robustez. Bem disse o autor do *Espírito das Leis*, onde um homem e mulher podem subsistir comodamente, faz-se um casamento. Portanto basta que o governo bem promova a geral indústria, e riqueza nacional, para se ter a maior e mais inteligente população, que o Estado admita; o que se mostrará na Parte X destes *Estudos*.

A *economia política* compreende a *economia política geral*, a *economia política particular*, e a *economia pública*.

Economia política geral tem por objecto inquirir o *verdadeiro sistema social*, fundado nas leis fundamentais da ordem moral, isto é, o plano económico do Criador, e que se diz *economia da providência* a respeito da espécie humana, a fim de ter os fundos do necessário, cómodo, e delicioso à vida, além dos que a natureza espontaneamente produz, e oferece na terra e águas que a cobrem; e, em consequência, para se poderem os homens multiplicar, e bem conviver na sociedade, aperfeiçoando os respectivos dotes de espírito, e corpo, quanto é compatível com a sua actual constituição, evidentemente decaída de seu primordial estado.

Economia política particular, é a *economia nacional* de qualquer país independente. Ela tem por objecto inquirir os rectos meios de se animar e dirigir a indústria do povo, dando-lhe interesse, hábito, e amor de trabalho em cada Estado; a fim de aumentar a sua riqueza, e prosperidade, com a maior possível segurança, e independência dos outros Estados; havendo-se consideração à índole, opiniões, costumes, e hábitos de todas as classes, e igualmente às circunstâncias locais, e relações com os países estrangeiros. Também se diz *economia do Estado* o seu *governo económico e político*, compreendendo-se todos os ramos da administração no exercício da soberania, immediato, ou delegativo.

Distingue-se a *economia política geral* da *economia política particular*, em que, aquela, tem por immediato objecto a *indústria e riqueza social*, e o progresso da *geral civilização*; e, esta, tem por objecto promover a *indústria e riqueza nacional* pelos meios subordinados à segurança, e independência do país: visto que, às vezes, o governo é forçado a fazer sacrificios indispensáveis da riqueza particular e pública, para a tranquilidade, ordem, e salvação do Estado².

² Este decaimento é um fenómeno aflitivo; mas que, por desgraça da humanidade, está aos olhos do mundo, e é inegável à vista dos horrores que se vêem não só nos povos selvagens e bárbaros, mas até nos civilizados.

Deve-se porém advertir que, no curso dos presentes estudos, somente se tratará dos princípios da economia do Estado relativos à indústria e riqueza nacional.

Ainda que vários princípios de economia política geral sejam certos, e luminosos, todavia eles consideravelmente se modificam e restringem na sua aplicação às operações do governo de cada nação, pela necessidade de se atender às ditas considerações.

Na verdade, quando ainda os melhores e mais incontestáveis princípios especulativos de economia política se aplicam aos usos práticos da vida civil, eles passam (por assim dizer) pela densidade³ dos intrincados costumes, hábitos, estatutos, erros, estabelecimentos, e prejuízos inveterados dos povos; e não menos encontram as violentas paixões, exorbitantes pretensões, e enormes injustiças, não só das diversas classes dos habitantes, e corporações poderosas, mas também das diferentes nações, e potências, que ocasionam conflitos de interesses. Por isso não é sempre possível, ou seguro, aplicar, (cega, indiscriminada, e absolutamente) tais princípios, tanto na direcção da indústria de cada país, como no seu regime económico; e, em consequência, pode ser esta mais ou menos liberal (sem nota contra a sabedoria da administração) conforme aos lugares, circunstâncias, e relações com os diversos povos e governos.

É óbvio, que uma nação de povos incultos não pode ter igual economia política, que uma de gente civilizada, e adiantada em artes e ciências. Não pode também ser exactamente a mesma economia política, em uma nação onde se acha estabelecida a triste *lei do cativo*, ou da *servidão da gleba*, e em outra onde os povos gozam de plena liberdade civil, e fazem bom uso dela. As nações mediterrâneas, e cercadas de povos belicosos, precisando de maiores meios de defesa, e de dirigirem maior porção de sua indústria para os trabalhos militares, hão-de necessariamente ter sua economia política de modo diverso, e mais restrito, que as nações marítimas, e insulares, as quais são menos expostas a perigos de invasão, e se podem comunicar, e facilmente ser supridas de tudo por todas as partes da terra. Uma nação antiga, populosa, e de apertado território, deve-se reger por institutos e regulamentos económicos e políticos, que não podem ter lugar em um país vasto, deserto, ou pouco povoado.

Por não se atender a estas notáveis diferenças, têm errado legisladores, e administradores, que, ainda com os mais louváveis desígnios, por espírito de imitação, sem a devida circunspecção, nem cálculo de cir-

³ O celebrado político Burke se explica a este respeito com a feliz comparação seguinte. «Os princípios elementares políticos, ainda os mais verdadeiros metafisicamente, entrando na massa complicada da sociedade civil, são como os raios de luz, que, passando por um meio tempo, se refrangem e apartam da sua direcção rectilínea. O géometra faz os seus cálculos sobre diagramas matemáticos; mas o engenheiro e maquinista, nas obras práticas, atende aos obstáculos e atritos físicos».

cunstâncias e consequências, intentam adoptar economias particulares de alguns Estados, posto que de boa, ou melhor, constituição, na direcção da sua geral indústria, quando aliás estas não podem ter cabimento em país diferentemente circunstanciado. Até no sistema planetário, os astros têm movimento mais acelerado, ou retardado, em as respectivas órbitas, em proporção que variam em densidade, e distância do Sol. Estas particularidades servem a escusar as anomalias que se encontram em países cultos, e de sábios governos, que não podem de salto reformar antigas irregularidades da economia política de seu país, pela prudente atenção à rudeza dos povos, e circunstâncias locais. Isto se explicará mais extensamente, quando se tratar dos vários sistemas económicos.

A *economia pública*, ainda que às vezes se confunda com a *economia nacional*, ou *economia do Estado*, contudo em mais especial sentido se entende pela política administrativa das câmaras, ou concelhos das cidades e vilas, que têm a delegação do soberano para promoverem as artes ordinárias, e a abundância dos géneros necessários à vida, no seu distrito.

Tem-se confundido a *política* com a *economia política*; o que tem sido causa do atraso e desfavor desta ciência.

Distingue-se a *economia política* da ciência da *política*, em que esta (propriamente dita) tem por immediato objecto o estabelecimento da soberania, e da subordinação civil, a forma do governo, e a organização da força pública em qualquer nação; e se propõe conservar e transmitir a Constituição do Estado, firmando e estendendo, quanto é possível, o influxo e poder nacional sobre os outros Estados. Demais: a política compreende todas as partes da *ciência do Governo*, e consequentemente o estudo da *lei das nações*, ou *direito das gentes*.

Sem dúvida a economia política é colateralmente ligada à política: mas a sua esfera é mais circunscrita; pois o seu directo e immediato objecto é promover a *indústria* e *riqueza nacional* (do modo dito): e o da política, é prover à *segurança, independência e força do Estado*. Além de que a política é mais um sistema de prudência prática, falível, sujeita à variedade dos tempos, e acidentes imprevistos, do que uma teoria regular, fundada em princípios constantes. Hume judiciosamente observou, que nenhuma ciência humana é mais sujeita a erros de péssimas consequências, que a política; pois ainda as suas máximas mais plausíveis na aparência occasionam desordens e desgraças, que até põem em perigo os Estados, e às vezes occasionam a aniquilação dos governos estabelecidos. Daqui tem resultado haverem-se perdido reinos e impérios, pelo empenho de se tentar engrandecer a sua potência exterior, ou alterar a antiga constituição, leis fundamentais, e os forais, ou privilégios da nação. Ao contrário, nunca se perdeu Estado algum, nem deixou de ser rico, populoso, e próspero, por executar os capitais princípios de economia política,

que, em última análise, se reduzem a *dar o Governo a maior segurança, às pessoas, propriedades, e racionável franqueza e garantia às convenções, e a mais extensa e liberal correspondência mercantil com todo o mundo*. Estes princípios são aplicáveis a todas as formas de governo.

Ainda que se deva consultar a política ilustrada nos estabelecimentos e regulamentos económicos de cada nação, e seja às vezes forçoso modificar e restringir os *princípios da economia política geral* para o bem comum do respectivo Estado; contudo convém sempre ter em vista esses princípios, como o padrão fixo, e, por assim dizer, a *Estrela Polar*, nas operações dos legisladores, e administradores; visto que a boa ordem, segurança, e independência de cada nação, dependem essencialmente do progresso da indústria, riqueza, e prosperidade pública. A necessidade de subordinar a riqueza nacional à segurança e independência do Estado, não justifica as monstruosas irregularidades, que se vêem nos países, que muito se apartaram dos ditos princípios; antes a falta de sua observância, seja por más leis, seja por abuso dos executores, insensivelmente diminue as forças vitais da constituição, e prepara a sua ruína. Da observância dos mesmos princípios depende a justiça universal.

Assim como nas viagens do Atlântico, posto se dêem descontos às experimentadas variações da agulha de marear, e às declinações do pólo, é todavia sempre indispensável que o piloto se governe pelo astrolábio, e não perca por muito tempo a vista do Sol, e de certas estrelas, e que além disto observe as capitais regras da ciência náutica, sob pena de falsa derrota, e submersão; igualmente importa, que os governos sábios, quanto mais é possível, se esforcem, na economia de seus Estados, por se aproximarem à exacta e constante observância dos fundamentais princípios da economia política geral. Isto é mui digno de se notar, para que não se opine ser esta ciência mera *casuística*.

Há outro critério infalível para se conhecer da superioridade da economia política particular de uma nação a respeito das outras; e vem a ser, a sua liberal legislação, e administração, isto é, a estabelecida em modo, que promova o interesse do Estado na maior possível harmonia com o das diversas ordens do país, e das outras nações, e com a menor possível restrição da liberdade civil dos povos, quanto é compatível com o evidente interesse público.

A economia política particular não se deve confundir (o que é frequente) com a *economia rural*, que tem por objecto a agricultura, nos seus diversos ramos de criar, plantar, minerar, pescar, etc.

A economia política geral não examina os meios particulares de prosperar qualquer espécie de indústria útil: isso excede a capacidade de inteligência finita: o maior talento, e estudo não bastaria para bem se entenderem e aplicarem os meios com que se obtêm as produções

da décima parte das artes mais indispensáveis⁴: ela só inquire os *princípios da civilização*, que se deduzem das leis fundamentais do sistema social, ou ordem civil, que a razão e experiência mostram serem os verdadeiros para bem se excitar e dirigir a geral indústria de cada nação, a fim de se constituir a mais produtiva que ser possa, e os seus frutos serem progressivamente acumulados, e com a maior rapidez e equidade distribuídos a todos os habitantes do Estado.

Deve-se ainda distinguir a economia política da *economia doméstica*. Esta tem por objecto a direcção da indústria de cada pessoa, ou pai de família, em modo que possa ter o maior produto do seu trabalho, ou negócio, com progressivo excedente do seu rédito ao seu consumo. Aquela porém não tem por objecto a riqueza dos particulares, mas só a riqueza da nação, para a competente abastança de todos os membros que a compõem.

Convém advertir no erro vulgar, que confunde a *verdadeira economia* com a *mera parcimónia*, e menos ainda com a sórdida avareza dos indivíduos em acumular bens da vida, e entesourar o dinheiro. Há verdadeira ciência tanto em produzir, como em saber acumular, e dispende.

O termo *economia* presentemente se aplica a vários objectos; e se diz *economia de trabalho economia de tempo* para se exprimir a habilidade de se fazer qualquer coisa com o menor trabalho, e no menor tempo. Diz-se também *economia da verdade* para significar a prudência de se comunicar qualquer verdade com circumspecta atenção aos homens, tempos, e lugares. Diz-se finalmente *economia da providência*, entendendo-se o complexo das leis da dispensação do Criador a respeito da espécie humana.

As nações cultas se distinguem, mais ou menos, a esse respeito, em proporção que aí, mais ou menos, se conhecem e se guardam aquelas leis. Vê-se visível fluxo e refluxo de população e prosperidade em quaisquer países, conforme a alternativa de maior ou menor observância das mesmas leis. Nos Estados principais da Europa, pela melhor inteligência e observância das leis do sistema social, quase cessaram as epidemias que frequentemente exteminavam imensa população; entretanto que na Turquia, pela desordem do governo, e ignorância dos povos, tais flagelos continuam a produzir os seus terríveis efeitos. Enfim notam-se países naturalmente mais favorecidos pela natureza, serem inferiores em riqueza, população, e força política, a outros destituídos de iguais vantagens, só pela diferença do seu sistema económico, e menor observância das leis fundamentais do sistema social.

⁴ Cada ramo de indústria, e trabalho, particular e público, tem a sua economia privativa para conseguir bom efeito. Assim se diz economia comercial, náutica, militar, académica, etc.

É vão esperar, que as nações cresçam em riqueza, gente, e felicidade, quando não estão convencidas da necessidade de conhecer e executar tais leis, e exigem que o Eterno Legislador as altere em favor dos infractores. O *autor do Espírito das Leis* egregiamente argue a temeridade dos que assim fantasiam. Diz ele «O nosso orgulho nos faz crer, que somos entes assás importantes para que o Ente Supremo, por satisfazer a nossa vontade, altere o plano que decretou. Pensamos que a nossa nação, e a nossa polícia, é a mais predilecta da Divindade. Queremos que o Regedor do Universo seja um soberano que obre por parcialidades, e que faça graças especiais, declarando-se em favor desta ou daquela criatura, ou terra, e que se compraza da espécie de guerra que resulta da beneficência exercida com um Estado em ruína de outros».

A economia política da nação que for mais conhecedora e executora das leis fundamentais da ordem civil será a mais produtiva de riqueza e prosperidade dos povos, e da estabilidade dos Estados.

CAPÍTULO II

Da existência das leis fundamentais do sistema social, ou ordem civil

O universo criado é um sistema, organizado de partes, que estão em harmonia entre si, e com o *Grande Todo*, e é regido por leis imutáveis da ordem cosmológica, que a Inteligência Eterna determinou, e que invariavelmente se executam no mundo físico. A constância e imutabilidade dessas leis é o fundamento de todos os nossos conhecimentos. Entrando a espécie humana naqueles sistemas, não pode deixar de ser sujeita a essas leis, e observá-las na sociedade civil, para sua própria felicidade, e progressiva perfeição de sua natureza.

Como a *astronomia* inquire as leis que regem as órbitas dos astros no sistema planetário; e a *zoonomia* investiga as leis da vida dos animais; assim também a *economia política* examina as leis que o Autor da natureza estabeleceu no sistema social, ou ordem civil, para a subsistência, multiplicação, e prosperidade dos homens, desenvolvendo eles as suas *qualidades sociais, e faculdades do espírito e corpo*.

Ainda que os homens pelo dom, do livre arbítrio, que também lhes foi dado pelo Criador, possa, de facto, violar as ditas leis, e, em consequência, esteja na sua mão escolher entre a prosperidade e miséria, ou elevando-se à dignidade de que é capaz na escala dos entes racionais, ou aproximando-se à categoria dos irracionais pelo abuso de suas potências, contudo nenhum pode assim proceder com impunidade.

O Criador, para dar efeito às suas leis, as sancionou com *penas* proporcionais aos graus de violação das mesmas leis. Estas penas são, ignorância, enojo, indigência, fome, dor, morte; ou contínuo desassossego, susto, e perigo da vida, ténue multiplicação, guerra, instabilidade das associações civis. Facilitou porém a observância das mesmas leis, dando *prêmios* aos que as perscrutam, e se distinguem na sua observância, amplificando-lhes a inteligência, e, com ela, o necessário, cômodo, e grato à vida; e também a sua influência na prosperidade do próprio país, e ainda de toda a sociedade civil, desfrutando pelo comércio franco, com muito menos seu trabalho, mais abundantes e variados produtos da terra e indústria dos mais países.

A operação daquelas leis, e de suas sanções penais, é visível em todos os séculos e Estados. Vemos hoje imensos países cheios de matos, pântanos, feras, desertos, e barbarismos, onde antigamente existiram impérios do Oriente e Ocidente, que produziram grandes mestres nas artes, e ciências, e muito influíram no progresso da civilização. Ao contrário, vemos hoje países antes selvagens e incultos, que, adquirindo sólidos conhecimentos das ditas leis, e segurando os respectivos governos a sua observância com bons institutos e regulamentos, subiram, com velocidade acelerada, à grande riqueza, população, prosperidade, e potência política.

CAPÍTULO III

Da fundamental lei económica

O Autor da natureza deu aos homens, em comum com os irracionais, os instintos de sua conservação, e propagação; mas, a respeito de exercê-los parece ter disposto plano diverso, destinando, que a subsistência, multiplicação, e prosperidade da sua espécie, se devessem principalmente à própria energia mental, desenvolvendo-se a faculdade da inteligência na sociedade civil, pela fiel cooperação de seus semelhantes. Esta espécie de criatura é muito singular, e parece formada de salto, quebrando-se a *cadeia*, ou *lí da continuidade*, que é visível nos outros entes dos três reinos da natureza⁵.

A respeito dos irracionais, deu a cada espécie seu vestido, armamento, e esforço particular, para certos actos conducentes à sua existência, e propagação; e os constituiu por pouco tempo dependentes dos pais, pondo-os logo em estado de buscarem com o próprio

⁵ Os limites dos *litófitos* e *zoófitos* são demonstrados pelos naturalistas no reino mineral e vegetal: porém ainda o mais estúpido selvagem é muito superior ao *ourang-tang*.

trabalho o necessário à vida. Também lhes adiantou o fundo de subsistência, acomodação, e obra privativa, dando-lhes irresistíveis impulsos para diligenciarem os alimentos e abrigos mais adequados à sua constituição; mas só deu-lhes a faculdade de os procurar, mas não de os fazerem produzir e trocar. Podem também disfrutar o que eles, ou seus pais, têm anteriormente acumulado para o próprio sustento e uso, mas não podem ser, regular e grandemente, supridos pelos frutos dos trabalhos dos outros animais, ainda da mesma raça. Posto que alguns, sejam capazes de fazer certas obras, todavia sempre operam de modo uniforme, e sem considerável adiantamento, derivado da sagacidade e experiência dos indivíduos da sua casta. Além disto os indivíduos de todas as espécies de animais, ainda que mostrem alguma diferença em cores e figuras, todavia não manifestam notável variedade de naturais *gênios* ou talentos. Enfim todos os seus instintos estão de tal modo regulados, que os impelem a viver e propagar com certeza a seu fim, sem poderem errar do destino.

Porém, a respeito dos homens, o Criador não só os fez nascer nus, desarmados, fracos, e absolutamente dependentes dos pais, para a subsistência, defesa, acomodação, ensino, e confortos da vida, e isto por longo tempo de menoridade, sendo, entretanto que crescem, e adquirem força de corpo e espírito, expostos à inclemência das estações e climas, ao assalto dos animais, e a dolorosas e fatais experiências das coisas nocivas à sua vida, estando, por assim dizer, à mercê de todas as criaturas; mas também não lhes deu abundante quantidade de bons, criativos, e saborosos alimentos (pois em nenhuma parte jamais se viram campos de vasta espontânea produção de trigo, vinha, oliveira, e substâncias esculentas, ou alimentárias; nem tão pouco rebanhos de gado manso, nem óbvios vestidos, abrigos, instrumentos, e mais bens necessários à própria manutenção, acomodação, e segurança), antes os deixou cercados de perigos da concorrência dos animais, que também porfiam em se manterem do escasso suprimento comum, que a terra apresenta. E a maior parte desse *fundo natural* e comum é grosseiro, e carece de muitos preparos e transportes, que se não podem fazer sem exteriores instrumentos, que acham, ou inventam, antes que se constitua em estado de ser-lhes útil.

Deu-lhes porém um vasto, e quase inexaurível, património, e, por assim dizer, *indefinida verdade em esperança*, tanto na geral faculdade do *entendimento*, como no especial génio ou talento, com que distinguiu a muitos (senão a todos) os homens. Este dote capital exuberantemente compensa as ditas desvantagens; e, conferindo aos homens o império sobre a terra, os constitui em imensa superioridade, não só sobre os animais, mas também sobre todos os indivíduos da sua própria espécie que não cultivam o entendimento.

Em virtude deste dote, podem multiplicar as produções vegetais e animais necessárias à sua existência, regulando, em exactas proporções,

as culturas e criações, ainda dos entes da própria espécie; e igualmente fazer obras de muita variedade e perfeição, para seus usos, e gozos. Assim podem adquirir e acumular, indefinidamente, os suprimentos que precisam e desejam, e conseqüentemente ter riquezas.

Porém o Criador fez depender o progresso possível da inteligência dos homens, e conseqüentemente de sua riqueza, e prosperidade nesta vida, de uma condição essencial, isto é, de se comunicarem e cooperarem na cultura das terras, inquirirem e observarem as leis cosmológicas, imitarem a obras da natureza, e viverem em paz, justiça, mútua ajuda, e troco dos frutos da respectiva terra e indústria; escolhendo cada um o gênero de emprego a que o gênio o inclina, ou racional árbitrio faz escolher, consultando as naturais vantagens pessoais, e as circunstâncias dos respectivos territórios. Parece assim ter procedido a respeito do homem (que constituiu a criatura preeminente deste globo) à semelhança de um pai sábio, que reconhecendo insigne habilidade, e extraordinário talento, em algum dos filhos, apenas lhe adianta o primeiro ténue fundo, como viático de sua peregrinação, e dando-lhe regimento, ou instruções elementares, para principiar a sua vida, e aspirar a grande fortuna, o expede a correr o mundo, certo de sua vindoura prosperidade e fortuna, pelo gradual desenvolvimento das potências, do espírito e corpo; dando-lhe o conselho de não fazer força a ninguém, salvo em natural defesa; unir-se, quanto mais for possível, a todos os homens bons, inteligentes, e prestativos; e manifestar activa benevolência a seus semelhantes, desenvolvendo progressivamente a sua *sociabilidade*, e *racionalidade*, para que todos os instintos humanos contribuam.

Para fazer o mais produtivo possível o dote do entendimento, o Criador deu, como dotes auxiliares, a todos homens os seguintes atributos, e instintos: 1º livre árbitrio na escolha de suas acções e occupações: 2º curiosidade de correrem a terra, examinarem as suas produções, e saberem dos sucessos de seus semelhantes: 3º desejo de gozo, e insaciabilidade de bens terrestres: 4º contínuo esforço de melhorar de condição: 5º esperança na sua boa fortuna, para vencerem perigos e obstáculos à sua felicidade, e destinadas empresas: 6º emulação de exceder cada pessoa a seus competidores e rivais, em habilidade e perfeição de obra, tendo confiança na própria capacidade: 7º energia de indústria, em proporção da certeza, ou maior probabilidade, de se apropriarem, e livremente disporem, o produto do respectivo trabalho: 8º repugnância ao trabalho mecânico, maiormente o duro, penoso, contínuo, e contra o seu gênio e árbitrio, e muito mais o obrigado pelo *poder da força*: 9º porfia em diminuir ainda o trabalho escolhido, por via de instrumentos dos agentes da natureza, observando o como esta *universal obreira* desenvolve, e exerce as suas forças produtivas de qualquer efeito: 10º timbre de independência de mercê alheia: 11º ressentimento de injúria para resistirem ao ofensor: 12º

impulso de sociabilidade para tratarem com todos de quem não se receia dano, e trocarem reciprocamente os frutos da respectiva terra e indústria.

Cada pessoa pode ser testemunha e juiz da existência, e operação destes gerais atributos e instintos dos homens. E como se acham, mais ou menos, explícitos e activos em todos os países, em proporção do progresso da civilização e inteligência, é incontestável, que são partes integrantes da constituição humana, e que o seu complexo entrou no sistema social, e natural lei económica⁶.

Já na Parte I destes *Estudos* Cap. III, pag. 40, indiquei a que também parece ser lei da natureza, para desenvolver a *sociabilidade*, e *racionalidade* dos homens, a saber, a variedade das produções e climas, que funda a dependência comercial de todas as regiões da terra.

CAPÍTULO IV

Da lei do trabalho

O Conde de Lauderdale na sua obra da *Inquirição da Natureza e Origem da Riqueza Pública* no Cap. 3º das *Fontes da Riqueza*, na pag. 183 transcreve a *lei penal* do Génesis Cap. 3º, que o Criador impôs aos nossos primeiros pais, e neles à própria descendência, pela culpa original da desobediência à sua ordem no paraíso, obrigando-os ao duro trabalho da cultura da terra, para poderem viver, e multiplicar-se, comendo o pão com o suor do seu rosto. Aquela lei não pode deixar de ser observada por todos os homens, para saírem do estado selvagem, crescerem, civilizarem-se, e terem grande cópia dos bens da vida; mas isso supõe progressivo desenvolvimento de inteligência, e indústria, para se descobrirem e multiplicarem as plantas que dão o alimento, e extraírem da terra as matérias das obras necessárias a seu vestido e abrigo, e com especialidade, e antes de tudo, os instrumentos de cultura, e defesa.

Da dita Sagrada Escritura não consta, que por aquela pena o espírito humano fosse privado do seu nobre dom de ter sido criado à imagem e semelhança da Divindade, de que (se é lícito dizer) se mostra como *miniatura* neste globo, cujo império lhe foi dado, para o fazer florescer, e aformosear; o que se pode conseguir, se os homens bem observarem as leis do sistema social, reconhecendo o império do Supremo Fundador e Regedor da sociedade.

⁶ Na Parte XI destes *Estudos* se indicarão os métodos do *Ensino da Natureza*, para os homens desenvolverem as potências do entendimento.

A observância da mesma lei será mais exacta, e consequentemente mais produtiva de bens da vida, quanto mais os homens exercerem as suas *qualidade sociais*, e *faculdades racionais*; quanto menos se contentarem de viver dos espontâneos produtos da terra; e quanto superior diligência empregarem em descobrir e inventar instrumentos, e métodos de diminuir seus trabalhos penosos, valendo-se das *potências produtivas* da natureza, inquirindo as suas leis físicas, e as vias com que ela opera na produção dos fenómenos da produção, forma, e transferência das coisas. A miséria do estado selvagem existe como exemplo de terror aos povos, vendo-se que nele não se executa aquela dita primordial lei pragmática, não se cultivando as terras, não se comunicando os homens, nem procurando o auxílio de suas tarefas no que se pode dizer *trabalho da natureza*.

Não obstante as desordens que se acham ainda no estado civilizado, onde as *qualidades sociais*, e *faculdades racionais*, não têm o possível desenvolvimento, a mesma lei tem mui geral, se não perfeita, observância. E posto que, pela inércia do corpo, e sensibilidade animal, os mais favorecidos da fortuna façam, quanto possam, por evadirem a mesma lei, contudo, em seus vãos empenhos, e maus empregos da própria inteligência e indústria, dando carreira às paixões irracionais, se não comem do suor de seu rosto, pode-se com razão dizer, que ainda mais penosamente vivem do *suor do seu coração*⁷.

Sobre este assunto transcreverei a seguinte passagem de um excelente escritor inglês William Brown, no seu *Ensaio sobre a Existência do Supremo Criador*, dado à luz em 1816, que teve o prémio de três juizes eleitos em três universidades de Inglaterra. Assim diz: «A sentença de Deus pronunciada contra Adão depois da sua queda *comerás o pão com o suor do teu rosto* tem sido executada em toda a sua extensão, ainda que em diferentes maneiras, conforme as diferentes situações e circunstâncias do género humano. As classes inferiores da sociedade, em todos os séculos e países, executam literalmente aquela lei. Os das classes médias, e, de ordinário, as mais inteligentes, são felizmente obrigadas a fazer escolha de alguma profissão, que requer aplicação, indústria, sagacidade, conhecimento, e prudência, e que é útil à comunidade. As classes ricas, e elevadas pela sua dignidade, ou distinção hereditária, sendo excitadas pela sua ambição, ou seu desejo de prazer, a se empenharem em empresas, muitas vezes tomam ocupações mais laboriosas e fatigantes que as tarefas ordinárias da vida, que lhes extraem o suor de cada poro. Os príncipes e os grandes da terra muitas vezes empreendem contendas, guerras, e devastações, que os fazem suar mais severamente, que os seus vassallos oprimidos pelos mais duros trabalhos.

⁷ Tacita *sudant* praecordia culpa [Suam com uma secreta consciência de culpa], Juvenal, *Sat.* I, vers. 167.

CAPÍTULO V

Das fontes da riqueza das nações

O globo que habitamos, é a real fonte da riqueza da sociedade; visto que nele existem os produtos dos três reinos da natureza terrestre; e se pode considerar como o laboratório e armazém físico de todas as coisas, e matérias de todas as obras que dão a abundância do necessário, cómodo, e grato à vida dos homens.

Divide-se em terras, e águas. Ainda que as terras contenham os fundos da maior abundância dos bens da vida, contudo os rios, mares, e lagos, que as cercam, mui consideravelmente contribuem com produções privativas para os alimentos, e outros suprimentos da sociedade; além de serem o mais fácil veículo para a comunicação das gentes, e comutação dos frutos dos respectivos territórios e trabalhos.

Vulgarmente se diz que a agricultura, fábricas, comércio, navegação, minas, pescarias, e salinas, são as fontes da riqueza nacional. Mas são mais propriamente ramos da geral indústria, do que as fontes da mesma riqueza. Pode-se contudo assim intitular, por serem os trabalhos empregados em tais objectos os que fazem mais produzir e extrair das terras e águas as riquezas que o autor da natureza nelas depositou.

Convém aqui desde já notar o erro dos economistas da França, quando dizem, que *toda a riqueza vem da terra*. Isto é incontestável verdade entendendo-se esta por todo o globo habitável, e não só pelo território de cada nação, como dos ditos economistas pareciam insinuar; e por isso sustentaram o outro paradoxo, que todo o imposto é enfim pago pelo produto líquido, ou renda da terra dos proprietários de qualquer nação. Porque, em proporção que uma nação tem mais extenso comércio com as outras nações, e tem superior inteligência e indústria; tanto pode, atrair com menor quantidade do próprio trabalho, maior abundância dos produtos da terra e indústria dos outros países, e tanto, pela mesma razão, pode pagar com superior facilidade os encargos do Estado. Isto melhor se discutirá na Parte XII destes estudos.

Mr. Carnard na França, e Lord Lauderdale em Inglaterra, dizem ser as fontes da riqueza das nações *terra, trabalho, e capital*.

Este último escritor (pag. 122 a 225) entende *capital* em sentido restrito, dando esse título somente aos instrumentos de abreviar, e aliviar os trabalhos dos homens. Diz ele, que o primeiro pau ou pedra de que o selvagem se apoderou, e empregou para fazer alguma obra, foi também o primeiro capital da respectiva tribo; que os capitais das nações são de igual origem, e fim. Porém *capital* é todo o fundo acumulado, que provém da terra, e que tem por *causas* inteligência, indústria, e trabalho.

Suposto o dito perspicaz economista inglês Lauderdale não subisse à original causa da riqueza da sociedade, pois que, ainda naquela sua hipótese, o capital que explana, é já um objecto derivativo, e mero efeito da inteligência dos homens; contudo viu, de modo mais explícito que nenhum dos seus precurssores, o *princípio transcendente de economia política*, observando na pag. 161, que *há certo uniforme instinto, e constante esforço dos homens em suplantarem, por meio de capital, uma porção de trabalho, que aliás se deveria fazer pela sua mão; ou de executarem por tal meio uma porção de trabalho, que está fora do alcance do seu pessoal esforço poder fazer*: e na pag. 303 diz: *a universal opulência da sociedade civilizada deve-se atribuir a duas circunstâncias, ambas peculiares e características da espécie humana: 1ª o poder que o homem possui de dirigir o seu trabalho aos objectos de aumentar a quantidade, e melhorar a qualidade das produções da natureza: 2ª o poder de executar e suplantar trabalho por capital*. Depois assim reflecte: *Como estas grandes fontes dos melhoramentos humanos, são comuns a toda nossa espécie, vem a ser interessante objecto de indagação averiguar. Porque todas as nações civilizadas não tem derivado igual benefício delas? e quais são as circunstâncias, que retardam o progresso da indústria em alguns países, e guiam a sua direcção em todos?*

A resposta (digo) é peremptória não se tem ainda reconhecido, que a *inteligência* é a que dá, aumenta, e bem dirige a geral indústria; e que a inteligência só se pode bem desenvolver observando-se a *lei da sociabilidade*, que é da constituição humana.

CAPÍTULO VI

Das causas da riqueza das nações

Inteligência, indústria, e trabalho, são as causas da riqueza das nações; e, nesta ordem, se proporcionam os seus efeitos, isto é, a maior abundância do necessário, cómodo, e grato à vida.

A experiência mostra, que a actividade da indústria das nações se comensura aos graus de sua inteligência, não só no governo, que, por boa legislação e administração, anima a geral indústria, mas também no corpo do povo em toda a espécie de seus trabalhos, pela sua mais adequada escolha, e melhor direcção, com que se diminuem os riscos de se malograr o fim destinado, e se alcança maior e mais perfeito produto. Quanto maior for a inteligência desenvolvida em qualquer nação, tanto mais enérgica será a sua indústria, e mais produtivo o seu trabalho. Então não haverá razão de receio de que falte emprego necessário a se obterem os mais indispensáveis e inocentes bens da vida. Isto exige explanação. Principiaremos por bem fixar a natureza da riqueza

das nações, e as ideias relativas às ditas causas, que se têm identificado, ou confundido. Propriamente *inteligência* é o conhecimento das causas, efeitos, e consequências das coisas; e bem assim dos expedientes de proporcionar fins a meios para terem as empresas conveniente resultado. *Indústria* é a energia e constância dos homens em suas operações penosas, para vencerem obstáculos, e não descorçoarem com os perigos e sinistros. *Trabalho* é o exercício mecânico do corpo, com que se executam deliberadamente essas operações.

CAPITULO VII

Das opiniões sobre a causa principal da riqueza das nações

Os escritores economistas da Antiguidade, substancialmente seguidos no século passado pelos escritores da chamada *seita fisiocrática* da escola de Mr. Quesnay, vendo, que a *Terra* é o armazém, fundo, ou manancial, das produções de todos os reinos da natureza, e que está por si mesmo continuamente brotando e criando vegetais, e animais, e compondo substâncias úteis à sociedade, ainda que o homem a não cultive; que este não pode ter os gêneros de subsistência, e os materiais de quaisquer artes, se os não extrai daquela matriz; e que a população, e a sua ocupação, em toda a parte se proporciona aos meios de subsistência e obra; estabeleceram como *princípio fundamental econômico*, que a *agricultura é a principal causa da riqueza das nações*, e que portanto o Estado que possuísse mais extensas, férteis, e melhor cultivadas terras, teria a mais numerosa e robusta gente, e consequentemente a maior riqueza nacional.

Outros reflectindo, que a extensão, fertilidade, e mais vantagens naturais da terra, não decidem da riqueza do Estado respectivo, como principalmente se vê na África e América; e que além disto poucas são as produções, que a terra dê logo em estado de se gozarem; e que, para a colheita e multiplicação destas mesmas, e muito mais para o progresso da agricultura, se carece de muitos instrumentos, que só as artes fabris e manufactureiras fornecem; e que quase toda a inumerável cópia de bens da terra, de que o homem pode tirar proveito, requer muitas preparações para obter o seu destino, e que, sem isso, tais bens seriam *inutilidades*; e não riquezas; mostrando-se evidentemente, que a agricultura é também uma arte, que se compõe, e é precedida, e auxiliada por muitas outras artes e ciências; notando-se finalmente, que os povos dados só, ou principalmente, à agricultura, e artes vulgares, sem o auxílio e concurso de inumeráveis úteis ramos de indústrias e manufacturas superiores e refinadas, foram sempre mais pobres, e menos civilizados, em comparação dos que mais se avantajaram nestes outros exercícios,

que poderosamente influem sobre a agricultura, e todo o género de manufacturas; sustentaram como *princípio fundamental económico*, que as *artes e as fábricas são a principal causa da riqueza das nações*, e que portanto o Estado que tivesse mais indústria fabril e manufactureira, e mais artistas e fabricantes, daria a lei a todos os países, e imporia real tributo aos respectivos habitantes, os quais, pelos irresistíveis impulsos da civilização, seriam incitados a lhe demandarem as obras de mil labores esquisitos; e assim obteria ele inexaurível emprego, e suprimento do respectivo povo, e o maior possível esplendor, e poder.

Vários considerando, que os produtos da agricultura, artes, e manufacturas, têm pouco, e muitas vezes, nenhum valor, quando não têm extenso comércio, (terrestre e marítimo) e proporcional número de seus agentes, que investiguem os lugares das produções naturais e artificiais, e as transportem dos lugares em que abundam para aqueles onde faltam, e se demandam; além disto mostrando a experiência de todos os séculos e países, que o *extenso e bom mercado* é o que mais estimula e anima a geral indústria dos agricultores e artistas de todos os géneros, para multiplicarem as produções, e aperfeiçoarem as obras respectivas, pela certeza de não perderem os frutos de seu trabalho, e serem os empregos dos respectivos braços e capitais competentemente sustentados pela segura venda, e convinável ganho das mercadorias; de sorte que, não havendo quem transporte, e distribua onde convém, os géneros que superabundam em uma parte, e se precisam em outra, onde se pode pagar, pelo menos, o seu justo preço, ou o *custo da produção*, logo eles perdem de valor, aniquila-se, ou estreita-se, a respectiva reprodução, limitando-se esta necessariamente ao consumo do lugar e vizinhança, apenas com alguma reserva para as faltas extraordinárias, de que resulta movimento retrógrado, e aceleradamente retardado, da geral indústria; finalmente manifestando-se pela história, que ainda países pequenos, pouco populosos, e com ténues meios, só por serem marítimos, e se applicarem mais, ou principalmente, ao tráfico mercantil, e à navegação, muito se enriqueceram, e subiram a grande potência política sobre nações aliás de grandes e férteis territórios, de habitantes, numerosos, industriosos, e de muitas vantagens naturais, porém menos inclinados ao comércio, e à navegação, chegando até a aspirarem ao império do mar e terra, sem outros limites que o oceano, e regiões inabitáveis⁸; assentaram por *princípio fundamental económico* que o *comércio* principalmente o *estrangeiro*, é a *principal causa da riqueza das nações*; e que portanto o Estado que tivesse maior comércio interior e exterior seria o mais civilizado, rico, feliz, e predominante.

Veio Smith (que fez época na história da ciência económica) e subindo a princípio mais compreensivo, estabeleceu, que o *trabalho*

⁸ Imperium Oceano, famam quae terminet astris [O poder do Oceano, uma fama que (Júlio) delimita por meio dos astros], Virgílio.

era o fundo original da riqueza da sociedade; e que a *divisão do trabalho* era o eficaz meio que aumentava indefinidamente as suas *potências produtivas*, e com ela fazia brotar todas as artes e ciências. Ele disse 1º que os antecedentes escritores tinham visto o sistema social com parcialidade, e prevenção; e que nenhuma nação havia jamais tratado com a devida igualdade toda a sorte de *indústria útil*: 2º que a agricultura, artes, e comércio, eram meras *divisões de trabalho da sociedade*, ou *diferentes ramos de indústria*; sendo na verdade todos esses exercícios mui necessários, ou convenientes, mas ligados entre si; porém que, se um país, ou indivíduo, deveria antes preferir qualquer daqueles ramos de indústria, ou em que proporções, convinha deixar-se isso à vigilância do *interesse particular*.

Porém ainda resta inquirir: que princípio é o que faz ser o trabalho menos penoso, a sua divisão mais conveniente para ser a geral indústria mais bem dirigida, e as suas potências mais produtivas?

CAPÍTULO VIII

Da natureza da riqueza das nações

Ainda que, em senso comum, ninguém confunda a riqueza com a pobreza, contudo nisso estranhamente se nota, não menos no vulgo, que nos escritores de economia política, disparidade de opiniões, e confusão de ideias. É todavia importantíssimo ter-se justo conceito sobre esta matéria; pois que um dos mais prejudiciais erros na economia dos Estados é a falta de conhecimentos exactos a este respeito. Muitos regulamentos, destinados aliás a promover a riqueza nacional, têm por isso tido perniciosos efeitos.

Jamais se deve confundir a *riqueza nacional* com a *riqueza individual*; esta pode ser, e muitas vezes é, à custa e com ruína daquela.

Se se perguntar a qualquer pessoa: que entende pela riqueza nacional? responde logo, que *riqueza* e *moeda* é uma e a mesma coisa; e que cada Estado, bem como cada indivíduo, é rico ou pobre, em proporção que tem mais dinheiro, e metais preciosos de ouro e prata, que dizem ter valor intrínseco; dirá que o dinheiro é o entermeio de todos os tratos; é o produto preferido, e da geral estimação em todos os séculos e países; e que, tendo-se ele, podem-se ter todos os mais bens. Tal é quase a linguagem geral das praças. Não se tem advertido, que essa espécie de riqueza faz pequena parte da riqueza nacional: e que, no progresso da civilização, se admitem substitutos de *papel de crédito*, com igual ou superior vantagem, em proporção da mútua confidência, e justiça dos povos, e actividade de seu comércio.

A riqueza nacional é a abundância das coisas necessárias, cómodas, e gratas à vida, que pertencem a algum Estado. Ela consiste na soma de todos os bens que se dizem de *raiz*, e *móveis*, que constituem a *propriedade* particular, e pública do mesmo Estado. Assim ela compreende a *propriedade territorial, mobiliar*, e toda a sorte de *fundos e capitais*, que se dizem *fixos e circulantes*, cujo destino é fornecer os artigos do consumo, uso, e gozo dos homens, e facilitar a sua futura produção.

Alguns escritores consideram que a riqueza nacional consiste na soma das coisas que não são do estreito necessário à vida; visto que não se considera qualquer indivíduo rico, que mal tem o indispensável à existência; o que também parece aplicável a qualquer Estado. Na verdade, como a riqueza é um *termo relativo*, que admite latitude de mais ou menos, e os homens não vivem só do pão, mas também dos cómodos, e gozos da vida, e até (como vulgarmente se diz) do pasto do espírito⁹, isto é, da instrução, que faz desenvolver as qualidades e faculdades sociais e racionais; por isso, no cálculo da riqueza das nações, se considera um Estado mais ou menos rico, em proporção que o corpo do povo pode ter mais cómodos, e gozos, e mais facilidades de ulterior e indefinida acumulação de capitais físicos e científicos.

Isto contudo não pode obstar a que se compreenda no inventário da riqueza nacional aquela porção de fundos destinados ao suprimento geral, ainda do *estrito necessário* dos indivíduos das infimas classes: não só porque, em todos os países, tais fundos constituem mui quantiosa soma de valores; mas também porque a razão e a experiência mostram, que, ainda no progresso da civilização, não pode haver regular abundância e certeza desses idênticos fundos alimentários, sem que preexista grande soma de capitais, e de muitos empregos de indústria dos que vivem das obras de seus braços e engenhos, e donde resultam muitas espécies de riqueza, que abrangem os artigos de luxo, pelas necessárias subdivisões do trabalho entre o campo e a cidade, cujos habitantes se devem (por assim dizer) *dar as mãos*, a fim de que os produtos das respectivas indústrias sejam os mais convinháveis, e equivalentes.

Os economistas da escola de Mr. Quesnay dizem, que a riqueza nacional não consiste na abundância das coisas, mas no seu valor venal, isto é, no preço que podem ter no mercado interior e exterior. Não advertiram, que aquele valor das coisas, maior ou menor, depende da *dificuldade* ou da *facilidade da produção*, ou, em outros termos, da maior ou menor *quantidade de trabalho*, e que as nações, e igualmente os indivíduos, são de tanta mais próspera condição, quanto mais podem ter os bens da vida com o menor possível *custo da produção*.

⁹ Quanto mais civilizadas são as nações, tanto mais sentem a necessidade de ler e instruir-se. Em várias nações mais distintas da Europa até não se perde tempo no almoço e merenda, lendo-se entretanto periódicos. Nas comunidades religiosas dá-se alguma *instrução religiosa* no acto do refectório.

CAPÍTULO IX

Da riqueza essencial das nações

Produto da terra é o fundo primordial e constante da subsistência e indústria dos homens, bem como dos animais. Por isso bem se pode dizer, que os homens são igualmente *produtos da terra*. O seu número se proporciona e limita pela possível quantidade dos vegetais, e animais, de que eles se nutrem. Aqueles produtos dão os *alimentos da vida*, e os *materiais das artes*.

As substâncias alimentárias (que justamente entre nós se dizem *viveres*, porque, sem elas, os homens não podem viver) com razão merecem o título de *riqueza essencial das nações*¹⁰; pois que são a base de todos os bens da sociedade, e da sua população; sem eles, não há vida, obra, ou empresa. Todos os mais bens são secundários e derivativos: só eles são rigorosamente *necessários*. Tendo-se os alimentos, pode-se prover a todos os mais cómodos, confortos, e gozos das nações civilizadas: a dificuldade está achá-los em suficiente cópia, e boa qualidade. A natureza foi menos liberal nas substâncias alimentárias, e mui pródiga no inexaurível fundo de artigos em que os homens exerçam a sua actividade para lhes dar formas e transportes convenientes aos usos sociais. Como porém deu aos homens engenho e arte para multiplicarem os produtos da terra, não só os indispensáveis à existência, mas também os que fazem as delícias da vida; eles vêm a conseguir resultados tão novos, e tão remotos do estado da natureza inculta, que até em alguns se podem considerar, não tanto os cooperadores, como de algum modo (ainda que impropriamente) os criadores de prodigiosa quantidade de várias substâncias, que dão o maior prazer e vigor à humanidade; tais como o vinho, óleo, açúcar, de que a natureza apenas misteriosamente assoalha simples *amostras*.

Não obstante a comparativa escassez da natureza nos artigos de subsistência a respeito das matérias de indústria, é contudo evidente a divina bondade em benefício da espécie humana, na grande variedade com que multiplicou as plantas cereais e esculentas, além de árvores e arbustos frutíferos, como para segurar a vida dos homens na diversidade das estações, e climas.

Na América parece ter a providência sido mais profusa, dando em o norte a *árvore do pão*, de que há matarias; e o *pomo da terra*¹¹, que desconhecido, ou desaproveitado pelos selvagens, aborígenes do país, presentemente tem muito aumentado o fundo da subsistência dos povos da Europa. Nos países dos Trópicos é ainda mais visível a mão

¹⁰ Usei desta frase, por se achar no decreto de 14 de Setembro de 1774 da criação do *Terreiro de Trigo* de Lisboa.

¹¹ Impropriamente se chamam *batatas inglesas*.

do Criador na concedida riqueza de muitas frutas silvestres, e de plantas bulbosas, que dão o alimento quase já pronto e palatável.

O trigo porém é, por excelência, a riqueza essencial dos povos cultos, e leva vantagem na duração a toda a espécie de grãos. Diz-se que os países, cujos povos vivem do arroz, como do principal alimento, têm dobradas colheitas, e são mais populosos; porém os que vivem principalmente do trigo, são mais robustos, e de mais certas searas. Este produto da terra é também o que mais contribui à criação e força dos animais úteis, e o que dá o licor espirituoso mais fortificante e saudável. A sua cultura além disto dá salubridade aos terrenos, e felizmente se pode efectuar em quase todos os climas.

Ensor na sua *Inquirição sobre a População das Nações*, Parte III, Cap. I, faz as seguintes observações. «Os países variam em *produtibilidade* de substâncias alimentárias. Os babilônios louvavam em canções a árvore das *tâmaras*: porque (diziam) lhes dava 360 coisas necessárias. Os povos da Índia igualmente elogiam pela mesma razão o *coqueiro*. Nas ilhas das especiarias o *sago* dá ao povo alimento para três quartos do ano. Outras espécies de alimento variam ainda mais a este respeito, como o arroz, batatas, milho, banana. Há disputas sobre a relativa excelência das batatas e do arroz. De todas as classes de alimentos vegetais a banana parece dar o maior sustento ao homem. Humboldt no seu *Ensaio Político sobre a Nova Espanha* diz, que o mesmo terreno plantado de bananeiras dará quarenta e quatro vezes mais substância nutritiva, do que sendo plantado de batatas. Contudo a produtibilidade de uma planta não deve ser só a consideração sobre a sua preferência para o alimento principal dos povos, se o fruto não é susceptível de guarda e duração por longo tempo. As bananeiras são sujeitas a ser derribadas nas Índias ocidentais pelos furacões do Equinócio»¹².

O alimento animal é de mais difícil guarda e duração. Daqui vem a importância da arte de salgar, secar, e conservar carnes de gado, e toda a sorte de pescado. Ele tem muito contribuído para a riqueza das nações. Por isso com razão os holandeses levantaram uma estátua ao seu compatriota Bukeles, que inventou o método de bem preparar e embarricar arenques, cujas pescarias são um dos grandes ramos da indústria e riqueza nacional. A sua manufactura de queijos, não só pela bondade dos pastos, mas também pela sua especial *cura*, e consequente durabilidade, forma outro semelhante grande ramo que circula no mundo, e em que nenhuma outra nação compete. Felizmente já o Brasil, bem que ainda mui falto de indústria e população, tem nos

¹² Felizmente no Brasil estes furacões são raros. As bananas além disto, especialmente as grandes, chamadas *bananas da terra*, são susceptíveis de se formarem em *passas*, que podem ir à Europa, e durar por muito tempo sem corrupção. Ainda que pouco usadas, são matéria de útil manufactura, para saudável dieta no transporte marítimo. Este artigo, (além de outros), é de grande riqueza nacional, e fiador de futura indefinida população brasileira.

povos das Minas Gerais mui considerável fundo desta parte da riqueza essencial das nações, que verosimilmente crescerá com a importação da inteligência e indústria do comércio franco estrangeiro.

Do exposto se manifesta: 1º que é do geral interesse, que as terras próprias a produções alimentárias, e que são *perenes fontes da riqueza essencial das nações*, não sejam monopolizadas por poucos indivíduos de qualquer Estado, mas bem distribuídas, não em *glebas* excessivamente subdivididas, sim em proporções convenientes a *grandes culturas*: 2º que todas as restrições da legislação económica, que, directa, ou indirectamente, obstem à abundância dos artigos de alimento, impedem o progresso da população e riqueza do país: 3º que é impossível haver em algum país estabelecimentos industriais, nem ainda cuidar-se em negócios civis, enquanto não é certa a subsistência do povo, ao menos por um ano, como bem notou o antigo poeta economista¹³.

CAPÍTULO X

Da distinção entre a riqueza nacional, riqueza do Estado, e riqueza pública

Tem-se considerado a riqueza nacional, riqueza do Estado, e riqueza pública, como sinónimos: porém cumpre notar as suas diferenças, bem que estas duas últimas entrem na composição da primeira.

Riqueza nacional (como fica dito no Cap. VI e VIII) propriamente compreende todos os territórios, e mais bens de raiz e móveis da nação; e consequentemente consiste na abundância de todas as suas partes componentes, relativamente à população que pode manter. Assim será maior ou menor a riqueza nacional em proporção que tiver mais abundância de boas terras, capitais, e réditos.

Riqueza do Estado propriamente é a que está na mão do governo, para o melhor exercício da soberania; e compreende o seu erário, e os seus estabelecimentos necessários à religião, defesa, instrução, e protecção da geral indústria; as terras devolutas; as obras indispensáveis, que não pode ser do interesse dos indivíduos erigi-las e mantê-las.

Riqueza pública propriamente é a porção de terras, e obras, que são para logradouros do uso comum do povo, como os bosques e baldios das câmaras, os passeios públicos, etc. e que estão na administração dos delegados do governo.

¹³ Cura parva esse debet litium, fori que,

Cui non sit victus domi in annum repositus [Uma pequena preocupação deve ser (...), e do foro, para o qual não era vencido nem afastado durasnte um ano de paz].

Hesíodo, *Obras e Dias*.

Sem dúvida a riqueza do Estado, e a riqueza pública, tendo as convenientes proporções, e sendo bem administradas, em modo que obtenham o seu fim, muito promovem a riqueza nacional: porém não tendo estes essenciais requisitos, produzem efeitos contrários ao destino, dando atraso, em vez de progresso, à mesma riqueza. Então se verifica a regra *o que não ajuda, obsta*.

Assim em uma nação que tem mais coutos que templos; mais obeliscos que aquedutos; mais colunas que estradas; mais teatros que hospitais; mais estancos que comércios; mais armamentos que maquinismos para a progressiva reprodução da indústria do campo e cidade; tem infalivelmente menor riqueza nacional, do que em mais iluminado sistema económico. Isto se mostrará na Parte XII destes *Estudos*.

CAPÍTULO XI

Das partes componentes da riqueza nacional

Território, capital, e rédito, são as partes componentes da riqueza nacional: a comparativa abundância ou escassez destes três objectos, relativamente à população dos Estados, os constitue mais ou menos opulentos. Do *capital* e *rédito* se tratará na Parte III destes *Estudos*: onde se mostrará o seu influxo no aumento da riqueza nacional: aqui se exporá a vantagem de um bom território nacional, para a progressiva riqueza e grandeza dos impérios.

Já no Cap. V se considerou o globo que habitamos como a fonte de bens da vida, e da sociedade. É pois do evidente interesse de toda a nação independente possuir uma considerável porção dos mananciais desta fonte. Por isso toda a tribo, e nação formada, se tem apoderado, (e reclamado como sua propriedade exclusiva) de uma parte do globo habitável em terra, ou ilha; o respectivo solo se constitue o *território nacional*¹⁴.

Ainda que a produtibilidade dos territórios de cada nação, quanto à extracção e multiplicação dos objectos da escolha dos homens para seu sustento e uso; tenha por immediatas causas a inteligência, indústria, e trabalho que exercem para se aproveitarem dos dons da natureza, que sem isso ficariam ali ocultos, ou inúteis à vida humana, contudo, quando estas causas operam com igualdade em dois Estados, a riqueza nacional será maior no país mais favorecido pela natureza, não tanto

¹⁴ Os holandeses dizem, que Deus formara a terras das mais nações; mas que só eles formaram a *sua terra*, que é baixa, alagadiça, e quase roubada de mares adjacentes, com que estão em contínua guerra, opondo-lhes diques para se não submergir o país. Tal é o poder da indústria.

pela sua extensão, como pelo seu clima doce, e sadio; sua fertilidade e variedade de colheitas; e pela sua situação, que também facilite o comércio interno e externo por terra e água, tendo bons rios navegáveis, e variados portos. Ainda mesmo a sua extensão, não sendo estéril, ou desmedida, que impossibilite a concentração do governo, e a comunicação dos habitantes, é de suma vantagem, para serem reservados muitos terrenos para gerações futuras, e não haver receio que ao crescente povo falte *sustento e espaço*.

É inegável que as naturais vantagens das terras de uma nação têm mui poderosa influência na origem e aumento da sua riqueza. Toda a nação que luta com grandes desvantagens locais, por mais exaltada que seja a sua inteligência, e indústria, não pode jamais competir, e menos emparelhar, em riqueza com outra de mais favorável clima, produtibilidade, e situação. Por exemplo Suécia, sendo mais extensa que a França, é-lhe mui inferior em opulência e população, só pela qualidade do clima e território. A situação é muito decisiva para a riqueza, e defesa de um Estado, e até para escolha da indústria mais lucrativa. Holanda deveu muito a sua antiga preeminência comercial à sua situação no centro da Europa, entre o mar e grandes rios navegáveis. Inglaterra deriva boa parte da sua riqueza, segurança, e potência, à sua situação insular entre a Europa e América, e até algumas das vantagens da preponderância náutica e influência política. A fertilidade e temperatura não menos favorecem eminentemente um país, visto que lhe dão a prerrogativa de sustentar a vida, e conseqüentemente multiplicar homens, e bens, e atrair estrangeiros úteis. Se a Inglaterra tivesse o clima da Lapónia, ou da Arábia e Etiópia, não seria famosa pela sua indústria, opulência, e fé pública.

As boas terras de uma nação, bem como as de cada indivíduo, se podem considerar em outro aspecto económico, isto é, como máquinas de obter bens com menos trabalho, e conseqüentemente com menos custo de produção; o que é favorável à abundância dos suprimentos do povo, e ao comércio estrangeiro; porque se podem vender as coisas por menos preço, e assim segurar-se extensão do mercado, e a progressiva reprodução. Isto é um modo de ver e obrar de senso comum; pois até os lavradores cujos prédios são fracos, ou menos férteis, dizem *a terra não ajuda*. Mr. Ricardo por isso bem diz, que o lavrador de terra fértil *trabalha com melhor máquina*. Já Smith havia usado de igual frase falando da fertilidade artificial das terras: como diz no Liv. 2, Cap. I, uma herdade benfeitorizada pode ser considerada como uma das máquinas úteis, que facilitam e abreviam o trabalho.

Mr. Say também diz, que a *terra é um poderoso instrumento*¹⁵. Isto se deve entender da boa, e não da estéril. Passa em provérbio *lavar na areia*, é trabalhar em vão.

¹⁵ *Le laboureur en semant se sert d'un outil puissant qui est la terre*, Liv. I, Cap. 2.

CAPÍTULO XII

Exame das opiniões sobre a natureza da riqueza das nações

Os sectários do sistema mercantil opinam, que a riqueza nacional consiste na *abundância de moeda, e dos metais preciosos de ouro e prata*. É evidente terem identificado a parte com o todo; e o produto da terra, que principalmente serve para *instrumento do comércio, e intermeio dos trocos* das coisas, com as mesmas coisas que dão os suprimentos e gozos da vida.

As nações que têm mais abundância de produtos rudes e manufacturados, de uso e gosto das nações civilizadas, necessariamente vêm a ter a abundância de metais preciosos, que irresistivelmente correm dos países em que superabundam de suas minas, ou eles têm adquirido pelas operações do comércio, para os mercados onde se pode melhor pagar o seu custo e valor, pela cópia de vários artigos de outras espécies de riquezas. Isto, que é demonstrado pela experiência das nações mais industriosas e comerciantes, como Inglaterra e Holanda, que aliás não têm minas de ouro e prata, e todavia são mais ricas destes metais que as nações mineiras, não as têm desenganado do erro, que ainda presentemente alucina as praças.

Os ditos sectários, também pelo mesmo princípio, introduziram a errônea doutrina, que muito prevalece no corpo do comércio, o qual persuadiu aos governos ser do interesse do Estado, que, diminuindo-se a quantidade dos produtos do país, que outras nações demandam, aqueles têm mais valor, e conseqüentemente maior preço no mercado estrangeiro; o que faz entrar para a nação maior quantidade de metais preciosos, ou de mercadorias que a nação precisa. Neste princípio se têm fundado as legislações que estabeleceram estancos, e privilégios exclusivos de companhias de comércio, a título de *sustentar preços*: o que também se tem estendido ao comércio interno; diminuindo-se assim a possível abundância dos produtos da terra e indústria do país, e conseqüentemente o mais copioso e favorável suprimento dos povos.

Não se tem considerado, que, sendo o objecto da economia política aumentar as produções dos países além das que a natureza espontaneamente oferece à flor da terra pelo simples trabalho de fácil colheita a fim de terem os homens racionável cópia do que precisam e desejam, e conseqüentemente a prosperidade temporal a que todos aspiram; é de intuitiva evidência, que a riqueza das nações deve consistir na abundância, e não na escassez das coisas. Isto é não menos de senso comum que de voto religioso, que se há-de realizar no tempo e reino do Justo, em que haverá *paz, e abundância de todas as coisas*¹⁶.

¹⁶ Psalmos 71, vers. 7. Deuterómio, cap. 6, vers. 11, cap. 8, vers. 8 e 9.

A sobredita odiosa doutrina é tanto mais errônea, e ingrata, por muito diminuir os efeitos da liberalidade da natureza, e beneficência do Criador; cujos dons gratuitos o avaro e maligno espírito de monopólio, com vil inveja da felicidade da humanidade, desaproveita, e até destrói; como se tem visto nos horrídos exemplos dados pelos holandeses na queima das especiarias da Ásia, e dos colonos da América na do tabaco, quando estes frutos da terra excedem a quantidade do consumo ordinário, para não abaixar o preço na Europa.

Infelizmente esta doutrina por cego egoísmo é seguida pelos proprietários dos produtos da terra e indústria, quando os expõem ao mercado, desejando achá-lo antes desprovido, do que sobrecarregado com abundância favorável a todas as classes, a fim de se prevalecerem da urgência da *demanda*¹⁷, e extorquirem dos compradores o mais alto preço possível em dinheiro. Por isso até os lavradores lamentam como infortúnio, e até chamam *ano mau*, quando o céu benigno dá colheita extraordinária, e mui superior à dos anos comuns; mas eles antes estimam menor quantidade de seara, que exige menos despesa, e rende maior soma de moeda; do que aliás resulta carestia, fome, e miséria na maior parte do povo; vindo a ser o ganho dos produtores à custa dos consumidores, sem que a nação adquira um só átomo de riqueza. Então há simples transferência da moeda da mão dos compradores para a mão dos vendedores: estes lucram quanto aqueles perdem, no que pagam demais do que pagariam na ordem natural das coisas.

Os sectários do sistema fisiocrático da escola de Mr. Quesnay, em parte, caíram no sistema oposto dos sectários do sistema mercantil, negando ao dinheiro e metais preciosos a qualidade de riqueza, dizendo os mais exagerados discípulos daquela escola (como Raynal, e outros) que a *moeda não é riqueza, mas só representação e sinal de riqueza*; por unicamente servir para facilitar o tráfico e giro do comércio, e não para suprir os povos com artigos necessários e cómodos à vida; e, em parte sustentaram a exposta errônea doutrina, dizendo, que a riqueza nacional consiste no *valor venal* das coisas, e não na sua *absoluta abundância*. Até acrescentaram o novo erro, decidindo, que a barateza das coisas, ou o *bom mercado*, não é favorável às classes inferiores do povo.

Eis as máximas 18 e 19 do sistema de Mr. Quesnay.

«Não se faça abaixar o preço das produções e mercadorias dentro da nação; pois o seu comércio com os estrangeiros, viria então a ser desvantajoso à mesma nação. Quanto maior for o *valor venal* das mesmas coisas, tanto mais amplo será o rédito. Abundância e *não valor*, ou pouco valor, não é riqueza: falta e carestia é miséria; abundância e alto preço é opulência».

¹⁷ *Carência*, real, ou fantástica, dos compradores.

•Não se imagine, que o *bom mercado* seja de vantagem ao corpo do povo; porque o seu baixo preço, faz baixar o salário das classes inferiores; diminui-lhes os cômodos da vida; procura-lhes menos ocupações lucrativas, e aniquila o rédito da na o.

Os sectários de Mr. Quesnay na França, firmaram as seguintes regras.

•Estabele amos como princípio, que o valor venal é a base de toda a riqueza, e que o seu aumento, vem a ser o aumento de riqueza. Quanto   o valor venal dos produtos da terra, tanto é o rédito. Abundância e falta de valor não   riqueza. Escassez e carestia   miséria; abundância e carestia   opulência. O bom mercado, não é vantajoso ao infimo povo¹⁸.

Este fatal erro tem influído nas opiniões, e leis de Estados aliás iluminados, em que os legisladores se têm persuadido, que a *escassez*, (e a conseqente carestia e o alto preço, ainda dos artigos de subsistência) d  estímulo   indústria do povo, e muito anima e estende a agricultura. No mesmo princípio se funda a legisla o, que proibe a importa o de trigo, e de outros artigos que fazem concorrência, e ocasionam abundância e barateza dos produtos da terra e indústria do país; e conseqentemente a diminui o do seu *valor venal*, ou *preço do mercado* em dinheiro; e isto até pela razão, aparentemente especiosa, e de inten o benévola dos soberanos, de segurar o emprego o mais lucrativo dos braços e capitais da na o; e, ao mesmo tempo, dar-lhes independência das na es estrangeiras, e dos caprichos de seus governos, principalmente nos suprimimentos dos artigos necessários, e principais c modos da vida.

A experiência mostra que em todos os séculos e países, em igual bondade dos g neros, a *barateza* foi sempre o motivo da preferência nos mercados; que ela, sendo o efeito da abundância,   também o penhor do sossego e contentamento dos povos, e o estímulo das uniões conjugais, e em consequência do progresso da popula o, que, sendo bem mantida, faz a *força dos Estados*.

Os ditos teoremas do dito mestre, e os comentários de seus discípulos, têm tantos erros quantos são os assertos, com que dogmatizam como *princípios*, sendo só *paradoxos*. Eles temem as vastas colheitas como *calamidades*, de que o povo vem logo a ser vítima, pela desanima o da cultura: não advertem (ou nunca o bem viram e reconheceram) no princípio do *equilíbrio dos interesses* do produtor e consumidor, pelo qual o *suprimento médio* se proporciona (com transit rias flutua es do mercado)   *demanda média* das necessidades e faculdades de pagar dos povos.   portanto quim rica a hipótese de constante e

¹⁸ Posons maintenant en principe, que la valeur vénale est la base de toute richesse; que son accroissement est accroissement de richesse. Telle est la valeur vénale; tel est le revenu. Abondance et non valeur n'est pas richesse. Disette et chert  est misere. Abondance et chert  est opulence. Le bon marché des denrées n'est avantageux au petite peuple, *Philosophie Rurale* pag. 116, 162, 127.

nociva superabundância, que causa tal medo pânico de ruína dos produtores, e de miséria dos povos; pois, havendo franqueza de comércio, se pode exportar o excedente do anual consumo ordinário, com certeza de extracção, e convenhável valor venal pela lei do bom mercado; ou se pode reservar, para a abundância de um ano suprir a escassez de outro.

CAPÍTULO XIII

Princípios económicos de Mr. Quesnay

Na história da economia política aconteceu o mesmo singular fenómeno, que na indústria da América, em que adquiriu maior celebridade, não o primeiro descobridor, mas o segundo investigador, que deu por seus escritos extensão de conhecimentos sobre os respectivos importantes objectos.

Cristovão Colombo foi quem fez o projecto de descobrir o Mundo Novo, e que, sendo um pobre piloto, que prometia reinos, teve a felicidade de primeiro observar em desconhecido oceano a *variação da agulha de marear*, e de achar a ilha de *Cipango*, vizinha ao incógnito continente. Porém Amércio Vespúcio teve a glória de dar o seu nome a esta grande parte do globo, que depois geográfica e mais cientificamente descreveu, sem que as tentativas de entusiastas deste século tenham podido transmutar a *América em Columbia*.

Mr. Quesnay (de que acima falei) sendo filho de um lavrador da França, e depois primeiro médico de El-Rei Luís XV, e que seguiu os vestígios de Mr. Gournay, foi quem adquiriu celebridade no seu país, e em todo o orbe, como o patriarca da *Seita dos Economistas*, ou *Escola Fisiocrática*, pela obra, que appareceu nos últimos anos da sua vida com o título de *fisiocracia*, ou do *governo o mais vantajoso ao género humano*.

Turgot, e Mably, escritores de grande nomeada na França, atribuem a João Cláudio, senhor de *Gournay*, o fundo original das doutrinas de economia política de França, que deram melhor derrota aos que se aventuraram a procurar o verdadeiro rumo da opulência da sociedade. Aquele Mr. Gournay, homem extraordinário no século e país que o produziu, sendo filho de um comerciante, e *Intendente do Comércio* (emprego a que foi elevado em 1751) e que primeiro contra as regras e práticas de sua nação, onde o comércio estava encadeado de muitos modos, se animou a propor saudáveis reformas na economia do Estado (não na política do governo) a fim do progresso da riqueza nacional; ficou esquecido, sendo desacreditado, por *inovador, teorista*, e autor de *Novo Sistema* quando aliás a sua teoria era fundada, não só em

plano bom senso, mas também na experiência de muitos anos em matérias de administração de comércio, onde observou os péssimos efeitos das restrições desnecessárias, com que se achava entorpecida e agrilhoada a circulação dos trabalhos e capitais, contra o génio da activa e industriosa nação francesa.

Os *Princípios* do projecto económico de Mr. Gournay se reduziam a que os úncios deveres do governo a respeito do comércio eram: 1º Dar a todos os ramos de indústria a liberdade de que estavam privados pelos prejuízos de bárbaros tempos, e pelos sistemas dos administradores públicos, e legisladores, influídos por arditos pretendentes, que só promoviam os seus interesses particulares, tendo erróneos conceitos do bem comum: 2º Facilitar o exercício da indústria, e do engenho a todos os membros do Estado, excitando a maior competência entre os vendedores de quaisquer mercadorias, e segurando assim a sua maior possível perfeição e barateza: 3º admitir a maior concorrência dos compradores, abrindo aos vendedores o mais extenso possível mercado, como o único meio de animar a reprodução, que deste modo vem a obter o seu justo prémio, ao mais racionável preço, igualmente benéfico aos produtores e consumidores: 4º Remover todo o obstáculo ao progresso da indústria, a fim de não ser privada da sua natural recompensa.

Sobre estas bases Mr. Quesnay¹⁹ depois fundou a sua *fisiocracia*, de que já dei ideia na pag. 94 da Parte I destes *Estudos*, os seus princípios se reduzem aos seguintes:

1º A unidade do governo, isto é, a constituição monárquica, é a mais própria para se promover a riqueza das nações: 2º O direito da propriedade, tanto das pessoas, como das terras, e das suas produções, rudes, ou manufacturadas, deve ser sagrado e inviolável; e consequentemente deve o governo conceder plena liberdade a toda a sorte de útil indústria, e comércio, como natural consequência do direito da propriedade: 3º deve promover a instrução pública, para que a nação saiba entender os seus verdadeiros interesses, que são conformes aos do soberano. 4º A terra é a fonte da riqueza das nações, e consequentemente a agricultura é a que multiplica todas as produções de subsistência dos homens, e das matérias das artes; e por isso a *indústria agrícola* é a que deve ser preferida, e a mais animada, por todos os governos.

¹⁹ Aqui só transcreverei as seguintes das 30 *Máximas* em que compendiou o seu Sistema *Fisiocrático*. Nos meus *Princípios de Economia Política*, publicados em Lisboa em 1804 Cap. 4 e 6, se acha mais explicita exposição: 1ª A autoridade soberana seja única, e superior a todos os indivíduos da nação, e a todas as empresas injustas dos particulares: 2ª A nação seja instruída nas leis gerais da ordem natural, que constituem o governo evidentemente o mais perfeito: 3ª A propriedade dos bens territoriais, e das riquezas mobiliars, ou circulantes, deve ser segura aos legítimos possuidores; porque a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem económica da sociedade: 4ª Mantenha-se uma inteira liberdade do comércio; pois que a policia do comércio interior e exterior, a mais segura, a mais exacta, e a mais proveitosa à nação, e ao Estado, consiste na plena liberdade de comércio.

Ainda que os indicados princípios, por nimamente gerais, abstractos, e incompletos, sejam insuficientes para firmar sólido edificio da prosperidade das nações, contudo menciono a substancial doutrina dos ditos Mr. Gournay, e Quesnay, para desvanecer a sinistra impressão, que monopolistas têm porfiado em propagar no público, fazendo indistinta censura (e até a mais fementida calúnia) a todos os economistas; sem distinguirem os ditos principais cabeças da escola fisiocrática, e os seus imediatos discípulos, que estabeleceram por fundamentos do seu sistema a *monarquia*, a *agricultura*, a *propriedade*, a *franqueza da honesta indústria*, e *correspondência dos povos*, principalmente no interior de cada nação, considerando derivarem-se da *Ordem Natural e Essencial da Sociedade*²⁰.

Em justiça devem-se separar estes economistas dos sequazes de Rousseau, Mably, Linguet, Mirabeau (o filho²¹) e dos mais incendiários antagonistas dos mesmos economistas, a quem procuraram ridicularizar, a fim de levarem avante o seu maquiavélico projecto de desorganizar a ordem social, apregoando as vantagens da pobreza das nações; da comunidade dos bens; da república de Licurgo; da seita de Epícuro, tão destrutora de toda a moralidade e religião, reduzindo tudo a *interesse particular*, como o único móvel dos actos humanos; a fim de arruinarem as monarquias legítimas, e fazer *revolução nas propriedades*, introduzindo em consequência a *anarquia*, e *ochlocracia*, ou governo tumultuário do povo; que a história mostra, por fatais experiências, ser o mais feroz tirano, quando traidores e maquiavelistas demagogos, com vil lisonja, põem em suas mãos o poder político. Um dos pretendidos *adeptos da infernal Grande Obra*, assim revelou o mistério cabalístico *Foi a ante-sala, que tentou entrar no salão*.

Raynal, um dos declamadores daquela seita, quando sobreveio a desordem da França, sendo convidado pela, fatalmente célebre, *Assembleia Nacional*, a entrar no sinédrio revolucionário, se esconjurou contra os corifeus da *Cabala Fisiocrática*²², proclamadores da falsa

²⁰ Isto é especialmente exposto na obra, que tem este título de Mr. Mercier de La Rivière, intendente que foi da Martinica: aí inexpugnavelmente se demonstra a importância da *lei da propriedade*, para extensão da indústria e riqueza nacional, e a inevitável desigualdade das condições, e fortunas que delas resulta no estado social.

²¹ Não convém confundir com o Marquês de Mirabeau (pai) autor mui respeitável pelas suas obras do Amigo dos Homens e Filosofia Rural.

²² Jamais les conceptions hardies de la philosophie n'ont été présentées par nous comme la mesure rigoureuse des actes de législation. Vous ne pouvez nous attribuer sans erreur ce qui n'a pu resulter que d'une fausse interpretation de nos principes... Et comment n'êtes vous pas epouvantés de l'audace et du succès de écrivains, qui profanent le nom de patriotes? Ils veulent faire du peuple le plus feroce des tyrans. L'Europe étonnée vous regarde: l'Europe, qui peut être ébranlée jusques dans ses fondaments para la propagation de vos principes, se indigné de leur exageration... *Le depotisme nous attend, si vous repoussez la protection tutelaire de l'autorité royale*. Adresse de Mr. l'Abbé Raynal à l'Assemblée Nationale. Vide Bibliotheque de L'Homme Public tom. 13 pag. 162.

liberdade e igualdade; e quase descendo à sepultura, lhes fez o vaticínio da ordem natural das coisas, que o *despotismo os esperava*, se os *Arquitectos de ruínas* abandonassem a *autoridade tutelar* da sua *monarquia*²³.

Verdade é, que a intitulada *seita dos economistas*, pelos comentários dos discípulos do sobredito mestre, introduziram no original sistema paradoxos, e absurdos económicos, que não só destruíram o crédito da doutrina, mas perpetuaram, por suas exagerações, as antigas animosidades e antipatias nacionais entre França e Inglaterra; por insistirem (sem distinção de lugares e circunstâncias) na preferência da agricultura a todas as mais indústrias úteis da sociedade, que aliás, necessária e indissolavelmente, são entre si ligadas, para ser o maior possível o resultado do trabalho de qualquer nação; vãmente decidindo, que só era *produtivo* o trabalho das terras, por dar um *produto líquido*, que constitui a *renda dos senhorios*, da qual se paga a todos os artistas, comerciantes, e empregados públicos do Estado: que, em consequência, todos os mais trabalhos da sociedade eram *estéreis*; que só as nações de grande território eram *nações proprietárias*; e que as outras, que se davam às artes e a comércio, eram *nações salarizadas*, de precária existência, riqueza, e força política; que o comércio era de inconsiderável proveito às grandes nações, que, pela extensão do Estado, e número dos seus povos, se constituem independentes pelos próprios recursos interiores, e têm por isso natural predomínio, ou influxo nas mais nações circunvizinhas.

Sem dúvida estes dogmáticos e superficiais assertos, ainda que não contribuíssem à revolução da França, contudo deram pretexto aos usurpadores do governo, não só a mil extravagâncias económicas de seu país, que destruíram riquezas nacionais acumuladas de séculos: mas até por fim ao chamdo *sistema do continente*, a que bem se pode dar o epíteto de *polícia de Theomachia*; porque se fez a insana tentativa de

²³ Mr. Mazerés na sua excelente obra, publicada em Paris em 1816 com o título *Influência da Doutrina de Maquiavel sobre as Opiniões, Maneiras, e Política da França durante a Revolução*, e que lhe pôs a epígrafe de Montesquieu. «Há causas gerais, sejam morais, sejam físicas, que operam em cada monarquia, e a elevam, mantem, ou precipitam - não imputa a catástrofe revolucionária aos economistas; visto que só desejaram a estabilidade da constituição monárquica, e o progresso da indústria e riqueza nacional; mas sim aos furiosos e despejados sectários do sistema de Epicuro, e de Maquiavel; cujos cabeças foram depois as vítimas das próprias monstruosidades, tendo mais que trágico fim as suas nefárias vidas, e infandas traições a seu rei e país. Aquele escritor bem nota a cegueira e ignomínia dos facciosos, a quem Deus quis perder, abandonando-os ao seu reprobado senso, e brutal cinismo; tendo grande número dos habitantes da França (salvos os seus Catões e Thraseas) caído na mais hórrida imoralidade e irreligião; e até os presumidos de filósofos, tão inferiores aos *Bacons, Newtons, Lockes, Bossuets, Pascals, Fenelões* (sábios não menos pios, que originais génios) jactando-se de lançar o ridículo sobre todo o estudioso das letras, que professa fé, e ainda só deísmo. O dito Mazerés cita as passagens em que até o mesmo Maquiavel reconhece a necessidade da religião, e a excelência do cristianismo na pureza do seu fundador, para subsistirem e prosperarem os Estados.

cortar a comunicação comercial da Europa com as três partes do mundo, contra a ordem da Divindade, que, por sua adorável providência, concedeu à nação portuguesa a glória de descobrir, e à nação inglesa a fortuna de comunicar, com tão prodigiosa correspondência mercantil²⁴.

Permitiu o Eterno Regedor da sociedade, que a paz geral pusesse fim ao dito sistema do continente, não menos desorganizador da civilização, que o sistema destrutor das monarquias e propriedades da cáfila epicúrea e maquiavélica, que tanto eclipsou, não somente a antiga e honorífica lealdade, mas também a sólida e bela literatura da nação francesa.

Mr. Say, no *Discurso Preliminar* da sua obra (a muitos respeitos estimável), pag. 41 e seg., ainda que com razão diga, que os primeiros economistas do seu país, discípulos imediatos de Mr. *Quesnay*, têm direito à geral gratidão e estima, por haverem proclamado verdades importantes, dirigindo a atenção dos que desejam o bem comum a objectos de utilidade pública; e que os seus escritos são favoráveis à severa moral, e à liberdade racional; contudo diz, que «lendo-se a *Smith*, como merece ser lido, reconhece-se, que, antes de aparecer a sua obra em 1776, não havia *economia política* bem que antes dele se tivessem divulgado muitas obras económicas na França, Itália, e Inglaterra; dizendo na pag. 46, que esses escritos, em que se acham *felizes primícias* daquela ciência, não podiam conduzir a um grande resultado; porque não era possível conhecer as causas da opulência das nações, não se tendo ideias claras sobre a *natureza das riquezas*: era necessário conhecer o fim antes de buscar os meios».

Sendo justa esta reflexão pelo que fica exposto no cap. antecedente, ainda mais se manifestará a sua verdade na Parte III destes *Estudos*, onde ver-se-á, que o mesmo dito Say também não tivera ideias claras da natureza da riqueza das nações, que ensina consistir no *valor venal* das coisas, sem fazer a distinção de Smith entre *valor em uso*, e *valor em câmbio*, vindo em consequência a estabelecer o próprio sistema no mesmo erro dos economistas franceses. Para com alguma ordem se conhecer o progresso do espírito humano na dita ciência,

²⁴ O último derribado dinasta abertamente dizia ser a *obra de Maquiavel* o único livro que se podia ler, e resumia todo o seu *cedo económico e político* aos aforismos, que *poder e dinheiro eram tudo*, e que o mais era quimérico; e que só podia haver erro, mas não crime, nos governos, se, para terem aqueles bens, ainda os mais ímpios meios se corrassem de bom sucesso. Ele também, lisongeando-se do que dizia ser seu *grande pensamento* do dito *sistema do continente*, proclamou ao universo, que a França era a potência dominante, por só depender dos *orvalhos do Céu*, e dos *ubres da terra* desse fértil e genial país, e pensou assim suplantar a Grã-Bretanha, que em mais razão se considerava superior em opulência, e preponderância política, por isso mesmo que não se aferrava à gleba da própria ilha, e, por via do comércio estrangeiro, e perícia náutica, era habilitada a desfrutar os mimos da natureza e arte, de todos os climas, e territórios.

proporei a substância das doutrinas económicas do grande génio da América, que escreveu antes de Smith, com aproximação à liberal teoria deste sábio da Escócia.

CAPÍTULO XIV

Dos princípios económicos de Franklin

Ainda que Franklin não fosse celebrado na república das letras por fundador de nova escola de economia política, mas sim como insígne estudioso da física experimental, e descobridor da *lei da electricidade*, contudo é digno de entrar na história do progresso daquela ciência; por se mostrar de seus escritos recentemente dados à luz mais completamente em Londres, ter sido também versado nos estudos da mesma ciência; e ser notório o seu influxo, no sistema²⁵ da franqueza de indústria e comércio, que é lei fundamental das constituições dos Estados Unidos da América, e que visivelmente em tão pouco tempo, se mostra ter sido a principal causa da sua prodigiosa opulência e população.

Como os princípios económicos desse génio extraordinário, que, de impressor e gazeteiro, se elevou à preemência política, e deu lições recomendáveis a propósitos práticos dos negócios da vida, as quais são menos conhecidas, sendo aliás no geral, instrutivas e sólidas (bem que às vezes com alguma parcialidade ao sistema fisiocrático dos economistas da França) achando-se no reino do Brasil adoptado o dito sistema da franqueza da indústria e comércio pela sua nova liberal legislação; e, pela vastidão de seu território ainda inculto e marítimo, ele tem manifesta analogia com o do norte da América; considerei que não devia preterir nestes *Estudos* de expôr as capitais doutrinas de economia política do dito escritor, que são muito mais admiráveis por serem ali divulgadas ainda antes que Adam Smith desse à luz a sua grande obra, que pôs as verdadeiras bases da riqueza das nações.

Franklin em 1769 (como já indiquei na Parte I destes *Estudos* pag. 90) apresentou ao seu governo, para serem examinados, os seguintes temas.

²⁵ O Sr. José Acúrcio no tom. 2 das suas *Variiedades* pag. 89 bem diz: *É porque tem um sistema, e são invariáveis na execução dele, que os Estados Unidos da América crescem diariamente em povoação e riqueza, com rapidez que espanta.* Contudo na pag. 30 indica a absurda tentativa, que, depois da paz geral, em comum *espírito de partido* dos Estados da Europa contra a importação de manufacturas inglesas, se formou ali a *sociedade* anti-social, de que foram membros os ex-presidentes Adams, Jefferson, e Madison, para não se fazer uso de tais mercadorias; o que em breve se desfez por si mesmo pelo novo tratado de comércio do governo com Inglaterra. Já semelhante aberração de seu sistema se viu na passada legislatura do país, no seu que ainda mais espanta *Acto de Não-Importação*. Tanto é difícil guardar um sistema!

*Propostas para serem examinadas no Congresso
de 4 de Abril de 1769*

•1º Todo o alimento ou subsistência para o género humano, vem da terra, ou das águas.

•2º Os necessários da vida que não são alimentos, e todos os outros artigos de comodidade, têm os seus valores estimados pela proporção do alimento consumido durante o tempo em que empregamos em procurá-los.

•3º Um pequeno povo com largo território pode subsistir das produções da natureza, sem outro trabalho mais do que o de colher os vegetais, e caçar os animais.

•4º Uma povoação numerosa, com um pequeno território, acha estes artigos em cópia insuficiente; e, para subsistir, deve cultivar a terra para fazê-la produzir maiores quantidades de alimento vegetal, próprio para a sustentação dos homens, e dos animais, que intentam comer.

•5º Deste trabalho nasce grande crescimento de provisões, de alimentos vegetal e animal, e de materiais para vestido, como o linho, lã, seda, etc. A superfluidade destes artigos é riqueza. Com esta riqueza pagamos o trabalho empregado em edificar as nossas casas, cidades, etc., que portanto vem a ser tão somente subsistência assim transformada.

•6º As *manufacturas* são tão somente *outra forma*, em que a convertem as ditas provisões de subsistência, e que eram iguais em valor às *manufacturas* produzidas. Isto certifica-se considerando, que o *manufactureiro*, de facto, não obtém de quem o emprega, para o seu trabalho, *mais* do que a mera subsistência, incluindo o vestido, fogo, e abrigo da casa; cujos artigos todos derivam o seu valor das provisões consumidas no tempo gasto em prepará-los.

•7º O produto da terra, assim convertido em *manufacturas*, pode ser mais facilmente levado a distantes mercados, do que antes de tal transformação.

•8º O comércio justo é o em que os valores são permutados com igualdade dos géneros, incluída a despesa do transporte. assim se a um inglês custa em Inglaterra certa quantidade do trabalho e despesa para produzir uma medida de trigo, como custa a um francês na França para produzir quatro canadas de vinho, então estas canadas serão justo troco por aquela medida, encontrando-se aqueles produtores a meia distância com os seus géneros para fazerem o câmbio. A vantagem deste justo comércio é que uma e outra parte aumenta o número dos seus gozos, tendo em lugar de trigo só, ou de vinho só, o uso tanto do trigo como do vinho.

•9º Se o trabalho e a despesa de produzir os géneros são conhecidos às respectivas partes que comerciavam, o troco, no geral, é sincero e

igual. Se são conhecidos a uma parte somente, o troco é muitas vezes desigual, pois que a inteligência tira a sua vantagem da ignorância.

-10º O que transporta mil medidas de trigo para vendê-las fora do país, provavelmente não alcançará tão grande proveito delas, como se primeiro tivesse convertido o trigo em manufacturas, dando com ele subsistência aos obreiros durante o tempo da produção das mesmas manufacturas: pois, como há muitos métodos de expedir e facilitar a mão-de-obra, não geralmente conhecidos; e os estrangeiros que não têm tais manufacturas, ainda que bem conheçam a despesa de produzir o trigo, ignoram os abreviados métodos do trabalho das mesmas manufacturas, e por isso supõe ter-se nelas empregado mais trabalho do que realmente houve, são mais facilmente enganados sobre o seu valor, e induzidos a pagar mais por elas do que honestamente valem.

-11º Assim a vantagem de ter manufacturas em um país não consiste, segundo comumente se supõe, em exaltar o valor dos materiais brutos de que são formadas: visto que, posto certa porção de *linbo*, que vale seis pennys, depois valha vinte shellings quando se manufactura em *renda*, contudo a causa deste maior valor é, porque, além do linho, tem custado dezanove shellings e seis pennys no valor dos artigos de subsistência, que foram adiantados ao manufactureiro durante a obra. Porém a vantagem das manufacturas é, que as provisões, estando em figura de manufacturas, podem ser levadas mais facilmente a mercados fora do país; e por este meio os nossos comerciantes mais facilmente enganam aos estrangeiros. Onde se não fazem rendas, poucos são juizes do valor delas, e o importador pode pedir, e talvez obter, trinta ou mais shellings, por uma obra que só lhe custou vinte.

-12º Finalmente parece não haver senão três vias para a nação adquirir riqueza: a 1ª por *guerra*, como fizeram os romanos, pilhando aos seus vizinhos conquistados: isto é *roubo*: a 2ª por *comércio*, que no geral, é *enganando*: a 3ª por *agricultura*; o único honesto meio, pelo qual o homem recebe real aumento da semente lançada à terra, em uma espécie de contínuo milagre obrado pela *mão de Deus* em seu favor, como prémio de sua inocente vida, e sua virtuosa indústria.

O mesmo escritor no *Ensaio dos Pensamentos sobre Assuntos Comerciais*, tem sãs ideias, ainda que também não exactas, insinuando o bom emprego do tempo, economia nas despesas, extermínio da indigência. Pode-se fazer conceito pelas seguintes passagens.

-Todos que vivem, devem ter subsistido: a subsistência custa alguma coisa. O que é industrioso, produz pela sua indústria alguma coisa que é o equivalente dela, e paga pela sua subsistência: portanto ele não é de peso à sociedade. O preguiçoso é a carga da sociedade; porque faz uma despesa, sem dar compensação.

-Sem dúvida todos os géneros de emprego não podem continuar sem interrupção; mas nos intervalos se pode fazer obra de fiação, tecido, meias; cuja soma é mui vantajosa ao Estado; porque se pode

colectar todo o produto desses fragmentos de tempo no tráfico das famílias, que usualmente dão ocupação às mulheres. A soma de todos estes fragmentos, no curso do ano, é mui considerável para cada família, e ao Estado proporcionalmente. É pois muito proveitoso seguir o *divino preceito* no milagre da multiplicação do pão às turbas, referido no Evangelho «*Ajuntai os fragmentos, para que nada se perca*». Tempo perdido, é subsistência perdida; e em consequência é tesouro perdido.

É excelente o dito de um imperador da China Desejava, se fosse possível, que não houvesse preguiça no meu império; porque, se nele há alguma pessoa preguiçosa, outra sofrerá frio, ou fome». O trabalho dividido ao público por todo o indivíduo, não sendo executado pelo preguiçoso, naturalmente vai cair sobre os outros na parte que ele devia fazer, e estes necessariamente padecerão pelo sobrecarrego do próprio trabalho.

«O povo comum não trabalha por gosto, mas por necessidade, a barateza dos mantimentos os faz mais preguiçosos: então fazem menos obra; e crescendo proporcionalmente mais a carência e demanda delas, o preço se aumenta. Ao contrário, a carestia dos mantimentos obriga ao manufactureiro a trabalhar mais dias, e mais horas; assim se faz mais obra que iguala a sua usual demanda; em consequência a mão-de-obra fica mais barata, e também as manufacturas barateiam».

Sobre a distribuição das riquezas, ele assim mostra, como o rédito anual de uma nação é recebido pelas classes dos trabalhadores pobres.

«Os ricos não trabalham uns para os outros; os seus alimentos, vestidos, móveis, edifícios, ornatos, e tudo o mais, que eles e suas famílias usam, e consomem, são produtos, e obras da indústria e mão dos trabalhadores, os quais, em consequência, são, e devem continuamente ser, pagos dos salários de seus trabalhos, empregados em extrair da terra tais produtos, fabricá-los, e trazê-los ao mercado. Na paga de tais salários se dispendem os réditos dos ricos; e igualmente dos mesmos réditos se pagam as provisões, e vestidos para a tropa e marinha da nação, seus armamentos, munições, bagagens, e mais despesas públicas. Se alguns proprietários gastam menos dos seus réditos, outros gastam mais deles, e assim a diferença é compensada.

Ainda que uma parte da despesa dos ricos seja em artigos de produções e manufacturas estrangeiras, contudo, como, para eles existirem, é preciso, que se paguem aos trabalhadores pobres das outras nações, que exercem as respectivas indústrias, que as produzem, é também forçoso, que, para aqueles se comprarem, primeiro se paguem aos trabalhadores nacionais os seus salários para a colheita e fábrica de equivalentes produtos da indústria nacional. Até os mendigos, os doentes dos hospitais, e finalmente todos os que são mantidos pela caridade, vivem de uma porção dos réditos da nação.

Pelo que é evidente, que os ricos de qualquer país não podem ter o que precisam e desejam, sem pagarem aos pobres trabalhadores da sua

nação, com os réditos de seus prédios e capitais, ao menos, o salário necessário a poderem eles viver».

Sobre a franqueza do comércio assim diz:

«Talvez, por via de regra, seria melhor que o governo não se intrometesse com o comércio, senão para protegê-lo, deixando-o seguir o seu curso. A maior parte dos estatutos dos príncipes e Estados para regulação, direcção, e restrição do comércio, são, no meu parecer, *erros políticos*, ou enganões de ardilosos, que têm iludido os governos com representações de seu interesse, figurando ser o seu objecto de bem comum.

Quando Colbert convocou um ajuntamento de antigos negociantes da França, e lhes manifestou o desejo de se prestar a seus conselhos sobre os expedientes de bem promover o comércio nacional, a resposta deles foi *deixai-nos fazer*.

«A máxima de um sólido escritor da nação francesa, mui provecto na ciência política, *não governar demasiado* é talvez de mais utilidade applicando-se ao comércio, do que a qualquer outro interesse público.

Seria a desejar que o comércio fosse livre para todas as nações do mundo, bem como entre as diversas províncias de um reino: assim todas teriam mútua comunicação, e mais suprimentos e gozos. Se as províncias de um Estado não se arruinam pela franqueza de seu comércio, também as nações não se arruinariam por igual fraqueza. Nenhuma nação jamais se arruinou pelo comércio estrangeiro, ainda aparentemente o mais desvantajoso. Porque, onde livremente se exportam e importam os produtos supérfluos de um país, em uma e outra parte se excita a indústria, e se produz a abundância, para equivalentes recíprocos. Se unicamente se permitisse comprar as coisas necessárias, os homens só trabalhariam restritamente para terem o preciso a esse efeito».

«O produto dos outros países não se pode obter senão, ou por fraude e rapina, ou dando-se em troco o produto da nossa terra e indústria. Se temos minas de ouro e prata, o ouro e prata se podem chamar o *produto da nossa terra*. Se as não temos, só poderemos haver esses metais dando em troco outro qualquer produto da nossa terra e indústria. Quando assim adquirimos, eles realmente vêm a ser o produto da nossa terra e indústria, *só em diferente figura*».

No *Ensaio* sobre o luxo diz,

«Ainda não tenho meditado sobre o remédio para o *luxo*. Não sei se, em um grande Estado, ele é capaz de remédio; nem se o mal é tão grande como se tem figurado. Suponha-se incluída na *definição de luxo* toda a *despesa desnecessária*; considere-se, se em um grande Estado se podem executar as leis sumptuárias para evitar essa despesa; e se, no caso de se poderem executar, o povo, no geral, seria mais rico, ou feliz. Porventura a esperança de qualquer indivíduo ter algum dia faculdades para comprar e gozar objectos de luxo, não é grande estímulo à

indústria e trabalho? Não é possível que a despesa em tais objectos produza ainda mais valores do que ela consome, e que, sem o dito estímulo, o povo seria preguiçoso, e inerte, como naturalmente é inclinado a ser? A este propósito lembra-me a seguinte anedota.

O mestre de uma chalupa, que navegava entre Filadélfia e Cabo Maio, fez-me um serviço, pelo qual não quis paga. Minha mulher, sabendo que ele tinha uma filha, fez-lhe o mimo de um toucado de nova moda. O mestre, passado três anos contou perante um amigo e patricio o quanto a sua filha apreciara o mimo, e o quanto este custou caro à terra; pois, quando ela apareceu com o toucado em uma companhia, foi tão admirado por todas as raparigas, que se resolveram a fazer muitas encomendas para Filadélfia de iguais toucados, cuja importância não custara menos de cem libras. O amigo respondeu-lhe: não contaes toda a história. A verdade é, que esse toucado nos foi de vantagem; porque serviu de estímulo às nossas raparigas para fazerem luvas de lã, a fim de as venderem em Filadélfia, e com o seu preço comprarem aí toucados e fitas; e essa indústria continuou, e se adiantou a muito maior valor do que a importância da primeira despesa. Assim estou mais reconciliado com o luxo; pois que, naquele exemplo, não só as raparigas de Cabo Maio foram mais felizes e industriosas por terem belos toucados, mas também as de Filadélfia, por serem supridas de boas luvas.

Nas cidades marítimas se adquirem riquezas pelo comércio. Alguns dos que se enriquecem, vivem bem sem gastarem todos os seus réditos; e assim reservam capitais para seus herdeiros. Outros, que só ambicionam ostentação de riquezas, são extravagantes nas suas despesas, e se arruinam. As leis não podem impedir isto: e talvez essa prodigalidade não é sempre um mal para o público. A moeda mal gasta por um pródigo, ou temerário, pode ser ganha por um industrial e prudente, que sabe o como bem a empregue. Ela pois não se perde. Um vaidoso perdulário edifica uma bela casa, orna-a com ricos móveis; vive com sumptuosidade; e em poucos anos vê-se sem capital, nem rédito: mas os pedreiros, carpinteiros, ferreiros, e todos os outros honestos industriosos, que vivem frugalmente de seus officios, pela despesa daquele indiscreto tiveram emprego, com que mantiveram a si, e às suas famílias; em consequência do que também os lavradores foram pagos dos artigos de subsistência, e matérias das obras respectivas, e foram animados a continuar nas suas lavras: por fim, havendo justiça na terra, a propriedade do dissipador passa para melhores mãos. Na verdade, em alguns casos, certas espécies de luxo podem ser de malefício público, assim como também o podem ser certos maus procederes dos indivíduos. Por exemplo: se uma nação exporta o seu gado e linho, e importa em troco o vinho e cerveja dos estrangeiros, quando aliás a maior parte do povo vive só de mau alimento, e traz vestidos esfarrapados; em que difere do fátuo, que deixa morrer

de fome a sua família, e vende a própria roupa para se embebedar? Ainda que, vendendo os nossos comestíveis por esses e outros artigos supérfluos, tenhamos abundância de vários suprimentos, e gozos, contudo, se fôssemos mais frugais, seríamos mais ricos. Quanto trabalho se desperdiça em construção de navios para se ir à Ásia, África, América, a buscar café, chá, açúcar, etc! Estes artigos não se podem chamar necessários à vida, pois os nossos antepassados viveram bem sem eles.

«Lançando-se a vista à roda do Mundo, vê-se a milhões de indivíduos empregados em *fazer nada*, ou a fazer *coisas iguais a nada*, quando se compara com a falta do necessário, e conveniente à vida. O grosso do comércio, porque pelejamos, e nos destruimos uns aos outros, não é senão o produto do trabalho de milhões, esbaforidos por adquirirem superfluidades, com grande risco, e perda de vidas nos transportes do mar.

É todavia de consolação reflectir, que, no todo a quantidade de indústria, e prudência do género humano excede a quantidade de sua preguiça, e indiscrição. Isto se mostra pelo aumento de bons edificios, de terras cultivadas, e de cidades populosas cheias de riqueza, por toda a Europa, quando aliás, poucos séculos antes, só se achavam nas costas do Mediterrâneo; e ora temos estes bens, não obstante as furiosas guerras continuamente movidas, que muitas vezes destroem só em um ano mais obras do que se podem construir em muitos anos de paz.

Franklin diz: «Está calculado por aritméticos políticos, que, se todos os homens, capazes de trabalho, trabalhassem quatro horas por dia, todo o género humano poderia conviver em paz, e abundância; e que a indústria e o constante emprego do povo, são os grandes preservativos da moral e virtude das nações».

«Nos países centrais, remotos do mar, e cujos rios são pequenos, grande miséria haveria no povo nos anos de más colheitas, se o governo não desse providências para haverem celeiros públicos, bem fornecidos de mantimentos. Antigamente antes de ser a navegação tão geral, como ora é, e não havendo tantas embarcações, e tão bem estabelecidas correspondências comerciais, até os países marítimos sofriam grandes apertos por más colheitas. Porém tal é presentemente a facilidade de comunicação entre estes países, que, sendo o comércio sem restrição, este não pode deixar de procurar para qualquer deles suprimento suficiente. O governo que for tão imprudente, que ponha as suas mãos sobre os artigos de subsistência importados; proíba a sua exportação; ou obrigue a vendê-los por preços taxados, o povo necessariamente sofrerá fome; porque os comerciantes evitarão os seus portos. No Estado porém em que houver certeza de ser sempre livre o comércio, e que o comerciante nele é o absoluto senhor do seu género, como na Holanda, sempre aí haverá suprimento racionável.

CAPÍTULO XV

Observações sobre os princípios antecedentes

Franklin, dando o epíteto de *indústria virtuosa* à cultura das terras, e à vida dos lavradores, *inocente vida*, parece não considerar as mais ocupações indispensáveis da sociedade na mesma linha de conta, mas antes como sendo os respectivos trabalhadores destituídos de inocência e virtude, ou como sendo-lhes estas qualidades menos naturais, ou mais difíceis.

A pura verdade é, que a *mão de Deus* sempre obra em ajuda do trabalho dos homens, que dá o necessário, cómodo, e delicioso à vida, conforme às suas leis, se estes as entendem, e bem aplicam para os precisos suprimentos, e inocentes gozos. Na *agricultura*, operam e coadjuvam o braço dos homens as leis da vegetação; nas *manufacturas*, as leis da mecânica, pelo uso dos instrumentos e máquinas de abreviar, facilitar, e aperfeiçoar as obras: no *comércio e navegação*, as leis do movimento, do sistema planetário, do magnetismo, etc. O mesmo é em todos os trabalhos e ramos de indústria de extrair e colher os produtos da terra, dar-lhes as formas necessárias para os usos da vida, e transportar os produtos rudes, ou manufacturados, dos lugares em que superabundam, excedendo ao consumo de seus habitantes (e que por isso não teriam valor em câmbio) para os lugares em que faltam, e se demandam, tendo os seus habitantes a faculdade de pagar o seu preço necessário da produção e transporte.

Na agricultura, propriamente dita, não podem frutificar os trabalhos sem os instrumentos necessários de rotar os matos, abrir as terras, segar as searas; e sem se edificarem casas de vivenda, ter utensílios e móveis domésticos; o que supõe prévios conhecimentos de se extrair os metais das minas, e se praticarem as artes elementares fabris, sem que não há povoações civis, nem vilas e cidades. No progresso da civilização, a agricultura só se estende e floresce com o descobrimento e uso de engenhosas máquinas hidráulicas, mecânicas, e pirotécnicas, etc., que supõe prévios conhecimentos das leis dos fluídos, do ar, do fogo, etc.

O mesmo se pode dizer das *pescarias e salinas*, com que tanto se têm aumentado os fundos sociais, para manutenção dos homens, preventivo da corrupção dos vegetais e animais úteis, e dos despojos destes, como lãs, peles, sebos, e outras substâncias, que inteiramente seriam perdidas para a humanidade, ou se converteriam em sua destruição, apodrecendo, se inumerável gente não se ocupasse em inquirir os usos das coisas (que são *obras do Criador*) observando as leis de que depende a sua existência, conservação, e o bom uso.

A falta de exacção nas ideias económicas se corrigiu em parte pelo bom senso do autor, que, nos seus ditos *Ensaio*s, reconhece as vantagens dos mais ramos de trabalho útil, e activa indústria. Por exemplo: ele

diz *quem pesca um peixe, extrai das águas uma peça de prata*, bem como o que lança a semente na terra, é recompensado com a colheita de quarenta vezes maior quantidade; diz que a *agricultura e pescarias* são grandes fontes da riqueza de seu país.

Quando fala contra as proibições do comércio, ainda em tempo de guerra com o inimigo, diz -os comerciantes, que por seus negócios promovem o bem-comum do género humano (tão bem como os lavradores e pescadores, que trabalham para a subsistência de todos) não deveriam jamais ser interrompidos, ou molestados em seus negócios, mas gozar da protecção de todos os príncipes em tempo de guerra, igualmente como em tempo de paz.

-Nas transacções de comércio, não se deve supor que, semelhante ao jogo, o que um parceiro *ganha*, e outro parceiro necessariamente *perde*. O ganho a cada um vem a ser igual. Se um indivíduo tem mais trigo do que pode consumir, mas carece de gado, e outro indivíduo tem mais gado, mas carece de trigo, o troco é ganho a ambos; e por ele se aumenta o fundo comum dos confortos da vida.

Logo o comércio não se faz (no geral) *enganando*, como diz Franklin. Antes, ao contrário, o comércio, no geral, é justo, e não de engano; pois, com fraude, e a não prevalecer a boa fé nos comerciantes, o comércio não se pode estender, e prosperar. Em nenhuma outra classe se vê tão vasta e usual confiança e boa fé recíproca, que nas dos comerciantes, que até se correspondem com as pessoas e regiões as mais distantes, entregando-lhes mutuamente imensos cabedais, sem nunca se verem, nem conhecerem senão pelo seu *crédito*.

Ainda que a inteligência tire sempre vantagem da ignorância, contudo, quando o importador estrangeiro alcança de um povo rude por alguma mercadoria, cujo valor não sabe, exorbitante preço, superior ao seu custo de se produzir e trazer ao mercado, e o racional ganho do vendedor; esta vantagem é só temporária, e de breve duração, onde o comércio é franco a todas as nações; porque, além de ser o interesse do comprador comprar pelo menor preço, regateando, pela regra que dirige a todos os indivíduos nos seus negócios *no que vós cuidais, cuidamos*, a concorrência dos competidores na venda, quase sempre, estabelece a *igualdade do câmbio*, e reduz o valor, ainda das mais finas mercadorias, ao seu *preço necessário*, do menor *custo da produção*, sem o que não pode haver mais reprodução, e comércio delas.

Também Franklin não é exacto na importância subalterna que dá às manufacturas, como só de valor equivalente aos materiais da obra, e ao dos artigos de subsistência necessários aos obreiros; porque não compreendeu a parte do preço das mesmas manufacturas correspondente ao justo interesse do capitalista que adiantou o *capital*, isto é os fundos de proporcionados materiais, instrumentos, subsistências (ou do dinheiro com que se paguem) e correu os riscos da obra, e venda. Além de que, não havendo a ciência mui variada, e mui superior à

necessária para a agricultura ordinária, não existiriam, ou não se reproduziriam em grande cópia, os mesmos produtos desta.

De mais: quase em todas as culturas há fábricas colaterais, e inseparáveis; por exemplo: as do trigo, oliveiras, vinhas, que trazem anexas os moinhos, e lagares, para logo, sem perda de tempo, bem se manufacturarem os seus produtos em as novas formas de farinha, azeite, vinho. A cultura da cana de açúcar está no mesmo caso, e demanda conhecimentos superiores de estática, hidroestática, e química, para a manufactura do açúcar, aguardente, refinaria. Finalmente as nações mais adiantadas nas artes manufactureiras são necessariamente mais populosas, instruídas, e civilizadas, do que onde só existe, ou prepondera, a agricultura com as artes ordinárias; por haver nelas incomparavelmente maior *divisão de trabalho*, e desenvolvimento de talentos; e consequentemente indefinida extensão de empregos lucrativos, e bem equilibrados, para o sustento da geral indústria.

Em tais nações, o espírito da invenção se desperta e exalta para contínuas obras novas, e mais perfeitas; o que não é tão fácil na agricultura, pela rusticidade dos comuns lavradores, sempre rotineiros e de espírito indócil, refractário, e resistente à introdução de qualquer novidade em seus métodos de trabalhos, e moda da vida. Havendo melhor direcção da indústria, e mais oportuna distribuição do trabalho em cada subdividida ramificação dele, daí resultam contínuas descobertas das mais engenhosas máquinas, que poupam tempo e braços, e dão a maior economia a todas as tarefas, para haverem mais copiosos, perfeitos, e baratos produtos; valendo-se os homens dos *agentes da Natureza*, como ar, fogo, água, metais, etc., para se aproveitarem da sua potência e ajuda em próprio benefício.

Assim as nações manufactureiras de liberal governo, não só têm gente sobeja para os empregos, mas também maior certeza e segurança dos produtos do seu trabalho; por serem feitos (por assim dizer) debaixo dos asilos das casas e fábricas, e por isso menos interrompidos, e mais independentes da inclemência das estações, que, segundo os anos maus, destroem as esperanças do lavrador. Além de que podem, com o produto do trabalho de dez homens do próprio país, comprar o produto do trabalho de vinte ou mais homens dos países com quem commerciam, tendo ao mesmo tempo superior justo ganho e certeza de extracção em vários Estados, e preferência no mercado, sem força e injúria de ninguém; dando ao mesmo tempo os compradores a vantagem de mais copioso, perfeito, e barato suprimento, do que se tentassem a sua produção sem iguais meios.

São incontestáveis as vantagens da agricultura nos seus principais ramos de plantação e criação, principalmente dos vegetais e animais necessários à subsistência e ajuda dos trabalhos da sociedade, sem excluir a mineração dos metais, e extracção dos fósseis de mais geral uso nas artes ordinárias.

Sem dúvida, em terras vastas, incultas, e férteis, os trabalhos na agricultura constituem a mais natural, e ainda necessária, ocupação do maior número de pessoas, segundo acontece em Estados de novas colônias, pela barateza das ditas terras, e pequena população: nestas circunstâncias, nenhum emprego de capital pode ser mais produtivo, se o país é marítimo, e o comércio franco com os estrangeiros, que, sendo mais adiantados nas artes superiores, pela antiguidade de seus estabelecimentos, e multidão de industriosos, podem comprar os produtos rudes, dando a estes pela sua exportação, um valor que aliás não teriam.

Franklin pensava bem atentas as circunstâncias do seu país; mas em estado mais adiantado de civilização, a generalidade da sua doutrina não é aplicável.

CAPÍTULO XVI

Discussão das doutrinas dos economistas deste século sobre a diferença entre a riqueza nacional e individual, e entre riqueza e valor das coisas

Já acima fiz menção das doutrinas do hábil economista inglês, o Conde de Lauderdale, na sua obra da *Inquirição da Natureza e Origem da Riqueza Pública*; aqui ora indicarei outras que são notáveis pela sua singularidade. Diz no Cap. 2, que não se achava em parte alguma a *definição da riqueza*; e considerando a *riqueza pública* por sinónima de *riqueza nacional*, decide ser a característica diferença de uma e outra, em que a *riqueza pública* consiste em tudo que o homem deseja como útil ou agradável; e a *riqueza individual* consiste em tudo que o homem deseja como sendo-lhe útil e agradável, mas que existe em algum grau de escassez.

Este escritor sustenta haver constante opposição entre a *riqueza pública* e a *riqueza individual*; e que uma não pode existir senão à custa da outra: ele contesta a que diz ser *ordinária definição* da riqueza pública, como consistindo no *agregado das riquezas dos indivíduos que compõem a nação*²⁶.

É de admirar, que o dito estadista inglês, aliás bem refutando o erro dos economistas franceses, de que acima se tratou no Cap. XII, contudo recaísse substancialmente no mesmo desvario; por não distinguir a

²⁶ Esta até foi a opinião do celebrado antigo orador e consul de Roma. Neque solum nobis divites esse volumus, sed liberis, propinquis, amicis, maximèque reipublicae: *singularum enim facultates et copia, divita sunt civitatis* [Não queremos apenas ser ricos para nós mesmos, mas para os nossos filhos, os nossos parentes, os nossos amigos e, sobretudo, para o Estado. Com efeito, as possibilidades e a abundância de cada um são a riqueza da cidade], Cic. Off. Liv. III, C. 15.

riqueza dos indivíduos, que provém de algum *monopólio*, da que é adquirida por honesta indústria sob a lei da concorrência.

Reconhecendo o absurdo dos ditos economistas que disseram consistir a riqueza nacional simultaneamente na *abundância* e *carestia*, que aliás (segundo diz) são tão incompatíveis como *o calor e frio*, faz as seguintes observações.

«O senso comum do género humano se sublevaria contra a proposta de *aumentar a riqueza* de qualquer nação, *criando a escassez* de alguma mercadoria útil e necessária ao homem. Por exemplo: suponhasse um país possuindo abundância dos necessários e cómodos da vida, e cheio das mais puras correntes de água: que juízo se faria do entendimento da pessoa que propusesse, como meio de aumentar a riqueza de tal país, o *criar a escassez da água*, cuja abundância aliás justamente se considera como um dos maiores bens de qualquer Estado? Suponha-se ser possível criar tão grande abundância de qualquer espécie de alimento como existe a de água: que se pensaria do conselho de quem recomendasse ao governo, que, sobrevivendo escassez e carestia desse género, não se providenciasse à introdução da possível abundância de víveres?»

Até aqui discorre bem este escritor. Porém desorienta-se da verdade, e ainda do senso comum, nas asserções seguintes, em que não dá carácter de *riqueza à quantidade* dos produtos da natureza e arte, mas à *escassez* que lhe exalta o *valor venal*, ou *preço no mercado*. Assim diz:

«Se a natureza desse a alguma nação, ou a arte lhe pudesse procurar, tal abundância, que qualquer indivíduo pudesse sem custo apoderar-se de quanto precisa, ou deseja, os cidadãos que a compõem, possuiriam o maior possível cúmulo de bens; ainda que, em tais circunstâncias, é impossível que qualquer coisa do país alcançasse o *atributo de riqueza*; pois que então, participando todas as coisas de uma abundância igual à da água e do ar, seriam logo destituídas de valor, ou da possibilidade de constituir alguma parte da riqueza individual. Os habitantes de tal país, tendo assim abundância de tudo que o homem pode desejar, viriam, sem a possibilidade de possuírem riquezas, a gozar de toda a opulência, e dos confortos da vida, que as maiores fortunas poderiam segurar. Na dita hipótese, diminuindo-se essa abundância, é óbvio; que a nação se empobreceria; mas, por tal diminuição, se daria valor às coisas do uso ou do desejo dos homens, e conseqüentemente se *criariam riquezas individuais*.

«Ninguém pode duvidar, que a *abundância* do trigo é o mais importante artigo da riqueza nacional, e que a sua *escassez* é o mais triste sintoma da miséria do povo: contudo não é menos certo, que a diminuição do produto do trigo em algum país, aumenta o valor e preço do mesmo trigo; e que, sendo a sua produção aumentada só na décima parte mais do que exige o seu consumo ordinário, logo o preço do trigo desce no mercado a metade de seu valor, segundo a experiência dos negociantes práticos no respectivo comércio».

«Em proporção que se aumenta a riqueza dos indivíduos, pelo aumento do valor de alguma mercadoria de que estão de posse, a riqueza da nação é geralmente diminuída; e em proporção, que se diminui a massa das riquezas individuais, pela diminuição do valor de alguma mercadoria, a opulência nacional é geralmente aumentada».

«Este princípio (conclui ele) é tão bem entendido por todos que têm interesse de tirar vantagem dele, que só a *impossibilidade de geral conluio* é que protege a riqueza pública contra a capacidade dos possuidores da riqueza particular; pois que, onde esse conluio é possível, logo se vêem os fatais efeitos da disposição dos indivíduos de aumentarem a sua riqueza à custa, ou com diminuição, da riqueza nacional».

Isto exemplifica pela economia da Companhia Holandesa da Ásia a respeito das suas especiarias e das colónias europeias a respeito do seu tabaco; e ainda da polícia de França no reinado de Luís XIV, que limitou a cultura das vinhas, para se levantar o preço dos respectivos produtos, pela diminuição de sua quantidade.

David Ricardo na sua insigne obra de 1817 dos *Princípios de Economia Política* é o escritor que no Cap. 28, fundando-se na doutrina de Smith, deu a genuína definição da riqueza das nações, dizendo consistir, pura e simplesmente, na abundância dos necessários, cómodos, e gratos da vida. Ele assim refuta a opinião diversa.

«Por se confundirem as ideias de *valor e riqueza*, é que se tem afirmado, que, diminuindo-se a quantidade das coisas, isto é, dos necessários, cómodos, e gozos da vida humana, se aumentam as riquezas de um país. Isto seria inegável, se o *valor* fosse a *medida das riquezas*, visto que pela *escassez*, isto é, pela *diminuição da quantidade das coisas*, necessariamente tem alta o seu *valor venal*: (ou preço do mercado) porém se a riqueza consiste (como na verdade é) na *abundância dos necessários cómodos, e agradáveis à vida*, então é evidente, que não pode ser aumentada pela diminuição da quantidade de tais coisas; pois, por causa dessa diminuição, cada indivíduo vem a ter a menor porção para seu uso, e as mesmas coisas não se podem distribuir a maior número de indivíduos do povo, como aliás seria possível havendo maior abundância».

«Sem dúvida vem a ser mais rica a pessoa que obtém a posse de uma coisa de valor, e que se acha em pouca quantidade, se, pela venda dela, pode adquirir mais artigos necessários, cómodos, e agradáveis à vida; porém então esse favorito indivíduo se constitui mais rico à custa de todos os outros, que ficam privados do suprimento de uma porção de tais artigos, que o possuidor da coisa escassa a si atrai».

«Se a água for escassa (diz o Conde de Lauderdale) e exclusivamente possuída por algum indivíduo, as riquezas deste se aumentariam; e se a riqueza nacional fosse o agregado da riqueza individual, também pelo mesmo meio se aumentaria a riqueza nacional».

«Porém isto supõe antes o *monópolio da água*, do que a sua escassez, e consequentemente daí resultará o mau efeito de todo o monopólio. Sem dúvida se aumentarão as riquezas do indivíduo que tiver o monopólio da água; pois que, nesse caso, cada pessoa, para ter esse suprimento necessário, será forçado a dar maior porção dos seus bens; por exemplo, o lavrador dará maior porção dos seus frutos; o sapateiro maior porção dos seus sapatos; e todos os mais indivíduos maior porção dos respectivos réditos, do que aliás dariam, se não houvesse tal monopólio, e lhes fosse livre ter a precisa quantidade de água por nada. Assim todos os membros da nação se tornam mais pobres, pelo sacrifício que são obrigados a fazer das suas riquezas; e o monopolista da água vem a ter ganho, em proporção da perda dos seus concidadãos».

Mr. Say na sua citada obra de economia política no Liv. 2, Cap. 4 (edição de 1814) pag. 38 em nota diz, que o inteiro livro do Conde Lauderdale é fundado na *proposição errônea*, que a *escassez de uma mercadoria, que diminui os recursos da sociedade, aumenta os dos particulares, pelo aumento do valor que vem a ter a mesma mercadoria na mão de seus possuidores*. Assim (diz este economista da França) *estabelecendo-se um só princípio em falsa base, cai toda a obra, e se escurecem as ideias, em vez de se aclararem*.

Porém a este mesmo escritor se pode no assunto aplicar e retorquir a sua própria censura, e sentença; pois que, nem assinou a exposta categórica razão que invalida a opinião do economista inglês; e ele mesmo se mostra incoerente, por ter confundido as ideias; aliás mui diversas, do *valor em uso*, e *valor em câmbio*, (isto é o valor de *utilidade*, e valor de *mercado*) vindo assim (no fundo) a sustentar o erro dos economistas do seu país, que consideraram consistir a riqueza, não na quantidade, e consequente abundância e barateza dos produtos, mas na sua carestia, e consequente alto preço na venda; visto que toda a sua obra se funda na base do *valor venal das coisas*, qual se vê estabelecida logo no Liv. 1º Cap. 1º, e que confirmou no Liv. 2º Cap. 1º 2, assim dizendo:

«Temo-nos elevado à *consideração importante*, que a *riqueza consiste, não no produto em si mesmo; (pois que ele não é uma riqueza, se não tem um valor) mas no seu valor*».

«O valor das coisas se fixa pela luta entre os que fazem a *demanda* e a *oferta*: se esse valor se estima em moeda, chama-se *preço*: a demanda se aumenta, à medida que o produto baixa de preço, e ele cai ao nível das faculdades de maior número de consumidores».

«Como as riquezas dos particulares sobem por graus insensíveis dos mais pobres aos mais ricos; em tudo onde há venda e compra, quanto mais tem alta, ou baixa, os preços, tanto as coisas se põem ao alcance de menor, ou de maior, número de consumidores».

No Liv. 1º Cap. 7º, falando dos bons efeitos das *máquinas*, que multiplicam e barateiam os produtos, diz judiciosamente na pag. 57: «Pode parecer paradoxo, mas não é menos verdadeiro, que a classe dos

obreiros é de todas a que tem mais interesse nos inventos dos processos que poupam a mão-de-obra; visto ser essa, e toda a classe indigente, a que goza mais do baixo preço das mercadorias, e sofre mais pela sua carestia.

Logo a riqueza nacional, e consequentemente a prosperidade dos povos, que resulta da quantidade, e abundância de seus suprimentos, e inocentes gozos da vida, será maior, à medida que se multiplicarem, e, em consequência, baratearem, os *produtos* com o *menor possível trabalho dos homens*, ou, (segundo a frase do mesmo Say) *menor custo da produção*, pela extensão da inteligência da humanidade; cujos produtos se poderão aumentar indefinidamente pelo progresso da civilização, o qual ocasionará novos inventos de máquinas, e processos engenhosos. Estes aumentariam a cópia dos que Mr. Say chama *dons gratuitos* da natureza, como o ar, água, e luz do sol, os quais certamente são *riquezas*, que têm muito valor em uso, mas ordinariamente nenhum valor em câmbio, isto é, na sua venda e compra no mercado. A abundância dos produtos, e a mesma razão de terem custado pouco, ou nenhum, trabalho dos homens, não lhes tira, antes melhor constitui, o seu caráter de *riqueza*.

Mr. Say diz, que é mui pequeno o número dos *dons gratuitos* da natureza, e que quase tudo o que compõe a riqueza das nações, é produto do trabalho dos homens; e que o valor de cada produto consiste na respectiva *utilidade*, e no *preço* que por eles se dará em troco.

Mas se as coisas tivessem *valor venal* no seu troco em proporção de sua utilidade, seguir-se-ia que, quanto mais se multiplicassem as coisas úteis que os homens precisam ou desejam, tanto maior seria o seu preço no mercado. Mas a experiência está positivamente em contrário: pois o efeito imediato, e infalível, da multiplicação das coisas úteis é a diminuição do seu preço, e a extensão do consumo, pondo-se elas, em virtude da abundância, e da barateza, ao alcance de maior número de pessoas, isto é, de suas *faculdades de pagar*, e isto (nos casos ordinários) com a vantagem de ter o produtor mais segura venda, e, em consequência, constante estímulo para a reprodução; assim coincidindo o interesse do industrioso e do povo.

Se a natureza em todos os tempos e lugares fosse tão liberal e profusa, que desse abundância das que Mr. Say chama *riquezas naturais* sem trabalho, e isto na cópia, forma, e situação, que os homens precisam, e desejam, tais coisas, por mais úteis que fossem, não teriam valor venal, à semelhança do ar, luz, água; e cada indivíduo teria igual faculdade e facilidade de desfrutar sem custo os bens da vida, havendo-os do inexaurível fundo comum. Contudo é evidente, que, nessa hipótese, as coisas teriam muito valor em uso, e nenhum, ou pouco, valor em câmbio, e os homens possuiriam a maior riqueza possível com o menor trabalho possível.

Sem dúvida a natureza não é muito dadivosa ao homem selvagem, e ignorante, ainda das que Mr. Say chama *riqueza naturais*; e não dá inteiramente de graça os seus tesouros aos homens civilizados. Porém não é menos certo, que ela continuamente coopera com os homens, fazendo-lhes a mais penosa parte de suas obras, para os alimentar e enriquecer, em proporção que eles melhor conhecem os usos das produções da terra, e sabem proporcionar os seus trabalhos às qualidades dos terrenos, e aproveitar-se das forças de que o mesmo Mr. Say chama *agentes naturais*, desenvolvendo as faculdades racionais e sociais, em observância das leis do seu divino autor.

Por isso, no progresso da civilização (a que se não podem assinar limites) o *entendimento humano*, sendo o constante intérprete, ministro, sócio, e dispenseiro da natureza, está continuamente fazendo esforços (e já os tem feito muito felizes, e prodigiosos) em descobertas de úteis produções, terras férteis, e grandes máquinas de poupar tempo, e trabalho, para multiplicação e abundância de todas as coisas: e bem assim, pela ciência da navegação, e construção de estradas, e outras obras maravilhosas, faz aproximar artificialmente as distâncias dos países, para a facilidade, multiplicação, e barateza de toda a sorte de bens. Assim a reunião das inteligências na bem sustentada *cooperação social*, tende a aumentar a liberalidade da natureza, com diminuição do penoso e perigoso trabalho dos homens, para dar-lhes a abundância de todas as coisas úteis, com o menor possível valor venal das mesmas.

CAPÍTULO XVII

Da produção e economia: dos produtores e consumidores

O constante propósito da ciência da riqueza das nações é inquirir os meios da maior produção, e da melhor economia no consumo e emprego dos bens da vida. Convém pois ter claras ideias do que é *produção e economia*; pois que há sobre isso confusas e prejudiciais noções.

Produção é propriamente algum fruto ou extracto da terra, dos intitulados três reinos da natureza, vegetal, animal, e mineral. Quando ela é obra, pura e exclusivamente, da natureza, se diz *produção natural*; e quando para ela coopera o homem com a sua inteligência, indústria, e trabalho, se diz *produção artificial*.

Porém, em mais lato sentido, na economia política também se entende por *produção* qualquer obra e mercadoria, com que a *mão do homem* dá formas e transportes a quaisquer ditas produções extraídas do seio da terra, ou das águas que a cobrem, para os usos da socie-

dade: estas espécies de produções ordinariamente se dizem *produtos industriais e comerciais*, cujo valor se fixa e realiza em algum objecto visível, vendável, e durável: e aquelas formas e transportes são, em quase todas as produções da terra, naturais e artificiais, absolutamente indispensáveis, ou convenientes, para obterem o destino, e, sem isso, seriam inúteis. Portanto em boa razão merecem o título de *produção*: tanto mais que sempre a natureza é a real *produtora* nessas mesmas ditas obras e mercadorias.

Mr. Say distingue a produção em *material e imaterial*. Aquela é toda a que é visível, e mais ou menos durável, em algum objecto físico; esta é a que resulta de todos os serviços de manifesta utilidade, ou complacência dos homens, mas que não se fixa e realiza em objecto transmissível, como por exemplo, a voz do orador, a ária do cantor, a harmonia do instrumentista, a defesa do soldado, etc. bem que tais obras pereçam no mesmo instante de sua execução. Porém esta matéria se tratará na Parte IV em que se analisará a doutrina de Smith sobre o *trabalho produtivo*.

A *economia*, não se deve entender no sentido vulgar, pela mera parcimónia dos homens em não gastarem e consumirem, mas acumularem e guardarem, quaisquer produtos da natureza e arte; ou de entesourar em dinheiro e metais preciosos, coartando os seus necessários suprlimentos, e inocentes gozos, por espírito de avareza e mesquinhez, e não de frugalidade e previdência. Há também animais que têm este instinto de acumulação.

Nos homens porém o genuíno espírito de economia se exerce, tanto em saber poupar, como em saber dispendir; ela é o efeito de sua inteligência, com que, pelo medo de falta, e pela esperança de melhora, vê as dificuldades de subsistência no futuro, e a perspectiva de riqueza possível, para prover competentemente ao que precisa e deseja. O lavrador que lança semente à terra, parece, à primeira vista, fazer acto de loucura ao avarento e abarcador, que acharia melhor tê-lo em celeiro: porém, se bem o emprega na lavra, e vê depois em devido tempo, como ressuscitada, pela reprodução de maior seara, manifesta-se homem de boa economia, e ter aumentado a sua riqueza. O mesmo é se, em vez de o dar gratuitamente a pessoas que nada fazem, o emprega em sustentar a artistas, que lhe fabricam edificios, móveis, vestidos, e quaisquer outras benfeitorias e obras, com que pode melhor estender a sua lavoura, guardar os seus frutos, e quaisquer produtos rudes da terra, e dar-lhes as formas e transportes que lhes exaltem o valor, e segurem o mercado, a fim de reembolsar com lucro as despesas da cultura, e ser animado à sua continuação.

Por isso os economistas distinguem o *consumo estéril* do *consumo reprodutivo*. Aquele consumo destrói, e este aumenta as riquezas, tanto dos indivíduos, como dos Estados. Por isso quem sustenta muitos criados e parasitas, empobrece; quem sustenta muitos artistas e marinheiros, enriquece.

Todos os homens fazem consumo, visto que não podem viver sem consumir algum produto da natureza e arte; porém nem todos fazem um *consumo reprodutivo*, e outros até fazem *consumo destrutivo*.

Por isso convém distinguir entre os *meros consumidores*, e os *produtores de qualquer sorte*. Aqueles são os que não fazem trabalho algum útil, que, directamente contribua para haver abundância de riquezas, antes devoram os frutos do trabalho alheio, sem dar equivalente: estes são os que fazem algum trabalho de espírito ou corpo, que, mais ou menos remotamente, influi na produção e acumulação dos bens da vida; e que portanto merecem ter neles a partilha competente à sua cooperação.

CAPÍTULO XVIII

Da cooperação social

Cooperação social é a companhia entre a natureza e a humanidade, e entre os indivíduos e Estados entre si, para reunião de suas faculdades e forças de espírito e corpo em todas as partes da terra, a fim da maior produção das riquezas, e possível multiplicação e prosperidade da nossa espécie.

Não pode entrar em dúvida a existência desta companhia, e da *lei da sociabilidade*, estabelecida, para a sua devida extensão, pelo Regedor do Universo. Mas em verdade se pode dizer, que a natureza entra para a companhia com todo o *capital*; visto que somente em seu seio existem os tesouros da subsistência e opulência, e as *potências produtivas* de todas as coisas, pela energia operativa das leis do Criador; e que a humanidade só entra para a mesma companhia com sua *inteligência, indústria, e trabalho*, para se aproveitar dos fundos da natureza, valendo-se dos respectivos *agentes físicos*, animados ou inanimados, e facilitando com seu auxílio as próprias forças e operações, a fim de obter os bens que precisa ou deseja, com o menor tempo, incômodo, e perigo.

A natureza, por ordem do seu Divino Autor, é a que produz e dá tudo: a mão do homem só pode dar formas e transportes aos produtos naturais para os usos da sociedade.

Em todas as circunstâncias da sociedade, a natureza coopera com o homem em quaisquer obras e empresas. Quanto a natureza fizer mais e o homem fizer menos, nas ocupações de que resulta abundância do necessário, cómodo, e grato à vida, tanto será superior a civilização, riqueza, e prosperidade do género humano.

A natureza coopera com mais brevidade, eficácia, e profusão, em benefício dos homens, em proporção que são mais inteligentes de suas leis, e sabem empregar os *agentes físicos* nas tarefas sociais.

Porém esta grande social obreira é mais tarda, e menos liberal, na produção dos fundos de subsistência, do que nos de todas as outras sortes de suprimentos; porém, em compensação, ela limitou nos homens as reais precisões do alimento à estreita capacidade do estômago; entretanto que lhes plantou no espírito indefinido desejo de gozos dos bens que fazem a vida aprazível. Por isso no estado civilizado os homens formam para si próprios as que se dizem *necessidades factícias*, que são vivos agulhões da indústria, para vencerem a inércia da matéria, e a sensibilidade animal, que obstam a pôr em movimento o trabalho necessário, e fazer estudo dos meios de se desenvolver a inteligência. Além disto o homem é a única criatura da terra que tem a faculdade e habilidade de dar artificial fertilidade aos campos, para obrigar a natureza a dar-lhe abundância de produções de alimento e gozo, em cópia de que não se conhecem os limites.

Tudo que é pura obra da natureza, é dom gratuito: só tem valor venal, e se exige equivalente no mercado, pela parte que contém trabalho do homem: aliás, nos casos ordinários, ninguém o paga.

Logo que se descobrem terras novas férteis, ou a inteligência humana por quaisquer traças e invenções acha mais expedientes de multiplicar produtos da natureza e arte em menos tempo e trabalho, necessariamente baixa o respectivo valor venal, em benefício da humanidade. Isto amplamente se mostrará na Parte III.

Por sábia economia da providência, para recíproco benefício, e doce vínculo de mútua correspondência, e liberal dependência dos Estados, a natureza diversificou as suas potências produtivas, para suprir aos homens com certas espécies de riquezas, no seu estado rude, ou manufacturado, em vários países e climas, dando aos respectivos habitantes superiores facilidades e vantagens nas operações respectivas para adquirirem tais riquezas, que os habitantes dos outros países podem invejar, mas não poderão tolher, nem competir, devendo só desfrutar por via do comércio, trocando-as por outras equivalentes produções, para que a natureza também lhes tenha dado privativas especialidades.

Se os homens atendessem e guardassem a dita economia, eles poderiam assaz multiplicar a própria espécie (nos limites da razão) convivendo em paz e abundância, sendo a cooperação social bem sustentada em todas as regiões habitáveis da terra. Mas, por desgraça do evidentemente decaído estado da constituição humana, os povos, e seus governos, têm adoptado economia contrária à da providência: por isso há tanta pobreza, miséria, e guerra; e os homens porfiam em vãs empresas, e se matam, sem fruto, de penosos trabalhos desnecessários, seja por ódio de inimigos, seja por fátuo *espírito de abarçamento*²⁷.

²⁷ É adágio português *Quem muito abarca, pouco aperta*.

A teoria da *cooperação social*, e da consequência judiciousa *divisão do trabalho*, isto é, conforme aos dons de cada território, e aos talentos dos indivíduos de que se tratará, (na Parte IV destes estudos) não é de especulação teórica, mas de já visível aproximativa prática no actual progresso do comércio do mundo, que dá justa esperança (também fundada na religião²⁸) de que se irá gradualmente estendendo, e se universalizará até os confins do orbe.

Pois o homem, não só é *animal gregário*, como algumas espécies de animais que vivem em companhia; mas é *essencialmente social*, visto que não pode subsistir, e menos gozar quanto deseje, sem extensa companhia de seus semelhantes: os mais fortes aspiram a estendê-la por conquista e dominação; e os mais inteligentes, pela correspondência mercantil e literária.

Ainda que, segundo a expressão de um filósofo, a natureza do homem seja mais inexplicável que a hidra da fábula, e pareça ter em si inextermináveis princípios anti-sociais; contudo os dotes e faculdades da fala, canto, riso, lágrima; desejo de comunicar seus pensamentos e affectos às mais remotas distâncias, e desfrutar os bens de todos os climas; a curiosidade de saber dos sucessos históricos, de antigos e remotos povos, passados, e contemporâneos; comum *senso moral*, e facilidade de recíproco ensino; provam até à evidência, que o Autor da natureza não deu de balde tais attributos, e que virá época em que se realize a universal amigável *cooperação social*.

É muito de notar, que os homens têm mais exaltado espírito de honra, e timbre nacional, em proporção que pertencem a Estado mais extenso e populoso, isto é, onde é mais sustentada a sua cooperação em todos os ramos da geral indústria, e têm maior correspondência mercantil e literária com todo o mundo. Então parecem sentir as forças das reunidas faculdades de toda a espécie humana.

CAPÍTULO XIX

Da ordem natural da cooperação dos homens na origem e progresso da sociedade

O celebrado professor Malthus no seu *Ensaio sobre o Princípio da População*²⁹, fez o seguinte breve, mas luminoso, quadro da origem e progresso da sociedade civil na sua ordem natural.

«Será para sempre verdade, que o *produto supérfluo* à manutenção dos cultivadores das terras (entendendo-se estes no seu mais lato sentido),

²⁸ *Far-se-á um só rebanho, e um só pastor*, Evangelho de S. João.

²⁹ Aditamento ao Liv. 3, Cap. 8, Edição 5 de 1817.

mede e limita a existência do número de pessoas, que não são empregadas no trabalho das mesmas terras. Em todo o mundo o número dos artistas, comerciantes, proprietários, e mais pessoas que se ocupam em várias profissões civis e militares, se deve exactamente proporcionar àquele produto supérfluo, e, pela natureza das coisas, não pode crescer além dele.

«Se a terra fosse tão escassa do seu produto, que obrigasse a todos os seus habitantes a trabalhar para terem o absoluto necessário à vida, jamais poderiam existir artistas, e outras classes de industriosos».

«O primeiro comércio da terra com o homem foi um presente voluntário, não na verdade mui largo, mas suficiente, como fundo para sua subsistência, até poder procurar maior cópia. Porém este poder só lhe foi dado exercer com efeito naquela *qualidade de terreno*, que é capaz de produzir muito maior quantidade de alimento, e materiais para vestido e edificio, do que é necessário para sustentar, vestir, e acomodar as pessoas ocupadas na cultura desse terreno. *Essa qualidade* é o fundamento de se obter tal produto supérfluo, e particularmente distingue a indústria empregada, sobre a terra.

«Em proporção que o *trabalho* e o *engenho* do homem exercido sobre a terra tem aumentado aquele produto supérfluo, dá-se *descanso* a maior número de pessoas, para se empregarem em todas as *invenções*, que embelezam a vida civilizada; ao mesmo tempo que o *desejo* dos cultivadores das terras de se aproveitarem dessas invenções, continuamente os estimula a aumentarem o dito produto supérfluo.

Este desejo na verdade se pode considerar quase como absolutamente necessário para dar a tal produto supérfluo o seu conveniente valor, e para animar os cultivadores das terras para fazerem mais extensa colheita do mesmo produto. Porém, ainda assim, a *ordem da precedência* é esse produto supérfluo; pois que primeiro se deve adiantar uma porção dos fundos necessários à subsistência de quaisquer artistas, antes que estes possam completar a sua obra; e nenhuma sorte de indústria pode dar um passo, sem que os cultivadores das terras colham dela a maior quantidade de produtos do que precisem para o seu consumo».

«Portanto, ainda que o comércio e as manufacturas sejam necessárias à agricultura, contudo a agricultura ainda é mais necessária ao comércio e manufacturas».

Esta doutrina mostra a *acção e reacção* entre os primeiros trabalhos dos homens, e as suas invenções e indústrias posteriores. Nela se reconhece a *importante verdade* que o *descanso* é necessário às *invenções*, e aos consequentes melhoramentos sociais; sendo impossível, que, enquanto os homens fazem trabalhos mecânicos, como os animais para obterem os produtos da terra indispensáveis à vida, possam sair do bruto estado selvagem.

Porém o autor não fez a conveniente discriminação entre os graus dos efeitos do trabalho original, e dos subseqüentes desenvolvimentos da inteligência, para saberem os homens, por assim dizer, forçar a natureza a lhes dar melhores e mais extensos *presentes voluntários*, tendo menos penoso trabalho, e o maior possível tempo de *descanso*, para poderem fazer meditação e estudo sobre as obras e leis da natureza, a fim de imitarem aquelas, e se valerem das potências produtivas da terra, e dos agentes da mesma natureza.

CAPÍTULO XX

Observações sobre a primeira causa da riqueza das nações

Adam Smith, logo na *Introdução* da sua obra pôs a *inteligência humana* por base do seu sistema; dizendo (fosse por modéstia ou dúvida) que a *real riqueza das nações*, isto é, a *abundância dos produtos de sua terra e trabalho*, qualquer que seja a extensão e fertilidade do seu território e clima, *parece* depender mais da habilidade, destreza e prudência, com que o seu anual trabalho é, no geral, aplicado, do que do número das pessoas empregadas em *trabalho útil*.

Esta *grande verdade* que transluz em muitas partes da sua doutrina, o autor prova com dois decisivos factos, que estão aos olhos de todo o mundo.

O 1º é o quadro comparativo do estado selvagem com o estado civilizado: ali, posto que os selvagens façam muitos trabalhos penosos, e mortíferos, contudo vivem miseravelmente, e até obram desumanidades, expondo à morte os seus velhos e meninos, por não poderem sustentá-los, em razão de sua crassa ignorância, ainda que aliás habitem em vasto e fértil terreno: aqui porém ainda que muita gente não trabalhe, e muita outra devore e estrague os frutos do trabalho alheio; contudo é tão grande o anual produto do país, que até os indivíduos das classes ínfimas, sendo frugais e industriosos, não só têm a subsistência segura, mas também muitos cómodos e gozos da vida.

O 2º facto é o estabelecimento de colónias de nações civilizadas em países vastos, desertos, e férteis, que (diz o dito Smith) *avançam para riqueza e grandeza mais rapidamente que qualquer outra associação de homens*: porque os fundadores de tais colónias logo ali introduzem as leis da ordem civil, e os *conhecimentos* da agricultura, artes e ciências; vantagens, que os selvagens e bárbaros jamais podem ter de próprio acordo, ainda no decurso de muitos séculos.

Porém o mesmo Smith, ainda que no Liv. 1, Cap. 8, comprehendesse no exercício das faculdades do homem *o trabalho do corpo e do espírito*,

contudo atribui todas as vantagens da civilização e opulência ao seu favorito princípio da *divisão do trabalho*, o qual todavia parece que só procede para os casos ordinários, e não para os grandes melhoramentos da sociedade, como espero mostrar na Parte IV.

Ele estabelece o teorema, que a riqueza das nações só pode crescer em duas vias: ou aumentando-se o número dos trabalhadores produtivos, ou as *potências produtivas* dos mesmos trabalhadores, que diz consistirem na judiciosa distribuição dos empregos da geral indústria, e no invento e uso das melhores máquinas de abreviar e aperfeiçoar os produtos da natureza e arte, salvando tempo e trabalho, e que diz serem *obras de profundo pensamento, e felizes esforços do engenho humano*. No final do dito Liv. 1, Cap. 8, considerando a sociedade como uma grande companhia, e oficina do laboratório dos homens, conclui que, quantas mais *cabeças houverem a pensar*, tanto é mais verosímil que novas máquinas se inventem, para se fazer muito maior quantidade de obra com proporcionalmente menor taba-lho.

Mr. Canard nos seus *Princípios de Economia Política*, que, no princípio deste século, foram coroados pelo corpo literário do *Instituto Nacional de Paris*, é o economista que mais distintamente declarou ser a *inteligência dos homens* a primeira causa da riqueza das nações, atribuindo ao mero trabalho corporal só o minguado suprimento do estreito necessário à vida, *que a natureza lhes prepara*. Assim diz no Cap. 1º, § 1º.

«A natureza, dando a todo o ente sensível necessidades e facultades, quis que ele trabalhasse para a sua conservação, e ao mesmo tempo lhe deu para ela os meios. As necessidades do animal se limitam a comer o *sustento que a natureza lhe tem preparado*, e o seu trabalho se limita a buscá-lo».

«*Tal é o homem no estado selvagem*: o seu trabalho se limita à caça, ou à busca do que lhe é necessário para o seu sustento, e passa o resto do seu tempo na ociosidade. Mas recebeu, em dote superior ao animal, o desejo dos *gozos supérfluos*, e a *inteligência necessária* para os procurar. À sua actividade pois, e ao seu trabalho, se deve a grande diferença, que separa o homem civilizado do homem selvagem».

Este engenhoso escritor, que assim tão compreensivamente subiu à original causa da riqueza das nações, bem que no teor da sua obra reconhecesse assaz que as diferenças das inclinações e facultades dos homens também ocasionam a diversidade de sua indústria, economia, e riqueza, quase que perdeu de vista o *princípio da inteligência*, e só fez longa análise do *princípio do trabalho* nas suas principais ramificações, atribuindo a este a opulência da sociedade. É porém de incalculável importância estremar os distintos efeitos ou influxos da inteligência, indústria, e trabalho.

CAPÍTULO XXI

Das provisões da natureza, e instituições da sociedade, para os trabalhos necessários dos homens, e energia da cooperação social

Ainda que presentemente já seja bem recebida a opinião, de que a riqueza das nações não depende tanto da extensão e intensidade dos trabalhos mecânicos, como da inteligência com que é animada e dirigida a geral indústria; e por isso a habilidade dos que fazem a *inspecção* e *direcção* das empresas e obras particulares e públicas, se reputa de suma importância para a abundância e perfeição dos produtos respectivos³⁰; contudo, como, pela economia do Autor da natureza, especialmente no actual decaído estado da constituição humana, é forçoso haverem certos *trabalhos necessários*, para se obterem os bens da vida, sem que os homens não podem subsistir, nem convenientemente multiplicar-se; e todavia, em todos os séculos e países, pela inércia do corpo, e sensibilidade animal, repugnem ao trabalho penoso e contínuo, e por isso os mais fortes e inteligentes procuram, quanto podem, subtrair-se à *lei do trabalho*, e impor sobre os mais fracos e ignorantes o peso das tarefas de maior gravame e menos lucro; o Regedor da sociedade proveu eficazmente aos trabalhos necessários, pela *lei da existência*. *Lei da melhora da condição*. *Lei da propagação e do amor paternal*.

A *lei da existência* tem os mais fortes e universais efeitos, ainda nos animais. A *necessidade de comer*, para se poder subsistir, força a todos os homens aos trabalhos necessários a obterem e conservarem vasta cópia dos artigos de alimentos. Parece que a natureza (como se notou no Cap. 16) foi menos liberal à espécie humana em lhes formar obviamente esses artigos na superfície da terra, e os expôs à luta da concorrência com os animais, que também forcejam em se manter do escasso superficial fundo comum; a fim de lhes dar poderoso estímulo para os trabalhos necessários a obterem abundância dos mantimentos, e em consequência o descanso necessário a desenvolverem as faculdades do espírito. Sem isso, cairiam no torpor dos selvagens, e jamais sairiam do seu estado, ao mesmo tempo feroz e inerte, contentando-se com os frutos silvestres, e com precário, e mau comer, habituados a viver à maneira dos brutos.

³⁰ Por juízo do género humano, em todas as grandes empresas e obras, o feliz resultado se atribui, não aos obreiros e cooperários comuns, mas à inteligência de quem os animou e dirigiu. Assim a descoberta da América só se atribui a Colombo; as victórias aos generais; os templos aos architectos; a riqueza das nações aos bons governos, etc., quase esquecendo-se, e preterindo-se os nomes dos milhares de pessoas que cooperam, para o bom êxito das expedições, artefactos, e economia pública. Ainda que nada se faz no corpo físico sem os braços, e todavia as melhores obras se atribuem à cabeça: assim se ajuíza no corpo político.

À necessidade de viver acresce o incessante esforço de *melhora de condição*, o qual apoiado da esperança de fortuna, e riqueza (bem que só se realize em poucos indivíduos, que tiram as melhores sortes na *lotaria da vida*) é a *mola real* da indústria humana, e de imensa força subsidiária à *lei da existência*, com que cada pessoa é vigilante sentinela para bem guardar o depósito da existência, aspirando demais a fazer boa figura na sociedade. Smith diz, que ela opera no corpo civil, como o *oculto princípio da vida* dos homens, que anima todas as suas operações, e até repara as desordens na economia animal, para ter em saúde e vigor o corpo físico, e prevenir a sua dissolução.

O desejo de felicidade doméstica, com que quase todos os homens, executando a *lei da propração*, aspiram a ter filhos que lhe sucedam, e, de certo modo representativo, perpetuem a própria existência; e bem assim o intenso amor paterno, que excede a todo o afecto de que é susceptível a natureza humana; concorrem eficazmente a se fazerem os trabalhos necessários para o sustento da prole. Por isso se vê em as nações mais cultas assombrosa cena de actividade em todas as classes, e idades, só variando as ocupações; dizendo-se de muitos indivíduos, quando exercem empregos de seu gosto, que *trabalham por génio*.

As boas instituições civis podem contribuir a fazer alcançar os destinados efeitos as expostas providências da natureza. As mais eficazes são a *lei da propriedade*, e a *lei do matrimónio*, que seguram aos trabalhadores a competente partilha dos frutos de seus trabalhos, e aos cônjuges os direitos da tutela e honra da família, que unem e concentram vontades e forças, dando ao corpo do povo o mais vivo interesse de se fixar aos lares nacionais, e resistir à violência de inimigos, internos e externos, constituindo a principal potência civil, e a que o célebre político inglês Burke intitula *barata defesa das nações*. Crescendo de dia a dia a acumulação de capitais, que forneçam géneros de subsistência, materiais de obras, e instrumentos das artes, sempre se achará quem antes *queira trabalhar que morrer*³¹, porque, segundo bem diz o nosso épico:

Tudo obriga a vital necessidade.

Observa-se nos Estados, em proporção da sua civilização, e conseqüente maior observância das ditas leis (sendo fortificadas pelo influxo da religião) que os industriosos da classe infima e média têm mais razão de se queixar de *falta de emprego*, do que o público de falta de suprimento da *demand do trabalho*, principalmente quando a população se desproporciona aos capitais necessários a dar emprego aos que estão prontos a trabalhar.

Experimenta-se nas grandes fábricas, onde se paga aos obreiros em proporção da obra feita, que eles se matam de trabalho, para terem

³¹ O apóstolo das gentes deu a regra também para os operários da igreja *quem não quiser trabalhar, não coma*, S. Paulo aos Tessalonicenses II, c. 3, vers. 10.

mais lucro. Na China, o mais populoso império do Mundo, não há preguiçosos e vadios; e os obreiros e serviçais correm à porfia pelas ruas com os instrumentos de sua arte a oferecer a rebatinhas aos viandantes os seus préstimos e serviços; e se contentam com mui ténue salário, que mal lhes sustenta a miserável vida.

Finalmente, se o governo facilita a instrução pública, dá racional franqueza ao comércio, não obsta à emigração da população excessiva, e estimula o espírito de empresa, jamais podem faltar no Estado os trabalhos necessários.

Vê-se pois não ter fundamento a comum queixa que se faz da que se diz *natural indolência e preguiça dos homens*, a quem aliás a natureza deu tantos excitamentos para a vida activa. Ainda os poderosos do mundo, que se consideram isentos da lei do trabalho, procuram por evitar a pena do enojo e tédio à vida, se dão ao exercício da caça, picaria, milícia, etc.

Sem dúvida há grande dificuldade de pôr em movimento o *trabalho regular* em povos selvagens, bárbaros, ignorantes, e habituados à vida ociosa, ou de salteadores. Só a religião lhes pode dar o primeiro e acertado impulso³²; mas também só a sabedoria política lhes pode estender o possível adiantamento com justas instituições, que conciliem os ânimos, e lhes excitem os desejos dos confortos e gozos da vida, e decoroso tratamento, para não se contentarem com o *estreito necessário*.

Mr. Canard diz, que o selvagem limita o trabalho à caça do necessário ao seu sustento, e que *passa o resto do seu tempo na ociosidade*³³. Mas quem não vê a razão natural disso, na falta de conhecimento dos usos das coisas, na falta de segurança de vida, e do fruto de seus trabalhos?

Sendo hoje a Inglaterra uma das nações mais distintas pela activa indústria, e ordem civil dos seus habitantes, era antigamente tão cheia de povos preguiçosos e inertes, que não se pode ler sem desgosto e horror a sua legislação para reprimir os vadios, vagabundos, e violentos. A falta de estabilidade do governo, de riqueza da nação, e de ciência das classes superiores e médias, eram as principais causas do mal. Smith demonstra que a indústria de todos os países não pode exceder a proporção dos seus capitais, ainda que mui populosos sejam.

³² É reconhecido pelos melhores políticos, que dos primeiros reis de Roma, Numa, com o estabelecimento da religião, fez incomparavelmente mais que Rómulo e os outros sucessores para a fundação do império, e persuasão dos ladrões do Lacio a terem vida regular. É notório e inestimável o serviço dos missionários no Brasil no original plano das aldeias dos índios.

³³ *Preguiça do Brasil* passa em axioma aos que só vêem as coisas na superfície; os de *boa razão* acharam a causa principalmente na antiga ignorância dos colonos; na lei do cativo dos índios, e africanos; na falta de franqueza de comunicação das gentes, e comutação dos géneros; na proibição da indústria manufactureira. Felizmente ora os tempos são outros, e vê-se já em todas as partes surgir a actividade.

Ele assim diz no Liv. 2, Cap. 3. «Os nossos pais eram preguiçosos por falta de suficiente segurança e animação da indústria; pois, conforme ao vulgar provérbio, *é melhor descansar por nada, do que trabalhar por nada*.

Portanto nos países em que há notável hábito de preguiça e inércia nas classes inferiores, não se pode deixar de considerar que aí há grave defeito nas leis económicas, e na administração; ou menos exactas ideias nos officios de religião em sustentar os que não trabalham de algum modo para o bem comum; pois, no geral, todo o mundo, para ao menos ter que comer, fará esforços, a contribuir com algum trabalho útil a sustentar a cooperação social.

CAPÍTULO XXII

Da diferença entre os produtos do trabalho do corpo, do trabalho do espírito, e do trabalho da natureza

Ainda que Smith reconhecesse a cooperação dos diferentes trabalhos do corpo, do espírito, e da natureza, para a produção das riquezas da sociedade, contudo não analisou distintamente os seus resultados: convém pois notar as suas principais diferenças na economia da sociedade.

Aquele escritor diz no Liv. 5, Cap. 1 «O espírito humano faz parte do grande sistema do universo, e parte mui produtiva dos mais importantes efeitos. Todo o homem no estado rude faz, ou é capaz de fazer, quase todas as coisas, que qualquer outro homem faz, ou é capaz de fazer. Cada pessoa tem considerável dose de *conhecimento, engenbo e invenção*, mas raro é o que a tem em algum grande grau». Mas tem havido esses homens raros, que, parecendo ao vulgo (como diz o mesmo Smith no Liv. 1, Cap. 1) que *nada fazem*, por se não empregarem em ocupação especial de trabalho mecânico, exercendo todavia os seus espíritos em comparar as relações dos inumeráveis trabalhos da sociedade, tendo para isso *descanso, e génio*, tem entendimentos agudos em extraordinário grau. A estes se devem os grandes inventos e melhoramentos de toda a sorte. Os produtos que verdadeiramente se podem considerar como efeitos do mero trabalho corpóreo, sem ajuda de bons instrumentos e máquinas, e sem a melhor ordem e distribuição dos empregos, que a inteligência descobre, e aplica, são sempre minguados, grosseiros, e incapazes de acumulação considerável e durável, que assegure para o futuro grande e progressiva cópia de cómodos, e delícias da vida. Além disto eles se podem medir por um padrão uniforme. Assim dois homens de igual robustez, e comum

habilidade, poderão fazer no mesmo tempo, pouco mais ou menos, igual ou semelhante quantidade de obra com as meras forças de corpo; as quais por isso (nos casos ordinários) terão igual valor no mercado. Sobre esta observação Smith no Liv. 1, Cap. 6 estabelece os seus princípios sobre o *valor das coisas*; e ela também serve a demonstrar o erro económico de se preferir a indústria que custa mais trabalho e tempo, e consequentemente mais incómodo e dispêndio desnecessário, porfiando-se em fazer produzir ou fabricar no país certos produtos, antes do que comprando-os aos estrangeiros que têm para a sua produção ou mão-de-obra privativas oportunidades, naturais e locais. O Autor da natureza por isso, como se tem notado (e nunca assaz é de repetir) variou talentos, climas produções, e situações, que habilitam os habitantes das terras respectivas a terem certas culturas, e a fazerem certas obras, com menos trabalho, e com mais fruto e proveito, e poderem por isso efectuar seus trocos com igualdade de custo e valor do trabalho necessário à respectiva obra, e remessa ao mercado.

Mas, se dois trabalhadores forem de inteligência desigual, ou um empregar somente a destreza de suas mãos, e toda a força de seu corpo, entretanto que o outro usar de instrumentos e máquinas (em que está a virtude e força da natureza) ou fizer a *mão-de-obra* com melhor direcção do trabalho; logo se rompe o natural equilíbrio dos valores dos trabalhos mecânicos, e os respectivos produtos serão mui desiguais em tempo, quantidade, beleza, e duração. Às vezes a obra da inteligência é quase de instantâneo efeito, e não pode haver medida que comensure a sua eficácia.

Quantas vezes acontece estarem povos e indivíduos por muito tempo, e ainda por séculos, trabalhando na agricultura, artes, comércio, milícia, e quaisquer espécies de empregos, sempre de modo mui cansado, rotineiro, informe, e pouco produtivo, e até às vezes perdendo todo o destinado fruto do trabalho; e se aparece um mestre, ou pessoa mais hábil, e notando o erro no manejo mecânico, ou dá o instrumento, ou ensina o método competente, logo, de súbito, desaparecem todas as dificuldades que antes se tinham por invencíveis; e só uma lição, receita, e ideia inspirada, ocasiona o fazer-se daí em diante a obra com prodigiosa diferença de tempo, soma, e perfeição? Até a terrível obra da guerra, se deve à boa estratégia, e táctica, isto é à superior inteligência em conduzir e dispôr as forças para derrotar os inimigos. Entusiasmo e valor cego nada, ou quase nada, vale contra a arte militar, e superior inteligência do capitão que comanda na batalha, e é ajudado na cooperação das inteligências dos cabos subalternos, e veteranos disciplinados.

Muitas descobertas nas artes e ciências têm produzido prodigiosos efeitos económicos, e mudado a face da terra, excitando, mui extensa e energicamente, a geral indústria, e multiplicando indizivelmente (por

assim dizer) a *produtibilidade da tarefa social*, trazendo proporcionalmente imensa diminuição de trabalhos, e mais descanso, para meditação, e estudo das ciências, que dão inumeráveis artigos de riquezas e cómodos da vida, antes nem conhecidos, nem cridos, nem possíveis só com o trabalho do corpo.

A falta de grandes mestres nas artes e doutrinas, pelos obstáculos à instrução, maus métodos de trabalho, e monopólios existentes, que destroem e impossibilitam a justa emulação de excelência nos empregos, é a causa da dificuldade de se aprenderem com presteza e aperfeiçoarem todas as artes e ciências, que aliás infinito concorreriam para diminuição do trabalho penoso, e para a incomparavelmente superior abundância das produções. Não é por falta de quem aprenda, mas de quem saiba, e bem ensine, que ainda se vê a sociedade tão carregada de trabalhos mecânicos, forçados, dolorosos, e mortíferos. A quantidade que ora se emprega, não é absolutamente necessária, mas só o efeito do actual atraso de conhecimentos, que é proporcionalmente maior onde predomina cativoiro, e despotismo, que amortizam as faculdades mentais, e até enervam as forças dos corpos.

Os produtos do mero trabalho do corpo, não têm proporção, ou só a têm incomparavelmente inferior, aos produtos que verdadeiramente são o efeito do trabalho do espírito, e operações da inteligência, com que os homens se aproveitam do trabalho da natureza, isto é, das suas *potências produtivas*, para se obter com o menor incómodo, tempo, e risco, a maior e mais pereita quantidade de obra.

Smith no Liv. 2, Cap. 5 diz, que na *agricultura*, a *natureza trabalha com o homem*, e que a sua obra, sendo gratuita, e nada custando a este, todavia é igual ao do mais robusto trabalhador; e que, nas *manufacturas*, *a mão do homem faz tudo, e a natureza nada*: daí concluiu, que o trabalho da agricultura é mais produtivo que o das manufacturas, e comércio.

Isto não é exacto. A natureza trabalha sempre com o homem, ainda que de diferente modo; pois nunca os homens estão fora da mesma natureza, mas exercem as próprias faculdades em companhia com a mesma, isto é, com auxílio das suas potências produtivas, que ela desenvolve nos elementos, e quaisquer *agentes físicos*, e nos instrumentos de que nos servimos, em que estão as forças da mesma natureza. Porventura a natureza não trabalha com os homens quando navegam, e se valem de velas, ventos, e aparelhos náuticos? Não trabalha conosco, quando fazemos aquedutos, represas de águas, repuxos, moinhos de vento, bombas de vapor, fomalhas, instrumentos e máquinas de muitas sortes, para as operações de todas as artes? A diferença só está no modo do trabalho da natureza, pela qualidade da acção, que esta faz em virtude de certas leis da vegetação; nas outras indústrias se examinam e aplicam as mais leis físicas da mecânica, elasticidade,

hidroestática, etc. A agricultura sem máquinas da invenção dos homens pouco produz.

«Mr. Ricardo, contestando a sobredita doutrina de Smith no Cap. 2 pag. 64 e seguintes, diz:

«Porventura a natureza nada faz para o homem nas manufacturas? São *nada* as potências do vento e da água, que movem as nossas máquinas, e assistem à navegação? Não são dons da natureza a gravidade da atmosfera, e a elasticidade do vapor de água pela acção do fogo, que nos habilita a fazer o trabalho com as mais estupendas máquinas? Semelhantes efeitos da matéria do calórico se produzem em derreter e amolgar os metais e da decomposição da atmosfera nos processos da tinturaria, e fermentação. Não há espécie alguma de manufactura, em que a natureza não dê assistência ao homem, e muito coopere com ele generosa e gratuitamente».

«Onde a natureza tem limitados poderes (como nas terras fracas) o homem, que nelas trabalha, *faz mais com o suor do seu rosto*, e ela *faz menos* no seu auxilio. O contrário se quando a terra é fértil. O trabalho da natureza é pago, não quando ela faz muito, mas quando ela faz pouco, em ajudar o trabalho do homem. Em proporção que ela é mais parca nos seus dons aos homens, exige maior preço pela sua obra: onde ela é magnificamente benéfica, então sempre trabalha de graça».

A proporção entre a parte da produção e colheita dos bens da terra, ou das obras das mãos dos homens, correspondente ao que se pode chamar *trabalho da natureza*; e a parte ou efeito real da mesma produção e colheita, que se deva considerar procedida do *trabalho do homem*; estará sempre na razão directa da quantidade da inteligência deste no exercício da sua indústria.

Assim o trabalho da sociedade será o mais pesado, perigoso, e pouco produtivo de bens da vida, no estado selvagem e bárbaro, isto é, no estado da mais crassa ignorância, ou menor possível inteligência humana, em que consequentemente é menos ajudado pelo *trabalho da natureza*. Será mais fácil, menos penoso, e superiormente frutífero, segundo os graus de inteligência adquirida no progresso da civilização. Será facilimo, aprazível, e de mais certo proveito, quanto a inteligência dos homens for mais e mais exaltada, pelos conhecimentos das obras e leis físicas, e mais justa e harmonicamente se communicarem seus conhecimentos, e se auxiliarem nos respectivos empregos, dirigindo mais judiciosamente a geral indústria, usando, quanto mais for possível, de instrumentos e máquinas, que lhe aumentem as próprias forças. Então o trabalho, que é indispensável aos homens, será antes um suave emprego, grato exercício, e passatempo, do que um esforço penoso do corpo; ou se aproximará cada vez mais àquele justo modo, e alívio, com as convenientes proporções de descanso, que é o objecto do voto geral.

CAPÍTULO XXIII

Exame da opinião dos que atribuem à mão do homem a riqueza da sociedade, e a diferença da sua indústria sobre a dos animais

Tem-se dito, que a causa da superioridade dos homens sobre as criaturas brutas em procurarem os bens da vida, e fazerem tão variadas obras de que são capazes, é a qualidade da sua *mão*, por ser este o mais perfeito órgão dos animais conhecidos.

Mas que pode fazer a mão dos homens, tão pequena, sensível, e delicada, senão obras proporcionalmente pequenas, e que exijam poucas forças? Com ela se caçarão as feras e animais bravios? Cavar-se-á a terra dura? Secar-se-á a pantanosa? Derrubar-se-ão as florestas? Arrancar-se-ão os troncos e raízes das árvores que vegetam por séculos? Penetrar-se-á um penhasco, e mina de ferro? Desmontar-se-á uma serra-nia? Abrir-se-á um canal e porto? Voltar-se-á um rio do seu leito? Adornar-se-á um navio para querena? Pescar-se-ão cetáceos, e tantos monstros marítimos?

A mão dos homens, ainda ajudada das alavancas de seus braços, e colunas dos pés, apenas serve para colher e transportar alguns bens da terra de fácil extracção, e pouco peso, e para dirigir os instrumentos do trabalho, applicando-os aos objectos de indústria pelas vias que a inteligência descobre, e ordena, mais apropriadas ao destino. Pode consequentemente empregá-las em operações de leve fadiga, resistência, e dor. Com ela apenas poderá pintar, escrever, esculpir, opor-se ao inimigo, tocar instrumentos músicos etc. É visível que, em todo o caso, carece de pena, pincel, e diferentes aparelhos, e armamentos, que a inteligência subministra. Porém, sem grandes máquinas, é impossível que a mão do homem faça as grandes obras que se acham nos países civilizados, etc. Por isso em todos os países de selvagens acham-se imensas matas virgens, vastas terras alagadiças, insalubres, pestíferas, e inabitáveis.

Pela evidência e experiência destes factos, até os próprios selvagens se esforçam por desenvolver e exercitar a sua inteligência, procurando ou inventando máquinas, para colherem frutos silvestres de árvores altas, e para caça, pesca, defesa, e outros ministérios, fazendo armadilhas, e laços para surpreenderem os animais, ainda no silêncio da noite, a fim de pouparem trabalho, tempo, e risco, e obterem maiores productos de sua indústria; porfiando, por uma sagacidade instintiva, em que a natureza trabalhe para eles, para vencerem os obstáculos que a cada passo encontram, e que sem isso seriam insuperáveis, ou lhes trariam mais perigo, e mui pouco suprimento³⁴, descanso, e gozo. Quanto os

³⁴ É bem conhecido na história do Brasil, que as incursões que os índios bravos faziam contra os que penetravam o interior do país, não eram tanto destinadas a resistir-

homens mais se civilizam, e adquirem superior inteligência, tanto mais se desvelam neste empenho, e tanto mais alcançam os objectos de seus desejos, aumentando a mesma inteligência, inquirindo os meios e recursos de bem empregar o seu tempo, aproveitando-se do *trabalho da natureza*, descansando e gozando o mais, e trabalhando e incomodando-se o menos possível. Então não só armam as mãos com mil sortes de maquinismos, mas também armam os olhos, e os mais órgãos superiores, para estenderem a sua esfera de acção. Quanto o astrolábio, telescópio, etc. têm ajudado a vista dos homens para obterem conhecimentos da maior utilidade, e em consequência bens da vida!

Observe-se a facilidade, com que presentemente pela acumulação das inteligências dos Newtons, e Cookes, e de muitos outros sábios e artistas, que têm inventado úteis instrumentos, e os melhores métodos de trabalho, um navio, por exemplo, hoje com pouca gente, e esta com muito descanso e divertimento no mar (fora alguns dias de tormenta, que a inteligência, arte, actividade, e o hábito, fazem menos sensível, e menos perigosa) dá volta ao globo, e traz mil bens antes desconhecidos, e que seria impraticável transportá-los por terra sem muito tempo, imenso custo, risco, estrago, e inumerável multidão de braços. Observe-se o como ele se volta no mar, e prontamente se mete em um dique, para se lhe dar concerto, etc. Note-se o como, pela arte de engenharia, se fazem minas soterrâneas, e terremotos artificiais, e se destrói num instante, pela explosão da pólvora, uma pedreira, para dar vasto material a muitas obras; e como, com o socorro de máquinas diferentes, se arrancam ou decepam árvores, levantam-se enormes pesos, serram-se madeiras, penhascos, metais, para se obterem incalculáveis produtos da agricultura, e artes, etc.: considerem-se os efeitos que resultam de tais operações, em que se poupa tanto incómodo, tempo, e risco, e que seriam impossíveis, ou inconsideráveis, se unicamente se empregasse o trabalho e a força do corpo com todos os seus membros, ainda que cada indivíduo fosse um centúmano da fábula: atendam-se às portentosas máquinas filatórias, e a outros já usuais artefactos de hidráulica, mecânica, e química etc.; e será evidente, que a solitária mão do homem é só destinada para poucas e ténues obras de destreza, mimo, e prazer; e que a *inteligência*, e *não o trabalho*, é a primitiva, principal, e a mais poderosa causa da riqueza da sociedade.

É também aqui muito de observar, que, quando os homens, imitando as obras, e melhor conhecimento e obedecendo às leis do Criador, se valem do trabalho da natureza, logo as mesmas obras assoalham os caracteres, não só de força e produtividade, mas também de brevidade, e perfeição, de que a mão do homem não é capaz; como, por exemplo, na tipografia, cujos prodígios ninguém hoje admira, pela

lhes, e tirar as suas vidas, como a se apoderarem dos instrumentos de ferro que levavam.

sua vulgaridade, e porque não se reflecte como era devido. Em *um dia* tiram-se com facilidade mil exemplares de um manuscrito, de que aliás qualquer escrevente o mais versado na *taquigrafia*³⁵ não faria dez em igual tempo, e menos com a beleza e exacção da imprensa. Vê-se o mesmo nas obras de moldes, estamparias, chapas, cunhos, moedas, botões, etc. As nações adiantadas em inteligência têm outras inumeráveis produções naturais e artificiais, que absolutamente não existiriam, e menos na quantidade, beleza, e barateza, que vemos em vestidos, casas, móveis, se se esperasse o seu fabrico e suprimento, só, ou principalmente, da mão dos homens.

Por isso há uma distância incomensurável entre o selvagem e os animais, à proporção que a inteligência se aumenta, com especialidade em contínuas invenções de máquinas de trabalho com que se arma a mão para as operações económicas. Por esta razão é que, no descobrimento da África, e América, os europeus pareceram aos africanos e americanos criaturas de espécie superior, e quase semideuses.

É de esperar que, com o progresso da inteligência, os homens descubram ainda mais maravilhosas máquinas, e potências de poupar incómodo, tempo, risco, e obterem riquezas com maior descanso; e que o Eterno Dador de tudo se lhes mostrará mais e mais benigno e dadivoso, à proporção que mais se aproveitarem do trabalho da natureza, desenvolvendo progressivamente, em leal cooperação de seus semelhantes, as faculdades do entendimento, isto é, segundo se mostram cada vez *mais sociais e racionais*, ou, em outros termos, mais imitadores das obras, e observantes das leis do Criador.

Que máquinas ainda restam a descobrir com o progresso de estudos das ciências naturais! Uns examinando as leis da vegetação, e outros as leis da gravidade, elasticidade, fluidez, electricidade, magnetismo, etc., podem achar obras e forças da natureza, com que aumentem prodigiosamente a fertilidade das terras, e se aventurem a empresas económicas as mais úteis à multiplicação dos bens de toda a espécie.

Infelizmente até agora as invenções dos homens em máquinas de facilitar, e abreviar trabalho, e em meios de fazer produtiva a sua indústria, têm sido mais distintas nas artes de destruir, que nas de produzir: e nestas, mais em preparar e transportar os produtos da terra, do que na grande arte de extraí-los desta matriz comum, e principalmente os que dão o alimento, que são a base da vida, e de todos os empregos, suprimentos, gozos, e valores. Todavia na Grã-Bretanha já se vê notável aproximação nesta parte; pois é reconhecido ser a nação que está, ainda na sua agricultura, a mais provida de máquinas; e por isso também é notória a relativa superioridade dos respectivos produtos a respeito das mais nações; o que a habilita a sustentar actualmente, pelo fundo do próprio território dos três reinos unidos, não só tão grande população

³⁵ Arte de escrever em abreviatura.

de mais de 16 milhões de habitantes (o que parece incrível na respectiva extensão de território) mas também a insistir em fazer tão grandes coisas, e despesas, de que não há exemplo nos anais históricos.

Os antigos sábios, vendo as admiráveis obras e invenções da inteligência dos homens, chamando *macrocosmo*, ou *mundo grande*, ao universo criado, com razão denominaram ao homem *microcosmo*, ou *mundo pequeno*; por parecer encobrir e representar em miniatura o milagre da criação; desenvolvendo continuamente os germes de invenção, que estavam encobertos, e como depositados, ocultos, e quiescentes em seu espírito.

Ainda que muitas obras da sociedade sejam feitas à mão, e parece que necessariamente a exigem, todavia há razão de esperar, que no progresso da inteligência indizivelmente se diminua a sua necessidade, ao menos na quantidade que ainda ora se vê. Quem antes da descoberta da tipografia, creia ser possível escrever-se tanto, e com tanta brevidade e perfeição, sem proporcional número de mãos de escreventes? Quem, antes da descoberta da máquina filatória, consideraria possível fazerem-se tantas fiações e musselinas, sem as centenas de milhares de mãos que hoje se dispensam? Se o linho e a lã, por não ser o seu fio de igual ductilidade, não têm recebido nas respectivas obras os prodigiosos melhoramentos das fábricas de algodão, é verosímil, que virá tempo em que a inteligência humana, por novas invenções e máquinas, vença as actuais dificuldades, para aumentar os produtos das obras daquelas matérias, e fazê-las com menos tempo e trabalho. O mesmo convém esperar do progresso de todas as indústrias dos que na frase do economista sagrado só *esperam nas suas mãos*³⁶.

³⁶ Ecclesiastes, Cap. 38, Vers. 35.

PARTE III

TEORIA DA GERAL INDÚSTRIA; E DO VALOR; CAPITAL; RÉDITO; INTERESSE, E EQUILÍBRIO DOS EMPREGOS

SECÇÃO I

SATISFAÇÃO

Ainda que os tempos não sejam favoráveis aos estudos económicos, estando os espíritos distraídos com as cenas políticas do antigo e novo mundo, consultando cada qual ao seu negócio, prescindindo do interesse nacional, e social; contudo, por cumprir o prometido, ofereço esta parte III por ora somente quanto a secção I da *Teoria da Geral Indústria*.

Não presumindo de razão pura, e sendo necessário contradizer a erros acreditados, foi preciso recorrer à autoridade de escritores que têm por si a República das Letras: por isso a discussão se estendeu a mais do que desejava, impossibilitando-se compreender satisfatoriamente em breve compêndio as várias e importantes matérias ali anunciadas.

Não é de admirar a indiferença, com que se olham, ou se desatendem, as teorias da ciência económica, quando até no país que se preza de ser a pátria da economia política, ainda ora se fazem acres diatribes

no Parlamento britânico, sobre princípios de transcendente importância à ocupação e subsistência de numerosas classes do Reino Unido; e até o celebrado professor Malthus, na sua recente obra de *Princípios de Economia Política, considerada com vista à sua Aplicação Prática* reconhece, e diz na introdução, pág. 5, que, *o presente período parece ser impropício à publicação de novo tratado sistemático sobre economia política*; e que é de melhor conselho tratar separadamente as diferentes matérias, que admitem dúvida; para que, depois de serem expostas às discussões do público, apelando-se para a experiência, haja oportunidade de se separar o verdadeiro do falso, e se possam por fim combinar as diferentes partes em um sistema coerente, que produza os mais úteis resultados práticos.

Aquele insigne mestre bem ali adverte, que «a ciência da economia política é essencialmente prática, e aplicável aos comuns negócios da vida civil; e que há poucos ramos dos conhecimentos humanos, em que as falsas doutrinas possam fazer mais mal, e as justas mais bem. Se o estudo das leis da natureza é interessante em todos os ramos; e ainda as leis físicas por que se governam as mais distantes partes do universo, sobre que aliás é impossível a qualquer homem ter a mais leve influência, são contudo racionáveis e nobres objectos de curiosidade; as leis que regulam os movimentos da sociedade civil são incomparavelmente mais dignas da nossa atenção; tanto porque se implicam com objectos sobre que todos os dias e horas tratamos, como porque os seus efeitos são continuamente modificados pelo arbítrio humano».

Este escritor prescindiu de expor vários fundamentais princípios, por os pressupor sabidos, visto escrever para o público inglês, que, desde 1776, em que se publicou a magistral obra de Adam Smith, vê correntes os seus princípios económicos, e mui gerais os estudos desta ciência, ainda no corpo do comércio, que aliás tanta oposição fez por muitos anos à sua nova doutrina, e que já se acha tão desabusado do velho sistema mercantil, que tem requerido e obtido, e ainda está, com instâncias maiores, requerendo, a revogação de inconvenientes leis de tempos menos ilustrados, que tanto haviam restrito a leal correspondência das nações, impedindo-se, com malina indústria, o progresso recíproco do bem comum.

O Brasil não está em iguais circunstâncias: o que é já axioma fora dos trópicos, ainda se reputa paradoxo na zona tórrida; e posto que teve a felicidade, que lhe concedeu a Divina Providência, de se fazer nele pela nova legislação a tentativa económica de se pôr em prática a teoria de Smith com tão visíveis prósperos resultados, contra as dominantes opiniões da Europa (onde, na verdade pela antiguidade de estabelecimentos, e complicação de interesses das nações, e ordens do Estado, não é prudente, nem talvez praticável tão liberal polícia) ainda o espírito de monopólio porfia em sustentar crassos erros, que

só se podem exterminar com discussões explícitas, e ainda importunas. Portanto farei o que devo, e posso, não desistindo do propósito de plantar na corrente do rio algumas estacas da prosperidade do Estado, na esperança de que *darão fruto a seu tempo*. Cumpre além disto que nesta serena parte do Novo Mundo se divulguem e discutam as teorias económicas dos mais abalizados mestres dos países que mais têm concorrido para o progresso da civilização de um e outro hemisfério.

Convindo à mocidade a lição pátria dos clássicos portugueses, também me vali das doutrinas do nosso padre António Vieira, que já citei na parte I, cap. III, pág. 51, e a quem o seu biógrafo o p. André de Barros intitulou *Novo Apóstolo do Brasil*, por ter com exemplar zelo posto as bases da civilização dos índios, um dos essenciais objectos da economia do Estado, sendo constituído pelo senhor D. João IV *Superior das Missões*. Também foi na Baía o introdutor da árvore da canela, e da pimenteira da Índia. Isto é digno de se memorar para a história da indústria agrícola.

O Brasil deve particular veneração a este homem extraordinário, cujo espírito foi tão heróico, que, depois de empregado em missões diplomáticas nas principais cortes da Europa, só anhelava a vir doutrinar os indígenas deste país, depois da restauração da monarquia, como se manifesta da seguinte carta datada de Roma, que nos transmitiu o dito biógrafo: «o que unicamente desejo, é ver o reino unido, fiel, e obediente; os meios de conservação prontos e bem aplicados; e para mim, acabar o resto dos dias na minha missão».

O mesmo biógrafo assim elogia ao seu herói. «Ao padre António Vieira criou Deus na esfera dos homens universais, homem para todas as horas, e para todos os empregos, ou as matérias fossem de política, ou de Estado, ou de guerra, ou de economia da república. A todas raiava pronta a sua luz, e a todas abarcava a sua compreensão. Nas suas obras se vê retratada aquela grande alma, cheia de notícias precisas a um conselheiro fiel, e desinteressado, imagens que respiram vida, e infundem espíritos, e ardor de coração a quem as ler».¹

Ainda que ora a ciência económica esteja mais adiantada, contudo nestas obras se encontram muitos pensamentos expressos com singular felicidade, e dignos de atenção: tanto porque deu aparência de novidade ainda a lugares comuns, como porque, em nobre enlace, reúne gerais princípios económicos e políticos aos ditames religiosos, que servem de correctivo à má indústria, e ao abuso da riqueza. Por isso aqui transcrevi várias passagens sobre a boa indústria, divina liberalidade,

¹ Neste conceito, ainda que não tão excessivo, estava o excelentíssimo marquês de Aguiar, que na sua tradução do *Ensaio da Crítica, e Epístolas Morais de Pope*, transcreve em notas a que ele intitula admirável pintura que o padre Vieira faz da divisão do trabalho, e belas artes, etc.

energia do trabalho. Podia incorporar muitas outras; mas só podem ter lugar por apêndice.

Sobre os desvios de entendimento e estilo de que tem sido notado, é justo atender ao juízo de Bacon: «Não há beleza tão excelente, que não tenha alguma estranheza nas proporções». Em sua honra baste ora dizer, que ele ensinou o sistema, não menos filantrópico, que evangélico, que «nunca alguém pede para si melhor ao Ser Supremo, do que quando pede para o bem comum do povo, e utilidade universal do género humano»². Oxalá os indivíduos e estados se conformassem a esta máxima na sua economia particular, e pública!

CAPÍTULO I

Das opiniões sobre a indústria

«A boa indústria é suplemento da onipotência; e o que faz Deus por todo-poderoso, fazem os homens por mui industriosos». Assim bem diz um dos nossos insignes clássicos³.

Tem-se usado com ambiguidade do termo indústria, e daí se originou um dos sistemas de economia política, que ainda ora inimiza os estados, ou muito coarcta a leal correspondência, e cooperação social da humanidade; e em consequência impossibilita a observância do bem comum, e obsta à progressiva riqueza e prosperidade das nações. Tanto é certo, que, por desgraça, nomes, e erros regem a sociedade, e com eles se tem muito imposto e prejudicado à espécie humana!

Indústria, no sentido ordinário dos economistas, e estadistas, significa a tarefa de um país exercida nas mãos de obras engenhosas, e nos artefactos de labor mais refinado. Assim se diz, que uma nação tem muita indústria, quando tem muitas manufacturas e fábricas, a que, como por excelência, se tem dado o título de artes e empresas industriais, denominando-se pela mesma razão nações industriosas as que se distinguem em estabelecimentos dessa natureza. Até se tem personificado o génio da indústria, restringindo-se ao recinto e laboratório das oficinas; como se o espírito de invenção se amortizasse ao ar livre dos campos, mares, e portos da terra, onde aliás também se vêem os prodígios da inteligência humana nas artes e máquinas ligadas à agricultura, mineração, e náutica, que pressupõem muitos conhecimentos das obras e leis da natureza.

Em consequência disto, se tem adoptado a polícia de restringir com onerosos direitos, ou obstar com proibições absolutas, a importação de

² Tom. 9, *Sermões*, pág. 74 e 75.

³ Vide *Vieira Abreviado*, tom. II, pág. 354.

manufacturas estrangeiras, ainda de matérias produzidas no próprio país; e obstar à saída dos artistas, e das ditas matérias; porque (dizem) no primeiro caso a indústria estrangeira prejudicaria à indústria nacional; e, no segundo caso, os estrangeiros adquiririam novos mestres, e ramos de indústria; e talvez depois viriam a fazer-lhe nociva concorrência, ou seríamos tributários à indústria dos outros países. Assim (afirmam) se retém o dinheiro no país, e o Estado muito se enriquece, e dá certo e vasto emprego ao povo. Eis a causa de tantos ciúmes mercantis, e animosidades nacionais, que têm ocasionado terríveis guerras!⁴ Não se tem advertido (no que aliás era óbvio e simples) que também exercem muita e admirável indústria os que se empregam na agricultura, mineração, comércio, e navegação, e em quaisquer outros ramos de trabalho útil em adquirir bens da vida.

É incontestável, que a indústria manufactureira se pode elevar a graus de variedade e beleza a que se não assignam os limites, pelas indefinidas subdivisões de trabalho, de que é mais susceptível que as outras espécies de indústria; e que em consequência ocasiona o desenvolvimento de muita inteligência e habilidade no corpo dos povos artistas. Mas também a sua elevação e perfeição necessariamente presuppõe superabundante acumulação de riqueza, e progresso de supernumerária população, que não acha emprego no agro, e no mar.

Também se entende o termo indústria, como em geral, sinónimo de trabalho; e se chama industrioso a qualquer constante e activo trabalhador. Usa-se igualmente daquele termo para expressar a agência dos que não trabalham na agricultura, nem têm terras, nem capitais que lhe dêem réditos, ainda que aliás prestem serviço útil à sociedade. Estes (diz-se) vivem de indústria⁵.

Smith muitas vezes usa do termo indústria com a mais comprehensiva generalidade, para exprimir toda a espécie de trabalho. Assim diz «a polícia de algumas nações tem dado extraordinário favor à indústria do campo, e outros à indústria das cidades. Há algumas sortes de indústria, ainda as do mais baixo género, que não podem ser exercidas

⁴ Por estas *galimatias* viu-se até neste século, intitulado de luzes, o que se presumia ser cabeça da nação de superlativa indústria, ir com exército de mais de quinhentos mil homens invadir a Rússia; por admitir o imperador Alexandre, só em navios neutros, algumas carregações de musselinas inglesas, e de mercadorias da América, como se o caso fosse de irrupção das fabuladas amazonas. Mas a neve, saraiva, e o espírito das tempestades, que executam a ordem da providência, destruíram a demência.

⁵ Até se toma este termo à má parte para significar a astúcia malina e insidiosa dos ratoneiros e burlões; e então vem a ser sinónimo de fraude e velhacaria. Assim se diz *furto de indústria* o que é feito sem força e só por insensível destreza. Diz-se *cavalleiro de indústria*, o que, sem ter rendas com arte e manha, faz despesas como os ricos. Também se entende por sagacidade de *intriga política* como se expressa Maquiavel, *Discursos*, liv. 3, cap. II, designando a habilidade com que um príncipe de menor força pode desfazer a confederação de muitos mais poderosos *usandô um pouco de indústria*.

senão em uma grande cidade, por exemplo, a de um mariola. Em alguns empregos, a mesma quantidade de indústria dará diferente quantidade de produto. No liv. 1º, cap. XI, expõe três qualidades de produtos, que a indústria humana tem poder de multiplicar, ou não, ou com certos limites.

Na verdade, o termo indústria deve ser aplicável a toda a espécie de útil emprego de braços e capitais; e com razão se diz indústria rural, mineira, fabril, mercantil, náutica, etc., para exprimir o trabalho empregado em quaisquer ramos de agricultura, artes, comércio, navegação, etc. É necessário que todas essas indústrias cooperem, se auxiliem, e (por assim dizer) se dêem as mãos, para um estado prosperar, quanto é possível nas circunstâncias do país. Mas todas essas espécies de indústrias, para serem produtivas, supõem no trabalhador, obreiro, e industrioso, especiais graus de inteligência no objecto das operações respectivas, e pela qual combinam e proporcionam meios a fins, e prevêem, e obtêm resultados úteis.

CAPÍTULO II

Ideia clara da indústria

Indústria propriamente significa a energia do ânimo e constância dos homens nas tarefas da sociedade; isto é, a diligência e actividade de qualquer pessoa em adquirir os bens da vida, fazer alguma obra, ou prosseguir algum projecto, com intensidade e perseverança, não desanimando com os riscos, e sinistros, antes redobrando os esforços nos maus sucessos, repetindo as tentativas, e sustentando o que se diz espírito de empresa, na esperança da boa fortuna. Neste sentido, a indústria se opõe à inércia, preguiça, e cobardia; e exprime a porfia dos homens em vencerem os obstáculos que se opõem aos seus projectos, a fim de conseguirem o fim proposto⁶; pois que, em todos os empenhos humanos, há mais ou menos, o perigo de se malograr o destino. Ela constitui, por assim dizer, o executivo da ordem do espírito. Todos os empregos e negócios da sociedade lhe devem grande parte do seu bom êxito.

Porém ainda que tal energia proceda de acto de espírito, todavia, para ser recta e produtiva de riquezas, deve ser alumiada e dirigida pela recta inteligência; aliás degenera em azáfama, e destemperada actividade; e vem a ser mera operação de instinto, e impulso da natureza animal. Também os entes da criação bruta manifestam sua especial indústria na economia de procurarem o necessário à vida, e à sua

⁶ Vide *Estudos*, part. I, cap. VII, pág. 89. Part. II, cap. VI.

prole, e em fazerem certas obras: nisso se distinguem as formigas, abelhas, e os castores.

A intelligência se differencia da indústria, em que aquella é o efeito da faculdade de entender; e esta dá potência de obrar, que o espirito exerce sobre algum exterior objecto visível. Mas a indústria pode existir sem recta intelligência, e em um grau mui activo, e violento, à semelhança das feras.

Indústria, sem a competente intelligência directora, muitas vezes só produz turbulência, e vã porfia. Há gente que muito se afadiga, tudo move, e pouco ou nada faz, ou só faz males, ainda com as melhores intenções; porque a sua indústria não é dirigida por entendimento esclarecido. Isso acontece, quando, conforme a expressão do rei sábio, os homens não procuram, antes desprezam, a instrução, e vivem erradios da verdade sem o sol da intelligência⁷.

Há individuos, povos, e governos enérgicos, industriosos, e mui trabalhadores, e activos em procurar os bens da vida, e reger os Estados, destinando-lhes prosperidade, e todavia, por falta de luzes, isto é, de verdadeiros e vastos conhecimentos das leis e obras da natureza: das artes e ciências mais elevadas; das causas, efeitos, e consequências remotas das cousas físicas, e das acções humanas, e consequentemente de falta de boa ordem no regime, e de providência no futuro; são pobres, e atrasados, e, por mais que trabalhem, e se cansem, pouco adiantam, ou, como entre nós vulgarmente se diz, o seu trabalho não luz. Além disto há indústrias destrutivas, como as dos povos bárbaros, e guerreiros. Estas nada produzem, antes aniquilam a actual produção das riquezas, e impossibilitam a futura.

O nosso historiador Barros (que na parte I destes Estudos, cap. 3, pág. 14, enumerei como o primeiro economista da nação) na descrição que no liv. 1, dec. 1, cap. 16 faz do carácter do nosso celebrado Infante D. Henrique, que projectou e obteve a descoberta dos países incógnitos de África, distinguiu bem a intelligência e indústria, notando os dois distintos actos desse insigne príncipe lusitano, quando diz «não lhe faltaram pensamentos de altas empresas, e obras de generoso ânimo; mas teve muita indústria e prudência para conseguirem próspero fim, tendo com virtuosa porfia, muita constância e fé, na esperança que o seu espirito favorecido de Deus lhe prometia, etc.».

A *Ordenação do Reino*, liv. 4, tit. 44, 9, faz a differença entre a indústria e a intelligência, quando diz, que «poderá muitas vezes a indústria, e saber, de algum (dos sócios) ser de mor valia, e proveito para a companhia, que o cabedal que os outros meterem; e assim será justo, que este tal tenha mais no ganho, e menos na perda».

Acham-se na Sagrada Escritura bem distintos os caracteres da intelligência e indústria na policia económica, com que o celebrado José do

⁷ Sap., cap. 5, vers. 6.

Egipto aconselhou ao rei o prevenir nos anos das exuberantes searas os efeitos da carestia e fome dos anos de má colheita. Proveja o rei um varão sábio e industrioso, a quem constitua com o poder de segurar por todo o império a abundância da subsistência⁸.

Não se deve jamais perder de vista, que a indústria é operação mui distinta da inteligência tutelar e iluminante de todas as tarefas e empresas: ela propriamente (como tenho dito, e importa repetir) é a energia e constância com que se fazem os actos humanos relativos à aquisição dos bens da vida: porém as suas potências produtivas se proporcionam à medida das luzes do entendimento com que é dirigida. Terá mais produtiva indústria, e conseqüentemente maior riqueza, a nação em que mais predominar o espírito de invenção, a extensão de inteligência, e a perícia de bem se applicarem as habilidades dos indivíduos aos usos e negócios da vida.

Todavia, por me conformar à linguagem estabelecida, frequentemente no curso destes *Estudos* usarei da frase «produto da terra e indústria» para exprimir toda a sorte de riqueza nacional, considerando a indústria no sentido igualmente comprehensivo das operações da inteligência.

CAPÍTULO III

Doutrina de Mr. Sismonde, e Say, sobre a indústria

Mr. Sismonde, logo no I cap. de sua obra da *Riqueza Comercial* diz «nós perdemos facilmente de vista, nos bens de que fazemos uso, a indústria que os criou». Mas este modo de exprimir é inexacto, por ser metafórico; visto que o homem não tem faculdade de criar, mas só de dar formas e mudanças de lugares às substâncias criadas pela natureza, valendo-se da potência e ordem das operações da mesma, que a faculdade intelectual perscruta, e aplica para os usos da sociedade. É certo que os homens fazem obras maravilhosas, que têm aparência de criação, como o vinho, licores espirituosos, azeite, açúcar, vidros, esmaltes, cristais, etc. Mas estes produtos são efeitos das virtudes produtivas das diferentes partes da terra, e dos agentes da natureza, cujas obras e leis a inteligência dos homens observa, e faz aplicar em seu beneficio, tendo antes visto, por assim dizer, os desenhos, que a infinita inteligência assoalha no mundo visível.

Mr. Say no liv. 1, cap. I da sua obra, sem directamente definir o termo indústria, estabelecendo aliás sobre ela toda a sua doutrina económica, definindo todavia no mesmo liv. 1, cap. 7, o *trabalho*, como

⁸ Provideat rex virum *sapientem et industrium* etc. [Que o rei escolha um homem sábio e engenheiro], Génesis, cap. 41, vers. 33.

sendo a acção seguida para executar alguma das operações da indústria, ou somente uma parte destas operações, diz na pág. 10, que toda a indústria não consiste senão no uso que se faz dos agentes que a natureza oferece.

No liv. 1, cap. IV distingue a geral indústria em indústria agrícola, indústria manufactureira, e indústria comerciante, e compreende os trabalhos respectivos a esses três principais ramos de empregos económicos, dizendo que «toda a espécie de indústria se compõe de teoria, aplicação, e execução». Mas não faz satisfatória análise das quotas desses ingredientes, e da influência de cada um deles, na produção das riquezas. «O sábio (diz ele) estuda a marcha da natureza: o agricultor, manufactureiro, e comerciante, se aproveitam dos conhecimentos destes, e os aplicam para criar produtos úteis; os obreiros comuns são os que trabalham segundo as direcções que outros lhes dão. Uma nação só é perfeitamente industriosa, quando é eminente nestes três géneros de operações. Se é inábil em alguma delas, não pode obter os produtos que são os resultados de todas as três».

Vê-se que este egrégio escritor, englobou no termo indústria as operações da inteligência, da actividade, e da mão dos homens, que aliás são distintos em natureza e efeitos; como se expôs na parte II, cap. XXII, convindo fazer a discriminação de actos tão diferentes, que correspondem a outros tantos princípios essenciais da constituição humana, que se compõe das distintas faculdades do racional, animal, e corporal.

Anexando porém ao termo indústria uma ideia complexa das ditas três operações do espirito e corpo, com razão pôs na primeira ordem a da inteligência. Diz na pág. 42 (em nota) que «as luzes não só são indispensáveis aos bons sucessos da indústria, pelos socorros directos que elas lhe prestam; mas também que lhe são favoráveis, por diminuírem o império dos prejuízos. A ignorância é aferrada à rotina, inimiga de todo o aperfeiçoamento»⁹.

O mesmo autor contudo não atribui o progresso da riqueza das nações, tanto à inteligência dos sábios, como à perícia dos directores e executores das empresas e obras económicas, principalmente nas da indústria manufactureira; o que na pág. 41, exemplifica especialmente com Inglaterra, dizendo, que «deve as suas imensas riquezas, menos às luzes dos seus sábios (bem que os tenha mui recomendáveis) que ao talento notável dos seus fabricantes nas aplicações úteis, e de seus artistas na boa e pronta execução»¹⁰.

⁹ Diz no mesmo lugar, que os negros da costa de Árica têm muita astúcia, e são ágeis, bem executando os exercícios do corpo, e o que depende do trabalho das mãos; mas parecem pouco capazes das primeiras operações da indústria. Devia indicar a óbvia causa a falta de instrução.

¹⁰ O célebre Lord Kames nos seus *Esboços da Sociedade Civil*, falando do elogio que Montesquieu no seu *Espírito das Leis* fez de Inglaterra, nota, que este autor não dissera o melhor, e vem a ser, que, em nenhum país estavam, como ali, tanto em acção as faculda-

Mas isto é contrário ao que o mesmo escritor diz justa e felizmente em outro lugar, que o sábio põe na circulação imensa quantidade de sua mercadoria; o que bem manifesta que a inteligência é a causa da maior possível produtibilidade das operações humanas.

E qual é a razão dessa característica distinção, que Mr. Say figura privativa de Inglaterra? Smith no liv. 4, cap. III diz a verdade, que tanto ela, como a França, são nações ricas, e industriosas, e que os respectivos fabricantes e comerciantes competem em habilidade e actividade. Donde pois vem a diferença na opulência, senão da primeira indicada causa, guardadas as proporções da população?

Pitt em uma das celebradas falas no Parlamento em 1792 diz: «A prosperidade de Inglaterra deriva da indústria e energia do país; pelo modo de estender toda a espécie de manufacturas, abreviando o trabalho com invenção e applicação de máquinas antes desconhecidas; e pelo seu alto grau de crédito, que lhe dá preminência mercantil, pela duplicada operação, de facilitar e estender as transacções dos commerciantes no mercado nacional, e de adquirir proporcional superioridade nos mercados estrangeiros. Acresce o espírito de empresa dos nossos commerciantes em explorar incógnitos países, e estender a nossa navegação e pescarias».

Faltou a este grande homem de Estado subir ao princípio que mais influi nesse descrito fenómeno político, o qual só começou a distintamente aparecer depois dos Newtons, e Lockes; da Sociedade das Transacções Filosóficas; e da Sociedade para a Animação das Artes, Comércio, etc..

des mentais. Quem poderá desconhecer, que as riquezas de Inglaterra, e a actividade industriosa de seu povo, são principalmente o efeito da intelligência nacional, que resulta de várias suas principais leis, que dão superior segurança às pessoas e propriedades, e constante protecção à geral indústria; e não menos da multidão de seus sábios da primeira ordem, que tanto tem influído, com suas luzes bem propagadas, nos melhoramentos económicos, políticos, e morais da nação? Quem não attribuiria a regularidade dos movimentos do relógio à central insensível acção da mola real, e à habilidade do relojoeiro? O historiador Gibbon, fazendo elogio do actual soberano, justamente conta, entre os factos gloriosos do seu governo, as várias expedições que tem feito para viagens scientificas de exploração à roda do globo, o que supõe no país estudos e conhecimentos da sólida literatura. Mr. Say vê os efeitos, e não assigna as causas. No lugar citado nota, que os ingleses, não obstante o orgulho nacional, têm a arte de proporcionar as suas manufacturas e mercadorias ao gosto dos povos. Não é isto a intelligência dirigindo a indústria, dando luzes à nação, para bem entender seus interesses? Isto é, na frase franceza (*savoir faire*) *saber fazer*. Faz parte da sabedoria de um país o reconhecer a conveniência de se amoldarem os commerciantes e fabricantes aos usos, e caracteres das nações, e de quaisquer países.

CAPÍTULO IV

Ideias de Mr. Chaptal sobre a indústria

O conde Chaptal, um dos sábios da primeira ordem em química, tendo sido por muitos anos inspector das fábricas em França, na obra que em 1819 publicou com o título de *Indústria Francesa* justamente compreendendo na generalidade do termo indústria todas as operações da agricultura, fábricas, e comércio, propõe logo no princípio a seguinte grande verdade.

«A faculdade do entendimento, com que o homem foi dotado pela Inteligência Suprema, o impele sem cessar a descobrir, e aperfeiçoar, e a esta faculdade devemos os progressos sucessivos da civilização. Os três ramos de prosperidade pública, agricultura, manufacturas, e comércio, são indústrias que se enlaçam entre si com relações íntimas, que não se devem separar.»

Ainda que a Sociedade da Animação da Indústria Nacional da França (que o dito illustre escritor promoveu) que destinou a anual Exposição dos Produtos da Indústria Francesa, comprehendesse esses três ramos do emprego do povo; contudo tal é a força do hábito e da comum nomenclatura, que no decreto de 13 de Janeiro de 1819 de El-Rei Luís XVIII, aprovando este soberano aquela instituição, restringe o termo indústria ao sentido vulgar. «Temos pensado, que a exposição periódica dos produtos das nossas manufacturas, e das nossas fábricas, seria um dos meios mais eficazes de animar as artes, excitar a emulação, e de acelerar os progressos da indústria, etc.»

O mesmo Chaptal reduzindo a indústria a três classes, não enumera a exercida na mineração, salinas, e pescarias; que também são grandes fontes de riqueza, e objectos de energia e actividade nas económicas operações da sociedade; salvo se, virtualmente as compreendeu no termo geral de agricultura; o que todavia não é do sentido ordinário, nem se vê exemplificado, ainda em leve menção, nos diplomas relativos à dita instituição.

Tenho insistido neste objecto (talvez com tediosa prolixidade) porque presentemente o tema e brado geral é de animar a indústria nacional, debaixo da vista estreita de promover as manufacturas de cada país, com exclusiva das obras estrangeiras, e com preferênciam aos outros, não menos necessários, ramos de indústria do campo e cidade, para que o país tem naturais proporções. Por ora no Brasil são prematuros os projectos de activos especuladores, até intentando alguns, aliás bons servidores do Estado, fazer, por assim dizer, invasão de fábricas neste continente, ainda tão despovoado e fértil. Só podem prosperar as fábricas auxiliares da agricultura, e marinha, que por ora devem ser (e não podem deixar de ser) os nossos principais laboratórios, e oficinas de trabalhos produtivos, sendo sem efeitos (e só desvio

de capital), todas as tentativas de precipitar com força as épocas de ulteriores melhoramentos, convindo, ainda por longo tempo, contentarmo-nos com as preciosas plantações nas margens das grandes costas e rios, e com as minerações e pastarias no interior¹¹.

CAPÍTULO V

Dos principais estímulos da geral indústria

A necessidade de viver, e a ânsia de melhorar de condição, são os principais estímulos da geral indústria: aquela é universal em todos os homens, que não têm réditos de terras, e de seus capitais, e que compõem a maior classe dos trabalhadores de todas as nações formadas, e dá a segurança de abundante produção do necessário e cómodo à vida; e esta, se não é tão extenso, é contudo não menos activo excitamento da emulação de excelência, para os que têm engenho menos comum fazerem esforço e porfia em barateza e perfeição de suas obras, e para intentarem projectos, e prosseguirem nos exercícios das mais árduas occupações nas artes, ciências, e empresas da sociedade. Os economistas dão ao segundo estímulo preferência ao primeiro para o progresso da civilização e riqueza, e a intitulam a mola real da indústria humana.

A força do primeiro estimulante não se pode melhor assoalhar do que na seguinte exposição do nosso orador Vieira.

-Na terra pôs Deus a mesa aos homens, e é cousa tão digna de agradecimento, como de admiração, que de seis dias, em que criou o Mundo, empregasse os três maiores, e mais fecundos só em prover esta mesa. Tudo quanto nada no mar, tudo quanto voa no ar, tudo quanto

¹¹ É notável, que, no periódico português *Anais das Ciências e Artes*, tom. V, logo no princípio assim se faça contraste entre a indústria e mineração do ouro. «A indústria é a única base sólida da riqueza das nações. Estancam-se as minas do ouro e da prata; mas não se estancam os recursos, e actividade do génio industrioso - desfez-se como o fumo diante da boa razão e da filosofia a antiga máxima perigosa, de que a natureza tinha dado o metal precioso a umas nações para comprarem com ele a indústria das outras. Então não entra por nada no templo da indústria a energia do mineiro, e do mecânico, hidráulico, e químico, que dá os processos dos complicados trabalhos da mineração dos metais preciosos, e de sua purificação? É inconsiderável a indústria dos artistas que lhes dão os feitos para moeda, baixela, douradura, etc. e se desapreciará a indústria dos que extraem das minas a matéria dessas obras? Há-de a nação que tem ricas minas desses e de outros metais, não fazer os engenhosos trabalhos para a sua extracção, e applicação aos usos da sociedade? Uma cousa é darem os governos extraordinários favores a esse ramo de indústria rural, que contém a pior e mais arriscada de todas as lotarias, como diz Smith, sendo os indivíduos assaz excitados pela cobiça, e temerária esperança da boa fortuna, a applicarem a ele seus braços e capitais; e outra cousa é excluir da classificação da indústria uma espécie de trabalho que é também conveniente e necessário ao progresso da civilização.

nasce, ou pasce na terra, são os simples, que produziu a natureza, para que deles compusesse, e temperasse a arte o sustento, e regalo do homem. As espécies, que se contêm debaixo destes quatro géneros vastíssimos, tão várias na formosura, tão esquisitas nos sabores, e infinitas no número, excedem sem limite a capacidade do gosto, e dos outros sentidos. E que discurso há, que não pasme na consideração do poder, magnificência, e grandeza, com que mais parece quis Deus enfiar o apetite humano com a superfluidade da mesa, que fatar a necessidade com a abundância?

«A maior pensão, com que Deus criou o homem, é o comer. Lançai os olhos por todo o mundo, e vereis que todo ele se vem a resolver em buscar o pão para a boca. Que faz o lavrador na terra cortando-a com o arado, cavando, regando, mondando, semeando? Busca pão. Que faz o soldado na campanha carregado de ferro, vigiando, pelejando, derramando o sangue? Busca pão. Que faz o navegante no mar içando, amainando, sondando, lutando com as ondas, e com os ventos? Busca pão. O mercador nas casas de contratação passando letras, ajustando contas, formando companhias? O estudante nas universidades tomando postilas, revolvendo livros, queimando as pestanas? O requerente nos tribunais, pedindo, alegando, replicando, dando, prometendo, anulando? Busca pão. Em buscar pão se resolve tudo, e tudo se aplica ao buscar. Os pobres dão pelo pão o trabalho, os ricos dão pelo pão a fazenda, os de espíritos generosos dão pelo pão a vida, os de espíritos baixos dão pelo pão a honra, os de nenhum espírito dão pelo pão a alma, e nenhum homem há, que não dê pelo pão, e ao pão, todo o seu cuidado. Parece-vos, que tenho dito muito? Pois ainda não está discorrido tudo.

«Tirai o pensamento dos homens, e lançai-o por todas as outras cousas do mundo, achareis, que todas elas estão servindo a este fim, ou pensam do sustento humano. A este fim nascem as ervas, a este fim crescem as plantas, a este fim florescem as árvores, a este fim produzem, e amadurecem os frutos, a este fim trabalham os animais domésticos em casa, a este fim pascem os mansos no campo, a este fim se criam os silvestres nas brenhas, a este fim os do mar, e os dos rios nadam em suas águas; enfim tudo, o que nasce, e vive neste mundo, a este fim vive, e nasce. Que digo eu o que vive, e o que nasce? Os elementos não são viventes, e a este mesmo fim cansamos, e fazemos trabalhar aos próprios elementos. O fogo nas forjas, e nas fornalhas, a água nas levadas, e nas azenhas, o ar nas velas, e nos moinhos, a terra nas vinhas, e nas searas, e até o sol, e a lua, e as estrelas não deixamos estar ociosas desta pensão; porque o que todos aqueles orbes celestes fazem andando em perpétua roda, e voltando sem nunca descansar, é produzir, e temperar com suas influências o que há-de comer o homem. Há mais para onde subir? Ainda há mais. Subi do céu acima até ao mesmo Deus, e achareis, que ele é o que

mais ocupado está, que todos em nosso sustento; porque todas as outras cousas cada uma trabalha em si, e Deus, ainda que sem trabalho, obra em todas. De maneira, senhores, que a ocupação do céu, e da terra, e de todo este mundo, a maior pensão, o maior cuidado, e o maior trabalho dos homens é buscar pão para a boca; pois isto é porque todos trabalham.

«A necessidade, a pobreza, a fome, a falta do necessário para o sustento da vida é o mais forte, o mais poderoso, o mais absoluto império, que despoticamente domina sobre todos os que vivem. Não há cousa tão dificultosa, tão árdua, tão repugnante à natureza, a que a não obrigue, a que a não renda, a que a não sujeite, não por vontade, mas por força, e violência, a duríssima, e inviolável lei da necessidade.

«A necessidade é a que leva o soldado à guerra, e a escalar as muralhas, onde vendo cair uns a ferro, e voar outros a fogo, avança contudo, e não desmaia. A necessidade é a que engolfa o marinheiro nas ondas do oceano: elas com os naufragios à vista, e ele com tal ousadia, que metido dentro em quatro tábuas se atreve a pelejar não só com os ventos, e tempestades, mas com todos os elementos. A necessidade é a que mete, ou precipita o mineiro ao mais profundo das entranhas da terra, e sem temor, que as mesmas montanhas, que tem sobre si caíam, e o sepultem, ele lhe vai cavando as raízes, e sangrando as veias. Finalmente com mais ordinário, e geral desprezo da vida, e da saúde, quem faz, que o lavrador não tema os regelos do inverno, nem o segador as calmas ardentes do estio, nem o pastor os dentes do lobo, e do urso, e em muitas partes as unhas do leão, e do tigre, senão a necessidade? E posto que uns, e outros tantas vezes perecem em tão conhecidos perigos, a mesma necessidade com implicação manifesta da própria conservação é a que para sustentar a vida os obriga a perder a mesma vida. Até o pobre, e atrevido ladrão, que desde o primeiro passo, com que salteou os caminhos, começou a caminhar para a forca, se ao pé dela lhe perguntam quem o trouxe a tão miserável estado, responde com o laço na garganta, que a necessidade. E para que ninguém se admire deste grande poder da necessidade sobre todos, a razão é, diz o provérbio, porque todos os outros poderes são sujeitos às leis, e só a necessidade não tem lei.

«Fez Deus este mundo em forma circular, como a mesa, ou tábua redonda dos Pares de França, para evitar a contenda dos lugares, não sendo justo que desigualasse o lugar os que tinha feito iguais a natureza. Mas todo o homem neste mundo deseja melhorar de lugar, e nenhum se acha em tal posto por levantado, e acomodado que seja, que não procure subir a outro melhor. É própria esta inclinação da natureza racional, como se fora razão, e não apetite. Adão na terra tendo o absoluto domínio de todas as criaturas dos três elementos, não coube, nem se contentou com um império tão vasto, e em uma corte tão deliciosa, como o paraíso, também quis melhorar de lugar. E que

filho há deste primeiro pai, de que todos nascemos, que não herdasse dele a altivez sempre inquieta desta mesma paixão? O letrado, o soldado, o fidalgo, o título, o de grande nome, e o que não tem nome, com o cuidado, e desejo nunca já satisfeito, nem sossegado, todos trabalham, e se desvelam por adiantar, e melhorar de lugar. Só parece, que deviam viver isentos de semelhante sujeição os que deixaram o mundo, e professam o desprezo dele; mas lá os segue, e sujeita o mesmo mundo a que lhe paguem este duro, e voluntário tributo.

«No princípio do mundo deitou o Criador a sua benção aos animais, e às plantas: disse-lhes a todos, que crescessem: mas nota a Escritura, que tudo isto foi cada criatura conforme a sua espécie. Contenta-se cada um de crescer dentro da esfera do talento, que Deus lhe deu, e logo conhecerão todos, que têm benção, cada um no seu elemento. No ar contenta-se a andorinha com ser andorinha; e que maior benção, que poder morar nos palácios dos reis? No mar contenta-se a remora com ser remora; e que maior fortuna, que sendo tamanina, pode ter mão em uma nau da Índia? Na terra contenta-se a formiga com ser formiga; e que maior felicidade, que ter o celeiro provido para o Verão, e para o Inverno? Mas por todos os elementos se adoece de melancolia; porque nenhum se contenta com crescer dentro da sua espécie. A andorinha quer subir a água: a remora quer subir a baleia: a formiga quer inchar a elefante... Como cada um se não mete, e se não mede dentro da sua esfera, ainda que seja cipreste, que tantas vezes vê seus troncos sobre os altares, não pode viver contente. Não digo, que não trate cada um de crescer, mas conheça cada um o que é: e depois cresça conforme a sua espécie: desenganemos que o crescer fora da própria espécie não é aumento, é monstruosidade; porque o crescer nos que o merecem é crescimento: o crescer nos que o não merecem, é crescença, e o crescimento é grandeza, e a crescença é fealdade».

«Andam os homens cruzando as cortes, revolvendo os reinos, dando voltas ao mundo, cada um em demanda das suas pretensões, cada um para se introduzir ao fim de seus desejos, todos aos encontros uns sobre os outros, os olhos abertos, a porta à vista, e ninguém atina com a porta. Andais buscando a honra com os olhos de lince. E sendo que para a verdadeira honra não há mais, que uma porta (que é a virtude), ninguém atina com a porta. Andai-vos desvelando pela riqueza com mais olhos, que um argos, e sendo que a porta certa da riqueza não é acrescentar a fazenda, senão diminuir a cobiça, ninguém atina com a porta. Andai-vos cansando por achar o descanso, e sendo, que não há, nem pode haver outra porta para o verdadeiro, e seguro descanso, senão acomodar com o estado presente, e conformar com o que Deus é servido, não há quem atine com a porta».

«Olhem os homens para as outras criaturas sem uso de razão, e não queiram ser ingratos, e soberbos contra Deus, quando todas elas,

grandes, e pequenas, o louvam, lhe dão graças pelo que dele receberam. Se o rato não quer ser leão, nem o pardal quer ser águia, nem a formiga quer ser elefante, nem a rã quer ser baleia; porque se não contentará o homem com a medida do que Deus lhe quis dar? E que seria, se nem os leões, nem as águias, nem os elefantes, nem as baleias se contentassem com a sua grandeza, e uns se quisessem comer aos outros para poder mais e ser maiores? Isto é o que querem, e fazem continuamente os homens, e por isso os altos caem, os grandes rebentam, e todos se perdem. Os instrumentos, que criou a natureza, ou fabricou a arte para serviço do homem, todos têm certos termos de proporção, dentro dos quais se podem conservar, e fora dos quais não podem. Com a carga demasiada cai o jumento, rebenta o canhão, e vai-se o navio a pique; por isso se vêm tantas quedas, tantos desastres, e tantos naufrágios no mundo. Se a carga for proporcionada ao calibre da peça, ao bojo do navio, e à força, ou fraqueza do animal, no mar far-se-á viagem, na terra far-se-á caminho, e na terra, e no mar tudo andar-á concertado. Mas tudo se desconcerta, e se perde, porque em tudo quer a ambição humana exceder a esfera, e proporção do poder.

-Só quem quer menos do que pode, é sempre poderoso, porque quem quis quanto podia, encheu a medida do seu poder, e não pode passar daí; porém quem quer menos do que pode, sempre pode mais do que quer.

-Daqui se segue, que o rico, que quer mais do que pode, é pobre; e o pobre, que quer menos do que pode, é rico; e o rico, que quer mais do que pode, é pobre; porque lhe falta o mais, que quer; e o pobre, que quer menos do que pode, é rico; porque lhe sobeja o mais, que pode. Assim no-lo ensinou a mesma natureza, mestra de nossas acções, quando nos proveu dos instrumentos, medindo-os com elas. Porque dispôs a natureza, que a mão fosse maior que o coração, e o coração um, e as mãos duas? Porque o coração é o instrumento do querer, e as mãos do poder: no coração está a deliberação da vontade, e nas mãos a execução das obras; e ordenou, que a mão fosse maior, que o coração, e o coração um, e as mãos duas, para que sempre pudessemos mais do que quiséssemos, e nunca queiramos tanto, quanto podemos. Oh, se os homens entendessemos esta política natural, e doméstica, e nos persuadissemos a ela, quão descansada seria esta vida, que nós pelo desgoverno da nossa vontade, e pelos excessos das nossas vontades fazemos tão cansada, e trabalhosa!¹²

¹² Os amantes da literatura nacional relevaram o transcrever estas passagens deste nosso clássico, que suposto o não enumerasse na parte I destes estudos entre os economistas portugueses, por ter sido a sua primazia a oratória, contudo é certo que nas suas obras mostra sólidos conhecimentos económico-políticos. Tenciono oferecer uma *selecta* de seus pensamentos no assunto, que são instrutivos pela moralidade e fraseologia, ainda que expressos ao estilo do tempo, principalmente extraídos do *Vieira Abreviado*.

CAPÍTULO VI

Doutrina de Smith no assunto antecedente

Sem dúvida a necessidade é forte e incessante aguilhão dos trabalhos necessários. Todo o indivíduo como disse o poeta lírico de Augusto, é *indócil em tolerar a pobreza*, e porfia em sair da indigência; e muitos até se lançam a remotos e procelosos mares (como ele diz), *três e quatro vezes impunemente*, anelando a riqueza.

Já na parte II destes *Estudos*, cap. 21, indiquei alguns efeitos das três grandes leis naturais que dão sólida garantia à geral indústria - *lei da existência* - para cada um como vigilante sentinela guardar o posto da vida: - *lei da melhora de condição* - para aspirar à distinção no seu usual emprego, ou à superioridade de grau e predicamento na ordem civil, por especial préstimo, e excelência de obra - *lei da propagação* - para perpetuar a sua prole, e manter, pelo menos, estacionário o número dos peritos no respectivo particular officio e mister da sociedade. Aqui exporei algumas doutrinas de Smith que expôs, com a sua ordinária perspicácia, as seguintes verdades práticas, que não convém jamais perderem-se de vista no governo económico.

Ele bem observa no liv. 1, cap. IX e X, que a necessidade de viver obriga as classes dos trabalhadores, comuns, a se sujeitarem às penosas tarefas que dão o necessário e cómodo à vida pelo mais baixo salário possível, nas circunstâncias do tempo e lugar, estando quasi sempre à mercê dos que têm terras e capitais, e que fazem a demanda do trabalho, de que adiante se tratará. Também com razão notã o pânico temor, e até a desumanidade, dos legisladores, que acumularam leis cruéis para prevenir os conluios dos obreiros e criados contra as classes superiores, taxando-lhes os salários; pois é impossível que durem as suas combinações; porque ainda os industriosos e frugais, maiormente onerados de família, mal podem ter considerável fundo de reserva para subsistirem poucos dias independente de novos salários; e portanto, sem força, nem injúria, em breve receberão a dura lei dos proprietários e capitalistas; raros sendo os jornaleiros de campo e cidade, que antes preferam morrer, que trabalhar, ou a se exporem às penas das leis, cometendo as desordens que provêm da inércia e desocupação.

Nos países adiantados em civilização, em que a indústria fez fincapé, onde até é moda o assíduo trabalho, e ignomínia o inerte ócio, como por exemplo, na Holanda, e Inglaterra, a necessidade faz usual a toda a pessoa o ter emprego, e o costume regula a direcção do trabalho aos canais mais úteis nas circunstâncias do país. Isso seria ainda mais visível e benéfico, se a policia da Europa deixasse livre a escolha da honesta indústria, o que ainda não se vê em parte alguma.

O mesmo Smith attribui à dita *lei da melhora de condição* o singular efeito, de não só promover os adiantamentos da riqueza, indústria, e

prosperidade das nações, mas até de resistir aos erros da legislação, e desgovernos dos administradores, contanto que o governo guarde inviolavelmente o direito da propriedade em todas as classes, para ninguém ser privado do fruto de seus trabalhos; assim o exemplifica no seu país, dizendo no liv. 4, cap. V, «a segurança que as leis da Grã-Bretanha dão a toda a pessoa para gozar dos frutos do seu próprio trabalho, é por si só suficiente para fazer que qualquer estado floresça, não obstante o seu errôneo sistema de regulamentos, que restringem a indústria e o comércio. *O natural esforço de todo o indivíduo de melhorar de condição*, quando se deixa desenvolver com liberdade e segurança, é tão poderoso princípio, que, deixado a si só, e sem algum auxílio, é capaz, não somente de elevar a nação à riqueza e prosperidade, mas até de vencer as muitas impertinentes obstruções, com que a imprudência de várias leis humanas muitas vezes comprime o elastério daquela mola. E no liv. 5, cap. IX, acrescenta: «Assim como o corpo humano parece conter em si algum desconhecido princípio de preservação, capaz de prevenir, ou de corrigir, a muitos respeitos os maus efeitos de irregular modo da vida dos desordenados; assim também o corpo político pode florescer e prosperar ainda sem o exacto regime da perfeita liberdade e perfeita justiça; porque o natural esforço que todo o indivíduo continuamente faz de melhorar de sua própria condição é um princípio de preservação capaz de prevenir, e corrigir a muitos respeitos, os maus efeitos da economia política dos Estados, aliás parcial, e opressiva. Sem dúvida tal defeituoso regime mais ou menos retarda, mas não é sempre capaz de totalmente fazer parar, o natural progresso da nação para a riqueza e prosperidade, e ainda menos de lhe dar retrocesso. No corpo político a sabedoria da natureza tem felizmente antecipado ampla provisão para remediar muitos dos maus efeitos da insânia e injustiça dos homens, da mesma maneira que proveu à saúde do corpo físico para remediar as desordens da preguiça e intemperança.

O dito Smith no liv. 1, cap. VIII, também mostra contra a errônea opinião mui comum entre os capitalistas e estadistas, que a liberal paga do trabalho é forte estímulo, não só da propagação, mas também da indústria do povo, e necessariamente conduz à rápida e progressiva riqueza; o que se experimenta em novas colônias de países vastos e férteis; e trabalhados por mãos livres. Grande exemplo ora se vê na América do Norte. Aquele autor bem diz:

«A liberal remuneração do trabalho, assim como anima a propagação, também aumenta a indústria. Os salários do trabalho são o acoçoamento da indústria, a qual, bem como toda outra qualidade humana, melhora em proporção da animação que recebe. Abundante subsistência aumenta a força corporal do trabalhador, e a lisonjeira esperança de melhorar a sua condição, e findar os seus dias talvez em comodidade e fartura, anima a exercer a sua robustez com a maior

intensidade. Assim vê-se que em Inglaterra onde é melhor pago o trabalho, serem os obreiros mais activos, diligentes, e expeditos: e ainda que alguns façam abuso, dissipando os ganhos dos primeiros dias da semana, e vivendo inertes nos outros dias, isso não é geral: antes, ao contrário, alguns, sendo pagos liberalmente em proporção de maior obra feita, se sobrecarregam de trabalho, e arruinam a saúde, e constituição. Quase em toda arte, os respectivos obreiros são sujeitos a alguma particular enfermidade pela excessiva aplicação. Nos países em que o governo permite empregar em algumas obras os soldados (que aliás são a classe da gente menos capaz de hábitos de regular indústria) é frequente estipularem os seus comandantes dos empresários que lhes não dêem salários além de certa medida, para não se arruinarem com o trabalho.

No liv. 3, cap. I e III tem excelentes observações sobre este assunto.

«Ordem e bom governo, e, com este, a liberdade e segurança dos indivíduos, fazendo cessar a violência dos antigos ocupadores das terras, foram as causas da indústria e riqueza nas grandes monarquias da Europa. Os homens, enquanto se acham em um estado sem defesa de governo protector, naturalmente se contentam com a sua necessária subsistência; visto que o adquirir mais, só serviria de tentar a injustiça dos seus opressores. Ao contrário, quando estão seguros de gozar dos frutos da sua indústria, naturalmente se esforçam em melhorar a própria condição, e adquirir não somente as coisas necessárias, mas também as conveniências e elegâncias da vida».

Pode-se aqui acrescentar a observação que a comum queixa principalmente dos obreiros de manufacturas contra as máquinas, é por lhes tirar a matéria do trabalho, que aliás ardentemente oferecem. Do que tudo é evidente a calúnia que os monopolistas e violentos ainda presentemente fazem contra o corpo dos povos em nações cultas, arguindo-os de inertes e preguiçosos, quando só reclamam o devido fruto de seus trabalhos.

Smith no já citado liv. 1, cap. IX, com originalidade indicou outro princípio estimulante da indústria activa, que excita os espíritos enérgicos a projectos de ganhos extraordinários, e estabelecimentos de importância. Ele ali observa que «a insaciabilidade de bens tem sido assaz notada por todos os moralistas, mas que a esperança da boa fortuna, e a confiança na própria habilidade e felicidade, tem sido menos advertida, sendo aliás (se é possível) ainda mais universal». Ele demonstra a sua influência transcendente nos negócios da sociedade nos exemplos dos arrojados especuladores de novos comércios, e projectistas de novas empresas económicas, as mais árduas e arriscadas de se malogrem; na temeridade dos que fazem expedições marítimas sem requerer seguros, desprezando os tão graves perigos do mar; dos soldados voluntários em tempo de guerra, tendo a perspectiva de mais certa dureza, e perda de vida, do que de adiantamento em honras e rique-

zas; dos que se aventuram a entrar em profissões literárias difíceis, em que por um que prospera, ordinariamente dezanove desaproveitam seu tempo, fundo, e estudo; no furor das lotarias, e jogos, em que a maior parte da gente perde, e se arruina.

CAPÍTULO VII

Da divisão do trabalho, ou da distribuição dos empregos na sociedade

Na parte II destes *Estudos*, indiquei os fundamentos da lei da sociabilidade, e os gerais efeitos da *cooperação social*; agora farei mais explícita análise desse princípio, que é a base da teoria de Smith para o progresso da indústria e riqueza nacional.

Cada pessoa, por maior que seja a sua inteligência, indústria, e força de corpo, pouco, ou quase nada, pode fazer, para adquirir pelo próprio trabalho o *necessário*, e, muito menos os cómodos e gozos da vida, a que aspira, sem a companhia e ajuda de seus semelhantes. A experiência mostra que, quanto esta companhia e ajuda é mais fiel, e constante, e cada companheiro mais trabalha no objecto do seu génio e arbítrio, tanto o respectivo produto é de maior quantidade, e de melhor qualidade. Se alguém, por mais habilidoso e robusto que seja, tenta aplicar-se a muitos objectos, e faz variedade de obras, logo experimenta a sua incapacidade e impotência, e o produto dos seus trabalhos é pouco e grosseiro.

Por isso, desde a origem da sociedade, os homens procuraram ter diferentes occupações, e repartir entre si os trabalhos, unindo seus engenhos e braços, para obterem melhor o bem-comum, em justa partilha do produto da indústria dividida, e combinada.

Pela divisão do trabalho applicando-se qualquer pessoa a um só emprego, ou a poucos objectos, economiza, poupa tempo, incómodo, e risco; concentra mais a sua atenção; faz-se destro e perito nas operações mecânicas respectivas, e adquire superiores graus de inteligência na sua obra, proporcionando meios a fins em mais estreita esfera do escolhido ramo de indústria, e por isso se constitui capaz de obter maior e mais perfeito produto.

Na ordem natural da sociedade, cinco são as causas que influem na divisão do trabalho: 1ª a diferença dos sexos: 2ª o génio ou particular propensão e habilidade dos homens para certas occupações, empregos, ou officios: 3ª as vantagens especiais das terras, em qualidade, e situação, para darem certas produções com maior abundância, e com menos trabalho: 4ª as necessidades e circunstâncias dos indivíduos: 5ª a policia dos governos.

A primeira divisão do trabalho, ou distribuição de empregos, é indicada pela natureza, que distinguiu os sexos. O homem e a mulher naturalmente, pela organização corporal, e diferença de forças, têm diferentes officios: aquele, pelas forças superiores, é mais próprio para os trabalhos do campo, e em objectos de mais cansaço e perigo; e esta para os trabalhos de criação de filhos, administração doméstica, e obras de maior delicadeza, e vivacidade de fantasia. Só os selvagens e bárbaros invertem esta ordem.

Em todos os estados da sociedade, todo o indivíduo, se não acha obstáculo, espontaneamente se emprega nos trabalhos sobre objectos que são conformes ao seu especial génio, ou talento, isto é, sua inclinação ou habilidade natural, que é visível em muitas pessoas desde a infância. Isso indica especial inspiração e manudução da natureza. A diferença das vantagens dos climas e territórios também determina mui geralmente a escolha e repartição dos trabalhos. Porém a necessidade, as circunstâncias dos indivíduos, e a policia dos governos, ocasionam divisões de trabalho, que muitas vezes são contra as indicações da natureza, e daí provém grande diminuição da possível recta indústria, e riqueza das nações.

Acha-se a divisão do trabalho na origem dos séculos descrita na Sagrada Escritura (o mais antigo monumento da história da sociedade) nos distintos empregos de Abel e Caim, sendo aquele pastor, e este agricultor. Depois do dilúvio aparece Noé cultivando a vinha; e Esahu e Jacob, filhos do patriarca Isaac, vivendo de diversas occupações; aquele da caça, e este habitando em tendas, o que supõe exercício de artes sedentárias. Os descendentes de Ismael, filho espúrio de Abraão, formaram outra divisão do trabalho, isto é, o *emprego do comércio*, ou a occupação das pessoas que transportam de uns países a outros coisas de valor, para suprirem as faltas recíprocas dos povos: e é notável que já então infelizmente existisse o tráfico de escravatura, sendo o inocente José traído e vendido por seus irmãos aos mercadores madianitas, que o levaram a mercado ao Egipto.

O desígnio da natureza na inefável variedade de génios, climas, territórios, e produtos, evidentemente foi o designar as respectivas mais úteis divisões de trabalho, a fim de unir os homens em sociedade, e mútua dependência, para abundância de mútuos suprimentos e gozos, removendo motivos de conflitos, e vãs porfias, não tendo nenhum indivíduo e país tudo que precisa e deseja; mas podendo ter tudo copioso, e mais perfeito em racionável partilha, por via do troco, conforme ao seu título na cooperação à tarefa social.

A civilização da sociedade começa com as três grandes divisões de trabalho: a saber: 1ª dos empregados em colher os produtos da terra: 2ª dos empregados em dar formas a estes produtos para os usos sociais: 3ª dos empregados em transportar e distribuir os produtos supérfluos, rudes ou manufacturados, de uns lugares para outros onde reciproca-

mente se demandem, e melhor se paguem com proporcionais equivalentes. Estas três divisões do trabalho formam os três principais ramos da geral indústria de todas as nações, isto é, agricultura, manufactura, comércio. Na agricultura, se compreendem a criação de animais; mineração; pescarias; salinas: na manufactura, todas as artes de laboratório manual, ordinárias, e superiores, que se dizem *belas artes*, como pintura, escultura, etc. No comércio, o transporte por terra e água, com todas as indústrias anexas à navegação em rios, canais, lagos, e mares.

Porém no progresso da população e civilização, outras classes se formam com separação de empregos, ou divisões do trabalho, para suprirem várias gerais precisões da sociedade. As principais são: 1^a dos homens de estudo, que não se aplicam a trabalho mecânico, mas sim às ciências: 2^a dos militares, que não trabalham nos ditos três ramos de empregos, mas só vivem da profissão das armas, para obstem à violência, dos que tentam turbar os exercícios da indústria útil de todas as pessoas, ou invadir as terras, e riquezas: 3^a dos empregados no serviço do Estado em outras repartições públicas: 4^a dos que suprem aos divertimentos da humanidade, que fazem a vida alegre, e doce, suavizam os trabalhos de toda a espécie, e assim animam a sua periódica renovação; tais são os músicos, e os actores de teatro.

Cada uma das indicadas divisões de trabalho é susceptível de indefinidas subdivisões, e estas crescem com o número dos indivíduos, diversidade de talentos, variedade de vantagens, circunstâncias dos países, e necessidade dos obreiros.

Assim se estabelecem as povoações, que vão gradualmente crescendo em vilas, cidades, e nações. Então aparecem inumeráveis profissões e particulares modos de vida.

A agricultura é talvez o género de indústria menos susceptível de divisões de trabalho. As artes e manufacturas são capazes de uma variedade ilimitada; pois que também são infinitas as formas que se podem dar aos produtos da terra para os usos sociais. As mais ramificações de indústria podem ter muitas subdivisões, e cada uma fazer a ocupação de um só homem por toda a vida.

Ainda que tenha sido reconhecida em todos os tempos a necessidade da divisão do trabalho, contudo Smith foi o primeiro economista que, por singular análise, demonstrou os prodígios da mesma divisão logo no cap. I do liv. I da sua obra da *Riqueza das Nações*, começando as suas lições pelo quadro magnífico que aí faz dos maravilhosos efeitos da distribuição das diversas partes de qualquer operação económica.

Os exemplos que ele indica da fábrica de alfinetes, e de pregos, dão bem a ver as vantagens da divisão do trabalho. Nestas fábricas, cada obreiro só faz certa porção da obra, e a sua indústria se limita a uma ou duas operações muito simples. A fábrica de alfinetes tem vinte artistas separados: um corta o arame; outro faz a ponta, diverso a

cabeça; e assim os mais. Em uma que só tinha dez diferentes obreiros, se aprontava por dia mais de quarenta e oito mil alfinetes, cabendo mais de quatro mil a cada obreiro. Se qualquer deles trabalhasse em todas as partes da obra, talvez não faria dez alfinetes por dia, e sem dúvida não tão perfeitos. O ferreiro cujo emprego é só fazer pregos, pode fazer mais de mil por dia; porém, ainda sendo o melhor artista de obras deste metal, não faria a décima parte de pregos, não sendo acostumado a esta simples operação, e não sabendo usar das máquinas que se empregam em tal manufactura. Isto mesmo, mais ou menos, acontece em todas as artes. Da judiciosa divisão dos empregos, ou, em outros termos, distribuições de obreiros em todas as artes e ciências, resulta haver a maior e mais perfeita cópia dos produtos de cada espécie de indústria da sociedade, com menos tempo, e trabalho; e daqui emana a geral abundância, e opulência, que se observa nos países civilizados.

Cada nação se pode considerar como uma grande oficina de indústria, onde há inumeráveis divisões de trabalho, em que os obreiros mutuamente se ajudam, ainda que não estejam debaixo do mesmo tecto: as partes das obras de uns servem para completar as obras dos outros: sem isso, não existiriam tantos produtos da natureza e arte quais se vêem em as nações civilizadas.

Quanto cresce a população, tanto mais todas as classes de trabalhadores se sobrecarregam de obreiros, e tanto proporcionalmente se aumenta o produto do trabalho, e, com o seu aumento, a barateza do respectivo salário, como todos experimentam. Então superabundam obreiros supernumerários, que não acham emprego, ou, pelo menos, um ténue salário que lhes faculte o poder viver de sua obra. Nesta angústia, os mais necessitados e engenhosos se esforçam em fazer obras mais perfeitas, para obterem maior valor no mercado, e preferência na venda; ou vão diligenciar por descobrir alguma produção da natureza que seja útil, e que possa ser demandada, e paga pelos ricos. Eis logo aparece algum antes desconhecido ramo de indústria, e um produto, ou mais perfeito, ou novo, na sociedade. Assim vão aparecendo continuamente os artigos chamados de *luxo*, que, em última análise, são os efeitos de novas descobertas de produções úteis e agradáveis da natureza, ou obras da inteligência humana, parte, precedidas do especial génio, ou da emulação da excelência, e parte, da necessidade dos obreiros. Se os indivíduos das classes inferiores não tivessem este recurso, morreriam de fome, ou se desatinariam a enormidades. É evidente pois que os artigos de luxo são escolhidas obras do Criador, ou preparadas para os usos inocentes da vida, pela grandeza do engenho, e perfeição do trabalho do homem; ou efeito de expediente preventivo de morte do obreiro, ou de desordem da sociedade.

Por isso se convence o absurdo das vagas declamações contra o luxo. Os que pois condenam as coisas do luxo, repelem os dons do

Criador, inutilizam os talentos naturais, atacam pela raiz os elementos da melhora da espécie humana; e, tirando aos industriosos das classes pobres os meios de viver, lhes dão sentença capital, ou os impelem a fazer perturbações na sociedade, por falta de honesto emprego de seus engenhos e braços.

No progresso da população, e civilização, aparece mui grande número de não empregadas pessoas, a saber, dos que são destinados a prestar serviços pessoais de utilidade, ou só de mero prazer, aos outros, cuja obra porém não se realiza em objecto visível, mas o seu efeito perece no mesmo instante, ou em pouco tempo depois de feita. Tais são as obras dos criados de servir, dos músicos, cómicos, dançarinos, etc.

Smith diz, que a agricultura talvez não tem feito maiores progressos, porque não é tão susceptível de divisão do trabalho como as manufacturas.

A divisão do trabalho é não menos necessária nas ciências, que nas artes. Aquelas consistem no estudo das leis e obras da natureza, história, e economia da sociedade, e, em geral, de tudo que se dirige a desenvolver e aperfeiçoar as qualidades sociais, e as faculdades racionais. Os que não se aplicam com especialidade a um só ramo das ciências, e affectam de enciclopedistas, são, por via de regra, mais pedantes que sábios. Ainda os maiores génios literários se dão com preferência a alguma repartição de estudos, para adquirirem nele eminência. Os mais estudiosos apenas se elevam à mediocridade. Tem-se observado que a divina arte de curar se tem assaz adiantado, depois que se separou a medicina da cirurgia, química, farmácia, veterinária; e cada ramo destas divisões, se subdividiu em outros que, por si só, são capazes de ocupar a vida de um homem de talento. Tão imenso é cada objecto de arte e ciência!

A divisão do trabalho nas repartições do regime político é não menos essencial à arte das artes de reger os homens, sendo a distribuição judiciosamente feita.

É indizível a concorrência dos que entram na cooperação social, e os maravilhosos efeitos da divisão do trabalho em toda a sociedade, considerando-se esta como a universal oficina da indústria humana em todos os países, para dar existência ainda às que se reputam mais grosseiras produções das artes ordinárias. Smith no Livro I, cap. I mostra a necessidade em que os homens civis estão da cooperação de grande multidão de seus irmãos. Eis o painel admirável com que analisa a sua doutrina com exemplos práticos.

«A grande multiplicação das produções de todas as diversas artes, em consequência da divisão do trabalho, é a que ocasiona, *em uma nação bem governada*¹³, a universal opulência, que se estende até às

¹³ Note-se o como Smith justamente limitou a sua tese; pois em *nação não bem governada*, há pouca ou má divisão de trabalho, e consequentemente menos activa indústria, e progressiva opulência.

ínfimas classes do povo. Então qualquer obreiro tem uma grande quantidade da sua própria obra a dispor, além da que precisa para si mesmo; e todo o industrial, estando exactamente na mesma situação, é assim habilitado a trocar grande quantidade dos produtos do próprio trabalho por uma grande quantidade, ou (o que vem a ser a mesma coisa) pelo preço de grande quantidade dos produtos dos trabalhos dos outros. Aquele supre a estes abundantemente com o que precisam, e estes o suprem amplamente com o que necessita; e assim a geral abundância se espelha por todas as diferentes ordens da sociedade.

«Observe-se o suprimento do mais ordinário artífice, ou jornaleiro, num país civilizado, e que está em progresso de indústria e riqueza; e ver-se-á, que excede todo o cálculo o número de pessoas, parte de cuja indústria, ainda que mui pequena, foi empregada em procurar-lhe esse suprimento. Por exemplo, *um colete de pano ordinário de lã*, de que se veste o jornaleiro, ainda que pareça grosseiro e áspero, *é o produto do reunido trabalho de grande multidão de obreiros*. O pastor, o tosquiador, o cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o lavandeiro, o alfaiate, com muitos outros, devem todos ajuntar as suas diferentes artes, a fim de se completar aquela produção grosseira. Além disto, quantos negociantes, e almocreves se empregaram em transportar os materiais de alguns desses obreiros a outros, que muitas vezes vivem em partes muito distantes do país! Quantos construtores de navios, marinheiros, fabricantes de velames e cordoalha, devem ter concorrido para se transportarem as diferentes drogas de que o tintureiro faz uso, que muitas vezes vem das mais remotas regiões do mundo! Que variedade de trabalhos é também necessária para se fazerem os instrumentos dos ínfimos desses obreiros! Sem falar em tão complicadas máquinas, como do navio, que transporta os ditos materiais, do moinho do lavandeiro, ou ainda do tear do tecelão; considere-se somente que variedade de trabalhos se requer para formar-se tão simples máquina como a tesoura com que o pastor tosquia a lã? O mineiro, o construtor da fornalha para fundir o metal; o que acende o carvão de que se faz uso na fundição; o que fez os tijolos; o ladrilhador; o obreiro que assiste à fornalha; o artífice do moinho; o ferreiro; devem todos ajuntar as suas diferentes artes, a fim de se produzir tal tesoura. Examinando-se na mesma maneira todas as diferentes partes de seu vestido, ou móveis domésticos; a grosseira camisa de linho; os sapatos, a cama, e todas as diferentes partes que a compõem; todos os utensílios da cozinha, em que prepara os seus víveres; o carvão de que faz uso para este efeito, cavado das entrañas da terra, e conduzido para ele de remotos mares e países; todos os móveis de sua mesa, facas, garfos, colheres, pratos de barro e estanho; as diferentes mãos empregadas em preparar o seu pão, e a sua cerveja; as vidraças, que deixam entrar calor e luz, e que o defendem de vento e chuva, como todos os conhecimentos e artes necessárias para preparar esta bela e feliz invenção, sem a qual os países frios não poderiam dar

habitação tolerável; juntamente com os instrumentos de todos os obreiros empregados em produzir todas estas diferentes comodidades; se, digo, examinarmos todas estas coisas, e considerarmos quanta variedade de trabalho, se emprega em cada uma delas; nos convenceremos, que, *sem assistência, ou cooperação de muitos milhares de indivíduos, até a mais baixa pessoa de um país civilizado não seria provida dessa mesma trivial acomodação, que falsamente imaginamos ser mui fácil e simples.* Na verdade ela pode parecer tal, comparando-se com o extravagante luxo dos grandes; mas talvez seja não menos verdade, que a acomodação de um príncipe europeu nem sempre excede tanto a de um paisano industrioso e frugal, como a deste excede a de muitos reis africanos.¹⁴

CAPÍTULO VIII

Do princípio que ocasiona a divisão do trabalho, e a constitui benéfica a toda a sociedade

A *faculdade do troco* é o princípio que ocasiona a divisão do trabalho. O homem é a única criatura do globo que tem esta faculdade. Em virtude dela, pode contratar com seus semelhantes, fazendo ajuste de comutar com eles uma espécie de trabalho próprio por outra espécie de trabalho alheio, e, em geral, uma coisa por outra. Em nenhum animal se observa esta faculdade. Tem-se visto aos da mesma ou diferente espécie concorrerem a fazer presa do idêntico objecto a que os impele igual instinto; e se a quantidade é pouca, e alguns são mais ferozes e valentes, a contenda se decide com violência pelo mais forte, o qual exclui os mais fracos.

No rude estado da natureza, o selvagem também usa de igual força contra os seus semelhantes, que concorrem em necessidade, e ânsia de possuir alguma coisa; e, nos países pouco avantajados em civilização, os homens procedem como os animais, e antes são dispostos a roubar os frutos dos trabalhos dos outros, do que a trocar entre si por amigável ajuste os bens que têm adquirido. Porém, em proporção que se adianta a inteligência, os homens experimentam, que usar de força para adquirir os bens dos outros, é, pelas consequências, expediente precário, trazendo resistência e perigo, pela confederação dos fracos contra os fortes, para defenderem suas pessoas, e os frutos da sua indústria, a

¹⁴ N.B. Como hei-de frequentemente citar passagens de Smith, e todavia não é possível transcrever todas, que aliás contêm a sua magistral doutrina com os mais enérgicos termos, refiro os leitores para a edição da tradução portuguesa da *Riqueza das Nações*, dada à luz em 1811 nesta corte, por Bento da Silva Lisboa, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

fim de não serem obrigados a trabalhar para os outros, nem dar-lhes os respectivos produtos, senão por livre ajuste.

Ainda quando os fortes temporariamente triunfem, contudo logo se vê que o trabalho dá poucos e grosseiros produtos, e a pobreza e miséria é mui grande no povo, de sorte que os mesmos violentos têm riqueza inconsiderável. Então a razão e experiência mostram, que, trabalhando todos no que cada um melhor sabe e pode, se a respectiva terra, pela sua qualidade e situação, facilita o produzir, e trocar certos bens da vida, qualquer industrioso faz, com menos tempo e trabalho, mais obra e mais perfeita, e ganha comutando o supérfluo produto do seu trabalho. Então o interesse vem a ser recíproco, e se põe em equilíbrio, pelo *câmbio de equivalentes*, ajustado por mútuo acordo.

Este expediente não agrava a ninguém, e utiliza a todos os cooperadores nos variados ramos de indústria. Os homens, tendo a certeza de não serem molestados, antes livres, em fazer tais acordos, ficam habilitados a bem dividirem e subdividirem, em paz e justiça, os seus trabalhos; e por isso a sua divisão se opera em ramificações indefinidas, conforme o progresso da opulência, e população. Então o *sistema de convenção* se estabelece na sociedade, e se manifesta a superioridade dos seus bons efeitos sobre o *sistema de violência*, com que se obriga aos homens a trabalharem a benefício do forçador, ou se lhes roubam impunemente os frutos do seu suor.

A civilização, com riqueza, e maneiras doces, vem a ser em todos os países maior, onde o sistema de convenção, ajuste, e comércio, suplanta o sistema de força, injustiça, e rapina; ou, ao menos, onde ele predomina, e as leis castigam com rigor os forçadores das pessoas, e propriedades, e mantêm a santidade das convenções de boa fé.

Pela faculdade do troco é que os talentos naturais, ou adquiridos, dos homens se constituem produtivos, e úteis a toda a sociedade. Os animais não têm essa prerrogativa; e por isso não são perfectíveis, e só podem viver do imediato produto da respectiva espécie de trabalho, que adquirem, ou enceleiram, como acontece especialmente às formigas, abelhas, castores: ainda que alguns tenham superior viveza, ou habilidade adquirida por experiência própria, ou pelo ensino dos homens, contudo a força do cão de fila não é sustentada pela ligeireza do cão de caça, nem pela sagacidade do cão de fralda, nem pela docilidade do cão do pastor, por não se poderem unir tais dotes em um fundo comum. Nunca se viu aos animais entrar em clara combinação para se aproveitarem mutuamente das privativas vantagens uns dos outros. Porém nos homens, os mais dissemelhantes talentos e habilidades podem ser, e são, de recíproco auxílio e proveito; pois os diferentes produtos dos respectivos talentos, em virtude da geral disposição ao troco, contrato, e câmbio, podem (por assim dizer) ser levados a um *mercado comum*, onde cada indivíduo pode ir comprar qualquer porção que precisa do produto dos trabalhos e engenhos dos outros homens.

A disposição ao troco e ajuste se manifesta ainda entre os meninos. Se os homens não tivessem a faculdade do troco, não poderia haver divisão do trabalhos; e se as leis não facilitassem o uso das convenções honestas, ou não obrigassem a guardar a fé dos contratos, não se poderia fazer essa divisão da maneira extensa e proveitosa que se vê nos povos civilizados.

Se os homens não tivessem a dita faculdade, não podendo trocar entre si os produtos supérfluos do respectivo trabalho escolhido, seriam obrigados a fazer mais variados trabalhos, para se suprirem dos seus variados frutos: então seria a soma dos produtos muito inferior em quantidade e qualidade, do que aliás seria havendo extensa divisão do trabalho, isto é, sendo os diferentes empregos repartidos por mui diferentes obreiros. Não haveria em consequência entre eles o mútuo auxílio, e variado suprimento, nem aquela suave dependência económica e mercantil, que constitui mais vasto e firme o *espírito de sociedade*.

Se as leis não facilitassem as convenções justas, nem segurassem a fé dos contratos, a divisão do trabalho se restringiria ao número de poucas pessoas racionáveis, que bem entendessem as vantagens, e o recto uso da faculdade de fazerem entre si o troco de serviços, e bens. Ora, como esta faculdade só se acha nos homens, dando aliás muitas espécies de animais indícios das faculdades de inteligência, e fala, e só por meio dela é que bem pode crescer indefinidamente a divisão do trabalho, e consequentemente a inteligência, opulência, e prosperidade da espécie humana, segue-se que tal faculdade é singular característico da nossa natureza, e que ela entrou no plano económico do Criador para a constituição social; e por tanto rectamente se pode intitular o homem, o *animal trocador*.

Darwin na sua *zoonomia* disputa a verdade deste princípio, e diz, que os animais também fazem entre si trocas. Mas não apresenta um só facto decisivo para sustentar este paradoxo. E ainda quando fossem reais convenções as aparências de troca que ele indica nos cãesinhos, sendo tão insignificantes, não bastam a contestar a verdade de Smith.

Playfair, em nota que fez ao cap. 2 do liv. 1 da *Riqueza das Nações*, também contesta aquele princípio, dizendo, que a primeira divisão do trabalho só se originou da necessidade, e não da diferença dos talentos, nem de alguma propensão ao troco, nem de algum racionável cálculo de vantagens. Diz que os meninos e selvagens são antes propensos a tomar o que desejam por força, do que a fazer entre si troca de umas coisas por outras; e que as nações só fazem troca, quando não podem obter com força o que pretendem.

Contra isto digo que os selvagens e os povos bárbaros são as *crianças da civilização*. Por isso pouco trocam, e são mais propensos ao roubo. Por essa mesma razão têm pouca divisão de trabalho, e consequentemente pouca inteligência e riqueza. Testemunhas os árabes,

barbarescos, e cafres. Ainda os conquistadores inteligentes reconhecem, que, para conservar as conquistas, é necessário *franquear o comércio*.

Smith não insiste em ser inato o instinto do *troco*, e só propõe o princípio de modo problemático, sem decidir se ele é um natural corolário do *uso da razão*. Qualquer que seja a origem do facto, o resultado é certo para o bem comum da sociedade. Há *geral benefício*, onde a *faculdade do câmbio* é mais desenvolvida, e menos restrita por leis civis, sendo só regulada pela moral universal. Há *geral malefício*, onde há menos câmbio, isto é, correspondência mercantil de todas as nações. Testemunhas sejam os hórridos males do intitulado, e ora felizmente extinto, *sistema do continente*, em que desfechou a ímpia revolução da França com a entronização do seu déspota militar.

CAPÍTULO IX

Do princípio que amplifica ou limita a divisão do trabalho

A *extensão do mercado* é o princípio que amplifica a divisão do trabalho; e a *estreiteza do mercado*, é o que limita a mesma divisão, e em consequência diminui, e proporcionalmente impossibilita, os seus benéficos efeitos.

Como ninguém faz trabalho mecânico senão por necessidade de viver, ou de melhorar de condição; e ninguém quer trabalhar em vão, e perder o fruto do seu trabalho, segue-se que, por exemplo, o ferreiro que poderia, em um lugar, fazer trezentos pregos por dia, ou um sapateiro trezentos sapatos por ano, só pode aplicar-se única e constantemente ao emprego de fazer pregos, ou sapatos, tendo a certeza de que não perderá o total produto do seu trabalho, isto é, que terá sempre pessoas que lhe demandem e paguem competentemente toda essa quantidade de obra, ou (em outros termos), que tenha certos e muitos compradores que venham à sua loja, ou vão ao mercado geral, procurar tal artigo. Quanto pois for maior a certeza e o número destes fregueses, isto é, *quanto for maior a extensão do mercado*, tanto com superior gosto e afinco os ditos artistas continuarão a fazer pregos e sapatos, e adquirirão maior perícia, e destreza, para fazerem sempre as suas obras em menos tempo, e com maior perfeição; e tanto também, pela concorrência dos compradores, a respectiva obra será melhor paga, e em consequência esse ramo de indústria se sustentará, e animará para fazer progressos em quantidade e perfeição. Então os ditos obreiros, com o bom preço dos seus pregos e sapatos, poderão comprar variados artigos dos suprimentos que carecem feitos por diversos industriosos; e assim acharão constante interesse em perseverarem nos seus empregos, com recíproca e efectiva demanda; sendo os produtos

da indústria de uns o preço equivalente dos produtos da indústria dos outros. Ao contrário, se não houver a constante anual certeza de tais compradores, aqueles obreiros limitarão a factura dos pregos e sapatos somente à quantidade demandada, isto é, à *estreiteza do mercado*; e em consequência se aplicarão a diferentes empregos, para com os produtos dos seus vários trabalhos adquirirem os respectivos suprimentos que precisam ou desejam. Então as suas obras, ainda que várias em objectos, serão de menor quantidade e beleza, e na mesma proporção se diminuirá a riqueza do país.

O exemplo dos ditos artistas é aplicável aos empregos de toda a sorte de trabalho útil. Em proporção que o mercado é mais extenso, resultando daí mais preserverança de todos os ramos de trabalhos, divididos e subdivididos, e consequentemente mais emulação e porfia dos competidores e excelência de obra, todos os produtos da geral indústria, podem ser mais perfeitos e baratos aos consumidores, que, em consequência, terão mais certos, variados, e melhores suprimentos e gozos.

Como pois a *extensão do mercado* amplifica, e a *estreiteza do mercado* limita, a divisão do trabalho, segue-se que, no primeiro caso, aumenta-se a inteligência e opulência da sociedade, e, no segundo caso, se diminui uma e outra coisa.

Logo tudo que em um país obsta à indefinida extensão do mercado, isto é, a haver o maior possível número de compradores das produções da terra e indústria do mesmo país, vem na verdade a obstar ao progresso da civilização, e prosperidade do mesmo país¹⁵.

CAPÍTULO X

Dos requisitos à extensa divisão do trabalho

Acumulação de capital, e *progresso da população*, são os prévios requisitos necessários a haver considerável divisão do trabalho (que mereça tal nome); e a extensão da mesma divisão a eles se proporciona. Da teoria do *capital* adiante se tratará: aqui indicarei o preciso à prova da tese proposta.

Os capitais que (na frase de Smith) *põem em movimento a indústria*, dando o *fundo para a manutenção do trabalho, e emprego do povo*, são artigos de alimento, materiais das artes, instrumentos do tra-

¹⁵ Talvez pareça às pessoas de entendimentos compreensivos ter sido demasiadamente explícita a demonstração do antecedente princípio, por ser ele quase de intuitiva evidência. Mas entendi ser importantíssimo, ainda que me expusesse à censura, o atrair fortemente a atenção dos leitores comuns a esta doutrina; pois que é mui pouco advertida no povo, e aliás é a base da teoria da *liberdade do comércio*, que se desenvolverá na parte X.

balho. No adiantamento da civilização é também indispensável para o mesmo efeito outra espécie de capital, que consiste em casas de vivenda, oficinas de laboratório, e armazéns de reserva dos produtos: sem todos esses capitais, pouco ou nada valem as *habilidades dos indivíduos*, que o dito Smith no liv. 2º, cap. I justamente enumera como um dos mais importantes capitais de qualquer país.

No rude estado da sociedade, a natureza é a que oferece os primeiros capitais: sem eles, os homens, não só não poderiam fazer obras, mas até nem poderiam subsistir. Como se poderia trabalhar e viver, sem, ao menos, poderem suprir a *pensão do comer*, nos artigos alimentares óbvios na superfície da terra? Como se poderiam colher os frutos silvestres das árvores altas, e surpreender os animais na caça e pesca, resistir a feras e invasores, sem alguns instrumentos, achados, ou inventados, de vara, forquilha, seta, laço, fisga, anzol? *Comestíveis, instrumentos, e armamentos*, e depois *vestidos, utensílios, e abrigos domésticos*, são, não só os primordiais, mas também os constantes e variados capitais de todas as nações, que devem preexistir para a sua subsistência, defesa, e indispensáveis cómodos e empregos da vida.

Pela certeza de suficiente cópia destes fundos é, que, na origem da sociedade, se podia realizar a divisão do trabalho. Então é que os selvagens tiveram a oportunidade de exercer a sua inteligência e indústria, seguindo o impulso do respectivo génio, e natural inclinação; aplicando-se uns só à caça; outros só à pesca; vários a fabricar arcos e flechas, diversos a fazerem cabanas e canoas; certos a prepararem peles para vestidos; alguns a colherem os frutos da terra, e extraírem paus, pedras, barros, para materiais de obras de seus usos. A manifesta dureza e maleabilidade dos metais havia de inspirar-lhes, depois de terem mais conhecimentos, a indústria pastoral, mineira, e fabril, para as preparações respectivas. Por isso na Sagrada Escritura¹⁶ se acham expressamente designados os nomes e empregos dos maleadores e artistas de todas as obras de cobre e ferro, logo que se estabeleceram povoações sedentárias dos povos já habitantes em tendas; o que supõe algum já notável grau de adiantamento social, e superior ao estado de gente selvagem e nómada, de vida inteiramente vagabunda.

Por este expediente cada industrioso se habilita a ter maior quantidade, e melhor qualidade do produto de que precisa, com os seus esforços de espírito, e corpo, e amigavelmente trocar entre si, por câmbio de equivalentes de tempo e trabalho, em justa reciprocidade, os mútuos supérfluos da obra respectiva, isto é, que excedem as próprias carências, para seu uso e consumo.

Por tal divisão do trabalho, pode-se em verdade dizer, que começa o estado de sociedade, paz, e comércio, e que *ninguém vive para si só*.

¹⁶ Génesis, cap. IV.

É evidente que ninguém se pode aplicar a um só género de emprego, para do seu produto tirar o suprimento do que precisa, (menos do que deseja) sem que, no entretanto que completa a sua obra, e alcance por troco o valor da porção que não necessita, ou de toda ela, de antemão existam acumulados em seu poder, ou no de algumas outras pessoas de quem as compre, os referidos capitais.

No estado civilizado se verifica a mesma razão, e com extensão maravilhosa: por exemplo, um tecelão não se pode empregar somente em fazer teias de pano de linho, e lã, sem que, enquanto faz as suas obras, e as vai vender no mercado para receber o seu preço, pelo menos do *custo da produção*, seja por troco de outros artigos produzidos por vários industriosos, seja na moeda do país, para as comprar quando quiser; existam antecipadamente em seu poder, ou no de quem o emprega e *assalaria o trabalho*, proporcionados fundos de alimento, materiais, e instrumentos do fabrico, além de casa de morada, oficina de laboratório, e guarda do produto do seu trabalho. O mesmo se pode dizer de todas as outras espécies de indústrias, occupações, artes e fábricas (em pequeno e grande).

Consequentemente é manifesto que, pela natureza das coisas, a *acumulação de capital precede à divisão do trabalho*, e não pode esta divisão ser considerável, recrescente, e vasta, senão em proporção dos ditos prévios e simultâneos fundos acumulados; nem pode jamais exceder esta proporção: digo *simultâneos*, porque é necessário que todos os fundos enumerados preexistam e concorram ao mesmo tempo, para se pôr em movimento a *indústria activa*, e de variados objectos, principalmente a indústria manufactureira, e consequentemente a inteligência e opulência da nação que nela sobressai. Ainda que a cópia dos artigos de alimentos seja o primeiro requisito na ordem dos capitais, todavia se, pelas circunstâncias locais do país, ou por sua má economia pública, aí não coexistem as quantidades necessárias, em devidas proporções, das outras espécies de capitais, compreendendo-se o que vulgarmente se diz *cabedal* por excelência, isto é, o flutuante *capital mercantil* de moeda metálica, é impossível que tal país tenha a indústria de que aliás seria capaz pela fertilidade de suas terras, e antiguidade de estabelecimentos. Tal, por exemplo, é a Polónia, que tendo exuberante trigo, todavia é pouco industriosa, e pobre, por falta de suficiente cópia destes outros fundos, e consequente penúria de variadas habilidades para as indústrias superiores.

É porém de notar, que esta última espécie de capital, que também se denomina *capital circulante* (que é mais *instrumento de câmbio*, do que *instrumento do trabalho*) ainda que seja mui conveniente nos contratos diários, para facilitar os trocos, contudo, não é essencial, e absolutamente indispensável a pôr em movimento a geral indústria; antes, no progresso da civilização, muito se dispensa pelo seu *substituto do papel de crédito*, que faz as idênticas *funções do dinheiro*

corrente, e vem a equivaler à nova e melhor máquina, que exclui e faz cessar a inferior, como de menor efeito para o destino. Isto porém só se verifica havendo grande aumento na inteligência e riqueza das nações, que estende em vasta esfera a moralidade e confiança pública, e as faculdades de pagar, desempenhando-se a fé dada nas convenções. Então a *moeda confidencial* é mais empregada do que a *moeda metálica*, nas maiores operações da indústria, principalmente da indústria manufactureira, e mercantil; e vem a ser não menos representante de toda a espécie de produção, e propriedade. No Estado em que há abundância dos capitais referidos, ainda que não tenham minas próprias de ouro, e prata, tendo porém exuberantes e variados produtos da indústria nacional, para comprar estes metais às nações mineiras, não podem deixar de também adquirir a porção que precisem para seu câmbio, e mais usos dos povos cultos.

É também de advertir, que os *artigos de subsistência*, não admitindo substitutos, sendo de menos liberal produto da terra, sendo o capital *primeiro na ordem*, dos bens da vida, se devem considerar ser propriamente os *fundos da manutenção do trabalho*. Havendo estes, não é difícil obter os mais capitais, e dar emprego ao povo: onde não existem em proporcionada cópia ao número dos habitantes de algum país, é impossível dar-se a todos os indivíduos obra e subsistência; e em consequência muitos não terão outra alternativa, senão de expatiação, ou morte.

O *progresso da população* é o outro requisito para extensa divisão do trabalho.

Quanto maior é o número dos indivíduos em algum país, não só nele há muitos talentos naturais, ou génios diferentes em inclinações a especiais empregos, mas também há braços supernumerários que não acham ocupação nos estabelecidos ramos da geral indústria. Estando estes sobrecarregados de obreiros, a necessidade de uns, e o espírito de invenção, e de melhora de sorte em outros, aguça os engenhos; e impelindo-os pelos dois pungentes agulhões do temor e esperança, os dirige a achar canais de exercício de suas faculdades, seja aperfeiçoando os antigos labores, seja fazendo obras novas, seja descobrindo algum desconhecido, útil, ou agradável produto da natureza, a fim de ganharem o seu pão, ou obterem maior remuneração de seu suor, e esforço intelectual. Assim (como já se indicou no cap. 8) se vão formando sucessivas divisões e subdivisões de trabalho, e indefinidamente se estendem em proporção dos ditos fundos acumulados, sem terem outros limites senão a *falta de capitais*, e a *estreiteza do mercado*.

Acharei, ou farei caminho, foi a *divisa* do celebrado Bacon, que, depois de perder o grande emprego de chanceler de Inglaterra, se deu inteiramente aos estudos filosóficos, e empreendeu a sua grande obra do *Novo Órgão das Ciências*, a quem hoje a humanidade tanto deve os grandes actuais adiantamentos, não só nas ciências, mas também nas

artes as mais importantes. Guardadas as proporções, isto mesmo é o que por instinto praticam todos os que não têm empregos de que bem vivam. Assim nos países populosos cada vez mais se abre maior horizonte de novos empregos de indústria útil. Então é que se empreendem, e se podem empreender com fruto, grandes fábricas, canais, e outras semelhantes benfeitorias públicas de campo, e cidade. Sem grande população, tais empresas são impossíveis, e as suas tentativas se malogram.

Daqui porém não se segue que uma grande população seja um bem absoluto, e que sempre constitua a *força dos Estados*. Isto só é verdade, se ela é o efeito da riqueza da nação, e se proporciona aos *meios de subsistência*, que o país pode produzir, ou comprar dos estrangeiros. Boa população pressupõe o seu inseparável correlativo, isto é, *acumulação de capital*, adequada a *pôr em movimento a geral indústria*, e dar competente *manutenção ao trabalho*. O excesso da população vem, sem isso, a ser um *mal horrível*, como se mostrará na parte X destes estudos.

Finalmente, ainda que a grandeza de população seja prova de fertilidade das terras, e de considerável regularidade no governo estabelecido, contudo não decide de proporcional indústria útil. Há países que têm numerosa população, como na África, e que todavia têm pouca indústria produtiva; e por isso os povos vivem em pobreza e ociosidade, ou se desatinam a empresas destrutivas de guerras e conquistas. As principais causas são, falta de extensão de mercado; e falta de segurança das pessoas e propriedades, em razão de estabelecido cativo e despotismo.

CAPÍTULO XI

Doutrina de Smith sobre os efeitos da divisão do trabalho

Ainda que o exposto nos capítulos antecedentes, seja (no fundo) um transunto da doutrina de Smith, parafraseado para mais fácil inteligência dos estudiosos, contudo pareceu-me útil transcrever aqui algumas das próprias passagens de sua magistral obra, pela energia dos termos, e importância das elucidações, e por serem as bases da liberal doutrina da franqueza da indústria, e amigável correspondência das nações, que ele estabeleceu com tanta filantropia e profundidade.

·No rude estado da sociedade, em que não há divisão de trabalho, em que raras vezes se fazem os trocos, e em que cada pessoa prevê a tudo por si mesmo, não é necessário que de antemão se acumule fundo algum, a fim de avançarem os negócios da mesma sociedade. Toda a pessoa então se esforça em suprir pela *própria indústria* as suas

carências, nas ocasiões em que vão ocorrendo. Quando tem fome, vai caçar; quando o seu vestido se destrói, veste-se da pele do primeiro animal grande que mata; e quando a sua cabana começa a arruinar-se, a repara, como bem pode, com madeira e terra da vizinhança.

«Mas, quando a divisão do trabalho é extensamente introduzida, o produto do trabalho de qualquer homem não pode suprir senão mui pequena parte das suas carências: *a maior parte delas é suprida pelo produto do trabalho dos outros homens*, que ele compra com o produto do seu próprio trabalho, ou (o que vem a ser o mesmo) com o preço de tal produto. Mas esta compra não pode ser feita senão ao tempo em que tal produto seja completamente feito, e vendido. Consequentemente deve de antemão estar acumulado em alguma parte um fundo de diferentes géneros, que seja suficiente a mantê-lo, e supri-lo com os materiais de sua obra, ao menos até o tempo em que a complete, e venda. Um tecelão, por exemplo, não se pode inteiramente aplicar ao seu particular emprego, sem que de antemão se ache acumulado, seja em seu poder, seja no de outra pessoa, um fundo suficiente a mantê-lo, e supri-lo com os materiais e instrumentos de sua obra, até que acabe e venda a sua teia. É evidente que esta acumulação deve preexistir, antes que aplique a sua indústria por tão longo tempo ao seu particular emprego.

«Como pois, conforme a natureza das coisas, a acumulação do fundo deve preceder a divisão do trabalho, segue-se, que o trabalho só pode ser cada vez mais subdividido (e consequentemente mais produtivo, e aperfeiçoado) à proporção que o fundo da sociedade for previamente mais e mais acumulado. A quantidade de materiais sobre que o mesmo número de pessoas pode trabalhar, aumenta-se em grande proporção, segundo o trabalho vem a ser mais e mais subdividido; e como então as operações de cada obreiro se vão gradualmente reduzindo a maior grau de simplicidade, também muita variedade de novas máquinas vem a ser inventada, para facilitar e abreviar estas operações. Quanto pois se adianta a divisão do trabalho, para dar constante emprego a igual número de obreiros, tanto se deve previamente acumular igual *fundo de provisões*, e igual fundo de materiais, e instrumentos. Ora o número de obreiros em cada ramo de emprego, em geral se aumenta com a divisão do trabalho nesse ramo; ou, para melhor dizer, o *aumento do seu número* é o que os habilita a se classificarem e dividirem nessa maneira.

«Como a acumulação do fundo é previamente necessária para produzir este grande aumento nas *potências produtivas do trabalho*, assim também a mesma acumulação naturalmente tende a tal melhoramento. Pois, *qualquer pessoa que emprega o seu fundo em manter trabalho, necessariamente deseja empregá-lo em modo, que produza a maior quantidade de obra possível*. Eles portanto se esforçam em fazer entre os seus obreiros a mais conveniente distribuição dos empregos respec-

tivos, e fornecer-lhes as melhores máquinas que pode inventar, ou comprar. A este respeito, as suas habilidades se proporcionam, no geral, *à extensão do fundo e ao número das pessoas que pode empregar. Pelo que a quantidade da indústria em cada país, não só se aumenta com o aumento do fundo que sustenta a mesma indústria, mas também, em consequência deste aumento, a mesma quantidade de indústria vem depois a produzir muito maior quantidade de obra.*

•Como a possibilidade de trocar é que ocasiona a divisão do trabalho, assim a extensão de tal divisão é sempre limitada pela extensão dessa possibilidade, ou, em outras palavras, pela *extensão do mercado*. Quando o mercado é mui pequeno, nenhuma pessoa pode ter estímulo para se dedicar inteiramente a um só emprego, por falta da possibilidade de poder dispor por troco toda a parte supérflua do produto de seu trabalho, que excede ao próprio consumo, por iguais partes do produto que precisa do trabalho dos outros homens.

•Há algumas sortes de indústria, ainda de ínfimo género, que não se podem exercer senão em uma grande cidade. Um mariola, por exemplo, não pode achar emprego e subsistência em outro lugar senão em grandes povoações. Uma pequena vila é para ele mui estreita esfera; ainda o ordinário mercado da cidade não é assaz extenso para dar-lhe constante ocupação. Nas pequenas povoações dispersas em um país tão deserto como o norte da Escócia, todo o lavrador é carnicheiro, padeiro, e fabricante de cerveja, para si, e para a própria família. Em tais situações, difficilmente podemos achar ainda um ferreiro, carpinteiro, ou pedreiro, em menos de vinte milhas de outra povoação do mesmo tráfico. As famílias dispersas, que vivem em distância de oito ou dez milhas, devem saber executar por si mesmas maior número de pequenas obras, para as quais em países populosos se requereria a assistência de obreiros diferentes. Os obreiros do campo são quase em toda a parte obrigados a se applicarem a todos os diferentes ramos de indústria, que têm mais semelhança entre si, de sorte que se empreguem quase na mesma sorte de materiais. No campo, um carpinteiro trabalha em toda a sorte de madeira, e um ferreiro em toda a sorte de ferragem; o primeiro não só é carpinteiro, marceneiro, entalhador, e ainda escultor, mas também fabricante de carros, arado, e outras obras: os empregos do último ainda são mais variados. É impossível haver o ofício de fazer pregos nas mais remotas partes do interior do país. Em o norte da Escócia tais obreiros, à razão de mil pregos por dia, poderiam, em trezentos dias de trabalho no ano, fazer trezentos mil pregos: porém, em tal situação, seria impossível o vender-se aí um milheiro deles, isto é, o dispor-se da obra de um só dia.

•Como por meio de transporte por água se abre mais *extenso mercado* a toda a sorte de indústria, do que poderia por si só dar o carreto por terra, por isso sobre as costas do mar, e ao longo das margens dos rios navegáveis, é que a indústria de todos os géneros naturalmente

principia a se subdividir e adiantar; e só depois de muito tempo é que estes melhoramentos se estendem às partes interiores do país. Uma carroça, acompanhada por dois homens, e tirada por oito cavalos, em quase seis semanas, leva e traz entre Londres e Edimburgo quase quatro toneladas de mercadorias. Quase no mesmo tempo um navio, navegado por seis ou oito homens, e costeando entre os portos de Londres e Leith, muitas vezes leva e traz duzentas toneladas das mesmas mercadorias. Portanto seis ou oito homens, com ajuda do transporte de água, podem levar e trazer no mesmo tempo igual quantidade de mercadorias entre Londres e Edimburgo, como cinquenta grandes carroças acompanhadas de cem homens, tiradas por quatrocentos cavalos. Por mais barato que seja o frete de terra, não pode fazer tanta conta; por dever-se carregar nela a manutenção desses homens, e cavalos, além da gradual deterioração destes animais; entretanto que, sobre a mesma quantidade de mercadorias transportada por água, somente se carrega a despesa da manutenção de seis ou oito homens, e a diminuição do valor de um navio de carga de duzentas toneladas em cada viagem, com o valor do maior risco, ou da diferença de seguro entre o transporte da terra. Como somente poderiam ser transportados de um a outro porto os géneros pouco volumosos, cujo preço fosse muito considerável em proporção a seu valor, os respectivos habitantes não poderiam fazer senão uma pequena parte do comércio, que presentemente existe entre os mesmos, e, conseqüentemente, não poderiam ter senão uma pequena parte do incitamento à indústria que agora têm. Por isso pouco ou nenhum comércio há entre as distantes partes do mundo. Que mercadorias poderiam suportar a despesa do carroto por terra entre Londres e Calcut? Ou, se houvessem algumas tão preciosas, que pudessem suportar essa despesa, com que segurança poderiam ser transportadas por meio dos territórios de tantas nações bárbaras? Aquelas duas cidades contudo presentemente fazem entre si mui considerável comércio: e dando-se recíproco mercado às respectivas mercadorias, também dão muito estímulo à indústria de ambos os lugares.

«Sendo pois tais as vantagens do transporte por água, é natural, que os primeiros adiantamentos das artes e da indústria se fizessem onde tão cómodo transporte abriu a todo o mundo mercado ao produto de toda a sorte de trabalho; e que tais adiantamentos muito mais tarde se estendessem às partes interiores de qualquer país. Estas partes não podem por longo tempo ter outro mercado para a maior quantidade de suas mercadorias senão o do país que está ao redor delas, e as separa da costa do mar, e dos grandes rios navegáveis. As colónias do norte da América têm estabelecido as suas culturas constantemente nas costas do mar, e ao longo das margens dos rios navegáveis.

«As nações, que, conforme as histórias mais autênticas, parecem ter sido primeiro civilizadas, foram as que se estabeleceram nas costas do mar Mediterrâneo.

-O Egipto parece ter sido o primeiro país, em que a agricultura, e as manufacturas se aumentaram em grau considerável. O Egipto superior não se estende senão acima de poucas milhas do Nilo; e no Egipto inferior este grande rio se reparte em mui diferentes canais, que, com a ajuda de pouca arte, parecem ter dado comunicação, por transporte de água, não só entre as grandes cidades, mas também entre todas as vilas consideráveis; quase da mesma maneira como os rios Reno e Mosa a fazem presentemente na Holanda. A extensão e facilidade desta navegação interior foi provavelmente uma das principais causas de se ter muito cedo civilizado o Egipto.

-Os adiantamentos na agricultura e manufacturas parecem semelhantemente ter sido de muito grande antiguidade nas províncias de Bengala nas Índias Orientais, e em algumas das províncias orientais da China. Em Bengala, e Ganges, e outros grandes rios diferentes, formam grande número de canais navegáveis, da mesma maneira como o Nilo no Egipto. Nas províncias orientais da China também vários rios formam por seus diferentes ramos uma multidão de canais, que, pela comunicação de uns e outros, dão uma navegação interior muito mais extensa do que a do Nilo, e Ganges, ou talvez do que a de ambos reunidos.

-Todas as partes interiores de África, e Ásia, que estão em distância considerável dos mares Euxino e Cáspio, a antiga Cítia, a moderna Tartária, e Sibéria, parecem, em todas as idades do mundo, ter ficado no mesmo estado, em que presentemente as achamos. O mar da Tartária é um oceano enregelado, que não admite navegação; ainda que alguns dos maiores rios do mundo corram pelo meio deste país, todavia estão em mui grande distância uns dos outros, de sorte, que não podem dar comércio e comunicação na maior parte dele. Na África não há as grandes baías como os mares Báltico e Adriático na Europa, e os mares Mediterrâneo e Euxino na Europa e Ásia, e os golfos da Arábia, Pérsia, e Índia, Bengala, e Sião na mesma Ásia, para se fazer o comércio marítimo entre as partes interiores deste grande continente. Também os grandes rios de África estão em mui grande distância uns dos outros; e portanto não podem ocasionar alguma considerável navegação interior. Além disto o comércio, que uma nação pode fazer por meio de um rio que não se reparte em grande número de ramos ou canais, e que corre em território estranho, antes que chegue ao mar, não pode ser muito considerável: porque está sempre no poder das nações que possuem os territórios adjacentes, impedirem a comunicação entre o país superior e o mar. A navegação do Danúbio é por isso de mui pouca utilidade aos diferentes estados da Baviera, Áustria, e Hungria, em comparação do que seria, se algum deles possuísse todo o seu curso até cair no mar Negro.

-Quando a divisão do trabalho é assaz estabelecida, só mui pequena parte das precisões de qualquer homem é suprida pelo imediato produto do seu trabalho. Ele supre a maior parte das mesmas trocando a

parte supérflua, isto é, a que excede as necessidades do seu próprio consumo, por iguais partes que precisa do produto do trabalho dos outros homens. Toda a pessoa assim vive do troco, e vem a ser, de algum modo, um comerciante; e a sociedade então se constitui propriamente uma *companhia de comércio*.

CAPÍTULO XII

Do abuso da divisão do trabalho

Ainda que o princípio da divisão do trabalho seja da mais transcendente eficácia para o progresso da indústria e riqueza, contudo ele pode ser, e tem sido, pernicioso pelo abuso, que produz efeitos contrários ao destino, não só atrasando, em vez de promover, a civilização, mas também ocasionando violências, e misérias. Isto acontece, quando a divisão do trabalho não se faz conforme às intenções e leis da natureza, mas é arbitrária, forçada, e excessiva.

A divisão do trabalho só se pode considerar racional, ou conforme às intenções e leis da natureza, quando é inspirada pela diferença dos sexos, impulso do génio de cada indivíduo, e particulares vantagens das terras, pela sua fertilidade, situação, e privativos produtos. Então aquele expediente opera os seus prodígios para o bem comum da sociedade.

Quando o serviço dos homens se confunde com o das mulheres, e estas são espoliadas dos seus naturais officios, perturbando-se logo a ordem da distribuição dos empregos, os caracteres humanos se confundem e pervertem. Nos países de selvagens e bárbaros, as mulheres são forçadas ao trabalho das terras; e nos Estados que se dizem cultos, ainda elas se vêem empregadas em penosas tarefas; entretanto que os homens se ocupam em bordados, labores, desenhos, e artefactos de melindre, e primor, que aliás estão exigindo a delicada mão feminina, e a viveza da sua fantasia; do que resulta grande falta de meios decentes de viver a quase metade do género humano.

É certo que o corpo dos trabalhadores de todas as nações faz a divisão do trabalho pelo arbitrio dos pais, que naturalmente dirigem os filhos para os modos de vida, ou officios mecânicos, que os mesmos exercem: porém, sendo assim determinado por força de lei, como acontece na Índia, tirando-se o direito da escolha de arte, se aniquilam muitos naturais talentos, que são visíveis ainda na menor idade. Talvez seja esta uma das maiores causas de se acharem ali estacionárias as artes, e haver tão pouca intelligência e civilização, e, por assim dizer, tão geral atonia de forças físicas e morais, que os povos de tão vasto país cedem facilmente a qualquer invasor.

Quando a divisão do trabalho é forçada pela polícia económica, que reúne empregos naturalmente separáveis, e separa outros naturalmente conexos, então se obsta à natural distribuição das indústrias; do que resultam grandes inconvenientes. Por via de regra, todo o indivíduo, por seu interesse, se emprega no ofício que escolheu, e que lhe é mais lucrativo, e não o abandona, nem reúne outros, sem necessidade, e só o faz pela experiência de lhe ser impossível convinhavelmente subsistir do seu único escolhido modo de vida. O senso comum já ditou o provérbio. «Homem de muitos ofícios e negócios não será hábil em coisa alguma, nem adquirirá riqueza». A regra deve ser a *extensão do mercado*.

Os estatutos das corporações das mestranças dos ofícios têm esse radical inconveniente. Além das razões que dão os economistas de serem *organizados monopólios*, e *colóios de conspiradores contra o público*, que obstam à perfeição das artes, tirando a emulação dos artistas para se esmerarem em suas obras; são realmente prejudiciais aos mesmos artistas; pois com tais regulamentos impedindo-se que uns não exerçam os ofícios dos outros, obstrui-se a livre circulação dos trabalhos; e tendo assim cada divisão deles um marco desnatural e injusto, quando por guerras, modas, e outros acidentes, decaem alguns ramos de indústria, e outros se elevam por alta demanda, muita gente fica sem obra e subsistência, e se reduz à miséria, e desesperação, que desatina os esfaimados às desordens. Por este expediente se têm constituído em guerra declarada e perpétua os artistas uns contra os outros, repelindo-se desumanamente os supernumerários de qualquer classe, que não acham refúgio, nem nas superiores, nem nas inferiores, quando aliás muitas têm a maior analogia, e imediata intrância por muitos pontos confinantes¹⁷.

Há também, pela política dos estados modernos, uma divisão de trabalho menos natural, na qualidade, ou na extensão, que é ocasionada por uma *força indirecta* do governo, quando em boa intenção, considerando certos ramos de indústria preeminentemente vantajosos ao bem-comum, dá especiais favores e privilégios aos que empregam seus capitais e braços em tais ramos; do que resulta, além de romper-se a recta cadeia da continuidade, ou progressão da indústria, perder-se o equilíbrio dos interesses, a que naturalmente tende toda a espécie de emprego, desfalecendo uns ramos, e aumentando-se outros, com desproporções enormes, que causam obstruções no corpo político, mui

¹⁷ O sistema colonial (felizmente cessado no Brasil) dá outro exemplo de forçada divisão de trabalho: por isso as colónias da América não têm subido à riqueza possível. Ele obriga aos colonos a dirigir seus capitais e braços para a cultura das terras, impedindo o estabelecimento das manufacturas superiores, mal permitindo as artes inferiores, sem que não pode existir povoação civil. Naturalmente a agricultura é o principal emprego de colónias em países férteis e despovoados: mas é injusto obstar nelas ao natural progresso da indústria fabril.

díficeis de se remediarem nas crises do Estado: o que melhor se exemplificará na parte VIII e X destes *Estudos*.

Quando a divisão do trabalho é excessiva, passando de certos naturais limites, tem o efeito de fazer estúpidos os obreiros, e quase os reduz a autómatos, ou meras máquinas animadas. A demasia nesta parte tende a envilecer o corpo dos povos, e espoliar a maior parte dos trabalhadores do seu inauferível carácter de *criaturas racionais*. Todos os extremos se tocam. Convém em todas as coisas evitar os excessos. Nesta matéria se deve não menos ter em vista a regra - *a corrupção do óptimo é péssima*. Tem-se observado, que em Inglaterra, onde a divisão do trabalho nas artes e manufacturas é talvez levada mais longe do que em qualquer outro estado da Europa, o corpo dos artistas é mui ignorante, e fácil de se seduzir para desordens e tumultos, ainda em qualquer embaraço temporário de algum ramo de indústria e comércio, maiormente nas transições de guerra a paz, em que a *demandada do trabalho* cessa, ou minora nos costumados empregos anteriores.

A divisão do trabalho no estudo das ciências não deve ser demasiada, pelas afinidades e relações que todas as doutrinas têm umas com as outras. Ninguém pode ter profundos conhecimentos em um ramo científico, sem considerável instrução em muitos outros, mais ou menos proximamente conexos. Cícero dizia, que não podia haver perfeito orador sem erudição em todas as artes e ciências. Isto é exagerado: mas aproxima-se à verdade. Ainda que seja impossível ao homem o mais talentoso ser eminente em todas as profissões literárias, pela imensidade do seu objecto; contudo presentemente, pelo progresso da intelligência, tendo-se facilitado os métodos de aprender todas as artes e ciências, deve de dia em dia crescer a possibilidade de adquirirem os estudiosos grande fundo de saber em muitos ramos, não só das ciências especulativas, mas também das occupações práticas da vida¹⁸.

O dito celebrado cônsul de Roma (que reuniu preeminentemente as ciências de jurisconsulto, orador, filósofo, e estadista) bem definiu ser o homem um - *animal múltiplo, criado por Deus com preclara condição*¹⁹.

Talvez uns dos graves defeitos da economia nacional em todas as nações cultas tem sido a consuetudinária separação das artes e ciências, que, de facto, vem a ser uma forçada divisão do trabalho, que põe barreiras, que não convinha haver entre os artistas e literatos, que se devem *dar as mãos*, para o respectivo adiantamento, exercendo umas

¹⁸ Pela nímia divisão do trabalho nas profissões literárias notam-se os extremos, ou de charlatães, presumidos de *sabem-tudo*, ou de concentrados no seu ramo, que, fora dele, são hóspedes e bárbaros, que parecem não ter vislumbres de bom senso, e nem ainda de senso comum: o que muito contribui a ridículas antipatias profissionais.

¹⁹ *Huc pertinet animal hoc providum, sagax, multiplex, acutum, memor, plenum rationis et consilii, quem vocamus hominem, praeclara conditione generatum esse a summo Deo* [Aqui pertence este animal prudente, sagaz, múltiplo, penetrante, que tem memória, cheio de razão e de opinião, que chamamos homem, o qual foi criado pelo Deus supremo numa notável criação], Cícero de Leg., VIII.

sobre outras a mais decisiva acção e reacção para o bem comum. Sem os aparatos de instrumentos de ferro, cobre, madeira, etc. quão atrasada seria hoje a física, astronomia, química! Cada artista desenvolve a sua inteligência combinando e proporcionando meios a fins em mais estreita esfera, e se faz perito na sua arte: o que estuda qualquer ciência olha em maior círculo; porém teria mais segura a sua condição, se soubesse toleravelmente alguma *arte útil*, das mais gerais; até para ter de que viver com independência, quando a *roda da fortuna* ocasiona transtornos extraordinários, e ainda frequentes no curso natural das coisas. A revolução da França deu a este respeito *grande lição moral*: ainda pessoas das classes nobres acharam asilo e modo de vida em exercer alguma arte.

CAPÍTULO XIII

Da divisão do trabalho no governo dos Estados

O princípio da divisão do trabalho, que é tão benéfico aos indivíduos, e às nações, sendo judiciosamente feita, e que pode ser maléfico pelo abuso, é igualmente aplicável ao governo dos Estados, tanto no serviço público, como nos regulamentos relativos ao comércio estrangeiro. Esta matéria, posto que já indicada no cap. VIII exige especial análise²⁰.

O que se dizem *repartições* ou *estações* do serviço público, eclesiástico, civil, militar, económico, literário, etc., são exemplificações da divisão do trabalho, pela evidência da necessária separação de empregos e officios indispensáveis à boa administração. Este é o objecto em que se manifesta melhor a sabedoria dos governos, ou a sua imprudência, tanto na escolha e número dos indivíduos, como na qualidade e modo da divisão nos estabelecimentos respectivos. Nisso pode-se muito errar, por excesso, ou defeito, seja ocupando-se pessoas sem as habilitações competentes a cada repartição; seja por se unirem empregos naturalmente separáveis, ou separarem-se os naturalmente conexos, e compatíveis para melhor economia; seja enfim multiplicando estabelecimentos desproporcionados à população e renda do Estado; visto que então se perde o equilíbrio entre os trabalhadores produtivos, e os *improdutivos*, isto é, que não reproduzem os artigos do seu consumo. Quando este mal existe *desmarcadamente*, os *fundos da manutenção do*

²⁰ O princípio da divisão do trabalho até se acha exemplificado na história da religião, onde logo desde o princípio, em que o fervor dos fiéis tentou estabelecer a comunidade de bens, foi reconhecida a necessidade da separação dos ministérios religiosos e económicos: e o apóstolo das gentes expressamente menciona a que chama *divisão das obras* do corpo moral da igreja. Vide *Act. Ap.*, e *S. Paulo aos Coríntios XII*.

trabalho de dia a dia se diminuem, não obstante a rígida economia, e a intensa indústria dos indivíduos; então a população do país é reduzida à indigência e miséria, que são causas constantes das desordens morais e políticas.

Há outra consideração não menos importante, e mui pouco atendida, ainda pelos governos do maior crédito. Até o presente nenhuma nação, ainda a mais iluminada, tem olhado para a sociedade civil (segundo devia ser) como uma *companhia comerciante*. Cada nação não se considera como uma *casa de família*, que não tem, nem pode fazer e ter, tudo com a indústria dos indivíduos que a compõem. Todo o pai ou cabeça da família, acha que lhe é de maior interesse o fazer conveniente divisão de seus trabalhos, comprando cada um, com uma porção dos produtos do trabalho dos membros que a compõe, as diferentes porções dos produtos dos trabalhadores dos indivíduos das outras famílias. Porém os estadistas não têm pensado assim.

Mas repito, e repetirei sempre: o autor da natureza variou os génios e gostos dos indivíduos, para só fazerem bem, e apetercerem racionavelmente, certas coisas, no evidente desígnio (quanto alcança a inteligência humana) de multiplicar as repartições da tarefa social, e os recíprocos suprimentos e gozos da vida, com *prevenção de conflitos*, que necessariamente resultam de pretenderem várias pessoas objecto idêntico; igualmente, e ainda em maior razão, parece ter destinado a geral cooperação e comunicação da espécie humana em todo o globo, variando climas, terrenos, produtos, e outras vantagens locais, ao mesmo tempo segurando a suave e mútua dependência de todas as regiões. Nenhuma terra, dá, nem pode dar, tudo. A adorável Providência fez tudo com sabedoria e harmonia: assim impossibilitou o avaro espírito de cobiça, e abarcamento de todos os ramos de indústria em um só Estado.

Os indivíduos, pela estreiteza de suas circunstâncias pessoais e locais, muitas vezes são obrigados, a fazer variadas obras, para terem variados suprimentos, ainda que reconheçam que assim não exercem a melhor economia no seu trabalho; visto que por tal expediente não poupam tão bem o seu tempo e suor, como se, pela extensão do mercado de alguma, ou algumas suas particulares obras, para que tem mais génio e habilidade, pudessem melhor aproveitar todo o valor do fruto da sua concentrada indústria.

As nações porém, quanto são mais populosas, e industriosas, principalmente sendo marítimas, que (por assim dizer) são *vizinhas a todo o mundo*, tanto menos podem considerar-se necessitadas, como os indivíduos, a abarcarem no respectivo território todos os certos ramos de indústria, para que aliás os países estrangeiros têm melhores proporções, pelas suas vantagens naturais, ou adquiridas por antiguidade de estabelecimentos, hábitos, e gostos dos povos. Nestas nações imenso número de indivíduos pode viver, e viver bem, sem ser do imediato produto do próprio trabalho, mas sim dos indizíveis variados produtos

dos trabalhos dos povos dos mais distantes países com quem comerciavam. Aquela que tem mais extenso mercado geral, será a menos dependente de algum mercado particular de qualquer país, e em consequência o anual produto da sua terra e indústria, sendo livremente trocado pelos equivalentes estrangeiros, será da maior cópia, variedade, e perfeição, e portanto será mais rica, próspera, poderosa, e acreditada em todas as gentes. O contrário efeito deve resultar da oposta iliberal e mesquinha economia.

A regra deve ser - não agravar a nação seu próprio jugo, lutando contra a natureza, desaproveitando os seus dons, e fazendo trabalhos desnecessários, mais penosos, para ter menos, variados, e inferiores produtos. O senso comum dita ser fatuidade no indivíduo a porfia com que de bom grado se sobrecarrega de trabalhos duros, e vários, podendo aliás ter mais e melhores produtos exercendo alguma ocupação mais simples, e menos penível. Como pois se pode considerar sabedoria política nos regulamentos económicos dos governos, que, a pretexto de independência dos outros estados, e maior segurança e extensão dos empregos do seu povo, concentra o mais possível o próprio tráfico no comércio interior, desfavorecendo o comércio estrangeiro, com injudiciosa divisão dos trabalhos da nação?

A regra prudencial, mercantil, e de genuína economia, é calcular os *dias de trabalho*, e o *dispêndio do capital* empregado na produção de algum ramo de indústria do país, com o seu *líquido produto* relativo ao custo da produção de igual artigo estrangeiro. Se *custa mais dias e despesas*, cultivando, fabricando, ou fazendo no próprio território, do que comprando ou aproveitando o serviço dos estrangeiros, deve-se preferir antes este do que aquele expediente, pela evidência da perda em diverso arbítrio; a não haver evidente compensação nas circunstâncias do país.

Esta teoria tão verosímil se viu neste século contraditada com o maior escândalo da humanidade pelo déspota militar da França no seu intitulado *sistema do continente*, que, suposto a paz geral abolisse, todavia ainda subsiste, só modificado, tornando a reviver o sistema mercantil de iliberaes restrições do comércio estrangeiro. Por aquele sistema até quis obrigar a França, a título de a constituir independente de todos os mais países do mundo, a ter forçadas divisões de trabalho, para produzir e fabricar açúcar, anil, tabaco, algodão, com substitutos de plantas heterogêneas, e com trabalhos e despesas muito maiores do que as dos países, que têm superiores naturais ou adquiridas proporções para a sua produção ou fábrica. O hábil economista Mr. Say, que foi testemunha dos perniciosos efeitos do ditos sistema, assim diz:

-É muito mau cálculo querer obrigar a zona temperada a dar produtos da zona tórrida. As nossas terras produzem penosamente em pequena quantidade, e em qualidade medíocre, matérias sacarinas, e colorantes, que outros climas dão com profusão; e, ao contrário, produzem com facilidade frutos e artigos de subsistência, cujo peso e volume

não permitem tirarem-se de longe. Quando condenamos as nossas terras a nos dar o que produzem com desvantagem, à custa do que produzem mais voluntariamente; quando adquirimos muito caro o que aliás pagaríamos a cómodo preço, se o comprássemos dos lugares que o produzem com vantagem, nos fazemos vítimas da nossa própria loucura. O sumo da habilidade é tirar o partido mais vantajoso das *forças da natureza*; e o sumo da demência é lutar contra elas; pois é rematada loucura empregar os nosso trabalhos em destruir uma parte das forças que ela nos quer doar.

Mr. Chaptal na sua recente obra da *Indústria Francesa*, tenta perpetuar a ilusão, de que a cultura da beterraba é na França muito mais rendosa que a da cana de açúcar nos trópicos, dando (como diz) essa planta, ainda dos restolhos do laboratório, muito sustento para animais. Tal contudo é a exorbitância do paradoxo, que notoriamente têm decaído na França as fábricas de açúcar da nova invenção da química lisonjeira, bem oposta pela incredulidade francesa!!!

CAPÍTULO XIV

Observações do professor Malthus sobre a indústria

O celebrado professor Malthus faz as seguintes importantes observações.

A *esperança* de melhorar a condição, e o *temor* de a empiorar, são as molas da indústria, que estão continuamente em acção, e constantemente dirigem o povo aos trabalhos necessários; e que também servem de freio para não se fazerem casamentos prematuros, e imprudentes, pela visível consequência, nos países mui populosos, de cada vez fazerem as classes trabalhadoras pior o seu estado, e serem impossibilitadas de acharem mantença a seu trabalho, e muito menos poderem sustentar os filhos. Aquele escritor diz, que naqueles elementos está o grande remédio dos estados, ou o *princípio vital* da sociedade, que ele chama - *vis medicatrix reipublicae*²¹.

A pobreza, que parece ser grande estímulo da indústria, passando certos limites, quase cessa de operar. A indigência, com desesperação de melhorar de estado, destrói todo o esforço vigoroso dos homens, e o limita ao que apenas é suficiente à mera subsistência.

²¹ [A força médica do Estado.] Este princípio se acha bem notado pelo político Tácito. *Languescet industria, et intendetur soccordia, si nullus ex es timor, aut spes; et securi omnis aliena subsidia expectabunt, sibi ignavi, aliis graves* [A actividade enfraquecerá e a indolência aumentará, se não há, por si mesmo, nenhum receio, ou esperança. E todos os que estão seguros esperarão apoios alheios, para si, e os indolentes [esperarão] para os outros apoios pesados].

A indústria não pode existir sem segurança das pessoas e propriedades, e sem previdência de cada individuo a respeito de suas futuras carências, e suprimentos.

As molas da indústria são destruídas pela ignorância, e opressão, que em consequência diminuem o anual produto da terra, e trabalho do país, e progressivamente agravam a miséria do povo. Tanto mais porque a ignorância, e a tirania, sem destruírem a paixão, que estimula a procriação abusiva, efectivamente destroem as restrições, que a razão e previdência impõem às pessoas prudentes, para não multiplicarem vítimas da miséria. O bárbaro imprevidente, que pensa somente das suas presentes necessidades, e o miserável paisano, que sente pouca segurança de colher o que semeou, entrega-se sem reserva às paixões animais, sem antolhar os inconvenientes, que necessariamente hão-de empiorar a sua condição.

A despovoação dos países que se lê nas histórias, tem tido sempre por causa, ou falta de indústria, ou má direcção da indústria, procedida de ignorância do povo, ou de violência do governo, ou de administração errónea, que, ao princípio, ocasiona falta de subsistência, e depois a despovoação, por falta de fundos à mantença dos homens, e dos seus trabalhos.

A importação da indústria é infinitamente de mais consequência a um país, que a importação de novos habitantes destituídos dela²².

Smith observa, que a China se acha estacionária em população e riqueza, quanto as suas leis e instituições admitem; porém que poderia ser mais populosa e rica, se franqueasse o comércio estrangeiro, e lhe desse honra. Porém Smith está no erro, que, *qualquer aumento do capital de um país, é aumento dos fundos para mantença do trabalho*, e consequentemente de superior população do mesmo país: mas isto não é assim. Se se desse ali franqueza e honra ao comércio estrangeiro, sem dúvida, pelo grande número de industriosos, e barateza do seu trabalho, se podia aprontar muito maior soma de manufacturas para a venda aos estrangeiros. Porém, como a agricultura já nesse império tem sido levada a um grau além do qual não pode passar consideravelmente, os novos capitais acumulados em virtude de maior comércio estrangeiro, não aumentariam, antes diminuiriam, a soma dos artigos de subsistência, que são os que primária e essencialmente formam *os fundos da mantença do trabalho*; pois, havendo maior demanda para manufacturas do país (o que levantaria o preço do trabalho) muitos

²² Esta regra deve ser bem notada neste reino, onde ainda tanta gente receia a importação de industriosos da Europa, que sabem fazer obras de indústria, que são desconhecidas, ou mui rudes no país, e que, pelo hábito do trabalho regular, actividade do espirito em perseverar nas empresas económicas, e superior intelligência, são capazes de achar e multiplicar as produções úteis. Mais valem mil industriosos das nações civis, que dez mil africanos; e todavia tão obstinadamente ainda se insiste na importação de bárbaros, de entendimentos broncos, e braços repugnantes ao trabalhos necessários!

braços seriam tirados das terras para as mãos de obras das oficinas: isso levantaria o preço dos mantimentos, pela diminuição da quantidade de produto; e então todas as classes de trabalhadores teriam menor porção de artigos alimentares do que antes, e em consequência descairia a população do país²³.

Sobre este ponto se discutirá mais satisfatoriamente na parte X, quando se tratar das causas que promovem ou limitam a população. Por ora no Brasil o grande mal não é o receio de faltar alimento para o povo (vista a imensidade e fertilidade de suas terras virgens) mas de se diminuir a actividade de indústria inteligente, pela má qualidade da povoação, que resulta da incessante importação de cafraria.

CAPÍTULO XV

Da ordem natural da indústria e das causas que regulam em diversas nações as proporções de sua direcção a objectos de luxo

Como *viver* é o primeiro objecto dos cuidados dos homens, também, pela ordem natural, a indústria que procura os meios de subsistência, necessariamente é, em todos os séculos e países, o primário emprego do corpo dos povos; sendo impossível que o maior número tenha ocupação em procurar o que é de simples cómodo e ornato, enquanto não está segura a periódica reprodução dos artigos de subsistência.

Consequentemente é temor pânico recear falta substancial, e desordem em algum país, onde considerável parte do povo se emprega em culturas e manufacturas de artigos não essenciais à vida; pois isso é sinal de que há abundância dos géneros necessários a manter, não só aos respectivos produtores, mas também aos outros cooperadores da tarefa da nação nas divisões de trabalho, ou ramificações de indústria; visto que não podem existir, nem trabalhar, senão com o desfrute do supérfluo à mantença daqueles produtores. Portanto as culturas e manufacturas dos denominados *géneros de luxo*, isto é, não absolutamente necessários à vida, são, por via de regra, em nação de bom governo, os infalíveis critérios de que as necessidades gerais dos indivíduos de todas as classes estão supridas e satisfeitas, e que o espírito de invenção aí se acha activo e produtivo.

A bondade da Divina Providência nisso admiravelmente dotou a humanidade. As terras que valem a pena de se cultivarem, sendo ainda de medíocre fertilidade, dão, pelo menos, um *produto dobrado*

²³ Vide Malthus, *Essay of Population*, Edic. 5, tom. I, pag. 150, III, pag. 12.

da quantidade necessária ao sustento dos respectivos cultivadores: em consequência, a metade dos frutos, ou seria inútil, e logo não reproduzida, ou só pode e deve servir ao sustento de todas as outras classes diferentes que por isso convém, e é força, aplicar a diversos trabalhos, para se obterem materiais e instrumentos de obra, e todos os mais artigos de confortos, cómodos, ornatos, e gozos da vida. A liberalidade da natureza nos países mais férteis, e melhor situados para a comutação dos géneros, e comunicação das gentes, a inteligência da nação na sua agricultura há-de proporcionalmente estender esses efeitos; que serão maiores e mais bem regulados, conforme for mais ou menos extenso o conhecimento das leis e obras do Criador, e dos verdadeiros interesses do Estado. Isto mesmo se observa ainda nas mais rudes sociedades; pois até nos países selvagens de território mais produtivo se vêem *amostras de luxo*, por assim dizer, *coevo* ao grosseiro estabelecimento das suas tribos; visto que neles se tem descoberto também o amor dos enfeites de flores naturais, penas de aves, tintura do corpo, etc.

É logo manifesto, só por este simples, e quase intuitivo, princípio económico, o erro da contraditória polícia, que, ao mesmo tempo que destina para a subsistência, virtude, e tranquilidade pública, a geral ocupação, e activa indústria do povo, todavia, com o pretexto de promover a agricultura, restringe os empregos das classes que não podem achar salário de trabalho nas terras, que só se dão a lavrar sempre por demanda do público, e evidência do interesse de seus donos.

Como porém, depois de *viver*, o *bem viver* é o objecto de voto universal, cada vez mais vivo no progresso da civilização, também o critério da superior sabedoria dos governos, e da inteligência das nações, é o quadro comparativo da direcção das respectivas indústrias aos secundários gerais empregos e ocupações dos respectivos povos; pois daí resulta a característica diferença do seu modo de pensar e obrar, e do seu, por assim dizer, *luxo sólido*, em que todas as classes, com a maior aproximação, participam das reais comodidades e decências da vida, e se habilitam ao melhoramento de gozo intelectual, tendo seguro (na frase do economista sagrado) o *pão da vida, e do entendimento*²⁴.

Falando-se geralmente, onde há menos desigualdades de fortunas e condições, a geral indústria é mais regularmente dirigida a multiplicar e distribuir com equidade pelo corpo dos povos os substanciais confortos e cómodos da vida, e, com eles, os meios de se facilitar a instrução, ainda nas classes inferiores: nos países onde é enorme aquela desigualdade, e só há duas classes, de senhores e escravos, ou de mui ricos proprietários e capitalistas, e miseráveis paisanos, sem considerável classe intermédia, a indústria mais refinada se dirige a aperfeiçoar os

²⁴ Ecclesiastes, cap. 15, vers. 3.

objectos de luxo voluptuoso, para satisfação da vaidade, e dos apetites sensuais dos opulentos, que só têm em vista a ostentação de sua potência, e comando do trabalho esquisito do país, de que só eles são os *demandadores efectivos*.

Tem sido notado, que a indústria manufactureira da Ásia é principalmente dirigida ao *luxo ostentoso*, e a da Europa a outra espécie de luxo mais favorável ao bem-comum. Na mesma Europa, as duas nações mais distintas nessa indústria, como França e Inglaterra, sendo a propriedade nacional menos desigualmente distribuída nesta (além da singular diferença dos génios dos povos) se vê sobressaírem os franceses nas manufacturas de ostentação, entretanto que os ingleses têm primazia nas que são de cómodo geral a quase todos os indivíduos de todas as nações, ainda incultas; e em consequência, tendo o seu emprego de braços e capitais maior *extensão de mercado*, também na venda dos respectivos produtos, como de mais universal uso, obtém superior ganho, com vantagem recíproca do país que os produz, e do mundo que os consome, pagando os consumidores o preço equivalente ao *menor possível custo da produção*.

O progresso da civilização do corpo dos povos se manifesta onde mais predomina, por assim dizer, o *luxo civilizador*, que pressupõe mais universalizada a indústria que fornece os gerais mais honestos gozos da vida, e os meios fáceis de câmbio, e estudo. Nestes estados se fabricam mais vestidos e utensílios ordinários; mais instrumentos, e máquinas de abreviar trabalhos, mecânicos e científicos; mais estradas, canais, aquedutos, templos, hospitais, bibliotecas, museus, gabinetes de física, observatórios astronómicos, laboratórios químicos, e outros estabelecimentos literários; mais fábricas de papel, mais postas, e correios. Onde porém predomina enorme desigualdade das fortunas e condições, muito prevalece, e se aperfeiçoa a indústria de se fazerem bordados, douraduras, rendas, filigranas, obras de ouro, prata, jóias, carruagens de esplendor das cortes, e cidades; palácios, obeliscos, etc.

CAPÍTULO XVI

Observações de Lord Lauderdale no assunto

O conde de Lauderdale na sua obra da *Riqueza Pública*, cap. V, bem demonstra a regra, que nas diversas nações regula a indústria respectiva. Em toda a nação (diz ele) -a direcção da indústria a certos objectos é regulada pela respectiva distribuição da propriedade nacional. Se toda a ilha da Grã-Bretanha se dividisse em pequenas propriedades, que só dessem o rédito anual de cem libras esterlinas,

ainda que o governo quisesse, com grandes privilégios e favores, animar a manufactura das carruagens, era impossível mantê-las, e prevenir que não se extinguissem; pela impossibilidade que seus proprietários teriam de pagar o custo de tais obras. Ao contrário, na ordem actual económica do país, em que há proprietários de terras, que têm dez e mais mil libras de renda, ainda que o governo não dê favor, antes carregue de impostos o fabrico e uso de esplêndidas carruagens, as suas manufacturas, com todos os ramos auxiliares, se sustentarão com o progresso da vaidade dos pagadores, e fantasia dos obreiros, que entre si porfiam em barateza e perfeição de suas obras.

O mesmo se verifica nas outras semelhantes manufacturas em que interessa, não tanto o real cómodo e gozo dos ricos, como o seu desejo de ostentar aos olhos dos admiradores a sua enorme carga de superfluidades.

Assim mesmo, em vista política, o luxo sumptuoso é menor mal, que a falta de ocupação dos engenhos e braços das classes inferiores, que vivem em dependência dos que empregam o seu trabalho: pois bem que só *esperam nas suas mãos*, contudo sempre vem a ter partilha dos réditos dos grandes senhores; e qualquer que seja a origem, talvez viciosa, de seus desmarcados territórios, seria incomparavelmente maior o mal, se se desse azo ao corpo dos povos para atacarem as propriedades estabelecidas; ou se se autorizasse, por absurda lei agrária, a despótica divisão das terras, e extrema subdivisão de glebas, que só dá fomento a lides, e contendas de limites, e extingue o justo e necessário *espírito de propriedade* que anima a fazer grandes culturas e benfeitorias, de que a nação, no geral, mais aproveita.

Em consequência do exposto princípio até a magnificência do culto divino, que tanto infunde respeito religioso nos actos de adoração do Criador, é essencialmente ligado ao progresso das artes superiores, e fábricas de luxo. Grandes templos supõem o progresso da architectura, com todas as indústrias sobreelevadas da escultura, pintura, música, etc. Por isso na Sagrada Escritura no Livro dos Reis se manifesta o estado atrasado do povo hebreu antes do reino de Salomão, em que aliás já havia muita agricultura, mas tão poucas artes mecânicas e liberais, que lhe foi preciso ajustar uma convenção formal com Hiram rei dos Tírios²⁵, para lhe mandar, a troco de trigo, vinho, azeite, artistas para cortarem, e lavrarem as madeiras e pedras necessárias ao destinado sumptuoso templo de Jerusalém, e construção de navios. Ali se vê o mais antigo e autêntico monumento de um formal *tratado de comércio*²⁶.

²⁵ Regis III, c. 2.

²⁶ Macpherson nos seus *Anais de Comércio*, tom. I, pag. 23 e 24, nota o como neste tratado a inteligência do soberano de uma nação mercantil, náutica, e manufactureira, soube tirar partido da ignorância do estado agrícola.

CAPÍTULO XVII

*Do interesse do Estado em excitar no povo o desejo
de melhora de condição, e amor dos cómodos
da vida, e honestos gozos*

O Estado muito interessa, para a actividade da indústria do corpo do povo trabalhador, que cada indivíduo se esforce por se distinguir na sua esfera, e divisão de trabalho, em modo que constantemente porfie em melhora de condição, pela habilidade em fazer obras lucrativas, não se contentando com o *estreito necessário* à vida, mas aspirando aos mais gerais cómodos, e vários inocentes gozos. Esta virtuosa porfia não os fará sair da sua órbita, mas dá-lhes espírito de honra e independência de mercê alheia, e decente aparência no público, que, no geral, denota boa indústria, e frugalidade. Essa é a melhor garantia do geral contentamento, e sossego. Quanto mais é geral esse timbre, tanto mais cada industrioso não só se ostenta perito, mas também (por assim dizer) o *príncipe* na sua arte.

Mr. Ricardo na sua admirável obra, cap. V, pag. 100 faz a seguinte perspicaz observação. «Em alguns países o povo é miserável, ou pelo seu vicioso governo, ou por hábito de preguiça, que os faz preferir o presente cómodo e inactividade, ainda que sem segurança de provisões das suas necessidades, a um moderado grau de esforço, que lhes dê abundância de subsistência, e os mais necessários à vida. Ainda que se diminuisse a sua população, não teriam por isso mais alívio de sua miséria; pois que as produções diminuiriam em tão grande, ou ainda maior proporção. O remédio para os males que sofrem é *estimular os seus esforços, e criar novas necessidades*, plantando-lhes no coração o desejo de novos gozos.

«A facilidade com que são supridas as precisões (por exemplo) dos irlandeses (que vivem principalmente de batatas) permite que o povo passe grande parte do tempo na ociosidade. Se a sua população se diminuisse, o mal aumentaria; porque os salários do trabalho, pelo menor número de braços, se levantariam; e portanto o trabalhador poderia ser possibilitado a obter, por ainda menos porção de seu trabalho, o suprimento das suas ténues precisões.

«Ao contrário, dando-lhes gosto dos confortos e gozos, que o hábito tem feito essencial aos trabalhadores britânicos, eles dedicariam mais uma porção do seu tempo à indústria, para adquirir a possibilidade de os alcançar. Nesse caso, se colheria, não só, a mesma quantidade de artigos de subsistência que antes, mas também mui grande adicional valor, pela produção de outros artigos, a que poderia ser dirigido o *trabalho não empregado* do país. Nos países em que as classes dos trabalhadores se contentam com o suprimento

de poucas precisões, os povos são expostos às maiores vicissitudes e misérias: pois então não acharão refúgio na calamidade; nem poderão procurar segurança em alguma mais baixa condição de vida; visto que têm já caído tão baixo, que não podem abaixar-se a mais. Havendo falta do principal artigo de sua subsistência, há poucos substitutos a que hajam de recorrer, e em consequência, a carestia dos víveres logo para eles é seguida de quase todos os males da fome.

CAPÍTULO XVIII

Da demanda do trabalho

Sendo o trabalho mecânico, em via de regra, penoso, e repugnante à natureza, é certo, que ninguém o fará em seu imediato benefício, ou a proveito de outro que o empregue, sem ser necessário para adquirir algum bem, e sem que, ao mesmo tempo existam fundos para a manutenção do trabalhador, e os instrumentos precisos à obra, na conformidade do exposto no cap. X.

Na frase dos economistas modernos, quando se diz haver, ou não, *demande de trabalho*, pressupõe-se dois requisitos: 1º que haja proporcionada cópia dos ditos fundos, ou capitais: 2º que os possuidores de tais fundos demandem a espécie de trabalho oferecido, por acharem interesse, isto é, esperarem proveito em dar emprego aos que o oferecem, ou estão prontos ao mesmo trabalho.

A grande dificuldade que continuamente recresce no progresso da civilização e população, é *dar emprego ao povo*, em todas as classes de obreiros, e em quaisquer subdivisões de trabalho; pois que, não obstante a actividade da geral indústria, nem o governo, nem os proprietários e capitalistas podem sempre dar convinável ocupação a todos que ofertam serviço, seja por falta de capitais correspondentes, seja porque o trabalho oferecido não é de carência, ou de gosto dos mesmos.

Por isso em as nações populosas, e de terras decadentes em fertilidade, há contínua queixa de falta de obra e subsistência em muita gente, com especialidade nas classes ínfimas; do que resultam os crimes e tumúltos, que muitas vezes acontecem nos mais cultos países. Porém este mal só é exorbitante nos Estados, que, por sua política restrita da importação de mantimentos, da circulação dos trabalhos, e capitais, e da emigração das pessoas para os países estrangeiros, acumulam número de súbditos, que o território não pode manter, nem o capital, uso, e gosto do país pode, ou quer empregar.

CAPÍTULO XIX

Da circunspecção da indústria

Os erróneos conceitos e vagos louvores da *indústria*, têm ocasionado dois *erros acreditados* na política económica: 1º o conceder-se benefício a certas indústrias particulares, com sacrificio da indústria geral: o 2º restringir, empecer, ou gravar certas indústrias particulares, aliás em si úteis e honestas, considerando-se o dano indiferente, sendo aliás muitas vezes extenso, e irreparável. Isto procede da que se pode dizer *falta de circunspecção da indústria*; porque, em vista estreita, se olha qualquer ramo de trabalho abstractamente, e não *circunspectamente*, isto é, porque deixa-se de ver em roda o círculo, com que se ligam as maiores com as menores ramificações da geral indústria, que se proporcionam ao estado da demanda, e da propriedade do país. Não se adverte, que, tirando-se qualquer enlace, se quebra a corrente, e perde o equilibrio, com que se balanceava cada divisão de trabalho: tirado qualquer anel da grande cadeia industrial, desfalecem, e até desaparecem, muitos outros. O sistema da ramificação dos trabalhos é mui sensível, e se assemelha ao sistema orgânico do vegetal mui comum no Brasil, a que os naturalistas dão o título de planta *sensitiva*²⁷, cujas folhas erectas e vistosas caem em todos os ramos com o mais leve toque de qualquer delas. A policia económica se pode bem comparar com a mastreação de um navio, que, estando bem aparelhado com todos os seus aprestos e sobressalentes, navega em equilibrio e seguro em todos os ramos, com o artificioso e bem proporcionado entrelaço de roldanas, e cordoalha; mas quebrando-se, ou arrebrandando algumas, logo periga, ou se retarda a viagem.

Por se não ter atendido, quanto cumpria, a esta observação, se vêem, em todos os Estados, regulamentos, mais ou menos prejudiciais e absurdos, em que, destinando-se a riqueza nacional, ora sacrifica-se a agricultura, isto é, a *indústria dos campos*, às manufacturas e ao comércio, isto é, à *indústria das cidades*, e ora, *vice-versa*, preferindo-se esta àquella; quando aliás uma não pode crescer e prosperar sem a outra, e a respectiva cooperação só pode ser bem sustentada, e progressiva, irmamente *dando-se as mãos*.

Nas grandes fábricas, onde se reúnem muitos officios diferentes debaixo do mesmo tecto, e em que cada artista e serviçal faz a respectiva parte, ainda que aparentemente mínima e inconsiderável, mas não menos necessária ao maior final resultado, em economia de trabalho, e valor de produto, é visível aos colaboradores e circumstantes, que, o laboratório pára, e se impossibilita a obra, ou muito diminui em quantidade, e perfeição, tirando-se qualquer dos operários, cuja indústria e número se calculou por indispensável ao maior proveito do fabricante.

²⁷ Lineu deu-lhe o título de *mimosa*.

Isto se verifica exactamente em cada nação; que se pode considerar como imensa fábrica ou oficina de trabalhos do campo, cidade, e mar. Não se vendo assim, em espírito compreensivo, o sistema económico, nacional, e social não pode a espécie humana ter a possível elevação da honesta indústria, opulência, e prosperidade.

Contra esta experimental teoria reclamam os estadistas, e monopolistas, que consideram os interesses da nação, e da humanidade, pelos egoísticos cálculos do interesse particular de cada país e indivíduo, como se fossem entes abstractos, e solitários, no sistema do mundo. Não se promove melhor o bem de qualquer Estado, senão, quando a sua geral indústria está mais em correspondência e harmonia com a indústria de todas as nações. Tal parece ser o plano da providência! Bem diz o nosso clássico Vieira *Ninguém pede melhor para si, que quem pede para todos*²⁸, isto é, para o bem-comum, ou universal.

CAPÍTULO XX

Da indústria comparativa das nações

Sendo a indústria um termo geral, e applicável a toda a espécie de trabalho, constantemente empregado nos negócios da sociedade, como fica dito no cap. II desta parte III; como os indivíduos, segundo as suas circunstâncias pessoais e locais, exercem as suas particulares indústrias, ou divisões de trabalho, mais ou menos concentradas a um ou poucos objectos, conforme a extensão do mercado do produto respectivo, e cálculo dos próprios interesses; assim também cumpre que as nações dirijam a sua indústria com a mesma economia e prudência, em exacto cálculo das reais vantagens, atentos os anuais resultados, que assegurem ao corpo do povo o mais convinável emprego de engenhos, braços, capitais, e a mais equitativa partilha dos bens da vida que afiancem o geral sossego, e contentamento.

Ainda que as nações formadas, especialmente as marítimas, não se possam considerar industriosas, sem que exerçam a sua inteligência e actividade nos quatro ramos principais do trabalho social, de agricultura, fábrica, comércio, e navegação; contudo as convenientes proporções preponderantes da sua indústria, se devem regular pela qualidade e situação do território e génio nacional, para ser produtiva dos mais benéficos efeitos ao Estado, e a cada indivíduo.

Esta regra é que, por exemplo, determina a predominante indústria de Inglaterra e Holanda para o comércio e navegação; de França e Itália para manufacturas de sedas; de Suécia e Rússia para as ferrarias, e

²⁸ *Sermões*, tom. IX, pag. 76 e 77.

culturas de linho, etc. A França se arroga a primazia nas artes que se dizem de *luxo*, e a Inglaterra na perícia mercantil e náutica, com que se explora a comunicação da humanidade; o que supõe adiantamento em innumeráveis artes, e nas ciências mais sublimes da medida do céu e da terra, e conhecimento dos homens, seus ritos, usos, estatutos. É fácil de ver, qual nação escolheu a melhor parte da geral indústria. Os economistas franceses, que ainda ora dão *por excelência* o título de *indústria* ao exercício das artes sedentárias, e engenhosas mãos-de-obras locais, desconhecem o valor das superiores artes cosmopolíticas do comércio e navegação; e até se opõe ao senso comum, e geral opinião da Europa, que admirou sempre a *indústria holandesa*, como o padrão da indústria humana; quando aliás a energia do principal laboratório do povo, consiste nas atrevidas pescarias; no económico carreto marítimo; na extensa ramificação do comércio; na cura de arenques e queijos com que sustentam o mundo; e na guerra eterna com os mares, que ameaçam todos os dias desbaratar os seus diques, e engolir-lhes os terrenos, e cansados frutos de seus hercúleos trabalhos hidráulicos.

Sendo importantíssimas as indústrias das oficinas e fábricas, que florescem com progresso da população e das ciências, quando se vão refinando todos os labores na *ordem natural das coisas*, ou *lei da continuidade*, pelas sucessivas e indefinidas subdivisões do trabalho, proporcionadas à prévia acumulação dos capitais, segundo fica exposto no cap. X; é fácil aprender e saber cada manipulação das respectivas artes, ainda das mais engenhosas, como, por exemplo do relógio (o que bem advertiu Smith, no liv. I, cap. X) carecendo-se tão somente de algum tempo para a destreza dos artistas, bastando, para quase todas as manobras, capacidades medianas, sendo bem aplicadas pelos mestres e empresários, que têm o trabalho da *inspecção e direcção*.

Por isso não é difícil estabelecer fábricas em qualquer país, transplantando-as de outros, uma vez que tenham naturais proporções para prosperarem, hajam braços e fundos *disponíveis* para tais empresas, isto é, superabundantes à manutenção dos estabelecidos ramos de indústria; e o governo, por iluminada legislação, facilite a vinda e residência de artistas e capitalistas estrangeiros. Isto porém não é igualmente fácil para o estabelecimento e melhoramento das indústrias, mercantil e náutica, que demandam longos hábitos, extensas correspondências, espíritos compreensivos, e vastos conhecimentos dos lugares das produções, valores das coisas, bons mercados, etc.

Os romanos, pelo génio e sistema de seu governo, que projectou a conquista do mundo com perserverança imóvel, prezavam sobretudo a *indústria militar*; porém, como desmarcadamente preponderou no Estado essa divisão do trabalho, e não era dirigida por espírito civilizador, mas só dominador, por isso afinal a sua bem ordenada república caiu no mais tirânico despotismo, que enervou o corpo político, o qual por fim foi derribado por bárbaros.

É incontestável que a monarquia lusitana foi mais famosa, opulenta, e imperial, quando prevaleceu nela a indústria náutica, e mercantil: o que fez dizer ao nosso historiador dos descobrimentos do Oriente e Ocidente, que os povos que receberam o nosso trato, auxílio, e governo, de bárbaros, se fizeram políticos; de pobres, ricos; *tudo á custa do trabalho, e indústria dos portugueses.*

CAPÍTULO XXI

Da má indústria

Nos capítulos antecedentes se considerou a *boa indústria* da espécie humana, conforme a *lei da continuidade da divisão do trabalho*, que sustenta a cooperação social, para se obterem os bens da vida de produções da natureza e arte sem conflito nem ofensa dos indivíduos de todas as classes e nações. Agora se farão algumas observações sobre a *má indústria*, que resulta da corrupção da natureza humana, fenómeno aflitivo, e de triste experiência em quase todas as condições da sociedade.

Nas nações selvagens e bárbaras, em que não se reconhece, ou pouco se observa, o direito da segurança das pessoas e propriedades, os crimes mais gerais são os da *aberta violência*, e *injúria*, que, na maior parte, procedem da ignorância dos homens, que não vêem, nem calculam, as consequências úteis, ou funestas, das boas, e das más acções. Porém em as nações civilizadas e instruídas, maiormente de população excessiva, onde é difficil achar-se emprego honesto, e constante demanda de trabalho lucrativo a todos os indivíduos, desenvolve-se no corpo do povo grande depravação intellectual, e abuso do livre arbítrio, que ocasiona indizíveis espécies de fraudes, e prevaricações diárias, estabelecendo-se péssimas indústrias, que têm prodigiosa força e actividade para clandestinas manobras de ataques á vida, honra, e propriedade, sobre que a vigilância do melhor governo, é impotente, ou iludida. Tais são as indústrias dos que a nossa lei chama burlões, ilicadores, formigueiros, falsificadores de mercadorias, trapaceiros, etc.

Ainda que a má indústria de tal gente seja mais objecto da jurisprudência criminal, do que da economia política, convém aqui fazer algumas observações, que se acham mui explícitas na obra de Frederico Accum no seu tratado das *Adulterações dos Géneros de Comércio*, e do consumo mais comum dos povos²⁹.

²⁹ Este tratado ainda veio dar maiores exemplos de perversidade das nações mais industriosas, e morigeradas, tais como a nação inglesa; o que já tinha mostrado Colquhoun, intendente da policia de Londres, no seu *Tratado da Policia da Metrópole*. Até na última Resenha da População do Reino Unido, aliás tão afamado por activa indústria, e exemplar crédito público, não contendo a Grã-Bretanha e Irlanda, e ilhas adjacentes, acima de 17

Quanto mais se aumenta a divisão do trabalho, e com ela a progressiva riqueza das nações, tanto maior número de pessoas, ainda as de melhor indústria, não vive do imediato produto do próprio trabalho, mas sim do produto do trabalho alheio, ainda em grande porção dos géneros necessários, ou dos mais gerais cómodos da vida: e, em consequência, fica (por assim dizer) à mercê da consciência dos respectivos produtores, e dos outros industriosos, cujo modo de vida é o seu transporte, frequentemente de países remotos e estrangeiros, ou a distribuição no mercado doméstico. A pior falsificação é em víveres e líquidos do uso comum: e a este respeito há a mais escandalosa malignidade, pelo amor do ganho torpe; contra que não têm sido bastantes tão variadas regulações administrativas de almotaçarias, inspecções, taxas, varejos, e correcções, etc. O sobredito Accum só nos artigos do vinho e cerveja expõe o abuso da divisão do trabalho de falsificadores coloiados em regular fabrico, e comércio fraudulento, vendendo, em vez de bálsamos, venenos lentos ao povo; sendo o menos mau ingrediente a tintura do pau brasil, para dar cor enganosa, de difficil descobrimento da adulteração.

Sobre este assunto se faz digno de atenção o quanto importa ter sempre vivos nos espíritos do povo os princípios da religião, como os melhores (e talvez os únicos) preservativos de tais malefícios. Porém não é menos certo, que grande parte deste mal enorme procede dos defeitos dos predominantes sistemas económicos, que sobrecarregam o público de prejudiciais restrições da honesta indústria, e imoderados impostos.

CAPÍTULO XXII

Observações sobre um provérbio vulgar relativo à indústria

É provérbio do vulgo, e até passa como aforismo económico, que a *necessidade é a mãe da indústria, e a mestra das invenções*. - *Que não explora a pobreza?* - Assim o dizem escritores gregos, latinos, antigos, e modernos³⁰. Por isso todos os dias se ouve o comum asserto, que todos

³⁰ Quid non explorat egestas? [O que é que a pobreza explora?]

Até Mr. Malthus o sustenta na obra que acaba de dar à luz: o que extensamente discutirei na secção seguinte desta parte.

milhões de habitantes, se declara, que mais de dois milhões vivem à custa alheia, em mendicidade, ou má indústria. Presentemente, não obstante a rigorosa execução das leis de pena capital contra os que falsificam letras, tem-se experimentado extraordinária falsificação, ainda das notas do banco; cuja original verdade aliás se considerava a *virgem pura* do Estado, o qual principalmente vive da circulação mercantil; ora inventando-se nova máquina do fabrico desse papel do giro do reino, para mais sólida garantia da confiança nacional.

os inventos e adiantamentos nas artes e ciências se originaram da *necessidade*; e, em consequência tem-se decidido, quase em uniforme acordo, que, cessando a necessidade de trabalhar, cessa também o motivo e esforço do trabalho, o espírito de invenção, e a actividade da indústria.

Não deixam de ser plausíveis, e, aparentemente fundadas na experiência, as razões com que se sustenta o dito provérbio; pois nota-se, que os países mui férteis têm, comparativamente, habitantes menos industriosos (e até mui inertes), que os dos países em que a natureza foi menos liberal, e até parece madrasta. Diz-se também que os morgados e ricos, por via de regra, aborrecem o trabalho, e estudo, e deixam o estádio e templo das ciências aos devotos necessitados.

Por força destas razões, quase todos os estadistas têm inferido, como regra de administração, que o mais eficaz expediente de fazer um povo industrial, e constantemente trabalhador, é tê-lo sempre sob a *lei da necessidade, e ainda em mingua do preciso para sustentar a vida*. Por isso até se tem afirmado, que o *peso dos tributos é estímulo da viva indústria*; porque aumenta as necessidades de todos os indivíduos. Sobre este aforismo também se funda a polícia de restrições de importação dos produtos da indústria estrangeira, ainda que se reconheçam precisos, ou convenientes, ao corpo do povo (ou a algumas classes dele) a fim de, por meio destas factícias privações do que carece ou deseja, se reduzir à necessidade de empregar os meios de naturalizar no país as culturas e fábricas respectivas.

Não há dúvida que a *necessidade* é uma das causas da excitação do trabalho e indústria, quanto aos empregos e esforços ordinários para se adquirir o estreito necessário à vida; mas há muita dúvida, se é a única, e a mais eficaz, para os grandes melhoramentos da sociedade. Parece que as maiores causas destes melhoramentos são: 1ª génios extraordinários; 2ª desejo de melhorar de condição, tendo honestos gozos da vida; 3ª cobiça da riqueza. Sobre esta matéria já por vezes tenho indicado a minha opinião, até contra o autor do *Espírito das Leis* na parte I, cap. VII, pag. 89: porém, como a opinião oposta é mui geral, e ainda ora aparece sustentada por economistas acreditados, é força eliminá-la dos lares pátrios. Submeto ao público mais explícitas razões em contrário³¹.

³¹ No periódico *Edinburgh Review*, tão famoso pelas discussões das obras literárias, principalmente de economia política, em o nº LXIV de Outubro de 1819, pag. 354 analisando-se a obra de Mr. Chaptal *Indústria Francesa* entre as razões que se alegam para superioridade da indústria inglesa, principalmente na indústria agrícola, se diz ser, a *fertilidade do terreno* da França, que não tem reduzido os habitantes à precisão de inventar métodos de cultura mais ilustrada; e a *serenidade do clima*, que lhes poupa o incómodo de excorgitarem expedientes contra a inclemência do tempo, e incerteza das estações. Os franceses confiadamente repousam na beneficência da natureza, que lhes tem preparado todas as vantagens, excepto o estímulo ao raciocínio, e motivo para reflexão providente. Ao contrário, à ansiedade que se cria nos espíritos dos ingleses, a condição de um terreno menos propício, e de um sol menos produtivo, atribuímos a geral difusão

Eis uma razão categórica, que até dispensa outras, por ser de universal experiência. Se a necessidade fosse a mãe da indústria, e a mestra das invenções, que têm superiormente concorrido para a civilização da espécie humana, e abundância dos seus suprimentos, os povos selvagens e bárbaros, que são os que sofrem mais necessidades da vida, e os habitantes de países estéreos, inclementes, centrais, e mais sujeitos às destruições da natureza, seriam os mais industriosos, e os maiores inventores da sociedade; o que é falsíssimo: antes os circumnavegadores do globo têm achado os povos em maior grau de selvajaria e barbaridade, em proporção que são menos favorecidos, ou mais destituídos, pela natureza nas ditas circunstâncias.

Se todos os homens vivessem oprimidos de necessidades tão intensas e contínuas, que fossem obrigados, para obterem o suprimento indispensável a não morrerem de fome, empregar todo o dia, excepto as precisas horas do sono, em trabalho mecânico, era impossível haver tempo para meditação, e cultura do espírito, e não existiriam jamais invenções úteis. É notado, que ainda nos Estados cultos, onde o estudo das letras, e não o trabalho mecânico, faz mui considerável parte das occupaões civis, não se vê invenção, nem merecimento nas obras dos estudiosos nimiamente necessitados, que trazem o cunho de feitas (como se diz) com a *mão na boca*. Tem havido raros sábios e artistas da primeira ordem, que no princípio da vida lutaram com a pobreza, como Lineu, Johnson; mas os que de estado de miséria se elevaram à eminência, na maior parte tiveram a fortuna, ou benção da Providência, de achar quem lhes *desse a mão*³².

É incontestável que as maiores indústrias e invenções procederam de felizes génios, ou talentos extraordinários de homens, que em todos os tempos e países, bárbaros ou civilizados, têm surgido, como de súbito, e por benefício da Providência, e que excitam a admiração dos contemporâneos e contemporâneos, fazendo época na história. Os séculos da fábula têm considerado a tais pessoas como enviados do céu, e até com idolatria lhes têm feito apoteoses, e levantado altares. Assim os antigos povos divinizaram os descobridores das plantas alimentares, e os inventores

³² Sem a *aurea mediocridade*, não há meio de surgir.

Bem o disse Juvenal:

Haud facile emergunt quorum virtutibus obstat

Res augusta domi [Não se mostram facilmente aqueles a cujas virtudes se opõe, na paz, o que é venerável].

O nosso clássico Barros disse a verdade: *O engenbo se acanba na occupaão do necessário*.

de conhecimentos de agricultura nos lavradores, e os esforços dos nossos ilustrados proprietários, que têm a estrada da prática sempre aberta à melhora pelas especulações dos filósofos. E porque a Suécia e a Rússia não emparelham a Inglaterra na dita indústria, tendo não superior terreno e clima?

das artes primitivas, a que deram o apelido de Minerva, Ceres, Baco, Triptolemo. Até a Orfeu³³, como inventor da música, se atribuiu o serviço e mérito de tirar dos bosques os selvagens, que viviam à maneira de feras, com mútuo assassinio, e vil alimento de carne humana, e de animais carniceiros; tais sendo os efeitos do prazer da harmonia, e do ascendente do génio de um homem que se mostra sobrehumano! Os descobridores da América acharam nos selvagens imemoriais tradições de que a divindade descera do céu a lhes mostrar as plantas necessárias à vida. Os grandes legisladores, e os sábios da primeira ordem, têm sido as principais causas dos transcendentos melhoramentos das nações. Às vezes um só homem vale o país, e tem posto ordem ao seu século, e fundado o património da posteridade.

Os maiores sucessos que se recordam na história do género humano na Europa, são as invasões dos bárbaros que destruíram o Império Romano; as dos árabes conduzidos por Maomé, que fundaram o império do crescente, e até se apoderaram da Espanha; e a descoberta das antes incógnitas partes do mundo. Ainda que a necessidade, a ambição (e até o zelo religioso) fossem grandes estímulos dessas empresas, contudo o mais pungente e constante foi o amor dos gozos, e a cobiça da riqueza, para os aumentar com a segura conquista de países mais férteis, e amenos, e dotados de naturais delícias e preciosidades, com vantajosas situações para a comunicação da humanidade. Sem dúvida a ignorância e malícia dos homens, que desconhecem os reais bens da vida, ou pervertem pelo excesso e abuso o que é em si bom, tem muito errado, e cometido malefícios nos gozos da vida, e meios da riqueza, e de seu emprego. Porém a imensa riqueza visível da natureza, combinada com a capacidade do gozo, honesto e moderado (inexterminável do coração humano) além de outros princípios morais, característicos da sua constituição, posto que decaída da original excelência (como amor da distinção, glória, e sabedoria), serão sempre os constantes incentivos das grandes indústrias, e invenções, que têm ilustrado e embelezado a sociedade.

Finalmente os proprietários e capitalistas de todos os países, que são os que dão o maior impulso à geral indústria das classes trabalhadoras, estão continuamente especulando os melhores canais da direcção da mesma indústria que lhe são mais lucrativos, e que em consequência lhe aumentam a sua riqueza, e sempre desertam, quanto podem, e quanto antes, o negócio desvantajoso, em busca e preferência do de maior ganho; e quando cessa a possibilidade de lucro que valha o risco, também cessa o emprego do capital, e com ele fatalmente cessa a correspondente indústria e ocupação do povo.

³³ *Silvesters homines sacer, interpres que Deorum*

A cedibus, et victu foedo, deterruit Orpheus [Orfeu, o sagrado intermediário dos deuses, afastou os homens selvagens de montes e de animais vencidos], Horácio.

Concluirei com as seguintes observações de Smith na sua *Teoria dos Sentimentos Morais*, part. IV, capítulo I.

-Ainda que uma filosofia melancólica, que, em tempo de doença, e espírito abatido, é familiar a toda a pessoa, que nesse estado inteiramente desaprecia os grandes objectos do desejo humano, contudo, quando estamos em saúde e prosperidade, não deixamos de os ver em mais agradável aspecto. A imaginação que, em pena e angústia, parece encarcerada dentro de nós, em tempo da alegria e prosperidade se dilata sobre todas as coisas que nos cercam, divertem, e encantam, ainda em objectos de uma satisfação frívola. Então os prazeres da riqueza e grandeza das obras dos homens, consideradas em uma vista complexa, ferem a fantasia, e nos assoalha a ideia da ordem civil, e do harmónico movimento do sistema belo e nobre da geral indústria. É a mesma natureza que faz esse encanto, o qual excita e sustenta em contínua acção a indústria do género humano. Por ele se tem inventado e melhorado todas as artes e ciências, que suavizam a vida, e que têm ajudado toda a face do globo, convertido as florestas em searas, e o oceano em novo fundo de subsistência, e grande estrada de comunicação das diferentes nações da terra.

CAPÍTULO XXIII

Da segurança, e preferência de certos ramos de indústria

Smith no liv. I, cap. XI distingue em três classes ou sortes os productos da indústria: a 1ª compreende os que não está no poder da indústria humana multiplicar a arbítrio: 2ª é a dos que ela pode multiplicar em proporção à demanda: a 3ª é a em que a eficácia da indústria humana é limitada, ou incerta.

A primeira classe é a dos productos da terra que a natureza dá ou cria só em certas quantidades, e que nenhum esforço da indústria humana pode aumentar o seu suprimento, ainda que haja grande demanda. Tais são principalmente os metais, pedras, e minerais preciosos, as aves e outros animais raros, etc.

A segunda classe é a dos productos do reino vegetal e animal que a natureza produz em profusa abundância, e que a indústria humana pode multiplicar em proporção da demanda dos que desejam e têm faculdade de pagar o trabalho necessário para se extrair da terra, e trazer ao mercado.

A terceira classe é a da espécie de productos rudes, em que é limitada ou incerta a eficácia da indústria humana para aumentar a sua quantidade; por serem uma sorte de apêndice de outras sortes de productos rudes, onde a quantidade de uns limita a quantidade de outros.

Tais, por exemplo, são as lãs, e coiros, cuja quantidade necessariamente se limita pela possibilidade que o país dá para a criação do gado.

A falar exactamente não há objecto do trabalho rural, que a indústria possa aumentar a arbitrio, e em proporção à demanda; pois que a terra é limitada em extensão, e fertilidade de toda a sorte de produtos; ainda nos artigos de alimento, indispensáveis à manutenção de todos os meros trabalhos, extracção e preparação dos mais produtos, a natureza pôs mais estreitos limites, ao menos quanto parece no estado tão atrasado da inteligência dos homens, que não têm descoberto meios de transubstanciação dos minerais em vegetais alimentosos.

A indústria de maior segurança é a que se exerce sobre artigos que a natureza produz, como dom privativo, em especial território, tanto pela sua quantidade e qualidade, como pela respectiva situação, e constante demanda interior e exterior. Sobre eles não há que recear falta de extracção, e nociva concorrência estrangeira. Podem-se considerar como *naturais monopólios*, de presentes do Criador, para sólido patrimônio das nações, e penhor de seu justo comércio.

A indústria das manufacturas tem a grande vantagem de se exercer sobre materiais que se podem trazer em indefinidas quantidades de mui diferentes países, e receberem em as nações inteligentes formas ainda mais indefinidas, e proporcionadas às diferentes faculdades e gostos de todos os indivíduos e Estados: porém tem a desvantagem que a emulação estrangeira, e a inconstância das modas, produz na prejudicial, e frequentemente irresistível, competência, por certas facilidades locais, e outras causas; porque a esfera de tal indústria se estende a toda a região.

A indústria da agricultura (compreende-se neste termo toda a obra de extracção dos produtos da terra dos três reinos da natureza) é naturalmente mais concentrada, pela diferença de sua fertilidade, e produções, que ou só existem em certos países, e distritos, ou em uma superioridade mui desproporcionada à de outros.

Quando não há obstáculos de economia pública contra o desenvolvimento da indústria do povo, os evidentes interesses dos indivíduos dirigem os braços, e capitais com segurança e preferência para a colheita e fábrica dos produtos que se obtêm com menor trabalho, maior proveito, e mais certo mercado.

Mr. Chaptal na sua obra da *Indústria Francesa* que mencionei no cap. IV, faz a seguinte exposição.

«A agricultura, as manufacturas, e o comércio, são as principais fontes da prosperidade pública: mas cada nação não é chamada pela natureza a lhes dar os mesmos graus de desenvolvimento: a situação dos lugares, a riqueza do solo, o estado das luzes, e o carácter dos habitantes, marcam o posto que cada uma das nações deve ocupar».

«A *indústria agrícola* é, sem contradição, a primeira de todas: os trabalhos que ela exige, formam uma população robusta; as produções

que ela fornece, são da *primeira necessidade*³⁴: ela dá a *matéria primeira* das manufacturas, e procura trocas ao comércio. Esta indústria assenta sobre uma base tão sólida como o terreno que a vivifica; ela não teme nem os caprichos da moda, nem a inconstância dos consumidores.

«A indústria manufactureira acrescenta valor aos produtos da agricultura, que não são empregados ao sustento dos homens, e dos animais. Ela por muito tempo se limita a fabricar vestidos grosseiros necessários aos homens reunidos em sociedade, e a fornecer os instrumentos necessários para os seus trabalhos; mas o progresso da civilização, do luxo, e das luzes, lhe tem dado tão grande desenvolvimento, que daí tem resultado mudança total dos nossos costumes, hábitos, e relações».

«Porém a maior parte dos produtos da indústria agrícola, e da indústria manufactureira permaneceriam sem emprego, se o comércio não operasse o transporte deles, para assegurar a sua venda, e suprir, pelo troco, a agricultura, e fábricas com todos os artigos necessários aos seus trabalhos».

«Estes três ramos da prosperidade pública são entre si enlaçados com relações íntimas, e por isso pensei que os não devia separar em uma obra que tem por fim principal fazer conhecer a riqueza nacional».

Não obstante esta hábil discriminação das diferentes indústrias, Mr. Chaptal em quase todo o teor da sua obra considera a *indústria* no sentido restrito e vulgar, e como, por abstrução metafísica, desligada do sistema em que todas as espécies de trabalhos úteis se coadjuvam e reúnem; reconhecendo todavia que a esse respeito a Europa se acha em *estado forçado*; e assim diz:

«No estado actual das sociedades europeias, não se pode sempre conformar aos *princípios rigorosos* da *sã economia política*: a *Indústria* tem penetrado por toda a parte; todas as nações têm manufacturas do mesmo género, e a maior parte dos seus capitais está empregada nos estabelecimentos de fábricas. Contudo as vantagens não são as mesmas por toda a parte. As luzes, o clima, a mão-de-obra, o gosto, o combustível, os aprovisionamentos influem sobre a qualidade, ou o preço dos produtos, e estabelece sobre eles uma grande diferença. As sedas que se fabricam em Moscovo, não podem naturalmente concorrer com as da Itália, e de Leão. Neste estado de coisas o embaraço é extremo; e, seja qual for o partido que um governo tome não pode obviar o todos os inconvenientes».

Tendo eu, quanto pude, exposto os elementos essenciais da indústria inteligente, reservo para outras partes a discussão sobre o sistema

³⁴ Isto não é exacto; porque também há agricultura de géneros que não são da primeira necessidade, mas só de gozo e luxo, como das especiarias do Oriente, e produções dos trópicos. Não só os pomares, mas também as vinhas, não se podem em rigor dizer pertencentes à cultura da primeira necessidade.

de Mr. Chaptal, e de outros economistas sobre as causas da activa indústria, e eficazes expedientes de sua animação.

Aqui por ora só farei as seguintes observações sobre a antecedente doutrina deste economista.

À excepção de alguns frutos, que a natureza dá em estado próprio ao uso immediato dos homens, ainda os produtos cereais da subsistência dos povos rudes precisam de formas, e preparações, fábricas, instrumentos, e máquinas, para serem bem aproveitadas, e terem o seu destino da conveniente, e agradável subsistência: farinha e pão são obras manufacturadas.

Há obras, como as *benfeitorias rústicas e urbanas*, de casas, estradas, que são objectos indispensáveis à acomodação dos que trabalham no campo, e cidade, e transporte de seus productos, e que se não podem classificar propriamente na indústria manufactureita.

PARTE III

SECÇÃO II

AOS LEITORES

O interesse do Estado em atrair ao Brasil gente útil da Europa, exigia discussão explícita das *causas da activa indústria*, para se fazer a sua aplicação prática a esta região, e se desvanecerem as sinistras impressões, que, por fatalidade, grassam até no original património da monarquia. Por isso ora ofereço a Secção II da já publicada Parte III destes *Estudos*, reservando para a Secção última dela as várias importantes matérias declaradas no Plano da Obra. Se se notar a prolixidade, a escusa é, que só me dirijo aos que não se aprezem de exposição superficial das cousas; e que além disto não sou Tácito, que (segundo diz o escritor do *Espírito das Leis*) *abreviava tudo, porque via tudo*.

A grandeza física deste país, que tão justa e politicamente motivou a lei da *Declaração do Reino Unido*, ora se tem feito mais conspicua, não só pela egrégia fertilidade, mas também pela maravilhosa vitalidade, com que a divina providência o dotou, e que se acha reconhecida em antigos e modernos monumentos literários, que cumpre assoalhar; a fim de se ver, a todas as luzes, que o Brasil é a brilhante grande jóia da coroa fidelíssima, e o imóvel Paládio do Império Lusitano.

Para o confirmar bastaria o testemunho do Príncipe Maximiliano da Alemanha¹, na sua *Viagem Filosófica*, existente na Pública Real Biblio-

¹ O Príncipe Maximiliano Wied Neuwied deu à luz em 1819 no original alemão, a sua *Viagem ao Brasil*, em 2 vol. in 4º com estampas, que se acha traduzida em inglês e

teca desta corte, dada à luz no corrente ano em esplêndida edição de numerosos subscritores, a cuja frente aparecem soberanos, príncipes, personagens, e cidades do Império Germânico. Tanta é a expectação do orbe literário a respeito dos tesouros de um reino imenso, situado quase no centro do mundo, e antes tão pouco visto pelos olhos da ciência!

Porém não omitirei mencionar (o que é notório) que até o escritor economista o Conde de Hogendorp², que foi homem de Estado na Holanda, manifestando plena confiança na bondade do nosso paternal governo, quis viver à sombra do trono brasílico; havendo já em 1817 na sua obra sobre o sistema colonial da França assim declarado os seus sentimentos:

«O Brasil foi emancipado pelo Príncipe Regente de Portugal. Por esta resolução, tão árdua como generosa, este soberano erigiu o ceptro de um belo Império, e abriu os portos a todas as nações... Se o Governo do Brasil continuar no sistema de sabedoria, moderação, e sã política, sobretudo a respeito de comércio, e tolerância, que agora caracteriza todos os seus actos, e as suas disposições, seguramente o crescimento da prosperidade e riqueza desta primeira monarquia do Novo Mundo, espantará o Antigo, pela rapidez de sua marcha, e altura a que se há-de elevar»³.

Tão fausto e justo agoiro pressupõe, que jamais se estreite a esfera da geral indústria, e que a lealdade portuguesa sustente a integral união dos reinos, estados, e domínios da Augusta Casa de Bragança, tendo os indivíduos de todas as ordens em memória a *Lição Pátria* do nosso orador Vieira, que na primeira Restauração da monarquia, na celebrada oração na Igreja de S. Engrácia de Lisboa, conciliou todos os entendimentos e corações do clero, nobreza, e povo, para nenhum vassalo se deslizar da honra, nem eclipsar a glória nacional. Espero que os leitores, que advertem na vertigem do século, e na sem razão dos que não vêem com serenos olhos a fortuna do Brasil, acharão aqui apositados os seguintes aforismos económicos e políticos daquelle insigne clássico.

«As obras da natureza, e as da arte, todas se conservam, e permanecem na união, e todas na desunião se desfazem, se destroem, e se acabam. Esta máquina tão bem composta do mundo com ser obra do

² Já fiz menção na Parte I destes *Estudos*, pág. 162.

³ Vide pág. 106 e 212.

francês. Aquela viagem foi feita em 1815 até 1817; e comprehende o itinerário da costa brasílica que ele visitou desde o Rio de Janeiro até ao Rio de Belmonte na Comarca de Porto Seguro. No moderno *Jornal Literário* da França, intitulado *Revista Enciclopédica* vol.5 Livraison 15 pág. 554, se declara o mérito desta composição, e diz o redactor, que a enumeração das plantas e animais, de que a obra está cheia, não pode interessar senão aos naturalistas; mas o que em todo o curso da viagem deve excitar a atenção de todas as classes de leitores, é a vivacidade dos quadros em que o autor descreve as vastas matarias, as cadeias de altas montanhas, as profundas solidões, em que o luxo da vegetação excede tudo quanto a imaginação de um europeu pode criar de mais rico.

braço onipotente, que é o que a sustenta, e a conserva, senão a perpétua, e a constante união de suas partes? Não vemos o cuidado vigilantíssimo, com que a natureza anda sempre em vela sobre este ponto principal de sua conservação, violentando-se a si mesma (se é necessário), e fazendo subir os corpos pesados, e descer os leves, só para impedir os danos daquela desunião?

«Seis mil anos há que dura o universo sem se sentir, nem ver nele o menor sinal de desunião, e por isso dura tanto; e quando finalmente chegar o seu fim, a falta ou a ruptura, desta união será o último paroxismo, de que há-de morrer o mundo. Esse foi o pensamento do grão Príncipe da Igreja S. Pedro, o qual chamou ao fim do mundo desunião do universo: e para dizer, que todas as cousas se hão-de acabar, disse, que todas se hão-de desunir⁴. Toda a vida (ainda das cousas, que não têm vida) não é mais que uma união. Uma união de pedras é edificio: uma união de tábuas é navio: uma união de homens é exército: e sem união, tudo perde o nome, e mais, o ser. O edificio sem união é ruína: o navio sem união é naufrágio: o exército sem união é despojo. Até os homens (cuja vida consiste na união da alma, e corpo) com união é homem, sem união é cadáver. Oh homens! que só a vossa união vos há-de conservar, é só a vossa desunião vos pode perder».

«Cuida a providência política, que os reinos se conservam com ferro, e com bronze, e sobretudo com ouro, e com prata, e é engano. O que sustenta, e conserva os reinos, é a união. Muito ferro, e muito bronze, muito ouro, e muita prata tinha a estátua de Nabuco; mas porque lhe faltou a união, não lhe serviram de mais todòs esses metais bélicos, e ricos, que de acrescentar maior peso para a caída. Ainda não tenho dito a maior admiração. O ouro, e a cabeça significavam o Império dos Assírios: a prata, o peito, e os braços significavam o Império dos Persas: o bronze da cintura até ao joelho significava o Império dos Gregos: o ferro do joelho até os pés significava o Império dos Romanos: e bastou uma só desunião para derrubar, e desfazer quatro Impérios dos mais valentes, dos mais poderosos, dos mais sábios, e dos mais bem governados homens do mundo. Se quatro Impérios com uma só desunião se arruinam, e acabam, um reino, e não muito grande, dividido em muitas desuniões, que se pode temer dele?»

«Ainda falta que ponderar, e é a coroa de tudo. A pedra, que fez aquele tiro fatal, com que de um golpe obrou tamanho estrago, que mão e que impulso foi o que a atirou? Oh caso estupendo, e inaudito! Ninguém pôs a mão na pedra, ela por si se despegou, caiu, e rodou do monte, e desfez o que desfez⁵. Aqui vereis quão fácil é a ruína, e quão aparelhada está onde há desunião. Para derrubar um reino, e muitos reinos, onde há desunião, não são necessárias batarias, não são neces-

⁴ Com igitur hoc omnia dissolvenda sint. Petr. 2.3.11.

⁵ Abscisus est lapis sine manibus. 4 Dan. 2. 45.

sários canhões, não são necessários trabucos, não são necessárias balas, nem pólvora; basta uma pedra».

«Para derrubar um reino, e muitos reinos, onde falta união, não são necessários exércitos, não são necessárias campanhas, não são necessárias batalhas, não são necessários cavalos, não são necessários homens, nem um homem, nem um braço, nem uma mão. Nós temos muito boas mãos, e o sabem muito bem nossos competidores; mas se não tivermos união, nem eles haverão mister mãos para nós, nem a nós nos hão-de valer as nossas».

Isto me anima a não descontinuar na longa empreendida carreira; sendo todavia impossível prosseguir sem auxílio e favor do público.

CAPÍTULO I

Progresso da indústria no Brasil

A iluminada política de El-Rei Nosso Senhor em dar actividade à indústria do Brasil pela nova legislação deste reino, até animando e favorecendo a introdução de industriosos estrangeiros, autorizando a dar-se-lhes sesmarias, e o fazerem estabelecimentos industriais de campo e cidade, constitui de grande interesse ao estado o exame da questão, se este país é susceptível da activa indústria, que distingue o reino de Portugal, e os estados mais cultos da Europa.

A corrente opinião entre os que estão ferrados a erróneos conceitos, e a prejuízos locais, é que o Brasil, pela sua fertilidade, e atmosfera, não admite o vigor da indústria europeia, desfalecendo os espíritos e corpos dos naturais da terra para os trabalhos necessários ao progresso da riqueza.

Até graves escritores sustentam a tese, que os países mais férteis e benignos, que dão facilidade de viver ao povo sem trabalho forte, não é próprio para indústria activa. Convém contraverter este paradoxo, em cuja refutação é não menos empenhada a glória da coroa, que a honra do país. Do contrário, seria vão o liberal sistema económico estabelecido.

Os comuns erros neste assunto procedem de não serem mais geral e bem conhecidas as verdadeiras causas da activa e regular indústria. Antes de entrar na matéria, espero não pareça desagradável aos leitores o preludiar com as seguintes observações de Roberto Southey, judicioso e imparcial escritor da *História do Brasil*. Assim diz no tom. III, cap. 48, pag. 830 e seguintes.

«Há países em que a tendência da sociedade é necessariamente do mau para o pior: porque alguns dos princípios da sua deterioração, são, fatal e inseparavelmente, conexos com as suas instituições; como a

poligamia entre os maometanos, e o sistema das *castas*, onde quer que domine. Há outros países, onde não existem tais permanentes causas de deterioração, mas que não têm possibilidade de melhora, pelo estado das nações circunvizinhas. Os povos da Abissínia e da Arménia se acham neste estado.

«No estado em que se acham as províncias do Brasil, desde o Rio Negro e o Cabo do Norte até o território (ora disputado) do Rio da Prata, depois que a sede da monarquia foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro; havendo tantas diferenças de países, climas, e circunstâncias, não se pode sem presunção, e manifesta injustiça, qualificar o geral carácter das maneiras, e moral do povo. Mas pode-se com segurança afirmar, que se acha estabelecido sólido fundamento para a sua potência e prosperidade...

«A maior restrição que o Brasil tinha, era o mal do monopólio da mãe-pátria: este mal necessariamente cessou com a remoção da corte. Já está muito cortada a importação dos africanos: os outros males também cessarão. Está introduzida a imprensa: alguns erros da antiga economia têm sido advertidos, e outros não sobreviverão por muito tempo.

«O comércio, a agricultura, e a população, estão rapidamente crescendo, e são susceptíveis de quaisquer melhoramentos, que o benévolo soberano, e um ministério sábio, possa introduzir. Todas as coisas aí tendem ao adiantamento do povo; ele é desejado pelo seu governo; e se promove pelo teor das leis, e é favorecido pelo espírito do século.

«Em justiça a sua majestade, El-Rei de Portugal è do Brasil, não devo omitir, que ele tem aberto a sua biblioteca ao público; esta contém sessenta mil volumes⁶.

«Deus na sua GRAÇA preparou aos brasileiros esta feliz mudança: conceda-lhes também ciência, verdadeira piedade; e que possam florescer por todas as gerações, tendo por sua herança uma das mais belas porções do globo.

CAPÍTULO II

Do progresso da indústria literária nos estudos do bem-comum

A crise da geral indústria, paralisada pela catástrofe revolucionária na Europa e América, não tendo cessado, antes agravado, pela transição da guerra à paz, e fatal preponderância, nos Estados mais cultos, do sistema restritivo da legítima correspondência comercial das nações;

⁶ O bibliotecário régio, a quem consultei sobre este facto, afirmou-me, que a livraria de sua majestade já agora está muito mais aumentada.

havendo dirigido a indústria literária a inquirir os eficazes expedientes de remover os obstáculos ao progresso da recíproca riqueza e prosperidade; também fez cultivar os estudos da ciência económica, ainda nas regiões hiperbóreas; e no império da Rússia foram honrados no gabinete imperial.

Já na part. I destes *Estudos* cap. XII, pag.128 fiz menção do *Ukase* de 1807 do actual autocrator das Rússias, que declarou a *importância dos objectos de economia política*. Agora anuncio ao público a excelente obra, dada à luz sob os seus auspícios em S.Petersburgo em 1815, de Mr. Henrique Storch, conselheiro de Estado, e preceptor de suas altezas imperiais, os grã-duques Nicolau e Miguel, com o título de *Curso de Economia Política, ou Exposição dos Princípios que determinam a Prosperidade das Nações*, em 6 vol. 8º.

O autor declara haver feito extractos das obras principais que ali indiquei, e que especialmente se fundara em Smith, a quem deu o título de *Pai da ciência*, venerando-o todavia sem fé implícita, como é de boa razão. A sua erudita composição ora é citada com o respeito que merece nas recentes obras de Mrs. Simonde e Malthus, e no volume XIII, part. II da nova *Enciclopédia de Edimburgo*.

Por isso a recomendo aos leitores que se quiserem avantajarem nos conhecimentos, em que desejo se distingam os que podem influir no progresso da geral indústria do Reino Unido. Tanto mais que tem a particular importância de ser destinada à instrução de seus augustos discípulos, e de haver adoptado, e exposto, com luzida ordem, os fundamentais princípios que tenho estabelecido, e mais cabalmente irei desenvolvendo nas ulteriores doutrinas do plano. Havendo mais essa Estrela do Norte na constelação dos escritores economistas, espero que a sua luz não se apague na zona septiflamma. Que horizonte se abre à humanidade com a protecção destes úteis estudos por tão grande potência!

Os curiosos poderão formar o seu conceito pelas seguintes observações do autor, que, escrevendo na língua francesa, se pôs ao alcance da literatura de todos os países.

•A esperança de facilitar o estudo de economia política na pátria, me determinou à publicação da minha obra. Diferenciando-se a Rússia, em tantas relações, dos outros Estados da Europa, é serviço essencial à economia política o dar novas provas evidentes dos seus *princípios*, e mostrar que eles se verificam aqui como em toda a parte, e tanto nos terrenos virgens dos países setentrionais, como nos da zona temperada.

•Aquela ciência agita algumas vezes questões delicadas. Trairia a confiança pública de que sou honrado, se as apresentasse aos meus ilustres alunos em face diversa da verdade. Quando alguém não é chamado a dizer a sua opinião sobre os grandes interesses da humanidade, pode calar-se sem pejo, nem remorso: mas, quem tomou a seu cargo o

fazê-las saber, e as dissimula, torna-se réu da mais vil traição. É dever de todo escritor o advogar a causa da humanidade. Dobra-se este ofício aos instruidores dos príncipes, cuja opinião influi tão poderosamente na sorte dos povos. Publicando estas lições, tenho sentido a necessidade de grande reserva, pelo respeito aos institutos do meu país, e aos hábitos nacionais. Sendo a edição à custa do imperador, ela é testemunha em favor dos princípios liberais que dirigem o governo da Rússia no esclarecido reino de ALEXANDRE.

O mesmo escritor transcreve a majestosa declaração, que a imperatriz Catarina II fez, propondo iluminadas máximas de administração, nas suas *Instrucções para novo código de leis*. «Isto não agradará aos adulares, que repetem cada dia aos soberanos, que os seus povos nascem para eles: quanto a nós, pensamos, e nos gloriamos, de que nascemos para os nossos povos; e por essa razão nos consideramos obrigados a dizer as coisas como devem ser».

Definindo a economia política a *ciência das leis que regulam a prosperidade das nações*, bem diz, que elas «não são obra dos homens, mas derivam da natureza das coisas; não se estabelecem; acham-se pela observação de factos bem averiguados, e nas consequências exactamente deduzidas». Ainda que reconheça a necessidade de modificação pelas circunstâncias locais, contudo mostra o vazio da impertinente opposição entre a *teoria* e a *prática*. «Que é (diz) a teoria, senão a inteligência das leis que ligam os efeitos às causas? Quem conhece melhor os factos que o teórico, o qual os olha circunspectamente em todas as suas faces e relações? Que é a prática sem teoria senão o emprego dos meios, sem saber-se como e porque operam? A que se reduz senão a empirismo perigoso, rotina de escritório, erudição de almanaque?»

«Vendo-se a flutuação de opiniões, vários não querem admitir alguma: mas este excesso ainda é mais condenável; porque fará cair os homens na *dúvida universal*».

«Apliquei-me a fixar a língua da economia política: isto algumas vezes me forçou a recorrer ao *neologismo*. Não peço perdão aos gramáticos: porque ideias novas exigem palavras novas; e quando os nossos conhecimentos se estendem, é necessário que as nossas línguas se enriqueçam. Há muitos erros (diz Condillac na sua *Arte de Pensar*), que seria impossível destruir, obstinando-se os literatos a falar como toda a gente. O escritor deve formar a própria linguagem com exacção que não tem exemplo no uso».

Tendo pois tão bom guia, continuarei na exposição das doutrinas económicas. Mas, antes de alargar os alicerces de sólido edifício do bem-comum, tendo em especial vista a este Reino, é preciso alimpar a área, obviando as objecções que espíritos erísticos (por não dizer sofisticos) têm feito ao progresso da indústria do Brasil: para depois mostrar, que as leis naturais da prosperidade dos países árticos ainda melhor se applicam às férteis e saudáveis regiões antárticas, contanto

que se guarde a *teoria de Smith, de igual e imparcial protecção do governo a toda a indústria útil*. Direi como o antigo moralista *procurou a verdade com os mestres que a ensinam*.

CAPÍTULO III

Das causas da indústria activa, e regular

Em todos os países, mais ou menos férteis, e saudáveis à existência humana, bem como em todos os graus de civilização, os naturais da terra fazem esforços de espírito e corpo por adquirirem o necessário à vida; mas a sua indústria só começa a ser activa e regular, em proporção que os homens vão desenvolvendo as suas faculdades racionais e sociais, pela superior inteligência, e mais constante observância das leis da ordem civil e física, tendo progressivos conhecimentos das obras da natureza, e das boas e más consequências das suas acções, com previdência do futuro, a consideráveis distâncias de tempo, a fim de antecipadamente se precaverem contra os efeitos da ignorância e malícia dos violentos, e também das estações inclementes, para o resguardo da vida, e dos produtos do trabalho. A sua actividade e regularidade de indústria recresce com a moral certeza da segurança de suas pessoas, e dos frutos de seus respectivos esforços mentais e corpóreos, e da maior esfera de pacífica cooperação de seus semelhantes, e dos honestos e moderados gozos, que resultam da posse e variedade de bens da natureza e arte.

A *necessidade de viver* dá o primeiro estimulante; a *esperança de gozar, e de se distinguir* na estima dos homens, e na influência do bem-comum, vem a ser, no progresso da civilização, cada vez mais forte aguilhão da geral indústria. Então o desejo de gozar não se limita aos meros prazeres dos sentidos (para cada um dos quais o Criador proporcionou objectos privativos), mas se estende com intensa energia aos *gozos intellectuais* da sabedoria, e beneficência. Estes gozos têm a possibilidade de serem de dia em dia maiores, e mais elevados, segundo a extensão e facilidade com que a natureza fornece os seus suprimentos como universal obreira, e consócia da humanidade em suas tarefas, dando para isso maior descanso ao corpo social.

A experiência de todos os séculos e países mostra, que (segundo diz o historiador dos estabelecimentos dos europeus nas duas Índias) *a cultura da fome é tão mesquinha e tísica, como ela mesma*: ao contrário, quando o motivo do trabalho é o adquirir as comodidades, decências, elegâncias, e delícias da vida, e ainda mais, o crescer em inteligência, utilidade, e consideração, aprendendo no teatro do mundo

o como opera a sabedoria divina para benefício da espécie, não se podem assinar os limites às tarefas civis, voluntária, incessante, e energeticamente procuradas por cada indivíduo, cada um na sua esfera, e posto inconfuso.

Então a *necessidade de inteligência*, e de dignidade da vida, se faz ainda mais vivamente sentir que a *necessidade da comida*, e da *satisfação de appetites animais*. Já em outro lugar notei a observação de Smith, que a necessidade do comer se limita pela estreita capacidade do estômago; mas o desejo do gozo do que é agradável, e de ornato da vida, principalmente em vestido, casa, e mobília de toda a sorte, parece não ter definidos marcos; havendo a natureza dado quase inexauríveis materiais de obras. Nem é preciso para os bons feitos do progresso da civilização, que a dita necessidade seja intensamente sentida por todo o corpo dos povos; basta que ela aguilhoe a considerável porção das classes superiores e médias, que influem no geral trabalho, pelo interesse de emprego útil dos seus prédios, e capitais, e prudente inspecção e direcção dos trabalhos com que dão occupação às classes inferiores.

Os povos no estado selvagem e bárbaro não conhecem outras necessidades senão as meramente animais, e muito grosseiras, por falta de variado conhecimento dos préstimos e usos das coisas criadas: e por não terem a necessária inteligência das leis da ordem civil, eles não têm melhores desejos (pois que ninguém apetece aquilo de que não tem ideia) e, em consequência, não fazem esforços mentais e corpóreos para os adquirir; e portanto, satisfeitas as necessidades mais urgentes da vida, têm por soberano bem, não o descanso útil, mas o inerte ócio. Nem aquele mesmo descanso é durável, ou sossegado; por não terem segurança de suas pessoas, nem dos frutos dos próprios trabalhos, aliás adquiridos com incessante fadiga, pena, e perigo, expostos sempre à agressão dos brutos, e dos inimigos. Ainda que habitem o mais fértil país, contudo vivem precariamente com insuficiente e má subsistência; por não saberem como bem removerão as matérias, e pântanos, e tenham vastas sementeiras, e instrumentos competentes a se valerem e aproveitarem das forças da natureza em seu benefício.

Isto porém se pode fazer, e rápida e extensamente se tem feito, por conquista, ou colónia de povos adiantados nas artes e ciências, que sabiam, por bom ensino e exemplo, atraí-los para os *trabalhos necessários*, com tanto que sejam livres, moderados, bem dirigidos, e ajudados por animais e máquinas, que, em fim de conta, são os mais produtivos. Então sendo todos os sentidos assaltados de imensa variedade de objectos novos, e agradáveis, ainda os povos mais rudes aspiram ao gozo dos que podem estar mais ao seu alcance; e em consequência são atraídos, sem força nem injúria, a fazerem os trabalhos necessários para obtê-los.

Isto não é matéria de vã teoria, mas de prática e experiência, ainda entre os habitantes dos mais países selvagens⁷. Então o preguiçoso é desprezado, e privado de muitos bens, que os mais industriosos facilmente adquirem, e não são estultos para os dar aos inertes. Então, no geral, cada indivíduo se resolve a fazer algum trabalho útil, para obter semelhantes gozos por salário, ou troco, e não por furto e dolo, que é resistido, e castigado.

Em *quantidade de trabalho*, e *intenção de actividade*, sem dúvida o selvagem excede ao civilizado; mas a sua indústria não é regular, nem inteligente, e por isso é pouco, ou nada, produtiva, mas violenta, estovada, ou destrutiva: todo o seu tempo é empregado na caça, defesa, e *malina indústria* de insidiosos estratagemas de surpreenderem as feras, e a seus semelhantes. Os principais objectos da sua geral indústria são *destruição e valentia*, e não *produção e elegância*. Ao contrário, as nações civilizadas se distinguem comparativamente em trabalhos regulares de produzir, e ostentar os efeitos de sua superior indústria providente, e conservadora de toda a espécie de bens da vida, tendo (sem perderem a genuína coragem) incomparavelmente mais seguro descanso, e *ócio com dignidade*.

Nos países em que pouco se conhecem, ou são mal observados, os princípios fundamentais da civilização, os que mais falam em *trabalho*, assemelham-se aos feitores de faraó, que dobravam a tarefa aos israelitas, e minguavam-lhes a razão do sustento e descanso, bradando *sois preguiçosos; carregue-se-lhes o serviço*⁸. Eles pretendem duros encargos para os outros, e para si o privilégio de *nada fazerem*, e não darem o equivalente do suor alheio.

Se uma vez vez se convencessem os que governam, e são governados, que o corpo pouco pode pelas próprias forças adquirir os bens da vida, e que o espírito é o que tudo vivifica⁹, impelindo, e dirigindo os braços para os maiores e melhores resultados da indústria, e que por isso a *inteligência*, e não o trabalho, é a causa principal da riqueza e prosperidade das nações, não teriam caído no sofisma das escolas não-causa por causa; e se teria em toda a parte adoptado mais justo sistema da economia política. Daí resultaria, que os homens, ao mesmo tempo teriam mais segura subsistência e confortos da vida, e maior honesto gozo e descanso na sociedade, para o estudo do grande livro da existência, e para admirarem a *Mão Invisível - daquela alta e divina eternidade, que os céus revolve, e rege a gente bumana*¹⁰.

A Inteligência Infinita, que edificou a terra com sabedoria, e viu que tudo o criado era bom, e bem estabelecido em conta, peso, e medida, também proporcionou o descanso ao trabalho, para lhe corresponder o

⁷ Vide *Estudos*, part. I, cap. XII, pag.121.

⁸ Êxodo, Cap. VI.

⁹ Provérbios XX, 27, Joan. VI, 64.

¹⁰ Camões.

melhor resultado. Que seria da sociedade, se todos os homens ostentassem desordenada indústria, e irregular actividade? Quantos trabalhos forçados, duros, desnecessários, e mortíferos se fazem, com ignomínia e opressão da humanidade, e em pura perda das nações, e até dos mesmos opressores, ou maus directores?

CAPÍTULO IV

Das causas do adiantamento da indústria

Ainda que nenhuma nação formada possa subsistir sem considerável grau de indústria activa e regular, contudo os Estados muito se diferenciam nos relativos graus dessa mesma indústria, ainda em igual extensão de território, tendo umas mais rápido e durável adiantamento, e permanecendo outras em atraso, ou muito lento progresso, sem notável melhora, à proporção que na economia nacional operam, mais ou menos simultânea e intensamente, certas causas físicas e morais.

Os economistas têm indicado várias: umas se deduzem das outras, ou se coadjuvam: talvez ainda não se tem feito completa enumeração. Parece ser a mais comprehensiva a seguinte.

1ª Governo sábio¹¹ e poderoso, de boas leis fundamentais, políticas e civis, que não só dê plena segurança às pessoas e propriedades, com certeza e estabilidade na sua execução; mas que também organize uma força pública, adequada à imparcial administração da justiça, efectiva resistência aos inimigos internos e externos, e judiciosa direcção, e protecção dos trabalhos úteis; ordenando os estabelecimentos e obras, à custa das contribuições públicas, que não podem ser do alcance, e interesse particular fazer.

2ª Divisão das terras, proporcionada, mas não excessiva, sem obstáculo à aquisição por todas as classes, com o menor possível número de que se dizem *bens vinculados, baldios, e de mão-morta*, quanto seja compatível com a constituição do Estado.

3ª Fertilidade do país, e benignidade do clima.

4ª Situação vantajosa para as comunicações interiores, e exteriores.

5ª Acumulação de fundos, fixos, e circulantes.

6ª Demanda de variados produtos da natureza e arte, e extensão do mercado.

7ª Franqueza da indústria, e correspondência nacional e estrangeira, quanto seja conciliável com a moral, segurança, saúde, e renda pública.

¹¹ *Sapiens gubernacula possidebit* [O sábio possuirá o governo], Salom. Provérbios.

8ª Aliança e amizade com as nações mais adiantadas em civilização, e riqueza.

9ª Educação geral para o ensino dos sólidos princípios religiosos, políticos e literários.

10ª Imunidade de escravidão civil, doméstica, e de gleba.

11ª Paz durável.

12ª Fortuna das nações.

Estas causas, na ordem natural das coisas, dão progressiva, rápida, e indefinida indústria, inteligência, riqueza, virtude, e prosperidade às nações: e (o que ainda mais notável é) constituem a nação onde mais predominam, se tem grandeza física territorial e marítima, em poderosa ascendência e influência no progresso da sociedade civil. Cada uma das mesmas causas, sendo solitária, é pouco produtiva de tais efeitos; porém a sua acção conspirante é da maior energia para o bem-comum. Como tem havido discrepância de opiniões sobre a eficácia delas, separada, ou conjuntamente obrando; e o actual estado da civilização, até das nações mais conspícuas no teatro político, ainda está muito remoto do que em boa razão é dado esperar, e por isso ainda se não tenham visto perfeitamente reunidas em país algum as mesmas causas; exigindo por isso qualquer delas especial discussão, o que só oportunamente se pode fazer no decurso destes *Estudos*; aqui por ora farei a seguinte breve análise.

CAPÍTULO V

Análise das causas antecedentes

Governo sábio, e não a forma do governo, ou a constituição do estado¹², em que se reúnem, ou distribuem, os direitos e deveres da soberania, é que decide da segurança das pessoas e propriedades, base da sociedade civil, e a que dá interesse ao trabalho enérgico, e à indústria progressiva. A História mostra, que em todas as constituições tem havido erros e abusos. A constituição monárquica, estabelecida em leis fundamentais, e código nacional das melhores leis do bem-comum (o que só pode ser feito da religião e luzes nacionais) é a que dá a maior esfera e faculdade de fazer prosperar a nação. As artes, ciências, e virtudes, têm mais florescido no governo de monarcas sábios. Até a Grécia mais se ilustrou no regime de Pisítrato, que abateu a presumida e turbulenta républica de Atenas. Nas mais poderosas monarquias da Europa, como bem mostra *Hume*, nos seus *Ensaíos Políticos e Económi-*

¹² Não é por boa ou má constituição, que os homens são bons, ou maus, industriosos, ou inertes, ricos, ou pobres. Se assim fosse, os reinos da cristandade seriam corpos políticos só compostos de justos, sábios, e opulentos; pois que todos devem viver guardando o *Decálogo*, o qual, por assim dizer, é a *constituição das constituições*.

cos¹³ é que mais se tem visto realizar o voto comum de se regerem os povos pelo *império das leis*, e não pela *vontade dos homens*. Por isso a mesma Europa tem merecido o título de *mestra da civilização*.

A *boa legislação* que é obra da sabedoria, muito pode; mas o que pode tudo, é a *boa administração*, quando não deixa a *lei viva* converter-se em *letra morta*, ou de *variável execução*; o que tira a estabilidade dos institutos, e a confiança pública, que só pode dar carácter e espirito à nação e animar constantemente as empresas industriais.

O critério da boa legislação e administração é o efectivo direito de todo o indivíduo ao gradual acesso a todos os empregos do Estado, segundo o seu real e proporcionado mérito. Isto não menos exalta a indústria que a honra, virtude, e sabedoria do país.

A *divisão das terras* é a maior garantia da propriedade de todas as sortes. Ninguém pode ter segurança dos frutos de seus trabalhos, sem que as terras de uma nação estejam no domínio particular, como se mostra pela experiência de todos os povos cultos. A comunidade de bens nunca existiu senão no estado selvagem, onde os homens, arrogando uma liberdade ferina de fazerem tudo o que querem, e de correrem todos os territórios, por isso mesmo *nada têm e sabem*, e nem ainda por um momento estão seguros da própria cabeça. Nenhuma pessoa pode dizer *é meu este fruto, animal, ou móvel*, que adquiri pela minha indústria, e mão, se nem é senhor do terreno respectivo, e outra pessoa mais forte o pode espoliar de tais coisas, a pretexto de que a terra, donde tudo vem, é comum dom da natureza.

Tem-se, em contrário, citado o exemplo dos lacedemónios, cujo Estado durou por séculos sem divisão de terras, sendo, não obstante isso, muito populoso, guerreiro, e celebrado por heróico patriotismo. Mas também consta ter sido pobre, e violento; e haver estabelecido a horrída polícia de reduzir a cruel cativo a metade da nação, e ter com isso ocasionado revoluções, e guerras frequentes. De tal povo apenas resta a memória de vagos ditos *lacónicos*, e de grosseiros, e até imorais institutos, que nenhum governo cordato jamais adoptou. Para desonra do século passado, só se fez tentativa de introduzir tal polícia num país insubordinado, antes tão distinto na carreira da civilização.

O soberano naturalmente é, e deve ser, a exemplo do primitivo governo patriarcal, o *principal proprietário* do país; para ter não menos os meios, que interesse, de dar a maior possível segurança às pessoas e propriedades de seus vassallos.

Não é possível, que haja ou dure, *igual divisão das terras*; visto que tanto diferem em qualidades, e circunstâncias. Sem dúvida nas nações actuais, a conquista e a violência têm sido causas de enorme desigualdade na divisão das terras; todavia ora não convém que esta se altere, estando as posses defendidas com o *direito de prescrição*. Na hipótese

¹³ Tom. I, Ensaio III e XII, XIV.

do estabelecimento de um império fundado na descoberta, e ocupação de um país deserto, ainda que ao princípio se fizesse a divisão das terras com toda a equidade pelos primeiros fundadores, decorrido certo período de tempo, não havendo obstáculo ao traspasso, e às subdivisões das propriedades territoriais, pelos legítimos títulos de venda, doação, arrematação, herança, casamento, legado; crescendo a população, mas não crescendo as terras, necessariamente se introduz a desigualdade da divisão, e a maior parte do povo não pode ter propriedade territorial, cumprindo viver só do proveito de seus fundos, e do salário dos seus trabalhos. Então a sociedade civil em cada nação é composta de *três ordens, proprietários, capitalistas, e salarizados*.

A desigualdade da divisão das terras, não sendo desmarcada, é favorável à indústria do povo, e à geral segurança. Sem entrar aqui na questão das relativas vantagens da *grande e pequena cultura*, sobre que os economistas têm muito contravertido (o que se discutirá na parte IV destes *Estudos*), só observarei com a autoridade do celebrado político Burke nas suas admiráveis *Reflexões contra a Revolução da França*, que são convenientes (em racionáveis limites) as vastas propriedades dos grandes senhores de qualquer estado, que formam o corpo da nobreza, e que elegantemente diz ser o *capitel corintio da sociedade polida*; por servirem de antemurais e baluartes de todas as propriedades inferiores; pois que sendo eles fortes pilares do Estado, podem, pela sua influência aristocrática, dar-lhes efectiva defesa contra a rapacidade particular, e ainda mais contra as tentativas injustas dos que, prevalecendo-se de circunstâncias, queiram fazer comoções, ou abusos do poder.

Mas, assim como a divisão do trabalho é perniciosa, sendo desmedida (o que se mostrou na parte III, secc. I, cap. XII) também não é menos prejudicial a *excessiva divisão das terras*, que degenera em *partilha de glebas*, conforme se domina na legislação pátria: porque constituiria a população *proletária*¹⁴, e por extremo miserável; e extinguiria inumeráveis sortes de indústrias úteis, que só se podem exercer nas vilas e cidades, em benefício não menos da gente do campo, em justas proporções, e para maior rédito nacional, e progressiva indústria de todas as classes.

A *fertilidade do país* é dote da Divindade para os seus naturais, com menor pena, e mais fruto do trabalho, crescerem e prosperarem, reconhecendo e adorando a Mão Invisível, que assim se lhes liberaliza com graça especial. Este dote é não menos inexaurível, que impossível de inteiramente se espoliar ainda pelos mais atrozes invasores. Testemunha a Índia, Pérsia, e Mesopotâmia, na Ásia; a Itália, Espanha, e Bélgica, na Europa, que parecem doadas de imortal, tendo sempre res-

¹⁴Proletário é o epíteto que os romanos davam aos indivíduos das ínfimas classes, que pareciam só ter nascido para comer legumes, e fazer filhos, sem cuidarem no futuro, nem poderem manter a sua *prole*.

surgido, mais ou menos, em indústria, e riqueza, não obstante haverem sofrido muitas desordens intestinas, e invasões de conquistadores. A benignidade do clima é a solidária fiadora destes bens, por constantemente reproduzir a população nacional, e atrair a estrangeira, e constituir menos sujeita a vida e riqueza às destruições frequentes dos países mal sadios, e expostos a epidemias, furacões e terramotos.

A *situação vantajosa* dos Estados é de suma importância para a sua progressiva indústria e opulência; por facilitar os mercados e transportes; os quais muito se dificultam, e até se impossibilitam, pela má situação. Por isso os países mediterrâneos, muito remotos das costas marítimas, e de bons portos, não cortados por vários rios navegáveis, e cheios de pântanos, montes, e precipícios, são quase como se estivessem na lua, maiormente sendo cercados de povos bárbaros e belicosos: por mais férteis e sadios que sejam, são perdidos para a humanidade, e como arrancados do mapa do mundo. Essa é causa por que o interior da Tartária e Etiópia se tem perpetuado em imemorial barbarismo. Faltando-lhe a comutação dos géneros, e comunicação com as gentes, não recebendo ajuda e luz das mãos e cabeças dos avantajados em civilização, é-lhes impossível sair de seu irracional estado. Ainda não havendo obstáculos dos homens, os óbices físicos opostos pela mesma natureza retêm as tribos errantes, ou nações incultas, em seus matos. O que se produz numa parte, não se pode gozar na outra; porque o *transporte absorve o valor dos efeitos*. Por isso nos estados cultos as estradas e canais são das mais úteis benfeitorias, para diminuir as desvantagens da situação dos países e multiplicar as linhas de comunicação.

A *acumulação dos fundos*, é a *caixa de reserva* para se facilitarem e estenderem os futuros trabalhos necessários. Ela é naturalmente maior nos países em que a natureza, pela fertilidade das terras, e benignidade do clima, melhor dá, e conserva, os frutos dos trabalhos anteriores. Na parte III, secc. I, cap. X, se mostrou, que a acumulação dos fundos é necessariamente prévia à considerável divisão do trabalho, de que vem a universal opulência, como também se mostrou no cap. VII daquela secção. A indústria de qualquer país consequentemente é na proporção da acumulação dos seus fundos (principalmente dos que se dizem constituir a *demandada do trabalho*) e não pode jamais exceder esta proporção.

Por mais fértil que seja um país, e os seus habitantes se distingam por laboriosos; e ainda que possam receber instrução sobre os melhores métodos ou objectos de trabalho produtivo, pouco valem a indústria do povo, e a inteligência dos estranhos, se não tem acumulados fundos proporcionados aos seus projectos industriais. Estes fundos se entendem ser *artigos de subsistência, materiais de obra, instrumentos de trabalho*, ou metais preciosos, com que se compreendem os estrangeiros tais fundos, na quantidade precisa. Porém a definida ou injudiciosa acumulação de fundos pela contínua conversão do rédito em capital, por errônea parcimónia, ou de periódica reprodução anual des-

proporcionada à sua *demanda efectiva* dentro e fora do país, cessa de ser útil, mas antes prejudicial à progressiva indústria, como adiante se verá tratando-se do *capital*.

A *demanda dos produtos*, é não menos essencial a se fazerem os trabalhos necessários às empresas económicas de qualquer espécie; visto que ninguém faz trabalho penoso, sem que primeiro sinta a carência de seu suprimento (real ou de fantasia), ou se lhe faça oferta de salário, ou troco de equivalente produto, isto é, que, ao menos, iguale e pague o *custo da produção*: no 1º caso, a demanda é feita pelo industrioso a si próprio; no 2º caso, é feita pelos estranhos. Consequentemente, onde não se sentem *necessidades reais ou factícias*, não havendo por isso demanda dos respectivos produtos da terra e indústria, não pode haver existência dos trabalhos requeridos para se colherem, transportarem, e se distribuírem no mercado.

A *extensão do mercado* é o outro requisito indispensável à progressiva e enérgica indústria; tanto pela mesma razão de pressupor maior demanda dos produtos em mais vasta esfera: como porque muito contribui à melhor divisão do trabalho, como se mostrou na parte III, secc. I, cap. IX. Assim se tem mais certo não só o reembolso do *custo da produção*, mas também melhor se assegura consumo e lucro vantajoso, e até extraordinário em frequentes favoráveis ocorrências da alta demanda dos produtos. Por isso a história mostra os progressos da indústria e riqueza de várias nações antigas e modernas, ainda de territórios estreitos, e, comparativamente, de menores e menos variadas produções naturais e artificiais, que prodigiosamente avançaram em opulência e potência, só pela extensão do mercado, que procuraram em vastos países. Tais proeminentemente foram os tírios antigamente, e os holandeses nos modernos tempos. Os tírios resistiram a Alexandre por muitos anos depois de subjugar toda Ásia marítima do mediterrâneo; e os holandeses abateram a soberba de Filipe II que se jactava de se não pôr jamais o sol nos seus estados.

A *franqueza da honesta indústria e correspondência, nacional e estrangeira*, ocasiona o mais extenso útil emprego dos povos, a melhor possível divisão do trabalho, e a mais pronta e justa distribuição dos bens da vida nos mais oportunos mercados. Ela tende a exterminar da sociedade a força e injúria na escolha das ocupações, e nos trespassos das sociedades, substituindo convenção à força; boa fé à perfídia; habilidade à inércia; interesse regular ao egoísmo arrogante; emulação de excelência ao malefício do monopólio, nos artigos de uso comum. Se esta liberal polícia se adoptasse com firmeza, todos os indivíduos só em seus tratos se regeriam pela *lei da concorrência*, que como a *lei da estática* na física, proporciona, com mais exacto ou aproximado equilíbrio, e *suprimento à demanda*, no ordinário curso das coisas. Então, conforme se expressa Smith, seria lícito a cada industrioso e especulador pôr o seu engenho, braço, e capital em competência com qualquer

pessoa, e ordem de pessoas. Por desgraça da humanidade, em nenhum Estado se tem ainda adoptado essa economia nacional, e ainda ora se contesta a sua conveniência; o que se discutirá na parte X.

A *aliança e amizade com as nações mais adiantadas em civilização e riqueza* produzem o necessário efeito de se porem em mais íntimo contacto os povos rudes com os industriosos; aprenderem com facilidade as suas artes e os melhores métodos de trabalhos; adquirirem os socorros de seus capitais exuberantes. O que a estas custou séculos de invenções e experiências, em pouco tempo se ensina, e executa, onde há liberal comunicação. O homem é animal imitativo e pantomínico: e lhe é fácil fazer o que vê: a força do exemplo expele os prejuízos locais, e inspira adoptar o que se mostra ser melhor. Duas coisas principalmente nos movem, dizia o celebrado cônsul de Roma *a semelhança e o exemplo*¹⁵.

A *educação geral* dos sólidos princípios religiosos, políticos, e literários é hoje de tão reconhecida necessidade, que é inútil insistir neste ponto. Em todos os Estados cultos se está adoptando para esse efeito o intitulado *método lancasteriano* de *ensino mútuo*, para facilitar do modo mais barato a educação do povo, para ao menos aprender em breve tempo as que se dizem as *primeiras letras*, a fim de saber ler, escrever, e contar. O nosso soberano também já no princípio deste ano deu providência a este respeito em decreto anunciado na Gazeta da Corte. É notado por Alexandre Laborde, economista da França na sua recente obra sobre a história do *Ensino Mútuo*, que o económico expediente de se começar por *escrever na areia* é de imemorial uso na Índia, e foi praticado pelo nosso Salvador no templo de Jerusalém. Só os maquiavelistas se lastimam do projecto da geral educação do povo, dizendo que faz as classes inferiores descontentes de seu estado, e arrogantes juizes dos actos de seus superiores: assim dizem, porque amam as trevas mais que as luzes, por isso que as suas obras são más.

CAPÍTULO VI A

Continuação da análise

A *imunidade de escravidão* é uma das mais poderosas causas de adiantamento da indústria. Não se trata aqui do direito, mas do interesse. Os soberanos dos mais cultos Estados da Europa já há séculos reconheceram ser do próprio interesse, bem entendido, não menos que do bem-comum dos povos, a abolição do cativo doméstico, e ainda da *servidão da gleba*, com que se forçava aos paisanos morar nas terras

¹⁵ *Duo illa maxime nos movent: similitudo et exemplum* [Movem-nos, sobretudo, estas duas coisas: a semelhança e o exemplo], Cícero.

dos grandes senhores, para o serviço de suas pessoas, e herdades¹⁶. Os reinos em que plenamente se adoptou o justo sistema, são distintos por superior indústria, e consequente riqueza e civilização, a respeito dos que ainda conservam restos do antigo barbarismo, e governo feudal. Os efeitos justificam a causa: só a cegueira a desconhece. Os pios têm atribuído a melhora ao influxo do cristianismo. Por fatalidade, o que pareceu conveniente no mundo antigo, se julgou impraticável no mundo novo; e ainda hoje pelas más autoridades de economistas interesseiros¹⁷, que só olham ao presente, sem cura da posteridade, se crê por muita gente, aliás judiciosa, que *sem escravos não há colónias*¹⁸.

Não se tem olhado os *sinais dos tempos*, e nem ainda atendido ao *grande facto*, que está à vista da Terra, do quadro comparativo da América Meridional com a Setentrional, onde prepondera a população livre, e que por isso já tanto sobressai na indústria de todas as sortes. Não insisto neste melindroso assunto, que entra na província da política: só protesto contra o apregoadado absurdo, que no Brasil o sistema do cativo é *mal necessário*.

A *paz durável* anima todas as empresas da indústria, pela moral certeza de que a nação é respeitada por sua força terrestre e marítima, valor heróico, e sistema conciliador de amizade de todos os povos. Os reinados dos soberanos pacíficos foram sempre os mais florentes, e protectores das que se dizem *artes da paz*. Ainda os Estados guerreiros e vitoriosos mais solidamente se enriqueceram e apotentaram tendo longo período de sossego nacional, do que com as mais felizes guerras, e extensas conquistas. Enquanto porém o sol da inteligência não ilumina mais a um e outro hemisfério, e os maiores soberanos não adoptarem o projecto que o imperador Augusto propôs no fim da sua vida ao Senado romano de *conter os limites do império*; calculando-se com as paixões dos homens, cumpre guardar a regra política *se queres a paz prepara a guerra*. Esta providente preparação serve a manter e aperfeiçoar muitas espécies de indústria ligadas à ciência militar e naval, para a defesa não menos que para a riqueza das nações.

A *fortuna dos Estados* produz rápidos adiantamentos da indústria nacional, e até estende a sua influência a toda a sociedade, contanto que não haja abuso. Esta fortuna se manifesta, quando a providência faz nascer em algum país soberanos de alto entendimento: gênios extraordinários nas ciências; inventores egrégios das artes úteis, principalmente das máquinas, que mais diminuem os trabalhos, e aumentam os cómodos da vida. Muitos exemplos se podem citar da história: aqui só indicarei os seguintes que tocam ao Reino Unido.

¹⁶ *Ordenação do Reino* Liv. 4, Tit. 18 e 42.

¹⁷ Page, Venant, Pradt, Bryant.

¹⁸ Gibbon na sua história da decadência do império romano refere, que, dando-se ao imperador Justiniano o conselho de introduzir nas legiões os bárbaros da Etiópia, disse resolutamente, *que não mancharia o sistema da civilização europeia*.

A *fortuna de Portugal* brilhou, quando sucedeu na coroa El-Rei D. Manuel, a que se deu o título de FELIZ, colhendo os frutos dos trabalhos do Infante D. Henrique, e dos seus estudos da cosmografia, que ocasionaram os descobrimentos da Índia e do Brasil, e com eles o esplendor da indústria náutica e mercantil da nação portuguesa, que abriu a estrada do Atlântico, e foi depois causa de que a navegação, comércio, e manufacturas da Europa e América tomassem os adiantamentos que hoje se observam. Assim o espírito dos tempos fosse de mais luzes, para o que o êxito correspondesse ao destino!

A *fortuna do Brasil* começou a manifestar-se desde que o nosso Augusto Soberano se animou a vir fundar a primeira corte da América. Dando logo liberdade à indústria, antes paralysada pelo sistema colonial; com sabedoria política quebrou a ignominiosa cadeia, com que os diplomatas do século passado haviam ligado as mãos aos soberanos no tratado de *Utrecht*, forçando-os ao iliberal sistema de recíproca repulsa do directo comércio das colónias da América; não se advertindo então, que a mútua garantia daria plena segurança, a seus domínios ultramarinos. Por má fortuna de alguns países, ainda estadistas presentes não reconhecem a necessidade de melhor regime, sem verem que na órbita política essencialmente variaram as relações dos Estados. Mas o imperial exemplo da coroa fidelíssima não será perdido para a humanidade.

Concluirei com as seguintes observações do acima citado Burke:

«Em todas as teorias sobre homens e negócios humanos, é de não leve momento distinguir as causas *permanentes das acidentais*, e dos efeitos que não podem ser alterados. Não sigo a opinião dos escritores, que têm por certo, que necessariamente, e pela constituição das coisas, todos os Estados, bem como os indivíduos, têm o mesmo período de infância, adolescência e velhice. Os indivíduos são entes físicos, sujeitos às leis universais e invariáveis; porém os Estados são *entes morais*, que, na sua próxima eficiente causa vêm a ser as arbitrarias produções do espírito humano. Não estamos ainda instruídos das leis que necessariamente influem nesta espécie de obra, feita por esta qualidade de agente. Duvido se a história do género humano já é assaz completa para dar fundamentos para uma teoria segura sobre as causas internas que fixam a *fortuna dos estados*.

CAPÍTULO VI B

Doutrina de Smith sobre as causas da prosperidade das colónias

A colónia de uma nação civilizada, que se apossa de um vasto país deserto, ou tão pouco habitado, que os nacionais facilmente dão lugar aos que de novo se vêm aí estabelecer, adianta-se mais rapidamente para a riqueza e grandeza, do que qualquer outra sociedade humana.

Os que vão estabelecer a colônia, levam consigo conhecimentos de agricultura, e das artes úteis, superiores aos que nas nações selvagens de si mesmo nasceriam no curso de muitos séculos. Também levam consigo o hábito de subordinação, e algumas ideias de governo regular existente no próprio país; do sistema das leis que o sustenta; e de regular administração da justiça; e naturalmente admitem alguma coisa do mesmo género no novo estabelecimento. Nas nações selvagens e bárbaras, o natural progresso de lei e governo é ainda mais lento que o natural progresso das artes, depois de bem se estabelecer lei, e governo, tão necessário à sua protecção. Todo o colonista ocupa mais terra do que pode cultivar; não tem que pagar renda ao senhorio da terra, e quase nenhuma contribuição pública. Ele assim tem todos os motivos de fazer que o produto da sua lavoura seja o maior que lhe é possível; pois quase todo vem a pertencer-lhe. Mas a sua terra é de ordinário tão extensa, que, por maior que seja a sua indústria, e das pessoas a quem pode empregar, raras vezes pode obter a décima parte da colheita que é capaz de produzir. Portanto esforça-se em adquirir trabalhadores de todas as partes, e pagar-lhes salários liberais. Porém altos salários, com a fertilidade e barateza das terras, logo fazem que tais trabalhadores o deixem, e que vão remunerar também com igual liberalidade a outros jornaleiros, que pela mesma razão, logo deixam a seu amo, como este deixou o primeiro. Ora a liberal paga do trabalho anima os casamentos. Os filhos na infância são bem sustentados e tratados, em modo que, chegando à maior idade, o valor do seu trabalho muito bem paga o valor da sua manutenção. Adquirindo plena robustez, o alto preço do trabalho, e o baixo preço da terra, os habilita a se estabelecerem da mesma maneira que seus pais.

Em outros países, a renda da terra que se deve pagar ao senhorio, e o proveito exigido pelo capitalista, que adianta o fundo, absorve o valor dos salários, e estas ordens superiores oprimem a ordem inferior dos trabalhadores. Porém em novas colônias, o interesse daquelas duas ordens superiores as obriga a tratar a esta inferior com mais generosidade e humanidade; ao menos onde tal ordem inferior não se acha em estado de escravidão. Terras desertas de muita natural fertilidade se podem ter quase de graça. O aumento do rédito, que o seu senhorio (que ao mesmo tempo é lavrador) sempre espera de sua cultura, constitui o seu proveito privativo, o qual nestas circunstâncias, é comumente muito grande. Mas ele não pode fazer tal proveito sem empregar o trabalho dos outros homens em rotar e cultivar a terra; e sendo difícil achá-los, não disputa salários, e está pronto a empregar jornaleiros por todo o preço. Os altos salários animam a população. Ora tudo que anima a população e agricultura, anima a real grandeza e riqueza de qualquer país.

Por esta causa o progresso de muitas das antigas colônias gregas para a riqueza e grandeza foi muito rápido. No curso de um ou dois

séculos, muitas delas pareceram rivalizar, e ainda exceder, as respectivas metrópoles. Consta da história, que as cidades de Siracusa e Agrigento na Sicília, de Tarento e Locros na Itália, de Éfeso e Mileto na Ásia Menor, foram, pelo menos iguais a qualquer das antigas cidades da Grécia. Todas as artes e ciências mais eminentes foram logo aí cultivadas e aperfeiçoadas tão altamente como nas mesmas metrópoles.

CAPÍTULO VII

Continuação da doutrina de Smith sobre a influência da América no aumento da indústria da Europa

As gerais vantagens que a Europa tirou da descoberta e colonização da América, consistem; 1º no *aumento dos seus gozos*, e 2º no *aumento de sua indústria*.

Os produtos da América importados à Europa forneceram os habitantes deste grande Continente muita variedade de mercadorias, que não possuíam, e que contribuíram para a sua utilidade e delícia, e portanto aumentaram os seus cómodos e gozos.

Também contribuíram para o *aumento da indústria*; 1º dos países que directamente comerciavam com a América, como Espanha, Portugal, França, e Inglaterra; e 2º dos que, sem comerciarem com ela directamente, remetem, por meio das metrópoles, para as respectivas colónias os produtos de seus territórios. Todos esses países evidentemente ganharam mais extenso mercado para os próprios produtos de sua terra e indústria, e consequentemente animaram o aumento da respectiva quantidade.

Mas não parece tão evidente que estes grandes sucessos também contribuíssem a animar a indústria dos países tais como Hungria e Polónia, que talvez não remeteram jamais uma só mercadoria dos produtos de sua terra e indústria à América. Contudo não se pode duvidar que aqueles sucessos produzissem esse efeito: pois alguma parte dos produtos da América, por exemplo, açúcar, chocolate, tabaco, *estando em demanda* na Hungria e Polónia, sendo para aqui importada e consumida, de certo é comprada, seja imediatamente com alguma porção dos produtos da indústria dos mesmos países, ou com alguma coisa que foi comprada com essa porção. Em consequência, as mercadorias da América vieram a ser novos valores, e novos equivalentes, introduzidos na Hungria e Polónia, que se trocaram pelo produto supérfluo de tais regiões. Sendo aquelas mercadorias do Novo Mundo trazidas a tais lugares, vem a criar neles um novo e mais extenso mercado ao seu produto supérfluo, com que se pagam os géneros referidos, e que aliás sem isso não existiria. Esta circunstância levanta o valor desse mesmo

produto, e em consequência contribui a animar o seu aumento. Ainda que nenhuma parte do dito supérfluo se exporte à América, contudo, como ela se pode exportar a outros países, que também compram com uma parte do supérfluo respectivo as mercadorias da mesma América, pode assim achar mercado por meio da circulação do comércio, que foi posto em movimento pela exportação das mercadorias deste continente.

Aqueles grandes sucessos contribuíram a *aumentar os gozos*, e a *indústria* até dos países que nunca remetam à América, nem dela recebem, mercadorias algumas. Pois tais países puderam receber maior abundância de outras mercadorias dos países com quem têm relações mercantis, e cujo produto supérfluo se aumentou em consequência do seu comércio com a América. Como esta maior abundância fez aumentar os seus gozos, também deveria aumentar a sua indústria; visto que maior número de equivalentes, de qualquer sorte que sejam, se lhes havia de apresentar, para se trocarem pelo supérfluo produto dessa indústria. Como se criou mais extenso mercado para tal produto, o seu valor necessariamente cresceu, e em consequência se aumentou a produção respectiva. A massa de mercadorias que anualmente se lançou no círculo do comércio europeu, e que, pelas suas várias circulações, se distribuiu em todas as diferentes nações que nele existem, se devia também aumentar pela soma total das exportações dos produtos da América.

O comércio exclusivo das metrópoles tendeu a diminuir, ou pelo menos, a reter muito mais abaixo do que naturalmente seria, os gozos e as indústrias de todas as nações em geral, e das colónias da América em particular. Esse monopólio veio a ser um *peso morto* sobre a elasticidade de *uma das grandes molas*, que põe em movimento grande parte dos negócios do género humano (isto é, o *desejo de gozar*, e *melhorar de condição*) pois, fazendo os produtos das colónias mais caros em todos os outros países, diminuiu o seu consumo, e portanto pôs grilhões à indústria das colónias, e obstou aos gozos e às indústrias de todos os outros países; visto que estes vêm a gozar menos, quando pagam mais caro os artigos dos seus gozos; e também produzem menos, quando ganham menos na venda dos respectivos produtos. Fazendo assim mais caros nas colónias os produtos de todos esses países, agrilhoa da mesma maneira a indústria dos mesmos países, e obsta aos gozos e às indústrias das colónias. É um grilhão que, pelo suposto benefício das metrópoles, embaraça os prazeres, e restringe a indústria de todos os países, e das colónias mais do que qualquer outro; pois não só exclui todos os outros países de um particular mercado, mas também limita, quanto é possível, as colónias ao mercado particular de suas metrópoles. Ora é muito grande a diferença entre ser excluído de um particular mercado, quando todos os outros são abertos, e ser restringido a um particular mercado, quando todos os outros estão fechados.

CAPÍTULO VIII

Doutrina de Smith sobre o Brasil, e mais colónias da Europa na América

Depois do estabelecimento dos espanhóis no continente da América, o dos portugueses no Brasil é o mais antigo. Mas foi por muito tempo assaz abandonado; porque, por muito tempo depois da descoberta, não se tinham aí achado minas de ouro e prata; e, não obstante esse estado de abandono, ele cresceu, e se constituiu grande e poderosa colónia. Quando Portugal caiu na dominação da Espanha, o Brasil foi invadido pelos holandeses, que se apossaram de sete das catorze províncias em que estava dividido. Eles esperavam conquistar as outras, quando Portugal restaurou a sua independência, pela elevação da Casa de Bragança ao trono. Então os holandeses, como inimigos dos espanhóis, vieram a ser amigos dos portugueses; e portanto concordaram em deixar a parte do Brasil, que ainda não haviam conquistado, ao rei de Portugal, que, da sua parte, conveio em deixar aos holandeses a outra parte já conquistada, como causa que não valia a pena de se disputar a tão bons aliados. Mas o governo holandês começou logo a oprimir os colonistas portugueses, que, em lugar de perderem o seu tempo com queixas, tomaram armas contra os intrusos senhores; e, por sua resolução e valor, e sem algum socorro da metrópole, expulsaram os holandeses do Brasil.

No fim do XV, e na maior parte do século XVI, Espanha e Portugal eram as duas grandes potências navais no oceano. Os espanhóis, em virtude das suas primeiras descobertas, reclamavam toda a América como própria; e ainda que não puderam obstar à tão grande potência naval, como era a dos portugueses, o se estabeleceram estes no Brasil, contudo era tal a esse tempo o terror do seu nome, que as mais nações da Europa temeram estabelecerem-se em alguma parte daquele continente. Mas a diminuição do poder naval de Espanha, pela derrota da sua chamada *Armada Invencível*, impossibilitou o seu governo o obstar ali aos estabelecimentos das outras nações.

Os dinamarqueses apenas se estabeleceram em as pequenas ilhas de S. Tomé e Santa Cruz do novo mundo. Estes pequenos estabelecimentos foram também logo postos debaixo de governo de uma companhia exclusiva, que tinha só o direito de comprar o produto da colónia, e de suprir os seus habitantes do produto que precisassem dos outros países; ela por tanto nas compras e vendas, tinha não só o poder de oprimi-los, mas também a tentação de o fazer. O governo de uma companhia exclusiva de comerciantes é talvez o pior de todos os governos para qualquer país. Todavia não pode de todo obstar ao progresso daquelas colónias, ainda que este foi mais lento e lânguido. O último rei da Dinamarca dissolveu esta companhia, e daí em diante foi muito grande a prosperidade daquelas colónias.

Os estabelecimentos dos holandeses nas Índias Ocidentais e Orientais foram, desde o princípio, postos sob o governo de companhia exclusiva. Em consequência, o progresso de algumas delas, ainda que foi considerável, contudo em comparação com o de quase todas as dos outros países já povoados e estabelecidos, foi lento e lânguido.

*A extensão e barateza de boas terras é tão poderosa causa de prosperidade, que ainda o pior de todos os governos não é de todo capaz de inteiramente reter a eficácia de sua operação. Também a grande distância em que estão da metrópole, dá oportunidade aos habitantes das colônias de iludirem, mais ou menos, pelo contrabando o monopólio da companhia exclusiva. As ilhas de Curaçao, e S. Eustácio, que são as principais ilhas dos holandeses na América, foram declaradas *portos francos*, e abertos aos navios de todas as nações; e *esta liberdade* no meio das melhores colônias cujos portos são abertos unicamente à sua metrópole, *tem sido a grande causa da prosperidade dessas duas ilhas, aliás estêreis.**

A abundância de boa terra, e a liberdade dos habitantes em manejar os seus próprios negócios na via que julgam mais convir-lhes, parecem ter sido as grandes causas da prosperidade de todas as novas colônias.

Em abundância de boa terra, ainda que as colônias inglesas em norte da América sejam assaz providas, são contudo nisso inferiores às dos espanhóis e portugueses, e não superiores às das outras nações. Mas as instituições políticas das colônias inglesas têm sido mais favoráveis à cultura e benfeitorias das suas terras, do que as de quaisquer outras nações, por dois motivos: ¹ o abarcamento de terras incultas, ainda que de todo não se preveniu, foi contudo ali sempre mais restrito. A lei da colônia, que impõe sobre todo o proprietário a obrigação de rotear e cultivar, dentro de limitado tempo, certa extensão de suas terras, e no caso de se não verificar isso, declara as mesmas terras vagas, e em estado de se concederem a outra pessoa, ainda que não tenha sido rigorosamente executada, tem contudo tido algum efeito: ² na Pensilvânia não há o direito de morgados; e as terras, bem como os móveis, se dividem igualmente entre todos os filhos da mesma família.

A liberdade de Inglaterra a respeito do comércio de suas colônias principalmente se limitou ao mercado do rude produto destas. Os comerciantes e fabricantes da metrópole, se reservaram o supri-las com as manufacturas, e prevaleceram em persuadir aos legisladores do país, que se deveria prevenir o estabelecimento destas nas colônias, por altos direitos, ou proibições absolutas.

Proibir a um povo fazer tudo que pode de qualquer parte do produto do próprio trabalho, ou de empregar o seu fundo e indústria na direcção que julga ser-lhe mais vantajosa, é manifesta violação dos mais sagrados direitos do género humano.

O prejudicar, em qualquer grau, o interesse de alguma ordem de cidadãos, para promover o de algumas outras ordens, é evidentemente contrário à justiça e igualdade de protecção, que o soberano deve a todas as diferentes ordens de seus vassallos.

CAPÍTULO IX

Nova doutrina de Mr. Simonde sobre a indústria das nações

O engenhoso economista Filangieri, que escreveu na Itália sobre a *ciência da legislação*, disse, que a política da Europa até o seu tempo tinha sido o cultivar a ciência da engenharia e química, para a fim de se resolver completamente o *problema de destruir o maior número de homens dado, no menor tempo possível*. No horrído período de um quarto de século, em que durou o terramoto revolucionário da França (cujo vertiginoso movimento, por desgraça, ainda se sente) se verificou à letra o ignóbil esforço da inteligência humana em dar complemento à infernal descoberta.

Mais dignos estudos de economia política tem dirigido a bons espíritos, como o de Mr. Simonde, a descobrir os meios de fazer *bem viver* o maior possível número de homens na sociedade civil; dizendo na sua última obra de 1819, dos *Novos Princípios de Economia Política*, que o verdadeiro *problema* do homem de Estado deve ser *achar a combinação e proporção da população e riqueza, que assegure, o mais possível, a felicidade da espécie humana sobre um espaço dado*.

Na série destes *Estudos* da ciência económica sempre hei por subentendido o que disse no prólogo da parte I, pág. 15, que não fatigarei o público sugerindo planos de visionária felicidade, que o sistema do mundo visível não admite no evidentemente decaído estado da constituição da humanidade; convindo a todos reconhecer no vale de lágrimas em que peregrinamos, a verdade do dogma do nosso sistema religioso, que *não temos aqui pátria permanente, mas inquirimos a futura*¹⁹.

Por isso não uso do impróprio termo de *felicidade* que, supõe um estado do *bem absoluto* sem mistura de mal; sim o de *prosperidade*, que se funda numa *esperança prospectiva* (singular e indestrutível característico da natureza do homem²⁰) de gradual e indefinido adiantamento do bem-comum, que assegure ao maior possível número de homens em cada país os necessários à vida, com racionáveis gozos de progressiva riqueza, adquirida por boa geral indústria, sem violência, nem injúria à

¹⁹ S. Paulo aos Romanos, XV, 12-13. Coríntios, V, Hebreus, VI, VII, XI, XIII.

²⁰ Psalmos, IV, 9, Quoniam singulariter in spe constituisti nos [Porque nos estabeleste individualmente na esperança].

pessoa e nação alguma. Para esse efeito, parece-me, que toda a economia política (em última análise) se resolve em um só POSTULADO.

«Pede-se, como coisa possível, que se deixe a cada indivíduo, enquanto não ofende o direito dos outros, instruir-se e trabalhar no que mais o seu génio e arbítrio lhe inspirar; e dispor em boa fé do fruto de sua indústria e propriedade, concedendo o governo a franqueza compatível com a moral, saúde, segurança, e renda pública.»

Não obstante parecer que Mr. Simonde (sem dúvida aflito com o espectáculo de estagnação da indústria e correspondência mercantil da Europa) compusera a sua nova obra com *recentes ódios*, segundo a frase de Tácito, e se mostre (por assim dizer) *cantar a palinodia*, seguindo os vestígios de Mr. Ganiilh, que se jacta de passar do *pró ao contra* na declarada apostasia do liberal sistema de Smith, (que ambos proclamaram em seus escritos) ora fazendo fortes invectivas contra a imperial lei da concorrência; contra o vôo do espírito de invenção de máquinas; e contra o progresso da opulência e população dos Estados que supõe com saturação de gente, sugerindo impraticável lei agrária e matrimonial, pretendendo indefinida divisão das terras às classes trabalhadoras, e restrição de casamentos dos indivíduos, que não mostrem ter em domínio, ou aforamento, certa porção de terrenos lavrários; contudo como o útil e verdadeiro não se vicia pelo inútil e erróneo; reservando para lugar próprio a discussão daqueles paradoxos, aqui já proporei, para dar ideia da nova obra de tão hábil economista, alguns dos seus excelentes *pensamentos*, em confirmação dos que já tenho indicado, e expendido nas partes antecedentes destes *Estudos*.

Ele também se declarou contra os *Princípios de Economia Política* que Mr. Ricardo publicou em 1817, e que tanta celebridade lhe têm dado na Grã-Bertanha: a seu tempo exporei os meus sentimentos pois não juro em palavra de mestre.

«Professamos com Adam Smith, que o trabalho²¹ é a única origem da riqueza das nações; e que a *economia*²² é o único meio de acumulá-la; mas acrescentamos, que o gozo é o fim desta acumulação; e que não é crescimento de riqueza nacional, senão quando há *crescimento de gozos nacionais*.

«Qualquer que seja a beneficência da natureza, ela não dá nada gratuitamente ao homem; mas se presta a auxiliar e multiplicar as suas faculdades ao infinito, quando ele procura a sua assistência.

«Muitos membros da sociedade, abandonando os trabalhos manuais, se consagraram aos do entendimento. Eles estudaram a natureza, e as suas propriedades; a dinâmica e as suas leis; a mecânica e as suas apli-

²¹ O de espírito ainda mais que do corpo.

²² Não é a única, e nem ainda a principal, mas sim a inteligência, que superabundantemente corrige a má, ou pouca economia, indefinidamente aumentando os necessários e os gozos da vida, para compensar os estragos dos produtos pelos indivíduos extravagantes, ou administradores imprudentes.

cações; e das indagações que fizeram, deduziram meios, quase infinitos, de aumentar as potências produtivas do homem. Estes meios de produzir a que, ora se dá o nome de *poder científico*, fazem que os agentes físicos, muito mais poderosos, executem obras para a espécie humana, que ela não poderia empreender com as suas próprias forças.

É um grande erro, em que tem caído a maior parte dos economistas, animando as nações para uma produção indefinida: eles denunciam os ociosos à indignação pública; e ainda nas nações em que as potências dos obreiros se têm centuplicado, querem que cada indivíduo *trabalhe para viver*.

Até o solitário trabalha para ter descanso: Ele acumula as riquezas com o desígnio de as gozar sem nada fazer: *o descanso é um gosto natural ao homem; é o fim e o prêmio do trabalho*: provavelmente os homens renunciaram a todos os aperfeiçoamentos das artes, e a todos os gozos que nos dão as manufacturas, se fosse necessário que os comprassem por um trabalho constante, qual o do jornaleiro. A divisão das indústrias e condições só distribui as tarefas, sem mudar o fim do trabalho humano. O homem não se cansa senão para descansar; não acumula senão para despendar; não anhela as riquezas senão para as gozar. Hoje porém os esforços estão separados de sua recompensa; não é o mesmo homem que trabalha, e depois descansa; mas uns pretendem que devem repousar, para que os outros só trabalhem.

As necessidades do homem que trabalha, são necessariamente muito limitadas. Depois da prodigiosa multiplicação das *potências produtivas do trabalho*, podem logo, com as *forças de toda a sociedade*, ser todos supridos do conveniente alimento, vestido, e agasalho.

A *economia das forças humanas* é uma vantagem prodigiosa em país novo, e numa colónia, onde se pode sempre empregar proveitosamente a sua superabundância. Solicita-se com razão, em nome da humanidade, o emprego das máquinas nas Antilhas, para suprirem o trabalho dos negros, que não podem bastar ao que deles se exige, e que até agora se recrutavam por um terrível tráfico. O comércio da Europa, repellido da Itália, se tem lançado sobre a Alemanha, sobre a Rússia, e sobre o Brasil.

Nestas circunstâncias há razão de esperar, que este reino, pela influência da comunicação com os povos cultos, cresça em indústria e opulência velozmente.

CAPÍTULO X

Erros acreditados, e prejudiciais

Antigamente havia a opinião corrente, que era inabitável a zona tórvida. A descoberta do Novo Mundo mostrou, que os principais países entre os trópicos, não só eram habitáveis, mas também vividuros.

Porém então os espanhóis propagaram a opinião, que os indígenas de suas colónias não eram homens mas semi-brutos, que se podiam exterminar sem remorso; e assim, em grande parte, o executaram, opondo a prática dos invasores à teoria dos seus mesmos escritores, que bradavam contra essa injustiça e impiedade, protestando pela verdade da Escritura, que declara toda a espécie humana ser progénie do mesmo Pai. Quando se desmentiu a calúnia, e se manifestou a tirania, difundiram outra opinião, que tais países eram infestos à constituição dos europeus, e que só podiam ser cultivados por braços de escravos índios, ou africanos, para serem úteis à Europa; e por isso, por desdita da humanidade, (*ex juízo incógnitos de Deus*) obtiveram o estabelecimento do sistema de escravidão dos índios, e da importação de etíopes, que arraigou no corpo político o cancro do cativo, desde a terra dos patagões até ainda além do golfo do México; contra cujo *bórrido mal*, sábios filantropos ora só lastimam, mas não atinam com o remédio, receando que tentativa da cura acelere a gangrena. Os estadistas do século da introdução dessa polícia não previram as consequências dos perigos, inconvenientes, e danos, de assim se impedir a boa transmigração, e futura prosápia dos europeus, e se fazer, no andar dos tempos, a metamorfose da *América em negricia*; ou, pelo menos, de se introduzirem maiores causas de extrema desigualdade das condições, com irreconciliáveis antipatias de classes, e *castas*, à maneira da Índia, opondo fortíssimo e perpétuo obstáculo ao desenvolvimento da indústria inteligente²³.

Agora, ainda apesar das pretendidas luzes do século, desviando-se as vistas das verdadeiras causas, maquina-se persuadir a quimera, que a fertilidade da terra, e a benignidade do clima dos países da zona tórrida, são causas físicas da impossibilidade de sua activa indústria, progressiva riqueza, e acelerada população; por isso mesmo que tais países foram liberalizados pela providência com tantos patrimónios privados, e não obstante se acharam bem situados, quase no centro do orbe, para a fácil comunicação com todos os países, e mais aproximados ao astro vivaz, que os ilumina periodicamente, renovando a carreira; e que enfim se mostra ser, de algum modo, semelhante à *terra da promessa*, em que se verifica o dito do antigo moralista e filósofo *somos amados até às delícias*²⁴.

²³ Estes efeitos a olhos vistos se manifestam em hórridos exemplos de crimes e atentados diários da *população factícia africana*. Foi fatal erro político constituir uma *nação*, na maior parte composta de gente que *não nasce* no país, e que não pode ser a ela afeiçoada, nem presa pelas *cordas do coração*. Estou certo, que, enquanto ela durar, o Brasil não pode ter a boa e activa indústria de que é capaz. Portanto, desde já protesto, uma vez por todas, que a teoria da indústria, enquanto se aplica a este reino do Brasil, pressupõe o seu progressivo desenvolvimento, desde a época em que, na sabedoria do governo, cessar o sistema de cativo.

²⁴ *Usque in delicias amamur* [Somos amados até nos prazeres], *Sêneca de Beneficiis*. Quem creia que neste século se faria declaração de guerra literária e os países em que o Criador deu espontâneas matérias de cacau (*theobroma de Linneo*) e onde se cul-

CAPÍTULO XI

Doutrina de Mr. Storch sobre as necessidades naturais, e factícias

Desde o primeiro instante da vida somos susceptíveis de impressões agradáveis e desagradáveis, isto é, de sentimentos de *dor e prazer*; e logo evitamos aqueles, e buscamos estes. Daqui se segue, que tudo o que nos pode poupar uma pena, ou nos procurar um prazer, é objecto de nosso cuidado. Os desejos que temos destas coisas se chamam *nossas necessidades*.

As necessidades são, ou *naturais*, ou *factícias*.

As *necessidades naturais* do homem nascem independentemente de seus conceitos e juízos; a sua natureza, isto é, a própria constituição, é a que lhe dá tais necessidades, e que o força a satisfazê-las, sob pena de dor e morte.

As *necessidades factícias* têm por origem a opinião, que faz ao homem conceber e desejar os gozos de certas coisas, que não são das primeiras necessidades da vida. O hábito destes gozos os converte em necessidades.

Eis a mola que põe em acção as nossas faculdades, e nos estimula a desenvolvê-las! Sem necessidades, não há actividade, nem energia. Se se tirassem aos homens as necessidades naturais, seriam condenados a vegetar como as plantas. Se se lhes tirassem as necessidades factícias, seriam reduzidos à inércia das bestas.

Os animais não têm outras necessidades senão as dadas pela natureza; e estas não se estendem além das coisas indispensáveis à sua conservação. Se o homem fosse limitado, como os animais, a ter somente as necessidades naturais, o desenvolvimento das suas faculdades não seria maior que o deles. Porém a natureza, para lhe abrir mais vasta esfera, o fez incomparavelmente mais susceptível de impressões agradáveis, ou desagradáveis: os seus desejos e desgostos se estendem sobre muito mais coisas. Depois de ter o homem achado os meios de prover à sua conservação, logo põe algum engenho e primor na escolha dos objectos que lhe servem para esse efeito. Não lhe basta o existir agradavelmente. Cada necessidade natural, faz nascer nele uma multidão de necessidades factícias. Tendo adquirido géneros de alimento salutar e abundante, quer que este também lisonjeie os sentidos, sendo agradável ao paladar, à vista, ao olfacto. Achando matéria própria

tiva a *bromelia* ou o *ananaz*, timbre da vida vegetal, e *ambrosia* não indigna da mesa de Jové como diz Tomson no seu Poema das Estações? Basta ler o poema semelhante das estações de Mr. Lambert, descrevendo a majestosa frutificação dos países entre os trópicos, e os *Estudos da Natureza* de Bernardino de S. Pedro, para se convencer, o quanto é sem razão o dizer-se, que as maravilhas da criação não são próprias a despertar a indústria.

ao agasalho do corpo, logo procura o enfeite, e transforma sua estreita choça em espaçosa cabana. O mesmo faz com as armas; sendo destinadas à sua defesa, também logo lhes dá ornato, e brilho. Eis o elemento do *luxo*, que resulta do refinamento acessório ao trabalho excedente às necessidades naturais.

A actividade do homem não se fixa nestes primeiros *ensaios de indústria*. Logo que é saciado de prazeres, experimenta o enojo, que é uma sensação desconhecida aos animais. Para evitar este enojo, que lhe é um flagelo, sente interior impulso para cultivar as suas faculdades intellectuais e morais. Achando-se incessantemente em contacto com a natureza, e com os seus semelhantes, observa aquela, estuda a estes, e reflecte sobre si mesmo: assim, paulatina e insensivelmente, se vão manifestando ante os próprios olhos as leis que governam o mundo fisico e social.

Convém notar, que o enojo só se faz sentir, quando as necessidades naturais estão plenamente satisfeitas. Enquanto estas absorvem a actividade do homem, ele não pode ser ocioso. Por esta razão os *germes dos conhecimentos humanos mais cedo se desenvolveram nos climas felizes, em que a natureza facilita ao homem o prover a sua subsistência*.

Mas, desde que o homem entrou na carreira da especulação, a *curiosidade*, ou o *desejo de adquirir conhecimentos*, excitada pelos primeiros bons sucessos, o conduz sempre cada vez mais longe; e então o *exercício de suas faculdades intellectuais* lhe vem a ser uma *verdadeira necessidade*.

Há outra diferença entre os homens e os animais. O animal limita-se ao presente, tanto nas dores, como nos prazeres: ao contrário, o homem também cuida no futuro: a sua *previdência* remove de longe o que lhe pode atrair desprazeres. Esta faculdade de gozar, e de prevenir o mal por *antecipação* (o que é o combinado efeito da intelligência e da fantasia) lhe excita o *desejo de melhorar de sorte*. Este desejo na verdade é um sentimento sereno; mas opera poderosamente para desenvolver as faculdades humanas, qualquer que seja a nossa condição; pois que nasce com o primeiro uso da razão, e só nos deixa na sepultura. Não só o mais poderoso, rico, e feliz dos homens, como também, o mais pobre, dependente, e desafortunado, nutre em seu coração tal desejo. Sem ele e sem a esperança que o acompanha, uns e outros achariam a vida igualmente insuportável. (O desejo de melhorar de sorte é sinónimo de aspirar a mais gozos, ou ter felicidade.) Tal é o occulto elastério que põe o homem em movimento.

O desejo de ser feliz é o manancial de todas as nossas acções: todas as outras inclinações do homem são subordinadas a tal desejo. Este princípio é no mundo moral o que a lei da gravidade é no mundo fisico. Nenhum poder humano é capaz de extinguir esta força motriz, ainda que aliás às vezes comprima a sua elasticidade.

É porém importante advertir, que o progressivo crescimento das necessidades não pode existir senão na sociedade civil. O homem solitário sente as necessidades naturais, e é também susceptível de necessidades factícias; mas estas só se podem desenvolver, com a sua indefinida expansão, no comércio dos homens. Na sociedade civil é que eles sentem contínua precisão do auxílio de seus semelhantes, para satisfazerem aos próprios desejos. A natureza deu aos animais muito curta infância, e por isso logo cada um pode viver solitário, e independente do outro. Ao contrário, dando ao homem longa menoridade, em que por vários anos precisa de mão, ajuda, e subsistência dos pais, lançou os primeiros fundamentos da sociedade civil. Por isso a origem primitiva dos estados se acha no governo patriarcal; e a mesma longa vida do homem, que a expõe a tantas penas, doenças, e acidentes, o constitui em contínua necessidade de mútuo socorro.

Portanto o estado social é o estado natural dos homens; e, em consequência, é quimera supor, que pode bem viver sem companhia dos entes de sua espécie. E como as necessidades factícias logo se sentem, ainda nas mais rudes tribos, e se multiplicam gradualmente sem limites; mostrando além disto a experiência, que nada se ganha mais facilmente que o gosto e o hábito das necessidades factícias; segue-se que, prosseguindo-se na carreira da civilização, tais necessidades, que se vêem satisfeitas pelo gozo de algum indivíduo, em breve podem vir a ser as necessidades de todos.

CAPÍTULO XII

Doutrina do mesmo autor sobre a origem da indústria agrícola, e manufactureira

A vida pastoral faz que os homens habitem por muito tempo no mesmo lugar. Isso dando mais descanso aos povos pastores, também lhes dá mais ocasiões de estudarem a diferença de terrenos, e observarem a marcha da natureza na produção das plantas que servem ao sustento dos animais. Assim podem os indivíduos mais habilidosos e meditadores fazer ensaios, e esperar resultados; entretanto que faz a colheita dos frutos da terra, vive do produto de suas manadas. Daí naturalmente os homens passam da vida pastoral para a vida agrícola; e inquirindo os meios variados de segurar a sua existência, pela descoberta dos meios de multiplicar os seus gados, põem-se no alcance de compreenderem os meios de multiplicarem as plantas que dão o alimento, e de fazerem muitas variadas obras²⁵.

²⁵ Disto se acha prova na Escritura no Liv. do Génesis, cap. XXIV. vrs. 63, em que descreve a Isaac saído ao campo para meditar.

A *abundância* e o *descanso* dos povos pastores fazem nascer as *primeiras artes mecânicas*. O leite, a lã, as peles, ossos, e outras partes dos animais, que eles caçam e criam, são as *matérias primeiras*, que a sua indústria prepara, ainda que de modo grosseiro, para o sustento, cómodo, e luxo. Ainda nas tribos mais selvagens se acham fábricas de licores espirituosos. Mas, como todos os indivíduos vivem em estreito território, e em clima não diferente, e eles trabalham sobre iguais objectos, há pouca matéria para os trocos recíprocos; e, em consequência, a sua indústria, e o comércio interno, é de curtos limites. Porém, logo que se dilata a comunicação para o troco dos produtos rudes e manufacturados a respectiva indústria se faz proporcionalmente activa, para multiplicação dos ditos produtos²⁶.

CAPÍTULO XIII

Da potência da natureza

A potência da natureza ora opera por si só, e ora é dirigida e auxiliada pelo trabalho do homem. Deixada a si mesma, muitas vezes produz *não-valores*, isto é, coisas de que não conhecemos, ou não tiramos, alguma utilidade. Mas o homem força a natureza a trabalhar de companhia com ele na produção das riquezas, dirigindo a sua potência para lhe dar o que deseja. Esta potência lhe obedece, não só na cultura das terras, mas também nas tarefas de outras espécies de trabalho. Talvez a natureza é mais activa em servir aos artistas que aos lavradores. O fogo derrete os metais; o vento, a água, a elasticidade dos vapores, o ferro, com as suas forças físicas, servem para se fazerem máquinas com que se movem e transportam massas enormes: o calor do sol faz evaporar a água, e disso o homem se serve para cristalizar o sal. Os navios, que são armazéns boiantes, se dirigem de um a outro hemisfério, por ajuda da virtude magnética da agulha de marear.

Assim convertemos a nosso proveito todas as leis do mundo físico. Estamos quase sempre em comunidade de trabalho com a natureza. É fácil de entender, que nesta companhia o homem ganha, por duas vias, em lançar sobre a natureza a maior parte possível dos *trabalhos materiais*; visto que sempre ganha, ou uma isenção de incómodo (que é dispensa de pena) ou aumento de produtos (que lhe dão mais suprlmentos do que precisa ou deseja), e muitas vezes alcança ambas estas vantagens.

²⁶ A prova disto (diz Mr. Storck) se viu em 1802, em uma pequena horda de Kirguises (que é um povo pastor), o qual fez a passagem de seus rebanhos para venda de mais cultos povos circunvizinhos no valor de mais de seiscentos mil rublos (um milhão e duzentos mil cruzados) a troco de trigos, utensílios, e estofos.

CAPÍTULO XIV

Da fertilidade da terra

Um fundo de terra pode ser considerado como uma máquina, em que se fixa a potência da natureza. Mas esta máquina não é sempre igualmente própria a manifestar essa potência, a qualidade do solo e o clima lhe dão diferenças enormes. Assim a extensão do terreno de uma nação nada prova a respeito de suas riquezas naturais. O império da Rússia compreende mais de 300 milhas quadradas, porém a quinta parte desta vasta extensão está situada no círculo polar, em que a potência da natureza está paralizada pelo frio; e outra muito considerável porção é composta de areais e terras estéreis, em que a qualidade do terreno faz inactiva a potência da natureza.

A fertilidade do terreno se manifesta, tanto na abundância dos produtos, como na sua variedade. Um país de campinas pode dar abundância de trigos, mas não ser próprio a vinhas. Um país montanhoso fornecerá metais, mas não será adequado a lavouras. Os países cujo território é de tal modo variado, que compreenda planícies, montanhas, vales, e outeiros, são capazes de mais variedade de produtos, do que os países uniformes. Se além disto são cortados de rios navegáveis, e vizinhos ao mar, reúnem todas as vantagens que podem resultar do perfil de seu território.

Importa mais a uma nação o ter grande variedade de produtos naturais, do que o possuir certas espécies em tal abundância, que exceda a demanda, e consequentemente a sua extração, e consumo.

O clima de um país não se determina somente pela sua distância do Equador: nele muito influem a elevação do terreno, a vizinhança do mar, a direcção, o encadeamento das montanhas, e várias outras causas.

É tão admirável a distribuição do calor sobre o globo, que no oceano aéreo se encontra mais frio à proporção que a atmosfera se vai elevando. No mar e no ar, na mesma latitude geográfica, se reúnem, por assim dizer, todos os climas. Daí resulta que entre os trópicos, no declive das cordilheiras, e no abismo do oceano, as plantas da Lapónia, e os animais vizinhos ao pólo, acham o grau de calor necessário ao desenvolvimento de seus órgãos. Por esta causa, em um país extenso e montuoso, situado na zona tórrida, a variedade de produções indígenas deve ser imensa: e talvez não haja uma só planta no globo que não seja susceptível de ser ali cultivada.

Da fisionomia de um país, sua diferença de climas, sua facilidade de comércio interior e exterior, e outras suas vantagens locais, em que foi mais ou menos favorecido pela natureza, resultam grandes considerações geológicas, dignas de interessar o homem de Estado, quando calcula a riqueza e a força das nações.

CAPÍTULO XV

Doutrina de Mr. Bentham

Um dos mais célebres juristas deste século em Inglaterra, Jeremias Bentham, que louva o sistema de Smith, como fundado na *Rocha da Universal Benevolência*, assim diz na sua *Teoria da Legislação Civil e Criminal*²⁷.

A sucessão das necessidades, o atractivo do prazer, e o desejo activo de melhora de condição, produziram sempre, no *regimen da segurança* das pessoas e propriedades, novos esforços para novas aquisições. As *necessidades* e os gozos, que são os *agentes universais da sociedade*, depois de terem feito frutificar as primeiras plantas de trigo, elevaram pouco a pouco os celeiros da abundância, sempre recrescentes, e jamais cheios. Os desejos se estendem com os meios; o horizonte se engrandece à proporção que se avança; e cada necessidade nova, igualmente acompanhada de sua pena, e de sua sensação agradável, se constitui um novo princípio de acção. A opulência, que não é senão um termo comparativo, não retém este movimento, uma vez que se deu impulso à indústria: ao contrário, quanto a sua operação é mais em grande, tanto superiormente se exalta a sua recompensa, e consequentemente também recresce a força do motivo que anima o homem ao trabalho.

Tem-se visto que a abundância se forma pouco a pouco pela operação contínua das mesmas causas²⁸ que produziram os primeiros artigos da subsistência: não há opposição entre estes dois fins. Ao contrário, quanto mais se aumenta a abundância, tanto maior é a segurança da subsistência. Os que desacreditam a abundância, não têm feito esta consideração.

²⁷ Este escritor, cuja obra foi traduzida na Rússia por ordem do Imperador em 1805, propôs em 1815 um plano de *Código de Leis* para este império; e o soberano lhe deu os agradecimentos por carta de seu punho, que não será despropositado aqui transcrever no original francês em que foi escrita. Monsieur, c'est avec un grand intérêt que j'ai lu la lettre que vous m'avez écrite, et les offres qu'elle contient d'aider de vos lumières les travaux législatifs qui auraient pour but de donner un nouveau code de lois à mes sujets. Cet objet me tient trop à coeur, et j'en connais trop la haute importance, pour ne pas désirer, pendant sa confection, de profiter de votre savoir e de votre expérience. Je prescrirai à la commission qui en est chargée, d'avoir recours à vous, et de vous adresser ses questions. Recevez en attendant mes remerciements sincères, et le souvenir ci-joint comme une marque de l'estime particulière que je vous porte. — ALEXANDRE.

²⁸ Este escritor não enumera estas causas, e parece contentar-se com a que ele acima intitula *regimen da segurança*, o qual, suposto seja o fundamento original da civilização, todavia o não é da progressiva indústria e opulência, sendo desacompanhada das outras causas indicadas no cap. V; pois várias nações cultas, que pouco diferem naquele regimen, são, comparativamente, de maior ou menor indústria opulência, em proporção que mais ou menos eficazmente operam essas causas.

As más estações, as guerras, os accidentes de toda a espécie, muitas vezes destroem os fundos da subsistência. Por isso a nação que não tem superabundância destes fundos, é sujeita à falta do necessário; e isso é o que se vê nos países pouco favorecidos pela natureza.

CAPÍTULO XVI

Observações sobre as doutrinas antecedentes

Escritores antigos e modernos têm declamado, indistintamente, contra os *gozos da sociedade*, não reconhecendo, que o desejo dos confortos e cómodos da vida, e consequentemente da perfeição das artes, e melhora de condição, é o que continuamente alonga o homem civilizado e polido do estado selvagem e bárbaro, segurando a indefinido número de indivíduos, não só os artigos necessários, mas também muitos de mero prazer. Eles invectivam, como epicuros e sibaritas, aos que não se contentam com o suprimimento das necessidades absolutas da existência.

Mas em vão tentam espoliar a espécie humana do seu essencial dote da *gradual perfectibilidade*, e insaciabilidade de bens terrestres, que, por si só, prova que temos ulterior e mais feliz destino, a que anelamos. Não advertem, que também faltam a um dos primeiros deveres da religião, não admirando, nem agradecendo, a profusa liberalidade da *Mão Invisível* do Autor da natureza, que nos deu tantos órgãos de gozo, (como especialmente canto, riso, com faculdades de sentir o belo e o harmónico) e tanto enriqueceu a terra de seus dons inefáveis, principalmente nos *climas felizes*, cujos territórios não carecem de força, e até não esperam a mão do agricultor para serem frutíferos e sadios, mas lhe oferecem a esperança da abundância com regular indústria, sem *duros e improbos trabalhos*.

Aí o Criador inspira a inteligência para se descobrirem, e habilidade para se colherem, os mais úteis bens da vida, e dar-se-lhes as formas e transportes mais convenientes ao bem comum. Tudo pode em breve prosperar, não se obstando à entrada das luzes dos que estão adiantados na carreira da civilização.

Os sofistas confundem a decência na comida, habitação, e mobília, com a crápula, extravagância e sensualidade. Só se autoriza o racional uso das cousas inocentes, e que, em última análise, vem a ser, ou obras do Criador, ou artefactos da indústria dos que imitam de algum modo os processos da Divina Sabedoria. Sem dúvida, por abuso do livre arbítrio, os podem aplicar a maus destinos. Isso porém é mui principalmente o efeito das viciosas instituições, que produzem a enorme desigualdade das condições e fortunas.

Os economistas reconhecem, que, no progresso da população, ainda com a mais activa indústria dos indivíduos das classes salarizadas, os gozos de certos artigos, que a civilização tem introduzido; não podem ser com igualdade distribuídos a todos; porque a natureza não concedeu a sua indefinida multiplicação pela indústria humana, e nem todos têm um título igual ao mesmo gozo. Há todavia gozos principais, que são gerais e inauferíveis a qualquer indivíduo industrioso e económico, até dos officios infimos, contanto que possam com os seus salários manter família. Presentemente isto se vê em as nações mais cultas, depois da descoberta do Novo Mundo, e da cultura das produções preciosas dos trópicos, como açúcar, café, algodão, etc., com que se tem animado a indústria da Europa, e dado mais aprazível subsistência e vestido a todas as classes, especialmente aos habitantes das cidades.

Tem-se bem advertido o haver cessado por isso nos Estados de melhor governo as pestes, e lepras, e outros males cutâneos, antigamente tão frequentes, e que ora são mui exterminados pela melhor dieta, e roupa; sendo antes mui geral o mau passadio, e grosseiro vestido.

Tem-se dito, que o amor do gozo, principalmente nas classes inferiores, destinadas a viver de assíduo trabalho, dando-lhes vã e perigosa ilusão de esperança de melhora de condição, as faz cobiçosos do alheio, e descontentes do seu estado, e as precipita a desatinos para exorbitarem da própria espera. Porém, quando a lei dá igual e imparcial protecção à indústria útil, o contínuo esforço de cada um, na sua respectiva divisão de trabalho, por melhorar de sorte, só dá emulação de excelência, para sobressair aos industriosos da mesma classe, pela economia do trabalho, e perfeição de obra: isto lhes segura subsistência decente, e moderado gozo dos bens da vida, a que fica tendo possibilidade e direito, pela regular preferênciã dos que fazem a demanda dos produtos de sua indústria. Esta mútua porfia contém, no geral, a todos os obreiros, para se contentarem da melhora possível, e não fazerem salto culposo de sua condição.

Então, se ele cede à tentativa irregular, ou a justiça pública o reduz à ordem, ou (o que é de mais constante e certa influência) a lei da concorrência imperiosamente opera uma compressão circular, que impossibilita enormes exorbitâncias, e quebra violenta da *cadeia da continuidade* dos diferentes officios e modos de vida. Só génios extraordinários podem transcender o seu círculo sem turbar, antes melhor estabelecer, a harmonia de todas as indústrias produtivas. Só no estado retrógrado das nações, em que a população aperta contra os limites da subsistência por excedente o seu número ao fundo alimentário do país, de que resulta a fome, miséria, e morte de muitos indivíduos, é que as classes inferiores não têm acesso aos ordinários cómodos e gozos, que, nas sociedades civilizadas, descem até às ínfimas condições. Quanto é maior activo o esforço de cada indivíduo de ter mais gozos honestos, que a natureza e arte de dia a dia apresenta, tanto é superior a energia

da produção, e, acumulação de riquezas, incitando os pobres ao trabalho, e os ricos a dar-lhes emprego com os seus terrenos e capitais. Então, (como bem nota Smith) qualquer obreiro, se é industrioso, e frugal, com segurança pode gozar de mais bens do que um rei africano.

Mr. Storch faz a este respeito as observações seguintes na sua acima citada obra do *Curso de Economia Política* tom. I, pag. 63 «Os filósofos e moralistas da Antiguidade inculcavam a máxima, que, para ser rico, não se devem acrescentar os bens, mas diminuir a cobiça. Se ela fosse seguida, infalivelmente nos conduziria à pobreza, e à barbária, isto é, à condição, em que o homem se avizinha às bestas, e em que perde tudo que enobrece a sua natureza».

Um escritor inglês, célebre pela sua eloquência e piedade, assim diz: «É impossível cogitar de Deus, sem o considerar como benfeitor do género humano. Ainda que este mundo seja misterioso em muitas das suas aparências, contudo, o todo é fortemente marcado com carácter de bondade e benignidade do seu Autor. Vemos a um vasto sistema, em que se manifesta obviamente o desígnio divino de prover, não somente ao alimento, e vigor, mas também aos confortos e gozos de infinito número de habitantes. Quanto mais a filosofia tem alargado os nossos conhecimentos da natureza, tanto mais temos descoberto, que, na vasta extensão das obras da criação, não é jamais inútil a profusão da sua magnificência, mas antes que tudo serve ao bem das criaturas racionáveis e sensíveis; e até muitos objectos, que antes se consideravam não só supérfluos, mas nocivos, têm lugar útil no sistema geral. Tem o Criador feito tal provisão útil para o nosso divertimento na terra, e teve cuidado em acumular nela tanta variedade de prazeres para encantar os nosso sentidos, e avivar a nossa imaginação, que só um coração insensível, quando abre os olhos a todas as belezas da natureza, pode deixar de sentir gratidão ao Ente que lhe apresentou para o gozo tão maravilhosa cena²⁹.

É pois evidente contradição pretender-se, que os povos tenham indústria, e aversão à inércia e condenar o seu mais incessante estímulo, de progressiva força, qual é o amor do gozo honesto, e a ânsia de melhorar de condição.

CAPÍTULO XVII

Opinião de Mr. Malthus no assunto

Mr. Malthus no seu *Ensaio sobre o Princípio da População*, no Liv. III, Cap. 2^o, refutando com especialidade ao escritor inglês Godwin, que, na sua obra deste século sobre a *Justiça Política*, sustenta a indefi-

²⁹ Blair, *Serm.*, Vol. V, pag. 26.

nida perfectibilidade da espécie humana diz, que esta teoria é visionária, e sem base; que a *necessidade*³⁰ sempre é, e será, o máximo estímulo da indústria; que o corpo dos povos sempre viveu, e viverá, em penúria, enquanto a virtude da castidade não predominar nas classes ínfimas, para não multiplicarem a prole com prematuros casamentos, sem prospecto de a poderem decentemente manter, vista a desproporção da *força vegetativa* da terra em produzir alimentos, a respeito da *força generativa* da humanidade em aumentar a população, crescendo esta na razão *geométrica*, e aquela na razão *aritmética*; que as *bondades da natureza* não podem ser repartidas com igualdade a todos os indivíduos, ainda na hipótese fantástica de prevalecer a geral benevolência, visto que são sempre limitadas na sua quantidade; que a miséria e o medo da miséria são os necessários e inevitáveis resultados das leis da natureza, que as instituições humanas, longe de agravar, tendem a diminuir consideravelmente, bem que não possam jamais remover, pois que ainda o mais fértil país nunca será o *paraíso terreal*.

Sem entrar aqui no exame da teoria da população deste escritor, convém todavia desde já precaucionar os leitores contra a sua artificiosa dialéctica; pois que é indiscriminado defensor das actuais instituições civis; atribuindo às leis da natureza grande parte das misérias, que aliás, evidentemente são as consequências necessárias de várias leis desumanas, que têm organizado a prosperidade de poucos, e a desgraça de inumeráveis, os quais são desanimados de activa e regular indústria, pela quase física impossibilidade de melhora de condição; como são as leis da escravatura, e das restrições da honesta circulação do trabalho, e do comércio legítimo, que muito tiram o interesse, e estreitam a esfera do trabalho produtivo.

Por ora em nenhum país se viu a concórdia e plenitude das operações das causas da activa indústria enumeradas no Cap. IV; e por isso não se pode ainda formar ideia da possível melhora do futuro estado da sociedade civil. Todavia já se vê que, com a cultura do novo mundo, e o progresso das artes e comércio, o haver entrado no círculo máximo da correspondência dos habitantes dos mais remotos países imensa cópia de bens industriais com barateza nunca imaginada, e equitativa distribuição ainda às classes ínfimas, de que os nossos antepassados jamais tiveram ideia.

³⁰ Desde a mais alta Antiguidade, passa em provérbio que *a necessidade é a mestra do trabalho*. «Os bens que não são tirados, mas são dados pelos deuses valem muito». Teócito, *Idil.*, 1. [Traduzido do grego.]

Mas a experiência mostra, que sendo extremosa, e desesperada, é a mestra do trabalho improbo, e má conselheira como a fome. O génio inventor, e o instinto da melhora da condição são os estímulos da boa indústria.

CAPÍTULO XVIII

Do influxo da cobiça e vaidade na activa indústria

Franklin nos seus *Discursos Económicos* reflectiu, que sendo os nossos *olhos* os sentidos que menos demandam despesa, apenas os míopes e idosos carecendo de suprimento de óculos de ténue custo; contudo os *olhos dos outros* influem, mais do que todos os sentidos corpóreos, no sem número de *necessidades factícias*, que a civilização tem introduzido, e consequentemente na indústria activa, que por elas se fomenta. Diz que os homens se contentariam com frugal mesa, estreita casa, e parca mobília, se a vista dos espectadores da cena de vida não nos inspirasse a cobiça e vaidade de assolhar os nossos teres e haveres, tanto na dieta doméstica, como na exterior aparência.

Sem dúvida esta causa tem muito influxo para dar actividade à indústria; mas ela é subordinada à acção das causas acima enumeradas no Cap. IV. No estado selvagem, bárbaro, e inculto, ainda que cada indivíduo seja um Argos de cem olhos, todavia a geral indústria é pouco activa, e ainda menos produtiva.

Smith a este respeito fez uma observação original, e importantíssima. Ele mostrou, que a cobiça e vaidade dos grandes senhores contribuem, não só à actividade do trabalho, e adiantamento da indústria, principalmente da manufactureira, mas também à boa ordem civil, e governo regular: ele assim comentou o provérbio do vulgo, que *os ricos têm os olhos maiores que o ventre*.

No tempo do governo feudal da Europa, um grande senhor não tinha em que dispendir a renda das suas herdades, (toda consistindo em vasta colheita de produtos rudes de trigo, vinho, azeite, gado, lã, etc.) senão em manter proporcional número de rendeiros, escravos, e apaniguados, moradores em suas terras, que por isso viviam em absoluta servilidade, ou dependência; e em consequência os tinham sob o seu poder e mando para invasão dos vizinhos, e rebelião aos soberanos. Mas, desde que o comércio, e o progresso das artes superiores, especialmente pela introdução dos mais polidos países estrangeiros, entrou a multiplicar as obras de primor, dando esplêndida equipagem, vistosos móveis, casa magnífica, lauta mesa, e jóias preciosas; cada rico proprietário, que, pelo seu orgulhoso egoísmo, deseja (quanto lhe é possível) gastar consigo todo o valor de sua renda; vendo que isso só era praticável indirectamente, por via do troco da sua anual colheita pela moeda da praça, a fim de com ela ter a escolha da compra desses objectos, que entende serem os símbolos da nobreza, opulência, e dignidade; logo despede as *bocas inúteis* dos criados e parasitos, e remete para o mercado a quantidade do produto rude que excede as reais necessidades de sua pessoa e família. Assim os nobres vieram a sustentar maior número de artistas e trabalhadores produtivos fora de suas

terras; e a rústica sumptuosidade dos campos cessou, e se converteu em elegante despesa nos artigos de indústria das cidades.

Por esta mudança de economia, deram mais certo, melhor, e extenso emprego aos industriosos mas perderam os braços dos serviçais, com que antes exerciam seus caprichos. Daí em diante, em vez de terem sob seu império gente servil, inerte, e desordenada, estenderam a classe da gente livre, habilidosa, e civil. Assim se fez a mais útil, e insensível revolução na polícia rural e municipal. Cada artista, ainda que ora dependa das pessoas que lhe dão seus empregos, ou lhe pagam as suas produções de indústria manufactureira; fazendo obra para cem, e mais pessoas, sente a sua dependência ser, comparativamente, insignificante a respeito de um, ou outro rico; e todos ficam só, ou principalmente, dependentes da própria habilidade, e da *lei da terra*. Por este modo, os antigos barões, que sempre trouxeram os Estados revoltos, venderam, como Esaú, a sua progenitura por um *prato de lentilhas*.

Eis uma das incomensuráveis vantagens do comércio, com que o Eterno Regedor da sociedade muitas vezes visivelmente extrai o bem do mal, e faz que até a cobiça e a vaidade concorram para o progresso da civilização, liberdade civil, e perfeição das obras da natureza e arte!

CAPÍTULO XIX

Opinião de Mr. Canard sobre a causa da energia do trabalho

Mr. Canard no Cap. V da sua *Obra Económica*, coroada pelo Corpo Académico de Paris, atribui a energia do trabalho de todas as classes, não ao amor do gozo; mas *à ostentação da riqueza*. Diz que a razão disto é, porque o género humano sempre deu consideração à riqueza, a qual, em via de regra, ou seja adquirida, ou hereditária, faz presumir maior inteligência, actividade, economia, e até melhor educação, e menos tentação de se cometerem más acções, a que a indigência é exposta. Diz que o recíproco desejo que cada um tem de emular e exceder os outros na ostentação da riqueza, é o *grande móvel* da quantidade do trabalho, que se vê no estado civilizado, e o que incita os homens a aspirarem à excelência nas respectivas profissões; sendo o princípio do valor nos militares; do engenho no artista e literato; da virtude no magistrado; da actividade de todas as sortes de industriosos.

Este economista distingue o *luxo sensual*, que tem por objecto a satisfação dos sentidos, do *luxo de ostentação*, em que só se destina fazer alarde da riqueza.

Diz que este luxo incomparavelmente prepondera aquele, e que inteiramente domina nas acções dos ricos, e até ataca as necessidades

absolutas do pobre. As jóias raras não têm tão exorbitante preço pela sensação agradável, que o seu brilho dá ao possuidor: esse gozo nada influi no valor, mas sim unicamente a propriedade que elas têm de atestar a riqueza de quem as apresenta. Todos os mais ornatos e aparatos em cores, douraduras, esculturas, e igualmente em casa e mesa, que parecem só feitos para agradar a vista, e dar gozos, vêm a ser outros tantos caracteres mágicos, que equivalem à inscrição *admirai como sou rico*. Ainda a pobre paisana queorna a sua touca, tacitamente inculca *também possuio alguma cousa além do necessário*.

Cumprer fazer algumas observações sobre esta opinião, para eliminar a *idolatria da riqueza particular*, que se confunde erroneamente com a promoção da riqueza nacional. Esta idolatria tem sido uma das maiores causas da corrupção dos costumes, e da ruína dos Estados. Ela ainda fatalmente grassa em todos os países, dando desatinada cobiça do alheio, que, segundo diz Smith, é o *vício mais universal na sua influência*. É corrente opinião no vulgo (e ainda acima dele) que não há mérito sem dinheiro, e que só o rico é capaz, e digno de confiança e honra. Assim muita gente é ansiosa de riqueza, com direito, ou sem ele, e com pouco escrúpulo nos meios prescindindo de *ciência e consciência*. Todavia o senso comum milita contra tal opinião. Ninguém entrega o seu navio ao sobrecarga para a boa viagem, mas ao piloto inteligente. Os governos que bem entendem os seus interesses, e a arte de reinar, não dão honra e confiança aos generais e administradores pela sua riqueza, mas pela sua inteligência, sob pena de perder o exército, e o Estado.

As classes ricas, se na ostentação da riqueza não são influídas por amor do gozo, o são pelo *amor do poder*; pois a decisiva vantagem de quem possui riqueza, é ter o *comando do trabalho e do mercado*; visto que os proprietários e capitalistas têm, mais ou menos, à sua disposição os braços das classes laboriosas; por serem os possuidores dos terrenos e fundos os que *põem em movimento a geral indústria*. Têm além disto nos seus tesouros os representantes dos gozos, sendo o tempo e objecto reservado a seu arbítrio.

As classes pobres têm motivos mais louváveis para também emularem, de algum modo, as ricas na ostentação de riqueza; e vêm a ser, os habituais sentimentos de honra e moralidade; afim de mostrarem pela sua decente aparência, que não vivem nas angústias da miséria, em que a virtude enfraquece, e até se impossibilita, quando a necessidade é extrema. Estes sentimentos são mais comuns do que se pensa nos países cultos, e se constituem sólidos fiadores da enérgica indústria, e boa conduta dos que só esperam nas suas mãos.

Não é exacto o dizer, que a riqueza traz a presunção de inteligência, economia, e actividade. Isto só se verifica na riqueza mediana, e paulatinamente adquirida. A experiência mostra que os distintos em avareza mal aguçam o engenho para clandestinas manobras, tendo só os olhos no interesse, e muitas vezes com sacrificio do dever. Não são

mui comuns os morgados, e milionários inteligentes, económicos, e activos em suas herdades, e empresas.

As grandes riquezas (salvas as excepções honoríficas) originária e ordinariamente têm por causas invasões e conquistas de terras, ou occupações de países desertos, em que mais dominou a força, injustiça, e casualidade, que a sabedoria, parcimónia, e indústria. As leis das heranças e casamentos, ainda que mui políticas, fazem entrar súbitas fortunas pelas casas. Além disto há instituições civis que têm dado monopólios, de vários títulos e pretextos, que abrem os canais da riqueza para umas pessoas e classes, e as removem de outras; e onde o maior corpo do povo vive em cativo, e mau passadio, quase se extermina o espírito de boa emulação.

As classes médias dos empregados na administração civil, militar, e eclesiástica, que apenas vivem de módicos estipêndios do Estado, são as que mais sobressaem em inteligência, economia, e até heróica virtude, efeitos de sua boa educação, e profissão, que as fazem, em via de regra preferir a ostentação de probidade à ostentação de riqueza. A história dos impérios assoalha grandes caracteres e préstimos sem grandes patrimónios e tesouros.

A classe dos homens de letras, especialmente dos verdadeiros amadores da sabedoria, manifesta, por fixos e elevados princípios, exemplar emulação em prescindir dos mecânicos e baixos expedientes de obter fortuna, e só é ambiciosa em acumular *cabedal de inteligência* das leis e obras do Criador. Os Sócrates, Solons, Locks, Newtons, e outros grandes luminares, que têm mais contribuído com seus escritos, e inventos, à boa ordem civil, e à riqueza das nações, não se distinguiram em materiais bens da vida, e menos em ostentação de riqueza. Séneca pediu por mercê ao imperador romano seu discípulo, que lhe aliviasse da carga da opulência com que se tinha liberalizado, e que lhe diminuia a felicidade³¹.

CAPÍTULO XX

Exame da opinião de Mr. Malthus e Humboldt sobre a influência da fertilidade das terras, e benignidade dos climas, na indústria dos seus naturais

O professor Malthus na sua obra dos *Princípios de Economia Política, com vista à Aplicação Prática*, na Cap. VII, Sec. IV, excita a questão, *se a fertilidade das terras e a benignidade dos climas, é favorá-*

³¹ Tantum opum in me cumulasti, ut nihil felicitati meae desit, nisi moderatio ejus [Cumulaste-me de tantas riquezas, para que nada falte à minha felicidade, excepto a moderação], Tacitus, *Ann. lib. XIV, 55.*

vel à indústria, riqueza, e população? Decide que não; pela razão de que os seus naturais têm víveres baratos; e por isso se contentam com indecente passadio, preferindo antes, o *luxo do descanso* ao *luxo do gozo* dos bens da vida, que exigem constantes esforços corpóreos e mentais. Isto exemplifica especialmente com o paralelo e contraste dos naturais das colónias de Espanha com os dos Estados da América do Norte. Confirma a sua opinião com a de Mr. Humboldt no seu *Ensaio Político sobre a Nova Espanha*. Dá outro exemplo, comparando a inércia dos irlandeses com a indústria dos ingleses, vivendo aqueles de barato alimento de batatas em terreno fértil e benigno; e estes subsistindo de caro sustento de trigo, e tendo cómodos da vida, não obstante ser o seu solo e clima menos favorável à produção e à existência. Quis ser coerente à tese que sustentou no seu *Ensaio sobre o Princípio da População*, dizendo no Tom. III, pag. 235, que o povo só é industrioso, e tem decidido gosto pelas *decências da civilização*, quando, até certo ponto, há constante carestia de víveres.

No dito Cap. VII tendo exposto as *imediatas causas* do progresso da riqueza das nações, depois de dizer na Secção I, pag. 347, que «entre as primárias e as mais importantes destas causas, se devem pôr as que se classificam na política e na moral; acrescenta, que «há muitos países não essencialmente diferentes, seja em grau de segurança da propriedade, seja em instrução moral e religiosa do povo, seja em quase iguais naturais capacidades de produzir, que todavia fazem mui diferentes progressos na riqueza. O principal objecto desta *inquirição* (diz ele) é explanar isto, e dar alguma solução de certos fenómenos que ocorrem à vista de diferentes Estados, ou do mundo; a saber, de países, com grandes potências de produção, sendo comparativamente pobres; e países, com pequenas potências de produção, sendo comparativamente ricos. Se a opulência de um país, não sujeito a repetidas violências, e à frequente destruição do seu produto, não é, no decurso de certo período de tempo, proporcionada às suas capacidades de produzir riqueza, este efeito deve proceder de falta de adequado estímulo à continuada produção. Diz «que os mais imediatos e efectivos estimulantes para a contínua criação, e progresso de riqueza, são; *aumento da população; acumulação de capital; invenções de poupar trabalho; fertilidade do terreno.*

Por ora prescindirei dos primeiros; e só discutirei este último, por ser mais imediatamente ligado à teoria da geral indústria; ter aplicação prática a este reino do Brasil, tão distinto pela sua fertilidade; e a discussão a este respeito servir de explanação das expostas causas do adiantamento da indústria. Sendo este escritor um dos maiores mestres de economia política, por isso mesmo que a sua autoridade é de muito peso, convém que se demonstre a parte errônea, e a verdadeira da sua doutrina.

Mr. Malthus diz: considerando-se a um obreiro, supondo-se nele certo grau de indústria e habilidade, quanto menos tempo lhe for necessário empregar em busca de alimento, tanto mais tempo lhe restará, que

lhe possibilite o se empregar em obras de cómodo e luxo; mas em razão disto, os economistas teóricos têm caído em erro; pois, pelos casos singulares da indústria de alguns indivíduos, precipitadamente concluem, que também será assim igualmente aplicada à indústria de todas as classes. Afirma mostrar a experiência, que a *facilidade que um povo tem de adquirir o alimento, cria hábitos de indolência*; e esta indolência o induz a preferir o *luxo de trabalhar pouco, ou nada*, ao luxo de possuir os confortos e cómodos da vida.

Nota que esta preferência é *matéria de facto*, confirmada por todas as notícias que temos das nações em diferentes graus do seu progresso; sendo muito geral nos rudes começos da sociedade, e não deixando de ser comum ainda nos Estados os mais civilizados. Assevera que seria escassa a porção dos artigos de cómodo e luxo na sociedade, se os que são os principais instrumentos da sua produção, não tivessem mais fortes motivos para os seus esforços do que o desejo de gozá-los.

Conclue pois que *a falta dos necessários da vida é a que principalmente estimula as classes trabalhadoras a produzir esses artigos*; e que, se este estímulo fosse removido, ou muito enfraquecido, em modo que tais *necessários* se pudessem obter com pouco trabalho; em vez de se empregar mais tempo para a produção deles, há razão de pensar que menos tempo se dedicaria a esse efeito.

O fundamental erro dos economistas teóricos (continua o autor) é o não tomarem em consideração a influência de tão geral e importante princípio da natureza humana, como é a *indolência, ou o amor do descanso*, e o darem por certo, que o luxo sempre será preferido à indolência; quando aliás a história da sociedade civil assaz mostra, que o gosto próprio a estimular a indústria é *planta de tardio crescimento*, e que não basta ao género humano o ter o poder de produzir e consumir, para deixar de preferir a indolência ao prêmio do trabalho.

Refuta a doutrina de Mr. Ricardo, o qual diz: «Os que têm à sua disposição os artigos de alimento, e os mais necessários à vida, não estarão *por muito tempo* em falta de obreiros, que fabriquem os artigos úteis e agradáveis que desejem».

Decide, que esta doutrina é contrária à experiência; pois, se o estabelecimento, amplitude, e perfeição das manufacturas nacionais fossem cousa fácil, os nossos antepassados não teriam permanecido por séculos tão mal supridos delas, sendo obrigados a dispender a principal parte do rude produto das terras na matança dos criados, e preguiçosos. Todavia no Cap. III, Sec. I, pag. 140 disse: «Deve-se confessar que tem sido justamente observado por Adam Smith, que quando o alimento está provido, é comparativamente fácil achar o necessário vestido, e habitação».

Mr. Malthus se vale da autoridade de Mr. Humboldt, o qual, como testemunha de vista e fidedigna, descreve a supina incúria, e sórdida miséria dos mexicanos, que aliás são de país de estupenda fertilidade

de terras, e benignidade de clima, vivendo quase sem trabalho, pela fácil produção, e colheita dos frutos da terra, e aves aquáticas, subsistindo até na capital do México (onde aliás os mantimentos são mais caros pelas más estradas) vinte a trinta mil índios e mestiços *sem nada fazerem*, como os *Lazarões* de Nápoles, dormindo dia e noite quase nus pelas ruas, e (como diz) *à bela estrela*; e que até os que fazem algum trabalho, e se honram do timbre de não pedirem esmola, vivem satisfeitos com o salário de dois dias, que lhes dá o sustento para a semana, contentando-se com o *simples necessário*. Diz que a indolência e a improvidência dos naturais é ainda maior nas chamadas *terras quentes*; e que as regiões equinociais são, pelas ditas causas, frequentemente expostas aos horrores da fome; e por isso a sua população é minguada, podendo aliás ser oito ou dez vezes maior, ainda sem trabalhos extraordinários na cultura das terras. Diz mais, que parece incorrigível a preguiça dos naturais, pela prodigiosa multiplicação das bananeiras, cujo fruto é da mais nutritiva substância, de que não se faz ideia na Europa; e que por isso frequentemente se ouve repetir nas colónias de Espanha, que o povo só seria industrioso, se se mandasse arrancar tais árvores por uma *cédula real*.

Diz enfim, que na zona tórrida, onde uma mão benfeitora espalhou o gérmen da abundância, o homem descurioso e fleumático experimenta periodicamente uma falta de subsistência, que a indústria dos povos cultos afasta das regiões mais estéreis do norte; e que não é de admirar, que, em o Novo Continente, a civilização tenha começado nas Cordilheiras em terreno menos fértil, e céu menos favorável ao desenvolvimento dos entes organizados, onde a *necessidade desperta a indústria*.

CAPÍTULO XXI

Discussão

Mr. Malthus logo no prefácio da sua nova obra recomenda, que, nas discussões económicas, não se perca jamais de vista a que se diz *ser admirável regra* de Newton, de não se admitir para explanação de algum fenómeno mais causas do que são necessárias. Eu seguirei esta regra, e não menos as outras, não menos veneráveis, do mesmo Newton. *A Natureza nada faz de balde ela é concorde consigo mesma.*

Em observância destas regras, não se deve atribuir à fertilidade das terras a inércia dos seus naturais, quando outras causas dão solução ao fenómeno; e é evidentemente contraditório dar a natureza fertilidade às terras, e ao mesmo tempo dar tropor aos espíritos e corpos para não se aproveitar a sua dádiva.

Referindo o leitor ao que já ponderei na Parte I destes *Estudos*, Cap. VII, pag. 89, e Parte III, cap. XIV, e XXII, parece que as opiniões de Mr. Malthus e Humboldt, são uma paródia da que já inculcaram Montesquieu³² e Paw³³, generalizando-a, e aplicando especialmente à Ásia e América, e que foi depois vitoriosamente refutada por vários escritores de nome³⁴. Ainda que os climas tenham considerável influência no corpo físico e político, nunca este pode essencialmente alterar a constituição humana, de sorte que absolutamente entorpeça, e menos amortize, o inato princípio do amor do gozo, e da melhora de condição, que é o principal motor da indústria enérgica e regular da sociedade, depois de dar qualquer tribo passos na carreira da civilização; além dos outros estimulantes do desejo de distinção, emulação de excelência, vaidade e cobiça de riquezas, etc.

Poderia, talvez não incongruamente, recorrer à autoridade do *Cantor das Geórgicas* que, considerando o reino da Itália como a digna sede do Império Romano, lhe faz o elogio, de ser não menos poderosa nas armas, que na fertilidade da terra³⁵. Dir-se-á que a poesia não tem autoridade na economia política. Replicarei, que a política fez dizer ao estadista Salústio, que se verificou esse dito do Épico, quando havia *indústria na casa, e justiça fora dela*³⁶. Todos que tiverem nascimento em terra fértil, devem cada dia no amanhecer bem dizê-la com o *Deus te Salve* segundo fez Virgílio a seu país natal:

SALVE MAGNA PARENS FRUGUM, SATURNIA TELLUS MAGNA VIRUM^a.

Se as opiniões referidas fossem de escritores de menos crédito, e não grassasse igual conceito em muita gente, não só da Europa, mas também da América³⁷, não valeriam a pena de refutação séria; por con-

³² *Esprit des Loïs*.

³³ *Recherches Philosophiques sur les Américains*.

³⁴ Volney na sua *Viagem à Síria* exauriu esta matéria.

³⁵ *Tellus potens armis, atque ubere glebae*, [A terra poderosa nas armas e na fertilidade da terra].

³⁶ *Domí industria, foris justum imperium* [A actividade em casa, o poder justo no foro], Bell. Catil.

³⁷ Já tenho ouvido dizer a naturalistas de espírito, que é fantástico o esperar enérgica indústria nos naturais deste reino, onde até se vê o mau exemplo do *Bradipus* (*Proguia do Brasil*) que mal dá um passo por dia. Que imensa é a opulência de um país, que até nutre de graça os entes dos graus infimos na escala da criação! Talvez em nenhum país se vê tanta variedade de *plantas parasitas*, que não se nutrem da terra, mas de árvores de exuberante potência vegetativa. Eis o que se vê nas casas fartas, e ricas, cujos abundantes sobejos chegam para as moscas, ratos, ladrões, e formigueiros! Miserável é a cabana que também não alimenta os vermes: Bem disse o Lírico de Augusto:

Exilis domus est, ubi non et multa supersunt.

Et fallunt dominos, et prosunt furibus [A casa é pequena quando não restam muitas coisas: não só engana os senhores, como é útil aos ladrões].

^a Salve, grande mãe dos frutos, grande Satúrnia, terra das forças.

terem um paradoxo, que repugna à razão desprevenida; à irresistível evidência da ordem cosmológica; á justa teoria das *causas finais*; e enfim ao senso comum de todos os indivíduos e Estados, que preferiram sempre os férteis, saudáveis e, geniais países, para cultura, compra, ou conquista, com os maiores sacrificios de trabalho, tesouro, e sangue. Nenhum conquistador preferiu a Arábia à Índia: foram os tártaros que conquistaram a China, e não os chineses a Tartária, etc.

Ainda que sejam inabitáveis, e de gente estúpida, os países de insuportável frio e calor, e em consequência os países e climas das zonas temperadas reúnem decisivas vantagens favoráveis à vida, indústria, e civilização; daí se não segue, que deva produzir iguais efeitos, tanto a esterilidade das terras e inclemência dos climas, como a sua nímia fertilidade e benignidade; visto ser incontestável, que a adorável providência deu aí *compensações e lenitivos* aos ardores do sol, pelos ventos periódicos, chuveiros frequentes, doces orvalhos, e sombras de arvoredos, com que se refresca a atmosfera, promove a frutificação, e ajuda ao trabalhador; além de outras circunstâncias de disposição de montanhas, e multidão de rios, portos, etc., que facilitam os trabalhos e o troco dos produtos; e até dão amena variedade de climas, adaptáveis a todos os temperamentos, e gostos.

Além de que não faltam por isso em todas as partes os naturais estimulantes da geral indústria, isto é, os encontros que excitam as forças do espírito e corpo, para se vencerem as resistências físicas das montanhas, penedias, cataratas, aluviões, e pântanos; até achando-se os industriosos em luta constante com a vitalidade, e vegetação. Não lhe podem em consequência também faltar os estímulos mentais dos cuidados precisos³⁸ para descobrirem os meios adequados aos fins de obterem o que carecem e desejam.

Não podem haver argumentos que invalidem esta verdade experimental; nem é lícito emudecer, e não repeli-los, sem ingrato desconhecimento dos desígnios e dons do Criador. Os contra citados factos se explicam por *causas óbvias*, que admira não serem todas nomeadas, antes algumas misteriosamente omissas, por escritores tão dignos de sua reputação, sendo as principais o *Abarcamento de terras*, o *Tráfico da Escravatura*, o *Sistema Colonial*.

Bastaria aqui lembrar a História Sagrada, onde se decreve a *Terra da Promissão* (segundo a frase oriental, indicativa da fertilidade de solo, e benignidade de clima) em que *corria o leite e o mel*, e os cachos de uvas se carregavam a pau e corda³⁹; sem que por isso o povo israelítico dei-

³⁸ *Curis acuens mortalia corda* [Estimulando com preocupações os corações mortais], Virgílio.

³⁹ Isto se verifica à letra nos *cachos* das chamadas *bananas da terra*, que nos terrenos mais férteis é preciso sustentar na árvores com forquilhas, e um só exige ser carregado por duas pessoas robustas. O mesmo bem se verifica nos cachos de cocos, nos inhames, e nas *jacas*, que, além disto, como o *cacáu*, prodigiosamente se multiplicam desde o tronco até o vértice.

xasse de ser gradualmente industrioso, pelo menos, na indústria agrícola, fabril, e náutica, principalmente no governo do rei sábio, pacífico, e protector da navegação, qual foi Salomão, depois que, pelo Tratado de Comércio com *Hiram*, rei dos Tírios⁴⁰, se afamou, não menos pelas riquezas do templo e paço de Jerusalém, que pelas frotas de Ofir; constituindo-se por isso, ainda em território medíocre e marítimo, *grande nação*, enquanto não decaiu por idolatria, corruptela, rebelião, discórdia, divisão dos Estados, e invasão de conquistadores. Mas como no século presente não poucos affectam desdenhar esta espécie de prova, que aliás se firma no mais autêntico monumento histórico da sociedade, não insistirei neste ponto.

CAPÍTULO XXII

Doutrinas de Mr. Malthus sobre a importância da fertilidade das terras

Mr. Malthus no Cap. III, Secção X e Cap. VI, Secção VI, diz «A definição da *terra fértil* é, o ser de produção, que pode sustentar maior número de pessoas do que são necessárias para cultivá-la. Não há dúvida que um território fértil terá prodigiosa vantagem sobre aqueles cuja riqueza quase inteiramente depende das manufacturas.

«Não é clara indicação da mais inestimável qualidade que Deus deu a um território a qualidade de ser capaz de manter mais pessoas do que são necessárias para o cultivar? Não está justamente assentado, que o *produto supérfluo* à manutenção dos cultivadores da terra, é o manancial de todo o poder e gozo; e sem o qual, de facto, não haveriam cidades, força militar, e naval, nem artes, nem ciências, nem manufacturas engenhosas, nem os mais artigos de cómodo e luxo, que distinguem a sociedade civilizada e polida, e que não só dão elevação e dignidade, mas também estendem a sua benéfica influência a todo o corpo do povo? Na pag. 226 diz: «No progresso da sociedade, a maior parte daquele *supérfluo* cabe principlamente em partilha aos proprietários da terra em forma de *renda*; ele vem a ser um magnífico *dom da Providência*.

Diz mais: «Se um território fosse tal, que, por melhor que fosse dirigida a indústria dos homens, não produzisse mais do que o apenas suficiente a manter os que nele empregassem todo o seu trabalho e cuidado na colheita, ainda que, neste caso, os artigos de alimento e materiais de obra seriam mais caros que presentemente, é claríssimo, que não existiria *produto supérfluo aos cultivadores*, para darem considerável renda, nem altos proveitos dos fundos, nem altos salários do trabalho.

⁴⁰ Lib. III, Reg. Cap. V.

Diz porém na pag. 228: «Sem total mudança na constituição da natureza humana, e na situação do homem na terra, o todo dos necessários à vida não pode ser fornecido com a mesma abundância que o ar, a água, etc. A ilimitada facilidade de produzir alimento em um limitado espaço seria o mais desastrado presente. Por isso o benévolo Criador, conhecendo as necessidades de suas criaturas, sob as leis a que as sujeitou, não podia na sua misericórdia fazer-lhes tal donativo».

Mas a questão não é, se seria saudável, ou pernicioso, tal desproporcionada Divina Munificência; mas se a sua distinta mercê de extraordinária fertilidade, com benignidade de clima, de certas porções do globo, deixa de ser inestimável benefício, ou antes terrível presente, pelo suposto infalível efeito de produzir indolência, e improvidência em os naturais de tal país, e em consequência tirar-lhes, ou por extremo diminuir-lhes, os estimulantes de se aproveitarem dos dons da bondade do Criador, dando torpor às faculdades do espírito e corpo, e impossibilitando-lhes a indústria regular, activa, e produtiva, e a merecida riqueza e prosperidade que daí provém?

Faz porventura o Autor da natureza alguma cousa frustânea, e em contradição à sua infinita inteligência? Será necessário que os povos de tais países sejam primeiro reduzidos a sentir o agulhão da necessidade pelos *viveres caros até certo ponto*, para começarem a ser industriosos? Eis o ponto da dúvida.

Mas Mr. Malthus a resolve, indicando as genuínas imediatas causas, porque a fertilidade das terras, por si só, não é estimulante à população, nem favorável ao progresso da opulência; e todas essas causas (em última análise e termos simples) se reduzem à *ignorância e violência* dos que estabeleceram em tais terras errôneo sistema económico, que faz perder e frustrar, em grande parte, os dons da Providência, estabelecendo sem mitigação o *trabalho forçado*, fechando aos estrangeiros os portos que ela abriu; e abarcando poucos proprietários extensões enormes de distritos, que não podem, nem deixam, cultivar, e assim opondo-se ao gradual desenvolvimento da indústria, inutilizando, ou obstruindo, as fontes da vida, e riqueza.

Na pag. 229 diz: «O produto supérfluo aos lavradores, que uma certa quantidade de terra dá em forma de renda ao proprietário..., em lugar de ser a medida do *trabalho necessário* a produzir a quantidade de alimento que a mesma terra pode dar, é finalmente a exacta medida do *alívio do trabalho* na produção do mesmo alimento, dado pela benigna Providência. Se este final supérfluo fosse pequeno, o trabalho de grande porção da nação seria constantemente empregado em procurar pelo suor de seus rostos os *meros necessários* da vida; e a mesma nação seria muito escassamente provida com *artigos de luxo*, e com *descanso*; ao contrário, sendo grande esse produto supérfluo, abundariam as artes, manufacturas nacionais, e estrangeiras, literatura, e descanso.

O mais notável é, que Mr. Malthus, tendo feito tantos elogios da fertilidade das terras, até pela vantagem de dar aos proprietários o *ócio com dignidade*, crescendo as suas rendas com o progresso da cultura e população, contudo considere o encanto da fertilidade quase como o da Circe da fábula, que convertia os homens em animais.

Reconhecendo a *natural conexão entre renda e fertilidade*, tendo afirmado que «a possibilidade que uma terra tem de dar rendas é exactamente proporcionada à sua fertilidade; na pag. 233 diz: «Se compararmos os países que estão em circunstâncias semelhantes a respeito de extensão de território, e capital empregado na cultura, achar-se-á (no progresso da civilização) que a renda será em proporção da natural ou adquirida fertilidade da terra; e que, *se fosse dobrada a natural fertilidade de Inglaterra*, e o povo igualmente industrioso, e empreendedor, o país, *conforme à justa teoria*, teria sido presentemente mais rico e populoso, e as rendas das terras teriam ainda mais que dobrado: ao contrário, se a ilha possuísse somente a metade da sua presente fertilidade, e só pequena porção dela admitisse a cultura do trigo, a riqueza, e população do país, teria sido insignificante, e as rendas das terras seriam a metade menos do que agora são». Se pois esta é a *justa teoria*, como tanto insiste em persuadir que a fertilidade das terras não é favorável à indústria?

Em outro lugar diz, que «a *fertilidade da terra* é a única fonte de permanentes altos proveitos do capital; e que, na verdade, *é mui óbvio*, que, comparando-se a dois países, tendo os mesmos capitais, e a mesma quota de proveitos, se um produzir o seu trigo, e o outro for obrigado a comprá-lo, aquele, principalmente *se for fértil*, será muito mais populoso, e terá muito maior rédito disponível para *impostos*. Felizmente para o género humano a *renda líquida* das terras, no sistema de propriedade particular, não se diminui jamais no progresso da cultura. Qualquer que seja a sua proporção ao *produto grosso*, a respectiva quota sempre irá em aumento, e dará um fundo para os *gozos e descanso da sociedade*, suficiente para fomentar e animar toda a massa.

Na pag. 235 diz: «O outro mui desejável benefício pertencente a um país fértil, é que os Estados que são dotados dele, não são obrigados a dar muita atenção aos clamores que afligem e quebram o coração das pessoas que têm sentimentos de humanidade; tais são os clamores dos fabricantes e negociantes para o governo pôr taxa baixa nos salários do trabalho, a fim de acharem mercado para as suas exportações. Se um país não pode ser rico sem este expediente, sou disposto a dizer *pereçam tais riquezas!*»

Como pois diz, que as classes trabalhadoras não podem ser industriosas sem o *estímulo da necessidade*, e *viveres caros* até certo ponto? Na hipótese de ser dobrada a fertilidade de Inglaterra, não dobrariam os estimulantes à indústria; antes, ao contrário, se dobraria a inércia do

povo, e a riqueza seria na *razão inversa* da fertilidade; o que é absurdo, e contrário à experiência.

Na pag. 463 diz: «Na *fertilidade do terreno*, e na faculdade do homem em aplicar *máquina*, como substituto do trabalho; e nos motivos de indústria enérgica que resulta do sistema de propriedade, as *grandes leis da natureza* têm *provido ao descanso* de certa porção da sociedade; e, a não ser esta benéfica oferta aceite por adequado número de indivíduos, não só se perderá muito bem positivo, que se poderia alcançar, mas também o resto da sociedade, longe de ser beneficiado pela privação, será decididamente danificado». Isto é verdade; mas então o *descanso* não deve ser monopolizado por poucos, mas será, em bom governo, mais extensamente distribuído pelo corpo do povo, em justas proporções para o necessário *trabalho*, e para o conveniente estudo da literatura, a fim do progressivo e mais geral aumento da inteligência das classes laboriosas.

Mostra-se pois a todas as luzes, que a fertilidade das terras é a mercê da providência, que constitui o maior *património das nações*, que são com elas mais favorecidas; e, sem ela, todas as mais causas que influem no progresso da indústria e riqueza são, comparativamente, impotentes. Ao céu pois, com mui especial razão devem com gratidão levantar as palmas os habitantes de tais terras, e podem com verdade, e religiosos êxtases, dizer *Deus nos doou este descanso*. Este descanso porém, havendo facilidade de instrução, dá energia ao espírito para meditar nas leis e obras do Criador.

Então os naturais da zona tórrida poderão dizer com verdade, estes bens da vida que a fértil madre brotou com menor pena que as das regiões de céu mais triste, *não são roubados* ao suor alheio, mas *dados por Deus*, como antigamente cantou o economista Hesíodo no seu poema das Obras e Dias⁴¹.

Seja pois lícito aos habitantes do Brasil regozijarem-se de que também lhes coubesse em sorte uma primazia, que eleva os espíritos com as imagens mitológicas da *Primavera eterna*, com que o poeta *destrado no Euxino* pinta com pena de águia os deleitosos campos patriarcais da fabulada *idade de ouro*⁴². Mas devo sempre dizer, que não

⁴¹ Sozinha, Diofantos, a pobreza excita as artes. Ela é mestre do esforço
Hesíodo, Lib. I, Vers. 323 [Traduzido do grego.]

⁴² Ver erat aeternum, placidique tepentibus annis

Mulcebant Zephyri matos sub semine flores.

Mox etiam fruges tellus inarata ferebat,

Nec renovatus ager gravidis canebat aristas.

Flumina jam lactis, jam flumina nectaris ibant,

Flava que de viridi stillabant illice mella [A Primavera era eterna e, com sopros quentes, os suaves zéfiros tocavam levemente as flores nascidas sem semente. Logo a terra não lavrada produzia frutos e o campo sem cultura amarelecia com espigas pesadas. Já os rios de leite corriam, já os rios de néctar corriam e o flavo mel caía do verde carvalho.]

Ovidio *Metam.*, L. I, Vers. 107.

poderemos regozijar-nos de aclamar os *campos bem aventurados*, senão quando a Divina Providência permitir, que a agricultura se faça por *braços livres*.

O exposto é mais que exuberante para refutação do paradoxo de Mr. Malthus. Porém a importância da matéria é digna de mais circunstanciada discussão.

CAPÍTULO XXIII

Continuação da discussão das opiniões antecedentes

É bem notado por Mr. Malthus, que um dos motivos de terem caído em erro os economistas, tem sido o quererem tudo generalizar, e simplificar, mal attribuindo os fenómenos da sociedade somente a uma causa, quando aliás a eles concorre a operação de mais causas.

Reconheço com Mr. Malthus, que a fertilidade do terreno, por si só, não dá adequado estímulo ao rápido progresso da riqueza, ainda que aliás dê a maior natural capacidade para a sua recrescente produção. Sem dúvida, para este efeito, é necessário, que concorram, simultaneamente, as cooperantes causas indicadas no Cap. IV.

Concordo também com o que diz na pag. 470, que a *necessidade* é o primeiro estimulante da indústria na *ordem da precedência*; mas não posso assentir que também o seja (como diz) na da *importância*, excepto entendendo-se das *necessidades factícias*.

Concordo que a extensão e perfeição das manufacturas, são de facto, de *tardio crescimento*; por ser em todos os países o gradual efeito da progressiva acumulação de inteligência, e capital; da regulada liberdade civil; do vasto comércio estrangeiro. Os povos selvagens são o embrião da espécie; as suas faculdades intellectuais, ainda na mais fértil, e boa terra, estão, por assim dizer, *sopitas*, como o fogo na pederneira, que precisa de quem as saiba extrair, e não extinguir. Não admira que os naturais das mais férteis terras vivam em penúria, onde há mau governo, quando os de outras, como o Egipto, a Índia, e China, tendo as maiores vantagens de rios, e portos para o comércio, são aversos à navegação, contra o destino evidente do Criador. Tanto pode a ignorância!

Entendo todavia que será mais rápida a carreira de indústria e opulência de qualquer nação onde preponderarem a fertilidade do país, a benignidade do clima, e as referidas concomitantes circunstâncias; principalmente em colónias de nações mais industriosas, inteligentes, e ricas: e assim o abona a experiência pelos irrecusáveis factos históricos das colónias da Grécia, como demonstrou Smith no Liv. IV, Cap. 7, cujas passagens acima transcrevi no Cap. VI.

Na verdade, é inextremável a indolência do género humano; e, sem dúvida, ela muito prevalece no estado rude da sociedade, quanto a indústria regular e produtiva, bem que os indígenas do país, façam contínuos e duros, mas estéreis e destrutivos, trabalhos; não só por ser isso o efeito da inércia da matéria, e sensibilidade animal, mas também porque o instinto social ali não predomina. Ainda no estado civilizado, os superiores em inteligência e força incessantemente porfiam em lançar sobre os ombros dos outros o carregamento dos mais penosos trabalhos.

A preguiça pois não é, nem deve ser, nota característica e privativa dos habitantes de país fértil, sendo não só *vício comum* de todos os homens, mas também, e principalmente, das defeituosas instituições civis, que agravam, e dão fomento a esse mal. Todavia, esse mesmo vício aí tem, mais ou menos, fortes antagonistas no amor do gozo, na cobiça e vaidade, etc., que dão vivos estímulos para indústria enérgica. É absurdo pois atribuir à fonte da vida, e da riqueza, o que só é o efeito da ignorância e malícia dos homens.

Mr. Malthus se convence com as próprias doutrinas: na pag. 245 diz: «Entre as *primeiras e mais importantes causas*, que influem na riqueza das nações, devem *inquestionavelmente ser postas as que pertencem à política e moral*. A segurança da propriedade, sem que não pode haver animação da individual indústria, depende principalmente da constituição do país, da excelência das suas leis, e da maneira em que são administradas. Os hábitos que produzem regulares esforços, e geral rectidão de carácter, e que conseqüentemente são mais favoráveis à produção e acumulação da riqueza, *dependem principalmente das mesmas causas, combinadas com a instrução moral e religiosa*.

Na Secção IV estabelece, que para a activa indústria, e progressiva riqueza dos países, posto que férteis, e de grande capacidade para a produção, é necessário, que não haja enorme desigualdade na divisão da propriedade territorial; estejam em situação favorável ao comércio interno, e estrangeiro, e que este seja vasto; haja grande demanda e variedade dos produtos da terra; introduzam-se manufacturas, que dão valor aos mesmos produtos, e multiplicam os empregos. Assim diz:

«De todas as causas que tendem a formar hábitos prudentiais nas classes inferiores, o mais essencial é a *liberdade civil*... Nenhum povo pode ser acostumado a formar planos para o futuro, que se não sinta seguro de que os seus industriosos esforços, sendo justos e honestos, terão livre emprego; e que a propriedade, que possuam, ou possam adquirir, lhe seja segura por conhecido código de leis, e essas imparcialmente administradas... Além disto é necessário obrigar as classes superiores a respeitar as inferiores, para estas também respeitarem a si próprias.

«É conhecido que as facilidades da produção têm a mais forte tendência de abrir mercados tanto dentro como fora da nação: a presunção sempre é, que elas conduziram à grande extensão de riqueza, e de valor.

Mr. Malthus em vários lugares de sua obra firma a doutrina seguinte.

«As causas mais favoráveis ao aumento do *valor dos produtos* são, fácil divisão e subdivisão da propriedade territorial; extensão de interno e externo comércio.

«No primeiro estabelecimento e colonização de novos países, a fácil divisão e subdivisão das terras, é um ponto da maior importância. Sem a facilidade de se alcançarem terras em pequenas proporções, pelos que têm acumulado pequenos capitais, e de se estabelecerem novos proprietários no território, logo que novas famílias vêm nascendo do fundo paterno, não se pode dar adequado efeito ao princípio da população. A facilidade de estabelecer a geração presente ainda é mais imperiosamente necessária nos países interiores, que não são tão favoravelmente situados para o comércio interno e externo. Se em tais países, pelas leis e costumes relativamente à propriedade territorial, se põem grandes dificuldades à sua subdivisão, eles podem permanecer por séculos pouco povoados, a despeito do princípio da população; entretanto que a fácil divisão e subdivisão das terras, logo que se multiplicam as famílias, que se devem prover, poderia, ainda com um comércio comparativamente pequeno, favorecer a demanda efectiva para a população, e criar um produto que teria não inconsiderável valor no mercado.»

«Logo que os senhorios e lavradores experimentam, que não podem realizar o recrescente produto, em modo que possam adquirir maior riqueza, eles cessam de empregar *mãos trabalhadoras*.

«Os proprietários de terras férteis, mas não favoravelmente situadas a respeito dos mercados, ainda que tais terras sejam capazes de lhes dar mais produtos do que eles, e os seus imediatos dependentes, possam consumir, nem por isso serão dispostos a deixá-las cultivar por outros, ou repartir com eles.

«No meio da abundância de uma terra fértil, os naturais do país de boa vontade cultivariam os extensos distritos abarcados pelos grandes proprietários, e não deixariam de tirar deles ampla subsistência para si e suas famílias: mas no actual estado, assim da *ténue demanda do produto* em muitas partes do país, como da ignorância e indolência dos mesmos naturais, esses lavradores não poderiam pagar uma renda tal, que os senhorios das terras achassem interesse de lhes permitir a entrada em seus domínios; e, em consequência, *as terras que teriam capacidade de sustentar a milhares de homens, se deixam desertas, para sustentarem apenas poucas centenas de gado*.

«Entre os ditos senhorios, o capricho e a indolência podem muitas vezes prevenir que cultivem por si mesmo, as suas terras. Contudo, no

geral, pode-se esperar, que, ao menos em considerável grau, cedam à mais constante influência do interesse particular. Porém a *viciosa divisão do território* obsta, que o motivo do interesse opere tão fortemente, como devia ser, na extensão da cultura.

Sem suficiente comércio estrangeiro, para dar valor ao produto rude da terra, e antes que a *geral indústria das manufacturas* haja aberto canais à indústria doméstica; a *pouca demanda do trabalho*, que fazem os grandes proprietários, é logo assaz suprida; e acima de tal demanda as classes trabalhadoras *nada têm que dar pelo uso de suas mãos*. Nestas circunstâncias, se a comparativa falta de comércio e manufacturas (que a grande desigualdade da propriedade territorial tende antes a perpetuar que a corrigir) obsta ao progresso da demanda do trabalho, e do produto, a qual só pelo seu crescimento poderia remediar a desanimação do povo, ocasionada por essa desigualdade; é *óbvio*, que a *América espanhola pode por séculos permanecer pouco povoada e pobre, comparada com os seus naturais recursos*.

A maior de todas as dificuldades em converter um povo rude, e pouco numeroso, em civilizado, e cheio de gente, é o inspirar aos habitantes *precisões melhor calculadas a excitar os seus esforços para a produção das riquezas*. Um dos maiores benefícios, que o comércio estrangeiro confere, e a razão porque sempre pareceu ser quase necessário ingrediente no progresso da riqueza, é pela sua tendência de inspirar novas precisões, formar novos gostos, e fornecer novos motivos à indústria. Ainda os países civilizados, e ricos, não podem perder quaisquer desses motivos.

Mr. Malthus com Mr. Humboldt reconhece no lugar citado da Secção VII, que tudo isto falta às colónias de Espanha; que aí as terras são abarcadas em imensa extensão por grandes proprietários, sem que o governo os obrigue a vender as possessões que não podem cultivar; que são péssimas as estradas interiores, ainda na vizinhança da capital do México; que faltam consumidores, que dêem vasta extracção e bom preço aos produtos da terra, os quais em consequência é inútil multiplicar; que, suposto não faltem capitais, todavia não circulam, por estancados em cofres de entesouradores de enormes somas de ouro e prata, quais são os morgados, e os negociantes que se retiram do comércio; que não têm estabelecimentos de manufacturas, nem directo comércio estrangeiro para segurar a extracção dos produtos da terra.

Não obstante todas estas desvantagens, na pag. 389 cita ao mesmo Mr. Humboldt, o qual diz, que onde se descobrem novas minas, *logo se desperta a indústria*, e os povos cultivam com activo e penoso trabalho as montanhas; e Mr. Malthus na pag. 338 faz a seguinte categórica declaração. *Não se pode duvidar por um momento, que a indolência dos naturais é grandemente agravada pela sua situação política*.

Se pois há tão exuberantes *causas morais*, e específicas, as quais são *mais que necessárias* para explicar o fenómeno da actual indolência e

improvidência dos mexicanos; é contra a recomendada *admirável regra de Newton*, recorrer à *causa geral* do princípio da *indolência humana*, e ainda menos à *causa local* da *excessiva fertilidade das terras*, e benignidade do clima; constituindo a sabedoria e bondade da Providência em contradição a si mesma, sendo profusa, mas inutilmente liberal, aos homens dos países que tanto abençoou. Não é mais pio e filosófico pensar, que o Autor da natureza nada fez na terra sem fim útil às suas preeminentes criaturas sublunares; e que, onde depositou em mais liberal mão os seus tesouros, e recursos físicos, também destinou, e possibilitou aos respectivos habitantes o seu gradual aproveitamento, e recto uso, por superiores naturais dotes de espírito, contanto que bem cultivem o entendimento, e não abusem do livre arbítrio, assim os governados, como os que governam?

Sem dúvida os indígenas dos países férteis não se submeteram de bom grado aos improbos trabalhos das minas dos metais preciosos, como os míseros escravos condenados a esse mal, e feitos *servos de pena*, quase igual à de suplício capital. Sendo bem ensinados, saberão usar das máquinas, como nos países de *braços livres*, para bem executarem sem repugnância os trabalhos necessários, pela evidência do próprio interesse e bem-comum.

Mr. Humboldt faz menção honorífica do aproveitamento da gente de educação na capital do México, que se distinguia na Escola do Desenho e Belas Artes, que, bem que tarde, o seu governo aí fundou. Eis os elementos da indústria superior! É natural que os que nasceram debaixo de céu propício; sempre prefiram (como disse Colombo ao soberano de Espanha) *passar do sol à sombra*.

É coisa singular que Mr. Malthus havendo tão justamente estabelecido as bases fundamentais da indústria progressiva e enérgica, contudo não atribua o desleixo dos mexicanos à falta dos poderosos estimulantes e causas morais que indica; aliás muito bem sabendo, que, pelo *sistema do cativo* de índios, africanos, e seus oriundos, que ainda rege nas colónias de Espanha, (sem falar nos rigores do seu sistema colonial,) não pode haver no maior corpo do povo a bem regulada liberdade civil, nem segurança das pessoas, nem facilidade de adquirir propriedade aos que se esmerarem em indústria; e que a força dos exemplos do ordinário mau tratamento e pouco religioso ensino dos senhores aos escravos (salvas as honoríficas excepções dos bons senhores) corrompe o espírito dos naturais livres, e impossibilita serem industriosos enérgicos, vendo o trabalho em desonra nas pessoas de tantos miseráveis; e sendo aliás contra a eterna constituição das coisas, que, onde os exercícios de cultura das terras, e das artes ordinárias (que dão o maior emprego aos braços) são preocupados, e quase absorvidos pela gente servil, os que nasceram em liberdade, ou adquiriram a alforria, jamais se emparelhem aos que estão naquela degradação, ou ainda que achem serviço competente.

Mr. Simonde na sua nova obra de 1819, faz a seguinte justa observação no Liv. I, Cap. IV, pag. 181 e 185. A cultura do trigo foi quase abandonada na Itália, desde que cessou de ser feita por braços livres. Experimentou-se em Roma, *bem como no Golfo do México*, os maus efeitos da cultura servil. Os trabalhos forçados, mau sustento, castigos, opressões de todo o género, destruíram rapidamente a população reduzida a cativoiro. A cultura das colónias do México foi fundada sobre o pernicioso sistema da escravidão; por isso consumiu a população, embruteceu a espécie humana, e fez decair o trabalho das terras.

Nada valem os paralelos de Mr. Malthus dos mexicanos com os Estados Unidos, e dos irlandeses com os ingleses.

A América inglesa foi colónia fundada pela Grã-Bretanha, quando começava a avançar em indústria náutica, e comercial; e, para a sua fortuna, não teve a distração de braços e capitais para a precária (se não illusória) indústria de minas de ouro e prata, que ali não se descobriram. Teve além disto as vantagens, que Mr. Malthus expõe nas pag. 260 e 468, dizendo que «o rápido aumento dos Estados Unidos da América, considerados no todo, indubitavelmente têm sido ajudados pelo comércio e capital estrangeiro, e particularmente pela faculdade de vender o seu rude produto, alcançado com pouco trabalho, por mercadorias da Europa, que custaram muito trabalho. A cultura de grande parte do território interior tem dependido, em considerável grau, da facilidade com que qualquer obreiro comum, sendo industrioso e económico, pode ser proprietário de terra, em razão da melhor divisão da propriedade territorial⁴³.

Diz na pag. 440 «Se o país é mal situado para o comércio estrangeiro, e os seus gostos, hábitos, e comunicações internas, são tais, que não animam activo comércio interior, nada pode ocasionar *adequada demanda dos produtos*, senão a *fácil subdivisão das terras*; e, sem tal subdivisão, um país com grandes recursos naturais, pode dormir por séculos sem terreno cultivado, e com pouca e esfaímada povoação.

Mr. Malthus atribui o progresso da indústria e riqueza da Europa depois que houve mais fácil divisão da propriedade, e mais extensa comunicação comercial entre os respectivos Estados, e com as outras partes do mundo. Assim diz na pag. 408 e 409: «Na actual divisão da propriedade territorial da Europa (que é muito melhor que há quinhentos anos antes) a maior parte dos Estados de que é composta, seriam comparativamente despovoados, se não houvessem neles comércio e manufacturas. Sem os *excitamentos resultantes desta sorte de indústria*, não se apresentariam suficientes motivos aos grandes proprietários, para dividirem as suas grandes herdades por venda, ou para cuidarem

⁴³ Devia acrescentar. Estas colónias foram estabelecidas e adiantadas por braços livres; ainda que admitiram escravos, sempre contudo aí muito preponderou a população europeia, ou dela oriunda, distinguindo-se a morigerada e industriosa da Alemanha.

em que sejam bem cultivadas. Pode-se justamente duvidar, se, no caso de ser interrompido o nosso comércio estrangeiro, acharíamos com probabilidade efectivos substitutos para chá, café, açúcar, algodão, sedas, anil, em modo que pudéssemos sustentar o nosso presente rédito: mas não se pode duvidar, que, se desde o tempo do Eduardo III persistisse a divisão da terra que antes prevalecia, e não crescesse nos estrangeiros a extracção das mercadorias nacionais, não só o rédito do nosso comércio, e manufacturas, mas nem ainda somente o rédito dos nossos territórios se aproximaria ao que ora existe.

Eis pois as causas, por que, antes da descoberta da América, foi tão tardio na mesma Europa o progresso das manufacturas, e das mais sortes de indústria útil. Não admira que a indústria da América esteja tão atrasada em três séculos, quando no continente europeu, que tem mais de milénio de civilização, em mais ou menos férteis territórios ainda está mui longe do seu meridiano. As causas da demora foram bem indicadas por Smith: 1^a A falta de segurança nos séculos da violência dos antigos governos, e de suas contínuas hostilidades; o que impossibilitava animação da indústria: 2^a A polícia da Europa, que nunca deu plena liberdade à indústria: 3^a As corporações das mestranças, as quais, ainda que promovessem o ensino das artes, contudo obtiveram monopólios, e exigiram longo tempo de ensino para os aprendizes; o que não era favorável a formar hábitos de indústria, e de emulação de excelência, mas antes de indolência e inércia: 4^a O necessário gradual progresso das manufacturas mais perfeitas, que, ou vem do sucessivo melhoramento das artes ordinárias, ou de introdução de comércio, capitais, e artistas estrangeiros; o que em todos os Estados sempre foi restrito, ou proibido.

Quanto à comparativa indústria dos irlandeses e ingleses, a inferioridade daqueles não procede da fertilidade das terras, e da fácil subsistência de batatas, mas sim das *causas morais*, pela dureza do governo, principalmente antes da união de Irlanda à Grã-Bretanha, aconselhada por Smith, e obtida por Piitt. Sendo aquela ilha tratada como país de conquista, e de papistas (segundo se diz ainda mais que no vulgo) era impossível nas classes inferiores dos irlandeses, não esperando melhora de condição, haver activa indústria, e bom carácter. Muitos escritores ingleses assim o têm mostrado.

O mesmo Mr. Malthus o confirma nas pag. 232, 233, 252, 253, e ainda mais na pag. 396 onde diz: «Em defesa dos paisanos de Irlanda se pode com verdade dizer, que no estado em que este país foi conquistado, não se pode fazer boa prova da sua indústria; porque, achando-se em estado de *opressão e ignorância*, não tem sido exposto aos ordinários estimulantes, que produzem hábitos industriosos.

Na pag. 314 diz: «É bem conhecido, que os trabalhadores irlandeses, quando se acham em Inglaterra, *tendo bons exemplos, e adequados salários*, que os estimulem, trabalham tão duramente como os seus

companheiros ingleses... *Esta última circunstância, por si só, claramente mostra, quão diferentes podem ser os pessoais esforços das classes trabalhadoras no mesmo país em diferentes tempos*; e, em consequência quão diferentes podem ser os produtos de um dado número de dias de trabalho, à proporção que a sociedade passa da indolência do selvagem para a actividade do estado civilizado. Na verdade esta actividade, dentro de certos limites, quase sempre, parece adiantar-se, quando é mais demandada, isto é, quando há mais obra a ser feita sem haver pleno suprimimento (ou número proporcional) de pessoas para fazê-la.

É de admirar que Mr. Malthus se referisse à autoridade de Mr. Humboldt, para atribuir também o atraso da povoação dos mexicanos à abundância de alimento, quando aliás atribui a excessiva população dos irlandeses a essa causa: assim diz na pag. 260. -O particular aumento da população da Irlanda, comparada com outros países europeus, obviamente se deve à adopção do alimento barato, que pode ser produzido em largas quantidades. O grande aumento da população de Inglaterra, e Escócia nos últimos anos, deve-se ao poder que as classes trabalhadoras têm de alcançar muita quantidade de alimento.

A actual e activa indústria dos ingleses não tem por causa a menor relativa fertilidade de suas terras, nem o mais caro geral alimento do trigo; mas sim é filha do mais liberal sistema económico e político do presente governo; o qual se foi gradualmente melhorando desde o reinado da sua celebrada soberana Isabel; e em consequência da diminuição dos males do governo feudal, que não protegia comércio, manufacturas, literatura, nem ainda dava segurança às pessoas e propriedades, vivendo os povos em pouco menos de estado bárbaro, distraídos com incessantes guerras. Então os ingleses eram escravos⁴⁴, e em consequência preguiçosos; e por isso não tinham incentivos à indústria activa e progressiva. Então ainda os grandes senhores do país precisavam de viver acastelados, e defendidos por matos, fossos, muros, e pântanos.

Macdiarmid em sua obra de 1806 *Inquirição dos Princípios da Subordinação Civil e Militar*, Parte III, Cap. III, pag. 344, diz, que -há quinhentos anos, em Inglaterra raro era o nobre que morresse na sua cama; sendo frequentes e impunidas os reptos e assassinios nas ruas, em claro dia, sem que a lei e autoridade pública os pudesse coibir.

Ensor na sua obra de 1818 *Inquirição da População das Nações* diz no Cap. II, pag. 176, que -os ingleses actualmente são mais atentos à saúde que antigamente; por terem, em muitos casos, substituído o café,

⁴⁴ Bem o mostra Macpherson nos seus *Anais de Comércio*, e o celebrado Wilberforce apresentou no Parlamento os antigos diplomas autênticos, que manifestavam serem então Londres e Bristol os principais portos do tráfico de escravatura dos naturais. Até os escravos de todos os países, quando são bem sustentados, e não maltratados, se mostram melhor serviços, e ainda industriais, para empregarem o seu permitido descanso em trabalhos que lhes sejam lucrativos.

e chá, ao uso dos licores que embriagam, e por isso têm adquirido hábitos mais activos, e inteligentes. Suponha-se antes, que um artista engenhoso de certo era vicioso, mas *tão absurdamente, como que um bom terreno é prejudicial à indústria.*

Sem dúvida nos países que se dizem ricos, e de grandes naturais recursos, os homens se subtraem, quanto podem, aos *trabalhos duros*, mas também não precisam deles; porque a natureza, como benigna e robusta sócia, na sua cooperação muito ajuda o braço dos trabalhadores, e lhes faz a principal e mais penosa parte das obras necessárias. Seria ímpio e absurdo não aceitar dela esse auxílio, que lhes dá mais descanso para o estudo das leis e obras do Criador, tendo ante si o magnífico espectáculo dos dons da Divina Beneficência. Sendo então menos custosa a *pensão do comer*, sobra-lhes tempo para sustentar a *paixão do saber*, que cresce, ainda mais insaciavelmente, onde o governo anima as artes e ciências, e não predomina a execrável fome do oiro, que devora os países que nele põem a felicidade da vida.

Smith bem mostrou, que o trabalho moderado é, em fim de conta, o que dá maior produto em cópia e perfeição; e que, se os directores das grandes tarefas da sociedade bem entendessem os próprios interesses, por pouco que também consultassem aos sentimentos e direitos da humanidade, tinham razão de antes aliviarem, que sobrecarregarem de continuos e duros trabalhos, os necessitados industriosos. Ela reclama por descanso e relaxação em justas proporções. Não se pode ser insensível ao que ele chama brado da natureza, sem que a pena também em breve venha a cair sobre a cabeça dos forçadores do trabalho iníquo, desproporcional, ou supérfluo.

CAPÍTULO XXIV

Observações sobre as vagas declamações contra o ócio

Ainda os melhores economistas têm confundido a preguiça e ociosidade, quando são efeito da soberba e inércia, com o amor do descanso racional, e alívio dos trabalhos duros e desnecessários: eles têm além disto estado no falso pressuposto, que está sempre nas vontades e mãos das classes laboriosas o executarem as obras precisas à existência, ou as comodidades e decências da vida; o que aliás, no progresso da civilização não se verifica: visto que, isto muito depende do sistema do governo; e, depois da apropriação de terras, e acumulação de fundos, o maior corpo das nações, (como já tenho dito e repetido) que vive de salários, sobretudo das classes dos jornaleiros, e artistas comuns, por mais industriosos que sejam, a sua ocupação, ou (segundo se diz) o *terem que fazer*, absolutamente depende da *demandada do seu trabalho*

da parte dos proprietários e capitalistas. Isto se justifica pela triste cena que ora se vê até nas partes mais cultas, e de *intensa indústria* da Europa, onde inumeráveis jornaleiros e artistas estão clamando por pão e trabalho; e com igual verdade podem responder aos que declamam vagamente contra a indolência dos povos, como, na parábola do Evangelho os arguidos de ociosos em Jerusalém *ninguém nos aluga*.

O celebrado escritor moralista e político inglês Paley faz as seguintes judiciosas observações.

«Mr. Hume nos seus diálogos póstumos afirma, que a aversão ao trabalho é a raiz de grande parte dos males que a humanidade sofre. Mas porque não distingue a preguiça do amor do cómodo? Está seguro que este amor do cómodo nos indivíduos não é antes o principal fundamento da tranquilidade social? Achar-se-á pela experiência que em toda a nação há larga classe de seus membros, em que a preguiça é a sua melhor qualidade, como correctivo de outras más. Se fosse possível em todas as circunstâncias dar recta direcção à indústria, nunca seria assaz a energia dos homens em seus trabalhos. Mas isso não é possível, sendo os homens agentes livres. Por isso, no seu actual estado, nenhuma coisa seria tão perigosa, como uma universal, incessante, e infatigável actividade. No mundo civil, como no material, a *força da inércia* é a que retém as coisas nos seus lugares.

«Parece também ser verdade, que as exigências da vida social reclamam, não só a original diversidade de circunstâncias externas, mas também uma mistura de diferentes faculdades, gostos, e temperamentos. Vida activa e contemplativa; inquietação e repouso; coragem e timidez; ambição e contentamento com o próprio estado, por não dizer também a indolência, e imobilidade, são coisas necessárias ao mundo; e todas conduzem ao bem dos negócios humanos tão justa e precisamente, como o leme, velame, e lastro do navio, que todas executam a sua parte na navegação⁴⁵.

Mr. Malthus parece em vários lugares entender *indústria* como absolutamente sinónimo de *trabalho mecânico*, em modo que o grau de indústria se meça pela intensidade do exercício e horas de trabalho, do jornaleiro no campo, do artista na fábrica, do mercador no escritório. Mas, com espírito de ordem a inteligente direcção da indústria, pode em menos tempo ser mais produtiva, do que o rude trabalho de qualquer género, e dar muito espaço para o descanso, estudo, e divertimento, em justas proporções. Isto mesmo reconhece aquele egrégio economista em a sua nova obra, onde no Cap. VIII, Sec. IX mostra, que, para a maior possível acumulação de riqueza, se precisa em todos os países, especialmente nos férteis, que exista mui considerável proporção de indivíduos que só consomem e nada produzem. Assim diz na pag. 464.

⁴⁵ Vide Paley, *Teologia Natural*, Cap. 25.

Qual seja a proporção entre as classes produtivas e improdutivas da sociedade, que dê a maior animação ao continuado aumento de riqueza, os recursos da economia política não são adequados a determinar; pois que depende de grande variedade de circunstâncias, particularmente da fertilidade do terreno, e do progresso da invenção de máquinas. Um terreno fértil, e um povo engenhoso, não só sustenta considerável porção de consumidores improdutivos sem prejuízo, mas até pode absolutamente requerer esse corpo de demandadores dos produtos, a fim de dar efeito às suas potências de produção; entretanto que um terreno pobre, e um povo de pouco engenho, se tentar o sustento de tal corpo, lançaria muita terra fora de cultura, e seria levado infalivelmente à pobreza, e ruína.

Na pag. 432 diz: Achar-se-á pela experiência ser verdade, que todos os grandes resultados, em economia política a respeito da riqueza, depende das *proporções*; e que de não se atender a esta importantíssima verdade, tantos erros têm prevalecido na predição das consequências; que algumas vezes se têm enriquecido nações, quando se esperava que se empobreceriam; e que se empobreceram, quando havia expectativa de que se haviam de enriquecer.

CAPÍTULO XXV

Do influxo da fertilidade das terras na subordinação do povo, e tranquilidade do Estado

Está reconhecido, que a fartura do alimento é a mais sólida fiança da obediência doméstica, civil, e militar, e o mais eficaz sedativo das paixões turbulentas⁴⁶. Quem vive em abundância pela fertilidade do país, e tem facilmente supridas as suas gerais precisões, quer gozar dos cômodos da vida, e prazeres da civilização; e, em consequência, é averso à insubordinação e extravagância, e amigo da ordem, e da honra.

Além disto quem não receia penúria, é hospitaleiro, e generoso. Nota-se nos povos de países férteis, terem, no geral, o coração largo e heróico, para a beneficência particular, e magnanimidade pública; os de países estéreis distinguem-se por avareza, desumanidade, e propensão a revoltas, e guerras civis, e estrangeiras. Foi bem notado pelo célebre Bacon *que a pior de todas as rebeliões é a do ventre*. As maiores insurreições, e invasões que têm havido no mundo, têm tido por causas a miséria dos povos, ou a inveja de bárbaros às nações de terreno fértil, e céu benigno, para se apoderarem de suas naturais matrizes de riqueza.

⁴⁶ Até as feras, quando estão fartas, não são carniceiras; e, ao contrário, ainda as raças fracas, tornam-se ferozes pela fome.

Portanto nos países de maior fertilidade, havendo liberal governo, que não tolha o gradual progresso da indústria, e o curso natural das coisas para a aquisição de riqueza e inteligência, a estabelecida ordem civil tem a mais segura garantia na facilidade de ser o corpo do povo suprido de abundante subsistência, e empregado em obra regular.

Todas as analogias e experiências também concorrem a convencer, que, onde há fertilidade dos territórios, igualmente existe fertilidade e docilidade de engenhos, para os povos se avantajarem em conhecimentos úteis, havendo quem bem os saiba ensinar, ou, pelo menos, deixando-lhes aprender. Tem-se observado em o Novo Mundo grande facilidade em imitar as artes mais refinadas e estudar as doutrinas mais engenhosas da Europa⁴⁷; e por isso mesmo que os entendimentos dos indígenas são (como alguns dizem) *tábuas rasas*, não tendo a crusta das preocupações dos povos antigos, com ânsia e gratidão aspiram, e recebem os melhoramentos que se introduzem do bem-comum.

O britânico escritor da *História do Brasil*, faz justiça aos naturais deste reino no Tomo III, Cap. 48, pag. 830. Depois de em vários lugares notar a actividade de sua indústria para as artes liberais, e estudos das letras (que são os elementos e critérios do ascenso das nações à superior esfera) declara o facto notório, que os que receberam na metrópole a melhor educação que ela lhes podia dar, destinando-se ao serviço do Estado, manifestaram amor de instrução *só por amor de sabedoria*, aliás bem reconhecendo, que lhes era impossível publicar obras em vista de lucro, ou crédito, e muito menos em expectativa de fama póstuma. Enfim confessa, que para a sua história tivera o auxílio de obras de escritores do Brasil.

CAPÍTULO XXVI

Do influxo da benignidade dos climas na indústria dos povos; e do saudável clima do Brasil

A *benignidade dos climas* está na razão composta da sua qualidade saudável à existência dos homens, e animais úteis; da sua facilidade de se viver bem sem excesso de trabalho, frio, e calor; da sua imunidade de graves secas, enxurradas, tufões, e epidemias. Os países de circuns-

⁴⁷ O famoso escritor espanhol Feijó traz uma lista de naturais das colónias de Espanha, a quem o seu governo deu altas honras pelos seus eminentes talentos e préstimos. O P. Jacob Vanieri no seu poema do *Predium Rusticum*, descreve os naturais do Peru como ainda mais ricos de engenhos, e de bom carácter, do que em fertilidade de terras, e minas de ouro:

Fertilibus gens dives agris, auri que metallo;

Ditior ingenis hominum, animique benignâ

Indole [Um povo rico em campos férteis e em minas de ouro; mais rico no carácter dos homens e na disposição benigna do espirito].

tâncias contrárias não são favoráveis à indústria, e riqueza; pois ainda os mais enérgicos industriais, estando em contínua luta com a natureza destruidora, (que constitui a terra madrastra, e mais sepulcro que asilo da humanidade) afinal descorçoam e desesperam, vendo reiteradamente dissipados os frutos dos seus trabalhos. Tais são os povos, que vivem em vizinhança de vulcões, bárbaros, e pântanos, que sofrem frequentes terramotos, guerras, e pestes.

Felizmente o Brasil, ainda que situado na zona tórrida, (e até estendendo-se além do trópico antártico), reúne vários e os mais vitais climas da zona temperada, e não é exposto aos ditos flagelos, que infestam as mais partes do mundo: são aí raríssimas as moléstias pestilenciais, que aliás são frequentes nas Antilhas, e na América setentrional. Os *tifos*, tão contínuos e mortais ainda nos países os mais sadios da Europa, nem são tão numerosos e críticos no Brasil, nem têm o ordinário carácter do contágio, que ali extinguem famílias, e até fazem apartar a caridade dos pais, enfermeiros, e médicos. Além disto têm muitas plantas de virtudes salutíferas e febrífugas. Provavelmente, se a terrível importação da Cafra-ria não inoculasse tão repetidas vezes o mal do escorbuto, e das bexigas, e não desse facilidades ao vício, o mesmo virus céltico não grassaria nas suas hórridas fases.

Enfim a bondade e variedade dos climas do Brasil tem sido as causas de conter em seu seio as melhores plantas cereais, frutíferas, (indígenas, e exóticas) de todo o mundo; o que contribui à fartura, robustez, hospitalidade, e aprazível passadio de todas as pessoas, que, transmigrando, parecem achar em terra alheia a pátria própria, e a sua acostumada dieta. Por isso ora se observa que, ainda os europeus dos países mais cultos e amenos, depois de breve espaço da viva natural lembrança do ninho paterno, sendo industriais, e achando logo modo de vida, facilmente se aclimatizam; e, se antolham o que dizem *prospecto de fortuna*, não manifestam mais os sintomas da doença da *nostalgia*, (que se diz o *mal suíço*) porque especialmente ataca os povos da confederação helvética, que até morrem de saudade, com melancólico *desejo de volta* aos seus lares.

É verosímil que a colónia destes povos, ora estabelecida pelas reais providências, com a certeza de adquirirem vastas propriedades territoriais, em breve confirmará o exposto.

São conhecidos aos literatos as obras dos antigos escritores, especialmente dos holandeses, que tiveram tempo de examinar as províncias do Brasil, que invadiram na dominação dos Filipes. Todos são unânimes em reconhecer a aura vital das terras, em que se fundaram as principais colónias deste Estado; e que, no geral, o clima brasílico era tão viçoso, que nele se encontravam pessoas de avançada idade com velhice viçosa⁴⁸. Até os espanhóis faziam vir para o Brasil velhos de Espanha, e

⁴⁸ *Viridi senectute* [Com uma velhice viçosa], Barlew.

das suas mais remotas Índias; porque a experiência lhes mostrava, que remoçavam, e se fortaleciam com os que intitulavam ares e águas celestes⁴⁹. O progresso da agricultura tem, ainda nas más situações, purificado a atmosfera⁵⁰.

Ainda que o Rio de Janeiro, pelas circunstâncias locais, e cerco de montes, antes fosse menos sadio, e mais cáldo, todavia ora, pelos aterros, esgotos, edificios, benfeitorias públicas, cultura de subúrbios, e melhor dieta, depois da residência do soberano, é já reconhecido estar mui arejado, e em progressiva vitalidade. Os ventos *terreal* e *mareiro* alternadamente refrescam os contornos. Alguns incómodos físicos⁵¹ são

⁴⁹ Prudenter quondam Hispani senes valetudine minus prosperã utentes, ex patria sua, et dissitis quoque Indiis, ad *aera* et *aguas bas celestes* (Brasiliae) se contulerunt [Prudentemente, um dia, os velhos espanhóis, gozando de uma saúde menos pòspera, foram levados da sua pátria estes ares e estas águas celestes (do Brasil), depois de afastados os índios], Pison.

⁵⁰ Nas obras do nosso orador Vieira, natural de Lisboa, ele louva a vivenda na Baía, dizendo ser o *Hospital de Saúde*, onde em breve convalesciam os que vinham doentes de Portugal, e de outras partes.

Espero não pareça menos curioso o seguinte monumento não suspeito. É fiel cópia de passagens extraídas de um manuscrito em folio, que se acha no Real Museu desta capital, encadernado em pergaminho, que foi do Colégio dos Jesuítas da Baía. Mostra-se ser copiado de cartas e informações. Ela é carta escrita pelo Padre Rui Pereira aos jesuítas de Portugal, datada daquela cidade em 15 de Setembro de 1560.

-Não falta mais que virem, meus caríssimos em Cristo, a dilatar e estender a vida do Senhor; e por amor de Cristo lhes peço, que percam a má opinião, que até agora tinham do Brasil; porque lhes falo verdade, que, se houvesse paraíso na terra, eu diria, que agora o havia no Brasil: e se eu isto sinto, quem o não sentirá?

-Porque se olharmos ao espiritual, e serviço de Deus, vai deste modo que lhes digo. Pois se olhamos para o corporal, não há mais que pedir: porque a melancolia não a tem cá, senão quem a quiser cavar e descobrir de mais alto que foi o poço de S. Roque.

-Saúde não há mais no mundo: há refresco; terra alegre não se vê outra. Os mantimentos eu os tenho por melhores, ao menos para mim, que os de lá; e é verdade, que nenhuma lembrança tenho deles para os desejar. Se tem em Portugal galinhas, cá as tem muitas. (*Continua a descrição dos mantimentos e frutos.*) Além disto há cá estas coisas em tanta abundância, que, além de se darem em todo o ano, dão-se tão facilmente, e sem se plantarem, que *não há pobre que não seja farto com mui pouco trabalho.*

-Finalmente *não se pode viver senão no Brasil, quem quiser viver no Paraíso Terreal.* Ao menos eu sou deste parecer: quem me não quiser crer, venha o experimentar, etc.

⁵¹ Um mineralogista, (aliás hábil e respeitável) que ora está publicando na Europa as suas *jornadas* às minas, exagera a multidão das cobras; e outras pessoas que só têm os olhos nas suas pátrias, estranham os insectos e vermes. Sem dúvida é impossível já achar no Brasil certos mimos e adornos da Europa culta: Versailles e Windsor, Escúria e Mafra, não se formaram em poucos anos. Que país não tem bicharia, e animais daninhos e mortíferos? O progresso da povoação e cultura não os tem exterminado de todo. Não é justo confundir os sertões com as cidades. São raros os casos fatais de mordedura de serpentes, e já são conhecidos vários antidotos. O naturalista Mr. Fontaíha, tendo feito experiências sobre os répteis, afirma, que o Autor da natureza, criando muitas espécies de serpes, só a poucas dera o tóxico mortífero, a fim de que o medo destas resguardasse a todas as espécies, que também entraram no sistema. O príncipe Maximiliano na sua *Viagem ao Brasil*, Cap. VIII o confirma, pelo que aqui observou; e bem nota a este respeito o erro e terror pânico dos naturais. E as belezas e delicias naturais não devem

exuberantemente compensados com a vantagem inestimável de estar em ponto que o constitui um dos maiores empórios da terra.

O citado Roberto Southey no tomo III da sua *História do Brasil* diz na pag. 813.

«A situação desta cidade, entre a Europa e a Índia, e com a África em frente, é a melhor que se podia desejar para o comércio geral. O seu porto é dos mais vastos, cómodos, e belos do mundo; e nada faltava para pôr os seus habitantes no pleno desfrute destas grandes vantagens locais, senão a *liberdade do comércio*, e a *introdução de capital*; o que se realizou com o trespasso da corte. Revoluções locais privaram a Alexandria e Constantinopla da importância comercial, que as respectivas situações antes lhes seguravam, e que entraram nos planos dos seus grandes fundadores. Porém será necessário que primeiro o mundo civilizado se rebarbarize, antes que o Rio de Janeiro⁵² deixe de ser uma das mais importantes estâncias do globo.

A longa vida se faz notável no Brasil, principalmente nos campos lavrados, e de pastarias. É sabido que, antes da vinda dos europeus à América, não existiam os dois hórridos males que mais atacam a geração e existência. Por isso ainda ora os índios têm horror às povoações dos brancos, pela mortalidade que experimentam com as bexigas. O citado historiador porém bem diz no Tom. III da sua *História* pag. 857 «a vacinação livrará os brasileiros deste mal; e, em honra do presente governo, deve-se acrescentar, que não se tem poupado meios para comunicar o benefício de tão grande, e feliz descoberta».

O mesmo autor acrescenta em *nota* na pag. 898 a seguinte reflexão do antigo estadista inglês na sua obra sobre a *saúde e longevidade* -O sr. W. Temple diz: Não sei se pode haver alguma cousa no clima do Brasil mais propícia à saúde do que em outros países: pois, além do que foi observado entre os naturais nas primeiras descobertas dos europeus, lembro-me de me dizer D. Francisco de Melo, Embaixador de Portugal em Inglaterra, que era frequente neste país para homens decaídos por idade, e outras causas, já não tendo esperança de um ou dois anos de vida transportando-se em alguma frota ao Brasil, aí viverem vinte a trinta anos, e mais, por força do vigor que recobravam com a transmigração. Se tal efeito tem por causa os ares, ou os frutos do clima, ou o estarem mais próximos ao sol, que é a fonte da vida, e

entrar em linha para o saldo da conta do bem e mal, a fim de se ver a preponderância dos gozos, que o Criador dá às mãos cheias, espalhando com liberalidade a vida por todos os graus de entes? Baste retroquir com o judicioso alemão Beckman, que na sua *História das Invenções*, tom. I, pag. 166 conta, com a sua extraordinária erudição, a das *Estufas* na Europa para a transplantação e cultura do *ananás*, tão louvado, como *príncipe dos frutos*, por todos os europeus doutos que visitaram o Brasil.

⁵² Tem-se dito que esta capital é de excessivo calor no Verão. A isso replico, que o calor de *Calcutá* é de igual ou maior grau, e todavia é a sede do império da península da Índia, de que tanto se gloria a Grã-Bretanha.

do calor, quando o próprio calor natural tem decaído, não o posso dizer.

Isto porém já se entende verificar-se nos territórios cultivados, e não nas vastas florestas e margens dos grandes rios, que o sol não ilumina, e em que a inteligência e mão do homem não entrou para exercer o domínio dado pelo Criador, obedecendo à lei do trabalho, e da cooperação amigável com seus semelhantes, aproveitando-se também das luzes estrangeiras. Do contrário, nestes contos de feras e selvagens, predomina o império da morte, e os homens são vítimas dos ares mefíticos, e águas estagnadas, etc. Esta foi a causa das febres que experimentou o dito ilustre viajante alemão, e a gente da sua comitiva, pelo valor e desabrigo, com que em nobre peito se internou pelos matos primevos, e pântanos terríveis do Rio Doce, ainda que *belo*, segundo o intitulou; o que todavia ocasionou a sua descoberta da *casca peruviana* no *Mucuri*, ainda que mais resinosa, e de menos efeito, do que a genuína do Peru, como declara no Cap. IX da sua *Viagem ao Brasil*.

CAPÍTULO XXVII

Observações do príncipe Maximiliano na sua Viagem ao Brasil

Antes de concluir esta Secção, pareceu-me conveniente aqui transcrever as seguintes *amostras* da obra anunciada no princípio dela; por terem afinidade com as matérias expostas, e pelo desinteressado testemunho que um príncipe estrangeiro dá sobre o estado actual deste reino, manifestando a sua elevação de carácter, e pureza de verdade. Assim diz na *Introdução*, e no Cap. I, III, VII, VIII e IX.

«Entre muitos agradáveis prospectos que se nos abriram pela feliz restauração da paz às nações do mundo, é o ver as pessoas animadas com ardente desejo de novas descobertas nos vários reinos da natureza, sucessivamente empreenderem viagens e peregrinações, e comunicarem aos seus concidadãos os amplos tesouros que não podem deixar de colher.

«Os olhos dos naturalistas estavam à muito dirigidos com particular fito ao Brasil; país felizmente situado, que prometia ampla colheita para satisfazer a curiosidade, mas que até o presente era com rigorosa vigilância fechado a todo o indagador.

«O aspecto dos negócios na Europa resolveu ao monarca de Portugal a transferir a sua residência ao Brasil, que não tinha sido visto por seu soberano, ainda que era a principal fonte de sua riqueza.

«A transmigração do soberano, e da sua corte, não podia deixar de ter grande e benéfica influência neste país. O opressivo sistema de misteriosa exclusão foi abolido: a confiança tomou lugar à tímida

desconfiança; e permitiu-se a viajantes estrangeiros acesso a este campo de novas descobertas.

«Os liberais sentimentos do sábio rei, correspondidos por um ministério ilustrado, não só deram admissão aos estrangeiros⁵³; mas até promoveram as suas indagações na mais liberal maneira, concedendo mui generosa ajuda de custo de soma anual para o prosseguimento das indagações, e ordenando a expedição de ofícios aos governadores das diferentes províncias, com honoríficas recomendações para socorros. Que contraste ora há entre a liberal polícia do presente governo e o antigo sistema!

«Em nome dos meus compatriotas, e de todos os viajantes europeus, não posso fazer menos do que o exprimir assim publicamente a minha gratidão a um monarca, que tem adoptado providências igualmente sábias, e populares».

«Tão favorável recepção e amigável tratamento são inexprimivelmente aprazíveis a um peregrino remoto de seu país natal; e certamente produzirão às ciências incalculável vantagem, de que participará todo o mundo civilizado... Os alemães Mr. Freyreiss, e Sellons, que intentam viajar vários anos no Brasil, e de quem há muito que esperar em descobertas de história natural, como pessoas o melhor qualificadas para penetrarem o interior do país, têm achado generoso patrono em Sua Majestade El-Rei de Portugal.

«Sendo uma circunstância mui desagradável ao viajante no Brasil a falta de bons mapas, estando cheio de erros o de Arrowsmith, aquele soberano deu ordens para uma exacta *medição* da costa brasilica, em que se notem todos os pontos de perigo aos navegantes; e já foi principiado por dois hábeis oficiais de marinha, o capitão José da Trindade, e António Silveira de Araújo.

O europeu transportado pela primeira vez a estas regiões tropicais, é em toda a parte encantado com as belezas da natureza; sobretudo com a luxuriante riqueza da vegetação⁵⁴.

«Até agora a natureza tem feito mais no Brasil que o homem: contudo, desde a vinda d'El-Rei, muito se tem efectuado para vantagem do país. O Rio de Janeiro em particular (em que se vê cena de vida e energia) tem recebido vários melhoramentos; e entre estes devo noti-

⁵³ Mawe, Eschwege, Koster, Langsdorff.

⁵⁴ Este escritor se refere à pomposa descrição que o naturalista inglês Barrow fez do arquipélago do Rio de Janeiro, e do majestoso anfiteatro da *Serra dos Órgãos*, quando aqui tocou no fim do século passado na viagem de Lord Macartney na sua Embaixada à China. Seja-me lícito adir a que o outro naturalista britânico *Clarke* fez, quando ali entrou vindo com o Lord Amherst na sua viagem de 1816 destinada à outra embaixada ao actual imperador chinês. Assim diz na sua *Narrativa* impressa em Londres em 1818: «Os mais vivos esforços da imaginação não podem pintar *coisa tão celestial* como a perspectiva do adjacente território de S. Sebastião. Ele contém muitas das mais nobres obras da natureza na sua maior frescura e beleza, em magnífica escala.

ciar as muitas regulações para promover mais activo comércio. A circulação de grandes somas de dinheiro tem grandemente aumentado a opulência desta cidade. Os embaixadores das potências da Europa, e os estrangeiros atraídos a esta praça, têm introduzido alto grau de luxo: entre várias ordens da comunidade o estilo do traje e tratamento é da moda das capitais da Europa: aí há já tantos artistas de todas as classes, vindos de todos os países, que em poucos anos não haverá falta de cousa alguma que pertença aos cómodos e prazeres da vida. Se se acrescentar a isto a variedade de frutos, e de outras produções que o terreno e o clima brotam, e que chegam à extraordinária perfeição, pode-se fazer alguma ideia das riquezas naturais desta região prolífica.

•Prevalecia uma opinião que não havia esperança de achar nos botocudos (antropófagos tiranos dos matos) sentimentos da humanidade, atentas as suas cruezas e perfídias; e por isso se decretou contra eles guerra de exterminação. Mas esta opinião, que derroga a dignidade da natureza humana, foi levada mui longe. Que a incorregibilidade destes povos procedia, não só da sua natural rudeza, mas também da maneira com que haviam sido tratados, evidentemente se convence pelos benéficos efeitos, que o moderado e humano proceder do governador o Conde dos Arcos, produziu na capitania da Baía entre os botocudos residentes no Rio Grande de Belmonte. O viajante apenas deixa o teatro da desumana guerra feita a estas tribos no Rio Doce, sente particular impressão, que ocasiona as mais importantes reflexões, notando, que, passadas poucas semanas, logo que se entra no distrito do dito Rio Grande, aí vê os habitantes, em consequência da pacificação concluída três ou quatro anos antes (no Quartel dos Arcos) vivendo com estes selvagens no modo mais amigável, que lhes segura o desejado repouso, segurança, e as maiores vantagens.

•Por ordem do Conde dos Arcos, governador da capitania da Baía, o ouvidor Marcelino da Cunha, depois de ter previamente tratado os selvagens na mais racionável e prudente maneira, concluiu um tratado de paz, que pôs fim a todas as hostilidades de ambas as partes. Para ganhar os botocudos, se lhe tem remetido facas, machados, e outros instrumentos de ferro, e também panos, barretes, lenços, e outros artigos; e por este meio se tem obtido o desejado objecto. Em prova da boa inteligência que subsiste entre eles, já muitos portugueses entendem alguma cousa da língua destes selvagens.

•Mais adiante em Belmonte no território de Minas Novas há outro lugar, onde alguns botocudos têm feito plantações; ainda que logo tornam para os matos. Os machacaris têm formado uma larga vila, ou *rancharia*. Tais exemplos mostram, que estes selvagens já fazem avanços para a civilização. Só a recrescente população de europeus, e o aperto dos limites dos terrenos para as suas caçadas, os podem induzir à gradual mudança no seu modo de vida.

«A riqueza e o luxo do reino vegetal na América do Sul são a consequência da sua grande humidade, que prevalece em toda a parte. Ela a esse respeito tem manifesta vantagem sobre todos os países quentes⁵⁵.

«Os portugueses são mui pontuais em ir à missa, e são ansiosos por aparecerem na igreja com os seus melhores vestidos. Ainda a gente que anda quase nua toda a semana, aparece no Domingo com a maior decência. Na verdade, fazendo-se justiça a todas as classes de brasileiros, deve-se dizer, que o asseio e elegância no traje são gerais entre eles.»

«No clima cáldido do Brasil os habitantes são sujeitos a numerosas doenças, e especialmente a desordens cutâneas, e obstinadas febres; as quais todavia, quando são convenientemente tratadas por médicos e cirurgiões hábeis, *na verdade raras vezes são perigosas*; só morrendo algumas pessoas por falta do curativo devido. A maior beneficência que o soberano podia conferir aos seus vassallos, seria o sustento de hábeis professores de medicina e cirurgia em diferentes partes do país, e o estabelecimento de boas escolas públicas; a fim de remover das classes inferiores a rude ignorância, que ocasiona e estende grande miséria, e dano... O amigo da humanidade, deplorando a sua cegueira, ora se deve alegrar com as esperanças, que o presente mais ilustrado governo autoriza a conceber».

Eis *escritura de príncipe*, que, em exemplar modéstia, se diz ser de científico predicamento inferior a seu compatriota Humboldt! Ele cita com honra a *Corografia Brasilica*, e os escritos botânicos do naturalista brasileiro Arruda.

Nota a falta de vestido e agasalho, o mau passadio, e os hábitos indolentes e rudes da gente pobre da *costa marítima*, que visitou em um segmento do círculo máximo do Brasil: mas, como indica a principal causa do atraso da povoação e civilização no anterior sistema, que obstava à introdução de *inteligência e indústria estrangeira*; é de esperar da oposta liberal polícia, que havendo estabilidade na presente ordem económica e política deste reino, recresçam os melhoramentos de toda a sorte com velocidade acelerada, pelo progresso das luzes, pelos bons instrumentos de trabalho, e pela doce influência, e irresistível força dos exemplos dos enérgicos industriais europeus.

⁵⁵ Este ilustre viajante confirma a sua asserção com a sublime descrição das causas geológicas (que aí transcreve) de Mr. Humboldt nas suas *Vistas da Natureza*.

CAPÍTULO XXVIII

Observações de outros viajantes

É notório, que Mr. Augusto S. Hilaire, acreditado naturalista francês, pelo indulto real, comum aos sábios estrangeiros, tem empreendido viagens ao sul do Rio de Janeiro, a investigações de objectos de história natural; e têm penetrado até os *campos de Curitiba*, e subido à *Serra do Paranaguá*. O público tem razão de esperar de suas notórias luzes, e exemplar ardor literário, interessantes exames das maravilhas da natureza. Penso que será agradável aqui transcrever as suas seguintes observações, que me foram comunicadas por um seu correspondente nesta corte, a quem recomendava o promover o requerimento dos habitantes daquele vastíssimo distrito para uma real estrada (ao que Sua Majestade já deu providência): com permissão ofereceu os extractos de uma carta do mesmo, onde diz:

«Os habitantes dos *Campos Gerais* são robustos, bons, e hospitaleiros, ainda que menos inteligentes que os de Minas. Este belo país não é tão plano, e monótono, como as nossas várzeas de Beauce. Neles se descobre imensa extensão de verdes pastos, numeroso gados, e majestosos dispersos pinheiros, que fazem pitoresca paisagem.

«De todas as partes deste vasto reino que tenho até aqui viajado, não há alguma que mais convenha aos europeus. Ali se acha clima temperado, ar puro, frutos próprios do país, e um terreno, onde, sem forçar a natureza, se poderão entregar a todos os géneros de cultura a que estão acostumados. Poderão fazer criações de gados, e obter leite tão natento como o dos países montanhosos da Europa, para a manufactura de manteiga e queijos. É pena a falta de mercados fáceis, pela dificuldade dos transportes do *Sertão das Lages*, e *Serra do Paranaguá*, cuja passagem é horrível. Ouso assegurar, que, quando se fizer praticável, os *Campos Gerais* serão das partes mais florentes do Brasil. Então a cultura do trigo e do linho, que ainda está na infância, tomará actividade. O Rio de Janeiro pode daí ser provido de queijos, e de carnes secas, libertando-se de pagar nisso tributo aos estrangeiros.

«*Curitiba* vai-se fazendo o centro do importante comércio do *Matte*. Esta planta⁵⁶ brota nos contornos da vila, e certamente é a mesma do Paraguai: os habitantes estão agora aprendendo dos espanhóis expatriados o verdadeiro método de preparar as folhas. Quando se fizer transitável a dita Serra, não pode entrar em dúvida, que, ainda mesmo na paz, o comércio de Buenos Aires, e de Montevideo, dará preferência ao *Matte* da Curitiba, em lugar de o tirar do país das Missões, donde não pode chegar à embocadura do Rio da Prata senão depois de mais tempo

⁵⁶ É de geral uso nas colónias de Espanha no Sul, bebendo-se a sua infusão como a do chá.

e custo. Sendo afeiçoado por gratidão ao Brasil, tudo o que o interessa, não é para mim indiferente.

Em uma *Memória*, ainda não dada à luz, de um insigne magistrado (A.R.V.), natural de S. Paulo, em que indica vários melhoramentos da indústria do Brasil, e com especialidade da sua província, assim mais explicitamente se descreve o limítrofe território que o viajante francês visitou.

•Não menos apreciáveis, enfim, são os famosos campos, que geralmente forma o assento de um país tão recomendável; só eles, tomados separadamente, podem servir para o mais rico, e sólido estabelecimento de uma nação tão numerosa como a França. E tais são os *Geráis na Curitiba*, com os denominados de *Ambrozio*, cuja vastíssima extensão parece interminável, e ainda se não calculou exactamente; os de *Garapuava*, que separados daqueles por uma grossa mata de quarenta léguas de largura, e desconhecido comprimento, correndo pela imediação da *Serra da Apucurema*, e margens do *Rio Iguaçu*, forma uma superfície, que se avalia em mais de 6000 léguas quadradas; os *Campos de Igatemy* ainda maiores, e importantíssimos, abrangendo desde a foz do *Iguayruy* nas *Sete quedas*, e por ele acima até aos pontos mais altos da *Serra de Maraju*, e vertentes dos *Rios Ipemê, Guaaay, e Vocuy*; e por este abaixo até ao Paraguai, os grandes países de *Guairá, Itaty, e Tapé*, com os da antiga Vacaria; e os de *Parnapanêma, de Itapitininga, e de Mugyuaçu* até onde vão terminar com os remotíssimos limites das capitâneas de Minas Gerais, Goiaz, e Cuiabá; e além destes outros, que se vão pouco a pouco descobrindo no meio de um vastíssimo, e desconhecido Sertão, tais como os de *Araraquára* nas margens *Tietê, e Piracicaba, os de Pondetuba, etc.*

Na Curitiba há mui belas ovelhas, que produzem mais de dez, ou doze arráteis de excelente lã. No Paraguai, e no Uruguai existem as raças da Espanha mui bem conservadas; daí e de África e da Ásia, não é dificultoso obter as mais variedades que se desejarem.

•As grandes matas de pinheiros, de que abunda aquele país, e que se devem multiplicar, podem criar muitos milhares de porcos, sem trabalho, e com mais facilidade do que se observa no Alentejo com as azinheiras, cujo fruto é para o intuito muito inferior aos nossos pinhões, dos quais as carnes recebem melhor sabor, e mais consistência. Também as raças necessitam de reforma. Nas ilhas de Cabo Verde existe uma particular e maior, que eu tenho visto; é verdadeiramente proveitosa, e muito fácil o passá-la para o Brasil, assim como a do Cabo da Boa Esperança, e também da América Setentrional, cujos indivíduos chegam ao peso dezoito, e vinte arrobas.

•Paranaguá é uma grande vila cabeça da comarca deste nome, e tem todas as proporções para cidade mui rica, e poderosa. A sua barra é larguíssima, e no centro de uma notável, e formosa baía. A natureza lhe negou o fundo necessário para a entrada de embarcações maiores;

não se recusa porém a Brigues, e Sumacas, que bastam para todo o género de importação, e exportação. A junção de quarenta, e mais rios com esgotos à barra dá todo o merecimento ao país, cujas alturas são formadas pelos soberbos, e fertilíssimos campos da Curitiba na distância de quinze léguas ao mar: os seus preciosos efeitos podem ser navegados por diferentes canais.

Em Paranaguá deve estabelecer-se uma cordoaria, ou adiantar-se a que já existe, que em poucos anos chegará a muita perfeição; porque no seu território o cânamo, e os linhos de variadas espécies são dotados de mui superior qualidade. Deve ainda considerar-se a mesma vila como o assento natural de ricas pescarias, de importantes salinas, e bem proporcionada para o comércio de madeiras, e resinas, assim como para toda a sorte de lanifícios, e manufacturas de linho; podendo destas duas produções receber dos Campos Gerais em suprimento das que lhe faltarem, todas as quantidades necessárias para fabricar, e fazer delas vantajosa exportação.

E para que um quadro tão importante terminasse com os preciosos ornatos, que lhe convém, nenhuma capitania se tem feito tão recomendável, como a de S. Paulo, pelos importantes, e arriscados serviços, que fizeram à Coroa, e ao Estado, os seus industriosos, e esforçados naturais; serviços, que excitaram sempre o reconhecimento do trono, e merecem a honrosa recordação, que deles se dignou, imitando os seus augustos predecessores, fazer, ultimamente no alvará de 29 de Agosto de 1808, o mais amável dos soberanos.

Com efeito, aos naturais de S. Paulo, à sua indústria, à sua força, e demasiada constância, qualidades, que os fazem tão recomendáveis, como os povos mais célebres da Antiguidade, se deve o descobrimento, e povoação de quase todas as terras, que possuímos, desde o Cabo de S. Agostinho, até os remotos confins de mato grosso; e eles mesmos as conservaram em toda a sua integridade, em tempos calamitosos, e em dura guerra, destituídos de auxílio externo, para delas fazerem fiel depósito nas Mãos Augustas de nossos legítimos Soberanos.

O governo, a quem dirijo os mais humildes votos, é, sem dúvida, o árbitro dos trabalhos campestres, assim como de todas as espécies de indústria. Debaixo do seu abrigo tutelar fertilizam os campos, nasce o comércio, e multiplicam as manufacturas. Se ele quizer, (e a sua vontade me é bem conhecida) mandando, e escolhendo executores inteligentes, e dominados pelo amor da pátria, e do bem público, tudo será feito, e uma grande província, sempre honrada, e capaz de encarregar-se da defesa do trono, sairá do maior abatimento para fazer a mais brilhante figura.

Estas observações acrescentam as notícias que o A. da *Corografia Brasilica* dá da Curitiba, e de Paranaguá como parte, da província de S. Paulo, no Tom. I, pag. 220 a 231.

CONCLUSÃO

Talvez pareça ter feito excêntrica digressão da economia política para a história natural e corográfica: não é assim. Porque, sendo o objecto da ciência económica a promoção da indústria e riqueza nacional, e, tendo-me proposto nesta *Secção* o enumerar as causas da *activa indústria*, era pertencente à matéria o indicar um dos mais dignos empregos de indústria literária, e manancial da opulência deste reino, onde ainda estão mui desconhecidas as suas grandes fontes de vida, e riqueza do Estado, que só com as *viagens filosóficas* dos indagadores e intérpretes da natureza se podem mais fácil e brevemente descobrir.

Esta verdade é confirmada com o exemplo de El-Rei Nosso Senhor, que entre os empenhos de seu benévolo coração, um é o proteger os estudos dos naturalistas nacionais; e por isso não só abriu o Seu Real Museu à inspecção dos curiosos; mas até pela Sua Régia Tipografia mandou dar à luz, e distribuir de graça, um *Prático Directório*; a fim de, em toda a parte, se colherem as preciosidades dos respectivos objectos, dos quais é verosímil que muitos, com o tempo, venham a ser *ricos artigos de comércio*.

Além de que era conveniente opôr boas autoridades aos idolatras do caduco sistema, que ainda fazem votos por sua ressurreição, menosprezando os bens da *Grande Terra* da América Meridional⁵⁷. Bem conhecendo o seu *Sol*, e a *Constelação*⁵⁸ em que vivem, evitem a censura com que o cantor do Pio Eneas arguiu os fastientos do seu novo império, a que (segundo disse) o *Fado não pôs metas*.

Tanto mais que não se adverte (quanto é de razão) que ainda os maiores reinos da Europa estão em perene luta com a estreiteza do território, redundância de população, e seu Alcorão proibitivo da recíproca indústria e correspondência, com que porfiam, mutuamente se atravessam, e empobrecem, pretendendo *força nos mercados*, ainda que a natureza lhes brade:

Impossibilidades não façais:

*Que quem não quer comércio, busca a guerra*⁵⁹.

O reino do Brasil, ao contrário, parece ter sido dado em sorte pela bondade da Divina Providência, para ser o *fundo de reserva* da monarquia lusitana, em que dê asilo à boa indústria da Europa, acolhendo em seu imensurável seio aos úteis expatriados dos países, que (na frase do mestre da *Riqueza das Nações*) já chegaram ao *pleno complemento da sua população*.

⁵⁷ Vêdes a *Grande Terra*, que contém a

Corre de Callixto a seu contrário Polo, Camões.

⁵⁸ *Solem que suum, sua sidera norunt*, [Conheceu o seu sol e os seus astros], Virgílio.

⁵⁹ Camões.

Franklin, quando fez viagem da América setentrional à Europa, foi profeta político, predizendo grande desordem iminente, vendo aí tanta gente e pobreza, sem recurso, dizendo *tudo mui cheio*. No Brasil não há receio deste mal, podendo-se dizer, que aqui há pão e emprego fácil para todos, que não vierem com o olho no *Eldourado*, (visão espanhol) e se submeterem à pragmática do Regedor da sociedade *Comerás de trabalhos*: certos porém, que o jugo é suave, e a carga leve, havendo valor de arrostar matos e pauis, tendo por auxiliares terreno fértil, clima benigno, comércio franco. Em nenhum país, quem só tem seu rude engenho e braço, pode aspirar a *leito de rosas*: aos brasileiros é dado com júbilo aclamar aos estrangeiros industriosos.

Toda a terra é pátria para o forte. Na casa de meu Pai há muitas acomodações. Vinde e vêde as obras do Senhor, que depositou prodígios sobre a terra, que coroa com a sua benção a benignidade do ano, fertilizando especiosas solidões, e cobrindo de rebanhos as montanhas. Encher-se-á de bens a tua casa. Cantai binos ao Altíssimo⁶⁰.

⁶⁰ Psalmos, 64.

LISTA DOS SUBSCRITORES
DOS ESTUDOS DO BEM-COMUM

- O Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Bispo Capelão-Mor.
 Albino Gomes de Aguiar.
 António Caetano da Silva.
 António José Pereira Dantas.
 António Luiz Ferreira de Menezes.
 António de Menezes Vasconcellos de Drummond.
 Benildo José da Rocha.
 O Desembargador Clemente Ferreira França.
 O Doutor Coats.
 Mr. Dau.
 David Gemmil.
 Diogo Duarte da Silva.
 O Conselheiro Diogo de Toledo Lara e Ordonhes.
 O Brigadeiro Domingos Alves Moniz Barreto.
 Domingos José Marques Fernandes.
 Domingos Lynch.
 O Reverendo Emídio João Vieira.
 Francisco Agostinho José da Silva.
 Francisco António do Rego.
 Francisco Jaques de Araújo Bastos.
 O Conselheiro Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.
 Francisco Teixeira de Lira.
 Guilherme Jaques Godfroy.
 João Carneiro de Campos.
 João Ferreira da Costa Braga.
 O Comendador João Rodrigues Pereira de Almeida.
 João da Silva Feijó.

Joaquim Gonçalves Ledo.
O Brigadeiro Joaquim Ignácio Moreira Dias.
Joaquim Marcelino Teixeira de Barros.
Joaquim da Rocha Machado.
José Antonio da Maia.
O Desembargador José Bernardes de Castro.
O Conselheiro José Joaquim Carneiro de Campos.
José Joaquim Vianna, junior.
José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo.
O Desembargador José Pedro da Costa Barradas.
José Rezende Costa.
José Saturnino da Costa Pereira.
O Comendador José Tavares França.
José Tibúrcio Carneiro de Campos.
Leocádio José de Oliveira.
Lourenço José Alves dos Reis.
O Desembargador Lucas António Monteiro de Barros.
O Reverendo Luiz António Muniz.
O Desembargador do Paço Luiz José de Carvalho.
Luiz de Menezes Vasconcellos de Drummond.
Manoel Clemente de S. Paio Miranda.
O Intendente Manoel Carneiro de Campos.
Manoel Fernandes Pedrozo.
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.
Manoel José de Freitas.
Manoel de Souza Ribeiro Guimarães.
O Doutor Marianno José Pereira da Fonseca.
Pedro de Araújo Lima.
O Monsenhor Pizarro.
Saturnino José Gonçalves.
Thomé Maria da Fonseca e Silva.
Fr. Tibúrcio José da Rocha.
William McKheand.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abeille, I, 88.
 Abel, II, 181.
 Abraão, II, 87, 181.
 Accum, Frederico, II, 216, 217.
 Acherontes, I, 13.
 Adão, II, 106, 174.
 Aeiro, Cachil, II, 43, 44, 45.
 Agrícola, I, 23, 121, 464.
 Aguiar (marquês de), II, 163.
 Ajax, I, 461.
 Aikin, I, 377.
 Albuquerque, Afonso de, I, 289; II, 30, 37, 42.
 Alcides, I, 177.
 Alençon, Duque de, II, 65.
 Alexandre, I, 175, 219, 430; II, 38, 90, 165, 231, 241.
 Algaroti, II, 64.
 Alraja, Midele, II, 37.
 Ambert, II, 292.
 Anderson, I, 136.
 Angely, S., I, 231.
 Anglas, Boyssi d', I, 412.
 Anten, I, 444.
 Antipe, II, 67.
 Antonil, André João, I, 249.
 Antônio, D., II, 54.
 Apolo, I, 22.
 Aquiles, I, 26, 107, 410, 461; II, 80.
 A.R.V., II, 296.
 Araújo, Rui, II, 37.
 Araújo, António Silveira de, II, 292.
 Arcos (conde de), II, 293.
 Argos, I, 408.
 Aristides, I, 463.
 Aristófanis, I, 308.
 Aristóteles, I, 130, 155, 156, 164; II, 20, 22.
 Arkwright, Ricardo, I, 355, 377, 392.
 Arnold, I, 21.
 Arrowsmith, II, 292.
 Arruda, II, 294.
 Arquimedes, I, 44, 61, 315, 463.
 Astreia, I, 59.
 Ataíde, Tristão de, II, 36, 43.
 Atlante, I, 444.
 Augusto (imperador de Roma), I, 27, 192, 221, 229, 458, 461, 471; II, 242, 270, 177.
 Aurélio, Marco, I, 461.
 Baco, I, 117, 164.
 Bacon, I, 71, 75, 138, 180, 221, 286, 408, 461, 464; II, 16, 52, 53, 65, 73, 90, 164, 193, 220, 286.
 Barlew, II, 288.
 Barreiros, André de, II, 163.
 Barreto, Agostinho José, I, 435.
 Barring, Alexander, I, 248, 259, 354, 385.
 Barros, João de, I, 129, 196, 285, 289, 290, 313, 372, 381, 439, 440, 445; II, 21, 22, 27, 71, 167, 219.
 Barrow, II, 292.
 Barruel, I, 173.
 Beccaria, I, 228; II, 64.
 Bedford, Conde de, II, 59.
 Belial, I, 117.
 Benemotapa, II, 27.
 Bentham, Jeremias, II, 58, 62, 258.

- Berckman, II, 290.
 Betencourt, João de, II, 27.
 Blair, I, 77, 79; II, 261.
 Bodim, João, II, 65.
 Boémia, Martim de, II, 33.
 Boileau, I, 135; II, 63.
 Boleire, II, 44.
 Borgonha (Duquesa de), II, 67.
 Botelho, Diogo, I, 439; II, 33.
 Boudeau, I, 88.
 Boyle, I, 464.
 Brahe, Tycho, I, 152.
 Brissot, I, 84.
 Brito, João Rodrigues de, I, 86.
 Brito, Joaquim José Rodrigues de, II, 51.
 Brito, Jorge de, II, 42, 43.
 Brito, D. Marcos de Noronha, II, 2.
 Brown, I, 270.
 Brown, William, II, 106.
 Bruto, I, 147.
 Bryant, II, 242.
 Buchanan, David, II, 56, 61, 83.
 Busch, II, 80.
 Buffon, I, 210, 464.
 Bukeles, II, 114.
 Burke, Edmund, I, 5, 66, 113, 114, 142, 173, 324; II, 59, 97, 150, 238, 243.
 Busíris, I, 191.
 Cabral, Pedro Alvares, II, 34.
 Caím, II, 181.
 Calypso, II, 67.
 Câmara, Manuel Arruda da, I, 436.
 Camões, Luís de, I, 186, 189, 191, 193, 199, 200, 216, 219, 239, 446; II, 46, 234.
 Camory, II, 41.
 Campomanes (conde de), I, 21, 420.
 Canard, I, 177, 179, 277; II, 74, 107, 148, 151, 264.
 Cápito, I, 12.
 Cardozo, I, 139.
 Carlos I (rei de Inglaterra), I, 293, 367.
 Carlos VI (imperador), I, 107.
 Carneiro, Diogo Gomes, I, 6.
 Carvalhar, José de, I, 420.
 Casas, Las (Bispo), I, 181, 435.
 Castera, J., I, 322, 327.
 Castilho, João de, II, 40.
 Castro, Álvaro de, II, 34.
 Castro, João de, II, 34.
 Catão, I, 10, 109, 147.
 Catarina II (imperatriz da Rússia), I, 178, 344; II, 231.
 Ceres, I, 117, 164; II, 220.
 César (imperador de Roma), I, 87, 176, 229, 461, 464.
 Chesterfield, I, 140.
 Cícero, I, 4, 24, 72, 162, 178, 221, 304, 461; II, 52, 201.
 Cipião, I, 32.
 Circe, II, 274.
 Chaptal, II, 92, 171, 205, 218, 222, 223, 224.
 Cláudio, João, II, 121.
 Clarke, I, 177, 201, 206; II, 292.
 Cloud, S., I, 292.
 Colbert, I, 88, 101, 153, 224, 290-292, 407, 417; II, 65, 130.
 Colombo, Cristovão, II, 121, 123.
 Colquhoun, I, 434; II, 62, 216.
 Columela, I, 15.
 Condillac, I, 143, 152, 168; II, 231.
 Condorcet, I, 21, 152, 179.
 Constâncio, Francisco Solano, II, 62.
 Contuso, I, 258.
 Copérnico, I, 100.
 Corneille, I, 132.
 Correia, António, II, 40.
 Coxe, I, 249, 355.
 Craig, João, II, 62.
 Cromwell, I, 293.
 Cunha, Marcelino da, II, 293.
 Cunha, Nuno da, I, 313; II, 45.
 Cunha, Tristão da, II, 24.
 Dáfnis, I, 75.
 D'Alembert, I, 23, 138, 210; II, 52, 69.
 Dale, I, 377.
 Dário, I, 431.
 Darwin, I, 377; II, 188.
 Daubanton, I, 435.
 Davanzati, II, 64.
 Davernant, II, 55.
 David, I, 288.
 Defoe, Daniel, I, 421.
 Degerando, I, 143.
 Delaborde, Alexandre (conde), II, 91.
 Demóstenes, I, 4, 124, 128, 432.
 Descartes, I, 170, 174.
 Domiciano, I, 372.
 Dorrie, II, 80.
 Draco, I, 206.
 Drake, I, 221.
 Duclos, I, 152.
 Dupon, I, 88.
 Eclesiastes, I, 134, 135.
 Edem, I, 422.
 Edgeworth, I, 301.
 Édipo, I, 92.
 Eduardo III, II, 282.
 Edwards, I, 294, 436.
 Egípto, José do, I, 268.

- Encharis, II, 67.
 Eneias, I, 5, 192.
 Ensor, II, 60, 114, 283.
 Epicuro, I, 469; II, 124.
 Esahu, II, 181.
 Eschwege, II, 292.
 Êsquines, I, 128.
 Essaú, II, 264.
 Essex (Duque de), II, 54.
 Estevão, I, 219.
 Euclides, I, 167, 172, 461.
 Ezequiel, I, 288.
 Fantanges, II, 67.
 Favier, I, 131.
 Febo, I, 82.
 Fenclon, I, 233; II, 67, 68, 73.
 Ferguson, I, 5, 142.
 Feijó, II, 287.
 Ferreira, I, 423.
 Figueiredo, Francisco de, II, 37.
 Filangieri, I, 21, 97, 228; II, 64, 249.
 Filipe (rei da Macedónia), I, 316.
 Filipe II (rei de Espanha), I, 38, 221, 225, 284; II, 240.
 Filipe V (rei de Espanha), I, 420.
 Fiteh, I, 355.
 Fontana, II, 289.
 Fontenai, I, 308.
 Francisco I, II, 65.
 Franklin, I, 322, 327, 330, 375; II, 90, 126, 132, 134, 136, 263, 298.
 Frederico II (rei da Prússia), I, 265, 406, 460; II, 79.
 Freyreiss, II, 292.
 Galiani, II, 64.
 Galileu, II, 53.
 Galvão, António, II, 43, 45.
 Gama, Estêvão D., II, 34.
 Gama, Vasco da, I, 196, 313, 472; II, 23, 24, 35.
 Ganilh, II, 76, 250.
 Gardner, I, 463.
 Garnier, Germain, I, 21, 71, 75, 78, 148, 149, 177, 179, 281, 287.
 Garre, II, 80.
 Gengis-Kan, I, 219.
 Genovesi, II, 64.
 Gentz, Frederico, I, 21, 71, 76, 83, 112, 169, 287; II, 58, 80.
 Gibbon, I, 25; II, 170, 242.
 Gisborne, Thomas, II, 17.
 Godwin, I, 155; II, 61, 261.
 Goldoni, I, 141.
 Gorani, II, 64.
 Gourmai, I, 88; II, 121, 122, 123.
 Graham, II, 61.
 Graie, I, 6.
 Gregoire, I, 181.
 Grenville, I, 452.
 Grivel, I, 46.
 Grocio, I, 179.
 Guibbon, II, 58.
 Hâdel, II, 25.
 Hafez, II, 25.
 Hansard, T. C., II, 63.
 Hauteville, II, 74, 80.
 Harvey, I, 464.
 Hauterive, I, 76.
 Henrique (Infante), I, 129; II, 23, 27, 32, 40, 167, 243.
 Henrique (O Grande), I, 168.
 Henrique (Príncipe), I, 285, 372.
 Henrique IV (Rei), II, 65.
 Henrique VII (Rei), II, 54.
 Hércules, I, 101, 119, 444.
 Herodes, I, 13.
 Herrenschwand, I, 181; II, 78.
 Herschel, I, 78.
 Herschell, I, 462.
 Hertzberg (Conde de), II, 58.
 Hesiodo, I, 10, 108; II, 20, 275.
 Hilaire, Augusto S., II, 294.
 Hiram, I, 288; II, 210, 272.
 Hobbes, I, 301; II, 75.
 Hogendorp, (conde de), II, 92, 226.
 Holofernes, I, 458.
 Homero, I, 81, 121, 168, 178, 206, 461.
 Horácio, I, 4, 41, 134, 163.
 Howard, I, 447.
 Hufeland, II, 81.
 Humboldt, II, 114, 266, 267, 268, 270, 279, 280, 283, 294.
 Hume, David, I, 21, 51, 73, 74, 140-142, 258, 293, 309, 311, 367, 464; II, 50, 54, 56, 92, 98, 285.
 Hutcheson, I, 148.
 Isabel (rainha de Espanha), I, 34; II, 52, 54, 60, 283.
 Isabel (rainha de Inglaterra), I, 225, 367.
 Isaac, II, 181, 255.
 Isaias, I, 79, 97, 115.
 Ivernois, II, 79.
 Jacob, II, 80, 81.
 James, I, II, 52.
 Jefferson, I, 331; II, 126.
 Jenner, I, 362.
 Joan, II, 234.
 João I (rei de Portugal), I, 188; II, 54.
 João II (rei de Portugal), II, 33.
 João III (rei de Portugal), I, 439; II, 22, 33, 44.

- João IV (rei de Portugal), II, 163.
 João VI (rei de Portugal), I, 28, 315, 430; II, 46, 226.
 Johnson, II, 219.
 Jones, William, II, 25.
 Jorge (rei), II, 24.
 José, II, 167, 181.
 José (rei de Portugal), I, 460; II, 4, 66.
 José II (imperador da áustria), I, 344; II, 73.
 Joyce, Jeremias, I, 23.
 Jovê, II, 90, 253.
 Jovelanos, D. Gaspar Melchior, II, 77.
 Judeu, Jusepe (mestre), II, 33.
 Junot, I, 458.
 Júpiter, I, 133, 226, 305.
 Justiniano, II, 25.
 Juvenal, I, 95, 121, 125, 147, 176, 304, 463; II, 85.
 Kames, I, 141, 215; II, 170.
 Kepler, I, 149.
 Koster, II, 292.
 Krans, II, 80.
 Laplace, I, 210; II, 88.
 La Peyrouse, II, 71.
 Laborde, Alexandre, II, 241.
 Lambert, II, 253.
 Langsdorff, II, 292.
 Laurderdale, I, 136, 350, 377, 455; II, 61, 105, 108, 107, 136, 138, 139, 209.
 Lavater, I, 372.
 Lavoisier, I, 143, 210.
 Leibniz, I, 138.
 Licurgo, I, 432; II, 69.
 Lindley, Thomas, I, 262, 435.
 Lineu, I, 143; II, 213, 219.
 Linquet, I, 63; II, 123.
 Lisboa, Bento da Silva, II, 186.
 Liverpool (conde de), II, 61.
 Livio, Tito, I, 144, II, 64.
 Locke, I, 168; II, 56, 170.
 Lotz, II, 81.
 Louvois, II, 67.
 Lucano, I, 117, 148, 179.
 Lucrécio, I, 7, 469.
 Luder, II, 80.
 Luís V (rei de França), I, 345.
 Luís XIV (rei de França), I, 229, 280, 292, 465, II, 65, 67, 83, 138.
 Luís XV (rei de França), II, 73, 121.
 Luís XVI, (rei de França), I, 409, 412, 414, 416; II, 73, 74.
 Luís XVIII (rei de França), II, 91, 171.
 Mably, I, 145-147, 221; II, 84, 121, 123.
 Macartney, I, 259; II, 292.
 Macdiarmid, II, 283.
 Macedo, Duarte de Sousa Ribeiro de, I, 28, 188; II, 46.
 Macpherson, I, 249, 267, 354, 355, 443; II, 210, 283.
 Madison, II, 126.
 Magno, Alexandre, I, 296, 431, 443; II, 17, 20.
 Magno, Carlos, I, 176.
 Mahamed, II, 37.
 Malherbe, I, 132.
 Malthus, I, 269, 377, 389, 421, 450; II, 7, 60, 61, 62, 145, 162, 205, 217, 230, 261, 266-270, 272, 274, 276-283, 285.
 Man, Fr., I, 24.
 Manuel (rei de Portugal), I, 196, 197, 313, 440, 472; II, 23, 29, 33, 34, 35, 42, 46, 243.
 Maomé, II, 220.
 Marão, I, 461.
 Marchena, I, 201.
 Maria (rainha de Portugal), II, 22.
 Marlborough, I, 229, 458.
 Marte, I, 22.
 Mascarenhas, D. Francisco, II, 49.
 Maquiavel, Nicolau, II, 64, 124, 125, 165.
 Matias, I, 11, 14.
 Maur, Dupré de S., I, 162.
 Maximino, I, 445.
 Máximo, Valério, I, 32.
 Maximiliano (príncipe), II, 225, 289, 291.
 Mazerés, II, 124.
 Mawe, II, 292.
 Medicis, I, 143.
 Medusa, I, 445.
 Melo, Padre Francisco Manuel de, I, 22, 174, 423; II, 290.
 Menezes, Francisco da Cunha e, I, 436.
 Menonville, Thiery de, II, 71.
 Mentor, II, 69.
 Messance, I, 158.
 Midas, I, 117, 155, 226, 387.
 Miguel, II, 230.
 Miguere, II, 75.
 Milton, I, 43, 230.
 Minerva, I, 22, 174; II, 220.
 Mirabeau (marquês de), I, 88, 115, 152, 166, 173, 181, 265; II, 73, 123.
 Molina, J. Inácio de, II, 71.
 Moloc, I, 45.
 Monomotapa, II, 27.
 Montespan, Madame de, II, 67.
 Montesquieu, I, 23, 67, 118, 140, 141, 155, 156, 159, 179, 210, 221, 269, 273, 274, 413, 464; II, 69, 72, 75, 124, 170, 270.
 Moratori, I, 88.

- Morellet, I, 158.
 Morla, Thomaz de (governador de Cádis), I, 306.
 Morveau, Guyton de, I, 362.
 Muller, Adam, II, 81.
 Murhard, II, 80.
 Murphy, I, 208.
 Nabuco, II, 227.
 Nabucodonosor (rei da Babilónia), I, 443.
 Narbel, II, 67.
 Napier, I, 464.
 Napion, I, 456.
 Nata, I, 12.
 Neptuno, I, 26, 206.
 Nercken, II, 78.
 Neri, II, 64.
 Nestor, I, 389.
 Neuwied, Wied Maximiliano, II, 225.
 Neves, José Acúrsio das, II, 51, 66, 74, 116.
 Newton, I, 20, 136, 138, 143, 149, 152, 172, 287, 312, 464, 465; II, 47, 56, 60, 269, 280.
 Nicolau, II, 230.
 Nixiraubon, II, 25.
 Noé, II, 181.
 Numa, II, 151.
 Númitor, I, 12.
 Oddy, I, 209.
 Oeiras (conde de), II, 66.
 Orfeu, II, 220.
 Ortiz, D., II, 77.
 Ovídio, I, 120, 462.
 Page, I, 234; II, 242.
 Paley, II, 284.
 Pansa, I, 12.
 Parménides, I, 143.
 Paw, II, 270.
 Pedro Carlos (Infante), I, 445.
 Pegas, I, 139.
 Pereira, Mariano José, I, 407.
 Pereira, Padre Rui, II, 289.
 Perron, Aquentil du, I, 235.
 Pérsio, I, 119.
 Peuchet, I, 268, 308.
 Pinto, Heitor, I, 21, 131, 462.
 Pison, II, 289.
 Pitt, I, 287, 450; II, 58, 170, 282.
 Platão, I, 72, 130, 143, 414; II, 75.
 Playfair, I, 293; II, 61, 66, 188.
 Plínio, I, 101.
 Plutarco, I, 127, 147.
 Pluto, I, 117.
 Polifemo, I, 222.
 Pombal (marquês de), I, 102; II, 66.
 Pompeio, I, 221.
 Pompeu, I, 17.
 Potosi, I, 84, 178.
 Powding, I, 13.
 Pradt, II, 242.
 Probo (imperador de Roma), I, 460.
 Prometeu, I, 81; II, 90.
 Protesilão, II, 67.
 Quesnay, I, 21, 46, 60, 88, 91, 109, 112, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 127, 135, 137-139, 141, 145, 150, 151, 154, 155, 157, 164-167, 170, 174, 175, 179, 292; II, 73, 109, 112, 119-123, 125.
 Quintiliano, I, 77, 178.
 Quissera, II, 25.
 Racine, I, 236.
 Rade, Cachil, II, 43.
 Raynal, I, 152, 158, 209, 253; II, 119, 121, 123.
 Real, António, II, 33.
 Régio, Joane de Monte, II, 33.
 Ricardo, David, II, 7, 62, 79, 94, 117, 138, 155, 211, 250, 268.
 Ripperda (barão de), I, 420.
 Ritenhouse, I, 354.
 Rivière, Mercier de la, I, 88, 152, 166; II, 123.
 Rochefocault, I, 174.
 Rodrigo (mestre), II, 33.
 Rómulo, II, 151.
 Roubaud, I, 88.
 Rousseau, II, 84, 123.
 Rumsei, I, 355.
 S. João, II, 145.
 S. Paulo, II, 18.
 S. Pedro, II, 227.
 S. Pedro, Bernardino, II, 253.
 Sadi, II, 25.
 Salmanazar (rei da Assíria), I, 443.
 Salomão, I, 187, 288, 352, 461; II, 20, 48, 210, 272.
 Salústio, I, 128, 139, 176, 464; II, 3, 270.
 Sami, II, 25.
 Samorão, II, 43.
 Sartorins, II, 80.
 Saturno, I, 45.
 Say, Jean Baptiste, I, 151, 154, 179, 202, 287, 293, 308, 356, 359; II, 15, 62, 76, 79, 117, 125, 139, 140, 141, 142, 168, 170, 205.
 Schlosser, Lentian Von, II, 80.
 Schmaier, II, 80.
 Sebastião (rei de Portugal), II, 46.
 Segur, I, 131.
 Seibert, I, 376.
 Sellons, II, 292.

- Sêneca, I, 2, 5, 24, 26, 45, 94, 145, 305, 324, 383; II, 266.
- Sesostris, II, 66.
- Sila, I, 461.
- Silveira, Diogo da, II, 40.
- Sismondi, I, 150, 154, 177, 179, 231, 287; II, 79, 93, 168, 230, 249, 250, 281.
- Smith, Adam, I, 4, 5, 13, 21-23, 26, 45, 50-53, 56-58, 60, 61, 63, 65, 71-93, 95, 97, 98, 101, 103, 105, 107-112, 114-117, 119-121, 125-127, 129-131, 133-142, 144, 145, 148-155, 157-164, 166-170, 172-181, 183, 195, 197, 202, 204-206, 210, 224, 226, 235, 240, 255, 262, 263, 271, 274, 275, 277, 279, 281, 287, 288, 292, 294, 295, 297, 303, 310, 312, 338, 339, 341, 344, 369, 374, 389, 393, 395, 430, 459, 462, 464, 466; II, 4, 6-9, 13, 52, 56, 58, 59, 61-64, 74, 76-80, 83, 94, 95, 110, 117, 125, 126, 142, 147, 151-155, 162, 165, 170, 177-180, 182, 184, 186, 188-191, 194, 206, 215, 221, 230, 232, 233, 240, 243, 245, 247, 250, 258, 261, 263, 265, 268, 276, 282, 284.
- Smith, James Carmahael, I, 362.
- Sócrates, I, 10, 143, 432, 463; II, 266.
- Soden (conde de), II, 80, 94.
- Sófocles, I, 159.
- Sólon, I, 73, 159; II, 20, 85, 266.
- Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e, I, 132.
- Southey, Roberto, II, 228, 290.
- Stael, II, 8.
- Staunton, I, 259.
- Stephens, I, 207; II, 92.
- Stewart, II, 58, 66, 76.
- Stewart, Dugald, I, 71, 73, 79, 137, 149, 312; II, 54, 59, 91.
- Stewart, Jacques, I, 21, 30, 76, 77, 81-83, 97, 99, 100, 153, 210, 311; II, 57, 88.
- Storch, Henrique, II, 230, 253, 256, 261.
- Swift, I, 225.
- Sully, II, 65, 73.
- Tabariga (rei), II, 36.
- Tácito, I, 22, 23, 24, 42, 44, 45, 51, 59, 67, 100, 120, 121, 129, 130, 133, 138, 176, 226, 303, 322, 372, 428, 433, 459, 468; II, 47, 72, 83, 205, 225.
- Talleyrand, I, 210, 331.
- Telémaco, II, 67, 69.
- Temístocles, I, 221, 285, 443.
- Temple, W. II, 290.
- Terrai, L'Abbé, I, 300.
- Thompson, I, 305, 462.
- Thornton, I, 169; II, 61.
- Throsne, I, 88.
- Tiresias, I, 92.
- Tito (imperador de Roma), I, 187, 236.
- Toy, I, 142.
- Tomson, II, 253.
- Trajano (imperador de Roma), I, 314, 428, 461.
- Trindade, José da, II, 292.
- Triptolemo, II, 220.
- Tucker, I, 141.
- Turbolo, II, 64.
- Turgot, I, 79, 137, 141, 150, 292; II, 73, 74, 76, 79, 121.
- Ulisses, I, 121, 178, 463.
- Ustaritz, I, 420.
- Vanguervê, I, 138.
- Vanieri, Jacob P., II, 287.
- Venant, II, 242.
- Verulâmio, I, 45.
- Vespúcio, Américo, II, 121.
- Vieira, António (Padre), I, 46, 163, 389; II, 172, 214, 289.
- Vinagre, Fernão, II, 44.
- Vincent, Barri Saint, I, 228.
- Virgílio, I, 5, 13, 81, 82, 94, 96, 168, 173, 176, 177, 294, 461, 467; II, 270.
- Volney, II, 270.
- Voltaire, I, 152; II, 75.
- Voss, II, 80.
- Vtimuritaja, João, II, 37.
- Ulisses, II, 67.
- Walpole, I, 81, 89.
- Weikar, I, 270.
- Werner, I, 457.
- Weyland, I, 376; II, 61.
- Wheatley, John, I, 240; II, 62.
- Wilberforce, II, 283.
- Wintherbotham, I, 214, 248, 267, 354, 376.
- Xenofonte, I, 15, 34, 92, 155, 156; II, 20.
- Xerxes, I, 315, 445.
- Young, I, 97, 221, 265, 301, 348, 445.
- Zeuxis, I, 85.

ÍNDICE TEMÁTICO

- Agricultura, I, 15-17, 35-37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 50-54, 63, 64, 66, 68, 69, 71, 83-86, 91, 93-106, 111, 114, 128, 129, 133, 155, 156, 158-161, 163, 164, 166, 168, 170, 192, 195, 203, 205, 207, 212, 223, 224, 240, 241, 245, 247, 254, 257, 261, 263, 265, 276, 324, 328, 331-338, 340, 341, 343, 344, 346, 347, 349, 356, 370, 379-381, 387, 389-391, 399, 401, 402, 408, 411, 420, 434, 436, 437, 442, 445, 454, 460; II, 6, 14, 27, 28, 31, 49, 51, 67, 69, 77, 85, 99, 107, 109-111, 120, 122-124, 128, 133-136, 146, 147, 153-155, 157, 158, 163-166, 171, 182, 184, 198, 200, 206, 208, 213, 214, 222, 223, 229, 244, 255, 272, 276, 289.
- Aritmética Política, II, 6, 91, 95, 132.
- Artes, I, 95, 96, 100, 103, 104, 106, 107, 111, 116, 142, 144, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 167, 170, 174, 199, 202-204, 206, 230, 234, 254, 273, 279, 292, 295, 314, 323-325, 329, 331-335, 338, 340, 341, 344-346, 348, 349, 351, 353, 361, 362, 365-367, 371, 379, 380, 385, 387, 389, 391, 393, 408, 452, 456, 460, 462, 463; II, 9, 20, 46-49, 56, 57, 66, 68, 69, 72, 86, 88, 97, 109-111, 135-137, 147, 150, 153, 164, 166, 167, 182-184, 190, 192, 194, 200, 201, 215, 220, 241, 242, 244, 245, 251, 256, 259, 260, 263, 272, 273, 282, 284, 287.
- Balança do Comércio, II, 50, 55-57.
- Bancos, II, 5, 50, 61.
- Bem-comum, II, 3-7, 9, 13, 22, 51, 57, 73, 77, 125, 134, 152, 162, 164, 189, 200, 202, 209, 214, 229, 231, 232, 236, 241, 280, 285, 287.
- Capitais, I, 18, 19, 95, 98, 99, 102, 105-107, 110, 111, 113, 116, 161, 171, 194, 201, 203-205, 207, 208, 212, 213, 224, 225, 231, 235, 240, 247, 250-254, 257, 258, 260-265, 268, 272, 276, 279, 287, 325, 330, 336-339, 341, 345-350, 358, 361-364, 366-368, 370-374, 382, 383, 385, 388, 389, 391, 395, 396-399, 401, 402, 405, 406, 408, 410, 411, 415, 417, 419, 422, 430, 448, 454, 456; II, 14, 19, 46, 49, 59, 62, 82, 95, 107, 108, 110, 112, 116, 120, 122, 130, 131, 134, 136, 143, 151, 165, 166, 172, 177, 190-194, 200, 204, 206, 209, 212, 215, 223, 233, 235, 239, 261, 267, 274, 276, 278, 281, 290.
- Capitalistas (ver Capitais)
- Ciência econômica (ver Economia Política)
- Civilização, I, 9, 10, 17, 18, 22, 28, 31, 37, 40, 45, 50, 56, 61, 63, 64, 65, 67, 71, 79, 80, 83, 95, 103, 104, 105, 106, 111, 116, 118, 133, 136, 158, 167, 169, 188, 193, 199, 205, 209, 210, 215, 217, 234-236, 244, 254, 256, 259, 269, 273, 274, 286, 290, 292, 294, 295, 298, 305, 314, 323, 325, 337, 340, 341, 344, 360, 362, 365, 372, 374, 375, 379, 408, 430, 432, 442, 449, 452, 453, 467, 470; II, 5, 7, 9, 14, 15, 18-20, 58, 70-72, 74, 83, 85, 88, 95-97, 100, 102, 105, 108-113, 118, 133,

- 136, 140, 141, 143, 144, 147, 148, 150, 155, 163, 171, 172, 177, 181-184, 186-188, 190-192, 197, 199, 208, 209, 212, 219, 232-234, 236, 237, 239, 241-243, 255, 258-260, 263, 264, 267-269, 271, 274, 279, 282-284, 286, 290.
- Colônias, I, 192, 194, 208, 215, 228, 239, 240, 243, 246, 257, 268, 269, 271, 275, 279, 280, 282-284, 289, 293, 294, 296, 302, 310, 311, 314, 327, 337, 338, 363, 364, 375, 376, 386, 402, 411, 422, 423, 427, 429, 433, 446, 450, 452, 453; II, 6, 9, 22, 45, 48, 65, 66, 71, 76, 77, 90, 136, 138, 147, 178, 197, 200, 226, 233, 242-248, 251, 252, 267, 269, 276, 278-281, 287, 288.
- Comerciantes (Ver Comércio)
- Comércio, I, 3, 11, 15-17, 19, 20, 23, 25, 26, 28, 35-37, 39-41, 43, 44, 46-53, 55, 57-59, 61, 63-69, 71, 74, 76, 77-80, 82, 83, 86, 88, 89, 91-96, 100-103, 106, 108, 109, 112, 114-116, 119, 135, 140, 147, 156-158, 163, 167, 169-172, 176-178, 187-198, 200, 201, 203-208, 210-219, 222-233, 235, 237, 239-241, 243-262, 267-272, 274-292, 294-298, 300-302, 304-319, 324, 325, 328, 330-334, 337, 340, 341, 344-347, 352, 355, 357, 358, 361-366, 368, 370, 371, 373-376, 379-387, 389-392, 399, 402, 406, 408, 410, 411, 413-415, 420, 423, 430-432, 437, 439-445, 447-454, 456, 458, 459, 462, 466, 470, 471; II, 4-8, 14, 15, 17, 18, 20-24, 28-31, 33, 34, 39-41, 46-58, 62, 65-68, 70-72, 74-79, 84, 86, 90-92, 102, 107, 110, 111, 115, 117-119, 121, 122, 124-128, 130-134, 136, 137, 144-146, 151, 153, 162, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189-191, 193, 197-199, 202, 204, 206, 210, 213-215, 222, 223, 226, 229, 243, 246-248, 251, 255-257, 262-264, 276-279, 281-283, 290, 293, 295, 297, 298, 299.
- Competência (ver Concorrência)
- Concorrência, II, 122, 134, 137, 165, 240, 241.
- Crédito, II, 14, 15, 20, 56, 78, 86, 134, 287.
- Demanda, II, 119, 120, 129, 139, 150, 183, 189, 190, 201, 209, 212, 213, 221, 235, 240, 257, 260, 263, 278, 279, 281, 283, 284, 286.
- Dinheiro (ver Moeda)
- Divisão do Trabalho, I, 56, 57, 83, 145, 212, 452; II, 66, 67, 111, 135, 145, 148, 165, 180, 181, 183, 184, 187, 188, 190-196, 198-202, 204, 207, 211, 213-217, 240.
- Economia, I, 10, 12, 17, 19, 20, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 34, 37, 41, 45, 52, 53, 88, 97, 105, 108, 113, 151, 173, 246, 253, 267, 272-274, 278, 298, 333, 335, 366, 369, 386, 396, 421, 435; II, 3, 6, 14, 15, 19-22, 46, 51, 52, 55, 57, 63, 66, 73, 78, 81, 89, 99, 100, 201, 203, 204, 229, 235, 241, 264, 265.
- Economia da Natureza (ver Economia)
- Economia Doméstica (ver Economia)
- Economia Nacional (ver Economia)
- Economia Política, I, 3, 4, 11, 15, 17, 18, 20-22, 29, 30-32, 34, 37, 39, 40, 42, 45, 53, 55, 61, 74, 75, 79, 82, 87, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 150-155, 165, 166, 169, 174, 175, 176, 177, 188, 189, 208, 210, 211, 234, 240, 248, 277, 287, 293, 327, 333, 376, 410, 420, 427; II, 3-10, 13-17, 20-22, 50-52, 54, 56, 57, 59-61, 63-66, 70, 73-77, 79, 80, 81, 83-88, 90-101, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 126, 139, 141, 161-164, 178, 223, 230, 231, 234, 249, 250, 261, 270, 286, 298.
- Economia Pública, I, 23, 46, 71, 95, 114, 331, 376; II, 3, 9, 16, 20, 63, 96-98, 111, 121, 164, 222.
- Economia Rural (ver Economia)
- Economistas, I, 4, 15, 45, 50, 60, 62, 63, 65, 67, 73, 75-77, 83, 85-89, 92, 93, 96, 97, 101, 102, 106, 109, 113, 115, 125, 126, 131, 133, 134, 135, 137-139, 142, 143, 145-149, 151, 152, 154, 155, 157, 158, 161, 162, 164, 166-168, 170, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 202, 240, 287, 308; II, 18, 47, 49, 50, 55-57, 59, 62, 63, 73, 76, 77, 84, 88, 91, 93, 94, 107, 109, 112, 121, 123-125, 136, 137, 142, 148, 172, 182, 215, 224, 235, 238, 242, 249, 250, 260, 268, 276, 284, 285.
- Estatística, II, 16, 76, 95.
- Fábricas (ver Manufaturas)
- Felicidade, II, 10, 18, 49, 56, 57, 73, 82, 83, 94, 101, 104, 150, 163, 249, 254, 259, 266.
- Filosofia Rural, I, 125, 144, 162, 164, 178.
- Finanças, II, 51, 55, 76, 79.
- Fisocratas (ver Economistas)
- Franqueza de Comércio (ver Liberdade)
- Franqueza de Indústria (ver Liberdade)
- Fundos (ver Capitais)
- Gêneros Coloniais (ver Colônias)
- Governo econômico, I, 30, 47; II, 4, 5, 15, 19, 20, 53, 57, 64, 81, 96, 177.

- Indústria, I, 9-18, 20-22, 24-26, 28-31, 34-44, 50-68, 70, 71, 73, 75-77, 80-82, 84-86, 88-96, 98-100, 102-119, 121, 127, 130, 131, 133, 135, 137, 140-142, 144, 147, 149, 154, 159, 162, 163, 165-170, 172, 176, 177, 182, 188, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 207-210, 215, 216, 220, 224, 225, 228, 230, 231, 233, 237, 239, 241-246, 248-254, 258, 259, 261-265, 267, 269, 271, 272, 274-279, 283, 287, 288, 290, 291, 293, 298, 299, 302, 304, 309, 310, 312, 314, 323-325, 327, 328, 330, 332-348, 350-358, 360-366, 368, 370-385, 387-393, 395-401, 404-421, 423, 427, 430, 431, 434, 435, 437, 438, 440, 442, 445, 450-456, 459, 460, 465, 466, 470, 471; II, 4, 5, 8-10, 13-17, 19-21, 26, 27, 31, 34, 47-49, 51, 54-60, 63, 65, 67, 69-73, 76, 80-88, 90, 91, 94-100, 102, 104-124, 126-132, 135, 140-147, 149, 151-153, 155-158, 162-172, 174, 177-182, 184-187, 189-191, 194-197, 199-208, 210-226, 228-241, 245, 246, 249-254, 256, 258-271, 273-275, 277, 280-285, 287, 288, 291, 292, 294, 297-299.
- Indústria Agrícola (ver Agricultura)
 Indústria Fabril (ver Manufacturas)
 Indústria Manufactureira (ver Manufacturas)
 Indústria Mercantil (ver Comércio)
 Indústria Mineira (ver Minas)
 Indústria Náutica (ver Navegação)
 Indústria Rural (ver Agricultura)
- Justiça, I, 35, 74, 97, 102, 110, 115-117, 129, 131, 133, 136, 146, 149, 162, 165, 169, 172, 174, 178, 181, 187, 188, 193, 197, 201, 230, 233, 237, 256, 268, 283, 285, 289, 295, 300, 304, 305, 309, 312, 315, 336, 383, 401, 407, 414, 420, 430, 459, 467, 468; II, 85, 225, 229, 235, 244, 249, 260, 261, 270, 287, 294.
- Liberdade, I, 31, 38, 41, 51, 55, 57, 58, 60, 62, 69, 73, 79, 80, 82, 83, 91, 106, 113, 116, 119, 140, 147, 149, 152, 157, 159, 164-166, 172, 176, 200, 212, 217, 233, 261, 275, 277, 288, 290, 294, 301, 302, 305, 306, 313, 325, 330, 352, 354, 371, 375, 376, 378, 383, 385, 390, 402, 406, 407, 409, 428, 430, 437-441, 447, 449, 454, 456, 462, 466, 471; II, 9, 14, 17, 24, 36, 44, 64, 67, 68, 70-72, 74-76, 90, 92, 97, 99, 102, 115, 121-123, 126, 130, 136, 151, 179, 189, 190, 194, 235, 237, 240, 248, 250, 264, 276, 277, 280, 290, 299.
- Luxo, II, 56, 67, 69-73, 84, 86, 88, 112, 130, 131, 183, 187, 207-210, 215, 223, 256, 264, 267, 268, 294.
- Manufacturas, I, 37, 40, 47, 53, 56, 57, 60, 61, 63-65, 69, 86, 88, 94-96, 100-103, 105, 106, 134, 156, 158, 163, 164, 166, 167, 170, 201-203, 205, 212-214, 231, 234, 243, 263-267, 272, 274, 275, 277, 283, 285, 290-294, 307, 318, 323, 325, 327-333, 335-345, 347-353, 355-358, 361, 362, 364, 365, 368, 371-373, 375-382, 384-386, 388, 390, 391, 398-402, 404, 406, 408, 411, 413, 419, 420, 452, 455, 460; II, 49, 50, 56, 66, 76, 80, 86, 107, 109, 110, 114, 126-129, 133-135, 146, 150, 154, 155, 164, 165, 169, 170, 171, 179, 182-184, 192-194, 198, 201, 206, 207, 209, 210, 213-215, 218, 222-224, 243, 251, 255, 256, 263, 264, 268, 272, 273, 276, 277, 279, 282, 283, 297.
- Máquinas, II, 51, 58, 71, 117, 133, 135, 139, 140, 141, 148, 152, 153, 155, 156-159, 170, 179, 183, 193, 195, 196, 224, 251, 256, 257, 275, 286.
- Marinha (ver Navegação)
- Mercado, I, 15, 19, 35, 36, 65, 78, 80, 81, 84, 95-98, 100-102, 104, 106, 107, 109, 110-112, 118, 133, 168, 193, 195, 201-203, 206, 209, 218, 227, 232, 235, 243, 250, 251, 256, 266, 267, 269-277, 280, 300, 309, 310, 329, 334, 336, 338, 340-343, 349, 352, 363, 366, 370, 379, 384, 386, 387, 395, 400, 402, 406, 407, 410, 419, 421, 437, 442, 453-455; II, 9, 74, 110, 112, 117-122, 127, 128, 153, 189, 196, 200, 203, 209, 235, 240, 245, 246, 248, 263, 265, 274, 278, 298.
- Minas, II, 20, 107, 164, 165.
- Moeda, II, 30, 37, 38, 47, 50, 51, 55-57, 62, 64, 68, 111, 119, 131, 139, 172, 192, 193.
- Monopólio, II, 4, 6, 14, 18, 21, 35, 52, 54, 58, 82, 86, 119, 122, 137, 139, 154, 162, 179, 200, 214, 222, 229, 266, 282.
- Nações Civilizadas (ver Civilização)
- Navegação, I, 35, 64, 65, 69, 71, 86, 94, 96, 103, 119, 121, 158, 188, 194, 197, 203, 204, 205, 207, 216, 222, 224, 239, 246, 247, 261, 262, 296, 312, 313, 324, 333-335, 344, 346, 347, 356, 380, 388, 391, 440-448, 462; II, 6, 14, 18, 29, 32, 34, 49, 50, 54, 66, 68, 107, 110, 132, 133, 165, 166, 170, 198, 214, 215, 243, 272, 281.

- Negociantes (ver Comércio)
- Opulência, II, 5, 10, 15, 67, 82, 85, 86, 87, 90, 95, 117, 119-121, 125, 126, 137, 141, 143, 148, 170, 184, 188, 190, 192, 207, 214, 239, 240, 246, 248, 250, 251, 256-258, 276, 278, 283.
- Papel de crédito (ver Moeda)
- População, II, 15, 16, 56, 60, 61, 69, 71, 82, 84, 95, 96, 100, 102, 109, 113-115, 117, 126, 136, 150, 151, 158, 165, 170, 182-184, 190, 194, 211, 212, 216, 222, 229, 238, 239, 242, 244, 249, 250, 252, 260, 261, 267, 269, 278, 283, 298.
- Preço, II, 34-37, 54, 64, 74, 112, 117-120, 122, 129, 134, 137-140, 189, 195, 223.
- Prosperidade, II, 4, 6, 8, 10, 13, 16, 29, 47, 57, 63, 65, 66, 69, 73, 75, 80-82, 84, 86, 92, 95, 96, 99-102, 104, 118, 122, 123, 140, 143, 164, 167, 178, 188, 190, 214, 222, 230, 234, 236, 247, 249.
- Riqueza, I, 10, 14, 15, 19, 23, 27, 28, 30, 48, 50, 53-57, 60-63, 65, 67, 69, 70, 72, 76-78, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 107-109, 111, 112, 115, 116, 118, 121, 136, 137, 140, 145, 151, 153, 155-157, 164-166, 169, 171, 177, 187-189, 192, 194, 196, 197, 201, 203, 205, 208, 212, 214, 215, 217, 218, 224-226, 228, 230, 231, 234, 240, 241, 243-245, 248, 253, 257, 259, 263, 266-268, 272-274, 276-280, 283, 286, 287, 289, 290, 295, 302, 304, 308, 310, 313, 317, 324, 332, 335, 336, 338, 340, 346, 347, 350, 357, 367, 370, 379, 386, 388, 391, 396, 397, 401, 404, 408, 409, 411-413, 415, 417, 421, 427, 430, 438, 440, 442, 445, 449, 451, 460, 461; II, 5, 8-10, 13-21, 23, 28, 30, 46-49, 51-53, 55-58, 61-63, 65, 68, 70, 72, 73, 78, 80-88, 91, 94-102, 104, 108-118, 120, 122-129, 131, 132, 136-144, 147-152, 154, 157, 163-166, 168, 169, 171, 172, 177-181, 185, 187, 188, 193, 199, 206, 213, 217, 218, 220, 223, 226, 228, 230, 234, 236, 239, 241-243, 249, 252, 256, 257, 261, 264-267, 270, 272-279, 281, 285-288, 291, 293, 294, 298.
- Salário, II, 7, 17, 19, 54, 82, 120, 129, 130, 151, 177, 183, 211, 238, 244, 260, 272, 282, 284.
- Sistema Agrário I, 134, 150, 162-164, 174; II, 4, 16, 65, 73, 119.
- Sistema Colonial (ver Colónias)
- Sistema Mercantil, I, 105, 150, 162, 164, 240, 325, 433, 451, 453; II, 16, 47, 55, 57, 65, 66, 77, 80, 82, 118, 119, 162, 204.
- Subsistência, II, 18-20, 54, 60, 66, 82, 85, 94, 95, 101-103, 109, 113, 115, 120, 122, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 142, 144, 146, 147, 150, 162, 168, 179, 193, 194, 200, 204-208, 211, 212, 233, 234, 254, 258-260, 269, 287.
- Tábua Económica, I, 164, 166.
- Trabalho (ver Indústria)
- Tratados comerciais, II, 15, 40, 126.
- Valor, II, 76, 112, 118-121, 125, 127, 128, 134, 136-141, 144, 146, 153, 183, 197, 211, 213, 256.
- Valor de Mercado (ver Valor)
- Valor em Câmbio (ver Valor)
- Valor em Uso (ver Valor)
- Valor Venal (ver Valor)

COLECCÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Colecção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construíram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

Concepção e realização: CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: José Luís Cardoso.

Consultor Principal: Manuel Jacinto Nunes.

Patrocínio Financeiro: Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.

Editor: Banco de Portugal